15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

CADERNO DE RESUMOS

15ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ | 2026

05 a 09 de outubro de 2026

UFRJ | Pró-Reitoria de Graduação UFRJ | PR2 Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa | extensão UFRJ | Fórum de Ciência e Cultura | SGAADA | SGTIC | CM UFRJ-Macaé | Campus UFRJ Duque de Caxias | Prefeitura Universitária

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

CADERNO DE RESUMOS

15ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ | 2026

CCJE - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

05 a 09 de outubro de 2026

Apresentação

É com grande satisfação que a Universidade Federal do Rio de Janeiro apresenta o Caderno de Resumos da 15ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (SIAc 2026), uma edição que celebra a trajetória de uma das mais importantes iniciativas de integração e valorização da produção acadêmica da Universidade.

Ao chegar à sua 15ª edição, a SIAc reafirma uma história construída ao longo de décadas, marcada pelo compromisso da UFRJ com a formação, a pesquisa, a extensão e a produção de conhecimento. Desde a integração dos diferentes eventos acadêmicos que deram origem à SIAc, em 2010, a Semana vem se consolidando como um espaço privilegiado para a apresentação de trabalhos, a troca de experiências e o encontro entre estudantes, docentes, técnicos-administrativos, pesquisadores e toda a comunidade universitária.

Os números desta edição expressam a dimensão alcançada por essa trajetória. Em 2026, foram 7.892 trabalhos submetidos, dos quais 7.750 foram aceitos, reunindo ainda 4.965 bolsistas participantes e 3.671 avaliadores envolvidos. Esses resultados demonstram não apenas o crescimento da SIAc, mas, sobretudo, a vitalidade da comunidade acadêmica da UFRJ e sua disposição permanente para produzir, compartilhar e avaliar conhecimento.

Mais do que números, cada trabalho reunido neste Caderno representa uma trajetória de investigação, aprendizagem, criação e compromisso. São resultados que revelam a diversidade de temas, perspectivas e formas de atuação presentes na Universidade e que, em seu conjunto, evidenciam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão — princípio fundamental da universidade pública brasileira.

A 15ª SIAc é, portanto, motivo de celebração - celebremos a continuidade de uma iniciativa que atravessa gerações e que encontra, em cada nova edição, novas perguntas, descobertas, experiências e possibilidades. Celebremos, também, todos aqueles que tornam a Semana possível: autores, orientadores, coordenações de Centro/Campus, bolsistas, avaliadores, equipes técnicas, comissões, unidades acadêmicas e demais integrantes de nossa comunidade universitária.

Este Caderno de Resumos registra boa parte dessa produção e constitui um retrato da Universidade em movimento. Ao reunir diferentes áreas do conhecimento e múltiplas formas de contribuição acadêmica e social, a SIAc reafirma a vocação da UFRJ para produzir conhecimento, formar pessoas e transformar a sociedade. Que a 15ª Semana de Integração Acadêmica seja mais um marco dessa história e que os trabalhos aqui apresentados inspirem novos encontros, novas pesquisas, novas iniciativas e novos caminhos para a ciência, a educação, a cultura e a sociedade.

Coordenação Geral da SIAc

15ª Semana de Integração Acadêmica (SIAc)
Universidade Federal do Rio de Janeiro
05 a 09 de outubro de 2026

UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

Reitor
Roberto de Andrade Medronho
Vice-reitora
Cassia Curan Turci

Pró-reitora de Graduação (PR-1)
Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes
Superintendente Geral de Graduação
Georgia Correa Atella
Superintendente Administrativo
Rosiléia Castório Damasceno
Superintendente Acadêmico
Carlos Eduardo Bielschowsky
Superintendente de Acesso e Registro
Ricardo Ballestero Anaya

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)
João Ramos Torres de Mello Neto
Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa
Felipe Siqueira de Souza da Rosa
Superintendente Acadêmico de Pós-graduação
Fernanda Carvalho de Queiroz Mello
Superintendente Administrativa
Marília da Conceição Morais Lopes

Pró-reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3)
Gisele Viana Pires
Superintendente Geral de Planejamento e Desenvolvimento
George Pereira da Gama Júnior
Superintendente de Planejamento Institucional
Maria de Fátima Bruno de Faria
Superintendente Geral de Finanças
Leilane Costa do Nascimento Tavares

Pró-reitora de Pessoal (PR-4)
Neuza Luzia Pinto
Superintendente Geral de Pessoas
Rafael dos Santos Pereira

Pró-reitora de Extensão (PR-5)
Ivana Bentes Oliveira
Superintendente de Formação Acadêmica de Extensão
Ana Inês Sousa
Superintendente de Integração e Articulação da Extensão
Bárbara Tavela da Costa
Superintendente Administrativa de Extensão
Sheila Camlot

UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

Pró-reitor de Gestão e Governança (PR-6)
Fernando Otavio de Freitas Peregrino
Superintendente Geral de Gestão
Flávio Ferreira Fernandes
Superintendente Geral de Governança
Rosinei Cusumano Chiavo
Superintendente Geral de Patrimônio
Robson Correa Chaves

Pró-reitor de Políticas Estudantis (PR-7)
Eduardo Mach Queiroz
Superintendente Geral de Políticas Estudantis
Alexandre Leiras

Superintendência Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC
Ana Maria de Almeida Ribeiro

Superintendência Geral de Comunicação Social - SGCOM
Eugênia Lopes

Superintendência Geral de Relações Internacionais
Andrea Lima Belfort Duarte

Superintendência Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade
Denise Francisco Góes

Fórum de Ciência e Cultura (FCC)
Coordenadora do Fórum
Christine Ruta
Superintendente de Divulgação Científica
Paulo Paiva
Superintendente de Difusão Cultural
Patrícia Dorneles
Superintendente de Comunicação
Olívia Meireles
Superintendente de Administração
João Carlos Nara Jr.
Superintendente de Saberes Tradicionais
Nadia Pereira

Prefeitura Universitária
Prefeito
Marcos Benilson Gonçalves Maldonado

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

Comitê Institucional de Iniciação Científica

Eduardo Pontual Ribeiro (IE)
Edwin Muñoz Gaviria (IPPUR)
Rafael Winter Ribeiro (IGEO)
Vinicius Kartnaller (IQ)
Yara do Amaral Coutinho (IF)
Katrin Gelfert (IM)
Daniela Rodrigues (IB)
Luciana Rangel (FF)
Francisco Meirelles Bastos de Oliveira (IBCFF)
Marcus Fernandes de Oliveira (IBqM)
Sandra König (ICB)
Renata de Mello Perez (FM)
Lorenna Bolsanello de Carvalho (CAp)
Rodrigo Rosistolato (FE)
Carla Cecília Campos Ferreira (ESS)
Thiago Leitão (FAU)
Flavia Trocoli (FL)
Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo (FL)
Bernardo Dias Ribeiro (EQ)
Rodrigo Couto (COPPE)
Cristiano Luis Rangel Moreira (MN)
Eliane Guedes (MN)
Kathleen Tereza da Cruz (Macaé)
Thiago da Silveira Alvares (Macaé)
Beatriz Blanco Siffert (Caxias)
Fabianno Ferreira Dutra (CCS)

Coordenação PIBIC UFRJ

Fabianno Ferreira Dutra

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

Equipe TIC-Macaé

Adriano Neves de Souza
Emanuel Victor Nogueira Gotardo
Emerson Luiz Florentino Borges
Enoque Gonçalves Ribeiro
Helder Monteiro Cosme
Hudson Cabral Limeira
Josiane Coelho de Oliveira
Júlio César Carvalho Alves
Luiz Alexandre de Oliveira Roque
Otavio Henrique Oliveira de Medeiros
Patrick Helder Alvarenga Belem
Paulo Freitas Silva Júnior

Bolsistas SIAc 2026

Lavinia Silva Araújo Oliveira (SIAc - CCJE)
Sophia Lima Costa (SIAc - CCJE)
Adhara Guedes da Silva (SIAc - CCMN)
Débora Ferreira Vinagre (SIAc - CCMN)
Rebeca Buás Campeão (SIAc - CCMN)
Barbara Marques Pinheiro (SIAc - CCS)
Carolina Jardim dos Santos (SIAc - CCS)
Isabelli Victória Mello Braga (SIAc - CCS)
Júlia Reis dos Santos de Oliveira (SIAc - CCS)
Renato de Abreu Ferreira (SIAc - CFCH)
Sophia Amabile Correia Anciães (SIAc - CFCH)
Leticia Campos Aguiar (SIAc - CLA)
Lucas Gomes da Silva (SIAc - CLA)
Maria Luiza Porpino da Silva (SIAc - CLA)
Anna Julia da Silva Pereira (SIAc - CT)
Helena dos santos Gonçalves (SIAc - CT)
Laura da Silva Alves (SIAc - CT)
Carlos Eduardo Matos Fernandes (SIAc - Duque de Caxias)
Isabela Carrasco Martins (SIAc - FCC)
Fernanda da Motta Pessoa (SIAc - Macaé)
Michelle Vieira da Silva (SIAc - Macaé)
Miguel Ângelo de Souza Vieira (SIAc - PR2)
Julia Beatris Cardoso dos Santos (PR5)
Maria Clara Carlos Semidei (PR5)
Davi de Lima Kunrath (PR5)
João Victor Marques Nascimento (PR5)
Wellington Gonçalves Silva de Andrade (PR5)

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

Coordenadores(as) de Unidade: Centro Multidisciplinar de Macaé e NUPEM

Caroline Addison Carvalho Xavier de Medeiros (ICF/CM)
Francisco Martins Teixeira (ICF/CM)
Márcia Regina Viana (IAN/CM)
Roberta Soares Casaes (IAN/CM)
Helene Nara Henriques Blanc (ICM/CM)
Milena Batista Carneiro (ICM/CM)
Glaucia Alexandre Formozo (IEnf/CM)
Pacita Geovana Gama de Souza Aperibense (IEnf/CM)
Evanoel Crizanto de Lima (Instituto Multidisciplinar de Química)
Leandro Lara de Carvalho (Instituto Multidisciplinar de Química)
Monique Amaro de Freitas Rocha Nascimento (IPoli/CM)
Richard Javier Caraballo Vivas (IPoli/CM)
Celia Yelimar Palmero Quintana (NUPEM)
Marcos Paulo de Barros (NUPEM)

Coordenadores(as) de Unidade: Centro de Letras e Artes

Camila Assis Peres Silva (Escola de Belas Artes)
Fernanda de Abreu Cardoso (Escola de Belas Artes)
Gerson Lessa (Escola de Belas Artes)
Katia Gorini (Escola de Belas Artes)
Milena Barreto (Escola de Belas Artes)
Orlando Scarpa (Escola de Música)
Beatriz Temtemples de Carvalho (Faculdade de Arquitetura)
Eliane Silva Barbosa (Faculdade de Arquitetura)
Maini de Oliveira Perpétuo (Faculdade de Arquitetura)
Patricia Maya (Faculdade de Arquitetura)
Alessandro Boerchat de Medeiros (Faculdade de Letras)
Daniela Cid de Garcia (Faculdade de Letras)
Danielle Magalhães (Faculdade de Letras)
Eliete Batista Silveira (Faculdade de Letras)
Gean Damulakis (Faculdade de Letras)
Katia Teonia (Faculdade de Letras)
Paulo Roberto Tonani do Patrocínio (Faculdade de Letras)
Rafael Giraldo (Faculdade de Letras)

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

Coordenadores(as) de Unidade – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Kelli Angela Cabia Lima de Miranda (Instituto de Economia)
Samantha Luiza de Souza Broman (COPPEAD)
Alan Andrade (FACC)
Alberto Lopes (FACC)
Claudio Maciel (FACC)
Cristina Pimenta (FACC)
Eliane Ribeiro (FACC)
Fatima Barbosa (FACC)
Larissa Lima (FACC)
Chiara de Teffé (FND)
Fabiana Barletta (FND)
Luan Nunes de Souza (FND)
Fernanda Jahn Verri (IPPUR)
Luana Adriano Araújo (IPPUR)
Mariana G Bonadio (IPPUR)
Mariana Mazzini Marcondes (IPPUR)
Adriana Marques (IRID)
Daniele Dionísio (IRID)
Larissa Rosevics (IRID)

Coordenadores(as) de Unidade – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Adriana Patrício Delgado (Decania CFCH)
Emmanuela Neves Gonsalves (Decania CFCH)
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Decania CFCH)
Valdete Viana Tavares da Silva Pinto (Decania CFCH)
Filipe Cavalcanti da Silva Porto (CAp)
Lucia Helena Ferreira (CAp)
Marcelo da Silva Bueno (CAp)
Flávia Magalhães Barroso (ECO)
Camila Faria Pançardes (ESS)
Luís Eduardo Fernandes (ESS)
Cassiana Lopes Stephan (FE)
Joyce Louback Lourenço (FE)
Thais Florencio de Aguiar (IFCS)
William de Almeida Corbo (IFCS)
Gabriel de Carvalho Godoy Castanho (IH)
Juliana da Conceição Pereira (IH)
Aline Daniele Hoepers (IP)
Marília Silveira (IP)
Jadir Anunciação de Brito (NEPP-DH)
Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale (NEPP-DH)
Marcela Soares Silva (NEPP-DH)
Paulo Cesar Castro (NEPP-DH)

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

Coordenadores(as) de Unidade – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Caroline Lima (IM)
Márcia Rosana Cerioli (IM)
Tulio Marcio Gentil dos Santos (IM)
Carolina Gil Marcelino (Instituto de Computação)
Claudson Ferreira Bornstein (Instituto de Computação)
João Antonio Recio Da Paixão (Instituto de Computação)
Elis Helena de Campos Pinto Sinnecker (Instituto de Física)
Fernando Nicacio (Instituto de Física)
André Avelar (Instituto de Geociências)
Christiane Nascimento Santos (Instituto de Geociências)
Fabricio Polifke (Instituto de Geociências)
Felipe Vasconcellos (Instituto de Geociências)
João André Martins (Instituto de Geociências)
Licio Monteiro (Instituto de Geociências)
Lino Augusto Sander de Carvalho (Instituto de Geociências)
Maurício Bulhões Simon (Instituto de Geociências)
Adriana dos Santos Lages (Instituto de Química)
Ana Lúcia de Lima (Instituto de Química)
Annelise Casellato (Instituto de Química)
Rodolfo Santos Barboza (Instituto de Química)
Elizabeth Freire (NCE)
Henrique Serdeira (NCE)
Nathalia Grossio (NCE)
Priscila Machado Vieira Lima (NCE)
Diana Paula de Pinho Andrade (Observatório do Valongo)
Helio Jaques Rocha Pinto (Observatório do Valongo)

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

Coordenadores(as) de Unidade – Centro de Ciências da Saúde

Daniel dos Anjos (CENABIO)
Isalira Peroba Ramos (CENABIO)
Denilson da Silveira Vasconcelos (Escola de Educação Física e Desporto)
Lais Bernardes Monteiro (Escola de Educação Física e Desporto)
Michele Pereira de Souza da Fonseca (Escola de Educação Física e Desporto)
Renato Mendonça Barreto da Silva (Escola de Educação Física e Desporto)
Ana Beatriz Azevedo Queiroz (Escola de Enfermagem Anna Nery)
Iuri Bastos Pereira (Escola de Enfermagem Anna Nery)
Juliana Rezende Montenegro Medeiros de Moraes (Escola de Enfermagem Anna Nery)
Edezio Ferreira da Cunha Junior (Faculdade de Farmácia)
Simony Carvalho Mendonça (Faculdade de Farmácia)
Abrahão Fontes Baptista (Faculdade de Fisioterapia)
Jeanine Campani Bohn (Faculdade de Fisioterapia)
Ana Cristina Nunes Ruas (Faculdade de Fonoaudiologia)
Lívia Maria Santiago (Faculdade de Fonoaudiologia)
Márcia Mendonça Lucena (Faculdade de Fonoaudiologia)
Fatima Carneiro Fernandes (Faculdade de Medicina)
Marcos Fernades (Faculdade de Medicina)
Andréa de Castro Domingos (Faculdade de Odontologia)
Justine Monteiro Monnerat Tinoco (Faculdade de Odontologia)
Márcia Grillo Cabral (Faculdade de Odontologia)
Beatriz Akemi Takeiti (Faculdade de Terapia Ocupacional)
Claudia Reinoso Araujo de Carvalho (Faculdade de Terapia Ocupacional)
Adriana da Silva Santiago (HESFA)
Patricia da Silva Olario (HESFA)
Débora Henrique da Silva Anjos (Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho)
Jessika Geisebel Oliveira Neto (Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho)
Miria Gomes Pereira (Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho)

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

Coordenadores(as) de Unidade – Centro de Ciências da Saúde *(continuação)*

Daniela Maeda Takiya (Instituto de Biologia)
Margaret Maria de Oliveira Corrêa (Instituto de Biologia)
Tamires Rodrigues (Instituto de Biologia)
Jorge Mansur Medina (Instituto de Bioquímica Médica)
Juliana Camacho Pereira (Instituto de Bioquímica Médica)
Julio Alberto Mignaco (Instituto de Bioquímica Médica)
Luciana Ferreira Romão (Instituto de Ciências Biomédicas)
Luis Eduardo Menezes Quintas (Instituto de Ciências Biomédicas)
Michelle Rodrigues de Moraes (Instituto de Doenças do Tórax)
Alexandre dos Santos Brito (Instituto de Estudos de Saúde Coletiva)
Gerusa Belo Gibson dos Santos (Instituto de Estudos de Saúde Coletiva)
Maria Inês Pereira Guimarães (Instituto de Estudos de Saúde Coletiva)
Ana Maria Mazotto de Almeida (Instituto de Microbiologia Paulo de Góes)
Gabriella da Silva Mendes (Instituto de Microbiologia Paulo de Góes)
Vitor Von-Held Rabelo (Instituto de Microbiologia Paulo de Góes)
Maria Emilia Cosenza Andraus (Instituto de Neurologia Deolindo Couto)
Daniela Alves Minuzzo (Instituto de Nutrição Josué de Castro)
Juliana dos Santos Vilar (Instituto de Nutrição Josué de Castro)
Júlia Gouveia de Melo do Rego Monteiro (Instituto de Nutrição Josué de Castro)
Fernanda das Neves Costa (Instituto de Pesquisa de Produtos Naturais)
Andrea Deslandes (Instituto de Psiquiatria)
Maria Cristina Ventura Couto (Instituto de Psiquiatria)
Vera Lúcia dos Santos Britto (Instituto de Psiquiatria)
Glaucio Aranha (NUTES)
Luiz Augusto Rezende Filho (NUTES)
Bianca Ortiz da Silva (NEEDIER)
Camila Vasconcelos Teixeiras (NEEDIER)
Ana Lúcia Ferreira (IPPMG)

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

Coordenadores(as) de Centro/Campus

Sandra Maria Becker Tavares (CCJE)
Junya Rodrigues Barletta (CCJE)
Marta dos Reis Castilho (CCJE)
Renata Bastos da Silva (CCJE)
Bárbara Vasconcellos da Silva (CCMN)
Daniella Rodrigues (CCMN)
Marco Aurélio Santana (CFCH)
Vantuil Pereira (CFCH)
Ana Maria Mazotto de Almeida (CCS)
Anamaria Fagundes (CCS)
Ceci Figueiredo de Moura Santiago (CCS)
Débora Henrique da Silva Anjos (CCS)
Maria Clara Amado Martins (CCS)
Luiz Antonio Ferreira das Neves (CLA)
Maria Lizete dos Santos (CLA)
Silvia Fernandes Rodrigues (CLA)
Vitor Fonseca Costa (CLA)
Diego Fernando da Silva Paschoal (CM Macaé)
Thiago da Silva Alvares (CM Macaé)
Ariane de Jesus Sousa Batista (CT)
Daniel Tinôco Campos Neto (CT)
Karina Moita de Almeida (CT)
Paula Farencena Viero (CT)
Alinny Rosendo Isaac (Duque de Caxias)
André Martins de Moura (Duque de Caxias)
Jasmin O'Brien (Duque de Caxias)
Klícia Carla de Santana Lima (Duque de Caxias)
Mariella Alzamora Camarena (Duque de Caxias)
Raphael do Carmo Valente (Duque de Caxias)
Ana Carolina Santos do Rosárioa (FCC)
Christine Ruta (FCC)
Nadia Pereira de Carvalho (FCC)
Allan Paulo Moreira Santos (Museu Nacional)
Fernanda de Lima Souza (Museu Nacional)
Patricia Braga do Desterro (Museu Nacional)
Raphael Aquino Heleodoro (Museu Nacional)
Carlos Frederico Gurgel (NUPEM)

15ª SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ | 2026

Comissão Organizadora Reitoria

Christine Ruta (FCC)
Diego Fernando da Silva Paschoal (Macaé)
Fabianno Ferreira Dutra (PIBIC-UFRJ)
Georgia Correa Atella (PR1)
Jean Santiago Lourenço (PR1)
Marcelo Cortes Silva (PR1)
Felipe Siqueira de Souza (PR2)
Raphael da Silva Cavalcante (PR2)
Renata Gaspar Nascimento (PR2)
Barbara Tavela (PR5)
Danielle da Gama Peçanha (PR5)
Renata Corrêa Soares (PR5)
Cecília Izidoro (SGAADA)

Coordenação Geral da SIAc

Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes
Pró-reitora de Graduação – PR1

João Ramos Torres de Mello Neto
Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Ivana Bentes Oliveira
Pró-reitora de Extensão – PR5

Caderno de Resumos: Centro de Ciencias Juridicas e Economicas

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **14**

TITULO:MAPEAMENTO DE METODOLOGIAS DE CONSTRUÇÃO DE ONTOLOGIAS

AUTOR(ES) : **RUTE DA SILVA CAVALCANTI**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: A construção de Sistemas de Organização do Conhecimento constitui uma atividade central no âmbito da Ciência da Informação, estando diretamente relacionada à representação, organização e recuperação da informação. Nesse contexto, as ontologias destacam−se como instrumentos avançados de representação do conhecimento, especialmente no cenário da Web Semântica, por possibilitarem maior precisão semântica e interoperabilidade entre sistemas. Além disso, há expressiva diversidade de métodos utilizados para sua construção evidenciando a complexidade do campo, o que demanda maior sistematização e análise das abordagens existentes. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo mapear, na literatura científica da Biblioteconomia e Ciência da Informação, os métodos utilizados na construção de ontologias, identificando suas principais características e etapas de desenvolvimento. Busca−se, assim, oferecer uma visão sistematizada dessas abordagens, contribuindo para o aprimoramento dos processos de organização do conhecimento. A pesquisa caracteriza−se como de natureza básica, com abordagem qualitativa, e possui caráter exploratório e descritivo. Como procedimento metodológico, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, envolvendo a busca, seleção, análise e síntese de estudos relevantes. Os dados foram organizados e sistematizados em planilhas, permitindo a identificação das metodologias, suas características e etapas de desenvolvimento. Os resultados evidenciam a existência de um conjunto diversificado de metodologias, incluindo abordagens consolidadas, como Methontology, Método 101 e NeOn, assim como propostas mais recentes que integram múltiplas perspectivas e outras voltadas para cientistas da informação, como a OntoForInfoScience. Observa−se que essas metodologias podem ser agrupadas em abordagens baseadas em estágios sequenciais e em prototipagem evolutiva, além de uma tendência crescente de incorporação de princípios da Organização do Conhecimento e de abordagens centradas no usuário. Também se destaca o movimento em direção ao reuso e à integração de ontologias, bem como o uso de ferramentas como o Protégé no processo de desenvolvimento. Conclui−se que, apesar dos avanços no campo, ainda não há uma metodologia única ou universalmente aceita para a construção de ontologias, sendo comum a combinação de diferentes abordagens conforme os objetivos e contextos de aplicação. Evidenciam−se, ainda, desafios relacionados à avaliação da qualidade das ontologias, à manutenção e ao gerenciamento das ontologias ao longo do tempo.

BIBLIOGRAFIA: GUARINO, N. Formal ontology and information systems. In: FOIS'98, 1998, Trento, Italy. Proceedings [...]. Amsterdam: IOS Press, 1998. p. 3−15. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272169039_Formal_Ontologies_and_Information_Systems. Acesso em: abr. 2026. MENDONÇA, Fabrício Martins. ONTOFORINFOSCIENCE: metodologia para construção de ontologias [...]. 2015. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD−A35H3K. Acesso em: abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **23**

TITULO:NEGÓCIOS DE IMPACTO EM DISPUTA: ENTRE A ILUSÃO SALVACIONISTA E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

AUTOR(ES) : **MARIANA TRAJLEZER JUNQUEIRA DOS SANTOS,JOAO VITOR SATHLER ZUNIGA,GABRIEL MENDES RIBEIRO MARIONI**

ORIENTADOR(ES): **RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO**

RESUMO: O campo dos negócios de impacto social consolidou−se como uma das principais apostas de articulações contemporâneas entre mercado e transformação social, embora suas fronteiras conceituais ainda permaneçam em disputa. Este trabalho foi realizado na disciplina Negócios de Impacto do curso de Administração e teve como objetivo tensionar os critérios de definição de negócios de impacto a partir das críticas ao empreendedorismo social presentes na literatura acadêmica brasileira. Para isso, tomou−se como referência teórica central o artigo de Afonso, Silva e Alves (2025), bem como as contribuições de Ferraz e Ferraz (2022) e Ferraz (2022), que problematizam a reprodução da lógica neoliberal no campo do empreendedorismo social. O resultado foi um ensaio teórico, que permitiu uma análise crítica e interpretativa do fenômeno a partir do diálogo entre esses referenciais, sem a necessidade de coleta empírica primária. O estudo mobilizou ainda dados secundários coletados no primeiro semestre de 2025 junto ao Observatório de Negócios de Impacto do Rio de Janeiro e à Expo Favelas, analisados sob as lentes do Empreendedorismo de Encruzilhada (Afonso; Silva, 2024) e da metodologia TEM (Territorial Effectuation Monitoring) (Brufato; Bartholo, 2023). A partir disso, os resultados não se configuraram como dados quantificáveis, mas como uma nova percepção do fenômeno estudado, evidenciando o campo dos negócios de impacto de forma mais complexa e contraditória do que a narrativa dominante sugere. Identificou−se como a lógica neoliberal operou mesmo sob discursos de propósito, ao mesmo tempo em que a precariedade pôde ser convertida em oportunidade de mercado. Por outro lado, empreendimentos periféricos, liderados por pessoas negras, mulheres e moradores de territórios populares, ressignificaram o conceito de impacto a partir da vivência comunitária. Essa perspectiva evidenciou que o campo é heterogêneo e tensionado, e que os critérios dominantes, centrados em escalabilidade e sustentabilidade financeira, mostraram−se insuficientes para capturar processos históricos e sociais de reprodução da desigualdade. Como considerações finais, o ensaio apontou que a redefinição dos negócios de impacto exige a incorporação do protagonismo comunitário, da interseccionalidade e da articulação com políticas públicas, superando a lógica salvacionista que tende a gerir a desigualdade sem questioná−la.

BIBLIOGRAFIA: AFONSO, Rita; SILVA, Pollyana; ALVES, Júlia Sant'Ana. Críticas ao empreendedorismo social e empreendedores sociais diante das críticas ao seu fazer. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 10, n. 4, p. 244−279, jul./ago. 2025. FERRAZ, Janaynna de Moura; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico−materialista. Cadernos EBAPE.BR, v. 20, n. 1, p. 105−117, 2022. FERRAZ, Janaynna de Moura. Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão. Revista Katálysis, v. 25, n. 2, p. 252−261, maio/ago. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **58**

TITULO:PARA ALÉM DO PAPEL DE COADJUVANTE: A IMPORTÂNCIA DA CRIMINOLOGIA NO ENSINO JURÍDICO

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **FABIO PERIN SHECAIRA**

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo demonstrar a importância da Criminologia no ensino jurídico e na formação cidadã dos estudantes de Direito. Busca−se, para tanto, investigar as razões pelas quais a disciplina ocupa, tradicionalmente, uma posição periférica na grade curricular dos cursos jurídicos, bem como mapear os efeitos negativos decorrentes dessa marginalização. A análise considera, principalmente: (i) o fenômeno da fragmentação das disciplinas que compõem as ciências criminais e (ii) a oposição entre o saber criminológico acadêmico e o discurso penal de senso comum, ao qual todos estão submetidos (criminologia vulgarizada). Adota−se como metodologia a revisão bibliográfica, articulando obras e artigos científicos dedicados ao tema, articulada à experiência empírica adquirida no exercício da monitoria da disciplina. Busca−se, assim, evidenciar a relevância do conhecimento criminológico na formação dos graduandos em Direito, em especial no que se refere à superação do senso comum sobre os sentidos da questão criminal, notadamente marcados por estigmas de classe, raça e gênero. Ao final, sustenta−se um estudo de ciências criminais orientado ao 'pensar com' as criminologias críticas.

BIBLIOGRAFIA: BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2002. CARDOSO, Helena Schiessl. Criminologia brasileira: um mosaico à luz do ensino jurídico. 1. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. CARVALHO, Salo de. Antimanual de Criminologia. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **60**

TITULO:O GENOCÍDIO DE CANUDOS: A CONSTRUÇÃO DO SERTANEJO COMO INIMIGO NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA MARTINS**

RESUMO: A criminologia latino−americana, inclusive de vertente crítica, historicamente negligencia como objeto de estudo os genocídios estatais e os mecanismos simbólicos−discursivos que os viabilizam, a exemplo da mídia, de modo que as palavras dos mortos não são devidamente levadas em conta nas produções criminológicas. Nesse contexto, destaca−se o genocídio de Canudos, ocorrido no sertão baiano no final do século XIX. Apesar da relevância histórica do episódio, sua análise permanece pouco explorada no campo criminológico, especialmente em comparação com a historiografia, o jornalismo e a literatura. A pesquisa tem por objetivo analisar o episódio de Canudos a partir da perspectiva da criminologia midiática, com foco na relação entre discurso jornalístico e legitimação da violência estatal. Com isso, a pesquisa parte das seguintes perguntas: de que modo a imprensa da época construiu discursivamente a figura dos sertanejos? Em que medida essa representação contribuiu para a legitimação do massacre? Para respondê−las, metodologicamente, realiza−se uma revisão bibliográfica e documental associada à análise de discurso, de modo que o estudo organiza−se em três eixos: (i) contextualização histórica de Canudos; (ii) exame do papel da imprensa no período; e (iii) a análise de correspondências, discursos, entrevistas e notícias sobre Canudos publicados nos jornais da época. A pesquisa dialoga com a crítica à omissão dos genocídios na criminologia, conforme apontado por Wayne Morrison, e adota a perspectiva da criminologia midiática desenvolvida por Eugenio Raúl Zaffaroni e Matías Bailone, inserindo−se em uma leitura não euclidiana do episódio, como preconizado por José Calazans. Feito esse percurso, busca−se verificar a representação de Canudos na imprensa brasileira, permitindo avaliar o papel da imprensa na legitimação do massacre e na construção da categoria "sertanejo−inimigo" perante o corpo social brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. GALVÃO, Walnice. No Calor da Hora: a guerra de canudos nos jornais. 4. ed. Recife: Cepe Editora, 2019. ZAFFARONI, Eugenio Raul. A Palavra dos Mortos: Conferências de Criminologia Cautelar. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BAILONE, Matías. Dogmática penal e criminologia cautelar. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **63**

TITULO: Mapeamento dos conceitos sobre avaliação de fontes de informação por nativos digitais

AUTOR(ES) : **GIULLIANNE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS,NYSIA OLIVEIRA DE SÁ**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Diante do excesso de informações nos ambientes digitais, este trabalho, vinculado ao PIBIC, tem como objetivo mapear os principais conceitos utilizados em estudos sobre avaliação de fontes de informação por nativos digitais. Realizou−se uma revisão sistemática da literatura com abordagem qualitativa, incluindo leitura analítica de autores centrais e estratégia de busca planejada com bibliotecária especializada, utilizando descritores em português e inglês sobre avaliação de fontes de informação, no recorte de 2020 a 2025. As buscas foram feitas em bases como BVS, Oasisbr, Web of Science, PubMed, Scopus, SciELO, Brapci e Google Acadêmico. A primeira estratégia recuperou 649 documentos com baixa precisão. Após refinamentos (aspas, truncagem, filtros de idioma e campos específicos), foram recuperados 1.058 documentos com alta revocação e precisão, gerenciados no Zotero. O levantamento parcial mostra−se otimista e elencou termos complementares ou divergentes. Destaca−se a noção de autoridade cognitiva como critério de avaliação, que investiga a confiança depositada em autor, fonte ou instituição sobre um assunto, impactando hábitos de busca e uso da informação. Distingue−se entre autoridades cognitivas genuínas (baseadas em avaliação racional, credibilidade e evidência) e pseudoautoridades cognitivas (apelo emocional e desinformação). No âmbito da credibilidade, identificam−se, credibilidade presumida (baseada em pressupostos/estereótipos), credibilidade reputada (reputação e reconhecimento social), credibilidade de superfície (elementos visuais/formais da interface) e credibilidade experimentada (experiência e uso repetido). Também se destacam confiabilidade (imparcialidade, justiça, fidedignidade), precisão (exatidão, correção, ausência de erros) e consistência (coerência e confiança na qualidade do sistema ao longo do tempo). O conceito de qualidade de informação aparece como termo guarda−chuva, reunindo precisão, abrangência, atualidade, confiabilidade, validade e critérios operacionais (atualização, estabilidade, formato). Esses conceitos não aparecem isolados e não há consenso absoluto sobre suas definições, refletindo a complexidade da avaliação informacional no ambiente digital. Conclui−se que o mapeamento desses termos é essencial para estudos sobre avaliação de fontes, integridade da informação e integridade científica.

BIBLIOGRAFIA: Tomaél, Maria Inês; Alcará, Adriana Rosecler; Silva, Terezinha Elisabeth da. Fontes de Informação digital: critérios de qualidade. Londrina: EDUEL, 2021. p.13−41. BRITO, Jean Carlos Borges; MARTINS, Dalton Lopes. Revisão sistemática da literatura na Ciência da Informação: descrição detalhada dos passos metodológicos. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 1–20, 2023. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/209021. Acesso em: 09 jan 2026. PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants: part 1. On the Horizon, London, v. 9, n. 5, p. 1−6, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1108/10748120110424816. Acesso em: 10 abr 2026

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **69**

TITULO:BIBLIOTECA DIGITAL E ESPAÇO VIRTUAL DE MEMÓRIA: PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL DA VILA RESIDENCIAL

AUTOR(ES) : **ANA LETICIA NEVES ROSA**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE,DANILO PESTANA DE FREITAS,PATRICIA MALLMANN**

RESUMO: O presente trabalho está vinculado ao projeto de extensão da Biblioteca Comunitária da Vila Residencial e tem como proposta inicial o desenvolvimento de um acervo digital voltado à preservação e valorização da memória local da comunidade. A iniciativa encontra−se em fase de planejamento e estruturação, buscando criar uma plataforma digital gratuita ou de baixo custo que atenda a critérios de acessibilidade, usabilidade e organização eficiente da informação, permitindo navegação intuitiva e acesso democrático aos conteúdos. A metodologia prevista envolve a pesquisa e análise de plataformas digitais adequadas às necessidades do projeto, considerando aspectos técnicos, visuais e de acessibilidade. Além disso, serão realizadas reuniões com moradores da Vila Residencial para compreender expectativas, sugestões e demandas relacionadas à construção do acervo digital. Essas contribuições auxiliarão tanto na escolha da plataforma quanto no planejamento do layout da biblioteca digital, priorizando organização visual, recuperação eficiente das informações e elementos de identidade cultural representativos da comunidade. A atuação discente no projeto compreende a colaboração nas etapas de planejamento do ambiente digital, organização de documentos textuais e audiovisuais e levantamento de materiais relevantes para a preservação da memória local. Também está prevista a coleta de depoimentos de moradores antigos da Vila Residencial, visando registrar experiências e acontecimentos históricos importantes para a comunidade. Como resultados esperados, pretende−se desenvolver uma ferramenta digital capaz de ampliar o acesso à memória coletiva da Vila Residencial, contribuindo para a preservação de sua história, fortalecimento da identidade cultural local e aproximação entre universidade e comunidade por meio das ações extensionistas promovidas pela Biblioteca Comunitária da Vila Residencial.

BIBLIOGRAFIA: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC Livros: plataforma digital de acesso gratuito à leitura. Brasília, DF: MEC, 2026. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e formação de leitores. Brasília, DF: MEC, [s.d.]. BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 2018. Tainacan. Tainacan: plataforma para gestão e publicação de acervos digitais em WordPress. Brasília, DF: Universidade de Brasília; IBICT, [s.d.].

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **77**

TITULO:Descolonizar o pensamento: A educação para a soberania digital popular

AUTOR(ES) : **NICOLAS ALEXANDER DA SILVA CRUZ LOPES,PEDRO HENRIQUE SILVA DE AGUIAR,EDUARDO MAIA MATTOS**

ORIENTADOR(ES): **LALITA KRAUS**

RESUMO: No atual contexto tecnológico, persistem dinâmicas coloniais no ambiente digital, com corporações do Norte Global controlando infraestruturas digitais essenciais. Essa dominação impacta econômica, política e culturalmente os países dependentes dessas estruturas (COULDRY E MEJIAS, 2019). Territórios periféricos são inseridos em lógicas de exploração e controle, como exemplificado pela digitalização da natureza e dos saberes amazônicos, e pelo domínio de monopólios como a Starlink. Soma−se a isso a plataformização, que intensifica a desinformação e a privatização de serviços públicos (CASSINO ET AL., 2021). Nesse cenário, a soberania digital emerge como uma agenda política crucial para combater a dominação e as injustiças sociais determinadas tecnologicamente. Apesar das diversas interpretações do conceito, a soberania digital pode ser entendida como a capacidade de assumir o controle das políticas digitais, possibilitando a criação de alternativas tecnológicas sob uma governança democrática (MOROZOV E BRIA, 2018). No presente trabalho, escolhemos destacar o papel da educação na construção da soberania tecnológica como um projeto político−cultural voltado para a emancipação das sociedades periféricas. O objeto do estudo é a prática educacional proposta pelo Núcleo de Tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na qual estivemos envolvidos como formandos em 2024. A partir dessa experiência, definimos como objetivo geral do trabalho a análise da proposta pedagógica e sua relação com a soberania digital. Do ponto de vista metodológico, realizamos uma pesquisa participante durante a participação no curso e daremos continuidade a essa abordagem ao longo de 2025 e 2026, com atividades de extensão nas escolas. Como resultados preliminares, identificamos uma proposta educacional que promove uma visão crítica sociotécnica da tecnologia, ao mesmo tempo em que promove uma compreensão e prática da lógica de programação. Embora a educação não seja uma ferramenta de enfrentamento direto ao colonialismo digital, ela se posiciona como uma tática de transformação político−cultural e enfrentamento da ideologia dominante

BIBLIOGRAFIA: CASSINO, J. F.; SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. Colonialismo de dados: como opera a trincheiro algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literaria, 2021. 10.17771/PUCRio.OSQ.65398 COULDRY, N; MEJIAS, U. A. The Costs of Connection: How Data is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019. https://doi.org/10.1080/1369118X.2022.2062254 MOROZOV, E.; BRIA, F. Rethinking the smart city. Berlim: Rosa Luxemburg Stiftung, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **104**

TITULO:POTENCIAIS IMPACTOS NEGATIVOS NA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL DE MARICÁ COM O FIM DO ISSQN

AUTOR(ES) : **MARCIAL GOUVEIA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **HENDRICK PINHEIRO**

RESUMO: A reforma tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 promove a extinção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e sua incorporação ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), alterando estruturalmente a distribuição de receitas entre os municípios. O artigo analisa os potenciais impactos dessa mudança sobre a arrecadação municipal de Maricá (RJ), avaliando os riscos fiscais da transição do princípio da tributação na origem para o princípio do destino. A metodologia combina análise descritiva quantitativa de relatórios fiscais oficiais do período de 2021 a 2024 com pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo qualitativa. Os resultados demonstram que a arrecadação do ISSQN em Maricá superou consistentemente a inflação no período analisado, evidenciando expansão real da base tributária vinculada à cadeia de petróleo e gás. Esse desempenho, contudo, está estruturalmente ancorado no princípio da origem e tende a ser comprometido com a plena vigência do IBS. Durante o longo período de transição previsto no art. 131 do ADCT, o impacto fiscal sobre Maricá decorrerá da limitação imposta pelo coeficiente de distribuição calculado com base na receita histórica de 2019–2026, neutralizando parcialmente os ganhos reais acumulados. Conclui−se que municípios com economias orientadas à prestação de serviços enfrentam riscos relevantes de descontinuidade orçamentária, reforçando a necessidade de mecanismos de compensação efetivos.

BIBLIOGRAFIA: GOBETTI, Sérgio W.; ORAIR, Rodrigo O. Reforma tributária e federalismo fiscal: riscos e oportunidades. Texto para Discussão IPEA, n. 2890. Brasília: IPEA, 2024. PINHO, João Ricardo Dias de. Pacto federativo e distribuição da receita do IBS: desafios do legislador complementar. In: CARVALHO, Paulo de Barros (org.). A reforma tributária do sistema tributário nacional sob a perspectiva do construtivismo lógico−semântico: o texto da Emenda Constitucional 132/2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **134**

TITULO:Alertas Públicos e Risco Ambiental: O Papel da Vigilância Popular Ambiental no Caso Ternium, em Santa Cruz, Rio de Janeiro.

AUTOR(ES) : **VITÓRIA SANTOS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUñOZ GAVIRIA**

RESUMO: O projeto de Iniciação Científica, em processo de desenvolvimento, é conduzido no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e integrado à pesquisa “Análise socioinformática de conflitos ambientais”, buscando compreender como práticas de Vigilância Popular Ambiental atuam nessa dinâmica, emitindo alertas públicos no cenário sociopolítico diante de riscos ambientais, atuando como lançadores de alerta, focando no caso Ternium, em Santa Cruz, Rio de Janeiro. A empresa Ternium é a maior siderúrgica da América Latina, localizada em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Dentre seus valores, constam o comprometimento com o meio ambiente, desenvolvendo um negócio sustentável, minimizando o impacto ambiental e fomentando a comunidade local, no qual o desenvolvimento e o crescimento da zona afetada são motores da transformação espacial. Porém, o que se observa, na prática, é a degradação ambiental e descaso com a população do entorno, afetando o cotidiano e a qualidade de vida dessas pessoas, oferecendo graves riscos à saúde. As práticas exercidas pela instituição caracterizam−se pelo seu potencial poluidor e de consumo de recursos naturais, no qual grandes quantidades de água e energia são utilizadas para promover suas atividades. Essas práticas, além de emitirem gases de efeito estufa, também contaminam o local, causando problemas aos habitantes. Como forma de reverter este quadro e garantir seus direitos sociais e ambientais, a comunidade adotou a prática de Vigilância Popular Ambiental, na qual “[...] promove o protagonismo dos sujeitos em situação de vulnerabilidade ambiental na produção e avaliação de dados sobre a poluição a que estão submetidos” (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2019, p. 2) de forma a agir como lançadores de alerta, monitorando os níveis de poluentes emitidos pela organização e expondo os conflitos ambientais gerados por materiais poluentes emitidos pelas atividades extrativistas, de maneira a ameaçar o bem comum. A pesquisa, ainda em fase inicial, pretende construir uma base analítica sólida utilizando como metodologia a revisão narrativa da literatura. Esta técnica consiste na compreensão, comparação e contextualização do objeto estudado, constituindo uma análise crítica e interpretativa da literatura. A coleta de dados será efetuada por meio da plataforma Scielo, centrando o protocolo de busca no termo “Vigilância Popular Ambiental” e correlatos para constituir uma síntese conceitual de conteúdos bibliográficos selecionados, conectando diferentes perspectivas epistemológicas e metodológicas. Como resultado, o projeto busca entender a prática de Vigilância Popular Ambiental no caso Ternium, em Santa Cruz, escrutinando−a de modo a contemplar sua origem, seu modus operandi, quais atores estão envolvidos na causa e quais aparatos legais são utilizados na legitimação de suas atividades, bem como o uso de dados obtidos nesse confronto ativo para constituir denúncia em espaços físicos e digitais de informação.

BIBLIOGRAFIA: ACSELRAD, H. GIFFONI, R. OS ALERTAS E O ARBÍTRIO. Diplomatique, São Paulo, 15 out. 2021. Disponível em: https://diplomatique.org.br/os−alertas−e−o−arbitrio/. Acesso em: 06 abr. 2026. CARVALHO, L.V.B. ROCHA, F. FINAMORE, R. Vigilância popular ambiental e siderurgia: as experiências de Piquiá de Baixo (MA) e Santa Cruz (RJ), Brasil. Ciência e Saúde Coletiva. 2019/dez. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Qbg8dPwFN8rD48bnqTMBWXH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **146**

TITULO:O TRIBUNAL DAS NARRATIVAS: A CONSTRUÇÃO DA VERDADE JURÍDICA NO CASO HENRY BOREL

AUTOR(ES) : **CAROLINA CUNHA AMAZONAS PAIXAO**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO: O presente trabalho pretende descrever e analisar as práticas narrativas da Polícia Civil, da Imprensa e do Poder Judiciário na produção da verdade jurídica no Caso Henry Borel. O Caso inicia−se em 8 de março de 2021, quando o menino Henry (4 anos) foi morto no apartamento onde morava com sua mãe e o padrasto, conforme inquérito policial. A partir do dia 9 de março de 2021, a imprensa inicia uma ampla cobertura jornalística sobre o caso e, conforme surgem novas informações, as veicula imediatamente. Ao narrar o evento, a Imprensa produz biografias morais da vítima e dos réus, já a investigação policial, interessada na apuração das provas, buscando indícios e provas de autoria e materialidade do crime, que inicia o processo penal. O esforço analítico da pesquisa de iniciação científica se estrutura em três principais etapas, para construir a compreensão da construção da verdade jurídica no caso, apresentada por diferentes instituições. Inicialmente, foi estudada a narrativa policial , visando compreender a construção de culpabilidade por meio do discurso institucional, situando os réus no universo simbólico de culpados, mobilizando os conceitos de prova e verdade policial . Em seguida, a compreensão de como as práticas jornalísticas construíram, narrativamente, biografias acerca dos personagens, utilizando recursos como o enquadramento jornalístico e a produção de juízos morais dos sujeitos. Atualmente, são analisadas as estratégias entre defesa e acusação , observadas no âmbito judicial e também virtual, para a construção da "verdade dos fatos", como norteador que possibilita a compreensão dos discursos que são considerados verdadeiros. Para pensar o tema, adoto o conceito de “descrição densa” (Clifford Geertz) como a principal chave interpretativa e os “movimentos cognitivos” (Luiz Motta), para pensar os jogos de força entre os atores envolvidos no caso . Sendo uma pesquisa qualitativa e empírica, de inspiração etnográfica para realização de trabalho de campo, a metodologia envolve levantamento e análise bibliográfica, pesquisa no acervo do Instagram de atores do caso, análise dos autos do processo oficial e entrevistas com profissionais da mídia. Ao longo da pesquisa, foi percebido que a verdade dos fatos trata−se de uma categoria nativa construída por lógicas e linguagem próprias dos agentes que narram a história publicamente e produzem, por meio da linguagem jurídica e jornalística, um conceitos próprios. A relevância acadêmica do tema reside na possibilidade de compreender como a categoria de verdade jurídica é socialmente construída em casos de grande repercussão midiática , revelando que a formação da culpabilidade ultrapassa os limites formais do processo judicial, sendo a produção da verdade não apenas um resultado probatório, mas um fenômeno discursivo atravessado por relações de poder, moralidades públicas e disputas simbólicas.

BIBLIOGRAFIA: GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Págs. 13−41 MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom, 2005. p. 05−09. DA SILVA, Edilson Márcio Almeida. Notícias da violência urbana: um estudo antropológico. Editora da UFF, 2010. p. 66. FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: Dreyfus, Hubert L. e Rabinow,Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **219**

TITULO:INTEROPERABILIDADE SEMÂNTICA: UMA ANÁLISE COSMOPOLITA NA BASE DE DADOS DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNAL (DOAJ)

AUTOR(ES) : **JONAS VIANNA DO AMARAL BERMOND NATAL**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO: A Interoperabilidade Semântica é uma das vertentes dentro da Organização do Conhecimento. Vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) o projeto intitulado Interoperabilidade Semântica em Ambientes de Compartilhamento de Dados de Pesquisa, na competência da pesquisa Potencialidades da Integração Semântica em Sistemas de Organização do Conhecimento nos Repositórios de Dados de Pesquisa, objetiva investigar como ocorre a Interoperabilidade semântica nos Sistemas de Organização do Conhecimento. O presente resumo objetiva continuar a investigação de recuperação, análise, interpretação e das produções textuais e desdobramento de resultados de representação e recuperação semântica dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Para mais, a metodologia adotada baseia−se na análise bibliométrica dos termos “Interoperabilidade Semântica”, “Compatibilização Semântica”, “Compatibilização de Linguagem”, “Compatibilização Terminológica” e “Compatibilização de Sistemas de Organização do Conhecimento” na Base de Dados Directory of Open Access Journal (DOAJ), no período de janeiro a abril de 2026. O diretório online reúne documentos científicos (jornais e artigos) de acesso aberto e revisão por pares de inúmeras partes do globo – aspecto crucial para sua seleção. Ademais, a pesquisa selecionou apenas os artigos em Português e Inglês para revisão literária, que apresentassem os termos supracitados. Espera−se identificar como a literatura aborda a Interoperabilidade Semântica nos SOC a nível internacional.

BIBLIOGRAFIA: DOAJ: Directory of Open Access Journals, 2026. Disponível em: https://doaj.org/ . Acessado em: 30 abr. 2026. MUCHERONI, M. L.; SILVA, J. F. M. A interoperabilidade dos sistemas de informação sob o enfoque da análise sintática e semântica de dados na web. Ponto de Acesso, v. 5, n. 1, 2011. WEISS, L. C.; MEDEIROS, M. B. B. Interoperabilidade semântica: uma análise sob a perspectiva da abordagem ontológica de quine. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 28, n., 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **222**

TITULO:UM OLHAR SOBRE TELA: A LIMÍTROFE E O TRANSVAZAR DOS ESPAÇOS BIBLIOTECONÔMICOS PERANTE AS SOCIABILIDADES EM CENÁRIOS TECNOINFORMACIONAIS

AUTOR(ES) : **JONAS VIANNA DO AMARAL BERMOND NATAL**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: O mundo contemporâneo se encontra em vista das contínuas transformações multimodais dos cenários tecnoinformacionais e transmidiáticos da comunicação. Isto é, os espaços informacionais das mídias sociais têm revolucionado suas estruturas cada vez mais fluidas na quebra dos ambientes físicos e não físicos de comportamentos e relações humanas. Seus limites estabelecidos por David Lankes (2016) – em espaços−estruturais da casa, do trabalho e da biblioteca – transbordam nas competências identitárias (sociopolítica, cultural−geográfica e econômica) às espontaneidades dimensionais do ciberespaço pela cibercultura. Portanto, o trabalho busca observar a limítrofe e o transvazar dos espaços biblioteconômicos supracitados, mais os quatro espaços (Jochumsen; Rasmussen; Skot−Hansen, 2012) – que neste trabalho será referido como quarto espaço biblioteconômico – para Gestão de Unidades de Informação. Dessa maneira, optou−se por uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. Os métodos adotados foram o modelo bola de neve e a revisão narrativa de fontes primárias e secundárias, sob análise subjetiva de itens extraídos do Google Scholar e vocabulário controlado pelo Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação com aplicação estratégica de operadores booleanos. Por fim, estipula−se que a volatilidade dos espaços digitais comunicacionais e informacionais precisam de um ambiente permeável tal como um tecido do mundo digital que possa vazar e absorver suas competências, urgências e amplitudes – o quinto espaço.

BIBLIOGRAFIA: LANKES, R. David. EXPECT MORE: demanding better libraries for today's complex world. [S.l]: Createspace, 2016. Disponível em: https://davidlankes.org/wp−content/uploads/2014/01/ExpectMoreOpen.pdf . Acesso em: 18 maio 2026. OLIVEIRA, Walter Clayton. A DINÂMICA DA SOCIOCOMUNICAÇÃO NO CIBERESPAÇO: o impulso alquímico. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2005. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/29538745−8f6b−48a8−8ad6−e6b34b7e1fc9/content . Acesso em: 19 maio 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **259**

TITULO:EMPREENDEDORISMO PERIFÉRIO E AÇÕES DE EXTENSÃO

AUTOR(ES) : **GABRIELLE DRUMOND SALOMÃO,RAFAELLE DRUMOND SALOMAO**

ORIENTADOR(ES): **CRISTINA PIMENTA DE MELLO SPINETI LUZ**

RESUMO: A pesquisa, ainda em andamento, tem como objetivo mapear e analisar ações de extensão no Brasil voltadas ao empreendedorismo periférico, buscando compreender sua inserção no campo das finanças sociais, sustentáveis ou solidárias, bem como suas dificuldades presentes e projeções futuras. Para tanto, adota−se como procedimento metodológico a pesquisa documental, por meio da identificação e análise de diferentes ações de extensão, e a aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas junto às iniciativas investigadas. Essa abordagem visa examinar os principais desafios enfrentados por essas ações, bem como os aprendizados, impactos produzidos e expectativas futuras. A partir dos resultados, busca−se estabelecer relações entre os projetos analisados e o projeto Manamano, desenvolvido na UFRJ e estudado anteriormente, de modo a destacar desafios e aprendizados em comum, além de evidenciar possíveis soluções construídas a partir das diferentes experiências. Busca−se, ainda, identificar se as iniciativas analisadas inserem−se no campo das finanças sociais, sustentáveis ou solidárias. Apresentando como resultado a produção de um relatório analítico que reúna os aprendizados sobre iniciativas de extensão, oferecendo informações organizadas para o projeto Manamano e para futuras ações de extensão com o intuito do desenvolvimento do empreendedorismo periférico. A análise fundamenta−se em diferentes perspectivas teóricas sobre desenvolvimento, território e transformação social. A concepção de desenvolvimento includente de Sachs (2008) permite compreender as ações de extensão como estratégias que articulam inclusão social, geração de renda e sustentabilidade, enquanto Santos (1977) contribui para interpretar o empreendedorismo periférico a partir das desigualdades socioespaciais dos territórios onde essas iniciativas se desenvolvem. Por sua vez, a abordagem das capacidades de Sen (1993) amplia a compreensão dos impactos dessas ações ao considerar que o desenvolvimento deve ser avaliado pela expansão das liberdades, da autonomia e das oportunidades reais das pessoas, para além dos resultados econômicos. Dessa forma, esses referenciais teóricos clássicos fornecem suporte para interpretar os resultados da pesquisa, compreendendo as ações de extensão como instrumentos de promoção do desenvolvimento includente, enfrentamento das desigualdades territoriais e fortalecimento das capacidades humanas, contribuindo para avaliar seu potencial no campo das finanças sociais, sustentáveis e solidárias.

BIBLIOGRAFIA: SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, n. 54, p. 81−100, 1977. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim−paulista/article/view/1092/949. Acesso em 21 jul. 2026. SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. Lua Nova: revista de cultura e política, 1993, p. 313−334. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102−64451993000100016. Acesso em: 21 jul. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **272**

TITULO:O POPULISMO RELIGIOSO−NACIONALISTA COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA TURCA SOB O GOVERNO DE ERDOGAN

AUTOR(ES) : **PALOMA MORAIS CARDOSO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A presente pesquisa investiga a relação entre ideologia e política externa a partir do caso da Turquia sob a liderança de Recep Tayyip ErdoÄan e do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP). O objetivo central é demonstrar que o populismo religioso−nacionalista não constitui apenas um traço discursivo do governo, mas um instrumento estratégico utilizado para legitimar e sustentar uma política externa mais assertiva e intervencionista. A metodologia adotada baseia−se em análise qualitativa, com revisão bibliográfica e interpretação histórica e política do contexto turco contemporâneo. A atuação da autora concentrou−se na análise teórica do conceito de populismo e sua articulação com a política externa, bem como na investigação do contexto histórico da Turquia pós−Império Otomano e das transformações promovidas pelo governo ErdoÄan, com destaque para os impactos do legado kemalista e o ressurgimento de identidades religiosas e nacionalistas como base de legitimação política. Em termos de resultados alcançados, observa−se que a articulação entre islamismo sunita e nacionalismo revisionista atua como base de legitimidade interna, permitindo enquadrar a política externa como defesa da identidade e dos interesses nacionais, ao mesmo tempo em que contribui para redefinir o papel da Turquia no Oriente Médio a partir da interação entre dinâmicas domésticas e transformações da ordem global. A partir disso, as considerações finais são de que a política externa turca contemporânea não pode ser compreendida apenas por fatores geopolíticos tradicionais, sendo fundamental considerar o papel das construções ideológicas e discursivas, evidenciando uma inflexão sob ErdoÄan, na qual o país se afirma como um ator autônomo, com ambições de protagonismo, postura revisionista e pretensão de liderança no mundo sunita.

BIBLIOGRAFIA: LEWIS, Bernard. The emergence of modern Turkey. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002. AHMAD, Feroz. The making of modern Turkey. London: Routledge, 1993. ZÜRCHER, Erik J. Turkey: a modern history. 3. ed. London: I.B. Tauris, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **277**

TITULO:Coisa julgada administrativa e decadência da autotutela: os caminhos para a segurança jurídica no processo administrativo segundo o STF

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA DA CRUZ LOIOLA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: O presente resumo é uma continuidade do projeto de pesquisa “O direito à segurança jurídica no processo administrativo ”, que investiga se o Supremo Tribunal Federal (“STF”) considera a coisa julgada administrativa instituto adequado para garantir o direito à segurança jurídica no processo administrativo. A justificativa da pesquisa se dá em vista desse instituto ser objeto de ampla controvérsia doutrinária, uma vez que não goza do mesmo regime de proteção da res iudicata judicial, podendo a Administração Pública rever seus atos em razão de vício, juízo de oportunidade ou conveniência (art. 53, Lei 9.784/99). Para tanto, fez−se levantamento jurisprudencial no portal de consulta do STF, mediante busca pelas palavras−chave "processo administrativo" e "coisa julgada administrativa” cumulativamente. A busca resultou em 18 acórdãos, de intervalo não intencional entre 2014 a 2026, dos quais 15 compuseram o escopo principal e 3 foram excluídos em razão de conteúdo decisório alheio ao objeto de discussão da pesquisa. Após análise das razões de decidir do conjunto, constatou−se que o STF não possui entendimento consolidado sobre a temática. Dos 15 acórdãos analisados, 2 negam expressamente a existência da coisa julgada administrativa, afirmando que a imutabilidade decisória é predicado exclusivo da função jurisdicional. 7 acórdãos mencionam o instituto sem defini−lo, resolvendo os casos pela decadência do art. 54 da Lei nº 9.784/99 e o princípio da segurança jurídica – linha originada pelo MS 30.780 AgR (1ª Turma, 2017) e replicada por outros seis acórdãos relacionados à revisão de pensões pelo Tribunal de Contas da União, por motivação per relationem. Outros 5 acórdãos tangenciam a categoria, mas a afastam no caso concreto por fundamentos diversos. Apenas um acórdão (MS 38.174 AgR, 1ª Turma, 2022) aplica a coisa julgada administrativa como ratio decidendi autônoma, independente da decadência. Em 14 dos 15 casos, portanto, a coisa julgada administrativa não opera como fundamento de proteção do administrado. O conjunto−universo, porém, indica que a decadência da autotutela é instrumento promissor de sustentação da segurança jurídica no espaço amostral analisado. Por essa razão, o estudo seguirá mapeamento jurisprudencial com as palavras−chave "processo administrativo", "segurança jurídica" e "decadência", cumulativamente, a fim de catalogar decisões do Supremo Tribunal Federal que discutam a aplicação de tal instituto na esfera administrativa em favor do administrado. A análise será orientada pelo marco teórico de Marques Neto e Zago (2022), que tratam a decadência da autotutela como mecanismo autônomo e suficiente de proteção do ato administrativo e de seus efeitos, confrontando a prática da Corte com a elaboração doutrinária sobre o tema. Assim, espera−se confirmar a hipótese emergente do primeiro espaço amostral de que a decadência da autotutela é relevante instrumento de concretização da segurança jurídica no processo administrativo.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 40. ed. São Paulo: Atlas, 2026. COUTO E SILVA, Almiro do. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e o direito da administração pública de anular seus próprios atos administrativos: o prazo de−cadencial do art. 54 da Lei do Processo Administrativo da União (Lei nº 9.784/99). Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 237, p. 271−315, jul./set. 2004. MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ZAGO, Marina Fontão. Decadência da autotutela administrativa: a proteção do ato administrativo e de seus efeitos jurídicos. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 281, n. 3,

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **288**

TITULO:EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO CRÍTICA: A EXPERIÊNCIA DO LABORATÓRIO NEXUS NO PRÉ−VESTIBULAR COMUNITÁRIO DE ARARUAMA

AUTOR(ES) : **RAQUEL DE AZEVEDO GUSMãO**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Este trabalho analisa a experiência de uma estudante bolsista de extensão vinculada ao Laboratório Nexus, no âmbito da ação “Papo de Defesa nas Escolas: diálogos sobre a (in)segurança no mundo”, desenvolvida em parceria com o pré−vestibular comunitário de Araruama (Prepara). A iniciativa, realizada no contexto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem como objetivo promover o diálogo entre universidade e sociedade por meio da divulgação científica e da construção coletiva de conhecimentos sobre temas de segurança e defesa, com foco em estudantes oriundos da classe trabalhadora. Ancorado no referencial teórico de Paulo Freire, especialmente na noção de educação dialógica, o trabalho enfatiza a centralidade do diálogo como prática pedagógica que rompe com modelos verticalizados de transmissão do conhecimento e valoriza a escuta, a troca e a construção conjunta de saberes. A partir de uma abordagem qualitativa, baseada em relato de experiência e análise reflexiva das atividades desenvolvidas, o artigo examina como a atuação extensionista contribui simultaneamente para a formação acadêmica e cidadã da bolsista e para o fortalecimento de espaços educativos populares. Destaca−se o caráter dialógico da ação, no qual os conteúdos são definidos em interação com as demandas dos estudantes, em consonância com a perspectiva freireana de uma educação problematizadora e socialmente comprometida. Argumenta−se que a experiência evidencia o potencial da extensão universitária como instrumento de democratização do conhecimento, ao aproximar debates acadêmicos de realidades sociais concretas e ao reconhecer os estudantes como sujeitos ativos do processo educativo. Por fim, o trabalho ressalta a relevância de iniciativas que articulam ensino, pesquisa e extensão na construção de uma universidade socialmente referenciada, comprometida com a redução das desigualdades educacionais e orientada por práticas pedagógicas críticas e transformadoras.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. MAIA, Marrielle; ARAÚJO, Ana Beatriz; BRUNETTA, Pedro Costa. Relações Internacionais na Extensão Universitária: o tripé do ensino, pesquisa e extensão levado à educação básica. Mural Internacional, Rio de Janeiro, v. 10, p. e38186, 2019. SILVA, Karine de Souza. Os Estudos Críticos da Branquitude e as Relações Internacionais: disputando narrativas e desafiando estruturas epidérmicas de poder em ensino, pesquisa e extensão. Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 44, n. 93, p. 1–47, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **307**

TITULO:O PARADOXO BUKELE: LIMITES DA DEMOCRACIA EM EL SALVADOR

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA NUNES RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O paradoxo Bukele: limites da democracia em El Salvador Autora : Maria Eduarda Nunes Ribeiro Orientador : Diogo Dario Palavras−chave : El Salvador. Nayib Bukele. Comunicação política. Segurança pública. Direitos Humanos. Populismo. O presente trabalho analisa a construção da imagem política de Nayib Bukele em El Salvador, com foco na relação entre comunicação digital, política de segurança pública e impactos sobre as instituições democráticas. Busca−se compreender de que maneira a comunicação direta e emocional adotada pelo presidente, aliada aos resultados no combate à criminalidade, contribuiu para a legitimação de seu governo, ao mesmo tempo em que gerou críticas relacionadas à erosão democrática e às violações de direitos humanos. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em análise bibliográfica e documental conduzida pela autora. O levantamento incluiu produções acadêmicas, relatórios de organizações internacionais e matérias jornalísticas, permitindo à pesquisadora relacionar o referencial teórico ao estudo de caso do governo Bukele e desenvolver uma análise crítica sobre os impactos políticos e institucionais observados em El Salvador. O trabalho examina como o uso intensivo das redes sociais, marcado pela personalização da comunicação e pela aproximação direta com a população, fortaleceu a popularidade do presidente e sua projeção internacional. Paralelamente, discute os impactos do regime de exceção implementado em 2022 e a centralidade da política de segurança na sustentação do governo. Também são analisadas críticas formuladas por organizações internacionais diante de denúncias de violações de direitos humanos, concentração de poder e enfraquecimento institucional. A partir da análise realizada pela autora, observa−se que a elevada aprovação popular de Bukele está diretamente associada à redução dos índices de violência e à construção de uma narrativa política baseada na eficiência e no combate ao crime. Contudo, verifica−se que esse processo ocorre simultaneamente ao avanço de tensões democráticas e à ampliação de medidas consideradas autoritárias. Conclui−se que o caso salvadorenho evidencia um paradoxo contemporâneo, no qual a busca por segurança pública e respostas rápidas à violência fortalece lideranças altamente populares, ao mesmo tempo em que suscita debates sobre os limites democráticos, a preservação das instituições e a proteção dos direitos humanos na América Latina.

BIBLIOGRAFIA: COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Estado de exceção e direitos humanos em El Salvador. 2024. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2024/207.asp. Acesso em: 29 mar. 2026. ROQUE BALDOVINOS, Ricardo. Nayib Bukele: populismo e implosión democrática en El Salvador. Andamios, v. 18, n. 46, p. 233−255, 2021. SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. El Salvador sob Bukele: entre o desejo autoritário e o medo. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 37, p. 326−347, jan. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **312**

TITULO:Relações Brasil–Estados Unidos no Governo Dilma Rousseff sob a perspectiva dos discursos.

AUTOR(ES) : **ANA LUIZA MOREIRA CORREIA**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: O trabalho tem como objetivo analisar se houve mudanças na tônica da relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos durante o governo Dilma Rousseff (2011–2016). A relevância do tema se insere no debate sobre política externa brasileira e seus padrões de alinhamento e autonomia no sistema internacional. Para isso, será empregada a metodologia de análise de discurso aplicada a discursos oficiais de chefes de Estado (Dilma Rousseff e Barack Obama), bem como de representantes do Ministério das Relações Exteriores e do alto escalão do Estado de ambos os países. Os discursos estudados incluem pronunciamentos oficiais, discursos em fóruns internacionais e entrevistas públicas. A análise buscará identificar padrões discursivos, possíveis mudanças de posicionamento e elementos de convergência ou divergência entre os governos. Parte−se da hipótese de que eventos como o episódio de espionagem revelado em 2013 contribuíram para o aumento de tensões e para um relativo distanciamento diplomático, refletido nos discursos oficiais. Como resultado esperado, pretende−se evidenciar que conflitos de interesses impactaram a dinâmica da relação bilateral no período analisado.

BIBLIOGRAFIA: ATRIOTA, Antonio de Aguiar. Política externa dos anos Dilma (2011−2016): um Brasil com influência global. Revista Interesse Nacional, São Paulo, v. 10, n. 37, p. 5−18, abr./jun. 2017. PECEQUILO, Cristina Soreanu. As relações bilaterais Brasil−Estados Unidos no governo Dilma Rousseff (2011−2014). Meridiano 47 − Journal of Global Studies, Brasília, v. 16, n. 150, p. 18−25, 2015. Language and Power FAIRCLOUGH, Norman. Language and power. 2. ed. London: Longman, 2001.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **318**

TITULO:Tendências temáticas nas Conferências NOCMAT (1984–2023)

AUTOR(ES) : **ISABEL APARECIDA DOS SANTOS QUERINO,DIEGO VELASCO COELHO**

ORIENTADOR(ES): **PIERRE OHAYON**

RESUMO: As Conferências Internacionais sobre Materiais e Tecnologias Não Convencionais (NOCMAT) vêm sendo realizadas desde 1984, sendo sua próxima edição no Rio de Janeiro, em junho de 2026. O evento consolidou−se como espaço de produção e difusão de conhecimento acerca do desenvolvimento e da aplicação de materiais alternativos na construção civil, como bambu, terra, cortiça, bioconcretos, bioplásticos e fibras naturais, recursos relevantes na construção sustentável (GHAVAMI et al ., 2014). Nesse contexto, a conferência conecta as iniciativas promovidas pela Associação Brasileira de Ciências de Materiais e Tecnologias Não Convencionais (ABMTENC). Ao longo de 19 edições já realizadas, o evento já apresentou um total de 1.722 trabalhos, com a participação de mais de 695 instituições de cerca de 65 países, evidenciando a extensão internacional e a relevância acadêmica. O presente estudo tem como objetivo analisar as tendências temáticas e os subtemas das pesquisas apresentadas nos anais da NOCMAT no período de 1984 a 2023, a partir de uma abordagem bibliométrica e documental. Os resultados indicam uma evolução contínua do foco das pesquisas, que inicialmente estavam mais focadas em materiais alternativos e soluções de baixo custo, passando depois integrar estudos voltados ao desempenho técnico, como durabilidade e comportamento mecânico, e, mais recentemente, direcionando−se para questões ambientais, como sustentabilidade, eficiência energética e materiais de baixo carbono, em diálogo com as demandas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2019) como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as discussões da COP30 (ONU, 2025). A análise dos subtemas evidencia a predominância de áreas como materiais à base de cimento, bambu, reciclagem e habitação, além de estudos ligados à validação experimental, como ensaios e análises de resistência de materiais, ao mesmo tempo em que aponta menor recorrência em temas como clima, gestão e segurança. De modo geral, as tendências identificadas revelam a organização da produção científica em torno de três eixos temáticos principais: desempenho técnico, sustentabilidade e validação experimental, refletindo o amadurecimento do campo e sua contribuição para o enfrentamento dos desafios ambientais atuais. Conclui−se que a análise temática das conferências NOCMAT além de contribuir para a compreensão do estado da arte da área, reforça a importância dos estudos bibliométricos como ferramenta para a organização, recuperação e avaliação da produção científica. Essa investigação contribui para a compreensão da produção do conhecimento, identificação de lacunas e apoio à tomada de decisão. Além de favorecer a construção de sistemas de informação mais aprimorados, fortalecendo o papel estratégico da gestão da informação no avanço da construção civil consciente.

BIBLIOGRAFIA: GHAVAMI, Khosrow; BARBOSA, Normando Perazzo; ZHEMCHUZHNIKOV, Alexandr (eds.). Non−Conventional Materials and Technologies for Sustainable Engineering. Durnten: Trans Tech Publications, 2014. 817 p. ISBN 978−3−03826−362−3. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de desenvolvimento sustentável. [S.l.]: ONU Brasil, [2025?]. Disponível em: https://brasil.un.org/pt−br/sdgs. Acesso em: 23 abr. 2026. UNITED NATIONS. COP30 – Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Disponível em: https://www.un.org/es/climatechange/cop30. Acesso em: 23 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **325**

TITULO:Análises de Críticas Associadas à Instituições de Regulação e Fiscalização na CPI Braskem

AUTOR(ES) : **LUNA ALMEIDA RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUñOZ GAVIRIA**

RESUMO: A pesquisa, ainda em andamento, é produto do projeto de iniciação científica sobre Análise Socioinformática De Conflitos Ambientais, conduzida no IPPUR. Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é o da análise das críticas feitas às instituições reguladoras e fiscalizadoras envolvidas: Agência Nacional de Mineração e Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem. Enquanto os objetivos específicos envolvem a identificação dos atores e suas respectivas críticas, elaboradas no contexto da CPI. Para a análise, foram utilizadas ferramentas de informática com base na sociologia pragmática, a qual, de acordo com Chateauraynaud (2017), busca entender como os atores envolvidos constroem seus argumentos, a trajetória dos conflitos e controvérsias públicas e como se dão as transformações sociais a partir do engajamento dos atores no conflito. Nesse ponto, a crítica social é importante para denunciar injustiças e provocar mudanças no sistema. Pela análise, podemos chegar aos principais temas das críticas elaboradas e identificar os perfis das críticas dos grupos de atores. Assim, a metodologia desta pesquisa qualitativa, se utiliza de um dossiê construído a partir das transcrições das 17 sessões da CPI Braskem (dez/23−mai/24), as quais foram divididas em falas, totalizando 3.138 documentos. E a CPI, por sua vez, foi instalada diante da situação de calamidade pública em Maceió, constituída após a mineradora Braskem protagonizar o que foi considerado o maior desastre ambiental em área urbana do mundo, causando o afundamento de cinco bairros na cidade ao explorar o sal−gema de forma predatória. Assim, o modo de conformação do corpus serviu como a principal estratégia metodológica. Sendo as principais ferramentas informáticas utilizadas o Próspero e o QualCoder. O Próspero é um software francês, que produz análises de discurso, por meio da investigação do dossiê, e opera com base em dicionários construídos durante a pesquisa, os quais irão guiar o programa em sua leitura. Em resumo, o software analisa grandes volumes textuais, auxiliando na compreensão de alertas e controvérsias e permite acompanhar a temporalidade e variações nos discursos dos atores. E o QualCoder é um software de análise qualitativa de conteúdo, o qual serve como um facilitador para a análise dos textos. Por fim, dentre o principal resultado pretendido está a construção do perfil dos temas das críticas voltadas para as instituições reguladoras e fiscalizadoras, no contexto da CPI Braskem. Essa informação foi comparada com o parecer no relatório final da CPI e será analisada à luz das mudanças necessárias no controle e fiscalização, para evitar desastres futuros.

BIBLIOGRAFIA: ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSERALD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Dilmo Milheiros, 2004. cap. 2, p. 13−36. BARTHE, Y. et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. Porto Alegre: Sociologias, abr. 2016. (Nota técnica). MANSUR, Maíra; JARDIM, Luiz. O colapso mineral em Maceió: O desastre da Braskem e o apagamento das violações. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45−60, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **338**

TITULO:A CONSTITUIÇÃO DE ALERTAS NA ESFERA MIDIÁTICA EM CONTEXTOS DE RISCO AMBIENTAL: O CASO SAMARCO/VALE/BHP EM MARIANA−MG.

AUTOR(ES) : **SAMARA ISIS PEREIRA NICOLAU**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUñOZ GAVIRIA**

RESUMO: O presente trabalho integra o projeto de pesquisa “Análise socio−informática de conflitos ambientais”, vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), e encontra−se em estágio inicial de desenvolvimento. A pesquisa possui como objetivo geral analisar os conflitos ambientais decorrentes da implantação e operação de grandes projetos de extrativismo, tendo o estudo em questão enfoque no caso das atividades mineradoras da empresa Samarco, uma joint venture entre a Vale e a BHP Billiton, em Mariana−MG. Dessa forma, o trabalho visa identificar, a partir do tratamento de alertas e da atuação de lançadores de alerta na esfera midiática, os processos de construção e visibilização dos riscos associados ao caso, desde a implantação da mineradora, em 2008, até o rompimento da barragem em 2015. Com isso, busca−se analisar as trajetórias desses alertas, considerando sua emergência, os conteúdos mobilizados e sua evolução ao longo do tempo. A pesquisa fundamenta−se na sociologia dos alertas, cujos lançadores de alerta são definidos como “indivíduos e grupos que denunciam aquilo que estimam ser comportamentos perigosos e contrários à moral cívica sobre a qual busca−se inspirar as leis” (ACSELRAD, GIFFONI, 2021), enquanto o próprio alerta é compreendido como um processo complexo, tendo em vista que “a emissão de um alerta é, por sua vez, um processo tortuoso, situado entre dois limites: o do pedido de socorro e o da profecia de um mal, podendo tanto ser levado a sério, como ser rejeitado, denunciado, ser posto em banho−maria ou suscitar uma controvérsia entre peritos” (ACSELRAD, GIFFONI, 2021). A sociologia pragmática orienta a abordagem teórica e metodológica do estudo, desse modo, adota−se a pesquisa documental para a construção de corpus com materiais empíricos, como textos, imagens e conteúdos digitais, com o intuito de mapear e analisar a trajetória e as dinâmicas do conflito, ou seja, compreender as condições específicas e articulações de atores, movimentos sociais e arenas públicas que serviram como espaço de mobilizações e/ou controvérsias. Nesse contexto, a atuação no projeto envolve a coleta, sistematização e interpretação crítica dos materiais, tratando−se de um dossiê composto por matérias publicadas em mídias independentes entre 2008 e 2015, recorte justificado pelo potencial desses veículos em dar visibilidade aos alertas e às controvérsias. Essa análise é realizada com o auxílio de ferramentas informáticas, como o software Prospéro, que permite a organização, classificação e a exploração de grandes volumes de dados. Portanto, espera−se que a análise do desastre ambiental que atingiu Mariana−MG permita o aprofundamento e o entendimento das dinâmicas que envolvem grandes projetos de extrativismo, evidenciando o papel de diferentes atores e discursos que antecedem os grandes desastres ambientais, ressaltando a importância da valorização dos alertas como um mecanismo para a prevenção de danos socioambientais.

BIBLIOGRAFIA: ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. cap. 2, p. 13−33. ALCÂNTARA, V. de C.; SOUZA, A. P. L. de; SILVA, J. N. da; CAMPOS, A. C. Atila, o Lançador de Alertas: Constituição da COVID−19 como Problema Público no Brasil. Holos, v. 37, n. 1, p. 1−21, 2021. OS ALERTAS E O ARBÍTRIO. Diplomatique, São Paulo, 15 out. 2021. Disponível em: https://diplomatique.org.br/os−alertas−e−o−arbitrio/. Acesso em: 13 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **342**

TITULO:Pacificação e reorganização da violência no genocídio de 1994 em Ruanda: elites políticas e agendas neocoloniais

AUTOR(ES) : **LUIZ BOXWELL GRANJA**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: O presente trabalho propõe uma análise crítica do processo de pacificação em Ruanda durante e após o genocídio de 1994, buscando compreender de que maneira o discurso da pacificação foi mobilizado por elites políticas internas e agentes externos para reorganizar a violência e legitimar projetos de poder no contexto do genocídio e do pós−genocídio ruandês. A pesquisa parte de uma concepção mais rigorosa do conceito de pacificação, afastando−se da compreensão que o reduz a um sinônimo de missões de produção de paz. Segundo Maciel, Rodrigues e Mendonça (2021), a prática de pacificar pode ser entendida como a articulação entre iniciativas coercitivas explícitas e mecanismos sutis de controle voltados à manutenção de determinados grupos populacionais em condições de subalternidade. Nesse sentido, o trabalho investiga como a pacificação operou simultaneamente como instrumento de controle territorial e reorganização da violência genocida por elites políticas ruandesas e como vetor de agendas neocoloniais conduzidas por agentes externos, especialmente a França na região dos Grandes Lagos Africanos, em articulação com interesses locais. A hipótese central da pesquisa sustenta que a pacificação em Ruanda não constituiu um processo orientado prioritariamente para a promoção da paz, mas um mecanismo de consolidação de estruturas de poder internas associado a interesses geopolíticos externos, mobilizado por meio de discursos humanitários e de estabilização. A metodologia adotada baseia−se em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios, artigos acadêmicos e produções críticas sobre segurança internacional, peacebuilding e intervenção humanitária. Entre as principais referências utilizadas estão o relatório da Human Rights Watch sobre Ruanda, que evidencia o uso do termo “pacificação” por autoridades ruandesas durante o genocídio, além dos debates desenvolvidos por autores críticos das operações contemporâneas de estabilização. Os resultados preliminares indicam que o conceito de pacificação foi empregado estrategicamente para legitimar práticas de repressão, controle territorial e reconfiguração das relações de poder, ao mesmo tempo em que intervenções externas associadas ao discurso humanitário contribuíram para a manutenção de dinâmicas de dependência política e influência geopolítica na região dos Grandes Lagos Africanos.

BIBLIOGRAFIA: HUMAN RIGHTS WATCH. Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda. New York: Human Rights Watch, 1999. BERDAL, Mats. The United Nations, Peacebuilding and the Genocide in Rwanda. RODRIGUES, Thiago; MENDONÇA, Thaiane; MORATO, Tadeu. A guerra para dentro: pacificação como doutrina e prática das Forças Armadas do Brasil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 8, n. 2, p. 1–25, jul./dez. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **379**

TITULO:COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E RECONHECIMENTO DE ALIMENTOS NA HOMOLOGAÇÃO DE DIVÓRCIOS ESTRANGEIROS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AUTOR(ES) : **RAFAEL REIS BARROSO,THIAGO MELLO COUTINHO ENNES KLEIN,FELIPE AMARAL ROCHA**

ORIENTADOR(ES): **MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA**

RESUMO: O presente estudo analisa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a homologação de decisões estrangeiras em divórcios com reflexos alimentares, a partir da competência prevista no art. 105, I, i, da Constituição Federal. O recorte temporal tem como marco o Código de Processo Civil de 2015, especialmente em razão da disciplina conferida à cooperação jurídica internacional e aos requisitos de homologação de decisões estrangeiras. No juízo delibatório exercido pelo STJ, examina−se o cumprimento das exigências previstas no art. 963 do CPC e no art. 216−D do Regimento Interno do STJ, entre elas a competência da autoridade estrangeira, a regularidade da citação, a eficácia da decisão no país de origem, a inexistência de conflito com coisa julgada brasileira, a tradução oficial e a ausência de violação à ordem pública, à soberania nacional e à dignidade da pessoa humana. A pesquisa utiliza método dedutivo, com abordagem quantitativa e qualitativa. O corpus inicial reuniu 527 decisões relativas à homologação de divórcios estrangeiros e alimentos transnacionais no Brasil. Em seguida, realizou−se nova filtragem para identificar os casos com discussão alimentar, chegando−se a 103 decisões diretamente relacionadas ao reconhecimento ou à cobrança de alimentos em contexto internacional. Os dados indicam elevada taxa de homologação, embora alguns óbices formais permaneçam relevantes, sobretudo irregularidades na citação, conflitos com coisa julgada brasileira, ausência de documentação adequada e eventual ofensa à ordem pública. O estudo examina, ainda, a incidência de instrumentos internacionais voltados à cobrança de alimentos, especialmente a Convenção de Nova York de 1956, a Convenção Interamericana de 1989 e a Convenção da Haia de 2007, acompanhada de seu Protocolo. Nesse cenário, destacam−se o papel do Ministério da Justiça como Autoridade Central, a ampliação da gratuidade de justiça e a racionalização dos canais de cooperação internacional. A pesquisa busca demonstrar que a jurisprudência do STJ, embora formalmente rigorosa quanto aos pressupostos de homologação, tem contribuído para a circulação internacional de decisões familiares e para a efetividade da tutela alimentar transnacional.

BIBLIOGRAFIA: DOLINGER, J. Direito Civil Internacional – volume I – A Família no Direito Internacional Privado – tomo segundo – A Criança no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. KLEIN, Thiago Mello Coutinho Ennes; BARROSO, Rafael Reis; PEREIRA, Marcos Vinícius Torres. Aplicação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional para reconhecimento de alimentos no âmbito da homologação de divórcios estrangeiros no Superior Tribunal de Justiça. In: MENEZES, Wagner (Org.). Direito Internacional em Expansão: direito internacional e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2024. v. XXVI, p. 181−206.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **380**

TITULO:COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E CIRCULAÇÃO DO ESTATUTO PESSOAL NA DISSOLUÇÃO CONJUGAL: A JURISPRUDÊNCIA DO STJ SOBRE DIVÓRCIOS ESTRANGEIROS

AUTOR(ES) : **RAFAEL REIS BARROSO,THIAGO MELLO COUTINHO ENNES KLEIN,FELIPE AMARAL ROCHA**

ORIENTADOR(ES): **MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA**

RESUMO: O presente estudo examina a atuação do Superior Tribunal de Justiça na homologação de decisões estrangeiras de divórcio, à luz da competência prevista no art. 105, I, i, da Constituição Federal, do art. 963 do Código de Processo Civil de 2015 e do art. 216−D do Regimento Interno do STJ. A pesquisa concentra−se no período posterior ao CPC/15 e investiga como a Corte aplica os requisitos formais exigidos para a circulação de decisões estrangeiras em matéria de estado civil, entre eles a competência da autoridade de origem, a regularidade da citação, a eficácia da decisão estrangeira, a inexistência de conflito com coisa julgada brasileira, a tradução oficial e a compatibilidade com a ordem pública, a soberania nacional e a dignidade da pessoa humana. O levantamento jurisprudencial identificou 527 decisões relacionadas à homologação de divórcios estrangeiros no Brasil. A análise revelou predominância expressiva de deferimentos, o que indica postura favorável do STJ à circulação internacional de decisões sobre dissolução conjugal, desde que observados os requisitos formais mínimos. Os principais óbices à homologação concentram−se em falhas de citação, ausência de documentação regular, conflito com decisão brasileira anterior e, em hipóteses excepcionais, violação à ordem pública. A pesquisa também destaca a aplicação do Provimento nº 53 do Conselho Nacional de Justiça. A partir desse ato normativo, divórcios estrangeiros simples, desprovidos de efeitos acessórios como alimentos, guarda, partilha ou disposições patrimoniais, podem ser averbados diretamente perante o Registro Civil de Pessoas Naturais. Por essa razão, o STJ tem reconhecido a ausência de interesse processual em pedidos de homologação de divórcios puramente pessoais, remetendo as partes à via administrativa. Os resultados sugerem a consolidação de duas linhas jurisprudenciais. De um lado, há rigor formal quanto à prova da citação e à regularidade documental. De outro, observa−se pragmatismo cooperativo na admissão de decisões estrangeiras, especialmente após a incorporação da Apostila da Haia ao sistema brasileiro. Essa combinação revela um modelo de controle delibatório que preserva a segurança jurídica sem transformar a homologação em reexame do mérito da decisão estrangeira. Em síntese, o panorama examinado indica que o STJ atua como órgão de filtragem formal, e não como instância revisora da decisão estrangeira. A Corte tende a chancelar a circulação internacional do estatuto pessoal quando inexistem vícios graves, contribuindo para a estabilidade das relações familiares transnacionais e para a efetividade da cooperação jurídica internacional no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: DOLINGER, J. Direito Civil Internacional – volume I – A Família no Direito Internacional Privado – tomo segundo – A Criança no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. KLEIN, Thiago Mello Coutinho Ennes; BARROSO, Rafael Reis; PEREIRA, Marcos Vinícius Torres. Aplicação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional para reconhecimento de alimentos no âmbito da homologação de divórcios estrangeiros no Superior Tribunal de Justiça. In: MENEZES, Wagner (Org.). Direito Internacional em Expansão: direito internacional e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2024. v. XXVI, p. 181−206.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **382**

TITULO:Guerra do Vietnã: a construção do “outro” e a justificativa da pacificação

AUTOR(ES) : **MARIANA DE OLIVEIRA JUVENCIO**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Este artigo busca examinar em que medida os Estados Unidos recorreram a construções civilizacionais e a representações culturais como dispositivos de legitimação das políticas e práticas de pacificação implementadas no contexto da Guerra do Vietnã (1955–1975). Parte−se da hipótese de que tais estratégias discursivas foram mobilizadas de forma sistemática, ancorando−se em pressupostos raciais e culturais que sustentaram a formulação e a execução da intervenção norte−americana. O objetivo central consiste em identificar, analisar e problematizar evidências factuais e documentais que permitam avaliar a consistência dessa hipótese. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, orientada por uma revisão bibliográfica crítica que articula fontes primárias e secundárias, privilegiando a análise discursiva e contextual dos materiais examinados. Como fontes primárias, a pesquisa apoiou−se nos Pentagon Papers e nos acordos internacionais firmados entre as partes. Como fontes secundárias, o trabalho analisou livros e artigos escritos por autores ocidentais e vietnamitas, bem como os documentários “ Hearts and Minds” , dirigido por Peter Davis, e “Ponto de Virada: A Guerra do Vietnã”, dirigido por Brian Knappenberger. O enquadramento teórico fundamenta−se , por exemplo, nas contribuições de Edward W. Said e Immanuel Wallerstein, particularmente no que se refere às categorias de orientalismo, cultura e imperialismo, entendidas como chaves interpretativas para a compreensão das dinâmicas de produção de alteridade e de hierarquização simbólica. Os resultados indicam que o “outro” vietnamita foi discursivamente construído como ontológica e culturalmente inferior, em oposição a paradigmas ocidentais apresentados como universalmente válidos. Esse processo de inferiorização não apenas contribuiu para a desumanização do inimigo, mas também viabilizou a instrumentalização de uma retórica de cunho civilizatório e pacificador. Tal retórica operou como mecanismo de legitimação da intervenção norte−americana, ao enquadrar a ação militar como necessária, moralmente justificável e historicamente inevitável no contexto da Guerra do Vietnã.

BIBLIOGRAFIA: VIEN, Nguyen Khac. Vietnam: Una Larga Historia. Hanoi: Editora The Gioi, 2015. SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. HEARTS AND MINDS. Direção: Peter Davis. Produtora: BBS Productions. Estados Unidos: YouTube Movies, 1974.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **394**

TITULO:OS IMPACTOS NEGATIVOS DA IA NO MEIO AMBIENTE E SUA RELAÇÃO COM AS CATÁSTROFES CLIMÁTICAS

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA CRUZ,DIVO AUGUSTO CAVADAS**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: A presente pesquisa analisa os impactos negativos da Inteligência Artificial (IA) no meio ambiente. Diante desse cenário, cumpre destacar que o funcionamento da IA depende diretamente da exploração intensiva de recursos naturais como a água, utilizada no resfriamento de servidores e intenso uso de energia elétrica. Sob essa ótica, comprova−se, assim, que a ação humana (mesmo que de forma indireta como no caso da IA) gera como produto um dano colossal ao meio ambiente, de modo a evidenciar a crise climática em voga na atualidade. Graças ao “exaurimento dos recursos naturais e incapacidade dos ecossistemas de absorverem as agressões impostas” (GUERRA, 2009, p. 182) Além disso, os custos ambientais associados à IA tornam−se ainda mais evidentes quando se observa o funcionamento dos data centers, responsáveis pelo treinamento e pela execução de algoritmos. Tais estruturas se relacionam com a liberação intensa de carbono e o uso hídrico exacerbado, principalmente. Diante desse cenário, para comprovar o supracitado, há estudos recentes que corroboram a magnitude desses impactos. À exemplo do realizado pela Universidade de Stanford (2019) , o qual demonstra que o treinamento de modelos de linguagem pode gerar emissões de carbono equivalentes a uma viagem aérea de ida e volta (caso hipotético) de Nova York a São Francisco , evidenciando o impacto significativo da IA no aquecimento global.Nesse contexto, a pesquisa tem como foco examinar o funcionamento da Inteligência Artificial como fator contribuinte para o agravamento dos problemas climáticos em escala global, adotando−se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica de estudos acadêmicos, relatórios institucionais e dados científicos pertinentes ao tema. A partir disso, busca−se demonstrar a existência de uma relação entre o uso crescente da IA e a intensificação das catástrofes climáticas, evidenciando os impactos decorrentes do uso da IA, como as emissões de dióxido de carbono. Por fim, no plano jurídico−internacional, observa−se que a preocupação com tais impactos ganham relevância. O Acordo de Paris, instituído em 2015 estabelece metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa, sendo diretamente ameaçado pelo crescimento do consumo energético associado à IA. Paralelamente, instrumentos como a UNESCO, por meio de sua Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial, e os princípios da OCDE buscam orientar o desenvolvimento sustentável dessa tecnologia, assim como a UNFCCC. Entretanto, apesar desses avanços normativos, o Direito ainda se mostra insuficientemente preparado para enfrentar os desafios decorrentes da expansão da IA, o que evidencia a necessidade de mecanismos regulatórios mais eficazes, capazes de conciliar inovação tecnológica e responsabilidade ambiental.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. Catástrofes naturais e a emergência do Direito Internacional das Catástrofes. Cadernos de Direito Actual, n. 8,p. 331−346, 2017. Disponível em: http://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/272. STRUBELL, Emma; GANESH, Ananya; MCCALLUM, Andrew. Energy and Policy Considerations for Deep Learning in NLP. In: Proceedings of the 57th Annual Meeting of the ACL. 2019. Disponível em: https://arxiv.org/abs/1910.09700

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **405**

TITULO:IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, ANÁLISE A PARTIR DOS CASOS DE ARMAÇÃO DE BÚZIOS, ARRAIAL DO CABO E PARATY

AUTOR(ES) : **RAFAEL SALOMAO DE ANDRADE**

ORIENTADOR(ES): **HENDRICK PINHEIRO**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da reforma tributária sobre o orçamento público de municípios de pequeno porte, com foco especial nos tributos municipais: ISS (Imposto Sobre Serviços), ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Por meio da análise dos municípios de Armação de Búzios, Arraial do Cabo e Paraty, entre os anos de 2018 e 2024, observa−se que tais tributos representam uma parcela significativa da receita corrente desses entes, variando entre 4% e 23% do total arrecadado. Os dados demonstram que, mesmo com oscilações provocadas por eventos externos, como a pandemia da COVID−19, houve recuperação e crescimento constante das receitas próprias, sobretudo no ISS, o qual indica uma maior relevância do setor de serviços na dinâmica fiscal local, e uma grande fatia da receita tributária. A partir disso, discute−se como as mudanças propostas pela reforma tributária, especialmente a unificação de tributos e a redistribuição federativa da arrecadação que podem afetar diretamente a autonomia financeira desses municípios, exigindo novos mecanismos de compensação e planejamento fiscal. Conclui−se que, para garantir sustentabilidade orçamentária, os municípios pequenos precisarão fortalecer suas capacidades de gestão tributária, além de repensar seu modelo de arrecadação frente às novas diretrizes nacionais.

BIBLIOGRAFIA: PINHO, João Ricardo Dias de. Distribuição das receitas do IBS e riscos fiscais das regras de transição. Consultor Jurídico – ConJur, 25 fev. 2024. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024−fev−25/distribuicao−das−receitas−do−ibs−e−riscos−fiscais−das−regras−de−transicao/. Acesso em: 13 jan. 2026. BATISTA, Daniela Cristina Floriano Alves; BATISTA JUNIOR, Onofre Alves. Um breve resumo da Reforma Tributária do Consumo aprovada pela PEC 132/2023. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, n. 83, p. 509−522, jul./dez. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **418**

TITULO:SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL E A PANDEMIA DA COVID 19

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO ALVES,VITORIA GOMES DE BARROS,REBECA MARIA CUNHA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: A crise sanitária da Covid−19 representou um dos obstáculos mais complexos para a administração pública, tanto no cenário brasileiro quanto no global exigindo respostas rápidas e estruturantes. Na mesma perspectiva do Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui uma das principais políticas públicas de caráter universal e não contributivo do Estado brasileiro, sendo portanto estruturado pela lógica territorial e pela descentralização político−administrativa. Sua organização em níveis de proteção social básica e especial, operacionalizada principalmente por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), tornou−se estratégica durante a pandemia da Covid−19. No período pandêmico que compreende o período de 2020−2023, o SUAS foi responsável por mapear vulnerabilidades locais, articular benefícios eventuais e desenvolver respostas emergenciais frente ao aprofundamento das desigualdades sociais. Para compreender como se orientou a gestão do SUAS durante o período emergencial no município do Rio de Janeiro, a presente pesquisa visa avaliar, como o município reviu os seus planos de ações do Sistema Único de Assistência Social, em face ao Coronavírus com as diversas Portarias emanadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Nossa metodologia se baseia no método de pesquisa Survey, de caráter quantitativo para obtenção de dados e informações sobre o trabalho profissional durante o período pandêmico de trabalhadores do SUAS, estes sendo: gestores, diretores dos CRAS; técnicos e gestores da Subsecretaria de Proteção Social Básica, sendo obtido através de um questionário preenchido de forma presencial nos Centros de Referência ou através do google forms. Este material contém questões objetivas e discursivas e é dividido em 4 blocos. Nessa terceira etapa do estudo, o grupo realiza a análise das respostas desse questionário. Como resultados parciais do Bloco 3 que trata das questões a respeito dos impasses encontrados sobre os equipamentos individuais de proteção (EPIs), o aumento/diminuição da procura pelos serviços assistenciais e o uso de tecnologias para o atendimento remoto, podemos observar, através do relato dos profissionais, que inicialmente a distribuição dos EPI’s ocorreu com atraso, sendo descrito em uma das respostas que o material “levou meses” para chegar aos profissionais da atenção básica em quantidade insuficiente, além disso, pode−se observar que houve aumento significativo no atendimento ao público nos centros de referência, compreendendo 61,5% dos relatos.

BIBLIOGRAFIA: MANDETTA, Luiz Henrique. Um Paciente Chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2020. BRASIL. Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Texto compilado. Disponível em: Planalto. BARROS, Vitoria Gomes de; ALVES, João Pedro; SILVA, Rebeca Maria Cunha. Um paciente chamado Brasil. Versus: Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 13, p. 85−89, dez. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **471**

TITULO:O DIREITO À CIDADE EM SANTA RITA DO BRACUÍ: PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO QUILOMBOLA EM DISPUTA

AUTOR(ES) : **CINTIA ABEL BEZERRA,RONALDO MERCÊS DOS SANTOS NETO**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: Este trabalho apresenta os desdobramentos do projeto de extensão apoiado pelo edital de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social ATHIS do CAU/RJ e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM), desenvolvido junto à Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA), no município de Angra dos Reis (RJ). A pesquisa tem como eixo central o debate sobre o direito à cidade a partir da realidade do território quilombola, articulando a elaboração de um plano popular de ocupação e desenvolvimento territorial com o fortalecimento da participação comunitária nos processos de planejamento urbano. O projeto estruturou−se em diferentes frentes metodológicas: (i) Recenseamento − coleta de dados sócio−territoriais (Censo Quilombola) anteriormente realizado e protagonizado pela comunidade; (ii) Legislações − levantamento de legislação relacionada aos territórios quilombolas; (iii) Seminário e Escuta − realização de escutas e seminários de apresentação e discussão do projeto com a comunidade; (iv) Cartografias − compatibilização e espacialização dos dados coletados no Censo Quilombola e produção de mapas, análises e sistematização das produções; (v) Turismo e Memória − levantamento das legislações relacionadas ao turismo e preservação de memórias, bem como dos repertórios e práticas turísticas de comunidades quilombolas. Após as fortes chuvas de 2023, as cartografias produzidas pela equipe, construídas em diálogo com a comunidade, evidenciaram demandas prioritárias e subsidiaram ações políticas, como a elaboração de ofícios ao Ministério Público Federal após intervenções no território sem consulta prévia, contribuindo para a suspensão de obras e o cumprimento da Convenção 169 da OIT. Na etapa atual, a pesquisa avança para a análise crítica do processo de revisão do Plano Diretor de Angra dos Reis, tendo como principal produto a elaboração de uma NOTA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO. Essa nota apresenta o diagnóstico do território quilombola de Santa Rita do Bracuí, produzido pela equipe nos últimos anos, e analisa criticamente as propostas do novo Plano Diretor, sugerindo encaminhamentos práticos. Destacam−se, nesse contexto, o avanço de loteamentos de alto padrão, a expansão de grandes propriedades e a proliferação de loteamentos clandestinos, que intensificam conflitos fundiários, promovem a descaracterização cultural e ameaçam o modo de vida quilombola, já marcado por um processo histórico de fragmentação. Ao problematizar essas dinâmicas, o trabalho reafirma a centralidade da participação comunitária e do reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas como condições fundamentais para um planejamento urbano mais justo. Assim, a pesquisa contribui para tensionar os instrumentos institucionais de ordenamento territorial, defendendo a construção de alternativas que garantam o direito à cidade a partir das territorialidades tradicionais.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos. Quilombos.in: CALDART, Roseli Salete; Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular; 2012, p. 652 a 658. ELIZIARIO, R. B. . Territorialidade quilombola Santa Rita do Bracuí e o Plano Diretor de Angra dos Reis (RJ). 2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **472**

TITULO:A UNAVEM III E A NOVA GRAMÁTICA DA INTERVENÇÃO A PARTIR DAS MISSÕES DE PAZ NO PÓS−GUERRA FRIA

AUTOR(ES) : **ALICE VIEIRA MARQUES MOREIRA RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Esta pesquisa investiga em que medida as missões de paz das Nações Unidas, particularmente aquelas classificadas como peacekeeping , reproduzem dinâmicas históricas de dominação associadas ao colonialismo e ao neocolonialismo. A pergunta de pesquisa que orienta o trabalho é: em que medida e por quais mecanismos as operações de paz contemporâneas reatualizam práticas e discursos coloniais sob a justificativa de promoção da paz, da ordem e da democracia? A hipótese central sustenta que, apesar de seu enquadramento normativo como instrumentos de estabilização internacional, tais missões operam, na prática, como dispositivos de poder que reiteram hierarquias globais entre interventores e populações locais, especialmente no contexto do Sul Global. O objetivo geral consiste em analisar criticamente a atuação da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (UNAVEM III), identificando padrões de conduta que evidenciem continuidades com práticas coloniais. Metodologicamente, a pesquisa combina análise documental de relatórios oficiais da ONU com revisão de literatura crítica, incluindo estudos pós−coloniais e decoloniais, além de registros e denúncias independentes sobre a atuação das tropas em campo. Como referencial histórico, o estudo recupera os processos coloniais e neocoloniais (séculos XIV ao XIX), marcados pela exploração sistemática de territórios e populações consideradas “inferiores”, legitimada por discursos civilizatórios como o “fardo do homem branco”. Argumenta−se que esse discurso é reconfigurado no contexto contemporâneo sob a retórica da promoção da paz, da segurança e da democracia, funcionando como elemento legitimador de intervenções internacionais em Estados majoritariamente periféricos e ex−coloniais. Os resultados preliminares indicam que, longe de constituírem meros instrumentos neutros de pacificação, as missões de paz frequentemente reproduzem práticas de violência direta e simbólica. Entre elas, destacam−se denúncias de abusos contra a população local, a fragilização da soberania nacional e a imposição de estruturas políticas exógenas. Além disso, observa−se uma hierarquização sistemática entre “pacificadores” e “pacificados”, que ecoa a lógica civilizatória colonial. Tais evidências sugerem que essas operações não apenas falham em alcançar seus objetivos declarados, mas também contribuem para a perpetuação de relações desiguais de poder no sistema internacional.

BIBLIOGRAFIA: GUYOT, Caroline; VINES, Alex. United Nations Angola Verification Missions II and III (UNAVEM II and III). In: KOOPS, Joachim et al. (eds.). The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations. Oxford: Oxford University Press, 2015. MACQUEEN, Norrie. Peacekeeping by Attrition: The United Nations in Angola. Journal of Modern African Studies, v. 36, n. 3, 1998, p. 399–422. UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Report of the Secretary−General on the United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM III). S/1997/248, 25 mar. 1997. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/countryrep/unsc/1997/16169?utm_source=chatgpt.com

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **474**

TITULO:ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE CIRCULAR EM MUNICÍPIOS FLUMINENSES DE MÉDIO PORTE

AUTOR(ES) : **ISABEL BREIA DA CRUZ**

ORIENTADOR(ES): **VANESSA DE ALMEIDA GUIMARAES**

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender se (e como) os planos de mobilidade urbana dos municípios fluminenses com população de 100 mil a 250 mil habitantes estão prevendo a implementação de ações de mobilidade circulares e sustentáveis em suas propostas de planejamento. Neste contexto, estão sendo analisadas as estratégias voltadas para ambos os transportes de cargas e de passageiros. Como etapas metodológicas, tem−se: (a) revisão sistemática da literatura –RSL baseada no método PRISMA e na análise de conteúdo (Bardin, 2016) para identificação as estratégias de mobilidade circular presentes na literatura; e, (b) análise documental (legislação, relatórios setoriais – para melhor entendimento do contexto brasileiro − e dos planos de mobilidade, para identificação das estratégias existentes e propostas de melhoria). A RSL foi realizada em fevereiro de 2026, nas bases Scopus e Web of Science, adotando as estratégias PICo e PRISMA. Após testes de adequação, adotaram−se as strings de busca: "(circular econom*) AND (cit*) AND (mobilit*)", sem qualquer refinamento inicial. Considerando apenas artigos publicados em periódicos, a busca resultou em 86 trabalhos que foram reduzidos a 39 após adoção dos critérios de elegibilidade da estratégia PICO. Estes trabalhos foram analisados seguindo o Protocolo Prisma e categorizados seguindo Bardin (2016). Como resultados preliminares, a análise da legislação indica fragmentação regulatória e ausência de orientações específicas à economia circular e à sustentabilidade, havendo menções genéricas e lacuna de indicadores de acompanhamento. Quanto à revisão sistemática, observa−se que, embora a sustentabilidade no transporte seja amplamente discutida, a integração explícita dos princípios da economia circular na mobilidade urbana permanece limitada e fragmentada. A maioria dos estudos foca em processos de otimização, desenvolvimento tecnologia e sistemas de mobilidade inteligente, com ênfase em veículos elétricos e compartilhados como estratégias "sustentáveis". Foram encontrados poucos estudos que adotam estratégias circulares sistêmicas e integração de governança. No tripé da sustentabilidade, a dimensão social ainda negligenciada. No contexto do transporte urbano, há maior ênfase ao transporte de passageiros. Em paralelo à RSL, estão sendo levantados os planos de mobilidade das 11 cidades elegíveis ao estudo, cujas estratégias serão analisadas e correlacionadas com os achados da literatura. Acredita−se que os resultados poderão orientar a elaboração de planos de mobilidade mais circulares e sustentáveis, em consonância com a Meta 11.2 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11. Por fim, os resultados trarão um panorama sobre os planos de mobilidade fluminense dos municípios selecionados sob uma ótica circular e sustentável, evidenciando potenciais gaps e pontos de melhoria, possibilitando aos gestores públicos municipais identificar ações−benchmark que poderão ser adaptadas aos seus municípios.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jan. 2012. EUROPEAN PARLIAMENT. Circular economy: definition, importance and benefits. 2015. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/topics/en/article/20151201STO05603/economie−circulaire definition−importance−et−benefices. Acesso em: 20 set. 2026. LITMAN, T. Parking Management – Comprehensive Implementation Guide. Victoria Transport Policy Institute, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **532**

TITULO:Atelier Betto Gomes sob as lentes do marketing: criação de valor e sustentabilidade na moda autoral

AUTOR(ES) : **KELLY CRISTINA RAMOS DOS SANTOS,LIVIA ALVES DA SILVA,PIETRA CAMILE VAVASSORI,BERNARDO SAADE TELES**

ORIENTADOR(ES): **RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO**

RESUMO: O presente trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina de Fundamentos de Marketing, visa compreender a aplicação prática dos conceitos teóricos da área em negócios de impacto social na cidade do Rio de Janeiro. O método adotado consistiu na escolha de uma empresa no Observatório dos Negócios de Impacto Social e Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, por meio da plataforma Rio de Impacto. O negócio selecionado foi o Atelier Betto Gomes, empreendimento de moda autoral e sustentável localizado na Maré. A partir disso, realizou−se uma análise qualitativa fundamentada nas teorias de marketing de Philip Kotler, abrangendo o composto de marketing (4 P’s), criação de valor, orientação de marketing, segmentação, comportamento do consumidor e análise do ambiente externo. As informações foram obtidas por meio de fontes primárias e secundárias, como entrevistas em veículos de comunicação e questionário semiestruturado aplicado com o fundador, permitindo uma visão abrangente do negócio. Os autores participaram conjuntamente da análise e da aplicação das teorias ao negócio, realizando reuniões por vídeo para discussão e aprimoramento do estudo. A busca por fontes foi dividida entre os integrantes, a fim de otimizar a organização e a execução do trabalho. Os principais resultados indicam que o Atelier Betto Gomes apresenta forte alinhamento com o marketing societal, ao integrar objetivos econômicos com preocupações sociais e ambientais. No que diz respeito ao produto, a marca oferece peças exclusivas, sustentáveis e com design autoral, que agregam alto valor simbólico ao consumidor. Em relação ao preço, adota uma estratégia de valor elevado, justificada pela exclusividade, qualidade e propósito das peças. A distribuição é seletiva, combinando presença física e digital, enquanto a promoção se baseia em relações públicas, visibilidade na mídia e contato direto com o cliente. Observou−se ainda que a criação de valor está fortemente associada a aspectos intangíveis, como identidade, autenticidade e engajamento social. Apesar disso, existem custos percebidos pelos consumidores, como o tempo de espera, a ausência de uma loja virtual e dificuldades no processo de compra, que podem impactar a experiência. Ainda assim, os benefícios superam esses custos para o público−alvo, majoritariamente de classe média−alta e engajado em causas sociais. Por fim, a análise do ambiente externo revela um cenário favorável ao crescimento do negócio, impulsionado pela valorização de práticas sustentáveis. Entretanto, há desafios, como questões logísticas e a necessidade de maior estruturação na mensuração de impacto. De modo geral, o Atelier se posiciona de forma consistente como um negócio de impacto, utilizando o marketing não apenas como ferramenta comercial, mas como meio de reforçar sua proposta de valor socioambiental.

BIBLIOGRAFIA: E−COMMERCE BRASIL. 70% dos brasileiros preferem comprar produtos de empresas com comprometimento ambiental. E−Commerce Brasil, 2024. Disponível em: https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/70−dos−brasileiros−preferem−comprar−produtos−de−empresas−com−comprometimento−ambiental. Acesso em: 18 jun. 2025. JORNAL O CIDADÃO. Estilista Betto Gomes, da Vila do João, lança coleção sobre pescadores da Maré. Jornal O Cidadão, 2024. Disponível em: https://jornalocidadao.net/estilista−betto−gomes−da−vila−do−joao−lanca−colecao−sobre−pescadores−da−mare/. Acesso em: 18 maio 2025. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. Administração de Marketing. São Paulo: Pearson, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **535**

TITULO:CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: A CAMPANHA DESPEJO ZERO COMO UMA ECOLOGIA ORGANIZACIONAL

AUTOR(ES) : **ISADORA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO: A pesquisa constitui um desdobramento empírico, iniciado no segundo semestre de 2025, do projeto “Cartografias Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos”, coordenado pelo Labá – Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), em parceria com o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ) e movimentos sociais populares. O projeto geral realiza, em série histórica (2018–2025), o mapeamento dos conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Nesta investigação, desenvolve−se o mapeamento político, institucional e jurídico da Campanha Nacional Despejo Zero, parceira do projeto e principal articuladora nacional de dados sobre ameaças de remoção. O objetivo é construir uma memória dessa organização política como ecologia da práxis, evidenciando seus repertórios de luta por direitos. A Campanha Despejo Zero oferece elementos relevantes para compreender as lutas populares contemporâneas. A construção de unidade em torno da consigna do “despejo zero”, articulando terra, moradia e democracia, possibilitou a convergência entre lutas do campo e da cidade. Sua atuação multiescalar e a incidência sobre diferentes poderes, aliadas à formação de coalizões entre movimentos sociais, sociedade civil e instituições públicas, ampliaram sua capacidade de mobilização, com resultados concretos mesmo em contextos adversos. Destacam−se a moratória nacional de despejos por mais de um ano, a criação de novos parâmetros no Judiciário e a consolidação de uma base de dados inédita em escala nacional. Metodologicamente, trata−se de uma investigação empírica orientada pela geografia jurídica crítica (Franzoni, 2019) e pela ontologia político−organizacional (Nunes, 2023), que produz uma cartografia jurídica da Campanha ao longo de seus cinco anos (2021–2026). O principal procedimento consiste na construção de uma matriz analítica digital que organiza os dados segundo categorias como data, ação, esfera de governo, classificação da ação, sujeitos, momento da campanha, rede/rua, núcleo organizativo e fonte. Como resultado esperado, busca−se desenvolver um repertório metodológico capaz de evidenciar como lutas sociais expressas em gramáticas jurídicas se organizam de forma ecológica, nas conexões entre atores, territórios e formas de ação. A articulação entre mobilização social, produção de dados e estratégias jurídicas mostra−se decisiva para a transformação de demandas sociais em conquistas institucionais duradouras.

BIBLIOGRAFIA: ÁVILA FRANZONI, J.; RIBEIRO, D. C. T.; FERREIRA PIRES, R. Terra, moradia e democracia: a gramática jurídica da Campanha Despejo Zero. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 1, p. 473–504, 2023. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v9i1.45842. Franzoni, J. Ávila. (2024). Por uma crítica dos direitos sem garantias . Revista Direito E Práxis, 15(3), 1–39. Recuperado de https://www.e−publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/84160 Nunes, Rodrigo (2023): Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política. São Paulo: Ubu Editora.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **536**

TITULO:CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: UMA GENEALOGIA DA CRÍTICA DOS DIREITOS NO BRASIL

AUTOR(ES) : **PEDRO HENRIQUE DANTAS RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO: Esta investigação constitui um desdobramento teórico da pesquisa−ação Cartografias Jurídicas: mapeamento de conflitos fundiários urbanos, coordenada pelo LABÁ, Direito, Espaço & Política (FND−UFRJ). O objetivo é produzir uma genealogia da literatura brasileira vinculada à crítica dos direitos a partir de 2013, analisando como esse campo aborda as relações entre lutas sociais e gramáticas jurídicas . Embora haja ampla crítica ao conteúdo dos direitos no país, ainda são escassas as reflexões sobre a luta por direitos como forma de organização política, incluindo sua dimensão institucional, estratégias (ações e argumentações), escalas de atuação e redes. Com base nos referenciais da crítica dos direitos sem garantia (Franzoni, 2024), do materialismo histórico espacialmente referenciado (Franzoni, 2019) e da ontologia organizacional (Nunes, 2023), partimos da hipótese de que concepções de emancipação social estão diretamente relacionadas às formas de interpretar o papel das lutas por direitos. Metodologicamente, a pesquisa combina análise quantitativa e qualitativa de argumentos político−jurídicos, sistematizados por meio de um questionário digital. O corpus reúne 9 dossiês da Revista Direito & Práxis (Qualis A1), selecionados por afinidade temática, totalizando 91 artigos. A escolha do periódico se justifica por sua excelência acadêmica, atestada pela classificação Qualis A1, e por sua tradição na organização de dossiês voltados a temas centrais da pesquisa, como lutas sociais e crítica dos direitos. Os textos foram analisados segundo parâmetros descritivos (autoria, data, região) e qualitativos (tendências da crítica ao Direito, grau de engajamento com lutas sociais e formas de articulação entre direitos e emancipação). Como resultado, busca−se reconstruir parcialmente a tradição da crítica dos direitos mobilizada no Brasil, evidenciando seu papel na interpretação das potencialidades e limites das lutas sociais mediadas por gramáticas jurídicas. Ainda em fase de sistematização, os achados contribuem para a organização dessa tradição crítica e para o desenvolvimento de ferramentas conceituais que aproximem a crítica dos direitos das experiências concretas de luta, privilegiando análises de caráter político em detrimento de abordagens estritamente normativas.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, J. Ávila. (2019). Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico espacial/Tropicalist legal geography: the critique of legal−spatial materialism. Revista Direito E Práxis, 10(4), 2923–2967. FRANZONI, J. Ávila. (2024). Por uma crítica dos direitos sem garantias . Revista Direito E Práxis, 15(3), 1–39. Recuperado de https://www.e−publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/84160 NUNES, Rodrigo. Nem Vertical, Nem Horizontal. Uma teoria da organização política. Traduzido por Raquel Azevedo. São Paulo: Ubu Editora, 2023

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **547**

TITULO:EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO MIDIÁTICA PARA LITERACIA EM SAÚDE MENTAL: ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DE CONTEÚDOS NO TIKTOK

AUTOR(ES) : **WESLLEY FERREIRA ARAUJO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: O presente trabalho aborda a circulação de informações sobre saúde mental nas redes sociais digitais, com foco no TikTok e nos processos de autodiagnóstico relacionados a saúde mental entre adolescentes. Em um contexto de ampla utilização dessas plataformas por jovens, observa−se a crescente disseminação de conteúdos simplificados sobre transtornos mentais, muitas vezes sem fundamentação científica adequada, o que pode favorecer interpretações equivocadas sobre o tema. Nesse cenário, a pesquisa teve como objetivo analisar de que maneira a Competência em Informação, articulada à literacia em saúde mental, pode contribuir para a avaliação crítica de conteúdos sobre saúde mental disseminados no TikTok e para o enfrentamento do autodiagnóstico juvenil. Trata−se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e documental, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de cinco vídeos publicados na plataforma. Os conteúdos foram selecionados a partir de hashtags, alcance e engajamento e analisados com base em categorias construídas a partir dos critérios de identificação de desinformação da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e da cartilha “Como identificar uma desinformação em saúde e o que fazer?”, do programa Saúde com Ciência. Os resultados evidenciaram a predominância de linguagem emocional, simplificação dos transtornos mentais e forte potencial de identificação dos usuários com os conteúdos analisados. Também foram observadas a ausência de evidências científicas na maior parte dos vídeos, a presença de elementos que podem favorecer práticas de autodiagnóstico e a baixa ocorrência de estímulos à verificação das informações. Conclui−se que, embora as redes sociais digitais tenham se consolidado como importantes espaços de informação e discussão sobre saúde mental, também apresentam riscos relacionados à simplificação de conteúdos e à desordem informacional. Nesse contexto, a Competência em Informação e a literacia em saúde mental mostram−se fundamentais para o desenvolvimento de práticas informacionais críticas dos adolescentes, contribuindo para uma avaliação mais consciente das informações consumidas no ambiente digital. Os achados da pesquisa evidenciam a importância de fortalecer ações educativas voltadas ao desenvolvimento dessas competências, uma vez que elas podem contribuir para o enfrentamento da desordem informacional, para a avaliação crítica das fontes e conteúdos acessados e para a promoção de relações mais seguras e responsáveis com a informação em saúde mental.

BIBLIOGRAFIA: FAGAN, Charlene Alencar Sales et al. Saúde mental na era da informação: a produção de autodiagnóstico em 60 segundos através das redes sociais. Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica (COBRIC), v. 1, n. 3, p. 182–187, 2024. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.14050535. Disponível em: https://periodicos.unisanta.br/COB/article/view/2461. Acesso em: 25 jul. 2026. CORRÊA, Sabrina Simões; GIBBON, Camila de Azevedo; SILVA, Luan Soares. Promoção da competência em informação em mídias sociais. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1–19, 2021. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1610. Acesso em: 25 jul. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **549**

TITULO:CONTRATOS DIGITAIS POR ADESÃO NA ECONOMIA DE DADOS: ANÁLISE ESTRUTURAL DE CLÁUSULAS E DA MULTIASSIMETRIA CONTRATUAL À LUZ DA LGPD

AUTOR(ES) : **NINA SIMOES ANTAKI RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO: Na economia de dados, os contratos digitais por adesão tornaram−se elementos centrais. Todavia, as implicações jurídicas acerca das permissões de coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais permanecem opacas aos usuários.(BIONI, 2019, p. 28−29) No campo jurídico, emergem debates acerca da tutela desses contratos, evidenciando a relevância da análise para o equilíbrio das relações contratuais digitais. Por sua vez, no campo sociológico, o capitalismo de vigilância de Zuboff aponta a centralidade da extração de dados como modelo econômico estruturante.(ZUBOFF, 2021, p. 15). Mas a análise dos mecanismos concretos presentes nesses contratos ainda permanece limitada. Nesse sentido, o problema: Por quais mecanismos cláusulas presentes em contratos digitais por adesão caracterizam possíveis incongruências com a Lei Geral de Proteção de Dados e com a teoria geral dos contratos? A hipótese é que cláusulas operam como instrumentos de legitimação de práticas da economia de dados, a partir da proposta conceitual da multiassimetria. Esse mecanismo, se daria com a atuação conjunta de cláusulas contratuais assimétricas executando um funcionamento sistemático planejado. Assim, sugere−se o deslocamento do foco jurídico da mera proteção do usuário como vulnerável para uma regulamentação da construção estrutural do contrato. Objetiva−se: identificar e operacionalizar padrões de cláusulas em categorias integradas definindo a multiassimetria; examinar decisões judiciais relacionadas a contratos digitais e dados pessoais; e avaliar incongruências entre a multiassimetria e a LGPD. Será utilizada a análise categorizada de termos de uso e políticas de privacidade de plataformas digitais, a partir de critérios quantitativos e qualitativos. A análise categórica do Tiktok, a priori, denota potencial viabilidade, identificando provisoriamente quatro categorias de cláusulas: extração de dados, indução comportamental, integração de ecossistema e poder unilateral. O recorte jurisprudencial será da vigência da LGPD (09/2020), verificando−se tutela ainda embrionária. Outrossim, a opacidade oculta ao usuário a percepção da lesão, reduzindo casos que chegam à tutela jurídica, sendo essas algumas das dificuldades da pesquisa.(MAIA; RAMADAS, 2026, p. 30). Por fim, o estudo de casos que tangenciam a investigação. Diante da relação entre os Processos 5017478−21.2024.8.13.0433 e 1001126−13.2025.8.26.0416, decisões contrárias sobre cláusulas de compartilhamento de dados convergem na motivação, sendo o caráter optativo o critério decisivo para a legalidade da cláusula. Assim, a relação demonstra−se positiva, visto que o caráter optativo desfaz o bloco rígido das cláusulas assimétricas, que caracterizaria a multiassimetria.

BIBLIOGRAFIA: BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019. MAIA, Clarita Costa; RAMADAS, Lucas Sérvio Gonçalves. Dark Patterns: como uma arquitetura de redes maliciosa afeta os Direitos do Consumidor, o Direito da Concorrência e os Direitos Digitais. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abr. 2026. (Texto para Discussão, n. 359). ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. E−book.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **558**

TITULO:IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA ARRECADAÇÃO E NA AUTONOMIA FISCAL DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **FABRIZIA MARCELINO KAWASE**

ORIENTADOR(ES): **HENDRICK PINHEIRO**

RESUMO: A Emenda Constitucional n° 132/2023 promove uma reconfiguração estrutural do sistema tributário brasileiro ao substituir tributos sobre o consumo, como ISS, ICMS e IPI, por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pelo IBS e pela CBS, adotando o princípio da tributação no destino. Este estudo analisa como essa mudança pode afetar a arrecadação própria e a autonomia fiscal dos três municípios mais populosos do estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, São Gonçalo e Duque de Caxias. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com estudo de caso múltiplo e análise documental, utilizando dados de receita realizada (natureza principal) de IPTU, ITBI e ISS no período de 2015 a 2024, extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Os resultados evidenciam trajetória consistente de crescimento do ISS nos três municípios, com variação superior à observada no IPTU e no ITBI, consolidando−o como principal vetor de dinamismo das receitas próprias. A análise da regra de transição indica que, embora concebida para evitar perdas imediatas durante a implementação gradual do novo sistema, não assegura a manutenção do ritmo histórico de expansão arrecadatória, especialmente em municípios com elevada dependência do setor de serviços. Observam−se efeitos assimétricos: o Rio de Janeiro tende a enfrentar redução relativa de participação na arrecadação futura, São Gonçalo pode ampliar sua inserção no modelo baseado no destino, e Duque de Caxias apresenta maior vulnerabilidade fiscal diante da concentração no ISS. Conclui−se que a elevada participação e o crescimento superior do ISS consolidam uma estrutura arrecadatória fortemente concentrada no setor de serviços, indicando que a adoção do critério do destino tende a afetar de forma desigual a expansão das receitas próprias, especialmente no contexto da substituição pelo IBS, com maior exposição fiscal nos municípios cuja arrecadação apresenta maior dependência desse tributo.

BIBLIOGRAFIA: Brasil. (2023, 20 de dezembro). Emenda Constitucional nº 132. Altera o sistema tributário nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm Conti, J. M. (2001). Federalismo fiscal e fundos de participação. Editora Juarez de Oliveira. Conti, J. M., & Mascarenhas, C. G. (2023). Repactuação do federalismo brasileiro e reforma fiscal. Revista da PGE−MS, 19, 113–128.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **564**

TITULO:DIVERSIDADE INSTITUCIONAL E DISCIPLINAR EM AÇÕES EXTENSIONISTAS: UMA ANÁLISE DOS ENCONTROS TEMÁTICOS DO PROJETO “EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO”

AUTOR(ES) : **WESLLEY FERREIRA ARAUJO,BEATRIZ ANDRADE VITORIA,YUME DA SILVA DE MEDEIROS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR,NYSIA OLIVEIRA DE SÁ**

RESUMO: O presente trabalho analisa os encontros do projeto de extensão sobre educação em informação, com foco na interação de uma comunidade discursiva sobre o tema no escopo da desinformação. Busca−se compreender como a diversidade institucional e interdisciplinar contribui para a construção dos debates e para o desenvolvimento crítico ao longo do projeto. Parte−se da ideia de que essa comunidade se constitui por meio de práticas informacionais compartilhadas, nas quais sujeitos com distintas formações e inserções sociais participam da produção, mediação e apropriação do conhecimento em um mesmo domínio, de forma situada e heterogênea. A presença de pessoas de diferentes instituições amplia o repertório teórico e prático das discussões, promovendo uma abordagem plural e contextualizada. Essa configuração evidencia o domínio do conhecimento como um espaço socialmente construído, no qual saberes acadêmicos e não acadêmicos se articulam na construção coletiva. A metodologia adotada baseia−se na análise qualitativa dos encontros, considerando registros descritivos, atividades, observação das dinâmicas e participação dos envolvidos. Foram examinados o perfil das pessoas mediadoras, suas instituições, estratégias de mediação e níveis de participação em cada encontro. A comparação entre encontros permitiu identificar como a diversidade influenciou o desenvolvimento das atividades e a consolidação da comunidade discursiva. O projeto estruturou−se de forma colaborativa, envolvendo coordenadoras, mediadores convidados, extensionistas e comunidade. Os extensionistas tiveram papel relevante na organização dos encontros, apoio às mediações e sistematização das atividades, desenvolvendo competências como comunicação, trabalho em equipe, pensamento crítico e mediação da informação. Cada mediador contribuiu a partir de sua área de formação e atuação. Os participantes tiveram papel ativo, compartilhando experiências e interagindo com os conteúdos, reforçando o caráter coletivo da produção do conhecimento. A atuação dos extensionistas também favoreceu a articulação entre teoria e prática, aproximando a formação acadêmica das demandas sociais e fortalecendo seu protagonismo no processo formativo. Como resultado, espera−se que a diversidade de mediadores fortaleça a interdisciplinaridade, promovendo maior engajamento e reflexão crítica. A troca entre instituições e especialistas amplia a compreensão dos temas, tornando−os mais acessíveis e conectados à realidade do grupo. De forma parcial, observa−se que essa diversidade impactou positivamente a dinâmica dos encontros, tornando os diálogos mais ricos e a formação discursiva mais diversa. Encontros com maior interação geraram debates mais aprofundados, embora a variação no número de participantes tenha influenciado a participação. Ainda assim, a pluralidade institucional mostrou−se essencial para a construção coletiva do conhecimento e para o fortalecimento da extensão universitária como espaço de diálogo interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA: ZATTAR, M. Prática informacional em redes no domínio da Governança da água: um estudo sobre o processo de produção do conhecimento. 159 f. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) − Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **571**

TITULO:METODOLOGIAS ATIVAS NA INICIAÇÃO AO ENSINO: EXPERIÊNCIAS E IMPACTOS NA FORMAÇÃO DISCENTE

AUTOR(ES) : **WESLLEY FERREIRA ARAUJO,CHRISTIAN JHONATAN BATISTA RAMALHO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar de forma integrada relatos de experiências de monitoria desenvolvidas em duas disciplinas obrigatórias a partir das práticas no uso de metodologias ativas no processo de ensino−aprendizagem. Assim, busca−se não apenas descrever as atividades realizadas, mas refletir criticamente sobre suas contribuições para o processo de formação no campo da Biblioteconomia. A justificativa baseia−se no reconhecimento da monitoria como prática de iniciação ao ensino no magistério superior e, portanto, da criticidade com relação às metodologias e estratégias utilizadas. Sob o ponto de vista das metodologias, parte−se do entendimento de que favorecem a autonomia, o pensamento crítico e a participação ativa, elementos essenciais para a formação de sujeitos capazes de analisar, refletir e intervir em diferentes contextos informacionais com autonomia e emancipação. Nesse sentido, a apresentação das ações desempenhadas nas monitorias se justifica pelos efeitos observados no engajamento e na construção do conhecimento com a participação discente. Para alcançar esse objetivo, adotou−se uma metodologia de caráter bibliográfico e observacional. A dimensão bibliográfica fundamenta−se na análise de estudos sobre metodologias ativas, habilidades e competências, enquanto a abordagem observacional concentrou−se no acompanhamento das práticas desenvolvidas nas monitorias, articulando teoria e prática. As atividades foram organizadas de forma colaborativa, envolvendo propostas reflexivas, pesquisas, buscas informacionais e análises coletivas. Destaca−se o desenvolvimento de atividades de mediação de textos, nas quais os estudantes foram incentivados a interpretar, problematizar e conduzir discussões. Quanto à atuação, os monitores exerceram o papel de mediadores, orientando discussões e atividades, enquanto a pessoa docente orientou o planejamento pedagógico. O trabalho foi desenvolvido de forma integrada, com acompanhamento contínuo. Como resultados esperados, destacam−se o desenvolvimento da autonomia, o fortalecimento da análise crítica, o aumento do engajamento e a ampliação da capacidade de aplicação dos conhecimentos no temas relacionados às disciplinas. Pode−se observar que as metodologias ativas contribuem para um ensino mais participativo, no qual a pessoa estudante assume papel protagonista. Evidencia−se, ainda, a mediação pedagógica e do trabalho colaborativo, bem como a possibilidade de ampliação futura da participação discente na criação de atividades.

BIBLIOGRAFIA: BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25−40, jan./jun. 2011. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326. Acesso em: 18 maio 2026. SILVA, Gabriele Bonotto; FELICETTI, Vera Lucia. Habilidades e competências na prática docente: perspectivas a partir de situações−problema. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 17−29, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/16391. Acesso em: 18 maio 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **580**

TITULO:Direito Autoral e Inteligência Artificial no Brasil: análise constitucional das tensões entre desenvolvimento tecnológico e proteção aos criadores

AUTOR(ES) : **MATEUS ALVES AMARO**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: A disseminação do uso de inteligências artificiais (IAs) no Brasil traz consigo diversos debates no âmbito jurídico. Entre eles, um dos maiores dilemas é o uso de obras protegidas por direito autoral por IAs − especialmente as generativas. A Constituição Federal, todavia, não apresenta uma organização normativa plena para a resolução desse conflito. Sob esse viés, normas infraconstitucionais, como a Lei de Direitos Autorais e a Lei Geral de Proteção de Dados, buscam solucionar essa demanda. Nesse sentido, o objeto de análise desta pesquisa é a interpretação de previsões constitucionais em relação ao uso de criações autorais por inteligências artificiais. Sob essa ótica, torna−se pertinente formular a seguinte questão: de que modo a Constituição pode, ao mesmo tempo, resguardar o direito fundamental de propriedade intelectual e manter a necessidade constitucional de fomentar a inovação tecnológica? Sustenta−se, então, que essa dicotomia exige uma releitura dos direitos autorais, preservando o núcleo essencial da propriedade intelectual, mas que admita limitações proporcionais e justificadas, permitindo o desenvolvimento tecnológico em conformidade com a Constituição. A metodologia adotada para o estudo foca em uma observação documental, bibliográfica e de direito comparado. Dessa forma, serão examinadas normas constitucionais e infraconstitucionais, livros e artigos especializados, e padrões legislativos internacionais — especialmente nos Estados Unidos e União Europeia — acerca da problemática.

BIBLIOGRAFIA: Divino, S. B. S., & Magalhães, R. A. (2020). Propriedade intelectual e direito autoral de produção autônoma da inteligência artificial. Revista De Direitos E Garantias Fundamentais, 21(1), 167–192. https://doi.org/10.18759/rdgf.v21i1.1537 PEROZIM DA SILVA, W. E.; TEJERINA−VELÁZQUEZ, V. H. ESTUDOS PRELIMINARES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO SOCIAL ATRÍBUIDA À PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA FINS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA ATUAL CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REVISTA DA AGU, [S. l.], v. 18, n. 3, 2019. DOI: 10.25109/2525−328X.v.18.n.3.2019.2197

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **592**

TITULO:COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO E DEMANDA AGREGADA (2001−2021): UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO UTILIZANDO INSUMO−PRODUTO

AUTOR(ES) : **BERNARDO SAMPAIO SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA ISABEL BUSATO**

RESUMO: A análise convencional da determinação do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da demanda, amplamente utilizada nas análises econômicas, apresenta uma insuficiência fundamental: as importações são tratadas como um componente da demanda agregada (DA), cujo aumento se subtrai do PIB. Essa prática impede que se distinga, dentro de cada componente da DA (consumo das famílias, consumo do governo, investimento e exportações), o que foi realmente suprido pela produção doméstica e o que foi atendido por bens e serviços vindos do exterior. Esta monografia tem como objetivo principal explorar uma metodologia alternativa de contabilidade social, estimando os coeficientes de importação dos componentes da demanda agregada brasileira entre 2000 e 2021, e em seguida realizar uma decomposição do crescimento do PIB pela ótica da demanda livre da distorção causada pela agregação das importações. Para tanto, pretende−se aplicar e estender o 'método da atribuição' utilizado por Fevereiro (2016) e Alves−Passoni e Neria (2022), para cobrir o período de 2001 a 2021. Os resultados indicam uma forte dependência externa do Brasil na formação bruta de capital fixo (FBCF), e um sobredimensionamento crônico das contribuições dos componentes da demanda agregada ao crescimento, especialmente do consumo das famílias e do investimento.

BIBLIOGRAFIA: ALVES−PASSONI, P. & NERIA, A (2022). Determinants of Growth in Mexico and Brazil Between 2003 and 2018: A Demand−led Decomposition of Growth Using Input−output Tables. Taylor & Francis Group, Review of Political Economy. 2022. BUSSIÈRE, M. et al. Estimating trade elasticities: demand composition and the trade collapse of 2008−9. *American Economic Journal: Macroeconomics*, v. 5, p. 118−151, 2013. FEVEREIRO, J. B. Decomposição da taxa de crescimento do PIB pelo lado da demanda: uma metodologia alternativa. *Carta de Conjuntura*, n. 30, p. 119−132, mar. 2016. IPEA.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **656**

TITULO:DEPENDÊNCIA EXTERNA E VULNERABILIDADE SISTÊMICA NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA: UMA ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO BRASILEIRA AO RISCO DE ABASTECIMENTO ANTES E APÓS A COVID−19

AUTOR(ES) : **EDUARDO GIACOMOLLI**

ORIENTADOR(ES): **JULIA PARANHOS**

RESUMO: O presente trabalho, desenvolvido junto ao Grupo de Economia da Inovação (GEI) do Instituto de Economia da UFRJ sob orientação da Profa. Julia Paranhos, integra o Programa de Iniciação Científica e tem como objetivo analisar a dependência estrutural da indústria farmacêutica brasileira à insumos e produtos importados e sua relação com a vulnerabilidade sistêmica do abastecimento farmacêutico nacional, à luz da pandemia de COVID−19. A pesquisa parte da análise de que a elevada concentração das importações brasileiras farmacêuticas, principalmente de IFAs, em poucos países, sobretudo Estados Unidos, China e Índia, constitui uma falha estrutural de mercado, uma vez que o setor privado não internaliza os riscos sistêmicos que essa dependência impõe ao SUS e ao sistema de saúde como um todo. A pandemia de COVID−19 é tratada como choque exógeno revelador dessa fragilidade estrutural, evidenciando a insuficiência das políticas industriais então vigentes. Metodologicamente, o trabalho adota abordagem quantitativa com descrição e interpretação dos dados a partir da literatura. As bases de dados consultadas serão: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Brasil (COMEX Stat), Banco de Dados de Estatísticas de Comércio de Commodities das Nações Unidas (Comtrade), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e outros. O período analisado será de 2016 até 2025. As etapas de pesquisa incluem revisão bibliográfica, coleta e tratamento de dados empíricos e a elaboração do projeto de iniciação científica. Como resultados esperados, a pesquisa produzirá um diagnóstico quantitativo da exposição brasileira ao risco de abastecimento dos setores farmoquímico e farmacêutico e identifica os efeitos observáveis da pandemia sobre as cadeias de suprimento farmacêutico.

BIBLIOGRAFIA: PARANHOS, J.; HASENCLEVER, L.; PERIN, F. S. The Brazilian pharmaceutical industry: actors, institutions, and policies. The Journal of Law, Medicine & Ethics, v. 51, n. S1, p. 126−135, 2023. KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (org.). Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. MIRANDA, C.; HASENCLEVER, L.; PARANHOS, J. Cadeias globais de valor e integração regional na América Latina e Caribe: o caso da indústria farmacêutica pela perspectiva brasileira. Fortaleza: ANPEC, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **691**

TITULO:Os discursos por trás das deportações de imigrantes do Norte para o Sul Global

AUTOR(ES) : **GABRIEL FRANCISCO CASTRO AGUIAR**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: Esta pesquisa visa investigar a relação entre as políticas migratórias — em particular a prática cada vez mais comum de deportar imigrantes para países terceiros — e a extrema direita ao redor do globo, a exemplo de Donald Trump nos Estados Unidos (EUA). Munidos de retóricas nacionalistas, tais grupos utilizam−se da migração como arma política, como ressalta um relatório do Mixed Migration Center, "enquadrando" a população por meio de narrativas excludentes, aos moldes descritos por Judith Butler (2015) em sua obra "Quadros de Guerra". Por meio do discurso, a figura do imigrante é desumanizada, transformada em um inimigo a ser combatido pelo Estado e pela população, justificando a imposição de medidas de exceção a estes — a exemplo de detenções sumárias sem justificativa legal clara e a deportações de imigrantes para países terceiros, como Ruanda. Certas perspectivas podem considerar que tais medidas configuram a implementação de um estado de exceção perpétuo (Agamben, 2002) sobre certas populações migrantes vistas como "indesejadas". Por outro lado, países como Ruanda posicionam−se como "solução" para a crise migratória que afeta o Norte Global. O país da África Oriental há anos é procurado por potências do Norte para fechar acordos referentes à recepção de imigrantes e solicitantes de refúgio — com destaque para o fracassado "Rwanda Plan", plano do ex−governo do partido Conservador britânico para deportar imigrantes para Ruanda, e a recente deportação de 250 imigrantes dos EUA para o país africano. Dentro deste contexto, nesta pesquisa serão analisados discursos empregados em processos de deportação de imigrantes do Norte Global para países do Sul — através da Análise do Discurso Crítica (Fairclough, 2001)—, utilizando como principal estudo de caso o envio de imigrantes dos EUA para Ruanda. Em específico serão analisados os discursos oficiais de autoridades do governo estadunidense, como o presidente Donald Trump e o Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, desde o início do segundo governo Trump até meados de 2026. Adicionalmente, também serão analisados discursos advindos de comunicados oficiais e pronunciamentos de autoridades do governo de Ruanda relacionados a recepção das pessoas deportadas. Neste sentido, esta pesquisa parte do seguinte questionamento: de que forma os discursos emitidos por ambos os países, enviante e receptor, operam para consolidar o processo de deportação e recepção de migrantes, e o que isso revela sobre a relação entre estes países, à luz das tensões e dinâmicas de poder que moldam historicamente as relações entre Norte e Sul Global? Em síntese, a pesquisa procura delimitar e destrinchar a influência de narrativas propagadas em discursos oficiais, tanto pelo país enviante quanto pelo país receptor, no processo de deportação de imigrantes do Norte para o Sul Global, a fim de contribuir para a compreensão de como discurso e poder se articulam na governança de processos de migração dentro da conjuntura atual.

BIBLIOGRAFIA: BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Coordenação da tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **717**

TITULO:CULTURA GAMER E RADICALIZAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DAS REDES

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA OLIVEIRA BASILIO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O presente trabalho busca analisar as transformações da comunicação política no ambiente digital a partir da relação entre teoria das redes, cultura gamer, comunidades online e processos de radicalização política. A pesquisa parte da compreensão de que as redes sociais digitais alteraram profundamente a circulação de informações, as formas de interação social e os mecanismos de mobilização política, produzindo estruturas comunicacionais descentralizadas, altamente conectadas e orientadas por algoritmos. Nesse contexto, o projeto investiga como comunidades originalmente voltadas ao entretenimento, especialmente ligadas ao universo gamer, passaram a funcionar também como espaços de sociabilidade política, circulação ideológica e construção de identidades coletivas. Como ponto de partida, o trabalho utiliza o caso do Gamergate, ocorrido em 2014, entendido por diversos pesquisadores como um marco na politização de comunidades gamer e na consolidação de práticas como trollagem coordenada, campanhas de desinformação e ataques coletivos em ambientes digitais. O episódio evidencia como dinâmicas próprias da comunicação em rede − como viralização, anonimato, formação de comunidades e engajamento emocional − podem ser mobilizadas politicamente. O trabalho também mobiliza contribuições de autores como Giuliano da Empoli, Eli Pariser, Byung−Chul Han, Cynthia Miller−Idriss e Esther Solano para compreender como algoritmos, bolhas informacionais e dinâmicas de hiperengajamento emocional contribuem para a fragmentação da esfera pública contemporânea. A partir da teoria das redes, busca−se compreender como plataformas digitais favorecem conexões rápidas, circulação intensa de conteúdos e formação de comunidades ideologicamente alinhadas. Nesse cenário, influenciadores digitais e produtores de conteúdo passam a ocupar posições centrais dentro dessas redes, atuando como mediadores de discursos políticos e culturais. A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica e análise qualitativa de casos relacionados à cultura digital, comunidades gamer e influenciadores digitais. Como autora do projeto, atuo na organização do referencial teórico, levantamento bibliográfico e desenvolvimento das análises sobre redes digitais, radicalização online e comunicação política. Como resultados esperados, a pesquisa busca demonstrar que as plataformas digitais não funcionam apenas como meios de comunicação, mas como estruturas de organização social e política capazes de influenciar processos de polarização, formação de identidades coletivas e fragmentação da esfera pública.

BIBLIOGRAFIA: DA EMPOLI, Giuliano. Os engenheiros do caos. São Paulo: Vestígio, 2019. MILLER−IDRISS, Cynthia. Hate in the homeland: the new global far right. Princeton: Princeton University Press, 2020. SOLANO, Esther (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **732**

TITULO: A Contabilidade como protagonista nas decisões do CADE: análise das ferramentas contábeis na fusão Kroton−Anhanguera (2013–2014)

AUTOR(ES) : **ROBSON,HELENA MACEDO DA SILVA NERY**

ORIENTADOR(ES): **ALBERTO LOPES DA ROSA,NIVEA CORCINO LOCATELLI BRAGA**

RESUMO: A análise de atos de concentração pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é frequentemente tratada como exercício de Direito Concorrencial, perspectiva que subestima o papel estrutural da Contabilidade nessas decisões. Este trabalho investiga de que forma ferramentas e relatórios contábeis foram determinantes na instrução e aprovação condicionada da fusão entre Kroton Educacional S.A. e Anhanguera Educacional Participações S.A., formalizada no Ato de Concentração n.º 08700.005447/2013−12 e aprovada com restrições pelo CADE em maio de 2014. A hipótese central é que, sem o instrumental contábil, a decisão do CADE seria tecnicamente inviável, pois é a Contabilidade que traduz relações de poder econômico em números verificáveis e comparáveis. A pesquisa adota abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudo de caso, classificando−se como descritiva quanto aos objetivos e documental quanto aos procedimentos. Os dados foram examinados por meio de análise documental e de conteúdo, com identificação e interpretação das informações contábeis empregadas pelo CADE. As fontes primárias são o processo administrativo do CADE, o Acordo em Controle de Concentrações (ACC), as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e os Formulários de Referência arquivados na CVM entre 2011−2014, públicos e auditados. A pesquisa identifica seis ferramentas contábeis centrais mobilizadas pelo Departamento de Estudos Econômicos do CADE: a análise das DFPs como base probatória; a Receita Operacional Líquida (ROL) como medida de market share; a margem EBITDA na avaliação das eficiências econômicas alegadas; o ticket médio por aluno como indicador de poder de precificação; as despesas com marketing como proxy de barreiras à entrada, apoiada na teoria de custos irrecuperáveis de Sutton; e o método de preços hedônicos na valoração de intangíveis para calibração dos remédios estruturais. Como aponta Forgioni, os atos de concentração produzem alterações estruturais no mercado relevante, dimensionáveis com rigor apenas a partir de informações contábeis verificáveis. É esse instrumental que Assaf Neto sistematiza ao descrever formulações analíticas de desempenho e geração de caixa em grandes operações, enquanto os critérios de mensuração de Martins (2001) fundamentam a transição entre a informação contábil e a avaliação econômica de sinergias, legitimando as métricas usadas para calibrar os remédios estruturais. Conclui−se que o caso Kroton−Anhanguera demonstra que a Contabilidade ocupa papel de protagonista nas decisões antitruste, dando materialidade jurídica ao poder econômico e viabilizando tecnicamente cada etapa do processo, da definição do mercado relevante à calibração dos remédios. O trabalho abre agenda investigativa sobre a interface entre normas CPC, M&A e compliance concorrencial, pouco explorada na literatura contábil brasileira.

BIBLIOGRAFIA: ASSAFT NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico−financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. FORGIONI, Paula A. Os fundamentos do antitruste. 10. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **758**

TITULO:Crítica à constituição do Estado e as formas de dominação

AUTOR(ES) : **YOLANDA CAMPOS MENEGUITI,NILO SERGIO VIANA BEZERRA NETO**

ORIENTADOR(ES): **IDY COLOMBINI**

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo central estudar o papel do Estado como categoria de dominação social na organização da sociabilidade capitalista e sua contínua reprodução. Para este fim, traçaremos o debate sobre a constituição do Estado a partir de uma perspectiva marxista crítica, em contraposição a noções estruturalistas do Estado. Trabalhamos a obra de Bourdieu em sua crítica ao Estado, apontamos suas insuficiências e as reforçamos com os trabalhos de Werner Bonefeld e Claudia von Braunmühl relativos à constituição lógica e histórica do Estado capitalista em sua inserção no mercado mundial, tratando o Estado como relação política fetichizada no contexto capitalista. Criticamos abordagens marxistas tradicionais, que tendem a um certo determinismo economicista do Estado como mera “superestrutura” das condições econômicas, assim como concepções liberais que naturalizam o Estado, tratando−o como resultado racional da realidade social humana. Na segunda seção trabalharemos com as concepções liberais e libertárias do Estado capitalista na obra de Adam Smith e Robert Nozick, traçando também o debate acerca das formas de constituição dos indivíduos no neoliberalismo, com base nos autores Dardot e Laval. Concluiremos que a racionalidade neoliberal se torna aspecto totalizador de todas as esferas da vida humana, de forma que a única solução apresentada para sua superação é a construção de uma nova racionalidade que quebre com a lei de valor capitalista.

BIBLIOGRAFIA: BONEFELD, Werner. Social constitution and the form of the capitalist state. London: Pluto Press, 1992. BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989−1992). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **782**

TITULO:Poder Informacional e Vazamento de Dados na Formação de Soberanias Paralelas no Rio de Janeiro

AUTOR(ES) : **LIA MATTA VERPA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: O trabalho investiga como o poder informacional e os vazamentos de dados contribuem para a consolidação das milícias como soberanias paralelas no Rio de Janeiro. Em um contexto de crônica ausência estatal e fragilidade institucional, essas organizações expandem sua autoridade para além do território físico ao utilizar dados pessoais vazados para vigiar, coagir e explorar economicamente a população local. A informação deixa de ser apenas um meio de conhecimento para se tornar um instrumento de dominação que converte o controle digital em medo cotidiano. Parte−se da premissa de que o controle da informação sempre foi um instrumento político, como demonstram os regimes totalitários ao utilizarem dados para classificar e suprimir cidadãos (Arendt, 1951; Black, 2001). No cenário contemporâneo, conforme apontam Foucault (1975), Han (2015) e Zuboff (2019), a vigilância não se exerce apenas pela coerção, mas pela gestão estratégica da visibilidade e pela captura constante da informação. As milícias reproduzem e radicalizam essa lógica ao transformar dados em instrumentos de governo: utilizam cadastros vazados, registros telefônicos e bases públicas para identificar, rastrear e controlar as populações sob seu domínio. A vigilância deixa, assim, de ser apenas uma prática de monitoramento e se torna um método de dominação territorial e digital, que converte a informação em medo e dependência. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulando filosofia política, sociologia urbana e direito constitucional. Por meio de análise bibliográfica e documental, examina como a circulação de dados — muitas vezes decorrente de falhas em sistemas públicos ou privados — alimenta o controle digital e territorial de grupos armados. Os resultados indicam que os vazamentos de dados não são eventos neutros, mas fenômenos políticos que reforçam desigualdades, fragilizam a cidadania e redefinem a noção de soberania no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA: BURGOS, Marcelo Baumann. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34, n. 99, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/GKPh5kRxjqKDHpWjYdPn3pn/?lang=pt. Acesso em: 17 out. 2025. COUTO, Vinícius Assis; BEATO FILHO, Cláudio. Milícias: o crime organizado por meio de uma análise das redes sociais. Revista Dialnet, 2021. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8735323.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **784**

TITULO:PROJETO DE EXTENSÃO “CONHECENDO A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO”

AUTOR(ES) : **IASMIM CRISTINA DA CUNHA PINHO,RAYANE DOS SANTOS NASCIMENTO,BRUNA ISABELA MEDEIROS DA FONSECA,PRISCILA DAMASCENO BEZERRA,KAILANE MATIAS LUCAS MARTINS,MARIA EDUARDA SILVA DE ARAúJO,ÂNGELA CAROLINA SILVA,EDUARDA RUIZ DA SILVA CAMACHO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO: O presente trabalho visa analisar o impacto do projeto de extensão "Conhecendo a Faculdade Nacional de Direito” na preservação do patrimônio e na democratização do saber jurídico. O objetivo central é investigar como as visitas guiadas ao Palácio Conde dos Arcos promovem o resgate histórico−cultural da instituição e a aproximação com a sociedade. A metodologia baseia−se em um estudo de caso com foco na interação dialógica, utilizando pesquisas históricas e rodas de conversa entre discentes e visitantes, especialmente alunos secundaristas, além de análise quantitativa no número de escolas que já realizaram visitas na instituição. Os estudantes autores atuam na linha de frente da execução, realizando pesquisas sobre a memória institucional e mediando o diálogo com o público externo. Os resultados alcançados demonstram que o projeto efetiva o tripé ensino, pesquisa e extensão ao integrar à prática pedagógica, desmistificando o curso de Direito e sua grade curricular. Desta forma, conclui−se que a ação combate o isolamento acadêmico, transformando o edifício histórico em um espaço de ocupação social e formação cidadã, garantindo à comunidade o direito à memória e ao conhecimento das instituições democráticas brasileiras.

BIBLIOGRAFIA: CALMON, Pedro. História da Faculdade Nacional de Direito: 1891−1920. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1945. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CACO: 90 anos de História. Rio de Janeiro: Memorabilia, 2008. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1982.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **797**

TITULO:A experiência de leitura do usuário na era algorítimica

AUTOR(ES) : **BEATRIZ LIMA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **DANILO PESTANA DE FREITAS**

RESUMO: O presente trabalho é recorte de um tema mais aprofundado no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, que explora a experiência de leitura do usuário em uma era marcada pela constante e crescente presença das redes sociais no cotidiano. Esta parte da pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre os livros mais populares da plataforma TikTok e a premiação norte−americana Goodreads Choice Awards entre 2021 e 2025. Fundamentado por Wiederhold (2022), Ripoll e Matos (2017) acerca da convergência da internet e da informação, o estudo se concentra em entender como vídeos virais sobre livros no Booktok (nicho da plataforma que publica conteúdo literário) influenciam a preferência dos leitores por uma obra e a sua visibilidade para o público. A metodologia aplicada para a análise de dados secundários foi quantitativa com a finalidade de expor de forma clara a relação entre o número de postagens de um livro no Tiktok e a sua posição no ranking da premiação do website do Goodreads. As categorias selecionadas para o trabalho foram: romance, romantasia, fantasia, fantasia jovem adulta, ficção e ficção jovem adulta. Conclui−se que o nicho literário das redes sociais impacta na experiência do leitor ao se conectar fisicamente e virtualmente com um livro. Assim, a informação disseminada através das mídias digitais, principalmente o Tiktok e sua popularização de vídeos curtos, tem grande influência nos leitores e a premiação é apenas um símbolo virtual deste fenômeno.

BIBLIOGRAFIA: GOODREADS. Goodreads. Disponível em: https://www.goodreads.com/. Acesso em: 27 mar. 2026. RIPOLL, Leonardo; MATOS, José Claudio Morelli. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S. l.], v. 13, p. 2334–2349, 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/918. Acesso em: 16 jul. 2026. WIEDERHOLD, Brenda K. Booktok made me do it: the evolution of reading. Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking. v. 25, n.3, p.157−158, 2022. Disponível em:https://journals.sagepub.com/doi/10.1089/cyber.2022.29240.editorial. Acesso em: 16 jul. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **800**

TITULO:DECIFRANDO O ESPÓLIO DE MARX: AS NOTAS SOBRE ROMENOS DE 1853−1860

AUTOR(ES) : **NILO SERGIO VIANA BEZERRA NETO**

ORIENTADOR(ES): **IDY COLOMBINI**

RESUMO: A apresentação propõe uma análise historiográfica dos manuscritos em ÎnsemnÄri despre români [Notas sobre romenos], produzidos por Karl Marx entre 1853 e 1860 e publicados pela primeira vez pela Academia Romena em Bucareste, 1964. O corpus do livro é composto por quatro manuscritos inéditos em língua portuguesa, B85, B86a, B91 e B63, dos quais apenas o B63 foi publicado pela MEGA². Integrantes do Nachlass marxiano preservado no Instituto Internacional de História Social, em Amsterdã, esses textos revelam dimensões fundamentais do pensamento de Marx sobre acumulação primitiva e formações sociais periféricas, e são referenciadas no capítulo 8 de O Capital, "A jornada de trabalho" . A exposição busca situar as Notas sobre romenos no contexto geopolítico da Questão Oriental, das revoluções de 1848 e da expansão do Império Russo nos Bálcãs, momento em que Marx e Engels passaram a dedicar crescente atenção às sociedades não ocidentais e aos diferentes caminhos de transição ao capitalismo. Explora−se como os manuscritos constituem laboratório teórico para reflexões posteriores desenvolvidas em O Capital , especialmente acerca das formas específicas de propriedade e formas de subsunção do trabalho ao capital. Do ponto de vista historiográfico, a apresentação enfatiza a relevância das Notas para os debates contemporâneos sobre a pluralidade histórica das formações sociais periféricas. Dialogando com Kevin Anderson e Lucia Pradella, discute−se como esses manuscritos desafiam interpretações eurocêntricas e etapistas do pensamento marxiano, ao evidenciarem o interesse de Marx pelas especificidades históricas da Romênia e sua relação com o caso da Rússia, Irlanda e Polônia. Nesse sentido, os estudos sobre os principados danubianos revelam um Marx atento às relações entre imperialismo, nacionalidade, formas híbridas de exploração e integração desigual no mercado mundial. Ao mesmo tempo, a apresentação introduz o percurso editorial e político das Notas sobre romenos : desde sua descoberta por Stanislas Schwann no pós−guerra, passando pela edição organizada por Andrei OÈetea durante a República Popular da Romênia, até a incorporação à MEGA². Busca−se, pela análise da historiografia moderna sobre Notas sobre romenos , "decifrar" o espólio marxiano em sua inserção nas disputas intelectuais, políticas e editoriais à época da publicação. Como resultado parcial, a pesquisa já indica que o material referente à clacÃ (forma particular e monetarizada da servidão) e Regulamento Orgânico documentam empiricamente a subsunção formal do trabalho ao capital nos Principados, fornecendo a Marx o material que fundamenta, em O Capital, a tese de que a corveia antecede e origina a servidão, e não o inverso. Esse achado mostra que Marx tratou a Romênia como caso de transição ao capitalismo distinto do inglês, indo contra noções etapistas e deterministas do desenvolvimento e situando os manuscritos como laboratório teórico da acumulação primitiva como processo permanente nas periferias.

BIBLIOGRAFIA: HARIUC, M.I. “With Marx against Moscow”: the backstage of editing Karl Marx’s manuscripts. SUBB – Historia, Volume 65, Núm. 2, Dezembro de 2020 MARX, K. Însemnări despre Români [Notas sobre romenos]. Organização, edição e tradução de Andrei Oțetea e Stanislas Schwann. București: Editura Academiei Republicii Populare Române, 1964. Disponível em: . Acesso em: 03 de junho de 2025. MARX, K. A avidez por mais−trabalho. O fabricante e o boiardo in: O Capital [Livro I]: Crítica da Economia Política: O processo de Produção do Capital. Boitempo, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **824**

TITULO:Famílias Além da Lei

AUTOR(ES) : **LUANA FELIZARDO ALVES**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO: O Direito das Famílias no Brasil tem sido, historicamente, um campo de tensão permanente entre a norma e a vida, em cada transformação social relevante, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a dissolubilidade do casamento, o reconhecimento das uniões homoafetivas ou a consolidação da multiparentalidade, notadamente o ordenamento jurídico foi instado a rever categorias que, até então, se apresentavam como naturais e imutáveis. Essas transformações demonstraram ao longo do tempo, que a família, ou as famílias, são uma construção histórica e orgânica da sociedade, não estando limitadas apenas as normas existentes, e que o Direito, quando não acompanha essa construção, desampara formas de famílias que materialmente já existem. A motivação do projeto que se apresenta decorreu dessa constatação, da observação de que existem, na realidade social brasileira contemporânea, inúmeras relações de cuidado, afeto e pertencimento que não encontram qualquer correspondência nos institutos jurídicos disponíveis, e que, por isso, ficam expostas à insegurança jurídico−patrimonial, à exclusão previdenciária e à invisibilidade jurídica. Vínculos que não decorrem do casamento nem da união estável, que não se fundam na consanguinidade e que não passaram pelo procedimento formal da adoção, mas que, no plano das relações concretas, na prática social, cumprem exatamente as funções que o Direito atribui à família, oferecendo proteção, sustento emocional e material, responsabilidade recíproca e um sentido compartilhado de pertencimento. O tema escolhido decorreu da percepção de que o ordenamento jurídico nacional, mesmo após os avanços trazidos pela Constituição Federal de 1988 e pelas normas infraconstitucionais, permanece estruturado sobre pilares que excluem determinadas formas legítimas de vínculo afetivo. A monogamia compulsória, a exigência de conjugalidade ou consanguinidade como pressupostos do reconhecimento familiar e a ausência de instrumentos jurídicos adequados para tutelar redes de cuidado que se formam fora desses modelos constituem lacunas que o Direito das Famílias ainda não enfrentou de forma sistemática a fim de acolher sua devida importância. Essa lacuna representa uma escolha política que distribui seus custos de forma desigual, recaindo com maior peso sobre mulheres, pessoas negras, populações indígenas ou quilombolas, e pessoas LGBTQIA+, ou seja, grupos dissidentes da sociedade.

BIBLIOGRAFIA: DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 17. ed. Salvador: JusPodivm, 2025. Disponível em: https://www.editorajuspodivm.com.br/manual−de−direito−das−familias−2025. Acesso em: 09 dez. 2025. NUÑEZ, Geni. Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar. 4. ed. São Paulo: Planeta, 2024. hooks, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Elefante, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **832**

TITULO:EFEITOS DO PPCERRADO NA REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DAS QUEIMADAS

AUTOR(ES) : **JOãO PEDRO ELBERT GUIMARãES**

ORIENTADOR(ES): **ROMERO CAVALCANTI BARRETO DA ROCHA**

RESUMO: Este projeto de pesquisa tem como objetivo avaliar a efetividade do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado). Criado como parte da política ambiental federal, o PPCerrado visa promover a redução contínua das taxas de desmatamento, da degradação florestal e da incidência de queimadas e incêndios no bioma Cerrado, por meio da articulação de ações entre União, estados, municípios, sociedade civil, setor empresarial e academia. A estratégia metodológica central consiste na aplicação do modelo de Regressão Descontínua (Regression Discontinuity Design – RDD), com o objetivo de identificar os efeitos causais do programa durante sua implementação. A priorização dos municípios pelo PPCerrado baseou−se em critérios técnicos previamente definidos pelo Ministério do Meio Ambiente, sendo eles incremento do desmatamento entre 2009 e 2010 superior a 25 km² e percentual de vegetação nativa remanescente superior a 20%. Como esses critérios foram estabelecidos antes da implementação do programa e são calculados a partir de dados observados previamente, reduz−se a possibilidade de manipulação estratégica da elegibilidade. Além disso, a hipótese de ausência de manipulação das variáveis de ordenação será avaliada por meio de testes de densidade nos respectivos pontos de corte. Assim, municípios com estatísticas superiores aos limiares estabelecidos foram considerados elegíveis à priorização, enquanto aqueles logo abaixo dos ponto de corte não o foram. Serão utilizados dados geoespaciais e estatísticos referentes ao período de 2013 a 2018, abrangendo os primeiros anos de implementação do PPCerrado após a listagem de municípios prioritários, incluindo informações sobre desmatamento, queimadas e uso da terra. Espera−se verificar se o programa contribuiu significativamente para a redução do desmatamento e das queimadas, bem como investigar possíveis impactos sobre indicadores econômicos e agropecuários, como produtividade agrícola, área cultivada e expansão pecuária.

BIBLIOGRAFIA: ASSUNÇÃO, Juliano; ROCHA, Romero. Getting greener by going black: the effect of blacklisting municipalities on Amazon deforestation. Environment and Development Economics, v. 24, n. 2, p. 115−137, 2019. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no bioma cerrado (PPCerrado): 4ª fase (2023 a 2027). Brasília: MMA, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **863**

TITULO:O COMPROMETIMENTO DA BOA−FÉ PERCEPTÍVEL NAS AÇÕES DOS GESTORES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

AUTOR(ES) : **ANTONIO MARCOS CARDOSO GOMES**

ORIENTADOR(ES): **LORENZO MARTINS POMPÍLIO DA HORA**

RESUMO: A gestão da segurança pública no estado do Rio de Janeiro revela uma profunda crise de boa−fé institucional, manifesta na manutenção de paradigmas puramente repressivos que ignoram evidências estatísticas de falência sistêmica.Este estudo, fundamentado em métodos quantitativos e na análise de microdados extraídos do Censo Demográfico (IBGE/2000) e do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), com processamento técnico realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPS), analisa a seletividade penal e os impactos socioeconômicos do encarceramento fluminense.A atuação do pesquisador concentrou−se na síntese de dados que evidenciam disparidades demográficas brutais: a população negra e parda no sistema carcerário é 2,6 vezes superior à sua representação na população geral do município, configurando o que Loïc Wacquant denomina como um "depósito industrial de dejetos sociais".A Geografia do Encarceramento mapeia essa seletividade, concentrando 38% dos 18.438 registros catalogados em polos de "desvantagem concentrada" como Bangu (875 detentos) e Bonsucesso (606 detentos), onde a baixa renda média converge com a exclusão educacional (52,2% dos presos não concluíram o ensino fundamental).O comprometimento da boa−fé dos gestores é exposto pela persistência em modelos punitivos — focados em crimes contra o patrimônio e tráfico — diante de um incremento de 1.107% na letalidade prisional entre 1995 e 2010, reduzindo o apenado à "vida nua" em um estado de exceção institucionalizado. Ademais, o custo mensal de R$ 2.548,43 por detento, do qual 60% a 83% é absorvido por despesas estruturais e folha de pagamento, demonstra a ineficiência econômica frente à ausência de políticas sociais preventivas. Conclui−se que a administração da pobreza sob a égide da segurança pública falha em mitigar a criminalidade, exigindo um diálogo intersetorial urgente que converta o custo do encarceramento em investimento social estratégico nas áreas de maior vulnerabilidade.

BIBLIOGRAFIA: FGV/CPS. Retratos do Cárcere: processamento de microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2000. BRASIL. Ministério da Justiça. INFOPEN: Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2011. WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **898**

TITULO:O USO DE MEMES NA COMUNICAÇÃO DIGITAL DO GOVERNO FEDERAL E SEUS IMPACTOS NA COMPREENSÃO DA INFORMAÇÃO

AUTOR(ES) : **FABIANA AUGUSTA DO NASCIMENTO RITA MOCO,ANNA VITÓRIA RITA MOÇO**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA DE MELLO LIMA**

RESUMO: A presente pesquisa aborda os memes como linguagem característica da cibercultura, analisando seu uso na comunicação governamental contemporânea nas redes sociais digitais. Partindo da compreensão de que o avanço das tecnologias digitais transformou significativamente as formas de produção, circulação e apropriação da informação, modificando também as estratégias da comunicação institucional, antes predominantemente formais e verticalizadas. Nesse contexto, o estudo concentra−se na análise de publicações realizadas no perfil oficial do Governo Federal no Instagram, @govbr, buscando compreender de que maneira o uso de memes influencia a mediação da informação pública, o acesso aos conteúdos, a interpretação e a formação crítica dos sujeitos no ambiente digital. Fundamentada nas contribuições de Marshall McLuhan (2007), ao discutir a influência dos meios de comunicação na percepção das mensagens, e de Pierre Lévy (1999), que compreende a cibercultura como um espaço de construção coletiva de sentidos, a pesquisa também dialoga com os conceitos de competência em informação e letramento crítico no âmbito da Ciência da Informação. Metodologicamente serão analisadas as postagens dos últimos doze meses, levando em consideração as com maior número de curtidas entre os temas: imposto de renda, soberania nacional, entre outros. Esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada na análise de exemplos de comunicação institucional em redes sociais digitais. Ressalta−se a relevância de compreender os impactos da cultura digital na comunicação pública, considerando que os memes, ao mesmo tempo em que ampliam o alcance e o engajamento informacional por meio do humor e da linguagem visual, também exigem habilidades críticas para interpretação de conteúdos multimodais e de interesse público. Este trabalho buscará evidenciar que o uso de memes poderá favorecer o acesso à informação e também contribuir para uma melhor compreensão de conteúdos, reforçando a importância do desenvolvimento do letramento crítico na cultura digital.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Governo do Brasil. Instagram: @govbr. Disponível em: https://www.instagram.com/govbr/. Acesso em: 2 maio 2026. LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **899**

TITULO:A INDEXAÇÃO DE FOTOGRAFIAS COMO PRÁTICA DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE DO LIVRO AMAZÔNIA, DO FOTÓGRAFO SEBASTIÃO SALGADO

AUTOR(ES) : **FABIANA AUGUSTA DO NASCIMENTO RITA MOCO**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE,DIOGO XAVIER DA MATA**

RESUMO: A presente pesquisa tem como objeto de análise as fotografias do livro Amazônia , do fotógrafo Sebastião Salgado (2021), cuja produção é reconhecida pela profundidade estética, pela abordagem social e ambiental. A pesquisa no campo da Organização do Conhecimento apresenta a fotografia como documento informacional, destacando sua aplicação e importância na representação e recuperação da informação a partir de elementos visuais. A indexação de fotografias evidencia−se como uma prática fundamental para a organização de conteúdos imagéticos, considerando suas dimensões estéticas, culturais e históricas, o que possibilita o acesso e uso da informação de forma significativa. Este trabalho fundamenta−se nos princípios da indexação, conforme Lancaster (2004) e nas discussões sobre política de indexação e representação da informação apresentadas por Leiva e Fugita (2012). Trata−se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cuja metodologia emprega a pesquisa documental e bibliográfica, consiste na análise de fotografias por meio de sua indexação com base em Sistemas de Organização do Conhecimento. Buscou−se analisar como as fotografias do livro Amazônia , de Salgado (2021), podem ser indexadas nos processos de indexação e representação da informação, considerando seus aspectos sociais, ambientais e informacionais. Conclui−se que o estudo contribui para a compreensão da indexação de imagens como um processo essencial para a preservação, organização e circulação da informação visual, ampliando as possibilidades de representação e recuperação da informação em ambientes informacionais.

BIBLIOGRAFIA: LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). Política de indexação. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. SALGADO, Sebastião. Amazônia. Köln: Taschen, 2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **920**

TITULO:A prática de Sati na Índia: as transformações da prática tradicional aos estudos pós−coloniais feministas

AUTOR(ES) : **ANA CLARA BERNARDES GUERSONI**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: A prática de sati ou suttee consiste em um ritual funerário realizado por algumas mulheres indianas que, ao se tornarem viúvas, eram cremadas na pira funerária de seus maridos. Seus registros encontram−se associados a determinadas interpretações da tradição hindu, especialmente dos Dharmashastras e de outros textos religiosos posteriormente mobilizados para sua legitimação. Durante a colonização britânica, o sati passou a ser representado como um símbolo da suposta barbárie da sociedade indiana, sendo proibido pela lei colonial em 1829. A partir dessa contextualização histórica, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta−problema: como as interpretações sobre o sati se transformaram ao longo dos séculos XIX e XX e de que maneira essas mudanças influenciaram os estudos sobre as mulheres indianas. O objeto da pesquisa consiste nas transformações das representações da prática , desde suas origens históricas até sua incorporação aos estudos feministas pós−coloniais, bem como sua mobilização em debates sobre identidade nacional e resistência ao colonialismo. Parte−se da hipótese de que o sati deixou de ser compreendido apenas como uma prática associada à subordinação feminina para tornar−se um importante objeto de reflexão sobre agência, colonialismo e resistência das mulheres indianas. Para isso, serão utilizadas fontes secundárias, principalmente de autores indianos, a fim de compreender as interpretações produzidas pela historiografia e pelos estudos pós−coloniais sobre a prática. As análises serão conduzidas a partir das teorias pós−coloniais indianas, e os resultados parciais indicam uma transição de uma prática antes mobilizada como símbolo do exotismo indiano para um campo de estudo que possibilita às mulheres indianas recuperar sua voz e reinterpretá−la.

BIBLIOGRAFIA: Gayatri Chakravorty Spivak. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (org.). Colonial discourse and post−colonial theory: a reader. New York: Columbia University Press, 1994. p. 66−111. SATYA, Laxman D. The question is not, “Can the Subaltern speak?” The question is, “Can she be heard?”: a review of Lata Mani's ontentious Traditions: Debate on Sati in Colonial India. Reconstruction: Studies in Contemporary Culture, v. 6, n. 4, p. 1–5, 2006. SHAMSUDDIN, Mohammed. A brief historical background of sati tradition in India. Din ve Felsefe Araştırmaları (Religion and Philosophical Research), v. 3, n. 5, p. 44–63, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **925**

TITULO: O CORPO EM RELEVÉ: UMA ANÁLISE PÓS−COLONIAL DO BALLET CLÁSSICO

AUTOR(ES) : **MARIA LUISA PAES MARCIANO CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: A compreensão do ballet clássico como uma forma de arte universal e transcendente obscurece, frequentemente, a sua historicidade e a sua função como dispositivo de poder. Longe de ser uma expressão neutra da beleza humana, o ballet é uma produção estética profundamente enraizada na matriz colonial do poder, operando como um mecanismo de disciplinamento dos corpos e de afirmação da hegemonia cultural europeia. Ante o exposto, a problemática central deste trabalho reside na investigação de como a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, enquanto instituição de formação de excelência, articula a disciplina clássica, a estética eurocentrada e a realidade dos corpos brasileiros em um contexto de desigualdade estrutural, e quais os seus efeitos na manutenção ou tensão das hierarquias coloniais no campo da dança. A pergunta norteadora, portanto, é: de que maneira a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil reproduz, adapta ou tenciona estruturas de colonialidade presentes na tradição do ballet clássico, e como essa presença reorganiza as relações de poder estético e racial no cenário nacional? Para tanto, a pesquisa edifica−se em uma abordagem qualitativa de caráter analítico−crítico, alicerçada na revisão bibliográfica e na análise documental, estabelecendo um diálogo teórico entre a perspectiva da Colonialidade do Poder de Aníbal Quijano, os Estudos Pós−coloniais de Frantz Fanon, Edward Said e Homi Bhabha, e a Crítica Racial de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Situa−se o objeto no campo das Relações Internacionais ao analisar a circulação transnacional de bens culturais e a projeção geopolítica do ballet russo no Brasil, investigando como essa transferência epistemológica é reconfigurada localmente. Argumenta−se que a técnica clássica atua como um dispositivo de subjetivação que naturaliza a branquitude como norma fisiológica e estética, operando como uma pedagogia que organiza afetos e gestos. O corpo negro — especialmente o da mulher negra — emerge como um território de tensões que desafia a pureza visual e a uniformidade do ballet blanc , historicamente vinculado a ideais de palidez e fragilidade negados às mulheres negras na divisão racial do imaginário brasileiro. Ao analisar a Escola Bolshoi Brasil, constata−se um paradoxo fundamental: por um lado, a instituição atua como vetor de democratização cultural e inclusão social ao oferecer bolsas de estudo para classes populares; por outro, essa inclusão ocorre mediante a assimilação de um padrão estético rigidamente eurocêntrico que reitera o prestígio de referências exógenas. Conclui−se que a instituição funciona como um dispositivo pós−colonial ambivalente, instaurando um "entrelugar" onde a mímica da técnica russa nunca é total; é nessa imperfeição que os corpos brasileiros, atravessados pela amefricanidade, imprimem marcas cinéticas que fissuram a homogeneidade colonial, convertendo a influência internacional em um produto híbrido de afirmação, resistência e reinscrição subjetiva no palco erudito.

BIBLIOGRAFIA: QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. CLACSO, Buenos Aires, 2005. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: GONZALEZ, L. Por um feminismo afro−latino−americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **954**

TITULO:Feiras Gastronômicas Urbanas: A Interação entre Consumo, Música e Comensalidade nas Feiras do CCBB e de Botafogo

AUTOR(ES) : **GABRIEL CORDEIRO DE SOUZA LIMA**

ORIENTADOR(ES): **FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO**

RESUMO: A presente pesquisa analisou os campos culturais das feiras gastronômicas da Junta Local no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), e na Feira de Botafogo da Rua Capistrano de Abreu, com foco na interação entre música e comida. O objetivo do estudo é compreender como o consumo de música e alimentos durante os eventos culturais influencia o comportamento dos consumidores e quais significados simbólicos emergem durante a experiência. O trabalho adotou o método etnográfico, com base na observação participante, que permite revelar aspectos de difícil acesso de um contexto social, como proposto por Malinowski (1961), além de considerar os princípios da etnografia a partir da virada cultural destacados por Boas (2004). DaMatta (1981) pontua que as interações num contexto social urbano permite ressignificar situações cotidianas. As inserções em campo começaram no segundo semestre de 2025. As feiras do CCBB ocorriam entre 12:00 e 19:00, enquanto as feiras de Botafogo aconteciam entre as 10:00 e 17:00, durante fins de semana ao longo dos meses. Os eventos reuniam barracas de alimentos artesanais de produtores locais, disponibilizadas pela Junta Local. A feira do CCBB apresentava um palco, onde apresentações ao vivo ocorriam, enquanto a feira de Botafogo contava apenas com caixas de som. As informações foram registradas em diários de campo, fotografias, gravações de vídeo e entrevistas informais. A coleta de dados por diferentes recursos possibilitou a triangulação das informações, conferindo rigor aos registros. Posteriormente, as observações foram analisadas de forma reflexiva, a fim de compreender holisticamente as dinâmicas observadas. Os resultados preliminares sugerem que a música influencia o consumo de alimentos e bebidas das barracas, a permanência, e criação de momentos de sociabilidade. No CCBB, quando os shows ao vivo aconteciam, notava−se uma mudança na distribuição geográfica dos consumidores e das áreas ocupadas pelos presentes, que implicava em consumos específicos de alimentos, como maior presença de bebidas. Mesmo quando a música tocava apenas nas caixas de som, era possível observar indivíduos reagindo aos estímulos sonoros, seja movendo o corpo no ritmo das canções, ou dançando. Durante os diferentes momentos das feiras, era possível identificar mudanças no consumo de alimentos, como em horários de almoço, quando a refeição costumava acontecer à mesa e com presença de conhecidos. O registro de palavras repetidas nos diferentes dias indicam alguns dos elementos simbólicos valorizados nos eventos, como o reforço, por parte dos vendedores, de palavras que caracterizavam os produtos como “artesanais” e de “qualidade”, ou de consumidores, que costumavam elogiar com palavras mais coloquiais, como “muito bom” ou “delicioso”. O estudo contribui para o avanço sobre a compreensão de como a interação o consumo de música e de alimentos influencia os frequentadores na construção de significados simbólicos em espaços de sociabilidade urbana.

BIBLIOGRAFIA: BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia. In: CASTRO, Celso (org.). Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 25−39. DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1981. MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Tradução de Ana Paula Dores. Revisão científica de Maria Cardeira da Silva e Jill Dias. Lisboa: Edições 70, 1961.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **977**

TITULO:A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA ARBITRAGEM: possibilidades e limites da jurisdição arbitral

AUTOR(ES) : **GUILHERME CARDOSO SUNDAUS,LUCAS BRUNO DE AZEVEDO CHAVES**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO: A arbitragem consolidou−se como um dos principais meios de solução de conflitos empresariais no Brasil. Desde a Lei nº 9.307/1996 e, com a reforma da Lei nº 13.129/2015, o instituto vem crescendo de forma sustentada e responde por parcela significativa das disputas societárias, contratuais e de infraestrutura. Surgiram situações em que, durante a arbitragem, se busca responsabilizar patrimonialmente sócios, administradores ou sociedades coligadas por abuso da personalidade jurídica, com fundamento no art. 50 do Código Civil, reformulado pela Lei nº 13.874/2019, e em microssistemas específicos. A presença crescente de grupos econômicos complexos, sociedades de propósito específico e estruturas societárias sofisticadas tem gerado pedidos de desconsideração formulados diretamente ao árbitro. A falta de critérios uniformes na doutrina e na jurisprudência cria insegurança jurídica e compromete a efetividade da sentença arbitral. Teoricamente, o tema está no cruzamento de dois institutos. De um lado, a desconsideração, técnica excepcional de superação da autonomia patrimonial. De outro, a arbitragem, cuja jurisdição se baseia na autonomia da vontade e alcança apenas as partes que consentiram com a convenção. Compatibilizá−los levanta questões dogmáticas relevantes, sobretudo após o CPC/2015, que regulamentou o IDPJ (arts. 133 a 137). O estudo se justifica pela utilidade prática para árbitros, advogados e julgadores. São objetivos: analisar o regime atual da desconsideração; estudar a natureza da arbitragem e os limites subjetivos da jurisdição arbitral, considerando as teorias de extensão da convenção a não signatários; investigar as possibilidades e limites da decretação pelo árbitro à luz da doutrina e da jurisprudência do STJ e dos tribunais estaduais; examinar a aplicabilidade do IDPJ ao procedimento arbitral; e propor critérios à atuação arbitral. A questão central é: pode o árbitro decretar a desconsideração? Se sim, quais os requisitos, limites e procedimento? Daí surgem: a) a desconsideração pode ser aplicada por quem detém jurisdição limitada pela vontade das partes?; b) o IDPJ aplica−se ao procedimento arbitral? c) é possível atingir pessoas que não figuravam na convenção? d) qual a eficácia executiva da sentença arbitral frente a terceiros? Trabalha−se com a hipótese de que o árbitro tem competência para decretá−la, desde que cumpridos: (i) os requisitos do art. 50 do CC ou de microssistema aplicável; (ii) a pessoa atingida seja parte da arbitragem ou possa a ela ser vinculada pelas teorias de extensão a não signatários; e (iii) observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo, por procedimento análogo ao IDPJ. Os efeitos sobre terceiros dependem do Judiciário. A pesquisa é qualitativa e combina revisão doutrinária com análise jurisprudencial. Serão levantadas decisões do STJ e dos TJs de SP, RJ e MG, de 2015 até hoje, com palavras−chave e classificação.

BIBLIOGRAFIA: CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. O poder de controle na sociedade anônima. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. LEMES, Selma Ferreira. Árbitro: princípios da independência e da imparcialidade. São Paulo: LTr, 2001. LEVY, Daniel; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). Curso de arbitragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. MARTINS, Pedro Batista. Apontamentos sobre a Lei de Arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2008. SILVA, Alexandre Couto. Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **992**

TITULO:As luzes de “Chico Ciência”: autoritarismo e direitos reprodutivos das mulheres no Estado Novo de Vargas.

AUTOR(ES) : **CAROLINA SILVINO DE SÁ PALMEIRA**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO: Os direitos reprodutivos das mulheres foram objeto de controle social por um longo período da história brasileira. Os tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil no século XX, todavia, pareceram instaurar uma nova era no que concerne ao reconhecimento da mulher como sujeito de direitos. De modo paradoxal, o Código Civil de 1916 ainda restringia a capacidade feminina, atribuindo−lhe a qualidade de sujeito relativamente incapaz. Com a ascensão do Estado Novo, a queda da fecundidade se tornou objeto de políticas públicas destinadas a construção de um modelo ideal de família, amparado num projeto autoritário de nação. A prática discursiva sustentou um padrão de mulher, associado à feminilidade e aos cuidados maternos, de modo que se atribuiu uma supervalorização do trabalho doméstico e a limitação de exercício de profissões, à exceção do magistério infantil, para o qual as mulheres eram consideradas naturalmente vocacionadas. Sob a influência das ideias nazifascistas, o governo Vargas encomendou à Francisco Campos e Gustavo Capanema a elaboração de leis que consolidassem um Estado, capaz de assegurar a tranquilidade e a paz das massas, a quem se atribuía um desconhecimento sobre as questões políticas que atravessavam a sociedade. Desse modo, compreendeu−se que era necessária a construção de um arcabouço legislativo capaz de promover a validação do projeto varguista. O presente trabalho, portanto, elegeu como problema o seguinte questionamento: o pensamento jurídico de Francisco Campos restringia a autonomia feminina no que concerne ao exercício de direitos reprodutivos? Entende−se que as reformas de Francisco Campos consolidaram o projeto estado−novista que definia o papel social da mulher como esteio da família. Nesse sentido, o trabalho pretende compreender a influência do autoritarismo da era Vargas nos direitos das mulheres, no que concerne aos direitos reprodutivos e à emancipação feminina e a evolução no debate sobre os direitos reprodutivos da mulher promovidos no regime democrático com a movimentação da sociedade civil. Para tanto, optou−se por uma pesquisa qualitativa, com levantamento bibliográfico das ideias de Francisco Campos, com o intento de empreender uma análise dos conceitos empregados pela legislação promulgada durante o Estado Novo e a correlação do conservadorismo com os direitos reprodutivos femininos. Embora o presente estudo pareça se referir a um passado longínquo, observa−se que permanece, no imaginário social, uma concepção de hierarquia reprodutiva, no que concerne a políticas públicas de planejamento familiar, que determinam quais mulheres devem ter direitos reprodutivos assegurados e quais mulheres estarão à margem de seus direitos.

BIBLIOGRAFIA: CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2001. HUNGRIA, Nelson. O direito penal no Estado Novo. In: Revista Forense, Rio de Janeiro, vol. 85, março de 1941. SCHWARTZMAN, Simon. A igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 37, 1981. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1600. Acesso: 12 jul. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **997**

TITULO:Notas desde os que recusam a desaparecer

AUTOR(ES) : **NATHALIA MAGALHAES MACEDO**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: O trabalho propõe refletir sobre a crise contemporânea do Sistema Interestatal Capitalista e como ela deriva de uma noção de humanidade calcada na ontológia moderna−ocidental (Danowski, Viveiros de Castro, 2014), fundada na universalização de um único regime de existência. O objeto central é analisar o direito de mundos coexistirem conforme suas próprias cosmovisões, recusando a subsunção a uma métrica ontológica única. Como objetivo geral, propõe−se a caracterização da paz como uma estrutura contracapitalista, entendida aqui como coexistência incomensurável entre mundos (humanos e não humanos), partindo da premissa de que o capitalismo atua como um "solvente ontológico", cuja expansão depende da destruição da alteridade e da consequente desmundificação (Dussel, 1977; Krenak, 2019; Moore, 2015) A metodologia adotada possui abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada em uma revisão bibliográfica que articula ontologia política, crítica à modernidade e literatura contracolonial. O arcabouço teórico mobiliza, de forma central, as reflexões de Ailton Krenak (2019; 2020) e de Davi Kopenawa (2015), sobre a resistência das ontologias originárias frente à exaustão da Mãe Terra; de Silvia Federici (2017), acerca da expropriação dos corpos; e de Enrique Dussel (1977) sobre o ego conquiro ("eu conquisto") enquanto fundamento da modernidade. Os resultados principais alcançam que a modernidade instituiu uma totalidade como regime ontológico de guerra, no qual a produção de escassez constitui condição para o imperativo colonial e, posteriormente, capitalista. Tal processo opera por meio da dissolução sistemática de mundos, convertendo territórios, corpos e temporalidade em recursos disponíveis à lógica da acumulação (Federici, 2017; Moore, 2015). Em contraposição a essa liturgia secularizada de assimilação, o estudo identifica, por exemplo, no perspectivismo ameríndio (Viveiro de Castro, 2008) e em tecnologias como a roça reafirmam a existência de outras engenharias do tempo e da vida. Em última análise, conclui−se que a paz, longe de corresponder a um ideal universal de harmonia e consenso, deve ser a condição na qual múltiplas civilizações não precisem padecer, afirmando a multiplicidade como condição de possibilidade da própria vida. Não se trata de romantizar cosmologias outras como espaços isentos de conflito ou violência. Ao contrário, reconhece−se que tais mundos também são atravessados por disputas, tensões e antagonismos; a diferença fundamental, contudo, reside no fato de que esses conflitos não se estruturam, de forma sistemática, como projetos universalizantes de dissolução ontológica da alteridade, tal como observado na modernidade ocidental (Giddens, 2002).

BIBLIOGRAFIA: DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Há mundo por vir?: ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015. DUSSEL, Enrique D. Filosofia da libertação: filosofia na América Latina. Tradução de Luiz João Gaio. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola; Piracicaba: Editora UNIMEP, 1977. KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1006**

TITULO:HOMOSAURUS: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO DA COMUNIDADE LÉSBICA

AUTOR(ES) : **ASTER DA SILVA FORTUNATO LEITE**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A Organização do Conhecimento (OC), segundo Ingetraut Dahlberg, é o campo que estuda a natureza dos conceitos e suas relações. Nessa visão, os conceitos são as unidades básicas do conhecimento e são materializados pelos termos, esses que formam os sistemas, estabelecendo uma proximidade ou distância recíproca entre as ideias representadas. Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) englobam desde linguagens tradicionais, como tesauros, à modelos mais complexos como ontologias, que expressam os mais diversos tipos de relações entre seus conceitos. A problemática que motivou esta pesquisa está na invisibilização e no apagamento da comunidade lésbica nos discursos sociais, políticos e, especificamente, nas ferramentas de organização do conhecimento, onde a ausência de termos precisos e realmente representativos compromete a organização e representação da informação, afetando consequentemente a recuperação informacional sobre a memória dessa comunidade. O objetivo geral deste estudo é compreender o papel do Homosaurus, um SOC criado para aprimorar a representação de identidades e vivências LGBTQIAP+, como agente de enfrentamento a essa invisibilidade sob a ótica da OC. Como objetivos específicos, a pesquisa busca: 1) Analisar socioculturalmente a construção das identidades de gênero e suas relações afetivas; 2) Refletir sobre os efeitos da marginalização e invisibilização das identidades lésbicas na sociedade; e 3) Analisar o impacto e a contribuição do Homossaurus como instrumento de representação do conhecimento sobre a comunidade lésbica. A justificativa se faz na necessidade de uma prática epistêmica mais ética e socialmente comprometida na Biblioteconomia e Ciência da Informação, questionando critérios de representação que silenciam essas identidades. Trata−se de uma pesquisa teórica com natureza explicativa, bibliográfica e documental, com o tratamento dos dados fundamentado no método de Análise de Conteúdo pela perspectiva de Laurence Bardin, permitindo agrupar tematicamente e analisar como essas terminologias representam as especificidades da comunidade numa abordagem quali−quantitativa. Realizou−se um levantamento bibliográfico e a análise de 222 termos da versão 4.0.0 do Homosaurus. O referencial teórico se fundamenta nos conceitos de Organização do Conhecimento (Dahlberg, 1978), Sistemas de Organização do conhecimento (Almeida, 2021), Identidade Lésbica (Wittig, 2022), Heterossexualidade Compulsória (Rich, 2010) e Garantia Cultural (Barité, 2011). Como resultados observou−se que o Homosaurus promove uma representação detalhada da diversidade lésbica com foco na interseccionalidade, apoiando e servindo como exemplo para a criação de políticas documentais e SOC que contribuam para a representação e recuperação da informação, reconhecendo e preservando a memória e a cultura da comunidade.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Bruno. Terminologia e organização do conhecimento: linguagens, vocabulários e sistemas. Linha D'Água, São Paulo, v. 34, n. 02, p. 26−46, mai.−ago. 2021. BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. Palabra Clave (La Plata), vol. 1, nº 1, p. 2−11, 2011. DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101−107, 1978. Tradução de Astério Tavares Campos.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1026**

TITULO:O NASCIMENTO DA NECRÓPOLE CARIOCA E A PROPRIEDADE DO TÚMULO: REFLEXOS DE UMA SOCIEDADE DESIGUAL

AUTOR(ES) : **NICOLY GOMES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA**

RESUMO: O objetivo do projeto é analisar o processo de criação do Cemitério Público no Rio de Janeiro, observando, entendendo e criticando os procedimentos organizacionais que fizeram parte da história da necrópole − pública − carioca; além de buscar compreender as condições sociais que criaram os parâmetros jurídicos e organizacionais analisados. A pesquisa corresponderá a uma análise de documentos históricos de cunho primário, majoritariamente os Regulamentos Internos e Livros de Registros Mortuários do Cemitério de São João Batista referentes ao período de 1851 a 1855; assim como uma análise dos seguintes textos legislativos: a Constituição de 1824, os Decretos Imperiais n° 796, 842 e 583, ambos de 1851, e o Decreto n° 2.812/1861. Além disso, utilizará de visitas ao Cemitério de São João Batista, em Botafogo (um dos dois cemitérios destinados ao público em geral no Império e espaço focal da pesquisa), de modo a compreender a diferença socioespacial do ambiente cemiterial. Para a mobilização crítica dos fatos e o entendimento histórico da legislação imperial e do processo da criação dos cemitérios públicos no estado, o material de Solange de Aragão, “Jazigos e covas rasas: o livro que Gilberto Freyre não escreveu?”; de Claudia Rodrigues, “Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)”; e Marcos Queiroz, “Assombros da Casa Grande: A Constituição de 1824 e as vidas póstumas da Escravidão”. Conclui−se parcialmente que a história do nascimento do “direito sepulcral” é construída a partir da desigualdade. Esse direito, por natureza do próprio sistema jurídico, não atinge a todos igualmente, por mais que positivado. Portanto, faz−se necessário entender o profundo modo pelo qual o racismo e as dinâmicas econômicas que constituem o Estado Liberal moldam tacitamente todo o corpo jurídico e a administração pública – moldam tópicos que, inclusive, à primeira vista, não soam políticos, como o direito ao sepulcro. Entender o processo inicial de formação dessa instituição poderá nos auxiliar a compreender as dinâmicas e dificuldades que se fazem presentes atualmente dentro da área do direito sepulcral.

BIBLIOGRAFIA: Aragão, S. de. Jazigos e covas rasas: o livro que Gilberto Freyre não escreveu?. Oculum Ensaios, (13), 88–96, 2001. Disponível em: RODRIGUES, C. Nas Fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX. − Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. QUEIROZ, Marcos. Assombros da casa−grande: a Constituição de 1824 e as vidas póstumas da escravidão. 1. ed. São Paulo: Fósforo, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1028**

TITULO:GASTOS COM SAÚDE DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS RESIDENTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS A PARTIR DA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES – 2017/2018

AUTOR(ES) : **JULLIA RODRIGUES ROCHA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: Com o passar dos anos, a sociedade civil passou por muitas mudanças estruturantes, entre elas a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o aumento do salário mínimo, que alteraram a forma de consumir produtos e serviços relacionados à saúde das famílias brasileiras. Nesse sentido, emerge o questionamento acerca de como esse consumo se manifesta entre as famílias de diferentes condições sociais na atualidade. Então, este trabalho, inserido no grupo de pesquisa Metrópole, Economia e Sociedade, do Observatório das Metrópoles, toma como referência a pesquisa apresentada no livro Estrutura Social Familiar nas Metrópoles Brasileiras (RIBEIRO, 2025) , a fim de compreender como se dão os gastos familiares com saúde entre famílias de distintas classes sociais nas regiões metropolitanas brasileiras. A presente pesquisa tem como objetivo a análise do perfil de gastos com saúde das famílias brasileiras localizadas nas principais regiões metropolitanas do país, por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017−2018 , a fim de assimilar como são formuladas suas estratégias financeiras e como os diferentes perfis familiares lidam com restrições orçamentárias e apreender a dimensão da desigualdade nesse aspecto do consumo. À vista disso, o trabalho, ainda em andamento, está sendo desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica do tema, com o objetivo de identificar como ele foi abordado em estudos anteriores e de que forma os produtos e serviços de saúde apresentados pela POF são usualmente categorizados, visando à elaboração de uma nova categorização que contemple os diferentes bens e serviços. Em seguida, iniciou−se a etapa de organização e análise dos dados da POF na linguagem de programação R, por meio da criação de um script que incorpora os produtos previamente categorizados, automatizando e facilitando a investigação do comportamento de consumo e das estratégias utilizadas pelas famílias de diferentes classes sociais. Portanto, ainda que em desenvolvimento, este estudo busca oferecer uma leitura sistematizada e crítica dos gastos com saúde nas regiões metropolitanas brasileiras, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre consumo, as estratégias de reprodução social familiar, desigualdade e acesso à saúde no país.

BIBLIOGRAFIA: IBGE − INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. POF − Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017−2018: Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. RIBEIRO, M. G. Estrutura Social Familiar nas Metrópoles Brasileiras. 1. ed. [s.l.] Letra Capital Editora, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1041**

TITULO:Design Thinking aplicado à incubação de negócios de impacto

AUTOR(ES) : **JÚLIA EPIFANIO FERNANDES,YAN BASTOS PERES,ERICA FELIX DE PAULA COSTA,KELYANE SILVA,ANA PAULA SPERLING MENDES**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa sobre a metodologia do Design Thinking aplicada ao contexto da incubação de negócios de impacto. A análise busca compreender a contribuição das ferramentas de empatia e definição de problemas na construção da proposta de valor de um empreendimento. Entender o Design Thinking é pensar uma abordagem centrada no ser humano para a resolução criativa de problemas, focada em empatia, colaboração e experimentação para gerar inovações. Como modo de contextualização, o trabalho será baseado na investigação de um caso concreto: o projeto “Solar Sisters”. Assim pretende−se desenvolver estudo exploratório capaz de orientar o leitor sobre o significado do tema e de sua aplicação na sociedade contemporânea. Ademais, o embasamento teórico da pesquisa se baseará, principalmente, nos conceitos dos autores Donald Norman, cientista cognitivo e designer, e Schumpeter, sociólogo de mercado. Em adicional, será avaliado como um negócio de impacto amadurece sua capacidade de provocar efeitos socioambientais de forma inédita e/ou positiva sobre uma situação, sem ignorar os aspectos que regem a sustentabilidade empresarial, a exemplo da lucratividade e viabilidade operacional. Nesse sentido, é possível estudar, por meio de situações e dados verídicos, como o Design Thinking assume papel central na definição do objetivo do empreendimento entre sua fase de idealização e concretização ao estimular o raciocínio sobre o meio de transformação social e o próprio efeito transformativo que se pretende gerar. O desfecho do processo de uso de ferramentas de empatia e definição de problemas é a construção da proposta de valor. Academicamente, é indispensável entender como ela conecta a aplicação anterior dos métodos e sintetiza a finalidade, o diferencial e a atuação do empreendimento. Assim, o viés social se torna instrumento de sobrepujamento empresarial dotado de motivação, meio e objetivo intencionados. Portanto, o trabalho não se limita ao estudo do Design Thinking enquanto prática de mercado, mas também a busca uma melhor compreensão dos artifícios inerentes à sua aplicação e como eles contribuem para validar a atuação de negócios de impacto. O objetivo é, assim, ampliar a visão sobre a importância dessa prática para um entendimento social conciso, que permita melhor eficiência tanto na construção da empresa quanto na execução de sua atividade.

BIBLIOGRAFIA: NICOLETTI, Maira. O que é Design Thinking e quais são suas etapas? Alura, 31 jan. 2024. Disponível em: https://www.alura.com.br/artigos/design−thinking. Acesso em: 18 maio 2026. SEBRAE/PR. Design Thinking: conceitos, processo, etapas e ferramentas. Comunidade Sebrae Paraná, [s.d.]. Disponível em: https://sebraepr.com.br/comunidade/artigo/design−thinking−conceitos,−processo,−etapas−e−ferramentas. Acesso em: 18 maio 2026. SOLAR SISTER. The Latest. [S. l.], 2026. Disponível em: . Acesso em: 25 maio 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1046**

TITULO:O papel das incubadoras universitárias no fortalecimento de negócios de impacto social e ambiental

AUTOR(ES) : **DOUGLAS DOS SANTOS MARQUES LOPES,PABLO DOS SANTOS DA SILVA,THALISSA PáDUA GILABERTE,DANIELE DE AMORIM OLIVEIRA,ANA PAULA SPERLING MENDES**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: No cenário atual, marcado por complexas crises socioambientais e financeiras, as incubadoras universitárias emergem como catalisadoras de empreendimentos de impacto. Elas atuam como ambientes propícios para estimular a criatividade, o espírito empreendedor e o desenvolvimento sustentável. Segundo Marina Ranga (2022), as universidades passaram a exercer uma função estratégica no ecossistema de inovação, integrando ensino, pesquisa e desenvolvimento socioeconômico por meio da cooperação entre universidade, governo e setor produtivo. Nesse ecossistema, as incubadoras oferecem capacitação, mentoria, suporte técnico e redes de relacionamento (networking) essenciais para a consolidação de novas frentes inovadoras. Ademais, conforme preconiza Muhammad Yunus (2010), os negócios sociais representam uma alternativa viável para mitigar vulnerabilidades, aliando a sustentabilidade financeira à geração de valor social. Diante disso, este trabalho objetiva analisar a trajetória da Inyaga — incubadora da UFRJ voltada a negócios sociais e ambientais —, investigando seu suporte a iniciativas que promovem inovação e sustentabilidade. Por meio de um estudo de caso focado nas práticas e vivências desse ambiente acadêmico, busca−se compreender como a Inyaga potencializa a formação empreendedora, a cocriação de soluções de impacto e a extensão universitária, fortalecendo o ecossistema de inovação social.− Metodologicamente, realizou−se um estudo de caso descritivo com abordagem qualitativa, fundamentado na análise documental de relatórios de gestão da Inyaga e em entrevistas semiestruturadas com gestores da incubadora. Como principais resultados, constatou−se que o suporte metodológico e a rede de mentores da universidade foram determinantes para a validação de 12 negócios sociais em 2025, evidenciando o papel da incubadora na transição dessas iniciativas para o mercado.

BIBLIOGRAFIA: RANGA, Marina; ETZKOWITZ, Henry. Sistemas da Hélice Tríplice: um referencial analítico para políticas e práticas de inovação na sociedade do conhecimento. Industry and Higher Education, v. 27, n. 4, p. 237−262, 2013. YUNUS, Muhammad. Criando um Negócio Social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade. São Paulo: Elsevier, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1048**

TITULO:Tesauro Coroas de Ancestralidade: Uma representação do conhecimento sobre os penteados afro−diaspóricos.

AUTOR(ES) : **JENYFFER VITÓRIA COELHO DIAS NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: O estudo “Coroas de Ancestralidade: Tesauro de penteados afro−diaspóricos” sistematiza o domínio dos penteados em cabelos crespos tipo 4 ABC. A importância dos penteados afro transcende a estética, no contexto contemporâneo os penteados permanecem como símbolos de afirmação identitária e resistência cultural, conectando o presente ao passado e reafirmando a continuidade de práticas culturais que expressam memória, resistência e pertencimento. O objetivo deste estudo de natureza aplicada é centralizar e organizar o conhecimento sobre penteados em cabelos crespos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, fundamentada no método hipotético−dedutivo. Possibilita analisar sua importância que reside em organizar conhecimentos e informações para afrodescendentes que buscam reconectar−se com seu passado, garantindo a recuperação e preservação dessa memória cultural essencial. Com foco na modelagem, estruturação e formalização de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) especializado, denominado tesauro, tem como proposta preencher lacunas na representação do conhecimento e da informação e padronizar termos para mitigar o apagamento cultural de penteados nas comunidades afro. Sob a ótica de Brascher e Café (2008), o trabalho une a Organização do Conhecimento (OC), ao modelar conceitos e relações semânticas, à Organização da Informação (OI), ao viabilizar a representação e recuperação precisas de documentos e saberes historicamente dispersos e carentes de registros em língua portuguesa. A escassez de registros em português e de dados históricos em bancos de imagens dificulta a coleta de dados sobre este domínio, embora existam referências visuais, a falta de informações complementares e nomes padronizados de fontes reconhecidas e seguras impede a recuperação precisa desses saberes, comprometendo a preservação da memória, da cultura e da maneira como os povos africanos veem e compreendem o mundo. O tesauro é composto por 66 termos e 56 conceitos, associando relações lógico−semânticas hierárquicas e associativas, proporcionando maior recuperação das informações. O estudo evidenciou que penteados em cabelo crespo não se resumem apenas a estética mas práticas culturais carregadas de significados como devem ser considerada, e a construção de um tesauro voltado para esse domínio representa um avanço na preservação da memória afro−diaspórica combatendo o apagamento cultural.

BIBLIOGRAFIA: MEDEIROS, M. B. B.; CAFE, L. M. A. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS−GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2008. Anais [...] IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós−graduação em Ciência da Informação, 2008. LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lillian et al.(Org.). Organização da informação e do conhecimento:conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4, 2012.p. 21−48 Ancestralidade africana na afrodiáspora:: conhecimento, existência e vida. RELACult − Revista Latino−Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.],

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1051**

TITULO:TAXONOMIAS DE CONFIABILIDADE INFORMACIONAL: PADRÕES E PRINCÍPIOS CLASSIFICATÓRIOS EM PLATAFORMAS DE VERIFICAÇÃO DE FATOS

AUTOR(ES) : **MARIA GABRIELA SILVA TUNALA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: Com o crescimento das plataformas de redes sociais e dos aplicativos de mensagens, nunca foi tão fácil acessar e compartilhar conteúdos informacionais. Por outro lado, também aumentou a circulação de conteúdos falsos, distorcidos ou fora de contexto. Diante desse cenário, as plataformas de verificação de fatos (fact−checking) são iniciativas que se dedicam a verificar e apontar a veracidade de declarações públicas, notícias virais e boatos que circulam na internet. Para comunicar os resultados de suas análises ao público, essas plataformas utilizam sistemas de rotulagem com categorias como "verdadeiro", "falso", "enganoso" ou "sem comprovação". Embora esses rótulos sejam amplamente utilizados, ainda existem poucos estudos na área de Organização do Conhecimento (OC) que investiguem se eles podem ser entendidos como componentes de estruturas taxonômicas e quais são os critérios que orientam sua elaboração. O presente trabalho teve como propósito examinar os esquemas de classificação empregados por plataformas de verificação de fatos, buscando identificar suas características estruturais, suas dimensões avaliativas e suas principais limitações. A metodologia adotada foi de caráter exploratório e qualitativo, baseando−se na análise documental de treze plataformas de fact−checking selecionadas a partir do diretório internacional Duke Reporters' Lab. O referencial teórico que sustenta a pesquisa abrange os conceitos de Sistemas de Organização do Conhecimento e taxonomia (Campos e Gomes, 2008), fact−checking (Graves, 2016) e confiabilidade informacional e desinformação (Fallis, 2015). A análise revelou que as categorias tendem a se agrupar em torno de quatro eixos avaliativos principais: veracidade factual, existência de evidências, possibilidade de verificação e presença de manipulação contextual. Observou−se também a recorrência de problemas estruturais, como a sobreposição de significados entre categorias e a falta de padronização terminológica, o que dificulta a comparação entre os sistemas. Como contribuição teórica, o estudo propõe o conceito de Taxonomia de Confiabilidade Informacional, definindo−o como uma estrutura classificatória que organiza objetos informacionais com base em princípios explícitos de confiabilidade. Os resultados alcançados reforçam a importância de se compreender esses sistemas de rotulagem para além de sua função jornalística, reconhecendo−os como instrumentos legítimos da OC. Conclui−se que a formalização conceitual desse tipo de taxonomia contribui para situar os sistemas de rotulagem que atuam em plataformas de fact−checking no campo da OC, abrindo caminho para futuras pesquisas voltadas ao aprimoramento da consistência semântica e da interoperabilidade entre essas plataformas.

BIBLIOGRAFIA: CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. DataGramaZero, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, 2008. FALLIS, Don. What Is Disinformation? Library Trends, v. 63, n. 3, p. 401−426, 2015. GRAVES, Lucas. Deciding What's True: The Rise of Political Fact−Checking in American Journalism. New York: Columbia University Press, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1062**

TITULO:AMAZÔNIA E DEFESA: EXPERIMENTOS DE SEGURANÇA AMBIENTAL ENTRE GLOs E FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA

AUTOR(ES) : **LAIS SIMOES LIMA**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO: Este trabalho integra os esforços do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) no projeto “Amazônia e Defesa”. A pergunta que orientou a pesquisa foi: por que a Amazônia passou a ser enxergada como espaço de experimentação de políticas de segurança ambiental no Brasil? Com o objetivo de responder essa pergunta este trabalho discute a Amazônia como um “laboratório” de políticas de segurança ambiental no Brasil no período de 2023 a 2026, analisando o papel e a atuação das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs), das operações militares conjuntas ou singulares (especialmente do Exército) e dos arranjos institucionais híbridos que envolvem Defesa, meio ambiente e segurança pública, com base no conceito de militarismo ambiental dentro dos Estudos de Segurança e Defesa. O trabalho investiga como o Estado brasileiro testa modelos que fundem capacidades logísticas militares com atribuições técnicas civis. A metodologia empregada foi uma análise qualitativa, de caráter analítico e descritivo, fundamentada no conceito de militarismo ambiental e em uma revisão bibliográfica de autores como Barcelos, Sant’Ana, Monteiro, de Moura e Garcia, além da análise de documentos e discursos oficiais relacionados às políticas de segurança ambiental na Amazônia. As operações militares selecionadas para análise neste recorte são as Operações Yanomami, Catrimani, Amanaci e Tucumã, que exemplificam o emprego das Forças Armadas em crises humanitárias e no combate a ilícitos ambientais sob o governo Lula 3.0. A hipótese levantada durante a pesquisa indicou que a Amazônia se tornou um espaço de experimentação para políticas de segurança ambiental no Brasil, pois, diante de fragilidades institucionais ambientais, pressões internacionais e ameaças de crimes transnacionais, o Estado passou a utilizar GLOs, operações militares conjuntas ou singulares (especialmente do Exército) e arranjos híbridos para testar modelos de governança que combinam força militar e capacidades civis recorrentemente. Essa hipótese é percebida através do contraste entre o discurso político de fortalecimento civil e a prática recorrente de utilizar instrumentos excepcionais (GLOs) para lidar com as situações. Apesar de críticas do TCU sobre a falta de amparo legal pleno e os altos custos operacionais comparados à baixa eficácia na dissuasão do desmatamento a longo prazo, existe uma continuidade na centralidade das Forças Armadas. Por fim, a análise realizada permitiu clarificar que a região amazônica passou a ser um espaço onde o Estado testa modelos de integração entre Defesa, meio ambiente e segurança pública, com desenho específico de operações e acordos, e que ainda existe uma continuidade na centralidade das Forças Armadas em operações ambientais, mesmo com mudanças de discurso e prioridade entre governos.

BIBLIOGRAFIA: MONTEIRO, Júlia Machado et al. Segurança Climática e a Defesa Nacional: A Política de Defesa da Amazônia e o Papel das Forças Armadas na Proteção Socioambiental. Revista CEDEPEM, Pelotas, v. 5, ed. 2, p. 38−63, 2025. SANT’ANA, Marcos Vinicius Rodrigues. AS OPERAÇÕES DE GLO AMBIENTAL 2019−2021: A INFLUÊNCIA INTERNACIONAL NA POLITIZAÇÃO DAS AÇÕES EM PROL DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciências Militares) − Escola de Comando e Estado−Maior do Exército, [S. l.], 2023. BARCELOS, Jackson Morais et al. Armas Verdes? Militarização da Política Ambiental na Amazônia (2010–2025). Em Tese, [s. l.], 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1063**

TITULO:O BIBLIOTECÁRIO NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: A INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA NO ENSINO DA DISCIPLINA ANÁLISE DE ASSUNTO

AUTOR(ES) : **JULIANA ASSUMPCAO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A Análise de Assunto (A.A) é um processo intelectual voltado à identificação e seleção dos conceitos que representam o conteúdo de um documento, sendo uma etapa indispensável da indexação para possibilitar a sua posterior recuperação em sistemas de informação. Por outro lado, a Inteligência Artificial (IA) generativa surge como um conjunto de tecnologias baseadas em modelos de linguagens, sendo capaz de produzir conteúdos sob demanda, como textos, imagens e vídeos, a partir de comandos gerados por humanos. O estudo aborda a aplicação da IA Generativa no ensino da disciplina Análise de Assunto e investiga a sua interseção para a formação do profissional bibliotecário, a fim de entender como pode−se formar um profissional apto a utilizar as novas tecnologias não como substitutas, mas como ferramentas de auxílio que devem ter os resultados avaliados criticamente por um humano. Tem−se como objetivo geral demonstrar a aplicação de novas tecnologias no ensino, considerando o papel do bibliotecário como um mediador e validador dos processos de representação temática da informação. O trabalho se justifica pela necessidade de evidenciar que a tecnologia não elimina a experiência humana, mas a reposiciona, exigindo que o profissional adquira competências para julgar e responsabilizar−se pelo tratamento temático da informação nesse contexto. A pesquisa é de cunho aplicado e qualitativo a partir da coleta de dados reais, realizada por meio de exercícios aplicados em sala de aula. Para o referencial teórico, foram utilizados alguns conceitos e autores base, sendo os principais: Análise de Assunto (Dias; Naves, 2007), Inteligência Artificial Generativa (Silva; Souza, 2024), e Representação da Informação (Rabelo; Pinto, 2019). Os resultados destacam que a exposição controlada de pessoas discentes aos possíveis acertos e erros da IA generativa demonstra o seu verdadeiro potencial e contribui de forma didática para a compreensão da natureza da A.A. como parte essencial do processo de indexação. Portanto, a pesquisa conclui que as tecnologias aplicadas ao ensino garantem que os profissionais formados nesse contexto sejam conscientes e aptos a exercer seu papel de mediador da informação ao dialogar com as atualidades de maneira crítica. Como desdobramentos futuros, espera−se poder investigar modelos e métodos de validação dos termos gerados por IA e elaborar diretrizes éticas para o seu uso, de maneira que utilizar a ferramenta seja seguro, e ao mesmo tempo que otimize as tarefas no dia a dia do profissional bibliotecário.

BIBLIOGRAFIA: DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. Análise de Assunto: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. RABELO, Camila Regina de Oliveira; PINTO, Virginia Bentes. Tendências nos estudos de Representação Temática da Informação: uma revisão integrativa dos artigos científicos indexados na Brapci. Em Questão, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 66–88, 2019. DOI: 10.19132/1808−5245252.66−88. SILVA, Renata Lima da; SOUSA, Brisa Pozzi de. Inteligência Artificial e o Chat GPT: perspectivas e desafios para a Classificação Bibliográfica. Revista Ibero−Americana de Ciência da Informação, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 44–65, 2024. DOI: 10.26512/rici.v17.n1.2024.50429.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1131**

TITULO:Os EUA e o Programa Nuclear Iraniano: Um estudo do caso Stuxnet

AUTOR(ES) : **JULIA PEREIRA NOLASCO**

ORIENTADOR(ES): **BERNARDO SALGADO RODRIGUES**

RESUMO: O presente trabalho busca analisar o caso Stuxnet, a primeira arma cibernética identificada na história, utilizada contra o programa de enriquecimento de urânio do Irã. A pesquisa utiliza metodologia de análise qualitativa, revisão bibliográfica sistemática e a perspectiva teórica de Carl Von Clausewitz, com a ideia da guerra como continuação da política por outros meios. A proposta é confirmar a hipótese de que o uso de uma arma cibernética para impactar infraestruturas críticas configura um ato de guerra, de modo a comprovar a aplicabilidade dos estudos estratégicos de Clausewitz aos conflitos do mundo contemporâneo. Para isso, a pesquisa traz uma discussão sobre a forma como as relações diplomáticas entre esses Estados se deterioraram ao longo das décadas, indo de parcerias a inimizades declaradas, a forma como o desenvolvimento nuclear iraniano passou a ser tratado como uma ameaça internacional e, também, o conceito de guerra cibernética, apresentado por meio do projeto Olympic Games, detalhando como o malware alterou o funcionamento da usina de Natanz.

BIBLIOGRAFIA: CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. 3 ed. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2010. MARINI, Amanda Neves Leal; PEDERNEIRAS, Lucas Chrystello; MOITA, Sandro Teixeira. A guerra cibernética sob a ótica de Clausewitz: um estudo de caso sobre o Stuxnet. Malala, Revista Internacional de Estudos sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 15, p. 159–178, 2024. JACINTO, Mateus Luís Modena. Tecnologia a favor do poder: a relação Irã−Israel−EUA no caso Stuxnet. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) − Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1143**

TITULO:REGIMES WAGE−LED OU PROFIT−LED: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA

AUTOR(ES) : **RENATA RANGEL DE FIGUEIREDO COSTA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA ISABEL BUSATO**

RESUMO: A distribuição funcional da renda — entre salários e lucros — afeta a dinâmica da demanda agregada e, consequentemente, o regime de crescimento. Modelos de crescimento liderado pela demanda atribuem aos gastos autônomos o crescimento econômico. No entanto, a distribuição afeta o potencial de efeito que tais gastos sobre o crescimento por duas vias centrais. Em primeiro lugar, através do efeito sobre a propensão a consumir agregada da economia, visto que se distribuir em favor dos agentes que têm maior propensão a consumir, a propensão média a consumir aumenta, bem como o multiplicador. De outro lado, se a parcela dos lucros na renda for argumento da função investimento, o efeito do aumento do grau de utilização, vis consumo, ‘disputa’ com o efeito negativo da participação dos lucros sobre as decisões de investir. O efeito final depende essencialmente das propensões a consumir e da sensibilidade do investimento ao grau de utilização e a taxa de lucro, podendo emergir tantos regimes de crescimento wage−led ou profit−led . A metodologia adotada consiste na leitura e sistematização da bibliografia fundamental sobre o tema. Inicialmente, reconstrói−se o modelo kaleckiano original, enfatizando a determinação de preços via mark−up, a distribuição funcional da renda e o papel do grau de utilização da capacidade produtiva como variável central para o investimento. Em seguida, identificam−se os fundamentos comuns à tradição kaleckiana e neo−kaleckiana, como o princípio da demanda efetiva e a ausência de mecanismos automáticos de pleno emprego, e analisam−se as especificações alternativas da função investimento que condicionam a emergência de diferentes regimes de crescimento. Posteriormente, o trabalho avançará para a análise dos modelos neo−kaleckianos da primeira geração (Rowthorn−Dutt) e da segunda geração (Bhaduri−Marglin). O resultado, portanto, será a discussão dos efeitos e das contradições da incorporação explícita da taxa de lucro na função investimento; da “disputa” entre efeitos do grau de utilização e da participação dos lucros na renda sobre as decisões de investir; e das condições teóricas para a emergência de regimes wage−led e profit−led. Os resultados esperados incluem a consolidação de uma fundamentação teórica robusta sobre os regimes de crescimento e o estabelecimento de bases para uma futura investigação empírica voltada ao caso brasileiro, especialmente em contexto de economia aberta e estruturalmente heterogênea.

BIBLIOGRAFIA: HEIN, Eckhard. Distribution and Growth after Keynes: A Post−Keynesian Guide. Cheltenham: Edward Elgar, 2014. KALECKI, Michal. Theory of Economic Dynamics: An Essay on Cyclical and Long−Run Changes in Capitalist Economy. London: George Allen & Unwin, 1954. KALECKI, Michal. Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy 1933–1970. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1147**

TITULO:DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NO NORDESTE BRASILEIRO: ESTUDO DO CASO

AUTOR(ES) : **LAVINIA MELO ROCHA,DIVO AUGUSTO CAVADAS,MYLENA SALATINO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: O petróleo é uma das maiores fontes de riqueza do planeta, utilizado em diversos produtos, fábricas, máquinas e na geração de energia, é protagonista de grandes invenções da humanidade e dos índices do mercado financeiro . Entretanto, apesar dos benefícios, o derramamento de tal substância foi responsável por uma das maiores catástrofes climáticas no Brasil. A presente pesquisa trata do estudo do caso de derramamento de petróleo no litoral do nordeste brasileiro, em 2019, e analisa as consequências desse desastre ambiental para a flora e fauna marinha do local, as quais tiveram seu equilíbrio ecológico gravemente impactado. Além disso, esse ambiente é fonte de renda de pescadores locais que tiveram sua mercadoria e meio de subsistência afetadas pela poluição marinha (LAWAND JUNIOR; SILVA, 2020). Nesse sentido, busca−se analisar a relação entre a supervalorização da economia, com exploração de petróleo, e a negligência em relação aos seus danos à aspectos socioambientais, bem como o impacto dessa valorização na biosfera regional. A pesquisa utiliza da metodologia de revisão bibliográfica de artigos científicos, além de dados quantitativos de relatórios, como o relatório do IBAMA, também busca entender como o direito internacional lida com essa problemática, à luz do Direito Internacional das Catástrofes (GUERRA, 2021) e normas como a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC, 1969/1992), Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (MARPOL 73/78) e Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CONVEMAR, 1982). Por fim, pretende−se destacar como esses delitos podem influenciar no presente e no futuro dos ecossistemas, afetando não só a natureza, mas o comércio e a saúde dos indivíduos do local.

BIBLIOGRAFIA: FREITAS, Vladimir Passos de; BELLI, Anna Cláudia Menezes Lourega. O derrame de óleo no nordeste brasileiro sob a ótica do direito brasileiro e internacional, Revista Direito e Liberdade,2024. GUERRA, Sidney. O Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto memória, 2021. LAWAND JUNIOR, Antonio; SILVA, Cecília Dutra de Almeida; OLIVEIRA, Luiz Philipe Ferreira de. Derramamento de óleo no nordeste brasileiro: responsabilização e desdobramentos, International Law and Business Review, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1178**

TITULO:A Política Unida a Religião: O Movimento do Calistão sob a Ótica do Miri−Piri

AUTOR(ES) : **GABRIEL PARADELA HEIL**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo compreender por que o Movimento do Calistão permaneceu politicamente relevante mesmo após as ações militares e políticas conduzidas pelo Estado indiano para enfraquecê−lo, bem como analisar de que maneira a relação entre religião, identidade e poder político contribuiu para sua formação, evolução e permanência ao longo das últimas décadas. Embora a Operação Blue Star, em 1984, tenha representado um dos principais esforços do governo indiano para combater o separatismo sikh, seus desdobramentos contribuíram para a radicalização do movimento e para sua projeção nacional e internacional, evidenciando que as reivindicações do Calistão ultrapassam uma simples demanda territorial e envolvem questões identitárias, religiosas e políticas ainda presentes no debate contemporâneo. O movimento, que reivindica a criação de um Estado sikh autônomo no Punjab indiano, emerge em meio às tensões políticas e religiosas intensificadas nas décadas de 1970 e 1980, particularmente no contexto do crescente processo de centralização do poder durante o governo de Indira Gandhi. Nesse sentido, a pesquisa busca responder como as ações do Estado indiano influenciaram a consolidação do Movimento do Calistão e em que medida sua permanência pode ser compreendida a partir da doutrina sikh do Miri−Piri, concebida por Guru Hargobind, que estabelece a inseparabilidade entre autoridade temporal (miri) e espiritual (piri). Parte−se da hipótese de que o movimento constitui uma manifestação política dessa tradição filosófico−religiosa, ao articular demandas por autonomia política, preservação identitária e reconhecimento religioso frente ao que é percebido por seus apoiadores como processos de marginalização política e cultural promovidos pelo Estado indiano.

BIBLIOGRAFIA: SINGH, Pashaura. How Avoiding the Religion–Politics Divide Plays out in Sikh Politics. Religions, v. 10, n. 296, p. 1−24, 2019. BOCHKOVSKAYA, Anna V. Operation Blue Star in the History of India: 40 Years Later. Azia i Afrika segodnya, n. 9, p. 39−46, 2024 JETLY, Rajshree. The Khalistan Movement in India: The Interplay of Politics and State Power. International Review of Modern Sociology, v. 34, n. 1, p. 61−75, 2008

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1183**

TITULO:Entre a Sentença e a Estrutura: A Omissão Estatal e Feminicídio no Brasil

AUTOR(ES) : **THAYRON FAGUNDES DA SILVA,JAYANE VICENTE ARAUJO,LORENA ELIZABETH MARIA DOS SANTOS,TAINá LIRA,MARIANE PEREIRA RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **MARIA CELESTE SIMÕES MARQUES**

RESUMO: O presente trabalho analisa o posicionamento do Estado brasileiro diante da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humano s (Corte IDH) no Caso Barbosa de Souza e outros vs. Brasil (2021), utilizando a metodologia de estudo de caso para examinar como a omissão estatal se articula com o fenômeno contemporâneo do feminicídio no Brasil e na América Latina. A partir do caso de Márcia Barbosa de Souza — assassinada em 1998 em João Pessoa e cujo processo foi obstaculizado pelo uso indevido de imunidade parlamentar —, investiga−se de que forma a violência de gênero, a discriminação racial e a falha das instituições nacionais em investigar e punir o crime convergiram para a condenação internacional do Brasil. O recorte teórico situa o feminicídio como fenômeno sociojurídico estrutural, atravessado por marcadores de raça e classe, conforme debatido pela literatura contemporânea sobre violência feminicida e necropolítica. A análise evidencia que o descumprimento das medidas de não−repetição determinadas pela Corte IDH — como a criação de protocolos de investigação de feminicídios e sistemas de coleta de dados sobre violência contra a mulher — não é acidental, mas reflexo de fragilidades democráticas e institucionais persistentes. Conclui−se, de forma parcial, que o Brasil tende a cumprir as reparações pecuniárias da sentença, mas posterga as obrigações estruturais, perpetuando o ciclo de violência e impunidade que a própria condenação internacional buscava interromper.

BIBLIOGRAFIA: COSTA, MARIANA FREITAS DA ; AUGUSTO, CRISTIANE BRANDÃO ; MARQUES, MARIA CELESTE SIMÕES . Mulher do fim do mundo: violência feminicida contra a saúde da mulher negra. SAÚDE EM DEBATE, v. 47, p. 20, 2023. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (Corte IDH). Caso Barbosa de Souza e Outros vs. Brasil. Sentença de 7 de setembro de 2021 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas). San José, Costa Rica: Corte IDH, 2021. SILVA, Thayron Fagundes da. Entre a sentença e a omissão: o Brasil diante das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Pré−projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio de J., Rio de Janeiro, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1186**

TITULO:TRAJETÓRIAS DE GASTOS EM BEM−ESTAR URBANO DOS MUNICÍPIOS DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **ARTHUR MENDEZ DE MORAES SOARES,VINICIUS SOARES**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: O orçamento público brasileiro é elemento chave para a execução das políticas públicas, sendo assim, a compreensão do mesmo é vital para a identificação das prioridades e capacidades de implementação de recursos no meio urbano brasileiro. O objetivo da pesquisa é relacionar o nível das despesas públicas municipais com o desenvolvimento urbano, de forma a desenvolver paralelos entre prioridades do investimento público e desigualdade de desenvolvimento urbano intrarregional. Para tal, a pesquisa analisa a trajetória de gastos realizados nos municípios da Metrópole do Rio de Janeiro que dizem respeito ao bem−estar urbano: despesas com urbanismo, habitação, transportes, meio ambiente e saneamento. As despesas dos diferentes exercícios fiscais são comparadas entre si, buscando uma correlação com as políticas da gestão executiva da prefeitura no período de 2013 a 2024. Os dados analisados na pesquisa são os relatórios dos exercícios financeiros das prefeituras que compõem a Metrópole do Rio de Janeiro (de acordo com os aglomerados urbanos do REGIC 2018) obtidos através de relatórios fiscais do site SICONFI do Ministério da Fazenda. Os dados acumulados consistem em despesas liquidadas por função. No decorrer da pesquisa, foram abordados alguns indicadores fiscais (GARSON, 2009) que foram adaptados para melhor se adequar ao foco da pesquisa − os gastos de bem estar urbano. Os indicadores são calculados através da linguagem R e posteriormente separados de acordo com o exercício financeiro e o município. Estes por sua vez são agrupados em quatro sub−regiões: o município do Rio de Janeiro, os municípios da Baixada Fluminense e os municípios do Leste e Oeste Metropolitano. A pesquisa busca compreender a participação dos municípios nos gastos públicos de suas respectivas sub−regiões, dentro da metrópole do Rio. A compreensão das desigualdades intra regionais no que tange os gastos públicos em relação à população e aos gastos totais é necessária para então se definir a desproporção de capacidade e prioridade de alocação de recursos na metrópole.

BIBLIOGRAFIA: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de influência das cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. GARSON, Sol (Indicadores fiscais metropolitanos, FAPERJ, 2009); GARSON, Sol (Regiões Metropolitanas – diversidade e dificuldade fiscal da cooperação, Cadernos Metrópole, São Paulo, 2009).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1196**

TITULO:Desafios e potencialidades na produção, reuso e remix de REA: a diversidade de termos para se referir a quem produz REA e o entendimento do contexto das áreas do conhecimento nas quais estão inseridos

AUTOR(ES) : **JADE CAVALCANTI DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO,NYSIA OLIVEIRA DE SÁ**

RESUMO: Visando dar continuidade à primeira etapa do projeto de pesquisa, intitulado “Produção, reuso e remix de REA: desafios e potencialidades”, na qual foram identificados diferentes termos utilizados para nomear o indivíduo que produz REA, este trabalho possui como objetivo geral analisar os contextos, isto é, as áreas do conhecimento, nos quais observou−se essa diversidade. Inicialmente, verificou−se a ocorrência de três termos diferentes: “desenvolvedor” em trabalhos da área de Tecnologia, “professor−autor” em trabalhos da área de Letras e Linguísticas, e “professor conteudista” em trabalhos da área de Pedagogia. Diante desse cenário, considerou−se relevante compreender melhor os contextos de uso de cada termo, a fim de entender os motivos de os adotarem, levando em consideração as especificidades de cada campo. A metodologia aplicada é a de pesquisa exploratória e descritiva, tendo em vista que os termos serão explorados na literatura, nessa nova etapa, a fim de realizar a análise de seus contextos. Com isso, houve a ampliação das buscas realizadas no trabalho anterior, feitas no Portal CAPES, Google Acadêmico e Repositório da Universidade Aberta de Portugal. Dessa vez, prezando pela uniformidade das estratégias de busca nessas fontes utilizadas. Foram considerados materiais dos últimos 5 anos, visando a atualidade do tema. Neste sentido, o trabalho da pesquisadora foi o de realizar as novas buscas e fazer a análise das áreas do conhecimento. Considera−se que a identificação dos diferentes termos e a compreensão de seu uso em cada contexto irá contribuir de forma significativa para a construção de fundamentação teórica mais robusta e para a elaboração de material mais adequado para a coleta de dados, visando alcançar os objetivos da pesquisa principal .

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Carolina Fernandes; LEFFA, Vilson J. Professor−autor de recursos educacionais abertos: uma identidade em construção. Interfaces, Guarapuava, vol. 11, n. 4, 2020. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6668. Acesso em: 28 maio 2025. MOTA JUNIOR, Julio Corcino Rodrigues. Recursos educacionais abertos: a construção de um ebook. In: Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2020, São Carlos. Anais do Congresso Internacional de Educação e Tecnologias. São Carlos: [UFSCar], 2020. Disponível em: https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/2258. Acesso em: 6 ago. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1218**

TITULO:FINANCEIRIZAÇÃO DA PAZ: NEOLIBERALISMO, ORGANIZAÇÕES CIVIS E O NEXO SEGURANÇA−DESENVOLVIMENTO NA MINUSTAH

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO SILVA BARENCO**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar em que medida o nexo entre segurança e desenvolvimento, operacionalizado pela MINUSTAH sob comando militar brasileiro (2004−2017), articulou−se a processos de neoliberalização e financeirização da economia mundial. Especificamente, busca−se reconstruir a noção de nexo segurança−desenvolvimento no contexto pós−Guerra Fria, com ênfase na reconfiguração das operações de paz que permitiu a entrada ampliada de atores civis; desconstruir a narrativa oficial do chamado "modelo brasileiro de pacificação" à luz dos conceitos de securitização e hegemonia; e investigar empiricamente se e como os projetos implementados por organizações civis no Haiti funcionaram como dispositivos neoliberais, envolvendo mecanismos de microcrédito, remessas, precarização do trabalho e abertura de novas portas para acumulação de capital. A metodologia é qualitativa, combinando análise documental, revisão crítica da literatura e coleta de dados empíricos sobre instrumentos financeiros e programas socioeconômicos implementados no Haiti no período da MINUSTAH. As fontes primárias incluem relatórios da ONU, do Banco Mundial e do BID, dados sobre remessas de migrantes, documentos de organizações de microfinanças como a Fonkoze, além de publicações e prestações de contas de organizações da sociedade civil brasileira que atuaram no país. As fontes secundárias fundamentais são três: o artigo de Gois & Sá (2019), que oferece uma crítica do modelo brasileiro a partir dos conceitos de hegemonia gramsciana e securitização; a tese de Maciel (2018), que reconstitui a genealogia histórica do nexo segurança−desenvolvimento no contexto da MINUSTAH; e o artigo de Pugh (2005), que fornece uma visão acerca da economia política da paz. Os resultados esperados incluem a identificação de eventuais mecanismos de financeirização nos programas implementados no Haiti; a demonstração de que a entrada de organizações civis na MINUSTAH pode ter aprofundado a lógica securitária ao produzir consentimento local através de projetos assistencialistas; a verificação da hipótese de que a pacificação serviu como pré−requisito para a expansão de negócios privados e fluxos financeiros; e a caracterização do modus operandi dessas organizações como revelador de uma racionalidade neoliberal que subordina direitos sociais a lógicas corporativas. Como consideração final parcial, sustenta−se a hipótese de que o "modelo brasileiro de pacificação" não constituiu uma alternativa pós−colonial ou humanizada, podendo ser interpretado como um dispositivo de governança neoliberal.

BIBLIOGRAFIA: GOIS, Diego Araújo; SÁ, Miguel Borba de. Viva Rio no Haiti e 'modelo brasileiro de pacificação': securitização via hegemonia? Pensamiento Propio, v. 24, n. 50, p. 153−196, 2019. MACIEL, Tadeu Morato. O papel do Brasil na "pacificação" e reconstrução do Estado haitiano através da MINUSTAH: a turva fronteira entre espaços de segurança nacionais e internacionais. 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Universidade Federal do ABC, Santo André, 2018. PUGH, Michael. The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. International Journal of Peace Studies, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 23−42, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1224**

TITULO:COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS: ANÁLISE DOS PERIÓDICOS BRASILEIROS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

AUTOR(ES) : **FERNANDA BERNARDO CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO: As mídias sociais digitais estão se integrando cada vez mais ao cotidiano da sociedade. Tais canais, de acordo com Gonçalves (2012), proporcionam hoje "um acesso mais fácil à informação e à troca de conhecimento". Nesse contexto, surge a possibilidade de utilizar as mídias sociais como espaços para comunicar e divulgar a ciência. A pesquisa parte do problema de como os periódicos científicos brasileiros das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação estão utilizando as mídias sociais digitais para a comunicação e a divulgação científica, sob a hipótese de que estes as utilizam como estratégia para ampliar a sua visibilidade e alcance em relação às comunidades presentes nos ambientes digitais. O objetivo principal é analisar o uso das mídias sociais para fins de comunicação e divulgação científica e identificar nessas mídias os perfis de periódicos científicos brasileiros das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação classificados no s estratos A1, A2, A3 e A4 do Qualis da CAPES (Quadriênio 2021−2024). A pesquisa é de natureza básica, exploratória e descritiva, com abordagem quali−quantitativa, tendo sido realizado o mapeamento, em planilha, dos periódicos identificados e os seus respectivos perfis nas mídias sociais, seguido da análise do tipo de conteúdo publicado. Como resultados, foram identificados 37 periódicos, a maioria com perfil ativo em uma ou mais mídias sociais. O Instagram destacou−se como a mais utilizada pelos periódicos analisados. Como conclusão, a hipótese inicial foi comprovada ao observar que os periódicos científicos em sua maioria utilizam diferentes mídias sociais como estratégia para ampliar a sua visibilidade por meio de publicações que comunicam e divulgam a ciência, promovem os periódicos e contribuem para a democratização do acesso à informação.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & Informação, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1−12, 2010. GONÇALVES, M. Contribuições das Mídias Sociais Digitais na Divulgação Científica. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; OLIVEIRA, Eloisa da Conceição Príncipe de. Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas. Brasília, DF: IBICT, 2012. SANTANA, E. B.; PRESSER, N. H. Um estudo da área da Ciência da Informação sobre a divulgação científica nas redes sociais: uma análise dos artigos publicados nos periódicos indexados na Web of Science. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 14, p. e051408, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1234**

TITULO:Regimes e políticas de informação na comunicação e divulgação científica: uma revisão de literatura

AUTOR(ES) : **FRANCIELE NUNES COIMBRA,MARCUS VINÍCIUS DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO: Ao buscar a compreensão das relações entre regimes de informação e as políticas de informação na Comunicação Científica, é necessário explorar como esses termos são representados no campo da Ciência da Informação. Sob essa perspectiva, embora sejam conceitos imprescindíveis para os estudos informacionais, observam−se convergências e divergências entre diferentes autores quanto ao papel que os regimes de informação e as políticas de informação desempenham na Comunicação e Divulgação Científica. Objetiva analisar a produção científica publicada entre 2021 e 2025 sobre a relação entre regimes de informação, políticas de informação, comunicação científica e divulgação científica no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. São dois objetivos específicos, mapear a produção científica sobre a temática e apresentar as convergências e divergências das abordagens identificadas. O presente trabalho está vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq). Trata−se de uma pesquisa bibliográfica,descritiva, de abordagem qualitativa, com recorte temporal de 2021 a 2025 e caráter retrospectivo, por analisar produções científicas publicadas nesse período. O levantamento será realizado nas bases BRAPCI, SciELO Brasil e Google Acadêmico, a partir de estratégia de busca definida com descritores relacionados ao tema. Espera−se apresentar um panorama atualizado das relações entre regimes de informação, políticas de informação, comunicação científica e divulgação científica, identificando tendências temáticas, enfoques teóricos, convergências e divergências presentes na literatura. Como resultado, pretende−se contribuir para ampliar o entendimento sobre essas relações, facilitar a construção de estratégias de busca na web e fortalecer a discussão teórica no campo da Ciência da Informação.

BIBLIOGRAFIA: LESSA, B.. Regime de informação e a noção relacional para a comunicação da ciência. Em Questão, v. 30, p. e–136706, 2024. SILVA, M. M.; FREIRE, G. H. DE A.. POLÍTICA E REGIME DE INFORMAÇÃO: CONSTRUTOS TEÓRICOS E TESSITURAS PRÁTICAS. Encontros Bibli, v. 29, p. e95780, 2024. VALÉRIO, M.; TAKATA, R. Afinal, o que é divulgação científica? Explanação e proposição de uma definição plural. Pro−posições, Campinas, SP, v. 36, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1328**

TITULO:PERSPECTIVAS ACERCA DO COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS IDOSOS NO BRASIL (2018−2022)

AUTOR(ES) : **SARAH FERNANDES RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: 1. INTRODUÇÃO Este trabalho buscou analisar a transformação do comportamento político dos idosos (pessoas com idade igual ou superior a 60 anos) através de estatísticas eleitorais e seu uso das redes sociais. A relevância desse tema reside no aumento do peso do eleitorado idoso devido ao envelhecimento da população brasileira. 2. METODOLOGIA A pesquisa adotou uma abordagem metodológica quantitativa, objetivando comparar números relativos com valores absolutos, buscando averiguar se os idosos acima de 70 anos estavam se engajando politicamente em maior frequência. Utilizou−se o método indutivo para interpretar os dados coletados entre fevereiro e abril de 2026 por consultas às bases do TSE e do IBGE e a pesquisas do DataSenado, usando como variáveis as palavras−chave “idosos”, “redes sociais” e “polarização”. Cabe destacar a limitação metodológica de operar com dados secundários, sem variáveis de religião e pouco material relativo ao grupo de 70 anos ou mais. 3. RESULTADOS Quadro 1 — Participação de idosos com 70 anos ou mais nas eleições Período eleitoral Idosos aptos a votar Idosos que votaram Idosos que se abstiveram 2018 11.989.559 4.482.685 7.506.874 2020 13.361.340 4.798.126 8.561.484 2022 14.893.281 6.127.358 8.765.923 Fonte: TSE. Tabela 1 — Comparação entre as experiências de eleitores 60+ em 2018 e 2022 Pergunta norteadora Estou mais informado sobre as propostas Estou acompanhando as notícias Estou mais preocupado que na eleição anterior Estou mais decidido a votar Índice de respostas positivas 56% 51% 47% 61% Fonte: Datafolha. Tabela 2 – Ferramentas de informação mais usadas pelos idosos de 60 anos ou mais Plataforma Índice de uso frequente WhatsApp 73% Televisão 67% Facebook 36% YouTube 31% Instagram 9% Fonte: DataSenado. A televisão é o único meio de comunicação que os idosos usam mais que a população no geral, contudo, 40% dos brasileiros com 60 anos ou mais concordam que informações nas redes sociais são mais confiáveis do que na mídia tradicional (DataSenado, 2019). No que interessa à influência das plataformas, 35% dos eleitores de 60 anos ou mais afirmou que já levou em consideração informações em redes sociais para decidir seu voto. 4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS Inicialmente, a autora presumiu que havia um processo de adesão dessa faixa etária a um extremo político, hipótese levantada após os eventos do 8 de janeiro de 2023 e do catarinense de 59 anos que se explodiu em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal em 2024, por isso, ela se propôs a verificar essa suspeita através de dados secundários e investigar as abordagens dos próprios idosos no que tange à política. Os resultados não comprovaram a hipótese inicial, então, concluiu−se que os eventos foram percebidos com maior significância do que eles realmente têm, porém, busca−se sim produzir mais conteúdo para essa faixa etária. A autora há de continuar a pesquisa, aprofundando−se em análises teóricas consolidadas.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 3 out. 2003. BRASIL. Senado Federal. Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet. Brasília: Senado Federal, 2019. DATAFOLHA. Eleições 2022. São Paulo: Datafolha, out. 2022. Disponível em: https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/10/21/temas−relacionados−ao−voto−2−turno−19−10−22.pdf. Acesso em: 02 mar. 2026. TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas eleitorais. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig−eleicao/. Acesso em: 24 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1334**

TITULO:SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A PERSISTÊNCIA DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL AO LUME DA OPERAÇÃO CONTENÇÃO

AUTOR(ES) : **MATEUS GARCIA DOS SANTOS,DIVO AUGUSTO CAVADAS**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: A segurança pública do estado do Rio de Janeiro é conhecida negativamente pela violência policial e pelos altos índices de letalidade, pontos esses escancarados pelas operações policiais de grande escala nas favelas. Tal cenário é declarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) − a partir da ADPF 635 − como um Estado de Coisas Inconstitucional (ECI), conceito utilizado primeiramente pela Corte Constitucional Colombiana, que reconhece uma série de violações de direitos fundamentais em determinado escopo. Sob essa ótica, o objeto é o que se obtém a partir do reconhecimento do ECI no que diz respeito à segurança pública e como essa constatação pode influir nas ações dos diferentes órgãos do poder público. A pergunta problema é: a estrutura operacional da força policial fluminense está se modificando com o objetivo de cumprir as determinações previstas pelo STF visando reduzir e, consequentemente, mitigar o ECI? O que se propõe como hipótese é que, mesmo com o reconhecimento jurídico de uma falha estrutural do Estado em relação à garantia de direitos fundamentais, a situação das operações policiais em favelas do estado do Rio de Janeiro ainda mantém uma sequência de violações que evidenciam a persistência do ECI, como manifesto na Operação Contenção, ocorrida em outubro de 2025. A metodologia se baseia em observar os elementos que configuram um Estado de Coisas Inconstitucional a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Direito Comparado e revisão bibliográfica, além de analisar os efeitos de operações policiais nas favelas do território fluminense, com enfoque na última operação de grande porte (Operação Contenção), por meio de revisão bibliográfica e por dados de diferentes instituições que compõem o poder público, como a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. A conclusão esperada, em resposta à pergunta, é confirmar a hipótese de que o Estado de Coisas Inconstitucional decorrente das ações policiais nas favelas do estado do Rio de Janeiro ainda persiste após as determinações do STF, como salientado pelas violações de direitos fundamentais ocorridas na Operação Contenção.

BIBLIOGRAFIA: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Da inconstitucionalidade por omissão ao Estado de coisas inconstitucional . 2015. 249 f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. GARCIA, Rafaela Menezes. Da legalidade à letalidade: uma análise jurídico−constitucional da Operação Contenção no Rio de Janeiro em 2025. Revista Eletrônica da OAB−RJ, Rio de Janeiro, 2025. SANTOS, Helena Maria Pereira dos; VIEIRA, José Ribas; DAMASCENO, Luana Regina D’Alessandro; CHAGAS, Tayná Tavares das. Estado de coisas inconstitucional: um estudo sobre os casos colombiano e brasileiro. Revista Quaestio Iuris, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 2596–2612, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1353**

TITULO:COMO AS APOSTAS ESPORTIVAS AFETAM AS FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE COM ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRJ E COMPARAÇÃO COM A PROPENSÃO A DOAR

AUTOR(ES) : **GABRIEL MARTINS LUGAO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **GISLANE DE MENEZES COSTA**

RESUMO: Este trabalho possui como objetivo analisar como apostas esportivas on−line afetam as finanças pessoais, utilizando como amostra os estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), relacionando essa prática com propensão a doar. A pesquisa será desenvolvida com caráter descritivo e exploratório, abordagem quantitativa e combinação entre revisão bibliográfica e pesquisa de campo. No levantamento teórico, serão discutidos o histórico das apostas esportivas, a expansão das plataformas digitais, o panorama legal brasileiro, os conceitos de finanças pessoais, doação e filantropia, principalmente a problemática entre apostas e gestão orçamentária. A etapa empírica será realizada por meio de questionário estruturado, aplicado a discentes do curso, com perguntas sobre perfil dos respondentes, prática de apostas, motivações, frequência, valores depositados, perdas percebidas, efeitos no consumo e na organização financeira, além de modalidades, frequência e valores destinados à doação. O estudante autor atuará em todas as etapas do trabalho, incluindo levantamento teórico, elaboração e divulgação do questionário, organização da base de dados, construção de tabelas e gráficos e análise estatística descritiva. O estudo buscará identificar o perfil predominante dos apostadores, compreender possíveis impactos das apostas sobre o orçamento pessoal e comparar a propensão à doação dos discentes apostadores e não apostadores. Assim, a pesquisa contribuirá para o debate sobre apostas esportivas, educação financeira e autorresponsabilidade na formação de futuros profissionais.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Banco Central do Brasil. Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores. Estudo Especial, n. 119/2024, reproduzido da Nota Técnica n. 513/2024−BCB/SECRE. Brasília, set. 2024. VIEIRA, Paulo. O poder da autorresponsabilidade: a ferramenta comprovada que gera alta performance e resultados em pouco tempo. São Paulo: Editora Gente, 2017. MARTINS, Pablo Luiz et al. A responsabilidade social aplicada na contabilidade. São João del−Rei: UFSJ, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1370**

TITULO:A Estética da Resistência: As Artes Visuais como Denúncia e Resposta aos Processos de Pacificação no Haiti (2004–2017)

AUTOR(ES) : **MARIA LUISA PAES MARCIANO CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: A compreensão das missões internacionais de paz como intervenções benevolentes obscurece a sua historicidade e função como dispositivos de controle territorial e tutela cultural. Longe de representar uma ruptura com a lógica colonial, operações como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, 2004–2017) inscrevem−se numa genealogia de práticas de pacificação que, ao imporem uma ordem externa sobre populações consideradas ingovernáveis, incidem sobre a cultura local, deslegitimando suas formas de organização, autoridade e expressão simbólica. A problemática central deste trabalho reside na investigação de como as manifestações visuais haitianas produzidas no período da MINUSTAH funcionam como contra−narrativas e denúncias políticas diante desse discurso internacional de pacificação, e de que modo a produção artística desse período registra, por meios não convencionais, aquilo que os documentos institucionais da missão são incapazes de dizer. A pergunta norteadora é: de que maneira as artes visuais haitianas entre 2004 e 2017 operam como documentos políticos da experiência de ocupação e como formas de afirmação cultural e de soberania diante da presença da MINUSTAH? A pesquisa edifica−se em uma abordagem qualitativa de caráter histórico−analítico, alicerçada na revisão bibliográfica e na análise de obras visuais como fontes primárias, adotando o método iconológico de Erwin Panofsky em diálogo com a abordagem de Peter Burke sobre o uso de imagens como evidência histórica, de modo a evitar interpretações impressionistas e assegurar o rigor metodológico no trato com fontes não convencionais. O trabalho estabelece um diálogo teórico entre a genealogia colonial da pacificação, a partir de Frantz Fanon, Michel Foucault, Mahmood Mamdani e James C. Scott, e a conceituação de cultura como campo de disputa de poder, identidade e resistência, sustentada em Stuart Hall, Raymond Williams e Terry Eagleton. A ancoragem empírica no contexto haitiano é feita pelo diálogo com Peter Hallward, Paul Farmer, Franck Seguy e Miguel Borba de Sá, cuja tese sobre o haitianismo oferece uma leitura crítica sobre a lógica colonial que estruturou a participação do Brasil na missão. Argumenta−se que a pacificação é uma tecnologia de poder que opera necessariamente sobre a cultura das comunidades que ocupa, e que a produção visual haitiana do período constitui um arquivo privilegiado desses efeitos. A análise de três obras, And Haiti Will Bloom Again (2010), de Frantz Zéphirin; Military Glory (2010), de André Eugène e os Atis Rezistans; e Le Retour d'Aristide (2012), de Maxan Jean−Louis, demonstra como artistas de linguagens e posições sociais distintas responderam à presença da MINUSTAH: pela ironia alegórica, pela crueza material e pela afirmação de soberania popular. Conclui−se que a arte visual haitiana desse período não é mero reflexo de seu contexto, mas agente ativo de resposta política, uma forma de escrita da história feita pelo próprio povo.

BIBLIOGRAFIA: SÁ, Miguel Borba de. Haitianismo:colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro. 2019. 283f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) − Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC−Rio), Rio de Janeiro, 2019. WILLIAMS, Raymond. Cultura e sociedade: 1780–1950. São Paulo: Nacional, 1969. BURKE, Peter. Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: UNESP, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1372**

TITULO:Relatórios de impacto sobre os direitos de crianças e adolescentes na governança algorítmica e regulação da inteligência artificial

AUTOR(ES) : **ERIC NEVES AMAND**

ORIENTADOR(ES): **CHIARA DE TEFFé**

RESUMO: O avanço da Inteligência Artificial e das arquiteturas algorítmicas orientadas por dados vem reconfigurando os parâmetros tradicionais de proteção jurídica de crianças e adolescentes nos ambientes digitais, impondo novos desafios à tutela dos direitos fundamentais desse grupo hipervulnerável. O presente trabalho vincula−se ao projeto de extensão “Proteção de Crianças e Adolescentes Online: Governança, Direitos Digitais e Práticas Responsáveis”, desenvolvido no âmbito da UFRJ, e tem como objetivo examinar de que modo os relatórios de impacto, especialmente os Child Rights Impact Assessments (CRIAs), podem operar como instrumentos de governança preventiva aptos a mitigar a opacidade algorítmica e fortalecer a proteção integral prevista na Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital). A metodologia adotada consiste em pesquisa qualitativa, de caráter teórico−dogmático e documental, fundamentada em revisão bibliográfica especializada, análise normativa e exame de modelos contemporâneos de gestão sistêmica de riscos digitais. O estudo também se apoia na análise de documentos institucionais e materiais regulatórios produzidos pela Agência Nacional de Proteção de Dados, pelo Cetic.br e pela UNICEF. No âmbito do projeto de extensão, o autor atua na análise crítica dos mecanismos de accountability previstos na legislação brasileira, bem como no mapeamento de riscos associados a sistemas algorítmicos voltados ao engajamento e à modulação comportamental de usuários infantojuvenis, colaborando ainda na elaboração de debates e materiais informativos relacionados à proteção de crianças e adolescentes online. O estudo parte da premissa de que a Lei nº 15.211/2025 e seu decreto regulamentador promovem um deslocamento regulatório em direção a uma lógica de responsabilidade ex ante , exigindo que fornecedores e plataformas digitais realizem avaliações estruturadas acerca dos impactos produzidos por seus sistemas sobre crianças e adolescentes. Nesse contexto, observa−se que os relatórios de impacto assumem função central na redução da opacidade algorítmica, ao demandarem maior transparência quanto aos critérios de funcionamento, aos riscos sistêmicos e às medidas de mitigação adotadas pelas plataformas digitais. Busca−se demonstrar que os mecanismos de avaliação de impacto sobre os direitos da criança e do adolescente conferem maior densidade normativa e efetividade prática ao princípio do melhor interesse da criança, ao estruturarem mecanismos preventivos de governança, transparência e mitigação de riscos nos ambientes digitais. Como conclusão parcial, sustenta−se que tais instrumentos, em diálogo com o princípio da prioridade absoluta previsto no art. 227 da Constituição Federal, consolidam−se como mecanismos centrais de compliance regulatório, accountability algorítmica e supervisão social, aptos a reduzir assimetrias informacionais e impedir que a complexidade técnica dos sistemas digitais comprometa a tutela efetiva dos direitos fundamentais das novas gerações.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (coords.). Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, 2024. FRAZÃO, Ana. A inteligência artificial diante dos riscos e das incertezas: uma análise do projeto de lei 2.338/2023 à luz da classificação e da taxonomia de riscos. In: BIONI, Bruno et al. Inteligência Artificial e Desafios Regulatórios. Editora Gen Forense, 2026. LIVINGSTONE, Sonia; POTHONG, Kruakae. Child Rights Impact Assessment: A Policy Tool for a Rights−Respecting Digital Environment. Policy & Internet, [S. l.], v. 17, n. 3, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1416**

TITULO:A construção tardia da educação pública no Brasil: uma análise dos discursos parlamentares na Primeira República (1889−1899)

AUTOR(ES) : **EDSON VITOR SOARES SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: As teorias sociológicas clássicas associam a expansão da escolarização aos processos de industrialização e de formação dos Estados−nação. O caso brasileiro, contudo, desafia esse modelo explicativo. Apesar do crescimento econômico e das transformações institucionais iniciadas no final do século XIX, o país se manteve, por décadas, entre aqueles com menores níveis de escolarização da América Latina. Mesmo no período recente, os indicadores revelam a persistência desse atraso relativo. No início da República, algumas localidades apresentavam taxas de alfabetização que mal chegavam a 10% (Musacchio et al., 2014) . A literatura sobre o pensamento educacional na Primeira República apresenta diferentes interpretações, como a atribuição do vínculo da educação com as transformações políticas e institucionais e a definição dos papéis do Estado na instrução pública, como um sistema desorganizado de ensino sem quebra com raízes imperiais (Magalhães, 2003) Nessa perspectiva, a pesquisa investiga os discursos políticos do Poder Legislativo durante a primeira década da Primeira República. Esse recorte temporal se justifica pelo caráter instável da década de 1890, marcada pela ausência de rotinas institucionais do regime republicano, o que a torna especialmente relevante para observar conflitos, disputas e indefinições relativas à organização da instrução pública. O objetivo é identificar os interesses, projetos e orientações mobilizados para a estruturação e expansão do ensino no Brasil. Interessa, em particular, examinar as distintas concepções de educação e as diretrizes de política educacional presentes nos debates parlamentares sobre a expansão escolar. A pesquisa tem como fonte de dados os Anais da República, que registram as sessões parlamentares do período. A busca foi feita pelos termos "educação" e "ensino" catalogando as seguintes informações do discurso: parlamentar, livro, legislatura, ano e página. Foram extraídos trechos das falas e sintetizado o conteúdo, resultando em uma planilha com 231 linhas. O autor da pesquisa participou do levantamento e análise dos dados, além da revisão bibliográfica.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Senado Federal. Anais da República. Brasília, DF: Senado Federal, [s.d.]. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/anais−da−republica. MUSACCHIO, Aldo; MARTINEZ, Andre; VIARENGO, Martina. Colonial institutions, commodity booms, and the diffusion of elementary education in Brazil, 1889−1930. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2014. MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. A educação na Primeira República. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1444**

TITULO:Relações bilaterais do Brasil na área da defesa pós−redemocratização: parcerias estratégicas e inserção internacional

AUTOR(ES) : **WESLLEY FARIAS DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: O presente trabalho insere−se no Grupo de Pesquisa “Relações Bilaterais do Brasil e as parcerias estratégicas na área da Defesa pós−redemocratização”, do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD−UFRJ), e analisa o desenvolvimento das relações bilaterais do Brasil na área da defesa no período posterior à redemocratização. A pesquisa parte da compreensão de que, mesmo em um contexto marcado pela relevância de organizações multilaterais, as relações bilaterais continuam sendo instrumentos importantes da política externa brasileira, especialmente para a ampliação da cooperação internacional e da autonomia do país no sistema internacional. Nesse contexto, o trabalho busca compreender em que medida determinadas relações bilaterais podem ser caracterizadas como parcerias estratégicas e qual o papel que desempenham na política externa e na inserção internacional do Brasil. Parte−se do entendimento de que nem toda cooperação bilateral na área da defesa necessariamente constitui uma parceria estratégica, uma vez que essas relações envolvem diferentes níveis de continuidade política, convergência de interesses e cooperação em áreas sensíveis, como defesa, tecnologia e segurança. A pesquisa combina revisão bibliográfica com levantamento e sistematização de dados empíricos sobre acordos internacionais firmados pelo Brasil entre 1985 e 2025. A coleta de dados foi realizada a partir de bases institucionais e plataformas especializadas, permitindo a identificação de centenas de acordos bilaterais, dentre os quais um conjunto relevante voltado à defesa e a assuntos militares. A partir desse material, foram construídos recortes analíticos que possibilitam observar a distribuição temporal dos acordos, os principais parceiros envolvidos e as áreas temáticas mais recorrentes. Como resultados parciais, observa−se que o Brasil mantém uma ampla rede de relações bilaterais na área da defesa, embora apenas parte dessas interações apresente características associadas a parcerias estratégicas. Em alguns casos, o uso do termo “parceria estratégica” assume caráter mais diplomático e simbólico do que necessariamente um aprofundamento efetivo das relações bilaterais. Além disso, os dados indicam que a evolução dessas relações varia conforme mudanças no cenário internacional e nas prioridades internas do país, evidenciando a relação entre política externa, defesa e estratégias de inserção internacional no período pós−redemocratização.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Relações bilaterais: Américas. Brasília, [s.d.]. Disponível em: Ministério das Relações Exteriores – Relações bilaterais: Américas. Acesso em: 24 maio 2026. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Concordia: pesquisa avançada. Brasília, [s.d.]. Disponível em: Concordia – Pesquisa avançada. Acesso em: 23 maio 2026. Antônio Carlos Lessa. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n. 41, p. 29−41, 1998. Rogério de Souza Farias. Parcerias estratégicas: marco conceitual. In: Antônio Carlos Lessa; Henrique Altemani de Oliveira (org.). Parc

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1475**

TITULO:CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: MAPEANDO CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (DADOS DE 2024)

AUTOR(ES) : **ANA HELENA DA SILVA OLIVEIRA,BEATRIZ CORREA REZENDE**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO: O trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa “Cartografias Jurídicas: mapeando conflitos fundiários na cidade do Rio de Janeiro”, coordenada pelo Grupo de Pesquisa LABÁ – Direito, Espaço & Política (FND−UFRJ), em parceria com o Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH). Trata−se de uma pesquisa−ação voltada ao mapeamento e à análise dos conflitos fundiários urbanos na cidade, com o objetivo de dar visibilidade às relações entre direito e espaço nas dinâmicas de remoções forçadas, evidenciando a articulação entre precariedade, propriedade, institucionalidade, jurisdição territorial e direitos. Apresentam−se, neste trabalho, os dados do levantamento mais recente, referentes aos casos ativos em 2024. A pesquisa se orienta pelos referenciais da Geografia Jurídica Crítica (Franzoni, 2019) e da cartografia jurídica (Franzoni et al., 2024), a partir dos quais se constrói um método de espacialização das relações sociojurídicas. Com base em dados fornecidos pelo NUTH, foram identificados casos de ameaça de remoção, remoções efetivadas e evitadas no município. O procedimento metodológico articula análise documental, entrevistas com defensores públicos e oficinas de qualificação e atualização dos dados. Após essa etapa, as informações são espacializadas por meio de ferramentas de geoprocessamento, com a produção de mapas e diagramas temáticos que subsidiam as análises, posteriormente debatidas entre os parceiros e em espaços de interlocução com a sociedade civil. Os dados mais recentes registram 153 casos de ameaça de remoção na cidade, afetando 15.080 famílias. Entre os agentes promotores dos conflitos, o poder público municipal se destaca, com 6.269 famílias ameaçadas, seguido pelo setor privado, responsável por 6.245. No conjunto dos conflitos ativos em 2024, mais de 6 mil famílias convivem com ameaças de remoção desde a década de 2000, evidenciando situações prolongadas de insegurança habitacional. Quanto às remoções efetivadas, foram identificados 2 casos, ambos promovidos pelo setor privado, totalizando 90 famílias removidas. Nos 5 casos em que a remoção foi evitada, o setor privado figura como promotor em 4 deles, afetando 169 famílias, enquanto o Estado aparece em 1 caso, envolvendo 10 famílias. Como resultado, a pesquisa contribui para o debate sobre reforma urbana e direito à cidade, ao evidenciar o papel do Sistema de Justiça na produção e gestão dos conflitos fundiários. Ademais, fortalece a produção de bases de dados sobre o tema e subsidia estratégias de incidência político−jurídica em âmbito local.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, et al. Projeto Cartografias Jurídicas: mapeamento jurídico−espacial dos conflitos fundiários no Rio de Janeiro. In: Revista Temática: Terras e Habitação. DPRJ, 2024. p. 133−157. FRANZONI, J. Ávila. Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico−espacial. Revista Direito e Práxis, v. 10, n. 4, p. 2923−2967, 2019. FRANZONI, J. Ávila; PIRES, R. F. Cartografias jurídicas e racismo ambiental. Revista Brasileira de Direito Urbanístico, v. 11, n. 20, p. 29−49, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1479**

TITULO:PANORAMA DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM REPOSITÓRIOS DE DADOS CIENTÍFICOS EM BIODIVERSIDADE

AUTOR(ES) : **BEATRIZ SOARES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO: A biodiversidade ou diversidade biológica, é a variedade de vida no planeta, englobando a riqueza de espécies de animais, plantas, microrganismos, a diversidade genética entre elas e os ecossistemas que compõem. E com o fruto de milhões de anos de evolução, ela é crucial para a evolução e continuação da vida em nosso planeta Terra."Os estudos sobre Biodiversidade são importantes, atuais e impactam diretamente a sociedade, pois envolvem questões acerca da mudança climática, do desmatamento das florestas, dos combustíveis e até mesmo da alimentação (Walls et al., 2014)". Essa pesquisa faz parte do projeto PIBIC sobre interoperabilidade semântica em ambientes de compartilhamento de dados de pesquisa que estudar os Repositórios de Dados de Pesquisa do Brasil. A presente pesquisa tem como objetivo mostrar um Panorama dos Sistemas de Organização do Conhecimento em Repositórios de dados científicos em Biodiversidade. A metodologia adotada consistiu na recuperação e na análise de dados, resultando na identificação de sete repositórios. Durante o levantamento, constatou−se que dois deles estavam indisponíveis. Os repositórios identificados foram os seguintes: WorldClim − (International Center for Tropical Agriculture (CIAT); PPBio − (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); FishSound − (Universidade de Victoria, Canadá);IODP −(International Ocean Discovery Program) NSF (National Science Foundation − EUA) e a JAMSTEC (Japão); ATTO −(Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Instituto Max Planck (Alemanha); Redape −(Embrapa, empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária);ANP− (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) (Ministério de Minas e Energia, MME).Em sua maioria, esses repositórios utilizam Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), o que se observa nessas bases é uma transição: repositórios mais tradicionais focam em tesauros para facilitar a busca humana, enquanto projetos de Big Data e monitoramento ambiental caminham para ontologias para viabilizar a análise computacional em larga escala. Embora o IODP e a ANP não estejam com suas atividades de atualização recentes em pleno funcionamento, ambos integraram tesauros ou ontologias como base de seus sistemas de organização de dados.

BIBLIOGRAFIA: MARQUES FELIPE , Carla Beatriz . Compatibilização Semântica: uma proposta de melhoria para integração de dados científicos em Biodiversidade. Rio de Janeiro.2023. MARCHAND, J. S.; et al.. Panorama dos repositórios de dados no brasil. Biblionline, v. 21, n. 2, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1539**

TITULO:O DEBATE SUBSTANTIVISMO−FORMAL E SEUS REFLEXOS NA ANTROPOLOGIA ECONÔMICA

AUTOR(ES) : **HELENA GRANDCHAMP VENANCIO**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BARREIROS**

RESUMO: Tema e objetivos: Investigar as bases metodológicas e epistemológicas da economia, com foco no debate entre os campos formalista e substantivista. Busca−se entender os limites da economia formal em representar fenômenos reais e as vantagens do substantivismo na produção acadêmica, destacando a importância do fim da cisão entre cultura e economia e a necessidade de um estudo integrado e interdisciplinar. A análise parte do ensaio "The Original Affluent Society" de Marshall Sahlins como estudo de caso central, identificando o uso de pressupostos universalizantes da economia formal em um autor substantivista de referência. Metodologia: Pesquisa teórico−conceitual e de crítica epistemológica, com abordagem interdisciplinar entre economia política, antropologia econômica e história do pensamento. As fontes são Sahlins (1972), Robbins (1935) e Polanyi (1947). A bibliografia complementar foi organizada em seis campos temáticos, com o Research Rabbit auxiliando no mapeamento dos nexos teóricos e relevância de cada texto. Resultados: a) O formalismo assume viés circular, usando seus próprios pressupostos para validar dados que, por sua vez, justificam esses mesmos pressupostos; b) A pretensão de universalidade da economia formal não é sustentada empiricamente, sendo mantida por redefinições conceituais que a tornam infalsificável; c) A aplicação de conceitos formais em economias não capitalistas gera distorções analíticas, tratando−as como versões imperfeitas de um modelo ideal de mercado industrial; d) As formas específicas de distribuição e troca são igualmente relevantes no entendimento econômico e cultural, para além da primazia da produção; e) Com a economia formal como teoria universalizante, a cultura aparece apenas como categoria exógena ao funcionamento econômico; f) Fenômenos econômicos estão permeados por instituições culturais, tornando epistemologicamente injustificável seu estudo como esferas separadas; g) Em Sahlins, a crítica à escassez como fenômeno universal permanece atrelada a categorias formais, revelando tensão interna ao substantivismo e a dificuldade de construção de uma crítica verdadeiramente externa; h) O substantivismo oferece maior adequação empírica para a definição intercultural do que é economia. Considerações parciais: A generalização teórica deve partir da comparação empírica para elucidar elementos comuns, não da imposição de categorias abstratas; A dicotomia entre a neutralidade da economia formal e o caráter ideológico do substantivismo é falsa e encobre os pressupostos normativos e históricos do formalismo; A crítica substantivista evidencia a impossibilidade de separar completamente sistema econômico das estruturas sociais, culturais e simbólicas que o compõem; A antropologia econômica deve ocupar posição crítica frente à economia mainstream, contribuindo para a reformulação de seus conceitos através da reintrodução das dimensões culturais e institucionais.

BIBLIOGRAFIA: Polanyi, K. (1947). Our obsolete market mentality. Commentary, 3(2), 109–117. Robbins, L. (1935). An essay on the nature and significance of economic science (2nd ed.). Macmillan. Sahlins, M. (1972). Stone Age Economics. Aldine−Atherton.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1540**

TITULO:O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA E RECONSTRUÇÃO NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: UMA PERSPECTIVA POLANYIANA

AUTOR(ES) : **MOEMA COSTA NETTO MADARASZ**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BARREIROS**

RESUMO: Tema e objetivos : através de uma abordagem histórica econômica com foco na teoria de Karl Polanyi, esse trabalho tem como objetivo principal responder a seguinte pergunta: é possível analisar o processo de mobilização econômica que ocorreu como preparação para Primeira Guerra Mundial e seu subsequente processo de reconstrução como um exemplo do que Karl Polanyi chamou de “duplo movimento”? Metodologia: Essa pesquisa está organizada em duas etapas: 1) análise de literatura sobre o período histórico da Primeira Guerra Mundial e os processos econômicos que ali ocorreram; 2) análise de literatura sobre a teoria de Karl Polanyi. A escolha de bibliografia será feita por meio de pesquisa utilizando as plataformas Google Scholar e Research Rabbit e organizada por meio da plataforma Zotero. A análise histórica permite entender os momentos específicos de mobilização estatal com o objetivo de guerra e o processo de reconstrução após o fim da guerra. Karl Polanyi entende o processo econômico como um de duplo movimento, por um lado, forças que lutam pelo contínuo desenraizamento da sociedade, a separação entre a política e a economia, a contínua expansão do mercado, e por outro, um contramovimento que luta pelo enraizamento da sociedade e a tentativa de limitar a expansão do mercado. Resultados esperados: a) O processo de mobilização estatal durante a Primeira Guerra Mundial quebrou com o conceito de livre mercado: o Estado passou a administrar setores econômicos antes dominados pelo mercado para alcançar o objetivo da guerra; b) O processo de reconstrução é um cenário propício para a luta entre o desenraizamento e o enraizamento; Considerações parciais: 1) Analisar a economia de guerra por meio de Polanyi fornece um entendimento mais amplo sobre os mecanismos econômicos ligados à mobilização de uma nação com o objetivo de guerra, objetivo esse que é muitas vezes tratado como externo ao campo das ciências econômicas; 2) A teoria neoclássica mostra−se insuficiente para analisar um período histórico em que o livre mercado é suspenso; 3) O cenário de reconstrução pós−guerra é um importante momento econômico em que há um processo de assimilação e separação de diferentes setores da economia ao mercado.

BIBLIOGRAFIA: Block, F. (2008). Polanyi's double movement and the reconstruction of critical theory. Revue Interventions Économiques, (38), 1–14. Polanyi, K. (2001). The great transformation: The political and economic origins of our time (2nd ed.). Beacon Press. (Original work published 1944). Silver, B. J., & Arrighi, G. (2003). Polanyi's “double movement”: The Belle Époques of British and U.S. hegemony compared. Politics & Society, 31(2), 325–355..

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1542**

TITULO:A SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO ORGÂNICO E OS NOVOS DESTINOS DA RENDA

AUTOR(ES) : **LAURA PONTES MONTEIRO MORAIS**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BARREIROS**

RESUMO: Tema e objetivos : o trabalho tem por objetivo propor uma resposta à seguinte pergunta: quais efeitos distributivos terão a extensão da tendência de automatização às tarefas intelectuais e complexas, e a consequente substituição do trabalho orgânico a partir da implementação de tecnologias algorítmicas avançadas? Metodologia : a partir dos conceitos de princípios e revoluções produtivas, tal como posto nos padrões da história de longo prazo, entende−se que, diante de grandes revoluções tecnológicas, o papel da força de trabalho humana na produção se transforma ao longo do tempo. Com foco nos efeitos econômicos das transformações atuais e iminentes no campo dos sistemas auto reguláveis (algoritmos), esta pesquisa se organiza nas seguintes etapas: 1) análise de literatura sobre avanços correntes e prospectados de tecnologias com potencial de substituição da mão de obra humana; 2) análise de literatura sobre o impacto da implementação de tais tecnologias sobre mercados de trabalho globais e sobre a distribuição de renda entre salários e lucros. Com inspiração nas propostas de Hanson (2008) e Grinin & Grinin (2015), entende−se que a consideração do potencial de substituição humana apresentado pela atual revolução tecnológica é crucial para a criação de quadros a respeito da continuidade do processo histórico. Paralelamente, os estudos de ciência e política econômica que se fazem sobre os já consolidados efeitos de tal substituição permitem investigar a causalidade entre esta e o remanejamento dos fluxos de renda destinados ao trabalho e ao capital. Resultados parciais : Verifica−se que: a) as crescentes capacidade e autonomia das novas tecnologias propõem um paradigma de substituição da mão de obra humana em cada vez mais atividades e categorias; b) a maneira como a substituição do trabalho por esta forma de capital se dá, sob o sistema chamado “economia de plataforma”, mina a massa salarial e direciona uma parcela crescente da renda aos lucros

BIBLIOGRAFIA: GRININ, L. et al. The Cybernetic Revolution and Global Aging: Humankind on the way to cybernetic society or the next hundred years. Cham: Springer, 2024. HANSON, Robin. Economics of the Singularity. IEEE Spectrum, v. 45, n. 6, p. 36−42, jun. 2008. Disponível em: https://spectrum.ieee.org/economics−of−the−singularity. SRNICEK, N. Platform capitalism. Cambridge: Polity Press, 2016

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1549**

TITULO:SISTEMAS−MUNDO PRÉ MODERNOS POR UMA PERSPECTIVA POLANYIANA.

AUTOR(ES) : **HEITOR DE FARIA GROISMAN**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BARREIROS**

RESUMO: Tema e objetivos: O trabalho tem por objetivo propor uma resposta à seguinte pergunta: De que forma a teoria de sistemas−mundo, amparada por uma visão substantivista polanyiana, pode ser utilizada para analisar de forma profunda o funcionamento de sistemas−mundo pré−modernos? Metodologia: Essa pesquisa visa conciliar teorias econômicas que a princípio se encontram em conflito, ao ponto em que a teoria de Karl Polanyi (1977) é rejeitada explicitamente pelos autores Gills e Frank (1992) na explicação de seu modelo de sistemas−mundo. Então, para a criação de um modelo que seja capaz de conciliar esses dois eixos teóricos, a pesquisa se divide em três etapas: 1)Análise de literatura sobre sistemas−mundo pré−modernos, com ênfase no modelo de Gills e Frank; 2)Análise crítica da literatura de sistemas−mundo acerca das interpretações dos autores da teoria Polanyiana; 3)Análise de literatura acerca do modelo teórico desenvolvido por Karl Polanyi, com ênfase no estudo dos conceitos de economia substantiva e economias enraizadas. A partir dessas etapas, busca−se ter uma visão completa e aprofundada não apenas do funcionamento dos modelos em si, como também acerca das influências que levaram os autores de sistema−mundo a se distanciar da teoria Polanyiana. É através dessa compreensão que a pesquisa busca traçar um caminho conciliatório. A literatura foi selecionada através da utilização da ferramenta de pesquisa Research Rabbit, em que foram obtidos textos correlacionados com uma base inicial providenciada pelo orientador do projeto Daniel Barreiros. Conta−se também com a ferramenta do Zotero, para organização de bibliografia. Para obtenção de textos adicionais foi utilizado o Google Scholar, através da busca por palavras−chave Resultados Esperados: a)Os modelos de sistema−mundo pré−modernos não só são compatíveis com a análise substantivista da economia, como também ganham maior poder explicativo através dessa conciliação, ao se evitar o problema teórico que Polanyi (1977) chama de “a falácia economicista”; b)As rotas comerciais de longa distância do continente eurasiático na antiguidade se enquadram dentro de um sistema interconectado e interdependente, enquanto as práticas envolvidas no comércio de luxo são enraizadas em instituições que, segundo o sentido formal do termo, são consideradas não−econômicas. Considerações parciais: 1)A presença de mercados autorregulados em sistemas pré−capitalistas é plenamente plausível dentro da análise polanyiana; 2)O comércio de luxo, enquanto mecanismo simbólico de transmissão de Status, ocupa um papel de importância em uma análise de sistemas−mundo que preze por uma visão substantivista da economia.

BIBLIOGRAFIA: GILLS, Barry K.; FRANK, Andre Gunder. World System Cycles, Crises, and Hegemonial Shifts, 1700 BC to 1700 AD. Review (Fernand Braudel Center), v. 15, n. 4, p. 621–687, 1992. POLANYI, Karl; PEARSON, Harry W. The livelihood of man. New York: Academic Press, 1977. POLANYI, Karl. Ports of Trade in Early Societies. The Journal of Economic History, v. 23, n. 1, p. 30–45,

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1603**

TITULO:LITIGÂNCIA CLIMÁTICA: CONVERGÊNCIA NORMATIVA ENTRE A OC−32 E A ADPF 708

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA ALVES COSTA**

ORIENTADOR(ES): **SIDDHARTA LEGALE**

RESUMO: O direito ao meio ambiente saudável é reconhecido como pré−condição para o exercício de outros direitos fundamentais, dada sua interconexão com a dignidade humana, a vida e a integridade pessoal. De titularidade indivisível e não exclusiva, pertence a toda a coletividade: em sua dimensão coletiva, constitui interesse universal devido às gerações presentes e futuras; em sua dimensão individual, sua violação repercute sobre pessoas concretas. Tragédias climáticas ilustram essa dupla dimensão, colocando em risco vida, integridade física, moradia e dignidade, e evidenciando como a omissão estatal na proteção do sistema climático pode gerar responsabilidade internacional do Estado. Nesse contexto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos consagrou, na Opinião Consultiva 32 (2025), a proteção ambiental como obrigação imperativa de direito internacional. A OC−32 reconhece o direito ao meio ambiente saudável como direito autônomo, do qual deriva um direito humano a um clima saudável, entendido como aquele resultante de um sistema climático livre de interferências antropogênicas perigosas. A Corte impõe aos Estados obrigações de prevenção, precaução e não regressão, e destaca obrigações diferenciadas em relação a grupos vulneráveis, como crianças, povos indígenas e comunidades rurais e costeiras. As conclusões da OC−32 têm aptidão para orientar decisões judiciais, legislação e políticas públicas nos Estados vinculados à jurisdição da Corte IDH. Em sentido convergente, o Supremo Tribunal Federal, na ADPF 708 (2022), enfrentou a omissão da União quanto ao funcionamento do Fundo Clima, principal instrumento federal de combate às mudanças climáticas, mantido inoperante em 2019 e 2020. Com base no art. 225 da CF/1988, o tribunal reafirmou o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, reconhecendo o dever estatal de estruturar políticas públicas efetivas de mitigação climática (DUTRA; BLOTTA, 2026). Com base na vedação ao retrocesso, o STF proibiu o contingenciamento do Fundo Clima, entendendo que a omissão estatal e a supressão de políticas relevantes sem substituição equivalente violam direitos fundamentais. A crise climática intensifica a discussão sobre os limites da omissão estatal na proteção ambiental. Este trabalho parte do problema: em que medida decisões da Corte IDH e do STF convergem na construção de um regime jurídico vinculante de proteção climática, e o que revela sobre a consolidação do direito ao clima saudável como direito humano autônomo? O objetivo geral é analisar comparativamente a OC−32 (2025) e a ADPF 708 (2022), identificando pontos de convergência argumentativa. Especificamente, pretende−se mapear os fundamentos jurídicos de cada decisão, verificar como ambas reconhecem o dever de não retrocesso climático e discutir as implicações desse diálogo para a tutela de grupos vulneráveis.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. STF. ADPF nº 708/DF. Rel. Min. Luís Roberto Barroso. Tribunal Pleno, 1 jul. 2022. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br. Acesso em: 20 maio 2026. CORTE IDH. Parecer Consultivo OC−32/25, 29 maio 2025. Emergência climática e direitos humanos. San José: Corte IDH, 2025. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr. Acesso em: 22 maio 2026. DUTRA, L. M. C.; BLOTTA, K. D. ADPF 708 e a resposta constitucional à crise climática. Revista Brasileira de Direito Constitucional, v. 26, p. e026029, 2026. DOI: 10.62530/e026029. Disponível em: https://rbdc.com.br/revista/article/view/493. Acesso em: 22 jul. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1614**

TITULO:MEMÓRIA E ESCRAVIZAÇÃO SEXUAL MILITAR: O DISCURSO DE APAGAMENTO NO IMPERIALISMO JAPONÊS

AUTOR(ES) : **LETíCIA DIAS CALADO**

ORIENTADOR(ES): **RENATA GUIMARAES REYNALDO**

RESUMO: Durante a Segunda Guerra Mundial o Império Japonês operou sob uma "modernidade colonial" que utilizou o discurso de progresso para, diferente da mera emulação do Ocidente, desenvolver uma estrutura própria de dominação racializada e generificada no Leste Asiático (Barlow, 1997). Como parte dessa estrutura de dominação, a presente pesquisa investiga a institucionalização da escravização sexual militar, analisando como a violência de gênero, por meio do controle do corpo dessas mulheres, foi um pilar fundamental do imperialismo japonês e seu projeto colonial na Ásia Oriental. Sob uma perspectiva feminista e interseccional das estruturas e processos de militarização (Enloe, 2000), o estudo tem por objetivo compreender a condição das “mulheres de conforto” vitimadas pela escravização sexual e investigar de que formas este sistema, instituído pelo império japonês como uma engrenagem oculta do esforço de guerra, perpetuou o projeto de dominação japonês durante a Guerra Fria. Fundado em uma abordagem qualitativa, o quadro metodológico fundamenta−se no método de procedimento de estudo de caso e articula, como métodos de coleta de dados, pesquisa bibliográfica, entrevistas como fontes secundárias e análise de documentos centrada em notícias de agências internacionais. Os resultados parciais indicam que mecanismos de controle, silenciamento e apagamento necessários para a naturalização da violência, objetificação dos corpos dessas mulheres e o subsequente silenciamento do trauma (Soh, 2008) foram estruturados e conduzidos entre 1945 e 1991, revelando que o hiato de visibilidade e a objetificação e exploração dos corpos das mulheres vitimadas pela escravização sexual no período estudado não foram acidentais, mas fruto da estigmatização e do silenciamento institucional essenciais para a preservação das estruturas de poder coloniais e patriarcais. Esse apagamento sistemático e objetificação persistem na contemporaneidade através de mecanismos que buscam a rasura histórica e a perpetuação da estrutura colonial.

BIBLIOGRAFIA: BARLOW, Tani E. (org.). Formations of colonial modernity in East Asia. Durham: Duke University Press, 1997. ENLOE, Cynthia. Maneuvers: the international politics of militarizing women's lives. Berkeley: University of California Press, 2000. SOH, Chunghee Sarah. The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan. University of Chicago Press, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1615**

TITULO:O passado como arena de disputa política: o caso indiano durante os mandatos de Narendra Modi como Primeiro−Ministro (2014−2026)

AUTOR(ES) : **GUILHERME DOMINGUES FRITZ**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: Este trabalho analisa a disputa política em torno da história da Índia durante o mandato do Primeiro−Ministro Narendra Modi (2014–presente). Entre as medidas adotadas, estaria a criação de um comitê de pesquisa, com o objetivo de revisar a longa história do subcontinente indiano a partir de uma centralidade hindu sustentada pelos textos védicos. Paralelamente, discursos e intervenções públicas do primeiro−ministro têm enfatizado interpretações específicas sobre a formação histórica da Índia,sem consenso na historiografia ou na arqueologia. Nesse contexto, o passado indiano torna−se objeto de disputa política. A narrativa de uma civilização autóctone e essencialmente hindu contrapõe−se a perspectivas que enfatizam a formação histórica da Índia como resultado de processos culturais diversos e interativos. Diante disso, este trabalho propõe investigar quais são os interesses políticos e quais as consequências observáveis na promoção de determinadas leituras do passado. Argumenta−se, como hipótese, que o governo de Modi, respaldado pela ideologia Hindutva, busca promover interpretações específicas da história para governar o presente, adotando uma estratégia de deslegitimação da diversidade cultural indiana e convertendo a narrativa em instrumento de legitimação e fortalecimento de poder político. Neste sentido, trataremos do tema do poder a partir das quatro fontes do poder social que foram conceitualmente desenvolvidas por Michael Manno.Ao fim, buscaremos demonstrar que a narrativa hindutva sobre o passado pode ser interpretada como um meio de dominação de um grupo social sobre os demais. Para tanto, o conceito será operacionalizado a partir da análise de discursos sobre o tema, os quais serão contrapostos a evidências arqueológicas e históricas.

BIBLIOGRAFIA: CARRUTHERS, William. Developing Indian pasts? The Archaeological Survey of India, ‘postcolonial’ archaeology, and technical assistance in Nepal. Journal of Social Archaeology, v. 64, n. 1, p. 31–54, 2026. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00732753251398270. MANN, Michael. As fontes do poder social: vol. 1. Uma história do poder desde o início até 1760 d.C. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2020 [1986]. THAPAR, Romila. The past as present. In: THAPAR, Romila. The past as present: forging contemporary identities through history. London: Seagull Books, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1625**

TITULO:Transparência Corporativa e Dupla Materialidade no setor de Óleo e Gás: análise dos impactos socioambientais e riscos e oportunidades financeiras nos relatórios de sustentabilidade.

AUTOR(ES) : **ANNA CLARA SILVEIRA ANGELO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **SAMANTHA LUIZA DE SOUZA BROMAN**

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo analisar como empresas do setor de óleo e gás contemplam, em seus relatórios de sustentabilidade, as dimensões socioambiental e financeira da dupla materialidade, evidenciando como os frameworks articulam impactos socioambientais e valor financeiro no contexto da transição energética e como as empresas do setor têm integrado esses elementos em seus processos de divulgação e planejamento corporativo. O estudo integra o projeto de pesquisa sobre o processo de Relatórios de Sustentabilidade em padrões globais no contexto da transição energética, em (ESG − Environmental, Social and Governance). Na primeira etapa, realizou−se uma revisão de literatura de estudos publicados entre 2014 e 2024, nas bases Scopus, SciELO e CAPES Periódicos, utilizando os seguintes descritores em português: "Relatórios de Sustentabilidade" AND "Normas Padrões de Sustentabilidade", "Transição energética" AND "Óleo e gás" e "ESG" AND "Óleo e gás" AND "Sustentabilidade Corporativa". As buscas resultaram na seleção de sete artigos, sendo três no CAPES Periódicos, um na Scopus e três na SciELO organizados nos eixos temáticos: i) governança corporativa e disclosure socioambiental; ii) regulamentação e padronização dos relatórios de sustentabilidade; iii) materialidade, stakeholders e seleção de informações; iv) riscos climáticos e impactos financeiros. Esses eixos fundamentaram as categorias analíticas da segunda etapa, que consiste em um estudo de multicasos baseado em dados secundários dos relatórios de sustentabilidade da Petrobras e da PRIO. A análise considerou: i) a participação dos stakeholders na priorização dos temas materiais; ii) o alinhamento do disclosure com padrões internacionais; iii) a apresentação de riscos ambientais e climáticos e estratégias de mitigação; iv) a relação entre metas ambientais e planejamento estratégico e financeiro, tendo a transição energética como contexto de investigação. O projeto prevê uma etapa futura de análise de mídias executivas, publicações de agências de rating e entrevistas com especialistas. Os resultados indicam que, embora a Petrobras e a PRIO afirmem alinhamento com padrões internacionais de reporte, existem diferenças na incorporação da dupla materialidade aos relatórios de sustentabilidade. Enquanto alguns elementos aparecem integrados à governança corporativa, ao planejamento estratégico e à gestão de riscos, outros permanecem mais associados à eficiência operacional e à mitigação de impactos específicos. A revisão de literatura e a análise dos relatórios sugerem que, mesmo diante de assimetrias, os temas ambientais e climáticos vêm assumindo maior relevância nos processos de reporte corporativo, especialmente em função das pressões regulatórias, institucionais e de mercado associadas à agenda ESG e à transição energética. O estudo contribui para a compreensão dos desafios e avanços da dupla materialidade nos relatórios de sustentabilidade do setor de óleo e gás.

BIBLIOGRAFIA: ASTIGARRETA, Ingrid de Figueiredo et al. Análise do aspecto ambiental do relatório de sustentabilidade de uma empresa do setor de óleo e gás. 2023. Petrobras. Relatório de Sustentabilidade 2024. Rio de Janeiro: Petrobras, 2024. PRIO. Relatório de Sustentabilidade 2024. Rio de Janeiro: PRIO, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1662**

TITULO:Evolução e ecossistemas sociais: uma análise ecológica e integrada das relações entre o Império Xiongnu e o Império Chinês (c. séc. III AEC – I EC)

AUTOR(ES) : **GUILHERME DOMINGUES FRITZ**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BARREIROS**

RESUMO: Este trabalho analisa as relações entre o Império Xiongnu (209 AEC – 91 EC) e o Império Chinês durante a Dinastia Qin−Han (206 AEC – 220 EC), compreendendo essas duas formações sociais — uma de base nômade pastoril e outra de base sedentária agrícola — como constituintes de um ecossistema social. Por ecossistema social, entende−se o espaço de interação entre formações sociais ecologicamente distintas — distintas no que tange seu relacionamento com o ambiente e sua forma de obtenção de energia predominante. Enquanto o nomadismo pastoril tende a acompanhar seus rebanhos ao longo do ambiente das estepes, incorporando o ritmo da natureza ao seu ritmo social, as organizações sedentárias buscam impor à natureza o seu próprio ritmo . O objetivo geral é investigar de que forma essa relação configurou um processo de coadaptação institucional resultante da interação competitiva e cooperativa entre modos de acumulação distintos: o parentesco, característico dos Xiongnu, e o tributário, característico da China Han. Os objetivos específicos incluem identificar como as condições ecológicas das estepes e das planícies agrícolas moldaram as estruturas institucionais de cada formação social; analisar os mecanismos de troca, tributação, diplomacia e pilhagem que geraram interdependência estrutural entre ambas; e avaliar os desdobramentos assimétricos da coadaptação, investigando por que o sistema Xiongnu colapsou enquanto a ordem Han se prolongou. A metodologia adota uma abordagem histórica comparada de caráter qualitativo, organizada em três níveis analíticos: o ecológico−evolutivo, o institucional−substantivo e o intersocietário. O referencial teórico articula a teoria da evolução multilinear — Kradin, Carneiro, Scott — o substantivismo de Polanyi e a perspectiva do sistema−mundo intersocietário de Chase−Dunn e Hall. As fontes utilizadas compreendem revisão bibliográfica crítica, registros historiográficos chineses — como o Shi Ji de Sima Qian e o Hanshu de Ban Gu — e evidências arqueológicas provenientes de túmulos nômades. Como resultado esperado, a pesquisa pretende demonstrar que a relação entre Xiongnu e China não pode ser adequadamente compreendida a partir de uma perspectiva que marginaliza os povos nômades, mas sim por meio de uma leitura integradora que reconhece a interdependência estrutural entre as duas formas sociais. A hipótese central é a de que esse ecossistema social produziu hierarquias, assimetrias e circuitos de troca que contribuíram para a formação de dinâmicas intersocietárias na Eurásia antiga, sobretudo, a partir de uma dinâmica associada entre cooperação e conflito.

BIBLIOGRAFIA: CHASE−DUNN, C.; HALL, T. D. The Rise and Demise: Comparing World−Systems. Boulder: Westview Press, 1997. KRADIN, N. Nomadism, Evolution, and World−Systems. Journal of World−Systems Research, v. VIII, n. III, p. 368–388, 2002. POLANYI, K. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1692**

TITULO:DESIGUALDADES REGIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO FLUMINENSE

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO NETTO LOPES**

ORIENTADOR(ES): **VALÉRIA PERO**

RESUMO: A trajetória recente do mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) é marcada por uma profunda divergência das tendências apresentadas pela economia brasileira como um todo e pelo Estado de São Paulo (ESP), com destaque para a combinação de crescimento tanto da renda quanto desigualdade. Mesmo diante da relevância do tema, existe uma relativa escassez de trabalhos que descrevam e analisem as particularidades do mercado de trabalho no ERJ, esse projeto de pesquisa visa preencher essa lacuna. As análises têm com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD−C) do IBGE, com cobertura de 2012 a 2025, e o tratamento dos dados é conduzido através dos softwares R e Excel. A primeira etapa da pesquisa combinou uma análise descritiva da evolução dos rendimentos e dos indicadores do mercado de trabalho com duas estratégias econométricas complementares: a estimação de equações de rendimentos de Mincer, para 2012 e 2024, e a decomposição de Oaxaca−Blinder, aplicada a três subperíodos (2012–2017, 2017–2019 e 2019–2024). Os resultados indicaram uma trajetória de aumento tanto da renda quanto da desigualdade mais forte no ERJ do que no resto do país e do ESP, principalmente no período 2017−2019. A análise indicou que o forte crescimento da renda média observado no ERJ entre 2017 e 2019 teve natureza concentradora, com ganhos proporcionalmente maiores entre trabalhadores mais escolarizados, formais e inseridos em setores de maior remuneração, como indústria, informação e atividades financeiras, e administração pública. A decomposição aponta que esse crescimento foi determinado predominantemente pelo efeito composição, em especial pela elevação da escolaridade média da força de trabalho, ao passo que o efeito retornos foi negativo ou estatisticamente não significativo nos três subperíodos. A equação de Mincer revela ainda o aprofundamento da segmentação formal−informal, com o prêmio da formalidade saltando de 25,9% para 41,9% no ERJ. A etapa atual da pesquisa avança na análise espacial da desigualdade no ERJ, dividindo o estado em três categorias geográficas: Região Metropolitana Capital (município do Rio de Janeiro), Região Metropolitana Periferia e Interior. Essa etapa iniciara com uma análise descritiva do comportamento do mercado de trabalho em cada região do ERJ para identificar as tendências e particularidades de cada categoria. O objetivo é investigar em que medida a dinâmica concentradora observada em nível estadual reflete heterogeneidades territoriais no mercado de trabalho fluminense, contribuindo para o diagnóstico das desigualdades regionais e para o debate sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento inclusivo do estado.

BIBLIOGRAFIA: PERO, Valéria; FONTES, Adriana; FERRAZ, Camila. Desigualdade de renda e mercado de trabalho na metrópole e no interior do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, n. 3, p. 27−48, 2013. OSORIO, M. Características e evolução recente do emprego e da economia carioca e metropolitana. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: IPP, n.2423, 2011

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1773**

TITULO:Soberania Digital e disputa cultural: o banimento do Tiktok na Índia

AUTOR(ES) : **JULIANA VIANA FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: Esta pesquisa analisa o banimento de plataformas digitais na Índia a partir de um estudo de caso do TikTok, a fim de compreender a relação entre soberania digital, cultura popular e controle estatal. O estudo busca responder à seguinte pergunta: a proibição dessas plataformas pode ser interpretada não apenas como uma resposta a preocupações de segurança nacional, mas também como uma forma de regulação da produção e circulação de práticas culturais no ambiente digital? O objetivo é investigar como o Estado indiano, especialmente durante o governo de Narendra Modi, mobiliza discursos de proteção nacional e soberania tecnológica para justificar intervenções sobre plataformas estrangeiras, em um contexto marcado por tensões geopolíticas e crescente valorização do controle de dados. Para isso, o trabalho se baseia em revisão bibliográfica e análise de materiais jornalísticos e institucionais, com base em contribuições sobre cultura digital, poder e governança da internet. Parte−se do entendimento de que plataformas como o TikTok ampliam formas de expressão popular, especialmente entre grupos com menor acesso a meios tradicionais de visibilidade. Nesse sentido, o banimento do TikTok, em meio a restrições mais amplas a aplicativos estrangeiros, não se limita à dimensão geopolítica, mas também influencia quem consegue produzir conteúdo e quais narrativas passam a circular com maior alcance. Assim, o trabalho busca contribuir para o debate sobre cultura, poder e tecnologia no campo das Relações Internacionais, destacando como as disputas políticas também se manifestam na regulação de práticas culturais contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA: KUMAR, Anilesh; THUSSU, Daya. Media, digital sovereignty and geopolitics: the case of the TikTok ban in India. Media, Culture & Society, v. 45, n. 8, p. 1583−1599, 2023. MISHRA, Megha; YAN, Pu; SCHROEDER, Ralph. TikTok politics: Tit for tat on the India−China cyberspace frontier. International journal of communication, v. 16, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1786**

TITULO:ROYALTIES DO PETRÓLEO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO MUNICIPAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **PEDRO HENRIQUE LEITE UMBELINO**

ORIENTADOR(ES): **HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA**

RESUMO: A exploração do petróleo na camada Pré−Sal gerou grandes mudanças na distribuição de Royalties e Participações Especiais (PE) entre os municípios no Brasil, sendo de maior destaque os municípios de Maricá, Saquarema e Niterói no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Especialmente em Maricá e Niterói, esses recursos têm sido utilizados para o financiamento das mais diversas políticas públicas, tais como programas de transferência de renda através de moedas sociais, investimentos em infraestrutura, desenvolvimento local, entre outras, justificando a importância desse estudo para a Gestão Pública. Esta pesquisa tem como objetivo entender a distribuição dos royalties e das PEs do petróleo entre os municípios do ERJ e os impactos sobre sua capacidade de implementar políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Os objetivos específicos são: analisar como esses recursos afetam os orçamentos municipais, quais são as políticas públicas implementadas e estratégias para um futuro sem royalties, visto que são baseados na exploração de recursos naturais não renováveis e estão em constante disputa. Esse trabalho também busca entender o processo de re−primarização territorial (Siqueira, 2025), considerando as implicações da especialização de economias regionais em commodities primárias, tal como é o caso da exportação de petróleo cru, extraído no litoral do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa baseia−se em metodologia quantitativa e qualitativa, a partir de revisão bibliográfica, análise de dados coletados no portal do IBGE, InfoRoyalties (UCAM) e Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como dos portais de transparência dos municípios analisados e notícias de jornais especializados. Foi possível verificar a criação de políticas semelhantes entre os municípios, tais como políticas de transferência direta de renda (via criação de moedas sociais), projetos de investimentos em educação e em estratégias para a industrialização e transição energética. É notável também verificar a preocupação com o futuro dessas cidades após o declínio do recebimento desses recursos, representada pela criação de fundos soberanos municipais. Também é notável conflitos territoriais em relação à distribuição desigual dos royalties e PEs, levando vários municípios fluminenses a iniciarem ações em tribunais de justiça estaduais e federais contra essa desigualdade territorial.

BIBLIOGRAFIA: Gobetti, Sérgio et al. (2020). A polêmica mudança na partilha das receitas petrolíferas. Texto para discussão IPEA, 2566, 1−80. Disponível em: Repositório do Conhecimento do Ipea: A Polêmica mudança na partilha das receitas petrolíferas Tramansoli, Isabela; Siqueira, Hipólita (2024). A economia dos royalties do petróleo e os fundos soberanos subnacionais de riqueza: os casos dos municípios de Maricá e Niterói no Estado do Rio de Janeiro. Espaço e Economia, 27, 1−27. Disponível em: https://doi.org/10.4000/12gdv. IDR − Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (2021). Estudos Maricaenses. Maricá: Editora Instituto Darcy Ribeiro. Disponível em: Estudos Maricaenses.pdf

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1806**

TITULO:A REVOLUÇÃO DO JAM E SEUS LIMITES: COMPETIÇÃO BANCÁRIA, FRICÇÕES CONTRATUAIS E A DISTRIBUIÇÃO DOS GANHOS DA INCLUSÃO FINANCEIRA NA ÍNDIA

AUTOR(ES) : **ANTôNIO AGUIAR CABRAL**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: A inclusão financeira tornou−se peça central das estratégias contemporâneas de desenvolvimento econômico. Entre 2011 e 2024, a Índia ampliou o percentual da população adulta com conta bancária formal de aproximadamente 35% para mais de 80%, sustentada pela trindade Jan Dhan – Aadhaar – Mobile (JAM) e pela infraestrutura de pagamentos Unified Payments Interface (UPI). Apesar dessa expansão dramática, a transformação estrutural da economia indiana permanece incompleta: a participação da agricultura no Produto Interno Bruto estagnou em torno de 16−17%, o emprego formal cresce lentamente e os ganhos de produtividade são desigualmente distribuídos entre regiões. Este artigo examina essa aparente contradição à luz do modelo de Besley, Burchardi, Ghatak e Xu (2024), que distingue analiticamente três dimensões institucionais do mercado de crédito: o grau de inclusão (χ), o nível de competição entre credores (φ) e as fricções contratuais ligadas à execução de garantias (τ). O modelo evidencia que os ganhos da inclusão financeira não são unívocos: dependem criticamente da estrutura competitiva do setor financeiro e da qualidade das instituições de proteção a credores. Argumenta−se que, no caso indiano, a expansão da inclusão por meio do Pradhan Mantri Jan Dhan Yojana atua sobre χ , enquanto o Insolvency and Bankruptcy Code (2016) opera sobre τ , mas que o desafio remanescente reside em assegurar competição efetiva no segmento de crédito: condição sob a qual os ganhos da inclusão revertem majoritariamente para tomadores e trabalhadores, e não para intermediários financeiros. Breves comparações com o caso brasileiro, marcado por concentração bancária substancialmente mais elevada, ilustram a relevância da agenda institucional para além do mero acesso ao setor bancário.

BIBLIOGRAFIA: BESLEY, T.; BURCHARDI, K.; GHATAK, M.; XU, L. Empowerment or financialization? The gains from financial inclusion. Londres: London School of Economics, 2024. Working paper. GHATAK, M.; KUMAR, R. Reassessing India’s poverty decline over the missing decade: 2011−12 to 2022−23. Londres: CEPR, 2025. (Discussion Paper, 19909). HSIEH, C.−T.; KLENOW, P. J. Misallocation and manufacturing TFP in China and India. The Quarterly Journal of Economics, v. 124, n. 4, p. 1403–1448, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1808**

TITULO:Operações militares na Amazônia brasileira: uma análise crítica das estratégias adotadas no governo Lula 3.0.

AUTOR(ES) : **ISABELA CERCILIER DA SILVA,PILLAR OTAVIO DE RAMOS**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO: A Amazônia Legal ocupa posição estratégica no cenário nacional e internacional devido à sua dimensão territorial, biodiversidade, recursos naturais e importância geopolítica. Além disso, a região enfrenta desafios relacionados ao garimpo ilegal, ao tráfico de drogas, ao desmatamento e a outros crimes transnacionais, o que demanda a atuação do Estado e das Forças Armadas. Nesse contexto, durante o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–atual), observa−se a ampliação das operações militares e interagências voltadas ao combate aos crimes ambientais, à proteção territorial, ao apoio humanitário, à assistência às comunidades, à fiscalização ambiental e à repressão de ilícitos. Diante desse cenário, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta: de que maneira essas operações refletem as percepções das Forças Armadas sobre seu papel na Amazônia Legal? O objetivo da pesquisa é analisar as operações Ágata, Escudo Yanomami, Yanomami 2023, Catrimani, Tucumã e Acolhida, a fim de compreender sua natureza e seus objetivos institucionais. Metodologicamente, trata−se de uma pesquisa qualitativa. O corpus documental cujo conteúdo será analisado é composto por notícias veiculadas na imprensa, documentos oficiais e materiais audiovisuais do Ministério da Defesa e do Exército, disponíveis em seus respectivos portais oficiais, complementados por uma revisão bibliográfica. As fontes coletadas reúnem 61 operações organizadas em 21 categorias temáticas, abrangendo crimes ambientais, ações humanitárias, atendimento à saúde, apoio às comunidades, exercícios militares e desenvolvimento científico.

BIBLIOGRAFIA: BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71−86, jan./abr. 2005. LEÃO, Lucas Caetano; DOBIGNIES, Luciano Antonio Marchiorato. Forças Armadas e Amazônia: legitimidade e capacidade na proteção ambiental e defesa da soberania. 2024. SCUTICCHIO, Pablo. Defendiendo los recursos naturales: misiones militares en Brasil, Argentina y Bolivia. 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1814**

TITULO:Kaliningrado e a geopolítica dos exclaves: entre isolamento territorial e projeção de poder russo

AUTOR(ES) : **WESLLEY FARIAS DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **BERNARDO SALGADO RODRIGUES**

RESUMO: O presente trabalho analisa o papel estratégico de Kaliningrado, exclave russo localizado entre Polônia e Lituânia, na dinâmica geopolítica europeia contemporânea. Partindo do problema de como um território geograficamente isolado pode representar simultaneamente uma vulnerabilidade e um instrumento de poder estatal, o estudo busca compreender de que forma Kaliningrado se insere na estratégia da Rússia, especialmente no contexto das tensões com a OTAN, especialmente após 2022. Metodologicamente, trata−se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, baseada em revisão bibliográfica e análise de documentos e relatórios sobre segurança internacional. O referencial teórico articula o realismo ofensivo de Mearsheimer, segundo o qual os Estados buscam maximizar poder diante da ausência de uma autoridade internacional superior, com o conceito de poder assimétrico, que permite compreender como ativos territorialmente frágeis podem exercer influência desproporcional sobre atores mais poderosos. Inicialmente, contextualiza−se a formação histórica do exclave, vinculada aos rearranjos territoriais do pós−Segunda Guerra Mundial, bem como sua condição de descontinuidade territorial em relação ao território russo. Em seguida, são analisadas as dimensões de vulnerabilidade associadas a Kaliningrado, como sua dependência logística e o fato de estar cercado por países membros da OTAN, o que potencializa riscos em cenários de crise. Por outro lado, o trabalho destaca sua relevância estratégica, evidenciada pela presença militar russa, pela capacidade de projeção de poder no Mar Báltico e pelo seu papel como ponto de pressão geopolítica sobre a Europa. Como resultado, argumenta−se que Kaliningrado configura uma contradição geopolítica: embora apresente fragilidades territoriais, constitui um ativo estratégico central para a atuação internacional da Rússia. Conclui−se que territórios descontínuos, como Kaliningrado, desafiam concepções tradicionais de territorialidade e evidenciam que a fragmentação espacial não impede, necessariamente, a projeção de poder no sistema internacional.

BIBLIOGRAFIA: WOLFF, Stefan. Kaliningrado: o “porta−aviões inafundável” da Rússia nas profundezas do território da OTAN. Velho General, 2022. Disponível em: https://velhogeneral.com.br/2022/05/19/kaliningrado−o−porta−avioes−inafundavel−da−russia−nas−profundezas−do−territorio−da−otan/. SILVEIRA, Marcos et al. O realismo atávico de John J. Mearsheimer: breve ensaio teórico. Cadernos do CIM, UFPel, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CIM/article/view/10893/7059. TOPOLSKI, Ireneusz. Military potential of the Russian Federation in the Kaliningrad Oblast. Yearbook of the Institute of East−Central Europe, v. 23, n. 3, p. 235−252, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1825**

TITULO:IP FINANCE: OS DESAFIOS PARA UTILIZAÇÃO DE ATIVOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO GARANTIAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS NO BRASIL

AUTOR(ES) : **MIGUEL VICTOR SOARES NOGUEIRA DA SILVA,BEATRIZ MALHÃES DA CUNHA PARETO,KONE CESARIO**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO: O trabalho investiga o instituto do IP Finance, entendido como o conjunto de práticas que permite mobilizar ativos de propriedade intelectual — marcas, patentes, desenhos industriais, direitos autorais, softwares, segredos empresariais e fluxos econômicos deles derivados — como instrumentos de acesso a crédito. O objetivo é analisar por que, embora a propriedade intelectual possa integrar o patrimônio empresarial, seu uso como garantia em operações financeiras ainda é limitado no Brasil, especialmente para empresas inovadoras, startups e negócios intensivos em tecnologia. A metodologia combina revisão bibliográfica e documental, com análise de relatórios técnicos nacionais e internacionais, guias de organismos especializados e estudos sobre valoração, registro e liquidez de garantias constituídas sobre ativos de PI. Os autores atuam na equipe por meio do levantamento das fontes, sistematização dos obstáculos jurídicos e econômicos e elaboração de matriz comparativa entre o cenário brasileiro e experiências estrangeiras, a fim de identificar possíveis caminhos regulatórios e institucionais. Os resultados parciais indicam que o principal entrave não é a inexistência de proteção jurídica da PI, mas a falta de integração entre propriedade intelectual, regulação bancária e mercado de crédito. Diversos desafios se destacam, tais como a dificuldade de valoração confiável, a validade jurídica, a posição competitiva; a assimetria informacional, já que bancos e investidores nem sempre dispõem de dados padronizados sobre titularidade, status, licenças, ônus, disputas e capacidade de geração de receitas; e a insegurança operacional, ligada à forma de constituição, publicidade e realização da garantia em caso de inadimplemento. Como resultados esperados, o estudo propõe que a viabilização do IP Finance no Brasil exige uma abordagem coordenada, partindo de uma gestão estratégica dos portfólios de PI, com a padronização dos critérios de valoração; fortalecimento dos registros públicos e interoperabilidade de dados; capacitação de instituições financeiras e criação de instrumentos de mitigação de risco, como garantias públicas e seguros, com desenvolvimento gradual de ambientes de negociação e liquidação de ativos intangíveis. Conclui−se que o IP finance não deve ser tratado apenas como mecanismo de crédito, mas como política de inovação. Ao permitir que ativos intelectuais sejam reconhecidos como fontes de valor econômico e não apenas como instrumentos defensivos de exclusividade, o modelo pode ampliar o financiamento à inovação brasileira, reduzir a dependência de garantias tradicionais e tornar o sistema financeiro mais adequado à economia baseada em conhecimento.

BIBLIOGRAFIA: EUROPEAN UNION INTELLECTUAL PROPERTY OFFICE — EUIPO. IP−backed finance in Europe: state of play and future perspectives: towards a functional European IP finance market. Alicante: EUIPO, 2026. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL — INPI. Coordenação−Geral de Contratos de Tecnologia. Desbloqueando o IP Finance no Brasil: como a experiência dos mercados relevantes pode ajudar o Brasil a avançar. Rio de Janeiro: INPI, dez. 2024. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL — OMPI. Como obter empréstimos usando seus ativos de PI como garantia. Série de guias práticos de financiamento pela PI. Genebra: OMPI, 2024. DOI: 10.34667/tind.58271.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1941**

TITULO:DECOMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE SETORIAL NO BRASIL

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO NOUéR NUCCI**

ORIENTADOR(ES): **FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA**

RESUMO: Este trabalho se propõem a analisar a evolução da produtividade do trabalho no Brasil diante do processo de esgotamento do bônus demográfico, que tende a impor restrições adicionais ao crescimento econômico em um contexto de baixo dinamismo da produtividade. A produtvidade do trabalho setoria é definida como a razão entre o Valor Adicionado e a População Ocupada de cada setor. Um problema para calculá−la é que os dados de Valor Adicionado provém das Contas Nacionais (trimestrais), enquanto os de População Ocupada, da PNAD Contínua, sendo que cada uma das duas pesquisas utiliza uma classificação diferente dos dados por setor de atividade, de forma que eles não são compatíveis no nível mais agregado. Surge então a necessidade de realizar uma compatibilização dos dados em nível bastante desagregado. Para este fim, usando um tradutor entre as duas classificações, agregou−se os microdados da PNAD Contínua de acordo com as categorias das Contas Nacionais. Com base nessas informações, será realizada uma decomposição do crescimento da produtividade agregada segundo a metodologia proposta por William Nordhaus (2001), permitindo identificar três efeitos distintos: (i) O 'Pure Productivity Effect' captura os ganhos de produtividade ocorridos dentro de cada setor; o (ii) 'Denison Effect' mede impactos da realocação da mão de obra entre setores de diferentes níveis de produtividade; e o (iii) 'Baumol Effect' avalia os impactos da mudança da composição setorial da economia, dado as diferentes taxas de crescimento da produtividade entre os setores. A partir dessa decomposção, busca−se entender em que medida o crescimento da produtividade brasileira é consequência de ganhos de eficiência intrassetoriais ou de transformações estruturais na composição do emprego. Os resultados pretendem contribuir para a compreensão dos desafios ao crescimento brasileiro em contexto de desaceleração do crescimento da força de trabalho e, possivelmente, redução da jornada de trabalho.

BIBLIOGRAFIA: NORDHAUS, William D. Productivity Growth and the New Economy. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2001. (NBER Working Paper Series, n. 8096) BURGI, Constantin; HOVHANNISYAN, Shoghik; MONDRAGON−VELEZ, Camilo. GDP−employment elasticities across developing economies. Washington, DC: World Bank Group, 2024. (Policy Research Working Paper, n. 10989).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1962**

TITULO:A EROSÃO DO DIFERENCIAL TÁTICO NA AMAZÔNIA: SATÉLITES LEO E A SIMETRIZAÇÃO DE CAPACIDADES INFO−OPERACIONAIS ENTRE AS FORÇAS ARMADAS E O CRIME ORGANIZADO (2022–2024)

AUTOR(ES) : **LEONARDO SALES GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO: A presente pesquisa analisa o impacto da expansão das constelações de satélites de baixa órbita (LEO) — notoriamente a rede Starlink — no equilíbrio de forças entre as Forças Armadas e as organizações criminosas na Amazônia brasileira no período de 2022 a 2024. O objetivo geral desta pesquisa é investigar de que maneira a apropriação de redes LEO pelas Forças Armadas e por agentes não estatais ilícitos (narcotráfico e garimpo ilegal) promoveu uma simetrização de capacidades info−operacionais, fragilizando a autoridade estatal. O argumento central sustenta que a presença do Estado assentava−se historicamente sobre uma assimetria de forças favorável ao poder público; contudo, o nivelamento tecnológico recente reduziu essa vantagem histórica. A fundamentação teórica apoia−se na literatura de segurança e defesa sobre conflitos assimétricos, nivelamento tecnológico (technological equalization) e controle territorial. Metodologicamente, adotou−se uma abordagem qualitativa e exploratória baseada em análise documental e no mapeamento do cruzamento espacial entre pontos de apreensão de antenas e focos de ilícitos ambientais. As fontes de dados primárias e secundárias utilizadas compreendem relatórios oficiais de apreensões e autos de infração da Polícia Federal e do IBAMA (2022–2024). O procedimento de investigação envolveu a triagem dos dados de apreensões, o georreferenciamento dos terminais recolhidos em operações e a análise da mudança de dinâmica nos confrontos territoriais. Os resultados demonstram que o acesso à baixa latência permitiu ao crime organizado estruturar sistemas de alerta antecipado e comunicação em tempo real, anulando o fator surpresa de operações ostensivas e erodindo o diferencial estratégico do Estado. Como considerações finais, conclui−se que o enfrentamento dessa simetrização exige que o Estado supere a resposta puramente ostensiva, desenvolvendo capacidades de inteligência sinalética e negação do espectro eletromagnético em áreas críticas.

BIBLIOGRAFIA: KAHN, Pramut. Asymmetric Warfare and the Equalization of Technological Capabilities in Non−State Actors. Journal of Strategic Studies, v. 45, n. 3, p. 341−365, 2022. SOUZA, Amaury de; RODRIGUES, Fernando. Segurança Pública, Defesa e Crime Organizado na Amazônia Legal: Desafios à Presença Estatal no Século XXI. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 10, n. 1, p. 45−68, 2023. VELASCO, Mariana. Soberania Digital e Infraestruturas Críticas de Comunicação na América Latina: Vulnerabilidades e Dependência Tecnológica. Revista de Relações Internacionais e Defesa, v. 8, n. 2, p. 112−134, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2048**

TITULO:Regulamentação do trabalho dos influenciadores mirins e a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital

AUTOR(ES) : **VENUS FERREIRA GOMES SANT ANNA**

ORIENTADOR(ES): **CHIARA DE TEFFé**

RESUMO: O crescimento das plataformas digitais ampliou significativamente a presença de crianças e adolescentes nas redes sociais, especialmente por meio da atuação dos chamados influenciadores mirins. Nesse contexto, a produção de conteúdos monetizados em plataformas como TikTok, Instagram e YouTube passou a suscitar debates jurídicos acerca da caracterização do trabalho infantil artístico digital e da necessidade de proteção específica para menores expostos ao ambiente virtual. O presente trabalho integra as atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Estudos em Direito, Tecnologia e Inovação (LEDTI) e tem como objetivo analisar criticamente os desafios jurídicos relacionados à exploração econômica da imagem infantil nas plataformas digitais. A pesquisa possui caráter bibliográfico e documental, utilizando análise legislativa, doutrinária e regulatória acerca da proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. A autora atua realizando levantamento bibliográfico, análise de normas nacionais e acompanhamento de debates regulatórios relacionados à infância, plataformas digitais e governança tecnológica. O estudo examina a relação entre monetização de conteúdo, publicidade digital, exploração da imagem infantil e proteção integral de direitos fundamentais, especialmente aqueles relacionados à privacidade, educação, saúde mental e desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes submetidos à lógica de engajamento e superexposição das redes sociais. O trabalho analisa o fenômeno à luz da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Lei nº 15.211/2025 (“ECA Digital”), bem como do Decreto nº 12.880/2026. Serão examinados dispositivos relacionados à governança de riscos digitais, à publicidade infantil, aos deveres de cuidado das plataformas e à vedação de monetização de conteúdos degradantes envolvendo menores. Como resultado esperado, pretende−se contribuir para a reflexão acerca da necessidade de construção de mecanismos jurídicos mais adequados à proteção de crianças e adolescentes diante das novas formas de exploração econômica existentes no ambiente digital. Conclui−se, parcialmente, que a atuação habitual e monetizada de influenciadores mirins demanda uma releitura das categorias tradicionais de proteção da infância, exigindo respostas regulatórias compatíveis com os riscos produzidos pelas plataformas digitais.

BIBLIOGRAFIA: MOREIRA GOMES, V.; MOURA MONTEIRO CRUZ, A. A informalidade do trabalho infantil nas plataformas digitais sob a perspectiva da regulação jurídica brasileira conforme a Recomendação nº 204 da OIT. Revista Trabalho, Direito e Justiça, Curitiba−PR, v. 1, n. 1, p. 37–54, e034, 2023. DOI: 10.37497/RevistaTDJ.TRT9PR.1.2023.34. Disponível em: https://revista.trt9.jus.br/revista/article/view/34. Acesso em: 29 maio 2026. SANTOS, Ebe Campinha dos; BARBOSA, Ana Luiza de Figueiredo; MOTA, Ingrid Pereira; SILVA, Wendel Rodrigues. Trabalho infantil nas mídias sociais: até onde vai a proteção integral?. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 24, n. 61, 2026. DOI: 10.12957/rep

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2059**

TITULO:Entre livros e datas: experiências de mediação da leitura na biblioteca escolar

AUTOR(ES) : **GEOVANNA MOTA DE FARIAS,THALES VITOR GUSMAO DE MOURA**

ORIENTADOR(ES): **TATYANNE CHRISTINA GONÇALVES FERREIRA**

RESUMO: A pesquisa apresenta o uso das datas comemorativas na biblioteca escolar através das ações de mediação da leitura literária. De forma específica, d estaca as etapas do processo de mediação da leitura com o uso das datas comemorativas. Mostra que a implementação das datas comemorativas contribui no processo de aprendizagem por meio de uma mediação da leitura afetiva e dialógica entre o mediador e os lei tores. Para Castro Filho (2012, p. 27) “A leitura exige mediações e adesões, pois é por intermédio dela que a sociedade reproduz conhecimento e informação, e mais, com ela, os leitores podem duvidar do que parece evidente, [...] podem atribuir sentidos diferentes a partir de suas vivências”. Deste modo, a investigação aborda o processo de seleção de livros do acervo e a busca de informações confiáveis sobre as datas comemorativas para a criação de atividades na biblioteca e no instagram . O estudo destaca produtos e serviços informacionais que possibilitam explorar essas datas para promover a leitura, a cultura e a inclusão, tais com o: exposição, criação de mural, atividades manuais etc . A metodologia consiste na pesquisa−ação, de modo a demonstrar ações participativas e coletivas, onde todos participam do processo de pesquisa. Optou−se também pela pesquisa bibliográfica, que, conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 199), “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos, impressos ou eletrônicos, [...]”. Com isso, foi possível levantar informações relevantes sobre biblioteca escolar, datas comem orativas e mediação da leitura. As ações de mediação da leitura literária através da exposição das datas comemorativas mostraram−se eficazes para acolher temas relevantes, incentivar à leitura de diferentes gêneros literários, divulgar o acervo da biblioteca e propiciar a formação de leitores críticos . Conclui−se que as datas comemorativas contribuem significativamente para o interesse dos discentes pelos temas abordados e consequentemente para o aumento do seu repertório.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Roger Chartier e práticas de leitura: uma abordagem para o campo da informação. In: SEGUNDO, José Eduardo Santarem; SILVA, Márcia Regina da; MOSTAFA, Solange Puntel (org.). Os pensadores e a Ciência da Informação. Rio de Janeiro: E−papers, 2012. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2063**

TITULO:Deveres de cuidado e responsabilidade das redes sociais no ECA Digital: proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA DA CRUZ LOIOLA,JULIA SANTIN**

ORIENTADOR(ES): **CHIARA DE TEFFé,DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: A intensificação do uso de plataformas digitais por crianças e adolescentes em um ambiente estruturado por modelos algorítmicos de recomendação, extração massiva de dados e estímulo contínuo ao engajamento, tem ampliado significativamente os riscos relacionados à privacidade, à exposição indevida e à exploração econômica de dados pessoais infantojuvenis. Nesse contexto, a entrada em vigor da Lei nº 15.211/2025 (“ECA Digital”) inaugurou novos paradigmas regulatórios orientado pela lógica da proteção integral e do dever de cuidado no ambiente digital, com obrigações preventivas e estruturais para provedores de aplicações e plataformas digitais. A pesquisa parte da seguinte questão−problema: de que forma os novos deveres de cuidado e diligência instituídos pelo ECA Digital impactam a responsabilidade jurídica das redes sociais na proteção de crianças e adolescentes no ambiente online? O trabalho tem como objetivo analisar os deveres legais impostos às redes sociais a partir de três eixos centrais: (i) a vedação ao perfilamento comportamental para fins publicitários; (ii) a adoção de mecanismos de proteção e segurança por padrão; e (iii) a implementação de sistemas de aferição e verificação etária. O estudo adota como marcos teóricos a teoria do Capitalismo de Vigilância, desenvolvida por Shoshana Zuboff, e os estudos de Sonia Livingstone sobre direitos digitais, vulnerabilidades e proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, especialmente no que se refere às tensões entre a lógica econômica de maximização do engajamento das plataformas e os novos deveres de prevenção e mitigação de riscos impostos pelo ECA Digital. A pesquisa possui abordagem qualitativa, natureza exploratória e procedimento documental−comparativo, mediante análise de termos de uso, políticas de privacidade, mecanismos de segurança e práticas de governança digital das principais redes sociais utilizadas pelo público infantojuvenil no Brasil. O estudo realiza cotejo entre tais práticas e o regime jurídico instituído pelo ECA Digital, pelo Decreto nº 12.880/2026 e pelos guias orientativos da Agência Nacional de Proteção de Dados e do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), com base em revisão bibliográfica e análise regulatória no recorte temporal de 2024 a 2026. A atuação discente ocorre na pesquisa e sistematização do material normativo e documental, bem como na análise comparativa das práticas de tratamento de dados adotadas pelas plataformas investigadas. Como resultado esperado, pretende−se identificar lacunas regulatórias e insuficiências de compliance capazes de comprometer a efetiva mitigação de riscos digitais envolvendo crianças e adolescentes. Em caráter parcial, a pesquisa já evidencia a necessidade de superação de modelos de autorregulação insuficientes, reforçando a centralidade de deveres preventivos, transparentes e proporcionais na governança das plataformas digitais direcionadas ao público infantojuvenil

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes. 2.ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro. 2024. ZUBOFF, Shoshana. The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: Public Affairs, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2106**

TITULO:PROTÓTIPO DE GLOSSÁRIO DO DOMINIO YOKAI: TSUKUMOGAMI

AUTOR(ES) : **NICOLE NASCIMENTO ALAM**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA VILLAFAN**

RESUMO: Os glossários podem ser considerados um dos tipos de vocabulários controlados, e se caracterizam por serem listas alfabéticas de termos especializados em um assunto com suas definições (Hodge, 2000). Como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), glossários visam facilitar a recuperação da informação e possibilitar que indivíduos interessados no domínio possam consultar um vocabulário controlado representativo de parte da terminologia. O presente trabalho, criado para a disciplina Construção de SOC, tem como objetivo principal o desenvolvimento de SOC para o domínio yÅkai , especificamente um protótipo de glossário do domínio. Os yÅkai são entidades sobrenaturais do folclore japonês. Entre eles, há os tsukumogami , objetos inanimados que, passam a possuir agência própria e assumem a condição de yÅkai . A pesquisa caracteriza−se como aplicada, bibliográfica e exploratória, com abordagem qualitativa, efetuando−se análise documentária . Realizou−se em primeiro momento a análise do domínio yÅkai, com base em três das onze abordagens de Hjørland (2002), sendo elas: (i) guias de literatura e portais, desenvolvida a partir do levantamento e seleção de bibliografia relevante sobre o domínio; (ii) estudos históricos e de estruturas que visa identificar os fundamentos históricos do domínio; e (iii) linguagens para fins especiais (LSP), voltada à terminologia do domínio. Prosseguiu−se com o levantamento e seleção dos termos sobre tsukumogami na base de dados especializada em yÅkai, Yokai.com, pelo folclorista Matthew Meyer, identificada na análise de domínio. A seleção da base se deu por seu criador e gerenciador ser considerado um folclorista especializado no domínio, tendo escrito diversas enciclopédias sobre o assunto, e por ser constantemente atualizada, tornando−a a fonte mais completa de dados sobre yÅkai já registrados. Com a análise do domínio comprovou−se que o folclore japonês vem se tornando uma presença constante no entretenimento contemporâneo, em mídias como mangás, animes e vídeo games. Em razão dessas características, a terminologia do glossário foi mantida em idioma japonês, buscando preservar os significados e nuances próprios do domínio. Como resultado, foi desenvolvido um protótipo de glossário ilustrado com quarenta e cinco termos selecionados sobre tsukumogami e suas definições. Conclui−se que os yÅkai são parte inerente da cultura japonesa e que, nas últimas décadas, seus registros e popularidade se difundiram, tornando−o um domínio de interesse na atualidade. Nesse contexto, vocabulários controlados são auxiliares na difusão e facilitam a compreensão de um tema mostram−se instrumentos relevantes para a organização, a recuperação e a compreensão das informações relacionadas ao domínio. Por fim, como perspectivas futuras, sugere−se a validação do glossário junto a especialistas e usuários, bem como seu desdobramento em SOCs mais complexos, capazes de representar relações semânticas mais sofisticadas, como tesauros e ontologias.

BIBLIOGRAFIA: HJØRLAND, B.. Domain analysis in information science: eleven approaches, traditional as well as innovative. Journal of documentation, vol. 58, n. 4, p. 422−462, ago. 2002. HODGE, G. Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authorities files. Washington, DC, the Council on Library and Information Resources, 2000. Disponível em: https://www.clir.org/wp−content/uploads/sites/6/pub91.pdf. Acesso em: 30 maio 2026. MEYER, Matthew. Yokai.com. 2026. Disponível em: https://yokai.com/category/tsukumogami/page/2/. Acesso em: 18 maio 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2108**

TITULO:Construção de um protótipo de glossário a partir da análise do domínio Avatar: a lenda de Aang

AUTOR(ES) : **MARCELA DA SILVA FENDELER**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA VILLAFAN**

RESUMO: O presente trabalho, desenvolvido na disciplina Construção de Sistemas de Organização do Conhecimento do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, tem como objetivo desenvolver um protótipo de Glossário sobre o domínio Avatar: a lenda de Aang . Segundo Hodge (2000) Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) são instrumentos de representação utilizados para organizar materiais, objetivando a sua recuperação, o gerenciamento da coleção e funcionando como uma ponte entre a necessidade de informação do usuário e o objeto de informação desejado. O glossário é definido como uma lista de termos, seguidas de definições, provenientes de um campo de assunto específico ou de uma obra em particular (Hodge, 2000). Nesse sentido, o protótipo de glossário desenvolvido busca contribuir enriquecendo o conhecimento do domínio Avatar: a lenda de Aang e ser um material de consulta disponível em coleções sobre o mesmo. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, e objetivos exploratórios e descritivos. Foram recuperados setenta e um termos relevantes para o domínio a partir da seleção manual realizada pela autora com a análise das transcrições dos episódios da animação no portal Avatar Wiki , organizados alfabeticamente em um protótipo de glossário ilustrado seguido de suas definições. Buscando compreender o pensamento e o discurso da comunidade, bem como garantir que o glossário refletisse o uso efetivo de sua linguagem especializada, empregou−se a análise de domínio, executada a partir de três das onze abordagens propostas por Hjørland (2002), sendo elas: (i) Guias de literatura e portais, (ii) Estudos empíricos de usuários e (iii) Comunicação científica e instituições. A partir da análise, notou−se a variedade de termos presentes na obra Avatar: a lenda de Aang , um ecossistema complexo de instituições, serviços e fontes de informação que atuam como intermediários entre os produtores de conhecimento e os seus usuários, levando à compreensão das necessidades, preferências e comportamentos informacionais de pessoas não como indivíduos isolados, mas como membros de um grupo social. Conclui−se que a aplicação das três abordagens de Hjørland (2022) permitiu uma compreensão do domínio Avatar: a lenda de Aang , indo além da mera estrutura da mídia digital para alcançar a terminologia conhecida e utilizada pela sua comunidade discursiva. Compreende−se que o protótipo resultante cumpre sua função de SOC, servindo como base para a padronização terminológica e facilitando a recuperação da informação de forma contextualizada. Por fim, aponta−se para a importância da atualização contínua deste instrumento, acompanhando a evolução terminológica e as novas produções que expandem o universo estudado.

BIBLIOGRAFIA: FAMDOM. AVATAR WIKI. 2008. Disponível em: https://avatar.fandom.com/pt− br/wiki/Avatar_Wiki. Acesso em: 29 maio. 2026. HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches, traditional as well as innovative. Journal of documentation, vol. 58, n. 4, p. 422−462, ago. 2002. HODGE, Gail M. Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files. Washington, DC: Digital Library Federation, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2136**

TITULO:Guarda E Vulnerabilidade Familiar: O Melhor Interesse Da Criança E Do Adolescente Em Face Da Proteção Da Mulher Em Situação De Violência Doméstica

AUTOR(ES) : **MARIANA MONTEIRO DE BARROS DA CONCEICAO**

ORIENTADOR(ES): **DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS**

RESUMO: Iniciada em março de 2026, esta pesquisa, desenvolvida no Laboratório de Estudos de Vulnerabilidades (LEV), analisa a guarda de crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade familiar, com ênfase na proteção da mulher em relações marcadas por violência doméstica, desigualdade de gênero ou assimetria de poder. O objetivo geral é compreender de que forma o ordenamento jurídico brasileiro — especialmente a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil, a Lei Maria da Penha e a Lei nº 14.713/2023 — orienta a decisão judicial sobre guarda a partir do melhor interesse da criança e do adolescente, articulando esse princípio com a proteção integral da mulher em situação de violência. A metodologia é bibliográfica e documental, com análise crítica de legislação, doutrina e jurisprudência, além de pesquisas sobre perspectiva de gênero no Direito das Famílias. Na etapa inicial, de exame normativo e doutrinário, verificou−se que o art. 1.584, § 2º, do Código Civil, com a redação dada pela Lei nº 14.713/2023, impede a aplicação da guarda compartilhada quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar. Esse resultado preliminar, ainda descritivo, delimita o problema a ser investigado: a norma não esclarece por si só como o risco é identificado e valorado nos processos de guarda, tampouco assegura a incorporação da perspectiva de gênero à fundamentação decisória. Em diálogo com Pereira (2025), constatou−se que a ausência dessa perspectiva pode enfraquecer a escuta da mulher e ocultar situações de violência relevantes, permitindo que a igualdade parental seja tratada de forma apenas abstrata. A partir desse diagnóstico, a próxima etapa da pesquisa — e seu objetivo central — consiste em analisar decisões judiciais proferidas após a vigência da Lei nº 14.713/2023, a fim de identificar os critérios probatórios e argumentativos utilizados para reconhecer o risco de violência doméstica ou familiar e verificar se a perspectiva de gênero vem sendo incorporada à fundamentação. Busca−se, ainda, examinar se a aplicação da nova regra tem protegido de forma articulada a mulher e a criança, considerando que a violência praticada no ambiente familiar repercute sobre a segurança, o desenvolvimento e a estabilidade emocional de crianças e adolescentes. Como consideração parcial, sustenta−se que a efetividade da proteção depende de análise concreta das vulnerabilidades presentes no caso, capaz de impedir que o processo de guarda se transforme em espaço de continuidade do controle e de revitimização.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 14.713/2023. Altera o Código Civil e o CPC para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva da guarda compartilhada. DOU, Brasília, DF, 31 out. 2023. DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais. PEREIRA, Daniela Cunha. Exclusão silenciosa das mulheres em processos de guarda: a ausência de perspectiva de gênero nas varas de família de Belo Horizonte/MG. Brasília, DF: ENFAM, 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2139**

TITULO:O dever parental de cuidado no ambiente digital: proteção integral e mediação ativa à luz do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente

AUTOR(ES) : **JOSUE PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA,MARIANA MONTEIRO DE BARROS DA CONCEICAO**

ORIENTADOR(ES): **DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS**

RESUMO: Esta pesquisa analisa o dever dos pais de cuidado dos filhos no marco do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, com especial atenção à orientação, supervisão e proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. O objetivo é compreender de que forma o ordenamento jurídico brasileiro — especialmente a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a Lei nº 15.211/2025 — redefine o conteúdo do poder familiar no ambiente digital, buscando delimitar seu conteúdo jurídico de forma compatível com a autonomia progressiva e a proteção integral. A metodologia é bibliográfica e documental, com análise crítica da legislação aplicável, de documentos institucionais e de pesquisas recentes sobre uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, desenvolvida no Laboratório de Estudos de Vulnerabilidades. Como resultado parcial, constata−se que o ECA Digital reforça o direito de crianças e adolescentes serem educados, orientados e acompanhados por seus pais ou responsáveis legais quanto à sua experiência digital, atribuindo à família um dever de mediação ativa, educativa e proporcional ao estágio de desenvolvimento da criança ou adolescente. A pesquisa também aponta que esse dever não pode ser interpretado como transferência integral da responsabilidade de proteção às famílias, pois a proteção digital efetiva depende da corresponsabilidade entre família, sociedade, Estado e fornecedores de produtos e serviços digitais, não podendo o ordenamento atribuir exclusivamente esse ônus às famílias. Como consideração parcial, sustenta−se que o cuidado parental no ambiente digital deve ser compreendido como mediação ativa, educativa e proporcional ao estágio de desenvolvimento da criança ou adolescente, articulada à proteção integral e à autonomia progressiva. Esse dever encontra limites jurídicos claros contra o monitoramento excessivo, a exploração comercial, o tratamento abusivo de dados e a exposição a conteúdos inadequados — responsabilidades que não recaem exclusivamente sobre a família, mas sobre todos os atores do ecossistema digital.

BIBLIOGRAFIA: Medon, F. (2022). (Over) Shareting: a superexposição da imagem e dos dados pessoais de crianças e adolescentes a partir de casos concretos. Revista Brasileira De Direito Civil, 31(02), 265. Recuperado de https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/608. Acesso em: 29 maio 2026. Pereira, Fabio Queiroz; LARA, Mariana Alves; RODRIGUES, Anna Luísa Braz. A autonomia progressiva de crianças e adolescentes e a busca por um sistema de apoios. Civilistica.com, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.1–23, 2023. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/889. Acesso em: 29 maio2026.Soares, Chaiane Souza e Nascimento, Lavínia Oliveira do. Sharenting: Responsabilização dos Pais

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2146**

TITULO:A AGENDA MORAL RELIGIOSA COMO PROJETO POLÍTICO: TELE−EVANGELISMO, INFRAESTRUTURA COMUNICACIONAL E POLARIZAÇÃO DO ANALÓGICO AO DIGITAL NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA FELIX MOREIRA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Este trabalho de Iniciação Científica tem como objeto a influência do evangelismo político norte−americano sobre o Brasil e a transição desse modelo do analógico ao digital. A pergunta central é: de que forma o tele−evangelismo desenvolvido nos Estados Unidos foi transplantado para o Brasil, como se institucionalizou via rádio e televisão ao longo do século XX, e quais transformações sua migração para o digital produziu em ambos os países? O argumento central é que a mobilização política evangélica brasileira, cuja expressão mais visível foi a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, não é um fenômeno espontâneo nem um produto das redes sociais digitais, mas o resultado de um processo histórico deliberado, iniciado nos Estados Unidos e transplantado para o Brasil a partir dos anos 1960 por movimentos missionários. A pesquisa parte de uma hipótese dupla: que a aliança entre igrejas evangélicas e partidos conservadores norte−americanos constituiu o modelo exportado para o Brasil; e que esse modelo foi instrumentalizado em resposta à Teologia da Libertação, percebida como ameaça de esquerda na Guerra Fria. A pesquisa é qualitativa, apoiada em bibliografia secundária, notícias e relatórios de pesquisa. A autora é responsável pelo levantamento bibliográfico, análise das fontes e redação, desenvolvidos sob orientação docente no programa de Iniciação Científica. O trabalho encontra−se em fase inicial, com hipóteses em construção. As leituras apontam em três direções: que o tele−evangelismo operou como ponte entre lideranças carismáticas e bases sociais amplas, com transplante geopoliticamente motivado; que no Brasil o modelo se institucionalizou via concessões de rádio e televisão, com a aquisição da TV Record por Edir Macedo em 1989 como caso central, mecanismo que gerou o ciclo que produziu a Bancada Evangélica no Congresso; e que a transição para o ambiente digital não foi ruptura, mas reorganização do ecossistema comunicacional evangélico. Como consideração parcial, a hipótese geral é que as bolhas que polarizaram o Brasil em 2018 foram construídas ao longo de décadas no rádio e na televisão, a partir de um modelo importado dos Estados Unidos, e apenas aceleradas pelos algoritmos.

BIBLIOGRAFIA: FIGUEREDO FILHO, Valdemar. Representação política evangélica: rádios FM's nas capitais brasileiras. Projeto História, São Paulo, v. 76, p. 01−28, jan./abr. 2023. FONTELES, Heinrich Araujo. A ascensão da mídia evangélica: pelo uso do tripé político, econômico e tecnológico. VOOS – Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá, v. 02, n. 01, p. 3−16, jul. 2010. KISCHINHEVSKY, Marcelo; COUTO, Leonardo Lopes do. Entrevistas a emissoras de rádio e podcasts como eixo das estratégias dos presidenciáveis brasileiros em 2022. Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana−MG, v. 13, n. 02, p. 7−32, mai./ago. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2149**

TITULO:CRÍTICAS ESTABELECIDAS EM UNIVERSOS LITERÁRIOS DISTÓPICOS: QUAL É O PESO DAS FALHAS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO PACTUADA COM O DIREITO À MEMÓRIA E A VERDADE?

AUTOR(ES) : **SABRINA FORTUNATO OLIVEIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: O presente projeto parte do pressuposto de que a arte espelha a história, permitindo identificar, nos universos distópicos políticos, representações simbólicas de traumas sociais persistentes e decorrentes do autoritarismo no Brasil. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as críticas construídas nas obras de Suzanne Collins (2008–2011), a fim de compreender as feridas sociais derivadas do autoritarismo, especialmente aquelas que não encontram reparação adequada nas limitações da justiça de transição pactuada, estabelecendo um paralelo com a realidade pós Ditadura Civil−Militar Brasileira. A pesquisa adota metodologia qualitativa, de caráter exploratório−interpretativo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise literária comparativa entre universo de obras distópicas relevantes e produções teóricas acerca da justiça de transição no Brasil, com ênfase nos direitos à memória e à verdade. Em sua primeira etapa, busca−se delimitar os impactos das limitações da justiça de transição pactuada, com base na obra Direito à Memória e à Verdade , de Elisa Hartwig . A análise parte da compreensão de que o período autoritário brasileiro foi marcado por violações sistemáticas de direitos humanos, como tortura, desaparecimentos forçados e supressão de direitos civis, cujas consequências permanecem na estrutura social contemporânea. Nesse contexto, o universo literário de Collins evidencia como a violência estatal e a desigualdade social se perpetuam, revelando dinâmicas de repetição de práticas necropolíticas em cenários onde a responsabilização é limitada. No caso brasileiro, a justiça de transição apresenta entraves estruturais, como a interpretação da Lei de Anistia de 1979, que dificulta a responsabilização penal, a incompletude das informações produzidas pela Comissão Nacional da Verdade e a fragilidade das políticas de memória. Tais fatores contribuem para a manutenção de uma cultura de impunidade e para a insuficiência na reconstrução histórica. Dessa forma, a pesquisa busca demonstrar que a literatura distópica política constitui um instrumento relevante para a compreensão crítica de processos jurídicos e políticos, que permeiam o debate sobre memória, verdade e justiça após um regime militar intensamente violento que controlou as narrativas do País, e seus agentes que foram não punidos e como isso circunscreve o Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA: COLLINS, Suzanne. Trilogia Jogos Vorazes: Jogos Vorazes, Em Chamas e A Esperança. Rio de Janeiro: Rocco, 2010−2011. HARTWIG, Elisa Maffassiolli. Direito à memória e à verdade: dos casos Vladimir Herzog e Guerrilha do Araguaia ao revisionismo histórico. Andradina: Meraki, 2022. SKAAR, Elin; GARCÍA−GODOS, Jemima; COLLINS, CATH. Transitional Justice in Latin America: The Uneven Road from Impunity Towards Accountability. Oxfordshire: Routledge, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2160**

TITULO:Os Desafios da Segurança Jurídica na Implementação do IBS e da CBS: Análise dos Impactos da Reforma Tributária Brasileira sobre o Federalismo Fiscal e o Contencioso Tributário

AUTOR(ES) : **JOSUE PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA,LUCIANA SILVEIRA ARDENTE**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO MANEIRA**

RESUMO: A Reforma Tributária promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 representa uma das mais significativas alterações do Sistema Tributário Nacional desde a Constituição Federal de 1988, propondo a substituição de tributos incidentes sobre o consumo pelos novos Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributos inspirados no modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) adotado em diversos países. A proposta busca simplificar a estrutura tributária brasileira, aumentar a eficiência arrecadatória e reduzir a elevada litigiosidade que historicamente caracteriza o sistema fiscal do país. Nesse contexto, a presente pesquisa parte do seguinte problema: em que medida a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) pode impactar a segurança jurídica, o federalismo fiscal e o contencioso tributário brasileiro durante o período de transição para o novo modelo tributário? O objetivo geral consiste em analisar os desafios jurídicos decorrentes da implementação desses novos tributos, especialmente sob a perspectiva da segurança jurídica e da repartição constitucional de competências tributárias. Para tanto, adotou−se metodologia qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº 132/2023, da legislação pertinente, da jurisprudência dos tribunais superiores e da produção doutrinária especializada, com destaque para as contribuições de Eduardo Maneira, Paulo de Barros Carvalho e Luís Eduardo Schoueri. Os resultados parciais indicam que a reforma possui potencial para promover maior racionalidade, transparência e simplificação da tributação sobre o consumo, contudo evidenciam a existência de desafios relevantes relacionados à preservação da segurança jurídica durante o período de transição, à redefinição das relações federativas e à possibilidade de surgimento de novos conflitos interpretativos decorrentes da implementação do sistema tributário reformado. Conclui−se, preliminarmente, que a efetividade da reforma dependerá da adequada regulamentação infraconstitucional e da consolidação de entendimentos institucionais capazes de assegurar estabilidade, previsibilidade e equilíbrio federativo no âmbito tributário.

BIBLIOGRAFIA: MANEIRA, Eduardo. Direito Tributário: o princípio da não surpresa. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2026. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 35. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2196**

TITULO:O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL CASADO: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR A PARTIR DAS PERSPECTIVAS JURÍDICA E CONTÁBIL

AUTOR(ES) : **ESTER SOARES DA SILVA OLIVEIRA,KAUAN PABLO DOS ANJOS COSTA**

ORIENTADOR(ES): **ALBERTO LOPES DA ROSA**

RESUMO: O trabalho decorre de discussões tidas em sala na disciplina de Legislação Comercial no curso de Ciências Contábeis, sobre a situação jurídica do empresário individual, mais especificamente o fato de que, mesmo após a sua inscrição na junta comercial e atribuição de um CNPJ, não lhe é conferida personalidade jurídica. O objetivo do trabalho é analisar a situação do patrimônio do empresário individual nos planos jurídico e contábil, especificamente no que toca ao princípio jurídico da Unidade Patrimonial e ao princípio contábil da Entidade, buscando compreender como opera, na prática, a aplicação dos dois princípios ao empresário individual. Os procedimentos metodológicos adotados se dão por meio de uma análise interdisciplinar, envolvendo a análise de bibliografia, legislação e jurisprudência, de modo a indicar a situação do patrimônio do empresário individual à luz do direito e da contabilidade. O Princípio da Entidade, previsto na Resolução CFC nº 750/1993, estabelece que o patrimônio constitui o objeto da Contabilidade, devendo ter preservada sua incomunicabilidade perante aos demais existentes. Este princípio exige a definição de um patrimônio específico para fins de registro, mensuração e evidenciação das informações contábeis da empresa. A aplicação do aludido princípio contábil parece, à primeira vista, inviável no caso dos empresários individuais, pois, embora a contabilidade opere com a separação entre patrimônio da entidade e patrimônio pessoal, o ordenamento jurídico não reconhece essa distinção. O empresário individual exerce a atividade em nome próprio e responde com todo seu patrimônio pelas obrigações assumidas. Tal característica evidencia a aplicação do princípio jurídico da unidade patrimonial, segundo o qual há um único patrimônio responsável pelas dívidas, contrariando, em tese, à lógica contábil de cisão patrimonial. Neste sentido, verificou−se que é consolidada a jurisprudência do STJ de que, no caso do empresário individual, inexiste separação entre o patrimônio pessoal e aquele relativo à atividade. No matrimônio, quando um dos cônjuges registrar−se como empresário individual, o tipo de regime de bens no qual estiver inserido irá impactar diretamente no patrimônio que irá responder por eventuais ocorrências no exercício da atividade. No Brasil, há quatro regimes de bens: comunhão parcial (válido para a união estável), comunhão universal, separação total e participação final nos aquestos. A depender do regime de bens, o patrimônio do casal poderá responder como um só pelas dívidas da empresa . Em vista disso, será importante avançar na pesquisa de jurisprudência de modo que os pesquisadores possam elucidar a relação existente entre o patrimônio do empresário individual casado e o regime de bens.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Art. 966. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 31 dez. 1993. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil: volume único. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2216**

TITULO:CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO E INCIDÊNCIAS POPULARES A PARTIR DOS DADOS

AUTOR(ES) : **AGNES MORAES LOPES GAMA,JULIANNA SANTOS GRIPP,BEATRIZ CORREA REZENDE**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa Cartografias Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro, desenvolvida pelo LABÁ – Direito, Espaço & Política (FND−UFRJ), em parceria com o Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH/RJ). O objetivo é analisar como a produção e sistematização de dados sobre conflitos fundiários urbanos, com enfoque na região central da cidade, têm sido mobilizadas como instrumento de incidência jurídico−política junto a movimentos sociais de luta por moradia e redes da sociedade civil. A partir do marco da Geografia Jurídica Crítica (Franzoni, 2019), a pesquisa sistematiza e georreferencia casos administrativos e judiciais de ameaça de remoção, remoções efetivadas e evitadas, envolvendo famílias vulnerabilizadas atendidas pelo NUTH−RJ. A cartografia jurídica mobiliza técnicas de mapeamento para identificar padrões de atuação de agentes públicos e privados, fundamentos jurídicos recorrentes e formas de morar mais vulneráveis no território. O procedimento metodológico articula análise documental, entrevistas com defensores públicos e oficinas com parceiros institucionais. Os dados mais recentes indicam que a Área de Planejamento 1 (Centro e arredores) concentra o maior número de casos mapeados, com 56 situações de ameaça de remoção, correspondentes a cerca de 37% do total, afetando 1.762 famílias. Predominam ocupações urbanas em edifícios, embora casarões também sejam recorrentes. Nesse contexto, a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 93/2025, que autoriza a alienação de 324 imóveis públicos no município, desencadeou um desdobramento específico da pesquisa voltado à incidência técnica sobre o processo legislativo. A partir do cruzamento entre os endereços previstos no projeto de lei e os dados do mapeamento, identificou−se a sobreposição entre imóveis públicos passíveis de alienação e áreas com conflitos fundiários ativos, especialmente na região central (Centro, Lapa, Saúde, Gamboa e Santo Cristo). Essa análise subsidiou a elaboração de nota técnica e processos de articulação com movimentos sociais que mantêm ocupações nos imóveis listados, contribuindo para qualificar o debate público e questionar os efeitos da política proposta sobre a permanência de populações vulnerabilizadas, bem como sobre dinâmicas locais de uso do solo e mercado de aluguel. A pesquisa, ainda em desenvolvimento, evidencia o potencial da cartografia jurídica como ferramenta de incidência, ao articular produção de dados, interpretação crítica e atuação junto a atores coletivos, contribuindo simultaneamente para o diagnóstico dos conflitos fundiários e para o fortalecimento de estratégias políticas de defesa do direito à moradia.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Julia Ávila. Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico−espacial. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2923–2967, 2019. Disponível em: https://www.laba−ufrj.com/_files/ugd/c39195_bd64e9be810f465bb27ee3ac13c1a240.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026. FRANZONI, Julia Ávila; XIMENES, Luciana; RIBEIRO, Bruna. Projeto cartografias jurídicas: mapeamento jurídico−espacial dos conflitos fundiários na cidade do Rio de Janeiro. In: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Revista temática: terras e habitação: publicação comemorativa dos 70 anos DPRJ e 35 anos do NUTH. Rio de Janeiro: DPRJ, [s.d.]. p. 133. Disponível em: https://e3dcb9a9−c15a−45e

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2220**

TITULO:Um estudo de caso da disputa judicial silva porto x amab

AUTOR(ES) : **BERNARDO BRANDãO DINIZ**

ORIENTADOR(ES): **LORENZO MARTINS POMPÍLIO DA HORA**

RESUMO: O trabalho objetiva estudar a disputa judicial entre a família Silva Porto e a Associação de Moradores e Amigos de Botafogo (AMAB), a respeito de uma alegada subenfiteuse no bairro, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. Para isso, será realizada uma análise do processo ancorada em pesquisa bibliográfica (sociológica e jurídica) dos elementos que perpassam a sucessão e a suposta existência de direitos reais em coisa alheia no caso concreto. No final da década de 1990, a denominada “Enfiteuse Silva Porto” enviou cobranças de foro a milhares de moradores de Botafogo. O envio das cartas fora fundado em alegado direito real. Embora os Silva Porto tenham reivindicado a titularidade da subenfiteuse, a Prefeitura do Rio de Janeiro, o primeiro senhorio, havia suspendido a cobrança do foro ainda em 1983. Em reação, a associação de moradores do bairro ajuizou Ação Civil Pública contestando a legitimidade do direito. Os resultados da pesquisa aludem às raízes da referida disputa em problemáticas fundiárias do Brasil colonial. O debate processual acerca da procedência ou não do aludido direito real e das suas sucessões atravessa um rico panorama da sociedade brasileira, remontando à lógica de ocupação dos espaços sob a égide do sistema sesmarial. Em síntese, uma pesquisa jurídico−sociológica do caso concreto permite uma perspectiva densa da evolução de institutos do Direito ao longo da história brasileira

BIBLIOGRAFIA: FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil/ 5, Reais. Editora Juspodivm, 2025. BEZERRA DE MELO, Marco Aurélio. Curso de Direito Civil: Direito das Coisas − Vol. V. Atlas, 2015. FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Companhia das Letras, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2222**

TITULO:Cidades resilientes em tempos de crise: a efetividade dos selos de resiliência urbana no caso das enchentes de Porto Alegre (2024)

AUTOR(ES) : **GABRIELA AFFONSO VELASCO MENDES**

ORIENTADOR(ES): **SANDRA MARIA BECKER TAVARES**

RESUMO: Esta pesquisa analisa a efetividade da certificação Making Cities Resilient 2030 (MCR2030) como Hub de Resiliência na capacidade de resposta municipal de Porto Alegre frente às enchentes de abril e maio de 2024, evento que constituiu o maior desastre hidrológico da história recente do Rio Grande do Sul. O objetivo geral é examinar de que forma esse reconhecimento internacional se traduziu em políticas públicas concretas e em capacidade operacional real, a partir de três objetivos específicos: investigar como os princípios do MCR2030 foram incorporados às políticas municipais antes do desastre; examinar como as mudanças climáticas amplificam ameaças e vulnerabilidades em infraestruturas críticas urbanas; e identificar lições da experiência gaúcha aplicáveis a outras cidades brasileiras. A metodologia adota abordagem qualitativa do tipo estudo de caso exploratório, com coleta de dados realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental sobre resiliência urbana e gestão de riscos; análise de dados primários e secundários da Operação Taquari II, incluindo boletins da Defesa Civil Nacional e relatórios do Exército Brasileiro; e mapeamento de vulnerabilidades urbanas com base em dados do IBGE e do SIMEPAR. De forma complementar, adotou−se perspectiva interdisciplinar que integrou conceitos de Gestão de Riscos, Saúde Coletiva, Gestão de Cidades e Ciência Ambiental. Os resultados revelam uma tensão entre o reconhecimento internacional e as capacidades operacionais locais: foram identificadas falhas críticas em sistemas de contenção, deficiências na manutenção de comportas e alertas prévios ignorados, conforme documentado pela Comissão Temporária Externa do Senado (CTERS). Nesse contexto, a Operação Taquari II mobilizou mais de 19.500 militares, resgatou 84.000 pessoas, realizou 63.145 atendimentos de saúde e distribuiu cinco milhões de litros de água potável. As considerações finais indicam que, apesar de avanços institucionais após a adesão ao MCR2030, fragilidades estruturais e operacionais persistiram e impactaram negativamente a resposta ao desastre, evidenciando que certificações isoladas são insuficientes para garantir resiliência urbana efetiva e que o caso de Porto Alegre oferece aprendizados essenciais para o aprimoramento das políticas brasileiras de gestão de riscos.

BIBLIOGRAFIA: IPCC. Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Cambridge University Press, 2021. UNDRR. Making Cities Resilient 2030 (MCR2030). Disponível em: https://mcr2030.undrr.org, 2020. SENADO FEDERAL. Relatório da Comissão Temporária Externa (CTERS) sobre as enchentes no Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2225**

TITULO:DA EMERGÊNCIA DOS ALERTAS À VISIBILIZAÇÃO MIDIÁTICA DOS RISCOS DA MINERAÇÃO: CASO BRASKEM−MACEIÓ

AUTOR(ES) : **SÁRA GABRIELLE DE SOUZA MARQUES**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUñOZ GAVIRIA**

RESUMO: A iniciação científica, em desenvolvimento, é integrada ao projeto de pesquisa “Análise Socio−informática dos Conflitos Ambientais”, vinculada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ). O projeto de pesquisa possui como objetivo compreender a trajetória dos conflitos, considerando seus atores, argumentos, ações, instrumentos e temporalidades, especialmente no contexto das controvérsias públicas, por meio das contribuições teóricas da sociologia pragmática, articuladas ao uso de ferramentas informáticas para análise dos dados. No projeto de pesquisa, um dos casos abordados refere−se ao desastre ambiental decorrente da extração de sal−gema em Maceió, provocado pela mineradora Braskem, anteriormente denominada Salgema Indústrias Químicas S.A. A extração de sal−gema, que teve início na década de 1970 pela Braskem, resultou em março de 2018, em abalos sísmicos que causaram rachaduras e desabamentos em avenidas e residências, caracterizando−se como um dos maiores desastres ambientais do Brasil. Dessa forma, nesta iniciação científica, objetiva−se identificar a emergência, o conteúdo e o tratamento dos alertas, bem como a atuação dos lançadores de alerta na esfera midiática, considerando o recorte temporal de 2000−2024 e analisando as trajetórias de visibilização dos riscos associados à mineração em Maceió−AL. A pesquisa, ainda em desenvolvimento, baseia−se na sociologia dos alertas, onde o conceito de lançadores de alerta refere−se a "aqueles que trazem ao debate os problemas, para que adquiram relevância. Os lançadores de alerta os que promovem performances, para que sejam ouvidos por outros atores, de forma que o problema ganhe contorno e dimensão." (ALCÂNTARA et al., 2021, p.4), ao mesmo tempo que o conceito de alerta configura−se como "um processo tortuoso, situado entre dois limites: o do pedido de socorro e o da profecia de um mal, podendo tanto ser levado a sério, como ser rejeitado, denunciado, ser posto em banho−maria ou suscitar uma controvérsia entre peritos.’’ (ACSELRAD; GIFFONI, 2021). A pesquisa, caracteriza−se como qualitativa, e tem sua metodologia fundamentada na perspectiva teórica da sociologia pragmática, por meio da pesquisa documental, onde seu corpus é constituído por notícias coletadas em fontes de internet, especialmente nos veículos de mídia de ampla circulação, abrangendo o período de 2000 a 2024. Ademais, os dados coletados passam por processos de arquivamento, formatação em arquivos .txt e padronização de nomenclatura, sendo posteriormente analisados através do software Prospéro, ferramenta informática que integra a metodologia da pesquisa, e que permite examinar atores, argumentos e temporalidades. Em relação aos resultados esperados, almeja−se identificar os pontos de emergência e intensificação dos alertas sobre a mineração em Maceió−AL, o papel exercido pelos lançadores de alerta no âmbito midiático, e quais foram os argumentos mobilizados na mídia ao longo dos períodos históricos.

BIBLIOGRAFIA: ALCÂNTARA, V. de C.; SOUZA, A. P. L. de; SILVA, J. N. da; CAMPOS, A. C. Atila, o Lançador de Alertas: Constituição da COVID−19 como Problema Público no Brasil. Holos, v. 37, n. 1, p. 1−21, 2021. ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSERALD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Dilmo Milheiros, 2004. cap. 2, p. 13−36. OS ALERTAS E O ARBÍTRIO. Diplomatique, São Paulo, 15 out. 2021. Disponível em: https://diplomatique.org.br/os−alertas−e−o−arbitrio/. Acesso em: 14 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2229**

TITULO:INSTRUMENTALIZAÇÃO DA DÚVIDA E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS

AUTOR(ES) : **PEDRO TEIXEIRA DA CONCEICAO**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON SANTOS COSTA**

RESUMO: Nas mídias sociais, observa−se uma desordem informacional baseada na produção e disseminação em massa de desinformação, provocando um estado de caos, dúvida, confusão e polarização (Araújo, 2021). Nesse cenário, além da manifestação e intensificação de fenômenos (des)informacionais já conhecidos − como a pós−verdade e a infodemia −, podemos destacar a instrumentalização da dúvida como um fator determinante na manipulação social para atender a interesses políticos e empresariais (Corrêa; David, 2020). E apesar da desinformação ser tão antiga quanto a própria humanidade, percebe−se uma transformação bruta nos meios de se produzir e disseminar informações falsas que se origina no início do século XX, passando pelas Garotas do Rádio, pelas indústrias do tabaco, pelo negacionismo científico e, recentemente, pela pandemia do coronavírus. Objetiva−se, assim, compreender como a produção da dúvida satisfaz interesses de uma agenda política, empresarial, econômica e industrial. Para isso, o trabalho pretende apresentar os quatro exemplos supracitados, conceituar fenômenos desinformacionais presentes nas mídias sociais, e discorrer sobre a importância da mediação da informação no ambiente digital. Desta forma, realiza−se a pesquisa bibliográfica de abordagem descritiva para reunir informações e descrever como a instrumentalização da dúvida tem papel fundamental na manipulação social dentro das redes sociais digitais. Ademais, foram observados padrões de produção e disseminação de desinformação, que vão desde a deslegitimação da ciência até descredibilização das vítimas, padrões esses intensificados também pelo avanço tecnológico ao longo do tempo. Por fim, evidencia−se como o caráter não razoável da dúvida produzida, disseminada e impregnada nas mídias sociais contribui para uma sociedade cada vez mais dividida e polarizada e, ainda, como a mediação adequada da informação pode possibilitar a formação de cidadãos críticos, éticos e reflexivos.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Infodemia, desinformação e pós−verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. Irie, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 1−10, 2021. DOI: https://doi.org/10.29173/irie405. Disponível em: https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/405/418. Acesso em: 31 maio 2026. Corrêa, Mônica Ferreira; David, Mariano Gazineu. As diversas faces da dúvida: ceticismo, negacionismo e confiança nas ciências. Em Construção, Rio de Janeiro, n. 8, p. 158−172, 2020. DOI: https://doi.org/10.12957/emconstrucao.2020.54268. Disponível em: https://www.e−publicacoes.uerj.br/emconstrucao/article/view/54268. Acesso em: 31 maio 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2254**

TITULO:UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AUTOR(ES) : **PEDRO HENRIQUE COSTA CARVALHO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Essa pesquisa, fundamentada na teoria das duas comunidades de Nathan Caplan, investiga como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) organiza, armazena e analisa os dados produzidos institucionalmente, a fim de fundamentar a formulação de políticas públicas voltadas à gestão dos recursos hídricos no Brasil. A questão−problema que norteia este estudo é: "Qual é a natureza da relação entre a capacidade de produção de conhecimento técnico da ANA e o processo decisório no Congresso Nacional, especificamente no que tange à formulação de políticas de saneamento e de fornecimento hídrico?" Por meio de uma abordagem qualitativa e da análise documental de relatórios, normativos e estudos institucionais, o trabalho busca investigar se a coleta sistemática dos dados pela ANA é eficiente e se essa produção técnica estimula efetivamente a formulação de políticas públicas competentes, capazes de responder aos desafios contemporâneos relacionados ao acesso à água e ao saneamento básico no território nacional.

BIBLIOGRAFIA: CAPLAN, N. The Two−Communities Theory and Knowledge Utilization. American Behavioral Scientist, v. 22, n. 3, p. 459−470, jan./fev. 1979. MADISON, James. Federalist no. 41: general view of the American system. In: Guides to the Federalist Papers. Library of Congress. Disponível em: https://guides.loc.gov/federalist−papers/text−41−50#s−lg−box−wrapper−25493405. Acesso em: 09 mar. 2025. STIGLER, George J. The Theory of Economic Regulation. The Bell Journal of Economics and Management Science, v. 2, n. 1, p. 3−21, spring. 1971. Acesso em: 25 out. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2271**

TITULO:Entre proteção e contenção: disputas legislativas sobre direitos LGBTI+ na Câmara dos Deputados entre 2023 e 2026

AUTOR(ES) : **BEATRIZ SEIDENSTICKER GOMES,MATHEUS OLIVEIRA MACRUZ,CASA,LETICIA REIS JERONIMO,CELESTE DAS GRAÇAS OLIVEIRA MACRUZ,ABDO DA SILVA MACRUZ,MARIA EDUARDA OLIVEIRA MACRUZ,JOHNNY MACRUZ GALDINO DA SILVA,SARA DA SILVA MACRUZ**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO TAVARES NATIVIDADE**

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados preliminares de pesquisa desenvolvida no âmbito do Observatório LGBTI+ e das Diversidades, a partir da análise da produção legislativa federal sobre direitos LGBTI+ na Câmara dos Deputados entre 2023 e 30 de abril de 2026 em todo Brasil. A investigação parte de uma matriz documental composta por 96 proposições apresentadas por deputados federais, incluindo projetos de lei, projetos de decreto legislativo e requerimentos de informação. O objetivo é compreender como a cidadania LGBTI+ tem sido disputada no Legislativo brasileiro, observando propostas de ampliação de direitos, iniciativas de contenção e mecanismos de fiscalização ou condicionamento institucional. A metodologia é documental, com levantamento de proposições nas fichas oficiais da Câmara dos Deputados a partir de palavras−chave como LGBT, LGBTQIA+, LGBTI, trans, travesti, identidade de gênero, orientação sexual, nome social, homofobia, transfobia, sexo biológico, redesignação sexual, bloqueio puberal, banheiro, esporte, sistema prisional e terapias de conversão. As proposições foram classificadas segundo sua orientação político−normativa em três categorias; sendo pró−direitos, quando ampliam proteção, reconhecimento ou acesso a políticas públicas; restritivas/reativas, quando buscam limitar, sustar ou dificultar direitos LGBTI+; e ambíguas/de controle, quando não negam direitos diretamente, mas criam mecanismos de fiscalização, perícia, acompanhamento ou condicionamento. A análise dialoga com Marcelo Natividade, Richard Miskolci e Sonia Corrêa. Em Natividade, interessa compreender as relações entre religião, Estado, direitos sexuais e disputas públicas em torno da cidadania LGBTI+ (NATIVIDADE, 2013). Em Miskolci, mobiliza−se a crítica à “ideologia de gênero” como gramática de produção de medo, moralização e reação conservadora (MISKOLCI, 2018). Em Corrêa, a pesquisa situa essas disputas no campo das ofensivas antigênero e das tensões em torno da democracia sexual (CORRÊA, 2018). Assim, a religiosidade aparece como fundo analítico, não como objeto exclusivo, mas como uma das matrizes morais que atravessam parte das proposições. Os dados indicam que 2023 concentrou o maior número de proposições, com 37 registros, seguido por 2025, com 26; 2024, com 20; e 2026, com 13 registros até abril. A matriz revela uma disputa permanente; onde, de um lado, projetos sobre nome social, saúde, trabalho, moradia, memória, cotas, combate à violência e proibição de terapias de conversão; de outro, proposições que mobilizam sexo biológico, infância, família, moralidade e proteção social para restringir ou reorganizar o acesso de pessoas LGBTI+, especialmente pessoas trans e travestis, a espaços, políticas e direitos. Conclui−se que a cidadania LGBTI+ no Legislativo federal não está apenas em consolidação, visto que é continuamente disputada, regulada e reescrita pela linguagem legislativa.

BIBLIOGRAFIA: NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Homofobia religiosa e direitos LGBT: notas de pesquisa. Latitude, Maceió, v. 7, n. 1, 2013. DOI: 10.28998/lte.2013.n.1.1063. MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, 2018. CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2274**

TITULO:ÍCARO AMERICANO: UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE DO PÓS−GUERRA FRIA NA REVITALIZAÇÃO DAS TENSÕES GEOPOLÍTICAS NO SÉCULO XXI

AUTOR(ES) : **MATHEUS BODÊ DE MORAES RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **BERNARDO SALGADO RODRIGUES**

RESUMO: Em 1989, a Queda do Muro de Berlim marcou o início do período de desintegração do bloco socialista e, consequentemente, da consolidação da Pax Americana, contexto no qual os Estados Unidos se consolidaram como a potência hegemônica incontestável, inaugurando um cenário de unipolaridade na geopolítica mundial. Como denota Stefano Guzzini, em sua obra “O retorno da geopolítica na Europa?”, o fim da Guerra Fria demonstrou a possibilidade histórica de uma transição pacífica no cenário mundial. Porém, o período da unipolaridade foi marcado pelo notável uso indiscriminado da força e desrespeito ao direito internacional por parte dos EUA. Nesse contexto, tamanho abuso de sua posição hegemônica levou a um novo tensionamento entre as potências, sobretudo no que se refere ao âmbito das esferas de influência de EUA e Rússia, como ressaltado pelo presidente russo Vladimir Putin durante seu discurso na Conferência de Segurança de Munique em 2007, em que protestou contra o avanço da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) pelo Leste Europeu, definindo esse movimento como “uma provocação grave”. Os pontos destacados por Putin foram um preâmbulo da mais contundente resposta russa, até aquele momento, ao avanço da OTAN pelo Leste Europeu: a anexação da Crimeia. Esse movimento geoestratégico russo reverberou em um aumento das tensões com a União Europeia e um estreitamento das relações com a China, estabelecendo, assim, uma reconfiguração da ordem mundial vigente. Portanto, esse relevante momento de virada no tabuleiro geopolítico pode ser mais bem analisado com base na avaliação e evolução das políticas externas adotadas pelos quatro presidentes norte−americanos que atuaram entre o período pós−Guerra Fria e a anexação da Península da Crimeia (George H. W. Bush, Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama). A hipótese principal é que as políticas altamente assimétricas adotadas pelos EUA revitalizaram as tensões globais e os níveis de desconfiança mútua entre as nações. A base teórica desta pesquisa foi feita por meio da análise qualitativa dos documentos de “Estratégia de Segurança Nacional” dos quatro presidentes citados — com a primazia da análise dos documentos referentes aos seus primeiros mandatos, em virtude de sua maior relevância. Como material de apoio, o estudo também se baseia na revisão bibliográfica de autores que abordam o tema da unipolaridade norte−americana e suas consequências globais (Barry Buzan, George F. Kennan, Maurício Metri, Stefano Guzzini e Thomas Donnelly), visando, como resultado, avaliar o nível de influência, e as consequências, das políticas adotadas pelos governos de Bush (sênior), Clinton, Bush (filho) e Obama na reconfiguração da ordem mundial do primeiro quarto do século XXI. Os resultados parciais desta pesquisa indicam um nexo de causalidade entre as políticas adotadas pelos norte−americanos durante o período do pós−Guerra Fria e a subsequente restauração das tensões geopolíticas do século XXI.

BIBLIOGRAFIA: UNITED STATES. A National Security Strategy of engagement and enlargement: Administration of William Jefferson Clinton. Washington, D.C.: The White House, 1996. UNITED STATES. The National Security Strategy of the United States of America: Administration of George W. Bush. Washington, D.C.: The White House, 2002. UNITED STATES. National Security Strategy: Administration of Barack Hussein Obama. Washington, D.C.: The White House, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2296**

TITULO:Mediação de leitura como fortificação da identidade transvestigenere cidadã

AUTOR(ES) : **EDUARDA PESSANHA ALECRIM,MATHEUS DO NASCIMENTO OLIVEIRA,SAM ANDRADE,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **LUCIA FIDALGO**

RESUMO: A exclusão da comunidade transvestigênere acontece principalmente em dois pilares fundamentais da sociedade: os meios de ensino e os meios de empregabilidade. Essa marginalização torna a pessoa desconexa de sua própria cidadania. Sem acesso a informação de qualidade, sem o reconhecimento da própria história nas mídias, sem participação ativa na produção de conhecimento, o que acaba sobrando é um local de invisibilidade. Nesse contexto, a mediação de leitura emerge como uma forma de fazer a relação entre a informação e esse grupo, o mediador é o agente transformador que está atento às necessidades do sujeito, permitindo que haja a conexão entre uma comunidade marginalizada e a leitura. O objetivo geral é trazer destaque para a falta de projetos de mediação de leitura voltadas para a comunidade trans, trazer a mediação de leitura como uma forma de permitir que essas pessoas tenham a reconstrução de sua cidadania, a problematização do seu contexto sociocultural e o reconhecimento de si como um protagonista social. Propor que projetos de mediação de leitura com enfoque na comunidade trans sejam mais fomentados. A pesquisa foi realizada com método exploratório, buscando referências bibliográficas, projetos ou ações de mediação de leitura com a comunidade trans, mas não foram obtidos resultados suficientes em relação ao tema da pesquisa. Devido a isso, entendemos que seja necessário uma pesquisa qualitativa com entrevista à pessoas trans e grupos que possuem projetos voltados a essa comunidade. A partir desse trabalho, é esperado que surjam mais diálogos sobre mediação de leitura para pessoas transvestigêneres, que se ampliem os espaços de acolhimento voltados a essa comunidade, e que haja maior incentivo a projetos com essa temática . Entende−se a importância de incluir pessoas transvestigêneres em projetos sociais, logo consideramos que seja necessário prospectar um programa que utilize da mediação/contação de histórias para essa comunidade, visando sua participação ativa e o resgate da sua cidadania através dessa iniciativa que pode ser elaborada a partir do curso de Biblioteconomia.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Raquel do Rosário et al. Mediação da leitura no processo de atribuição de sentido e significado para o (re)conhecimento identitário e o protagonismo dos sujeitos sociais. Revista Ibero−Americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 14, n. 3, p. 930−944, set./dez. 2021. NASCIMENTO, Marcela Aguiar da Silva; MATA, Marta Leandro da. O comportamento informacional e a competência em informação: uma abordagem a partir do contexto das pessoas trans e travestis. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1–19, 2021. FREIRE, Paulo Reglus Neves. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2389**

TITULO:EMENDA CONSTITUCIONAL N° 95: A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUSTERIDADE FISCAL NO BRASIL

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO DE FREITAS FAGUNDES**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, é uma das mais avançadas sob a perspectiva das garantias sociais − em meio a um cenário tão desigual − já explicitadas nos objetivos fundamentais da República. Nesse sentido, sua efetividade demanda diversas políticas públicas que visem à construção de uma sociedade mais igualitária, justa e solidária. Tais políticas públicas, por sua vez, precisam de investimentos, administração eficiente e vontade política. Sob essa perspectiva, o objeto de pesquisa é a adoção pioneira do Regime Fiscal do Teto dos Gastos Públicos no Brasil entre 2016 e 2022. O regime, sob o véu da tentativa de reverter a recessão e a inflação, restringiu o investimento em áreas essenciais, como a educação e a saúde, atuando pioneiramente na constitucionalização da austeridade fiscal, fazendo do Brasil um dos primeiros países a adotar em sua Carta Constitucional os preceitos da austeridade fiscal. Nesse contexto, a pergunta problema é: como o Teto de Gastos, enquanto constitucionalização da austeridade fiscal, permite a continuidade da existência do debate público quanto ao direcionamento do orçamento à consagração dos direitos fundamentais? A discussão em questão aborda a perspectiva econômica da Constituição de 1988, o papel desempenhado pelo Estado na condução da economia e a análise das intenções das diferentes políticas fiscais por ele implementadas − em especial a do teto de gastos. A metodologia, para tal análise, consiste no estudo teórico−doutrinário da recepção desses dispositivos na Constituição Federal e no estudo empírico do controle de constitucionalidade da Emenda; as diferentes Ações Diretas de Inconstitucionalidade impetradas no Supremo Tribunal Federal. O marco teórico da pesquisa são os debates sobre a Constituição Econômica, a Teoria da Efetividade e as teses de Constitucionalização da Austeridade Fiscal. Esta consiste numa pesquisa de iniciação científica em estágio intermediário de análise bibliográfica e do processo de escrita. Uma dimensão analisada é o caráter pioneiro do Teto de Gastos quanto à constitucionalização da austeridade fiscal, à moda brasileira − posto que algumas despesas extrapolam recorrentemente o teto. Outra vertente analisada é a de que o Teto de Gastos gerou resultados em dissonância àqueles estipulados pela Constituição de 1988, uma vez que restringiu o investimento em áreas como educação e saúde, impedindo a construção de uma sociedade justa, livre e solidária, proposta pela Constituição de 1988.

BIBLIOGRAFIA: GOLDONI, Marco; WILKINSON, Michael. Introdução à constituição material. Tradução Jairo Néia Lima. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 3, p. 265−299, set./dez. 2018. ISSN 2236−7284. BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. BERCOVICI, Gilberto. Constituição econômica e desenvolvimento. . São Paulo: Almedina, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2411**

TITULO:A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA NO CONTEXTO DE RETOMADA DA POLÍTICA INDUSTRIAL NO MUNDO

AUTOR(ES) : **LUIZA GUIMARAES CANABRAVA**

ORIENTADOR(ES): **MARINA HONORIO DE SOUZA SZAPIRO**

RESUMO: Objetivo A adoção da nova política industrial brasileira, Nova Indústria Brasil (NIB), ocorre no contexto de retomada da Política Industrial em países avançados. A política industrial que vem sendo adotada possui diferentes formatos e é fortemente marcada por alto protecionismo à indústria local. Após a crise de 2008, a desindustrialização e a redução do crescimento do PIB nos países desenvolvidos (Cassiolato et al, 2021) levou tais países a fortalecerem suas políticas industriais e de inovação, originando as "Novas Políticas Industriais (NPIs)" (EVENETT et al, 2024), caracterizadas principalmente pelo protecionismo e pelo aumento na concessão de subsídios. No período pós−pandemia o protecionismo se intensificou nas economias avançadas, o que alterou profundamente a dinâmica comercial. No âmbito conceitual, o debate sobre política industrial e de inovação avançou nos últimos anos a partir da proposição de novos formatos de políticas, principalmente relacionados à política de inovação orientada à missão (Mazzucato, 2018), política de inovação transformativa (Schot e Steinmuller, 2018) e política de inovação orientada aos desafios nacionais (Gadelha, 2016). Nesse cenário, a motivação para as NPIs extrapola a clássica correção de falhas de mercado, fundamentando−se em imperativos de segurança nacional, sustentabilidade e resiliência produtiva. É nesse contexto que ocorre a implementação da NIB, uma política orientada a grandes desafios nacionais e baseada em 6 missões: cadeias agroindustriais para a segurança alimentar; complexo da saúde resiliente; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis; transformação digital; bioeconomia e transição energética; tecnologias para defesa nacional. A organização da NIB por missões aproxima formalmente a política brasileira das novas abordagens internacionais, ao articular objetivos produtivos, tecnológicos, sociais e ambientais. Diante disso, o trabalho busca analisar como a retomada da política industrial brasileira, materializada na NIB, se insere no novo ciclo internacional de políticas industriais. Metodologia e Resultados Esperados Espera−se com o presente trabalho analisar a NIB no contexto de retomada da política industrial nos países mais avançados, focando no formato, nas características e nos instrumentos de implementação. A pesquisa busca analisar em que medida a nova política orientada à missão apresenta inovações institucionais ou segue a mesma lógica de modelos anteriores, bem como apresentar os principais avanços da NIB desde sua implementação. Para isso, serão utilizadas referências bibliográficas, documentos e bases de dados oficiais do governo brasileiro. Para contextualizar o cenário global de retomada e fortalecimento da política industrial, será utilizada a base de dados Global Trade Alert, que fornece informações sobre medidas comerciais internacionais, permitindo observar tendências protecionistas e a natureza dos instrumentos de apoio à indústria em outros países.

BIBLIOGRAFIA: CASSIOLATO, José Eduardo; FALCÓN, Maria Leonor; SZAPIRO, Marina. Novas tecnologias digitais, financeirização e pandemia Covid−19: transformações na dinâmica global produtiva, no papel do Estado e impactos sobre o CEIS. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 16, n. 28, p. 51−86, jan./jun. 2021. EVENETT, Simon J.; JAKUBIK, Adam; MARTÍN, Fernando; RUTA, Michele. The return of industrial policy in data. Washington, DC: International Monetary Fund, 2024. (IMF Working Paper, 24/1). MAZZUCATO, Mariana. Mission−oriented research & innovation in the European Union: a problem−solving approach to fuel innovation−led growth. Brussels: European Commission, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2420**

TITULO:Padrão da oferta de trabalho de autônomos: uma revisão de literatura para o caso de motoristas particulares de passageiros

AUTOR(ES) : **MANUELA GOMES DA CUNHA**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO PONTUAL RIBEIRO**

RESUMO: Na teoria microeconômica, a escolha intertemporal da oferta de trabalho analisa como os indivíduos distribuem horas de trabalho e lazer ao longo do tempo diante de variações nos rendimentos por hora. No modelo neoclássico, o efeito substituição tende a predominar, de forma que rendimentos por hora mais altos aumentam o número de horas trabalhadas, gerando elasticidade rendimento positiva Pindyck (1989). Em contraste, a hipótese de metas de renda é pautada pela determinação de um objetivo diário de renda e encerramento do trabalho após seu alcance (por exemplo, Camerer et al.(1997)). Assim, em dias de rendimentos mais altos, a oferta de trabalho tende a ser menor, pois alcançam a renda desejada mais rapidamente. Qual dos dois modelos melhor representa o comportamento é questão de debate recente e relevante para o desenho de políticas e aplicativos de transporte. Camerer et al. (1997) analisam taxistas de Nova York e encontram elasticidades salariais negativas. Os motoristas, em média, trabalham menos em dias de maiores ganhos e mais em dias de baixa remuneração, resultado interpretado pelos autores como evidência da hipótese de metas de renda. Farber (2005), conclui que a renda acumulada ao longo do turno exerce pouca influência sobre a decisão de encerrar o expediente, sendo o número de horas trabalhadas o principal fator associado a essa decisão. Seus resultados são mais consistentes com a abordagem neoclássica. Diante desse debate, este estudo realiza uma revisão da literatura sobre a oferta de trabalho de motoristas autônomos (taxistas e motoristas por aplicativo). O objetivo é identificar qual abordagem encontra maior respaldo na literatura recente para explicar esse comportamento. A revisão compara os principais estudos quanto à abordagem teórica adotada, às evidências empíricas e às conclusões dos autores, considerando também a influência de diferentes formas de remuneração (taxímetro, precificação dinâmica ou leilão, como no Taxi.Rio). O trabalho tem como referências principais Camerer et al. (1997), Farber (2005) e Pindyck (1989) e contribui ao destacar convergências e divergências entre os resultados encontrados. Atuação dos autores: Manuela Gomes da Cunha: Leitura dos principais trabalhos sobre o tema e análise comparativa dos artigos selecionados. Eduardo Pontual Ribeiro: Seleção dos artigos e orientação do trabalho

BIBLIOGRAFIA: CAMERER, C. et al. Labor Supply of New York City Cabdrivers: One Day at a Time. Quarterly Journal of Economics, v. 112, n. 2, p. 407−441, 1997. FARBER, H. S. Is Tomorrow Another Day? The Labor Supply of New York City Cabdrivers. Journal of Political Economy, v. 113, n. 1, p. 46–82, 2005. PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomics. New York: Macmillan, 1989.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2452**

TITULO:SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E ESTRATÉGIA ESTATAL: O ESTADO BRASILEIRO DIANTE DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO SETOR DE ÓLEO E GÁS.

AUTOR(ES) : **LAURIEN BARBOSA DOS SANTOS PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **FLÁVIO ALVES COMBAT**

RESUMO: A pesquisa tem como objeto de estudo a relação entre o Estado brasileiro e o capital estrangeiro no setor de petróleo e gás natural, com foco na análise das reformas regulatórias iniciadas em 2016. Desde a criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938) e, sobretudo, a partir da fundação da Petrobras (1953), a exploração de petróleo e gás natural no Brasil é um campo privilegiado para analisar as tensões entre projetos nacionais de desenvolvimento e os condicionantes impostos pelo capital estrangeiro e pela divisão internacional do trabalho. Historicamente, o setor petrolífero brasileiro alternou entre momentos de forte protagonismo estatal, sustentados pela lógica da substituição de importações e pela busca de autonomia tecnológica, e períodos de abertura ao capital multinacional, intensificados pelas reformas liberalizantes das décadas de 1990 e 2000 e, mais recentemente, pelas mudanças regulatórias decorrentes da descoberta do pré−sal (2010) e do desmonte regulatório conduzido a partir de 2016. A hipótese central que orienta a pesquisa é a de que as políticas estatais voltadas ao setor petrolífero, ainda que orientadas pela lógica da substituição de importações e pela defesa da soberania sobre recursos estratégicos, não lograram consolidar uma estratégia plena e duradoura de desenvolvimento autônomo, na medida em que permaneceram vulneráveis aos ciclos de abertura ao capital multinacional, reproduzindo padrões históricos de dependência tecnológica e financeira. A pergunta−problema que sintetiza essa hipótese é: em que medida as políticas estatais para o setor petrolífero brasileiro constituíram uma estratégia efetiva de desenvolvimento nacional autônomo, capaz de reduzir a dependência externa, fortalecer a estrutura produtiva interna e ampliar a capacidade decisória do Estado frente ao capital multinacional e à divisão internacional do trabalho? O referencial teórico é o estruturalismo cepalino e sua reformulação neoestruturalista, que interpretam o subdesenvolvimento latino−americano a partir de condições histórico−estruturais específicas (heterogeneidade estrutural, relação centro−periferia e deterioração dos termos de troca), reconhecendo o papel central do Estado na coordenação do desenvolvimento econômico. Como objetivos secundários, a pesquisa busca reconstituir a trajetória histórica da política petrolífera brasileira, avaliar criticamente as políticas de conteúdo local e examinar a tensão entre o projeto nacional−desenvolvimentista e a pressão do capital multinacional sobre a governança do setor. A metodologia baseia−se na análise crítica e comparativa de fontes secundárias, com ênfase em obras de Ricardo Bielschowsky, Gilberto Bercovici, Celso Furtado e Raúl Prebisch. Espera−se demonstrar que a soberania sobre recursos naturais estratégicos é condição necessária para um projeto nacional de desenvolvimento não subordinado, e que o retrocesso regulatório recente reproduz padrões históricos de dependência tecnológica e financeira.

BIBLIOGRAFIA: BERCOVICI, Gilberto. Petróleo e soberania econômica no Brasil. Revista Estudos do Sul Global, n. 3, p. 64–82, 2022. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995. FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2469**

TITULO:ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO RACIAL A APARTIR DO DESLOCAMENTO CASA−TRABALHO ENTRE BAIRROS NEGROS E BRANCOS

AUTOR(ES) : **SIMONE DOMINIQUI SILVA RANGEL DA SILVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: A expansão da cidade do Rio de Janeiro é marcada por um processo de criação e manutenção das áreas periféricas, que aproxima ou afasta as pessoas do grande centro da cidade, onde ocorrem as maiores oportunidades. Por esse motivo, é importante compreender as razões práticas e sistematicamente observadas que definem esse processo de afastamento. Compreendê−lo exige a introdução do tempo como variável analítica, uma vez que a segregação racial na cidade não é um estado fixo, mas um processo histórico de sucessivos deslocamentos, remoções e valorizações que empurram populações negras e periféricas para fronteiras cada vez mais distantes ao longo das décadas. Este estudo se insere em uma agenda de pesquisa sobre as condições urbanas na Metrópole do Rio de Janeiro que utiliza dados estatísticos como ferramenta de análise. O grupo de pesquisa Metrópole, Economia e Sociedade (GP−MES) do INCT Observatório das Metrópoles tem discutido a análise social do território para mensurar as desigualdades urbanas, e este trabalho visa ampliar esse debate ao incrementar a análise da questão racial, investigando como essa variável se articula com as hierarquias sociais que se inscrevem no espaço físico. Para tanto, o estudo utiliza a análise estatística como recurso metodológico para identificar processos de diferenciação e segregação residencial. O presente trabalho introduz esse recorte racial com ênfase na comparação entre dois tipos de bairros: os majoritariamente negros e os majoritariamente brancos. A análise se utiliza dos resultados de uma revisão bibliográfica sistemática. Trata−se de uma pesquisa em andamento que contém dois objetivos principais: primeiro, realizar um aprofundamento metodológico direcionado à análise de um perfil socioeconômico específico; segundo, uma vez identificado um padrão consistente, estender essa reflexão para outros contextos metropolitanos. Do ponto de vista metodológico, os cálculos serão desenvolvidos a partir de um script na linguagem de programação R, que possibilitará calcular e cruzar a variável tempo de deslocamento casa−trabalho com o perfil socioeconômico e racial da população e a sua articulação nos bairros . Para isso, serão utilizados os microdados do Censo Demográfico do IBGE, única fonte que dispõe das informações necessárias sobre mobilidade casa−trabalho e características raciais refinadas no território. Com esse procedimento, será possível explorar a discussão sobre como a segregação racial se constitui como um problema determinante para a mobilidade urbana no Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: JUNG, G. Introdução à Ciência de Dados em R. Disponível em: Introdução à Ciência de Dados em R RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2496**

TITULO:Precedentes históricos do Holocausto: uma análise comparativa de genocídios anteriores e sua invisibilização

AUTOR(ES) : **LIVIA FERNANDES DE SOUZA,MILLA CRISTYAN DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **VICENTE GIL DA SILVA**

RESUMO: O presente projeto adota umaâ¯abordagem qualitativa e comparativaâ¯para investigar episódios de violência em massa anteriores ao Holocausto (1933−1945), compreendendo em que medida podem ser considerados precedentes históricos e porque permanecem marginalizados na historiografia e memória coletiva. Parte−se da premissa de que práticas de extermínio sistemático não surgiram isoladamente no regime nazista, mas manifestaram−se em contextos coloniais e imperiais, como oâ¯extermínio dos povos Herero e Nama na África Alemã (1904−1908)â¯e aâ¯violência no Congo Belga (1885−1908). Objetivo geral: Analisar genocídios pré−Holocausto, identificando continuidades históricas e fatores de invisibilização. Objetivos específicos: (1) Examinar contextos históricos e políticos; (2) Comparar métodos de violência (perseguição, desumanização, destruição em larga escala); (3) Discutir critérios de genocídio da ONU (Convenção de 1948); (4) Compreender mecanismos de reconhecimento na memória coletiva. Metodologia: Análise qualitativa comparativa de fontes primárias preservadas (relatórios oficiais, telegramas diplomáticos) e secundárias (historiografia crítica), com comparação temática entre os casos.â¯As autoras, Milla Cristyan e Livia Fernandes, atuam como pesquisadoras principais, responsáveis pela coleta bibliográfica e análise comparativa, sob orientação acadêmica. Resultados esperados: Identificação de padrões transnacionais de violência colonial como precursores do Holocausto; mapeamento de fatores eurocêntricos que invisibilizam esses eventos; contribuição para debates sobre memória seletiva. Considerações finais: O estudo não relativiza o Holocausto, mas promove reflexão crítica sobre narrativas históricas silenciadas, ampliando o entendimento das dinâmicas de genocídio e fortalecendo a historiografia comparativa.

BIBLIOGRAFIA: MÜLLER, J. O genocídio herero: imperialismo alemão na África. Revista Brasileira de História, v. 30, n. 60, p. 123−145, 2010. POWER, S. A problem from hell: America and the age of genocide. New York: Basic Books, 2002. SONTAG, S. Regarding the pain of others. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2512**

TITULO:O PAPEL DA ARÁBIA SAUDITA NA INVESTIDA CHINESA CONTRA A HEGEMONIA AMERICANA

AUTOR(ES) : **AMANDA BERTOLIN CORREA**

ORIENTADOR(ES): **BERNARDO SALGADO RODRIGUES**

RESUMO: Durante o século XXI, sobretudo no segundo governo Trump, a competição entre Estados Unidos e China têm se intensificado consideravelmente. Especialmente, a presença chinesa no Oriente Médio é uma questão de preocupação por se associar a importantes aliados americanos ricos em petróleo. Nesse cenário, os chineses têm buscado expandir a sua posição na região a partir da cooperação econômica Sul−Sul e por meio da Nova Rota da Seda. Com isso, Pequim entra em rota de colisão com os interesses de Washington. Dessa forma, a questão principal deste artigo é “como a aproximação Arábia Saudita−China pode alterar os mecanismos que historicamente sustentaram a hegemonia americana no sistema internacional?”. Com base em uma metodologia qualitativa e histórico−descritiva, e a partir da perspectiva realista, este trabalho busca apontar que a Arábia Saudita possui posição estratégica no enfrentamento de Pequim frente à Washington. Para tanto, explora−se quais são os mecanismos que historicamente sustentaram o poder estadunidense e qual a relação destes com os sauditas; e como as iniciativas chinesas podem interferir e talvez até inverter o papel saudita diante daqueles mecanismos.

BIBLIOGRAFIA: METRI, M. História e Diplomacia Monetária. São Paulo: Editora Dialética, 2023. SAID, Summer. KALIN, Stephen. Saudi Arabia Considers Accepting Yuan Instead of Dollars for Chinese Oil Sales. The Wall Street Journal, 2022. Disponível em: < https://www.wsj.com/world/middle−east/saudi−arabia−considers−accepting−yuan−instead−of−dollars−for−chinese−oil−sales−11647351541 >. YERGIN, D. O Petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2025 (1991).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2514**

TITULO:GENOCÍDIO ROHINGYA EM MIANMAR: O USO ESTRATÉGICO DO ESTUPRO COMO INSTRUMENTO DE LIMPEZA ÉTINICA E O ESTIGMA DAS VÍTIMAS E SEUS DESCENDENTES.

AUTOR(ES) : **MARIA CLARA LOPES RODRIGUES,RACHEL SILVA DA ROCHA COUTINHO ANTUNES**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Genocídio Rohingya em Mianmar: O uso estratégico do estupro como instrumento de limpeza étinica e o estigma das vítimas e seus descendentes. Autor(es) : Maria Clara Lopes Rodrigues Resumo: O presente projeto de pesquisa analisa a crise humanitária da minoria étnica apátrida Rohingya em Mianmar, focando especificamente no emprego sistemático da violência sexual estratégica contra mulheres como um instrumento de limpeza étnica e genocídio deliberados por parte das forças armadas do país. O objetivo principal é investigar como o estupro foi utilizado de forma estratégica para desestruturar esse grupo e, simultaneamente, examinar as consequências desse processo, com ênfase no estigma social, jurídico e humanitário enfrentado pelas mulheres violadas e pelas crianças, na maioria das vezes indesejadas, que nasceram fruto dessas violações. Como objetivo secundário pretende−se expor a situação precária dos campos de refugiados em que se encontram as pessoas vítimas dessa diáspora, com a falta de saneamento básico, assistência médica, escolas e outras condições básicas para se viver, constituindo infrações graves aos direitos humanos. Metodologicamente, a pesquisa se desenvolve por meio de uma abordagem qualitativa, baseada no levantamento de artigos acadêmicos especializados e no referencial teórico sobre crimes de gênero em conflitos, dos autores Sandra Whitworth, Paul D. Williams, Hannah Arendt e Stuart J. Kaufman, e da análise documental de relatórios oficiais da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da Anistia Internacional e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Como resultados esperados, o estudo pretende demonstrar que a violência sexual em Mianmar não operou de forma colateral, mas sim como um instrumento central de terror e destruição identitária, além de gerar um impacto psicológico e social devastador nas vítimas que, muitas das vezes, não têm acesso à tratamentos psiquícos para lidar com os traumas, são abandonadas por suas famílias, que costumam alegar terem sido desonradas, e sofrem com as sequelas de abortos caseiros mal sucedidos. E que o impacto do genocídio se perpetua no tempo através da marginalização dos descendentes, que frequentemente enfrentam preconceitos não só pelos birmaneses, mas também pelo seu próprio povo, tendo em vista que muitas vezes estes nascem com traços paternos, facilitando sua identificação e gerando um estigma transgeracional que conserva o ódio causador de todo o conflito.

BIBLIOGRAFIA: Bibliografia: MILTON, Abul Hasnat; RAHMAN, Mijanur; HUSSAIN, Sumaira. Trapped in Statelessness: Rohingya Refugees in Bangladesh. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 14, n. 8, p. 942, 2017. Disponível em: https://www.mdpi.com/1660−4601/14/8/942 ULLAH, Akm Ahsan. Rohingya Refugees to Bangladesh: Historical Exclusions and Contemporary Marginalization. Journal of Immigrant & Refugee Studies, v. 9, n. 2, p. 139–161, 2011. DOI: 10.1080/15562948.2011.567149. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15562948.2011.567149

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2518**

TITULO:QUANDO A EFICIÊNCIA ENCONTRA O CONSTITUCIONALISMO: A TENSÃO ENTRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO.

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA BRAGA LOPES**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Com o avanço das tecnologias de Inteligência Artificial (IA), o Estado brasileiro,acompanhando tendências globais, implementou a partir de 2019, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sistemas automatizados para análise e indeferimento de benefícios previdenciários. Essa inovação surge como tentativa de reduzir a morosidade e aumentar a eficiência dos processos administrativos. No entanto, questiona−se se a automatização integral das decisões é compatível com os princípios constitucionais da Administração Pública,especialmente os da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, CF/88),bem como o direito à razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CF/88). O estudo tem como objeto a análise jurídico−constitucional do uso de IA em processos administrativos previdenciários, tomando como referência o benefício por incapacidade temporária. A questão−problema central é: a forma concreta de utilização da IA pelo Sistema de Previdência Social brasileiro observa os princípios constitucionais que legitimam a ação estatal? Metodologicamente, adotou−se abordagem qualitativa e descritivo−analítica em três eixos: (i)análise documental dos Relatórios de Gestão do INSS; (ii) revisão doutrinária e bibliográfica sobre o uso ético e ontológico da IA na Administração Pública; e (iii) análise jurisprudencialdo Tribunal Regional Federal (TRF). Os resultados preliminares indicam que a automatização integral, sem revisão humana,compromete a efetividade prática dos princípios constitucionais, especialmente a legalidade e a moralidade. Assim, propõe−se como solução normativa a inserção de revisão humana obrigatória nos processos automatizados, posicionando o caso brasileiro como exemplo paradigmático dos desafios globais na integração da IA à gestão pública democrática. 1Undergraduate Law Student at the Federal University of Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Researcher at the Laboratory of Institutional Studies – LETACI (FND/UFRJ). Researcher at the Laboratory of Law, Technology, and Innovation Studies – LEDTI (FND/UFRJ). E−mail: madubraga.lopes@gmail.com. 2Associate Professor at the National School of Law (FND/UFRJ) and the Graduate Program in Law at the Federal University of Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ). Holds a Ph.D. and an M.A. in State Theory and Constitutional Law from the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC−Rio), where he also earned his Bachelor of Laws (LL.B.) degree. Coordinator of the Laboratory of Institutional Studies – LETACI

BIBLIOGRAFIA: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). Relatório de Gestão 2019. Brasília, DF: INSS,2020. Disponível em: Relatório de Gestão 2019 — Instituto Nacional do Seguro Social − INSS .Acesso em: 16 out. 2025 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: . Acesso em: 14 out. 2025 SUNSTEIN, Cass R.; VERMEULE, Adrian. Interpretation and Institutions. Michigan Law Review, v. 101, n. 4, p. 885, Feb. 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2561**

TITULO:GESTÃO, COMPARTILHAMENTO E ABERTURA DE DADOS NA PESQUISA EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO

AUTOR(ES) : **YUME DA SILVA DE MEDEIROS**

ORIENTADOR(ES): **MARCUS VINÍCIUS PEREIRA DA SILVA,MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Este trabalho integra a pesquisa de iniciação científica, o subprojeto: “Gestão, compartilhamento e abertura de dados na pesquisa em história das ciências e da saúde: um estudo de caso”, vinculado ao projeto: “Redes sociais de apoio aos Refugiados do Vaticano: discussões teóricas e metodológicas para o campo da História das Ciências e da Saúde” realizada na Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz. O objetivo central do subprojeto da bolsista é a criação de um banco de dados voltado ao registro e sistematização das informações sobre os refugiados, itinerários, personagens e instituições envolvidos, e documentos que contextualizam o período histórico. Este trabalho tem como objetivo mostrar a pesquisa em andamento em especial sobre o uso do software Tropy, a gestão e abertura dos dados, e como isso se conecta aos princípios da Ciência Aberta. Indica−se como resultados o uso do software Tropy, a gestão e abertura dos dados, e como isso se conecta aos princípios da Ciência Aberta a partir de um relato de experiência que envolve as discussões sobre o desenvolvimento do software, assim como seu manuseio, coleta e inserção dos documentos, e de seu posterior tratamento. Para isso, utiliza−se o Tropy, um software livre e de código aberto, em que toda equipe colabora no desenvolvimento para melhor adequação às nossas pesquisas. O Tropy funciona como um repositório local, e como ferramenta de organização, classificação e catalogação das fontes, com a finalidade de armazenar, integrar e disponibilizar catálogos de fontes e documentos coletados e depositados no repositório. A relevância deste trabalho está em recuperar uma história pouco explorada, que envolve redes de apoio internacionais e nacionais, e em aplicar práticas de ciência aberta para tornar os dados acessíveis e colaborativos. Busca entender como se estruturaram as redes sociais que permitiram a chegada dos refugiados ao Brasil, e como pode−se organizar e disponibilizar tais dados de forma transparente e útil para a comunidade científica. Partiu da hipótese de que as redes diplomáticas e sociais foram decisivas para viabilizar essa migração, e que o uso de ferramentas digitais amplia nossa capacidade de análise e compartilhamento. O trabalho articula duas dimensões: a tecnológica, voltada à gestão e abertura de dados; e a historiográfica, dedicada à análise das fontes e à contextualização histórica. Conclui−se que este trabalho evidencia como a integração entre ferramentas digitais e práticas de Ciência Aberta pode fortalecer a pesquisa em História das Ciências e da Saúde.

BIBLIOGRAFIA: FACCHINETTI, Cristiana; MUÑOZ, Pedro Felipe; SILVA, Marcus Vinicius Pereira; SCHURSTER, Karl; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MANDELBAUM, Belinda Piltcher Haber. “Vatican Refugees”: intellectuals, knowledge, and technologies in the flight from Nazism to Brazil(1938−1953). Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 157−172, 2023. ISSN 1981−383X. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fiocruz/VPEIC, 2020. 19 p. VALENTE, Thomas W. Social networks and health: models, methods, and applications. New York: Oxford University Press, 2010

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2576**

TITULO:Migração Qualificada Indiana no Século XXI: fuga de cérebros ou estratégia nacional de protagonismo global?

AUTOR(ES) : **LIVIA FERNANDES DE SOUZA,GIULIANE COSTA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: A migração qualificada indiana consolidou−se como um dos fenômenos mais relevantes da globalização contemporânea, especialmente diante da ascensão da Índia nos setores tecnológico, científico e informacional. Tradicionalmente interpretada como “fuga de cérebros”, a saída de profissionais altamente qualificados passou a adquirir novas dimensões no século XXI, sobretudo após a inserção mais intensa do país na economia global a partir das reformas liberalizantes da década de 1990. Este artigo analisa se a diáspora qualificada indiana representa uma perda estrutural de capital humano ou uma estratégia indireta de projeção internacional do Estado indiano. Para isso, o artigo discute os conceitos de fuga de cérebros, ganho de cérebros e circulação de cérebros, relacionando−os às transformações da economia global baseada no conhecimento e ao papel da diáspora indiana na circulação internacional de investimentos, tecnologia, qualificação profissional e redes de contato entre diferentes países. Nesse sentido, o argumento central é focado na ideia que a Índia converteu parte de sua diáspora em ativo estratégico de influência econômica, tecnológica e diplomática, desafiando interpretações tradicionais sobre migração qualificada e desenvolvimento nacional.

BIBLIOGRAFIA: KAPUR, Devesh. Diaspora, Development, and Democracy: The Domestic Impact of International Migration from India. Princeton: Princeton University Press, 2010. NYE, Joseph S. Soft Power: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004. SAXENIAN, AnnaLee. The New Argonauts: Regional Advantage in a Global Economy. Cambridge: Harvard University Press, 2006

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2592**

TITULO:A ERA DE OURO DO CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES: A DEPENDÊNCIA COMO SUSTENTÁCULO DO WELFARE STATE

AUTOR(ES) : **VANDERLUCIO CABRAL BOTELHO**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO GONçALVES SERRA**

RESUMO: A partir da segunda metade do século XX, no contexto das transformações decorrentes do fim das duas guerras mundiais e dos impactos da Crise de 1929, o modo de produção capitalista ingressa em um período singular de sua trajetória, denominado pelo historiador marxista Eric Hobsbawm como a “Era de Ouro” do capitalismo. Esse período, compreendido entre 1945 e 1973, é fundamentalmente marcado, nos países centrais, pela formação e consolidação do principal “achado histórico” desta fase do capitalismo: o Welfare State, que se configura como um arranjo historicamente específico de forças políticas, econômicas e sociais, com capacidade de deslocar, nos países desenvolvidos, algumas das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Em contrapartida a esse momento histórico no centro do capitalismo internacional, as contradições na periferia do sistema tornaram−se cada vez mais evidentes nesse período. Os chamados “Anos Dourados” do capitalismo não apenas aprofundaram as contradições já existentes, como também acentuaram, a níveis históricos, a distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A inexistência de um Welfare State nos países periféricos evidencia essas contradições. Em decorrência disso, o principal objetivo deste trabalho é compreender a não formação de um Welfare State nos países subdesenvolvidos durante os “30 Anos Dourados” do século XX, bem como analisar os limites de um projeto reformista na periferia do modo de produção capitalista. A hipótese preliminar do presente trabalho é que os países subdesenvolvidos exerceram o papel de base material para a construção de um Welfare State nos países desenvolvidos, o que ocasiona limites estruturais a formação de um Welfare State periférico, reforçando, portanto, a premissa de que o sistema capitalista estrutura−se e opera a partir de um processo de desenvolvimento desigual e combinado. Como referencial teórico, utilizaremos a teoria marxista da dependência, a partir das categorias formuladas por Ruy Mauro Marini em sua obra Dialética da Dependência (2000). Essa escolha fundamenta−se na capacidade dessa abordagem de apreender a totalidade histórico−social das contradições das relações de dependência no capitalismo periférico, particularmente no que tange à problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. A metodologia sustenta−se em uma abordagem analítica, baseada em ampla revisão bibliográfica, além da utilização de dados quantitativos que visam embasar a análise apresentada.

BIBLIOGRAFIA: HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2594**

TITULO:Encontros Internacionais o brasileiro entre outros hispanos: Cultura e a Casa Comum

AUTOR(ES) : **ALANDHA DE LIMA WERGLES,LETICIA CORREA DE LIMA,JOSIANE SOUZA DE LIMA BARRETO**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: Encontros Internacionais: o brasileiro entre os outros hispanos — Cultura e Casa Comum O projeto de pesquisa e extensão Encontros Internacionais: o brasileiro entre os outros hispanos, registrado no SIGA/UFRJ por meio do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC), tem como objetivo promover reflexões sobre os vínculos históricos, culturais e identitários entre o Brasil e os países hispânicos, estimulando o diálogo intercultural entre estudantes brasileiros e hispano−americanos. A iniciativa parte de referenciais clássicos do pensamento social latino−americano, como Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, cujas obras evidenciam a profundidade das interações ibero−americanas e a formação de identidades compartilhadas no continente. As ações externas do projeto também se consolidaram, especialmente por meio da parceria com a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (SMCT−RJ). Em 2024, o grupo atuou na Nave do Conhecimento de Irajá, e em 2025 expandiu sua presença para a Nave do Conhecimento de Madureira, fortalecendo dois anos de atividades na Zona Norte da cidade. A oficina realizada em Madureira aproximou estudantes da rede pública das discussões ambientais e culturais contemporâneas, integrando saberes acadêmicos à realidade local. A atividade utilizou Tiempo de cuidados como eixo reflexivo literário, convidando os participantes a pensar o cuidado como princípio ético que atravessa relações humanas, práticas ambientais e políticas públicas. A obra de Camps, ao propor uma ética do cuidado voltada à “Casa Comum”, dialogou diretamente com os desafios climáticos enfrentados por países ibéricos e latino−americanos, permitindo que os estudantes relacionassem questões ambientais globais às vivências de suas próprias comunidades. A oficina também incorporou elementos da cultura carioca, utilizando sambas−enredo como recurso artístico para discutir temas ambientais relacionados à COP30, Amazônia e às políticas climáticas globais. Essa abordagem aproximou o debate ecológico da linguagem cultural das comunidades de Madureira, ampliando o engajamento dos participantes e reforçando a potência da arte como mediadora de processos educativos.As atividades desenvolvidas evidenciam o potencial do projeto para promover integração cultural, valorização das identidades latino−americanas e educação crítica. Ao articular literatura, ética do cuidado, história, arte e debates ambientais, o projeto contribui para a formação cidadã e para a aproximação entre universidade e sociedade.

BIBLIOGRAFIA: CAMPS, Victoria. Tiempos de cuidado: otra forma de estar en el mundo. Barcelona: Arpa Editores, 2021. FREYRE, Gilberto. Os brasileiros entre outros hispanos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1975. GORELIK, Adrián (org.). Cidades sul−americanas como arenas culturais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2617**

TITULO:Encontros internacionais o brasileiro entre outros hispanos: "O invencível verão de Liliana"

AUTOR(ES) : **ESTHER CAMILLY LIMA DA COSTA,HELLENA GUILHERME**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: Autoras: Esther Camilly Lima Ribeiro e Hellena Guilherme Aurelioa Silva Orientadoras: Renata Bastos da Silva. Encontros internacionais os brasileiros entre outros hispanicos: “O invencível verão de Liliana” A pesquisa faz parte do Projeto de pesquisa e extensão Encontros Internacionais: o brasileiro entre outros hispanos , contemplado ao Programa Institucional de Bolsa de iniciação Artística e Cultural (PIBIAC) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC−EM) da UFRJ em parceria com o Colégio Pedro II − campus São Cristóvão. Nosso objetivo é promover reflexões sobre os vínculos culturais entre o Brasil e os países hispânicos, estimulando o diálogo intercultural entre estudantes brasileiros e hispânicos. A apresentação tomará como eixo central o livro O invencível verão de Liliana (2022) de Cristina Rivera Garza. A obra aborda o tema do feminicídio, a partir da investigação de 30 arquivos da irmã da autora, Liliana Rivera Garza. Do ponto de vista cultural da linguagem literária, aproximamos um dos temas mais comuns que impacta toda a América Latina, em especial o Brasil e o México, países com altas taxas de feminicídio. O livro de Gilberto Freyre (1975) nomeia o nosso projeto, revelando o comum entre nossas culturas. A Interação Dialógica, Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão e o Impacto na formação do estudante são as bases da nossa metodologia. A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando−se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo−o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Na primeira apresentação do aludido livro que realizamos por meio de debate, em maio de 2026, no Instituto Cervantes do Rio de Janeiro, convidamos as respectivas secretárias da mulher dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. Haverá também uma segunda apresentação do aludido livro na Arena Carioca Fernando Torres, em Madureira, em outubro de 2026, como parte do projeto UFRJ na Cultura. Sendo assim, a ação incentiva a democratização do conhecimento e o acesso à cultura, buscando aproximar diferentes espaços para compartilhar saberes sobre a relação entre a cultura brasileira e as culturas hispânicas.

BIBLIOGRAFIA: GARZA, Cristina Rivera. O invencível verão de Liliana.Tradução de Silvia Massimini Felix. São Paulo.2022 PEIXOTO, Fernanda; GORELIK, Adrián (Org.). Cidades sul−americanas como arenas culturais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019. FREYRE, Gilberto. O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter−relações. Editora José Olympio, 1975

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2626**

TITULO:A ABORDAGEM DO TEMA RELIGIÃO EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE REPARAÇÃO TAXONÔMICA

AUTOR(ES) : **ASTER DA SILVA FORTUNATO LEITE**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A Organização do Conhecimento (OC) é o campo que estuda a natureza dos conceitos e suas relações em todas as áreas do saber, compreende que os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) atuam na representação e recuperação da informação, mas tais ferramentas semânticas podem reproduzir invisibilizações e exclusões epistemológicas. Esse estudo surge a partir de reflexões e atividades da disciplina Organização Social do Conhecimento do Programa de Pós–Graduação em Organização do Conhecimento, Tecnologias e Sociedade (PPGOCTS) da UFRJ. Apoiada na perspectiva de Reparação Taxonômica (Adler, 2016), compreende–se que a reestruturação das formas de representação do conhecimento em sistemas informacionais corrige apagamentos e injustiças epistêmicas. Questiona–se: de que forma a colonialidade do saber se manifesta nos SOC, comprometendo a representatividade de espiritualidades não hegemônicas? Analisou−se a representação do tema "Religião" nos SOC TheSoz, Eurovoc e GEMET. Como objetivos específicos, buscou−se identificar termos e relações semânticas presentes nos SOC analisados, examinar vieses epistemológicos e processos de invisibilização, comparar diferentes estratégias de representação, e propor intervenções terminológicas e estruturais. A justificativa se faz na necessidade de reparação taxonômica diante das desigualdades informacionais, defendendo o papel ético da OC na representação do conhecimento das religiosidades. Trata−se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e exploratória, consistindo na análise dos conceitos, termos e estruturas semânticas sobre "Religião" presentes nos três tesauros. Os procedimentos metodológicos incluem a análise terminológica e crítica desses SOC, ancoradas na pesquisa documental em ambientes digitais. O referencial teórico se fundamenta nos conceitos de OC (Dahlberg, 2006) e na vertente crítica da Organização Social do Conhecimento (Moura et al., 2024), articulando discussões sobre garantia cultural, justiça epistêmica e reparação taxonômica (Adler, 2016). Observou−se que o TheSoz e o Eurovoc subordinam saberes ancestrais mantendo o termo colonialista e discriminatório "Religião primitiva", o Eurovoc cita o ateísmo como uma das formas de relação ausente com o espiritual, enquanto o GEMET demonstrou uma visão ocidental cristã restritiva, excluindo espiritualidades panteístas e ligadas à natureza. Religiões de matriz africana e espiritualidades indígenas estão ausentes na representação do conhecimento realizada pelos três SOC analisados. Conclui−se que a retirada do termo “religião primitiva” e uma inclusão estruturada de espiritualidades indígenas, orientais, de matriz africana e a ampliação de perspectivas filosóficas e não religiosas sub−representadas, como o ateísmo, nos tesauros analisados poderão contribuir para sistemas mais comprometidos com a diversidade de credo e sociocultural.

BIBLIOGRAFIA: ADLER, Melissa. The Case for Taxonomic Reparations. Knowledge Organization, [s.l], v. 43, n. 8, p. 630−640, 2016. DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge Organization: A New Science?. Knowledge Organization, [S. l.]: IMR Press, v. 33, n. 1, p. 11−19, 2006. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/KO/33/1/10.5771/0943−7444−2006−1−11. Acesso em: 27 mar. 2026. MOURA, Maria Aparecida; TRIVELLATO, Rosana Matos da Silva; GOMES, Pablo. Justiça Epistêmica e Organização do Conhecimento: Perspectivas Críticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., Vitória, 2024. Anais [...]. Vitória: UFES, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2669**

TITULO:A matriz energética indiana e sua relevância na luta global contra as mudanças climáticas

AUTOR(ES) : **BEATRIZ RODRIGUES DO AMARANTE**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: No atual contexto de reconstrução da ordem global, o papel assumido pela Índia, ao lado de outros países emergentes, tem se tornado cada vez mais evidente. Temas centrais da agenda internacional, como mudanças climáticas e transição energética são, progressivamente, permeados pela influência destes países. A Índia, por exemplo, possui a terceira maior demanda mundial por energia, antecedida apenas pela China e pelos Estados Unidos, respectivamente. Considerando esse contexto, o objetivo inicial da referida apresentação é compreender o comprometimento da Índia quanto a esse cenário – considerando sua matriz energética ainda muito baseada no carvão – , por meio de um estudo de caso com enfoque na Rede Aberta de Inteligência Planetária (OPIN). A iniciativa, lançada pelo Brasil e pela Índia após a COP−30, tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento com bases sustentáveis, ao mesmo tempo em que se ajusta às necessidades do Sul Global. Para tal, a pesquisa adotará o construtivismo como marco teórico, especificamente o trabalho "Role Theory" de K. J. Holsti, usando a metodologia de estudo de caso – centrando a análise na OPIN. Como resultados esperados, espera−se uma confirmação da necessidade de ainda ampliar as ações derivadas desse acordo, mas também um entendimento de que há um comprometimento recente em ir além de simples discursos a favor do meio ambiente, ativamente buscando melhorias no que diz respeito às questões ambientais que assolam o globo.

BIBLIOGRAFIA: Losekann, Luciano; Tavares, Felipe Botelho (2019) : Política energética no BRICS: Desafios da transição energética, Texto para Discussão, No. 2495, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Disponível em: https://www.econstor.eu/handle/10419/211446 KONRAD, Fábio Corrêa. Contexto energético da Índia e os desafios e políticas relacionados. BICALHO, Ronaldo Goulart. 2015. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/995 K. J. Holsti: National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. International Studies Quarterly, Vol. 14, No. 3 (Sep., 1970), pp. 233−309. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3013584

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2678**

TITULO:A PACIFICAÇÃO E EXPLORAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC): ITURI, A ATUAÇÃO DA MONUSCO E A DINÂMICA DOS CONFLITOS NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS AFRICANOS

AUTOR(ES) : **MARCO ANDRÉ CORRÊA CHEBLE**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Embora não tenha havido confronto direto entre EUA e URSS, ocorreram diversos embates armados no Sul Global, especialmente em meio aos processos de independência na África e na Ásia. Nesse cenário, as práticas de pacificação, herdadas do colonialismo desde o século XV, foram reconfiguradas por estratégias de contra−insurgência. Apesar de apresentadas como esforços para restaurar a paz, essas ações visam, na prática, impor uma ordem favorável aos interesses das potências, garantindo o monopólio de poder e a circulação do capital. Como aponta Neocleous (2011), instaura−se uma "segurança insegura" que mantém um estado permanente de instabilidade, alimentando o ciclo de conflitos e justificando novas intervenções. A partir disso, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação de Ituri, província no nordeste da República Democrática do Congo (RDC), a qual é marcada por um histórico violento de massacres entre as comunidades Hema e Lendu, que disputam o controle político e das terras da região. Ademais, a pesquisa se baseia em três objetivos principais: Entender criticamente como os conflitos na região dos Grandes Lagos moldaram a construção colonialista da RDC como nação, examinar a complexidade das relações entre as comunidades presentes em Ituri e analisar o impacto da MONUSCO dentro da RDC. Desde 1999, milícias armadas representantes de ambos os lados do conflito, muitas apoiadas por países como Uganda e Ruanda, atuam violentamente na região, causando mortes e um intenso deslocamento de refugiados. Diante desse cenário, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a MONUC (rebatizada para MONUSCO em 2010), uma missão de estabilização com o objetivo de restabelecer a paz na região. A pesquisa se insere em um debate contemporâneo, em um conflito que se mantém até os dias atuais e possui missões humanitárias críticas em andamento. Assim, busca−se contribuir para a resposta à seguinte pergunta: Como a situação de Ituri e os conflitos entre os países dos Grandes Lagos reflete o caráter exploratório da pacificação no na República Democrática do Congo? A hipótese central versa sobre o fato de que a violência em Ituri, longe de ser apenas o resultado de rivalidades étnicas locais, é profundamente entrelaçada com disputas por recursos minerais, que mobilizam interesses de corporações estrangeiras e atores políticos regionais. Nesse sentido, a chamada "pacificação" se apresenta não como um processo de reconstrução nacional autônoma, mas como uma gestão prolongada do caos, que serve para manter a RDC como um território economicamente explorável e politicamente tutelado. Por fim, a pesquisa terá como base artigos científicos que abordam a temática, além de livros, relatórios e documentos oficiais, das Nações Unidas e de Organizações que atuam na região,sobre a atuação da MONUSCO e a situação de Ituri, Busca−se também uma análise qualitativa e crítica sobre a pacificação na região.

BIBLIOGRAFIA: NEOCLEOUS, M. "A Brighter and Nicer New Life": Security as Pacification. Social & Legal Studies, [s. l.], 2011. GILL, Andréa. Sistemas de Conflitividade. BPC Papers, [s. l.], 2025. SHILLIAM, R. Non−Western thought and international relations. In: SHILLIAM, R. (ed.). International relations and non−western thought: imperialism, colonialism, and investigations of global modernity. New York: Routledge, 2011. Kaldor M (1999) New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era. Cambridge: Polity.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2692**

TITULO:A proteção da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade patrimonial no âmbito familiar

AUTOR(ES) : **JOSUE PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS**

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a vulnerabilidade patrimonial da pessoa idosa no âmbito das relações familiares, com ênfase nas fraudes previdenciárias, nos empréstimos consignados indevidos e nas práticas abusivas relacionadas aos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O tema justifica−se pelo crescente número de denúncias envolvendo descontos não autorizados, fraudes contratuais e manipulação de pessoas idosas por familiares ou terceiros, situações que evidenciam quadros de hipervulnerabilidade econômica, digital e social, agravados pela assimetria informacional e pela dependência afetiva característica das relações intrafamiliares. Diante disso, questiona−se: em que medida o ordenamento jurídico brasileiro oferece tutela efetiva à autonomia patrimonial da pessoa idosa frente a práticas abusivas perpetradas no contexto familiar? Busca−se compreender como instrumentos normativos — especialmente o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), os princípios da dignidade da pessoa humana, da boa−fé objetiva e da proteção dos vulneráveis — atuam na salvaguarda desses indivíduos. A metodologia baseia−se em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de legislação, doutrina especializada e jurisprudência atinente à responsabilidade civil, à proteção patrimonial e à efetividade das políticas públicas voltadas a grupos vulneráveis. Como resultados parciais, verifica−se que, não obstante a existência de mecanismos legais de proteção, persistem lacunas relevantes quanto à fiscalização institucional, ao acesso à justiça, à vulnerabilidade digital e à efetividade das medidas de amparo. Espera−se, ao final, contribuir para o fortalecimento do debate sobre a proteção civil da pessoa idosa nas relações familiares, notadamente diante de condutas que comprometam sua dignidade, autonomia e estabilidade econômica.

BIBLIOGRAFIA: BARLETTA, Fabiana Rodrigues; ALMEIDA, Vitor (coord.). A tutela jurídica da pessoa idosa: melhor interesse, autonomia, vulnerabilidade e relações de consumo. 2. ed. São Paulo: Foco, 2022. GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Princípios constitucionais de direito de família: família, criança, adolescente e idoso. São Paulo: Atlas, 2008. MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2769**

TITULO:A Influência da Literatura no Mundo da Moda: o fenômeno dos chaveiros de mini livros.

AUTOR(ES) : **LETICIA CRISTINA PASSOS DE LIMA,GIULLIA MORATELLI GENTIL BRITO BERNARDO**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO: A moda e a literatura são importantes manifestações culturais que refletem valores, comportamentos e mudanças sociais. Embora sejam tradicionalmente vistas como áreas distintas, atualmente observa−se uma aproximação entre o campo da literatura e da moda por meio de produtos que agregam referências literárias ao universo da moda. Um exemplo recente é o fenômeno dos book charms (chaveiros de mini livros), que ganhou destaque durante a New York Fashion Week, quando a atriz Elle Fanning apareceu utilizando o acessório lançado pela marca Coach em parceria com a Penguin Random House. A tendência demonstra como os livros estão se tornando símbolo de identidade, estilo e pertencimento cultural. Nesse contexto, a moda pode ser entendida como uma fonte de informação capaz de comunicar gostos, valores e interesses dos indivíduos. Analisar a influência da literatura no universo da moda a partir do fenômeno dos chaveiros de mini livros, compreendendo como obras literárias são transformadas em elementos de consumo, identidade cultural e tendência de mercado, além de discutir sua relação com a circulação da informação. A pesquisa caracteriza−se como exploratória, bibliográfica e documental. Foram analisadas matérias jornalísticas e artigos acadêmicos. Os resultados indicam que os chaveiros de mini livros representam uma tendência que combina moda, cultura e consumo. Diferentemente de acessórios convencionais, esses produtos carregam significados permitindo que os consumidores expressem preferências e interesses por meio de objetos como chaveiros de livros. Observou−se também que obras literárias clássicas e contemporâneas passam por um processo de ressignificação ao serem transformadas em acessórios de moda. Dessa forma, os livros ganham visibilidade em novos espaços sociais e alcançam públicos que, muitas vezes, não mantêm contato frequente com ambientes tradicionais de leitura, como bibliotecas e livrarias. Outro aspecto identificado é o papel das redes sociais e das mídias digitais na disseminação dessa tendência. Conforme apontam estudos sobre pesquisa de tendências na moda, as plataformas digitais funcionam como importantes fontes de informação para a identificação e propagação de novos comportamentos de consumo. Dessa forma, imagens dos mini livros em bolsas contribuíram para transformar o produto em objeto de desejo entre os consumidores. Conclui− se que os chaveiros de mini livros demonstram a capacidade da literatura de dialogar com diferentes setores da sociedade, incluindo a moda. O fenômeno representa uma forma de valorização cultural que aproxima os indivíduos do universo literário. Além disso, evidencia o papel da moda como meio de comunicação e como importantes fontes de informação na construção e disseminação de tendências. Para a Biblioteconomia, o caso revela novas possibilidades de circulação da informação e de promoção da literatura em contextos contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA: SILVA, Francini Rodrigues da. FONTES DE INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE TENDÊNCIAS NA ÁREA DA MODA, Rio de Janeiro. 2016. BARROS, Maria Cecilia Jardim. A moda como fonte de informação: uma abordagem técnica para a organização e a representação documentária de trajes. 2025. Site VOGUE. https://www.voguescandinavia.com/articles/book−bag−charm−new−york−fashion−week, acessado em maio de 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2798**

TITULO:ALÉM DO NEXUS: LEAGUE OF LEGENDS COMO ESPAÇO INFORMACIONAL E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES

AUTOR(ES) : **ANA BEATRIZ DA CRUZ DE FIGUEIREDO RAMOS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Essa pesquisa tem como objetivo analisar como a violência de gênero se manifesta no jogo League of Legends, compreendendo−o como um espaço online de interação, comunicação e circulação de informações. Parte−se da ideia de que os jogos online não se limitam ao entretenimento, pois também funcionam como ambientes de convivência, troca de experiências, construção de sentidos e formação de comunidades digitais. No entanto, esses mesmos espaços podem reproduzir desigualdades presentes na sociedade, especialmente quando mulheres são alvo de discursos misóginos, assédio, desqualificação de suas habilidades, sexualização, violência verbal e exclusão simbólica. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, e foi desenvolvida a partir da análise de registros digitais relacionados ao League of Legends, como capturas de tela de chats durante partidas, publicações do antigo fórum oficial do jogo e um caso ocorrido no cenário competitivo profissional, envolvendo a equipe feminina Vaevictis Esports, que enfrentou atitudes estereotipadas durante uma partida oficial. Os registros foram selecionados de forma intencional, priorizando materiais públicos ou amplamente divulgados que apresentassem manifestações explícitas ou simbólicas de violência de gênero contra mulheres. O procedimento de análise foi realizado por meio da análise de conteúdo, com categorização temática construída a partir do referencial teórico e das manifestações identificadas nos registros selecionados. A análise mostra que a violência de gênero não aparece apenas como uma ofensa isolada, mas como uma prática que afeta a experiência das jogadoras, interfere em sua permanência no jogo e limita sua participação nos espaços da comunidade. Os resultados identificaram manifestações de misoginia, sexualização, violência verbal, desqualificação da habilidade feminina, reprodução de estereótipos, exclusão simbólica e minimização das violências sofridas pelas jogadoras. Dessa forma, o estudo busca contribuir para as discussões da Biblioteconomia e da Ciência da Informação ao evidenciar que os jogos online também são espaços informacionais atravessados por disputas de poder, práticas de exclusão e barreiras à participação feminina. Conclui−se que o enfrentamento dessas práticas depende não apenas de ferramentas de denúncia e moderação, mas também de mudanças culturais e da construção de ambientes digitais mais seguros, inclusivos e favoráveis à participação das mulheres.

BIBLIOGRAFIA: COSTA, D.; PIMENTA, R. M. Gamificação do comum: o jogo digital enquanto realidade sócio−cultural e dispositivo mediador info−comunicacional. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 12, n. 2, 2017. COSTA, S.; TAVARES, M.; SILVA, B. M. da.; ISCA, B.; CEROL, F. Discurso de Ódio nos Videojogos e nas Comunidades de Jogos Online — Estado da Arte. Revista Comunicando, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 261–278, 2020. DOI: 10.58050/comunicando.v9i1.3. GALDINO, Renata Jéssica; SILVA, Tarcisio Torres. Violência contra as mulheres nos games: território de tensões e resistências. Fronteiras: estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 23, n. 2, p. 245−258, maio/ago. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2800**

TITULO:RACISMO ESTRUTURAL E POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL: A APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE DROGAS COMO INSTRUMENTO DE SELETIVIDADE PENAL E REPRODUÇÃO DA LÓGICA ESCRAVOCRATA NA DEFINIÇÃO DE USUÁRIO E TRAFICANTE.

AUTOR(ES) : **GABRIELA ACIOLY NOVAES DE SOUZA,MARIA CLARA ALVES BARB FREIRE**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA SANNA LEAL DE MEIRELLES**

RESUMO: Espera−se demonstrar que a alta punitividade da nova Lei das organizações criminosas se dá justamente por afetar principalmente as comunidades mais marginalizadas, para de certa forma apaga−los do convívio social, já que a pena máxima da nova lei atinge os 40 anos, o qual é o máximo de pena do código penal, junto há porcentagens enormes para progressão de pena, sendo nítido o desprezo pelo caráter de ressocialização da pena, uma vez que este indivíduo será privado da vivencia em sociedade por tem suficiente para não conseguir se encaixar novamente no meio A pesquisa também parte da premissa de que a elevada punitividade da atual política criminal, especialmente após o fortalecimento da legislação associada à Lei de Drogas e à Lei de Organizações Criminosas, que não é neutra mas opera como instrumento de controle social seletivo, é direcionada historicamente a corpos racializados. Sustenta−se que a construção do “inimigo” recai sobre jovens negros e moradores de periferias, cuja criminalização atende a uma lógica de apagamento social herdada de estruturas escravocratas, nas quais determinados grupos são tratados como descartáveis ou permanentemente suspeitos. Nesse contexto, a resposta penal excessiva, marcada por penas longas e restrições severas de direitos, compromete o caráter ressocializador da sanção e contribui para a produção de trajetórias de exclusão definitiva, dificultando ou inviabilizando o retorno desses indivíduos à vida em sociedade e reforçando ciclos de marginalização e desigualdade racial.

BIBLIOGRAFIA: FREYRE, Gilberto. Casa−grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto−Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 ago. 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2804**

TITULO:Ecossistema de Inovação da UFRJ: Estrutura, Articulação Institucional e Mecanismos de Financiamento na Cidade do Rio de Janeiro

AUTOR(ES) : **ALICE SAAR,DANIEL RIBERA VAINFAS**

ORIENTADOR(ES): **EUZEBIO JORGE SILVEIRA DE SOUSA**

RESUMO: Os ecossistemas de inovação têm se consolidado como arranjos institucionais dinâmicos e fundamentais para promover o desenvolvimento econômico, a competitividade territorial e a geração de conhecimento aplicado (GRANSTRAND; HOLGERSSON, 2020; STAM; SPIGEL, 2017). Nesse sentido, a interação entre universidades, empresas, governo e atores financeiros cria condições para o surgimento de empreendimentos de base tecnológica (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000). Na cidade do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) destaca−se como polo central de produção científica e tecnológica. Entretanto, persistem gargalos na conversão de conhecimento acadêmico em inovação de mercado e na atração de capital de risco e fomento público (MAZZUCATO, 2014; TIGRE, 2014). Nesse contexto, este trabalho investiga como o ecossistema de inovação vinculado ao Parque Tecnológico da UFRJ e à InovaUFRJ (Agência de Inovação / NIT−UFRJ) atua na articulação entre universidade, empresas e Estado para fortalecer projetos inovadores e expandir sua capacidade de captação de recursos. Parte−se da hipótese de que, embora a UFRJ possua elevada densidade científica, a efetividade da transferência tecnológica e a sustentabilidade das startups dependem da governança e da maturidade das conexões com fontes de financiamento (ADNER, 2017; KUPFER; HASENCLEVER, 2013). O objetivo geral é analisar a estrutura do ecossistema associado à UFRJ como ambiente estratégico de atração de recursos na cidade do Rio de Janeiro. De forma específica, busca−se: 1) Mapear atores, programas e instrumentos de fomento; 2) Identificar canais formais e informais de interação universidade−empresa; 3) Analisar gargalos financeiros nas fases intermediárias (vale da morte); e 4) Captar a percepção de gestores e empreendedores. A metodologia qualitativa e exploratória baseia−se em: revisão bibliográfica (CAI; ETZKOWITZ, 2020; LIU; WHITE, 2001); pesquisa documental em relatórios e editais da InovaUFRJ e do Parque Tecnológico; e entrevistas semiestruturadas com gestores, representantes de incubadoras e fundadores de startups. Os resultados preliminares indicam que a UFRJ desempenha papel estruturante na oferta de infraestrutura e capital humano. Evidencia−se a relevância de iniciativas voltadas ao aporte de smart money e capacitação, como os programas InovAção e InovaSeed. Contudo, persistem desafios na articulação de agentes, escassez de capital semente (seed money), assimetrias de informação e gargalos burocráticos no licenciamento tecnológico. Conclui−se que a consolidação do ecossistema carioca exige a ampliação de mecanismos integrados de governança e financiamento para orientar estratégias regionais de inovação.

BIBLIOGRAFIA: CAI, Y.; ETZKOWITZ, H. Theorizing the Triple Helix model: Past, present, and future. Triple Helix, v. 7, n. 2−3, p. 189−226, 2020. GRANSTRAND, O.; HOLGERSSON, M. Innovation ecosystems: a conceptual review and a new definition. Technovation, v. 90−91, art. 102098, 2020. TIGRE, P. B. Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2956**

TITULO:O CINEMA “PARA EXPORTAÇÃO”: O CHOQUE ENTRE BOLYWOOD E O CINEMA PARALELO

AUTOR(ES) : **LETICIA VELASCO ASSIS,NICOLE BARBOSA FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: A presente pesquisa investiga por que produções cinematográficas que retratam a Índia a partir de sua pobreza e marginalidade social obtêm reconhecimento em premiações internacionais, como o Óscar, enquanto superproduções épicas indianas que exaltam a profundidade histórica e cultural do país são sistematicamente ignoradas. A partir da análise de filmes que concorreram nessas premiações, como “Quem quer ser um milionário?” (2009), o estudo examina essa tendência a partir do conceito de “poverty porn”. Além disso, o Orientalismo, formulado por Edward Said, é utilizado como referencial teórico para estruturar como o Ocidente construiu em seu imaginário o Oriente, mais especificamente, a Índia. Por fim, o cinema paralelo também é analisado a fim de demonstrar que nem mesmo produções realistas, com pautas sociais, políticas e econômicas, obtêm validação ocidental, pelo fato de fugir dos moldes ocidentalizados. Assim, a pesquisa tem como objetivo inicial compreender os mecanismos culturais e ideológicos que estruturam o olhar ocidental sobre o cinema indiano, identificando de que forma esse olhar orienta − e limita − o reconhecimento internacional de produções que fujam da imagem de uma Índia subalterna.

BIBLIOGRAFIA: SAID, Edward W. Orientalismo. Barcelona: Debolsillo, 2015. Disponível em: Google Books. Acesso em: 23 abr. 2026. KAUR, Raminder. Viewing the West through Bollywood: a celluloid accident in the making. Contemporary South Asia, v. 11, n. 2, p. 199–209, 2002. Disponível em: Taylor & Francis Online. Acesso em: 23 abr. 2026. THE REAL roots of the “Slumdog” protests. The New York Times – Room for Debate, 20 fev. 2009. Disponível em: The New York Times – Room for Debate. Acesso em: 23 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2977**

TITULO:Big Techs: A Coleta e Utilização de Dados Sensíveis X Regulamentação

AUTOR(ES) : **CAIO ALVES BRITTO,MATEUS ANDRADE DE CARVALHO,LUIZ HENRIQUE AQUINO DE SALLES,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO: Introdução: Atualmente, a arquitetura digital transformou a experiência humana em "matéria−prima" para a predação comercial. Distanciando−se do ideal benéfico de tecnologias conscientes, como o projeto pioneiro Aware Home (2000), as Big Techs consolidaram o que Shoshana Zuboff denomina "Capitalismo de Vigilância": um modelo econômico focado na apropriação massiva de dados pessoais para prever, modificar e mercantilizar o comportamento dos usuários. Dialogando com essa perspectiva, Sergio Amadeu da Silveira discute a consolidação dessa sociedade informacional, evidenciando a profunda assimetria de poder estabelecida: enquanto corporações exigem transparência total da vida dos cidadãos, mantêm seus próprios algoritmos e modelos de negócio sob estrita opacidade, enfraquecendo direitos fundamentais como a privacidade, o anonimato e a autonomia individual. Essa estrutura de controle é aprofundada por Cathy O'Neil em sua crítica aos modelos algorítmicos opacos que atuam como caixas−pretas institucionais. Sem canais de contestação para os indivíduos afetados, esses sistemas perpetuam desigualdades e ampliam os mecanismos de monitoramento. Diante desse cenário de hipervigilância, assimetria de mercado e ameaça às garantias civis, torna−se imperativo discutir os limites políticos dessas corporações e os caminhos para a regulamentação democrática das grandes empresas de tecnologia. Objetivo: O objetivo geral é analisar como as grandes corporações de tecnologia utilizam a arquitetura digital e a coleta massiva de dados pessoais para exercer um controle dos indivíduos. Metodologia: A metodologia utilizada é uma revisão teórica e bibliográfica, através da leitura de livros e pesquisa de artigos no Google Acadêmico e BRAPCI: Base de Dados em Ciência da Informação. Resultados: A expectativa é que, possamos ter resultados que demonstrem que as Big Techs estão corrompendo a privacidade da população e que o manejo desses dados sensíveis necessitam de regulamentação. Conclusão: O estudo conclui que essa dita vigilância tecnológica é exacerbada, e opera de maneira constante, e que pouco é feito relacionado aos inúmeros casos de quebra de confidencialidade desses dados já noticiados, como na CNN Brasil a exemplo, que torna essencial o debate e a conscientização da sociedade, a busca pela transparência, e a regulamentação pelo direito de preservação dos dados dos usuários.

BIBLIOGRAFIA: ZUBOFF, Shoshana. Lar ou exílio no futuro digital. In:. A era do capitalismo: a luta por um futuro mais humano na nova fronteira do poder. 1.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. p. 14–37. SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017. O'NEIL, Cathy. Algoritmos de destruição em massa: como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Rio de Janeiro: Rua do Sabão, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3005**

TITULO:DEMOCRACIA PARA MULHERES EM TEMPOS DE UM BRASIL FASCISTA: A RESPONSABILIDADE DAS BIG TECHS E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA A PARTIR DE CONTEÚDOS MISÓGINOS

AUTOR(ES) : **JÚLIA RIBEIRO DE ANDRADE SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA,MARIA LAURA PAIVA SALES DA SILVA**

RESUMO: O projeto busca entender a relação de acumulação das grandes empresas de tecnologia (“ bigtechs ”) com o amplo compartilhamento de ideais que desumanizam a figura da mulher, fazendo conexão com a ascensão de grupos fascistas nas redes sociais e fóruns online. O tema é de extrema relevância considerando o cenário atual do Brasil, que tem visto numerosos casos de violência contra a mulher e outros crimes de ódio relacionados ao crescimento da extrema direita, que se propagou consideravelmente desde o golpe contra a ex−presidente Dilma em 2016, e é fundamentada em valores conservadores sexistas, utilizando da retórica neoliberal de liberdade de expressão para legitimar discursos extremistas. No capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo está consolidado nas esferas de maior poder político−econômico no Brasil, por isso, a partir da ótica da economia política e da Teoria da Reprodução Social, a pesquisa tem o objetivo geral de fazer uma articulação entre a acumulação capitalista e as opressões de gênero na nossa sociedade atual desde o golpe de 2016, que data o aumento da propagação do bolsonarismo. Para isso, é estabelecido o objetivo específico: entender a funcionalidade das violências de gênero para o poder econômico, político e social das big techs . A metodologia adotada é a análise qualitativa partindo do materialismo histórico e da dialética, através do qual se investiga a acumulação capitalista contemporânea em articulação com o neoliberalismo e opressões de gênero em contexto político, econômico e social do domínio das big techs . Espera−se compreender a opressão de gênero como uma parte crucial do capitalismo, inserida no seu modo de produção e reprodução e consequentemente parte do processo de acumulação de algumas das maiores empresas do mundo, como a Meta. Busca−se também entender como esse sistema e a acumulação capitalista dessas empresas têm se alavancado com a propagação do ódio à mulher, e, muitas vezes, sendo lugar para o sustento de ideais fascistas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023. BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, "valores familiares" e democracia. In:_____ Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. p.157−219 SAAD−FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brasil: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3042**

TITULO:DISTRIBUIÇÃO E SEGREGAÇÃO RACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS: A METODOLOGIA DE ANÁLISE PARA ENTENDER A SEGREGAÇÃO RACIAL

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO SIMAO RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: Este projeto de pesquisa busca contribuir para o enfrentamento do racismo e seus efeitos sociais no campo dos estudos e políticas urbanas, por meio de três frentes: leituras e discussões sobre segregação racial (Garcia, 2009), análise histórica dos censos do IBGE e produção cartográfica da distribuição racial nas cidades. O intuito é oferecer instrumentos que ajudem a compreender a complexidade do racismo em sua manifestação urbana, mapeando padrões de localização dos diferentes grupos raciais nas cidades (como a divisão centro−periferia, áreas de concentração, conexões com indicadores sociais, infraestrutura urbana e a espacialização da pobreza e da riqueza) e seus impactos concretos e simbólicos nas dinâmicas raciais. Pretendemos, neste trabalho, discutir o processo e metodologia de análises adotadas para leitura das cartografias produzidas para a exposição e visualização da distribuição racial, com base em mapas de diferentes escalas de análise — Intra municipal, municipal ou região metropolitana / municípios agregados — baseando−se em dados, principalmente dos censos do IBGE, para que consigamos analisar e comparar diferentes territórios em escala nacional. Para uma boa compreensão dos dados raciais no Brasil e nas dinâmicas estabelecidas em cada um dos recortes de análise, trabalhamos com três níveis de análise; Análise intuitiva é a primeira fase de leitura onde construímos a análise apenas em cima da espacialização do dado racial cartografado, sem outras informações ou pesquisa prévia, tentando identificar padrões de segregação apenas com o que os dados comunicam; Análise informada é feita adicionando outras camadas que ajudem a entender a estrutura do território mapeado, entendendo algumas dinâmicas urbanas, centralidades e sub−divisões; Análise aprofundada é a mais completa, vindo acompanhada de uma pesquisa que pode incorporar artigos e outros trabalhos que ajudem a entender desde o processo formação. Na pesquisa, entendemos que devido a particularidades de cada unidade espacial, se torna quase impossível fazer uma boa análise ou identificar todos os diferentes padrões de segregação racial se utilizando de apenas uma forma de visualização ou escala. Atualmente, trabalhamos as distribuições raciais com dez variações de mapas que compõe o nosso kit básico, espacializando as distribuições de brancos (categoria censitária) e negros (categoria analítica resultante da soma das categorias censitárias pretos e pardos) que acreditamos que possibilitam uma visualização que contempla diferentes padrões e escala das distribuições raciais na cidade, são eles: Mapa de 5 classes fechadas; Mapa de 10 classes fechadas; Mapa de Quartis, Quintis e Decis; Mapa de concentração de pessoas 50, 60 e 75%; Mapa de calor e Nuvem de pontos, que podem vir somados de outras camadas para complexificar a leitura.

BIBLIOGRAFIA: GARCIA, Antônia dos Santos. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d’Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. SANTOS, Renato Emerson dos. Distribuição dos grupos raciais em cidades brasileiras: sobre segregação, estrutura e experiência urbana. In: Volochko, Danilo & Prizon, Leonardo Palhares (orgs.). Geografia urbana: a produção do urbano e a urgência da práxis transformadora. Curitiba: Appris, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3072**

TITULO:O fenômeno da pejotização no contexto pós reforma trabalhista de 2017: uma análise do posicionamento e da jurisprudência do STF

AUTOR(ES) : **ANA CLARA MOLINA RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **RODRIGO DE LACERDA CARELLI**

RESUMO: A presente pesquisa busca estudar o fenômeno da pejotização, especificamente em um contexto pós reforma trabalhista de 2017, voltada para a observação de como se deu a evolução do debate do STF acerca dessa questão e a forma como esse órgão tem se posicionado, objetivando−se compreender em que sentido pendem as decisões da Suprema Corte. Assim, o que se busca é apurar algumas questões, tais como o ponto inicial dessa discussão, jurisprudência, Teses já formuladas e a discussão de Temas propostos pelo STF. A metodologia aplicada na pesquisa consiste na análise das posições jurisprudenciais no STF e estudo de bases doutrinárias e normativas que se relacionam de alguma forma com o tema. Será realizada análise da evolução dessas decisões, por meio da identificação de padrões decisórios e de possíveis divergências. O estudo é teórico e empírico, sendo realizada revisão bibliográfica quanto à parte teórica e análise documental em relação à parte empírica, analisando−se os julgados do STF para verificar como se estabelece a discussão no âmbito da Corte Suprema e sua relação com a teoria do Direito do Trabalho. A partir da problematização acerca da evolução do debate do STF em relação ao fenômeno da pejotização, a hipótese, como resultado esperado da presente pesquisa, é no sentido de que a Suprema Corte, que tem um protagonismo cada vez maior em diversas discussões e decisões de questões trabalhistas, vem menosprezando todo o arcabouço teórico−normativo do Direito do Trabalho, privilegiando a liberdade de contratar, em detrimento dos direitos fundamentais do trabalho previstos na Constituição da República.

BIBLIOGRAFIA: BARBOSA. Attila Magno e Silva. ORBEM, Juliani Veronezi. “Pejotização”: Precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, v. 10, n.2, dezembro, 2015. CARELLI, Rodrigo. CASAGRANDE, Cássio. A Suprema Corte Contra os Trabalhadores. Brasília: Venturoli, 2025. COUTINHO, Grijalbo Fernandes. Justiça Política do Capital: A desconstrução do direito do trabalho por meio de decisões judiciais. São Paulo: Tirant to Blanch, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3139**

TITULO:REFUGIADOS AMBIENTAIS EM BUSCA DE RECONHECIMENTO NO DIREITO INTERNACIONAL

AUTOR(ES) : **NICOLAS PAES,DIVO AUGUSTO CAVADAS,MYLENA SALATINO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: O relatório da ACNUR −Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados − chegou à conclusão de que, dos mais de 120 milhões de deslocados forçados, três quartos vivem em países sofrentes dos impactos das mudanças climáticas. Países como Bangladesh, grande receptor de refugiados Rohingyas, é um exemplo desse fenômeno, ao passo que sofre anualmente com catástrofes ambientais − destacando−se inundações causadas pelo aumento dos rios , ciclones tropicais e pelas chuvas de monções causando alagamentos − altamente nocivas em seu território. Nesse viés, a presente pesquisa almeja relacionar a depredação da natureza e a dificuldade de garantia dos direitos humanos sob a ótica do surgimento dos “deslocados forçados por questões ambientais” na atualidade. O trabalho inicia−se com a análise da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, e, a partir deles, as garantias obtidas com cada classificação. Desse ponto, se faz uma conexão com o termo acadêmico “migração e refúgio ambiental” − ainda não reconhecido, tanto a classificação quanto a própria crise ambiental como motivo de migração forçada e refúgio. Deste ponto se alcança o problema de pesquisa, que se constitui nas causas para o surgimento dessa forma de migração forçada e o motivo do seu não reconhecimento. Sob uma metodologia histórica de estudo de caso, associado à Teoria do Direito Internacional das Catástrofes e à jurisprudência internacional, é feita a análise das constantes catástrofes ambientais ocorridas anualmente em Bangladesh, que culminaram em cerca de 700.000 pessoas fugindo do país por motivos ambientais − o que se choca com o papel do país como receptor de imigrantes . O agravamento desses fenômenos, devido a ações antrópicas de depredação da natureza, tornou eventos dessa magnitude mais do que apenas desastres naturais, alcançando o patamar de catástrofes ambientais devido às suas proporções sociais e econômicas extremas − o que destaca−se como uma causa para o aumento de migrações. Desse ponto faz−se um paralelo com a Declaração de Cartagena (1984), que já reconhece fenômenos que ferem altamente os direitos humanos e circunstâncias que perturbem gravemente a ordem pública como motivos que enquadrem migrantes por esses motivos como refugiados − o que, ao longo do artigo, busca−se salientar que os impactos de catástrofes ambientais se adequam a essas classificações. Além disso, uma segunda hipótese analisada é a falta de visibilidade dessas pessoas devido às suas nacionalidades. Através de ambas as análises, busca−se provar que as vítimas desse movimento migracional são menosprezadas e desamparadas juridicamente em contexto protetivo de direitos humanos por causa da sua origem e da posição geopolítica em que se destaca a localidade, e que não somente é necessário colocar essas pessoas em uma posição de migração, mas de refúgio, devido à sensibilidade e às garantias atribuídas a essa classificação.

BIBLIOGRAFIA: IR GLOBAL. The human rights laws in Bangladesh. Disponível em: https://irglobal.com/article/the−human−rights−laws−in−bangladesh/. Acesso em: 22 abr. 2026. GUERRA, Sidney. Direito Internacional das Catástrofes. 2. ed. Rio de Janeiro: Grande Editora. ACNUR. Relatório do ACNUR revela que as mudanças climáticas.... 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados−imprensa/relatorio−do−acnur−revela−que−mudancas−climaticas−sao−uma−ameaca. Acesso em: 25 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3149**

TITULO:A PRISÃO PREVENTIVA COMO ANTECIPAÇÃO DA PENA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DE CASOS DE TRÁFICO PRIVILEGIADO À LUZ DO PACOTE ANTICRIME E DA LEI Nº 15.272/2025

AUTOR(ES) : **LUIZA FARIA LIMA**

ORIENTADOR(ES): **JUNYA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO: A análise do encarceramento em massa, muito em voga na doutrina contemporânea, não pode ser dissociada do que se entende pelo fenômeno da “ cautelarização do processo ”, consistente na crescente importância que assumem as medidas cautelares tanto no âmbito do processo civil, quanto no processo penal . No processo penal, esse fenômeno se apresenta, em especial, sob o uso disfuncional das prisões cautelares − sobretudo, da prisão preventiva −, em conflito direto com o princípio da excepcionalidade que, ao menos em tese, rege a aplicação desse instituto. No Brasil, o resultado desse fenômeno é evidente: conforme o último levantamento realizado pelo SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais), relativo ao período de janeiro a junho de 2025, a população carcerária brasileira atinge o patamar de 701.637 pessoas presas em celas físicas, dentre as quais 206.426 representam presos provisórios. É, no mínimo, contraproducente que cerca de 30% da população carcerária seja composta por pessoas que ainda sequer foram condenadas, sobretudo à luz do direito fundamental da presunção da inocência, consagrado no artigo 5º, LVII, da Constituição Federal. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a investigar, por meio de uma análise empírica, se a prisão preventiva tem sido utilizada como forma de antecipação da pena em casos de tráfico privilegiado no Estado do Rio de Janeiro, especialmente após a vigência da Lei nº 13.964/19, popularmente conhecida como Pacote Anticrime, e à luz da Lei nº 15.272/2025, que trata sobre as circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva. Apesar de o ordenamento jurídico prever a excepcionalidade dessa medida cautelar e de garantir a obrigatoriedade do exame periódico de sua legalidade, parte−se da hipótese de que, na prática, existe uma possível subversão da finalidade do instituto. Desse modo, a pesquisa, de natureza quali−quantitativa, tem como base decisões judiciais proferidas entre 2020 e 2025 em sede de audiência de custódia, de modo a compará−las com as sentenças de mérito proferidas no 1º grau de jurisdição. A análise se concentrará em casos nos quais o réu, embora tenha direito à causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado (art. 33, §4º, da Lei 11.343), permaneceu preso preventivamente até que a sentença fosse prolatada, quando, então, venha a ser aplicada pena restritiva de direitos ou regime inicial aberto. Com isso, a pesquisa desenvolvida pretende verificar se a prisão cautelar tem sido aplicada de forma desproporcional nesse tipo penal, em desacordo com os princípios constitucionais da presunção de inocência, da excepcionalidade e da proporcionalidade.

BIBLIOGRAFIA: BARLETTA, Junya Rodrigues. Prisão Provisória e Direitos Humanos. BH: D'Plácido, 2019. BOITEUX, Luciana. Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. 2006. Tese (Doutorado em Direito) − Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: Teoria do garantismo penal. São Paulo: RT, 2002 LOPES JR., Aury. Prisões Cautelares e Habeas Corpus. 11ª ed. SP: Saraiva, 2026. ZANOIDE DE MORAES, Maurício. Presunção de inocência no processo penal brasileiro: análise de sua estrutura normativa para a elaboração legislativa e para a decisão judicial. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3181**

TITULO:A CULTURA DE ÉTICA COMO FUNDAMENTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

AUTOR(ES) : **BERNARDO CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO: O presente resumo tem por objetivo analisar a ética como pedra fundamental da governança corporativa, abordar as ferramentas fundamentais para a criação de um ambiente corporativo confiável, com vistas a fortalecer seus aspectos tangíveis e intangíveis, com ênfase no campo no âmbito de aplicação de conduta e atribuições de conselhos de administração e seus respectivos membros, buscando compreender seu papel em situações de conflitos e controvérsias. A relevância do estudo decorre de valores e princípios norteadores de conduta ética, viabiliza o convívio e a compreensão do ser humano em sociedades cada vez mais complexas e os desafios regulatórios contemporâneos. Adota−se como metodologia de vertente jurídico−social, revisão de análise bibliográfica e abordagem qualitativa de ditas boas práticas de governança corporativa. Como resultados parciais, sustenta−se que a ética traz a consecussão do ambiente social e corporativo almejado pelo Estado Democrático de Direito inaugurado pela Carta Política de 1988, o que evidencia a necessidade de assegurar sua plena e efetiva implementação e fiscalização. O trabalho busca contribuir para o debate sobre ética e seu caminho de construção e expansão no âmbito de aplicação do direito societário nacional contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA: Compliance, Ética, Responsabilidade Social e Empresarial. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. E−book. p.I. ISBN 9786555206708. Governança corporativa nas empresas: como a boa governança corporativa impulsiona valor para uma gestão empresarial de sucesso. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023. E−book. p.1. ISBN 9788550817880. [Guia Prático de Compliance/ organização Isabel Franco. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020. E−book. p.i. ISBN 9788530988692.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3185**

TITULO:OSCs em movimento: Clínica de Formação e Fortalecimento da Sociedade Civil

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA MOURA BARBOSA MENEZES DE QUEIROZ,ALAN FARIA ANDRADE SILVA,GIOVANNA BARBUTTI CARVALHOZA DO AMARAL,LORRAINE DE OLIVEIRA PEREIRA,MARIA EDUARDA SANTOS BEZERRA,BRUNA FERREIRA DE MACENA SIQUEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA ANTãO**

RESUMO: O projeto “OSC em Movimento: Clínica de Formação e Fortalecimento da Sociedade Civil” tem como objetivo a promoção de assistência técnica às organizações da sociedade civil após o processo de formalização institucional. Essas organizações são formalizadas gratuitamente pela Defensoria Pública, mas sem receberem instruções de como dar continuidade no processo de pós formalização. O projeto reconhece, então, a necessidade de suporte técnico para a continuidade dos trabalhos sociais que, muitas vezes, são realizados em áreas periféricas que buscam ampliar a garantia de direitos para populações mais vulnerabilizadas. Dessa forma, é realizado o suporte nas áreas de gestão, contabilidade e assessoria jurídica, inicialmente, através de visitas presenciais aos locais onde se dão essas atividades, e, posteriormente, assegurando esse auxílio de maneira remota, com o intuito de preservar sua manutenção e seu fortalecimento após o primeiro contato. A metodologia utilizada pelos alunos participantes foi construída em conjunto com os professores responsáveis pelo projeto, que, por meio de um curso de formação e treinamento sobre as OSCs, ampliou o conhecimento sobre esse processo de institucionalização e facilitou o acesso ao terceiro setor. Com esse diálogo, os integrantes se organizaram em grupos de atuação específicos responsáveis por diferentes etapas da assistência técnica: (1) atendimentos presenciais para a produção de um diagnóstico institucional, (2) o planejamento de ações de melhoria, (3) a elaboração de materiais de apoio e (4) o acompanhamento e monitoramento remoto das organizações atendidas. Como resultado, espera−se que, após o acompanhamento realizado pelo projeto, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desenvolvam maior autonomia para sua manutenção institucional e para a condução de processos burocráticos, qualificando−se para a administração e prestação de contas, participação em editais públicos de financiamento e gestão de suas atividades sem fins lucrativos. Além disso, espera−se que, com a apresentação da experiência dos participantes, o projeto fortaleça a cooperação entre docentes, discentes e o terceiro setor, evidenciando a importância da extensão universitária na promoção da cidadania e do desenvolvimento social.

BIBLIOGRAFIA: Referências: Cardoso Júnior, S. (2026). MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: FUNDAMENTOS JURÍDICOS, NATUREZAS DO TERCEIRO SETOR E COMPLIANCE NAS PARCERIAS PÚBLICAS. Aurum Editora, 112−129. Disponível em: https://doi.org/10.63330/aurumpub.038−007. Acesso em: 26 maio 2026. LOPEZ, F. G. (Org.). Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8396/1/Perfil%20das%20organiza%c3%a7%c3%b5es%20da%20sociedade%20civil%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3191**

TITULO:Pássaros migratórios: danmei e a censura

AUTOR(ES) : **MATHEUS DO NASCIMENTO OLIVEIRA,STHEFANY GOMES MOREIRA DA SILVA,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS,DIOGO XAVIER DA MATA**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON SANTOS COSTA**

RESUMO: Danmei é um gênero midiático chinês cujo tema principal é o romance entre homens. Historicamente, esse gênero passou por diversas mudanças devido à política e ao contexto sociocultural da China com o advento da censura a obras culturais e da chamada "lei anti−pornô" (Artigo 68 e 69 da The Law of the People's Republic of China on Penalties for Administration of Public Security), fazendo com que o conteúdo narrativo das obras e suas autoras precisem se adaptar a tal legislação. Esse cenário, que pode ser entendido como censura, leva a questões que vão além do gênero em questão, uma vez que adentra no âmbito do acesso livre à informação pela população chinesa. O presente trabalho busca refletir sobre o papel da censura sobre determinadas informações pelo governo da China, com foco em obras do gênero Danmei, cujo tema principal é a vivência e o relacionamento homoafetivo, demonstrando as consequências socioculturais e políticas dessa legislação. A pesquisa foi feita a partir de uma pesquisa bibliográfica, utilizando apenas artigos da língua inglesa, devido a falta de trabalhos acadêmicos sobre o tema tratado em português; examinaremos, por meio de uma análise de conteúdo, relatos de moradores do país sobre a questão da censura ao gênero Danmei, postados em redes sociais específicas. Gerar apontamentos sobre como um regime autoritário pode influenciar no acesso à informação de produtos culturais e o impacto na leitura com temáticas LGBTQIAPN+ atuando, consequentemente, na percepção e construção da identidade e sexualidade de uma população. A China reflete uma imagem de liberdade política e social, contudo, determinadas leis contradizem as atitudes e o perfil que o governo chinês possui em relação à população LGBTQIAPN+ a partir do momento em que considera relacionamentos homoafetivos como algo inerentemente pornográfico. Desse modo, entendemos ser de grande relevância uma discussão crítica acerca das políticas autoritárias e do controle de informação de produtos culturais na China, o que leva a um tema central do campo da Biblioteconomia, a questão informacional, e o modo como sua circulação ocorre em determinados contextos por meio do embate entre forças sociais, políticas e econômicas.

BIBLIOGRAFIA: TINGTING, Hu; LIANG, Ge; CATHY, Yue Wang. A state against boys' love? Reviewing the trajectory of censorship over danmei. Continuum, v. 38, n. 2, p. 229−238, 2024. BAI, Meijiadai. Regulation of Pornography and Criminalization of BL Readers and Authors in Contemporary China (2010–2019). Cultural Studies, n. 36, n. 2, p. 279–301, 2021. YU, Yue. Reading the Rotten: A Textual Analysis of Chinese Danmei and Dan'gai. 2021. p. 99. Dissertação (Mestrado em Arte) − Department of Asian & Middle Eastern Studies, Duke University, Estados Unidos, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3201**

TITULO:Operações interagências e presença estatal na Amazônia: a atuação do Ministério da Defesa no Governo Lula 3

AUTOR(ES) : **VITOR SAMPAIO LIMA**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO: A Amazônia ocupa uma posição estratégica para o Brasil por sua extensão territorial, biodiversidade, recursos naturais e importância geopolítica. Ao mesmo tempo, a região enfrenta desafios relacionados à fiscalização de fronteiras, à presença de ilícitos transnacionais e às dificuldades de atuação do Estado em áreas de difícil acesso. Nesse contexto, as operações interagências têm ganhado destaque como um instrumento importante de coordenação entre diferentes órgãos governamentais voltados à proteção e ao monitoramento da região. O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Ministério da Defesa na Amazônia durante o Governo Lula 3, com foco nas Operações Ágata e seus desdobramentos para a região. A pesquisa procura compreender de que maneira as Operações Ágata contribuem para a integração entre as Forças Armadas e outros órgãos federais, como Polícia Federal, IBAMA, ICMBio e Receita Federal, no enfrentamento de desafios ligados ao controle de fronteiras, ao combate aos crimes ambientais, ao garimpo ilegal, ao narcotráfico e a outras atividades ilícitas presentes na Amazônia. Além disso, busca discutir se essa articulação entre diferentes instituições fortalece a capacidade do Estado brasileiro de atuar em uma área considerada estratégica para a soberania nacional. A metodologia será baseada em pesquisa qualitativa, revisão bibliográfica e análise documental. Como parte das atividades desenvolvidas na iniciação científica, o autor atuará na organização e análise dos dados referentes às Operações Ágata, utilizando o banco de dados construído pela equipe de pesquisa, além da análise de documentos oficiais, relatórios institucionais e bibliografia especializada sobre defesa, soberania e geopolítica da Amazônia. Entre os resultados esperados, destaca−se a identificação de padrões de atuação das operações interagências na Amazônia e a compreensão de suas contribuições para o fortalecimento da presença estatal na região. Dessa forma, o trabalho pretende contribuir para os debates sobre defesa, soberania e atuação do Ministério da Defesa no contexto amazônico durante o Governo Lula 3.

BIBLIOGRAFIA: BECKER, Bertha K. As Amazônias: Território e Sociedade na Mudança do Século. Vol. 1 – Dinâmicas Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. PORTO−GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. RODRIGUES, Bernardo Salgado. Em defesa do Eldorado: disputa internacional pela Amazônia brasileira. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3208**

TITULO:DIPLOMACIA E DEBATE PÚBLICO: AS REAÇÕES DA MÍDIA IMPRESSA À POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961−1964)

AUTOR(ES) : **CAIO FERNANDES DA COSTA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DA CONCEICAO PEREIRA**

RESUMO: A política externa brasileira, protagonizada pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), costuma ser um tema árido e distante do cidadão comum, historicamente operando sob um forte isolamento burocrático. As diretrizes diplomáticas decididas a portas fechadas pela elite diplomática e pela presidência da República, tradicionalmente possuem pouca reverberação no ambiente interno e na opinião pública nacional. Contudo, no contexto dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961−1964), o fator que mais concorreu para desestabilizar o ambiente político proveio inesperadamente da então implementada Política Externa Independente (PEI), um caso único na história brasileira, em que divergências sobre a orientação diplomática serviram de estopim desencadeador de uma crise institucional. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é compreender, analisar e responder a seguinte questão: Quais foram as principais formas de expressão da opinião pública brasileira, sobretudo da mídia impressa, frente aos desdobramentos da Política Externa Independente ? Diante disso, espera−se destrinchar e evidenciar o comportamento da sociedade civil sobre as movimentações diplomáticas consideradas inéditas à época, por não seguirem o padrão anticomunista da Guerra−Fria, por meio da análise historiográfica sobre o tema e de jornais populares da época. Durante a pesquisa, o recorte temporal dá−se do início do governo Jânio Quadros, em janeiro de 1961, até o golpe militar de 31 de março de 1964, que derrubou o governo João Goulart, analisando as políticas implementadas pelos seis Ministros de Estado que chefiaram o Itamaraty no período, de Afonso Arinos a Araújo e Castro. Como considerações parciais, a pesquisa indica que a Política Externa Independente tensionou fortemente os setores conservadores da grande imprensa, que utilizavam o argumento anticomunista para desgastar politicamente os governos de Quadros e Goulart. No que tange à execução do projeto, o autor atua diretamente no levantamento hemerográfico junto a arquivos digitais como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no fichamento da bibliografia especializada. Espera−se, com a conclusão deste trabalho, mapear de forma sistemática as principais narrativas editoriais da época, contribuindo para compreender como o debate diplomático foi instrumentalizado na polarização política que antecedeu o golpe de 1964. A pesquisa é individual e de caráter voluntário.

BIBLIOGRAFIA: DANTAS, San Tiago. A Política Externa Independente. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. DÁVILA, Jerry. “A África e a Política Externa Independente”. In: hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950−1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011 RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil (1750−2016). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3216**

TITULO:DANOS PROVOCADOS POR MEDICAMENTOS: O NEXO DE CAUSALIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO NO ANO DE 2026

AUTOR(ES) : **JOAO ANDRE MUZY DE SOUZA MELLO,MIGUEL QUEIROZ ANDRADE SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL HERDY**

RESUMO: 1 Objeto O projeto visa investigar quais teorias jurídicas de nexo de causalidade são aplicadas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em demandas cíveis envolvendo medicamentos no ano de 2026, partindo da premissa de que o Código Civil de 2002 adotou a teoria do dano direto e imediato, que elege como causa juridicamente relevante aquela mais próxima do dano na cadeia causal, mas reconhecendo que sua aplicação indiscriminada pode gerar injustiças nos casos em que os elementos causais estão pulverizados ou a prova da relação entre conduta e dano é insuficiente, o que pode levar julgadores a recorrer a teorias causais alternativas em busca de decisões mais justas. A relevância temática dos medicamentos decorre de uma pesquisa preliminar no TJRJ que identificou, por meio das palavras−chave "nexo de causalidade", "dano" e "medicamentos", diversas apelações em que a discussão causal foi determinante para o resultado, algumas com referência expressa a laudos periciais. 2 Objetivo geral Identificar se as câmaras cíveis do TJRJ aplicam a teoria do dano direto e imediato em casos em que os elementos determinantes da causação não estão imediatamente e diretamente ligados ao dano e nos casos em que a prova da causalidade não está disponível, ao julgar demandas de reparação civil envolvendo uso de medicamentos. 3 Objetivos específicos 1 − Listar as decisões do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em matéria cível, sobre danos provocados por medicamentos em que tenha se discutido o nexo de causalidade; 2 − Analisar as decisões encontradas e identificar quais teorias de causalidade foram mobilizadas; 3 − Construir uma tabela com os dados obtidos para possibilitar futuras análises. 4 Metodologia A metodologia é empírica, com análise de dados e documentação. A pesquisa se desenvolverá a partir de consultas ao sistema de jurisprudências do TJRJ, com as palavras−chave "nexo de causalidade", "dano" e "medicamentos", filtrando casos cíveis publicados em 2026. A identificação da teoria causal mobilizada em cada decisão se dará com base nas características apontadas pela doutrina nacional e de direito comparado. Os resultados serão organizados em tabela indicando a teoria aplicada, os casos não identificáveis e os excluídos do objeto, com relatório à parte justificando as exclusões. Os autores se dedicam conjuntamente a todas as etapas da pesquisa. 5 Resultados esperados Espera−se obter um mapeamento das teorias de nexo de causalidade efetivamente aplicadas pelo TJRJ em demandas cíveis envolvendo medicamentos em 2026.

BIBLIOGRAFIA: PEREIRA, C. M. S. Responsabilidade Civil. Atualizador Gustavo Tepedino. 10 ed., rev. atual. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2012. O autor se posiciona no sentido de que o Código Civil brasileiro abraça a teoria do dano direto e imediato. FARIAS, C. C. de; ROSENVALD, N.; BRAGA NETTO, F. P. Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. São Paulo: Juspodivm, 2017. Honore, A. M (Tony)., ‘Necessary and Sufficient Conditions in Tort Law’., in Philosophical Foundations of Tort Law, D. G. Owen (ed.), Oxford: Clarendon Press, 1995. 363−385.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3223**

TITULO:Cartografias do acervo Mário Barata: protocolo para triagem e higienização de livros

AUTOR(ES) : **ISABELLE GOMES MOREIRA DA SILVA,SARAH JANSEN BARROS**

ORIENTADOR(ES): **PRISCILLA ALVES PEIXOTO**

RESUMO: O bibliotecário é uma figura essencial quando se fala em agente de suporte em pesquisas (Garrido; Martins, 2022), sobretudo para a melhoria no processamento técnico de informações e acervos bibliográficos. Nesse sentido, este trabalho foca nos procedimentos ligados à seleção e identificação dos itens da coleção Mário Barata doados, em 2023, à Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, atual Biblioteca Integrada FAU−EBA−IPPUR da UFRJ. Mário Barata foi um importante intelectual do século XX e professor de história da arte da UFRJ cassado pelo AI−5 durante a ditadura militar, sua biblioteca mostra boa parte de sua construção intelectual no período (Peixoto; Barros; Santos, 2023, p.227−289). Apesar de seu valor inestimável, a coleção doada possui uma série de itens ainda sem identificação e em diferentes estados de conservação. Para contribuir na melhoria dos procedimentos adotados na triagem desse material, este trabalho busca desenvolver um documento técnico para orientar os integrantes da pesquisa que atuam diretamente no manuseio da coleção. Para isso, este trabalho prevê as seguintes etapas: a) realização de conversas com especialista na área biblioteconomia e conservação de acervos bibliográficos; b) elaboração de diagnóstico preliminar dos principais problemas identificados na coleção; c) análise do documento Desenvolvimento de Políticas de Coleção (UFRJ, 2022); d) realização de pesquisa da literatura dedicada ao assunto; e) desenvolvimento de documento técnico de orientação. Este trabalho é desenvolvido no âmbito da pesquisa “História da crítica da arquitetura” (PROARQ−FAU−UFRJ), que mapeia diferentes acervos de Mário Barata desde 2023.

BIBLIOGRAFIA: PEIXOTO, P. A.; BARROS, S. J.; SANTOS, M. E. Cartografar vestígios de uma experiência crítica: pensar as coleções de Mário Barata no âmbito da crítica da arquitetura. In: GUIMARÃES, C.; DELFINO, D. (org.). Museografia e arquitetura de museus: acervos e inclusão digital. Rio de Janeiro: Rio Books, 2023. p. 277–290. FARIA, C. V. Seleção de materiais bibliográficos para a modalidade de aquisição doação: um relato de experiência da Biblioteca Central da UFMG. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, p. 1435–1449, 2017. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI). Série Manual de procedimentos n. 13. Rio de Janeiro: SIBI, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3236**

TITULO:COMMUNITY NOTES E A CRISE DO CONSENSO DIGITAL: COMO AS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS PODEM APROFUNDAR A POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO SÉCULO XXI

AUTOR(ES) : **JÚLIA CARVALHAL RIOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Atualmente, observa−se uma queda contínua no uso de fontes tradicionais de informação, como TV, mídia impressa e sites de notícias, enquanto as redes sociais tornam−se cada vez mais centrais no acesso à informação na sociedade contemporânea, conforme apontado pelo Digital News Report 2025, do Reuters Institute. Nesse contexto, essas plataformas influenciam diretamente a formação da opinião pública. Este trabalho analisa o sistema Community Notes, mecanismo colaborativo de verificação utilizado pelo X (antigo Twitter) e recentemente adotado pela Meta, no qual usuários podem escrever e avaliar notas adicionadas a publicações para complementar, esclarecer ou corrigir informações. Seu funcionamento depende do consenso entre participantes, que determina se uma nota será exibida publicamente ou permanecerá apenas no sistema de avaliação. O estudo insere esse mecanismo no contexto da atual crise do consenso digital, investigando seu papel em cenários de polarização política, seu funcionamento diante de temas altamente polarizados e a responsabilidade das plataformas digitais no possível aprofundamento dessas tensões. A pesquisa está em fase inicial, possui natureza qualitativa e caráter exploratório, utilizando revisão bibliográfica sobre o tema, além do levantamento de temas altamente polarizados em redes sociais. As análises obtidas até o momento indicam que conteúdos relacionados à política concentram maior volume de informações falsas e tendem a se disseminar mais rapidamente do que conteúdos verificados. Também apontam que mecanismos de verificação colaborativa enfrentam limitações em contextos de elevada polarização, especialmente devido à dependência de consenso. Dessa forma, a crise do consenso digital pode ser compreendida a partir da interação entre a estrutura e a governança das plataformas, as estratégias de comunicação e o comportamento dos usuários, fatores que tendem a limitar a eficácia dos mecanismos colaborativos de verificação e a contribuir para o aprofundamento da desinformação, da polarização política e do enfraquecimento de referenciais comuns de realidade.

BIBLIOGRAFIA: EMPOLI, Giuliano da. Os engenheiros do caos. São Paulo: Vestígio, 2019. NEWMAN, Nic; ARGUEDAS, Amy Ross; ROBERTSON, Craig T.; NIELSEN, Rasmus Kleis; FLETCHER, Richard. Digital News Report 2025. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford, 2025. VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. Science, v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 2018. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap9559. Acesso em: 12 mar. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3240**

TITULO:LIMITES E RISCOS AO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NA TOMADA DE DECISÕES JUDICIAIS

AUTOR(ES) : **MARIA CLARA DE FREITAS BASTOS**

ORIENTADOR(ES): **MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA**

RESUMO: A Secretaria−Geral de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro elaborou a ferramenta ASSIS − Assistente de Inteligência Artificial Generativa − para o apoio do magistrado em funções como busca por peças e documentos dentro do processo e escrita de minutas de decisões, de sentenças e de acórdãos de forma automática. Conforme a Resolução n° 615/2025 do CNJ − em suas disposições iniciais e em seu art. 2°, V − o uso de inteligência artificial generativa é acessório, restrito ao auxílio de produção de decisões judiciais, sendo, portanto, imprescindível a revisão do magistrado sobre o que é gerado pela IAG (inteligência artificial generativa). A plataforma ASSIS, em consonância com as previsões do CNJ, prevê, nas “Boas Práticas” de seu guia, a responsabilidade e a ética dos usuários da assistente de forma a revisar as minutas e respostas geradas pelo sistema. Tal disposição − a supervisão humana − expõe a preocupação na total delegação de sentenças judiciais à inteligência artificial generativa, de forma a substituir o julgador humano por um sistema algorítmico. Apesar da celeridade processual obtida com o uso de IAG no sistema judiciário, a automatização das decisões judiciais vai de encontro às garantias processuais do devido processo legal, tendo em vista a importância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, além da própria imprescindibilidade da função interpretativa dos julgadores humanos na ponderação de princípios e direitos para, assim, obter o devido acesso à justiça, isto é, à uma decisão justa e efetiva. O presente trabalho propõe analisar criticamente o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG), trazendo os limites para a sua abordagem e os riscos da delegação da capacidade decisória do Judiciário à lógica de algorítmos. A pesquisa será teórica e como metodologia para sua análise, será traçada uma exposição qualitativa de artigos acadêmicos e palestras, a partir de uma revisão bibliográfica, de forma a expor os pontos e argumentos em atual debate. Além disso, terá como fundamentação, também, as disposições da Resolução 615/2025 do CNJ, as quais serão utilizadas para nortear as ideias a serem trabalhadas. O projeto objetiva reafirmar a imprescindibilidade do julgador humano e o acesso à Justiça de maneira eficiente, ponderando o limite do uso da IAG no Poder Judiciário, com foco no sistema ASSIS utilizado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: MAFRA, Lígia Kunzendorff e MORAIS, José Luis Bolzan de. Inteligência artificial em decisões judiciais: opacidade versus garantias processuais. NEJ, vol. 28, n.3, 2023 MARQUES, Ana Luiza Pinto Coelho e NUNES, Dierle. Inteligência artificial e direito processual: viesses algorítimos e os riscos de atribuição de função decisória às máquinas. Revista dos Tribunais Online. SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. Projeto Victor e as Garantias fundamentais do direito processual : observações iniciais. Coluna ABDPRO.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3326**

TITULO:TRABALHO REMOTO PÓS−COVID NO BRASIL: EFEITOS NA DESIGUALDADE DE GÊNERO

AUTOR(ES) : **GUILHERME ROHEN DE QUEIROZ CARVALHO LEAL**

ORIENTADOR(ES): **VALÉRIA PERO**

RESUMO: O mercado de trabalho foi fortemente impactado pela pandemia da Covid−19. Diante da proporção da crise sanitária, o distanciamento social tornou−se medida preventiva essencial. Como resultado, diversos serviços públicos e privados foram obrigados a adotar, em um curto período e quando aplicável, o trabalho remoto. Esse fenômeno, contudo, não se limitou à pandemia e, nos anos seguintes, manteve−se relevante no país, sendo adotado em diversos setores, com efeitos diferenciados por gênero. De acordo com IBGE (2023), cerca de 9,8% de toda a população ocupada havia realizado trabalho remoto no 4° trimestre de 2022, ao passo que 7,7% o realizou por meio do uso de dispositivos eletrônicos (teletrabalho). Com uma participação superior das mulheres em relação aos homens nesse último caso (8,7% e 6,8%). A relação do trabalho remoto com a desigualdade salarial de gênero foi analisada por Bonacini et al. (2024) e Bozena et al. (2024), usando dados da Itália e do Reino Unido, dentre outros. Observou−se que o diferencial salarial de gênero nesses casos é maior entre as mulheres que trabalham em ocupações com maior potencial para o trabalho remoto no domicílio. Fato que despertou o interesse da pesquisa no contexto nacional, levando a constatação do mesmo fenômeno no Brasil: uma disparidade salarial maior entre mulheres e homens que trabalham de maneira remota e em teletrabalho, em relação à desigualdade média verificada no mercado de trabalho. O objetivo do estudo, portanto, é analisar a dinâmica dessa desigualdade, suas particularidades e possíveis determinantes. Com base nos microdados da PNAD Contínua do IBGE, incluindo informações sobre local de trabalho e trabalho remoto, serão examinados a participação nessa modalidade laboral, o perfil ocupacional e de rendimentos dos trabalhadores e sua distribuição segundo diferentes arranjos familiares, como casais com filhos, casais sem filhos, famílias monoparentais e domicílios unipessoais. Busca−se analisar os possíveis determinantes da maior desigualdade salarial de gênero observada no trabalho remoto, modalidade que apresenta maior participação feminina e rendimentos relativamente elevados. Em particular, pretende−se investigar em que medida diferenças na composição familiar e na divisão das responsabilidades domésticas e de cuidado contribuem para explicar esse diferencial, bem como sua interação com mecanismos de segregação ocupacional e barreiras à progressão profissional. A pesquisa contribui para o debate sobre os impactos do trabalho remoto nas desigualdades de gênero e para a formulação de políticas voltadas à promoção de maior equidade no mercado de trabalho brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: BONACINI, L.; GALLO, G.; SCICCHITANO, S. Does Working from Home Increase the Gender Wage Gap? Insights from an Italian Survey of Occupations. Feminist Economics, p. 1−36, 2024. BOZENA, W.; BRYSON, A.; JOSHI, H.;WILKINSON,D. Do Women Pay for Working from Home? Exploring Gender Gaps in Pay and Wellbeing by Work Location in the UK Cohort Studies. 2024 COORDENAÇÃO DE PESQUISAS POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022. IBGE, 2023

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3329**

TITULO:Geração Cidadã de Dados e políticas públicas: um olhar a partir do ativismo na Maré

AUTOR(ES) : **RAFAELA SOARES BATISTA,TAINÁ FARIAS DA SILVA MACIEL**

ORIENTADOR(ES): **LALITA KRAUS**

RESUMO: A presente pesquisa propõe analisar ações sociotécnicas ativistas em territórios periféricos, conhecidas como práticas de Geração Cidadã de Dados (GCD). Essas iniciativas articulam−se como formas de enfrentamento às inconsistências presentes em determinados dados governamentais que impactam diretamente a formulação e implementação de políticas públicas. Um exemplo dessa atuação é o Cocôzap, projeto do Data_Labe desenvolvido em parceria com a Casa Fluminense e a Redes da Maré. A iniciativa funcionou como um canal de denúncia, debate e proposição sobre saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo no território do Complexo de Favelas da Maré. A precariedade ou distorções na produção de dados estatísticos confiáveis sobre saneamento e coleta de lixo na Maré configuram uma problemática histórica, que contribui para a invisibilização das demandas locais, dificultando a elaboração de políticas públicas efetivas. Assim, o surgimento do Cocôzap, em 2018, propôs gerar, de maneira cidadã, um banco de dados inédito por meio do aplicativo WhatsApp, a fim de promover um diagnóstico do saneamento na favela da Maré. Dessa forma, construiu uma narrativa alternativa aos indicadores governamentais e aproximou a população periférica da produção de dados (MEIJER; POTJER, 2018). Ao longo da última década, iniciativas populares independentes de produção, análise e armazenamento de dados digitais surgem cada vez mais como uma forma de contestação e resistência perante a intensificação do uso dos dados como instrumentos centrais de gestão da governança pública — principalmente enquanto mecanismos de vigilância e controle social (ZUBOFF, 2018; MATTERN, 2021). Estudos iniciais demonstram que essas articulações contra−hegemônicas têm produzido alguns atritos produtivos a partir de uma perspectiva de que compreende os dados a partir do território, isto é, de uma implicação com os problemas locais, desenvolvem formas contra−hegemônicas de produção de dado, promovendo ações coletivas e incidência sobre políticas públicas (Maciel, 2025; KLEBA et al., 2022). Esta pesquisa investiga as possibilidades de participação popular na formulação de políticas públicas por meio da Geração Cidadã de Dados. Busca compreender como os dados são produzidos e utilizados, seu papel no fortalecimento da ação ativista e contribuição para políticas públicas. A metodologia inclui revisão bibliográfica sobre o Cocôzap, análise de conteúdos do Data_Labe e entrevistas com integrantes do projeto, moradores da Maré, ONGs e gestores públicos. Iniciada em 2024, a pesquisa identificou diferenças entre dados governamentais e os produzidos pelo Cocôzap, destacando seu potencial para o empoderamento comunitário e a denúncia social. Também observou desconfiança da população em relação às instituições públicas. As próximas etapas aprofundarão essas análises, visando contribuir para o debate sobre saneamento e fortalecer a relação entre produção cidadã de dados e ação política.

BIBLIOGRAFIA: CRUZ JÚNIOR, Gilberto Vieira da. Dados sobre quem importa: ativismo tecnopolítico nas favelas do Brasil . 1 recurso online (273 p.). Tese (Doutorado) − Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2025 KLEBA, J.; CRUZ, C.; ALVEAR, C. Engenharias e Outras Práticas Técnicas Engajadas. Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2022. MEIJER, Albert; POTJER, Suzanne. Citizen−generated open data: a public governance perspective. Government Information Quarterly, v. 34, n. 3, p. 613–621, 2018. Disponível em: https://cutt.ly/SovBl9Y. Acesso em: 28 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3373**

TITULO:O "ESPÍRITO MILITAR" NA GESTÃO DE ZONAS DE SACRIFÍCIO: UMA LEITURA DECOLONIAL DA VIOLÊNCIA DE ESTADO E DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

AUTOR(ES) : **ELIS J O CASSAB**

ORIENTADOR(ES): **ANDREA BROWNING GILL**

RESUMO: A militarização da segurança pública no Brasil, intensificada por operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e intervenções federais, constitui−se não apenas como uma estratégia de combate ao crime, mas como um dispositivo de controle territorial com profundas raízes no legado colonial. Este trabalho propõe analisar como a atuação das forças de segurança em territórios periféricos fundamenta−se na criação de "zonas de sacrifício" — espaços de exceção onde a soberania estatal se manifesta pela suspensão do direito e pela gestão da morte de populações racializadas. Para compreender a subjetividade institucional que opera essa violência, recorre−se à obra de Celso Castro, “O Espírito Militar: um antropólogo na caserna”, especificamente ao conceito de espírito militar. Argumenta−se que a formação da identidade militar, pautada pelo isolamento social, pela ética do sacrifício e pela construção de uma alteridade radical em relação ao civil, permite que o Estado projete no habitante da periferia a figura do "inimigo interno". Essa construção ecoa a análise fanoniana em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, em que a identidade do colonizado é negada para justificar a violência. Assim, a militarização não visa a proteção da cidadania, mas o controle de sujeitos cuja existência é construída como ameaça ao projeto de nação. Vinculada ao projeto de pesquisa e extensão “Debates Pós−Coloniais e Decoloniais”, a pesquisa fundamenta−se na análise da práxis extensionista, destacando−se a construção do contra−arquivo da Chacina da Penha. Essa iniciativa busca confrontar a narrativa oficial do Estado através da sistematização de memórias locais, revelando a face prática da "geopolítica da morte" e dos "mundos de morte" de Achille Mbembe. Conclui−se que a elaboração de contra−arquivos e a escuta atenta às epistemologias periféricas são atos de resistência decolonial fundamentais para desconstruir a lógica de guerra que sustenta a violência de Estado, pautando uma agenda de Segurança Internacional que reconheça a humanidade dos corpos historicamente sacrificados.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Sebastião Melo. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020. MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N−1 edições, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3419**

TITULO:OSCS EM MOVIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO VOLTADA AO FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

AUTOR(ES) : **LORENA DE OLIVEIRA CARDOSO,ANA LUIZA,PâMELA ALVES DOS SANTOS,RENAN FREIRE FERNANDES,NATALIA FIGUEIRA RIZO CAMPOS,EDUARDO SOARES JANGUTTA,KENIA DOS SANTOS VIEIRA,ALAN FARIA ANDRADE SILVA,ROMULO DA SILVA PEREIRA FILHO**

ORIENTADOR(ES): **RENATA ANTãO**

RESUMO: O Projeto de Extensão “OSCs em Movimento: Clínica de Formação e Fortalecimento da Sociedade Civil” representa uma importante iniciativa de aproximação entre universidade, sociedade civil e poder público, promovendo a construção de ações com impacto social direto. A experiência desenvolvida ao longo do projeto evidencia como a extensão universitária desempenha um papel fundamental na formação acadêmica, ao permitir que o aprendizado ultrapasse os limites da sala de aula e dialogue com demandas reais da sociedade. A atuação junto às organizações da sociedade civil (OSCs), especialmente aquelas localizadas em regiões periféricas do Rio de Janeiro, possibilitará compreender os desafios enfrentados por essas instituições e a relevância do suporte técnico, contábil e de gestão para o fortalecimento de suas atividades. Nesse contexto, as ações desenvolvidas pelo projeto contribuirão para ampliar a capacidade de atuação das OSCs, fortalecer sua sustentabilidade e potencializar os serviços oferecidos às comunidades. Além dos conhecimentos técnicos envolvidos, a vivência extensionista também estimula o desenvolvimento de responsabilidade social, trabalho coletivo, escuta ativa e compromisso com a transformação social. O contato direto com diferentes realidades reforça a importância de uma formação acadêmica conectada às necessidades da população e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e participativa. Mais do que um espaço de aprendizado, a extensão universitária se consolida como uma ferramenta de transformação, demonstrando que a produção de conhecimento ganha ainda mais significado quando associada ao impacto social e ao fortalecimento das comunidades. Para um melhor acompanhamento e visando ao crescimento e aprendizado da equipe envolvida na extensão, foram realizados encontros temáticos, promovendo uma verdadeira imersão nos temas constituintes do universo das OSCs, nos quais foram ministradas aulas completas sobre Direito, Contabilidade, Administração e os aspectos legislativos e operacionais das organizações. Além disso, a observação da parte prática também foi bastante importante, especialmente por meio da visita à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Nela, foi possível observar as demandas e os casos relacionados à assessoria e à regulação das mais diversas associações, além de perceber a importância do auxílio proposto pelo projeto. Outras atividades estão previstas para complementar e agregar ainda mais ao fortalecimento do projeto e à trajetória dos membros envolvidos, como a visita à OAB do Rio de Janeiro e ao Conselho Regional de Contabilidade, também sediado no estado. Além disso, serão implementadas ações de assessoria às organizações de forma prática e presencial, com os estudantes sendo inseridos nessa etapa de maneira mais forte e constante, auxiliando as instituições observadas de acordo com a demanda da Defensoria Pública.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Lei nº 13.019/2014. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2016. Disponível em: https://biblioteca.mds.gov.br/bib/4373. Acesso em: 2 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3421**

TITULO:DOS MITOS NÓRDICOS VIKINGS AO COTTAGECORE: COMO O FASCISMO CONTEMPORÂNEO INSTRUMENTALIZA SÍMBOLOS E COMUNIDADES DE INTERESSE PARA RADICALIZAÇÃO IDEOLÓGICA

AUTOR(ES) : **LUANA MENDES DE PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **ZECA CARVALHO**

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é analisar como o fascismo contemporâneo instrumentaliza comunidades online e offline, apropriando−se de símbolos e explorando o vazio de pertencimento gerado pelo capitalismo (Konder, 1977). Essa análise é conduzida sob o viés da ressignificação de iconografia histórica e da infiltração em grupos de interesse comum, com ênfase no movimento estético Cottagecore e na apropriação dos mitos nórdicos. A metodologia adotada é a bibliográfica, ou seja, um estudo sistematizado desenvolvido com base em materiais publicados, como livros e artigos de revistas (Vergara, 2016) e pesquisa de campo de observação participante encoberta de base netnográfica (Correa, 2017). A partir dessa análise, conclui−se que a instrumentalização de símbolos históricos, mitos de pureza racial ou nacional e a promessa de restaurar uma comunidade perdida são mecanismos centrais para atrair indivíduos frustrados com sua situação sociopolítica e econômica. Verifica−se, ainda, que fóruns, movimentos estéticos como o fashwave ou cottagecore, grupos de recriação histórica viking (Porto, 2022) e até comunidades de autoajuda funcionam como canais de entrada e radicalização, a qual começa de forma difusa, camuflada sob memes, ironias e estéticas nostálgicas, potencializada por algoritmos que retroalimentam bolhas de confirmação

BIBLIOGRAFIA: KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. PORTO JR., José Maurício de Andrade. Vikings x neonazistas: crítica e contestação do recriacionismo histórico e da história viva Vikings no Brasil, acerca do neonazismo contemporâneo. Revista de História & Cultura, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, p. 314−329, jul./dez. 2022. CORREIA, R. R.; Et al. O Uso do Método Netnográfico na Pós−Graduação em Administração no Brasil. Revista de Ciências da Administração, v. 19, n. 47, p. 163−175, 2017. VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3476**

TITULO:A RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA EM ACERVOS SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964−1985)

AUTOR(ES) : **MARIA NATALICIA FERNANDES PALHANO,DIOGO XAVIER DA MATA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: A presente pesquisa analisa o papel fundamental dos acervos documentais na recuperação e preservação da memória coletiva sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964−1985). Tendo em vista casos flagrantes de revisionismo histórico em relação ao período ditatorial e seus significados, o que consideramos o problema em que se debruça o estudo, justificamos a necessidade constante e recorrente de um ativismo político−informacional que garanta a disseminação e popularização da memória dos reais e graves acontecimentos desse hiato temporal do país. O objetivo central do estudo é investigar como o acesso público aos registros e dossiês documentais atua no enfrentamento às políticas institucionais de esquecimento e apagamento histórico que marcaram o pós−regime. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, focando na análise das principais coleções preservadas pelo Arquivo Nacional, como o acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Divisão de Segurança e Informações (DSI), além de referenciais sobre memória coletiva e esquecimento social no Brasil. Ao longo do desenvolvimento do projeto, buscou−se o levantamento bibliográfico, o mapeamento de acervos disponíveis digitalmente nos meios digitais e a articulação entre as teorias de memória e a prática de organização arquivística para compreensão do processo de preservação e recuperação dos arquivos que por anos foram ocultos. Como resultados alcançados, o estudo evidencia que a abertura e a disseminação cultural desses acervos funcionam como instrumentos de justiça de transição, permitindo a ressignificação de traumas históricos e o fortalecimento da cidadania como um todo. Observou−se que a resistência ao apagamento da memória não depende apenas da guarda física dos documentos, mas sim de sua amplo acesso e transformação em objeto de debate acadêmico e social. Conclui−se, portanto, que os acervos da Ditadura Militar Brasileira são pilares de contra−narrativas para a democracia brasileira, mitigando a institucionalização do esquecimento e garantindo que o direito à verdade histórica seja plenamente exercido pelas novas gerações.

BIBLIOGRAFIA: 1 ACERVO, R. Arquivos do regime militar. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 213–218, 2011. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/305. Acesso em: 2 de jun. 2026. 2 BUNGART NETO, Paulo. (2021). O APAGAMENTO DA MEMÓRIA COLETIVA BRASILEIRA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESQUECIMENTO. Revista Conexão Letras, 16(26). Disponível em: https://doi.org/10.22456/2594−8962.116636. Acesso em: 23 de maio. 2026. 3 MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. Acervos sobre o Regime Militar (1964−1985). 2023. Arquivo Nacional.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3570**

TITULO:Intermediação e comercialização de dados pessoais: práticas de data brokers e implicações para a privacidade.

AUTOR(ES) : **CHRISTIAN JHONATAN BATISTA RAMALHO,ANDERSON NERY DE AMORIM,LUIZ HENRIQUE AQUINO DE SALLES**

ORIENTADOR(ES): **CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO: Introdução: No contexto sócio econômico e político, a informação é poder, mas quem está com esse poder? Os denominados Data Brokers são entidades que atuam como vendedores de dados pessoais para terceiros, esses corretores de dados – termo utilizado em português (RODRIGUES, 2020) – operam por meio de coleta de dados públicos de usuários, como através dos cookies (fragmentos de código que indicam sua presença como visitante em um site) para poder usufruir de suas informações, de suas preferências a fim de vendê−los e com isso obter ganhos financeiros. O alvo a ser atingido são empresas publicitárias que possibilitam a ampliação de potenciais clientes como também órgãos públicos, chegando até interesses que extrapolam a ética, como práticas de espionagem. Com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que prevê que todo cidadão tem o direito de solicitar seus dados e a exclusão dos mesmos, no entanto, se observa a insuficiência da mesma na privacidade da população. Objetivo: O objetivo geral é analisar a atuação dos Data Brokers no ecossistema informacional contemporâneo, examinando seus processos de coleta e comercialização de dados pessoais. Como objetivos específicos: a) conceituar o que são os Data Brokers e contextualizar sua inserção na economia orientada por dados; b) descrever os principais métodos de coleta de dados pessoais realizados por essas empresas, destacando práticas consideradas legais, porém eticamente controversas; c) analisar as lacunas e ambiguidades regulatórias presentes na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais que podem favorecer a atuação dessas empresas; d) investigar as formas de comercialização de dados pessoais, identificando os principais segmentos compradores e as finalidades do uso dessas informações. Metodologia: A pesquisa será de natureza quali−quanti, com abordagem descritiva, baseada em revisão de literatura e busca na web com o intuito de se investigar as formas de comercialização de dados pessoais, identificando os principais compradores e as finalidades do uso dessas informações. Serão analisados artigos encontrados no Google Acadêmico pesquisando “data brokers lgpd” na primeira aba, durante um período de 3 dias de busca. Resultados: Após darmos ciência de que os data brokers tratam dados podendo vendê−los de forma ilegal, essa prática necessita da rigorosidade da Lei Geral de Proteção de Dados, assim, espera−se que após a realização dessa pesquisa, ela se torne um norte para outras atividades acadêmicas que procurem investigar a transparência de dados alheios e o funcionamento da venda desses para terceiros pelos data brokers . Considerações parciais: A conscientização da existência dessas corretoras de dados e sua forma de operação é uma necessidade para todos, a fim de que as vítimas entendam suas atuações e possam em suas insatisfações buscar formas de manter o que é de seu pessoal privado e, por isso, a transparência com informações pessoais é essencial para manter a privacidade.

BIBLIOGRAFIA: RODRIGUES, Bruna Luzes Costa. O marketing direcionado dos data brokers em face do advento da LGPD: estudo sobre a base legal aplicável. 2021. Rio de Janeiro: ITS−Rio/UERJ. IJUO, Isaac. Big Data, Data Brokers and Data Governance in the Age of Surveillance Capitalism. 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/download/65876858/Marketing_direcionado_Data_brokers_LGPD_Artigo_BLCR.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026. PINCHOT, Jamie; CHAWDHRY, Adnan A.; PAULLET, Karen. DATA PRIVACY ISSUES IN THE AGE OF DATA BROKERAGE: AN EXPLORATORY LITERATURE REVIEW. In: Issues in Information Systems. vol. 19, 3 ed., p. 92, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.48009/3_iis_2018_92−100. Acesso em: 2 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3576**

TITULO:A REPRESENTAÇÃO DE FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS NOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE REPARAÇÃO TAXONÔMICA

AUTOR(ES) : **NATASHA SILVA VALLADãO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A Organização do Conhecimento (OC) tem como objetivo estruturar, classificar e representar o conhecimento por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), como taxonomias, ontologias e vocabulários controlados, a fim de facilitar a recuperação e uso da informação. No entanto, como apontam os estudos pioneiros de Hope Olson, esses sistemas não são neutros e podem reproduzir vieses e invisibilizações. A Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC) questiona a ideia de universalidade predominante nesses sistemas e busca SOC mais justos e inclusivos a partir dos princípios de justiça social, interculturalidade e decolonialidade (Moura, Trivellato, Gomes 2018). Este estudo, desenvolvido na disciplina de Organização Social do Conhecimento no Programa de Pós−Graduação em Organização do Conhecimento, Tecnologias e Sociedade (PPGOCTS), buscou responder a seguinte questão: quais concepções de família são legitimadas pelas estruturas semânticas dos SOC Library of Congress Subject Headings (LCSH), Thesaurus for the Social Sciences (TheSoz) e Tesauro da União Europeia (EuroVoc)? Teve como objetivo geral analisar criticamente a representação de famílias homoafetivas nesses sistemas. Os objetivos específicos foram: identificar limitações terminológicas, examinar invisibilizações e estruturas normativas e propor uma reparação taxonômica, que consiste em corrigir distorções, apagamentos e injustiças relacionadas a grupos sociais marginalizados nos SOC (Adler, 2016). Em um contexto em que a existência de famílias homoafetivas ainda enfrenta resistências sociais e institucionais, sua ausência nos SOC reflete e reforça apagamentos, especialmente considerando que o reconhecimento jurídico da união estável homoafetiva no Brasil é recente, consolidado apenas em 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2011). A pesquisa é exploratória, descritiva e aplicada, de abordagem qualitativa, com procedimentos de análise terminológica e comparativa entre os SOC, tendo o termo “família” como ponto de entrada. Nenhum dos sistemas apresentou termos relacionados à diversidade familiar, reforçando perspectivas heteronormativas e contribuindo para o apagamento de famílias diversas. Como reparação taxonômica, sugere−se a ampliação da estrutura hierárquica com a inclusão dos seguintes termos: famílias homoafetivas, uniões homoafetivas, homoparentalidade e famílias plurais e a inserção de uma definição para família: “organização social constituída por vínculos afetivos, biológicos, legais ou de convivência”. Conclui que os SOC precisam ser revisados a partir da perspectiva das transformações sociais e das demandas por justiça epistêmica, e que a maior representatividade das famílias homoafetivas contribui para a melhoria da recuperação da informação e para o fortalecimento e reconhecimento social da diversidade familiar.

BIBLIOGRAFIA: ADLER, Melissa. The case for taxonomic reparations. Know. Org., v. 43, n. 8, p. 630−640, 2016. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2011. MOURA, Maria Aparecida; TRIVELLATO, Rosana Matos da Silva; GOMES, Pablo. Justiça epistêmica e organização do conhecimento: perspectivas críticas. IN: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS−GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. Anais [...], Vitória: ANCIB, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3702**

TITULO:Observatório de Governança Oceânica: um olhar sobre a Blue Policy e a convergência de políticas públicas no Brasil

AUTOR(ES) : **BRENDA MACHADO DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: Ao longo do último século, a percepção sobre o oceano evoluiu, resultando em uma expansão do conhecimento sobre seus usos e recursos. A década de 1980 marcou uma intensificação do debate sobre a gestão do espaço oceânico, culminando na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Hoje formas contemporâneas de gestão do espaço oceânico como a Década da Ciência Ocênica e as Conferências dos Oceanos (2017, 2022, 2025) propõem a introdução de aspectos de amplitudes humana, ambientais, sociais e econômicas além do tradicional viés securitário estadocêntrico, ou seja, os interesses estratégicos dos Estados (militares e civis) no espaço oceânico estão sendo complementados por interesses de organizações internacionais, de empresas e da sociedade civil mundial. Nesse contexto, o trabalho pretende apresentar dados obtidos na pesquisa PIBIC “Observatório de Governança Oceânica”, que está sendo realizada por graduandos do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa e que tem o cronograma de três anos de pesquisa (2024−2027). O projeto dentre outros objetivos já delineou frameworks propostos pela UNCLOS, pela ONU e pelo Brasil para Governança Oceânica como a Decada da Ciência Ocêanica, a Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e o Planejamento Espacial Marinho (PEM) (ainda em elaboração). Na metodologia temos uma pesquisa qualitativa com análise crítica de fontes primárias e secundárias, e revisão bibliográfica da produção intelectual no campo da governança oceânica nos últimos quarenta anos. A partir da leitura das referências, houve o mapeamento e análise de stakeholders, que foram divididos em três pontos principais: instituições, projetos (processos) e documentos (instrumentos). Nesse mapeamento já foram coletados mais de 500 componentes de âmbito intenacional, regional, nacional ou local. No recorte feito para esse artigo, além de apresentar o projeto, seus objetivos e analisar parte dos dados obtidos, será apresentado o debate sobre o conceito de governança e sua aplicação ao espaço oceânico, sendo ainda expostas reflexões a partir da UNCLOS e do BNNJ que refletem de fato políticas de âmbito internacional na conjuntura doméstica brasileiro. Ressalta−se que os resultados parciais indicam que a governança oceânica está se ampliando no país devido aos múltiplos stakeholders e sua projeção de poder, e que as diretrizes internacionais tem influenciado progressivamente a formulação de políticas e iniciativas no contexto brasileiro, reforçando a importância da articulação entre diferentes níveis de governança. Contudo, muitas lacunas estruturais de Blue Policy podem ser apontadas, como a negligência de atores e problemáticas locais do espaço ocêanico.

BIBLIOGRAFIA: Barros−Platiau, A. F.; Do Cravo Barros, J. G. 2012. “A Governança Global dos Oceanos: Desafios e Oportunidades para o Brasil”. In: Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidade na governança global. Org: Guilherme de Oliveira Schmitz, Rafael Assumpção Rocha, 453−484. Brasília: IPEA. Dionísio da Silva, D. 2024. Governança oceânica para o Brasil: do global ao local, do meio militar ao civil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v.11, n.1, pp. 345−370. Oliveira, C. C. de, Barros−Platiau, A. F., Gonçalves, L. R., Suassuna, L. e Prates, A. P. L. 2022. A governança fragmentada da conservação e uso sustentável do oceano e de seus recursos. Revista Inclusiones, 9: 219−241.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3708**

TITULO:Os mercados de trabalho no Nordeste do Brasil (2006–2024): evidências preliminares sobre a dinâmica regional

AUTOR(ES) : **CLARA LIMONGI CARDOSO**

ORIENTADOR(ES): **ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA**

RESUMO: O projeto PIBIC (2024/27) explora a dinâmica regional dos mercados de trabalho da região Nordeste do Brasil, examinando os padrões espaciais e setoriais observados entre 2006 a 2023. Inicialmente, a bolsista, única discente integrante do projeto, realizou a análise bibliométrica da produção acadêmica sobre a Economia Regional e Urbana. Ao mapear o conhecimento científico acumulado e as evoluções dos estudos no campo, definiu o referencial teórico da pesquisa. Para isso, coletou metadados de artigos científicos publicados na base da Scopus, e, com palavras−chaves e filtros específicos, obteve uma base de dados com 4.349 trabalhos científicos. Sob orientação da professora, executou no Rstudio o carregamento e a conversão dos dados com o pacote bibliometrix , por meio do código elaborado em conjunto. Ademais, explorou a interface visual biblioshiny , construindo e interpretando diversos gráficos. Para as análises conceituais e teóricas, aplicou o filtro author keywords presente na interface e delimitou o objeto de estudo para os vinte termos e/ou autores mais recorrentes na produção acadêmica. Depois, a autora realizou a leitura e análise da bibliografia fundamental, elaborando fichamentos sobre a Economia Regional e Urbana, assim como sobre as Economias de Aglomeração no Brasil. Esta fase, embasou a fundamentação teórica sobre as externalidades dinâmicas presentes nas aglomerações urbanas. Para a análise empírica, sob orientação da professora, a bolsista categorizou e padronizou as variáveis relevantes, para cada ano, da amostra selecionada dos microdados brutos da RAIS. Ao executar o código construído conjuntamente no Rstudio , a autora construiu dummies setoriais, com medidas por trabalhadores das indústrias extrativa e de transformação, e dos setores de serviços, baseadas no Código de 2 dígitos da CNAE 2.0. Depois, realizou a agregação da base para nível municipal. Assim, a autora pode calcular o indicador regional QL e identificar municípios com tendência de especialização produtiva. Em seguida, executou o código elaborado junto à orientadora no R e na plataforma QGIS, elaborando mapas temáticos, que permitiram visualizar possíveis clusters na região. Para comprovação estatística dos resultados, a bolsista realizou a Análise Exploratória de dados espaciais. Executou no R o código elaborado junto à orientadora, calculando os indicadores I de Moran e LISA, e construindo os mapas para visualização dos resultados. Os resultados parciais interpretados pela bolsista confirmam a distribuição espacial desigual das atividades produtivas no país, o que gera diferenças de produtividade, renda, infraestrutura e capacidade de inovação entre as regiões. Porém, as economias de aglomeração reforçam trajetórias cumulativas de desenvolvimento regional fora do eixo industrial tradicional: há um crescimento de pólos nordestinos com especialização produtiva e concentração do emprego no espaço, especialmente nos setores têxtil, extrativo, fumo, couro e eletrônicos.

BIBLIOGRAFIA: SILVA, E. K.; SILVEIRA NETO, R. M. Dinâmica da concentração industrial no Brasil entre 1994 e 2004. Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 119−145, jan./mar. 2009. FUJITA, M.; THISSE, J.−F. Introduction and overview. In: FUJITA, M.; THISSE, J.−F. Economics of agglomeration: cities, industrial location, and regional growth. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. cap. 1, p. 1−26. STORPER, M.; VENABLES, A. J. Buzz: face−to−face contact and the urban economy. Journal of Economic Geography, Oxford, v. 4, n. 4, p. 351–370, ago. 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3712**

TITULO:PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA #NAPRÁTICA: INTEGRANDO A TEORIA À PRÁTICA NA FORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO DA UFRJ

AUTOR(ES) : **GIOVANNA MENDES DA ROCHA SILVA,GEYSA MAURICIO DOS REIS,MARIANA HALLIDAY SANT ANNA DO NASCIMENTO,MARIA CLARA KMICIAK RIOMAYOR DE BARROS,THAIS SOARES MENDES,RAFAELLA RODRIGUES DE OLIVEIRA,LETICIA CRISTINA PASSOS DE LIMA,FELIPE DA SILVA TORRES**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: O projeto de extensão universitária #NaPrática tem como cerne de sua atuação a incorporação da dimensão aplicada à jornada educacional formal das pessoas discentes do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A iniciativa busca viabilizar o enriquecimento do processo de construção do conhecimento por meio de ações de caráter aberto, coletivo e interdisciplinar, como entrevistas com profissionais especialistas, visitas técnicas, oficinas temáticas, participação em eventos institucionais e a organização de grupos de conversa, promovendo a formação de bibliotecários como, também, agentes sociais ativos através da experiência prática dos discentes para com os conteúdos ministrados em sala de aula. Com essa metodologia, o #NaPrática aspira atingir seus principais objetivos, entre eles: consolidar−se enquanto um instrumento substancial para o processo de co−aprendizagem em âmbito acadêmico; proporcionar o empoderamento do capital intelectual, cultural e técnico científico dos estudantes; garantir a valorização da coletividade nos processos de aprendizagem e a externalização do conhecimento, a fim de reforçar seu caráter de extensão universitária, promovendo o fortalecimento do vínculo entre universidade e sociedade. Em função desses objetivos, o projeto estabeleceu um conjunto de metas operacionais, entre elas destacam−se: apresentar unidades de informação de natureza e objetivos diversos, a fim de exemplificar a variedade de possibilidades de atuação da Biblioteconomia; ampliar sua capacidade de abrangência e de atendimento de pessoas discentes interessadas; alavancar o engajamento do programa nas redes sociais digitais através da produção e publicação de conteúdo relacionado às ações do projeto. Por intermédio dos relatos coletados, tanto das pessoas discentes interessadas quanto dos profissionais e instituições envolvidas â , ambos coletados através dos formulários de avaliação do projeto â , , e da proposição previamente discorrida, conclui−se que o #NaPrática fortalece a jornada educacional formal das pessoas discentes do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades da Informação da UFRJ , através da integração coletiva e diversificada da aprendizagem e dos saberes, sejam eles tácitos ou explícitos, e constitui um importante veículo de articulação entre o conhecimento acadêmico e a realidade aplicada do campo biblioteconômico, viabilizando a integração da teoria e da prática.

BIBLIOGRAFIA: ASSIS, Juliana de; SANTOS, Raimunda Fernanda dos; TORRES, Felipe. Aplicações da organização do conhecimento e da informação: um estudo a partir do projeto #NaPrática. Informação@Profissões, [S. l.], v. 13, n. 2/3, p. 21–37, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3734**

TITULO:Auditoria Contábil pelo viés Comportamental: análise do Ceticismo profissional e Tomada de Decisão de Auditores Independentes

AUTOR(ES) : **ISABELLY DAMASCENO PESSANHA,RICARDO COURI TORRES**

ORIENTADOR(ES): **ALINI DA SILVA**

RESUMO: Na auditoria, as decisões tomadas pelos profissionais têm papel central na qualidade do trabalho realizado. Essas decisões são influenciadas pelas características do profissional, da tarefa e do ambiente. Entender esses fatores é importante para explicar possíveis erros no processo decisório e contribuir para a melhoria das decisões (Mala; Chand, 2015). O ceticismo profissional é uma característica relevante para a qualidade do trabalho de auditoria, tornando necessário o desenvolvimento de estudos voltados a fatores que podem influenciar sua manifestação nos auditores. A importância dessa postura tem sido reiterada nas normas de auditoria, demonstrando preocupação com sua aplicação na prática da auditoria (Haveroth; Cunha, 2023). Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: qual a influência do ceticismo profissional no julgamento e na tomada de decisão dos auditores externos? A pesquisa caracteriza−se como descritiva, quantitativa e de levantamento de dados, tendo como público−alvo auditores externos da região Sudeste identificados pela rede LinkedIn. O instrumento de coleta consiste em um questionário estruturado com perguntas fechadas sobre ceticismo profissional, julgamento e tomada de decisão em auditoria. O estudo utiliza a escala de Hurtt (2010) e casos adaptados da literatura de auditoria. Os dados são analisados por estatísticas descritivas (frequências e médias). Após o encerramento da coleta, serão realizados testes t e regressões lineares para verificar a influência do ceticismo profissional sobre o julgamento e a tomada de decisão. Até o momento, a pesquisa obteve 22 respostas de profissionais da auditoria externa, constituindo uma análise preliminar. Observou−se predominância de participantes do sexo masculino, com média aproximada de 12 anos de experiência na área. A maioria atua em firmas não Big Four, embora também haja respondentes vinculados às Big Four. Em relação à formação acadêmica, predominam profissionais com graduação e especialização/MBA. Na análise do ceticismo profissional, em escala de 1 a 6, a dimensão busca por conhecimento apresentou média de 5,5, enquanto as dimensões suspensão do julgamento e mente questionadora registraram médias de 4,7 e 4,3, respectivamente. Os resultados indicam tendência à adoção de postura crítica e cautelosa. Quanto ao julgamento e à tomada de decisão, avaliados em escala de 1 a 10, a média geral encontrada foi de 6,5. Os resultados preliminares indicam elevados níveis de ceticismo profissional e tendência à adoção de julgamentos criteriosos. Com a conclusão da coleta de dados e das análises inferenciais, espera−se verificar a influência do ceticismo profissional sobre o julgamento e a tomada de decisão dos auditores. A pesquisa poderá contribuir para ampliar as evidências sobre os fatores que influenciam o julgamento profissional em auditoria, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de práticas e capacitações que fortaleçam a qualidade dos trabalhos na auditoria.

BIBLIOGRAFIA: HURTT, R. K. Development of a Scale to Measure Professional Skepticism. Auditing: A Journal of Practice & Theory, v. 29, n.1, p. 149–171, 2010. MALA, Rajni; CHAND, Parmod. Judgment and decision-making research in auditing and accounting: future research implications of person, task, and environment perspective. Accounting Perspectives, v. 14, n. 1, p. 1−50, 2015. HAVEROTH, Juçara; DA CUNHA, Paulo Roberto. Influência do estresse ocupacional no ceticismo profissional de auditores independentes1. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 42, n. 2, p. 141−156, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3740**

TITULO:AUDITORIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL POR MEIO DA PERSONALIDADE E TOMADA DE DECISÃO DE AUDITORES INDEPENDENTES

AUTOR(ES) : **RICARDO COURI TORRES,ISABELLY DAMASCENO PESSANHA**

ORIENTADOR(ES): **ALINI DA SILVA**

RESUMO: A auditoria independente é essencial para o funcionamento do mercado financeiro, uma vez que a opinião do auditor sobre a fidedignidade das informações contábeis contribui para a confiabilidade e credibilidade dos negócios (Newman, Patterson e Smith, 2005). No entanto, a auditoria envolve situações complexas que exigem julgamento e tomada de decisão, sendo a qualidade desse julgamento determinante para a qualidade geral da auditoria (Bonner, 2008). Os traços de personalidade do auditor influenciam diretamente seu julgamento profissional , segundo Bonner (2008). A tríade sombria da personalidade , composta por narcisismo, maquiavelismo e psicopatia pode comprometer o julgamento e a tomada de decisão do auditor , conforme Jones e Paulhus (2014). Assim, esta pesquisa busca investigar de forma ampla e direta a influência dos traços sombrios no julgamento e tomada de decisão da auditoria independente . A pesquisa é descritiva, quantitativa e d e levantamento de dados , tendo como população os auditores independentes da região Sudeste. A amostra será composta por aqueles que possuem perfil no LinkedIn e responderem ao instrumento de pesquisa, que será divulgado por meio da própria rede social. O instrumento de coleta inclui o Short Dark Triad (SD3) para avaliar os traços de personalidade sombrios e casos adaptados sobre materialidade, continuidade operacional e principais assuntos de auditoria . A análise dos dados envolverá testes estatísticos como análise descritiva, frequência, teste t e regressões lineares . Espera−se um total de 200 a 300 respondentes . O processo de coleta está em andamento e foram obtidas 2 2 respostas. Como resultados preliminares observou−se que cerca de 8 2 % dos responde ntes são homens . Em relação ao nível de escolaridade, 4 5 % possuem apenas graduação . Em relação aos cargos, a maioria ocupa cargo de gerente de auditoria, representando 41 % dos respondentes. Trabalham em firmas Big Four 4 1 % dos respondentes . Quanto a s respostas sobre os temas investigados, observou−se que na pré−disposição aos traços dark (medido de 1 a 5), o maquiavelismo apresentou média de 2, 8 8 , o narcisismo apresentou média de 2,98 e a psicopatia apresentou média de 1, 9 4 . No julgamento e tomada de decisão (medido de 1 a 10), em média os auditores apresentaram valor 6 ,5 sobre os caso s apresentados, esperando−se o valor de 10. Assim, observou−se maior pré−disposição ao traço de narcisismo e valor inferior ao que se esperava no julgamento e tomada de decisão dos auditores. De forma preliminar, a maior inclinação ao narcisismo e ao maquiavelismo, somada à pontuação de julgamento abaixo do esperado, pode sugerir um possível viés na tomada de decisão do auditor. Isso pode refletir menor ceticismo profissional e consequentemente comprometer a qualidade da opinião emitida e a confiabilidade que o mercado deposita no trabalho da auditoria independente.

BIBLIOGRAFIA: BONNER, S. E. Judgment and Decision Making in Accounting. Reino Unido: Pearson/Prentice Hall, 2008. JONES, Daniel N.; PAULHUS, Delroy L. Introducing the short dark triad (SD3) a brief measure of dark personality traits. Assessment, v. 21, n. 1, p. 28−41, 2014. NEWMAN, D. Paul; PATTERSON, Evelyn R.; SMITH, J. Reed. The role of auditing in investor protection. The Accounting Review, v. 80, n. 1, p. 289−313, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3767**

TITULO:NATUREZA HUMANA, ÉTICA E MACHADO DE ASSIS

AUTOR(ES) : **LUIZ EDUARDO DOS SANTOS DA SILVA,ENZO MARCATTO MOREAU,MATHEUS BODÊ DE MORAES RIBEIRO,MARCUS VINICIUS BORGES SOARES,LUCAS LESSA DO AMARAL,MARIANA PINTO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: O trabalho analisa os contos “O Espelho”, “Teoria do Medalhão”, e “A Sereníssima República”, de Machado de Assis, a fim de investigar a concepção realista de natureza humana. No realismo clássico, o homem é percebido como um ser marcado por interesses egoístas, por comportamento competitivo e pela busca de poder. Entretanto, a pesquisa contrapõe o que parece uma perspectiva fatalista da natureza humana com a percepção de que as pessoas sempre possuem escolhas éticas a fazer, mesmo que difíceis. O objetivo deste estudo é estabelecer uma correlação entre o realismo literário de Machado de Assis e o realismo político das Relações Internacionais. O realismo literário enfatiza uma perspectiva psicológica que privilegia as ambiguidades morais e os jogos de aparência da vida social com uso de ironia, bom humor e ceticismo. Já o realismo político busca pensar como a natureza humana influencia os processos decisórios envolvidos nos jogos de poder da política. A pergunta a ser respondida é se os contos trabalhados podem oferecer referências sobre os possíveis conflitos internos que a pessoa pode passar ao se confrontar com um processo de tomada de decisão ética, especialmente os relativos às escolhas políticas. A metodologia utilizada é de análise qualitativa com revisão bibliográfica. O marco teórico foi estruturado em torno de dois debates. O primeiro debate avalia a ideia de natureza humana pela perspectiva realista das Relações Internacionais, a partir da leitura de Kenneth Waltz, Chris Brown, Neta Crawford. Robert Schuett e Annette Freyberg−Inan. O segundo debate investiga a definição de ética de Aristóteles e de virtudes de André−Comte Sponville. A reflexão interdisciplinar adotada pela pesquisa é o grande marco intelectual legado aos pesquisadores que passaram a compreender o mundo de forma mais complexa e ambivalente, afastando−os de posições ingênuas e radicais. Dessa forma, a análise dos contos traz como resultado o vislumbre da ideia de que, por mais que a natureza humana estabeleça limites e inclinações, ela não impossibilita a vida ética, conclusão fundamental para a compreensão da vida social e da política internacional.

BIBLIOGRAFIA: ASSIS. Machado de. Papéis Avulsos. São Paulo: Martins Fontes, 2005 PAKALUK. Michael. A ética a Nicômaco: uma chave de leitura. Petrópolis: Vozes, 2020 WALTZ. Kenneth. O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3797**

TITULO:Consensualidade Administrativa e a atuação da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios da Advocacia−Geral da União

AUTOR(ES) : **DANIEL ANUNCIAÇÃO**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A crescente complexidade das relações entre Estado e mercado tem impulsionado a busca por instrumentos capazes de conferir maior previsibilidade, estabilidade e eficiência à atuação administrativa, especialmente em contextos marcados por incertezas regulatórias e elevada litigiosidade. Nesse cenário, a consensualidade administrativa emerge como uma das principais tendências do Direito Administrativo contemporâneo, deslocando o foco da atuação estatal exclusivamente imperativa para modelos de diálogo institucional, coordenação e prevenção de conflitos. É nesse contexto que se insere a Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (SEJAN), órgão vinculado à Advocacia−Geral da União e instituído pela Portaria Normativa AGU nº 173/2025, com a finalidade de promover boas práticas, conformidade e segurança jurídica por meio da redução da litigiosidade e da articulação entre órgãos públicos e agentes privados. Em seu primeiro ano de funcionamento, a Câmara realizou mais de setenta reuniões, apreciou relevantes controvérsias jurídicas e consolidou entendimentos em dezenas de temas tributários e regulatórios, revelando−se um importante mecanismo de coordenação administrativa. Diante desse quadro, a pesquisa tem como objeto a atuação da SEJAN, com enfoque específico no tratamento conferido às demandas submetidas ao Comitê Regulatório. A questão−problema consiste em investigar como a Câmara tem operacionalizado a consensualidade administrativa na análise e encaminhamento das demandas regulatórias sob sua competência, bem como quais padrões, estratégias e resultados podem ser identificados a partir dos casos apreciados. Para tanto, será adotada metodologia qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em pesquisa documental. O estudo analisará as 53 demandas registradas no portal público de monitoramento do Comitê Regulatório da SEJAN desde a sua criação, examinando informações como objeto das controvérsias, estágio de tramitação, soluções adotadas, órgãos envolvidos e resultados alcançados, com o objetivo de identificar tendências institucionais na atuação da Câmara. O marco teórico da pesquisa será constituído pela literatura sobre consensualidade administrativa, segurança jurídica e governança regulatória, especialmente no que se refere aos mecanismos de prevenção de conflitos e coordenação interinstitucional na Administração Pública. Como objetivo geral, busca−se compreender como a SEJAN tem desempenhado sua função de promoção da segurança jurídica no ambiente de negócios por meio da gestão das demandas regulatórias submetidas à sua apreciação, avaliando em que medida sua atuação concretiza os pressupostos da Administração consensual e contribui para a redução de incertezas regulatórias.

BIBLIOGRAFIA: BINENBOJM, G. A consensualidade administrativa como técnica juridicamente adequada de gestão eficiente de interesses sociais. Revista Eletrônica da PGE−RJ, [S. l.], v. 3, n. 3, 2020. Disponível em: https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/190. Acesso em: 1 jun. 2026. CYRINO, André; ROGOGINSKY, Felipe Salathé. A CONSENSUALIDADE ABUSIVA NO DIREITO ADMINISTRATIVO: NOTAS INICIAIS DE TEORIZAÇÃO. REI − REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 634–660, 2024. DOI: 10.21783/rei.v10i2.808. Disponível em: https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/808. Acesso em: 1 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3803**

TITULO:Produção científica de docentes vinculados à COPPE/UFRJ: análise cientométrica das redes de colaboração nacional e internacional e coocorrência temática

AUTOR(ES) : **LUI FARIAS ORLING,VITORIA VENANCIO DOMINGOS,FELIPE SILVA IZIDORO DA FONSECA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS,VANIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES**

RESUMO: A pesquisa explora as redes de colaboração internacional e a coocorrência temática das publicações de docentes permanentes do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós−Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), referência nacional e internacional em pesquisa e ensino na área. A instituição reúne 13 Programas de Pós−Graduação (PPG) stricto sensu , dos quais 10 foram classificados como programas de excelência na mais recente avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O estudo tem como objetivo analisar, por meio da comparação de indicadores métricos, a evolução das redes de coautoria por país e das temáticas emergentes, identificadas pela coocorrência de palavras−chave, na produção científica dos docentes da área de Engenharia no período de 2016 a 2025. O referencial fundamenta−se do ponto de vista epistemológico e empírico, em teorias, conceitos e métodos pertencentes às áreas de Bibliometria e Cientometria, na Ciência da Informação. Estudos com foco nesses fenômenos na produção de pesquisadores se inserem na Sociologia da Ciência, na Comunicação Científica e nos Estudos Métricos da Informação (Gingras, 2016; Bordon; Gómez, 2000; Grácio, 2020). A pesquisa caracteriza−se como quantitativa, descritiva e exploratória tendo como fonte de coleta o sistema de gestão Acadêmica e Pesquisa (ATRIO) e a base de dados Scopus para análise da colaboração científica e coocorrência de palavras−chave de autor em artigos de periódicos, considerando o recorte temporal de dez anos (2016–2025). Para a análise comparativa da evolução da colaboração científica e das temáticas de pesquisa, a amostra foi dividida em dois períodos (2016−2020; 2021−2025). A população do estudo compreende docentes permanentes afiliados à COPPE, abrangendo os 13 PPGs. Os dados dos docentes foram organizados no Excel a partir dos metadados extraídos do ATRIO, como nome, Scopus ID e endereço Lattes . O tratamento retirou duplicatas que apresentavam o mesmo identificador de documentos digitais (DOI) ou Scopus ID, assim recuperou−se 281 autores responsáveis por 2714 artigos, entre 2016 e 2020, e 3499, entre 2021 e 2025. Os dados exportados foram analisados no software VOSviewer adotando−se o método de association strength e os recortes de 5 ocorrências sugeridos pelo programa para a modelagem das redes de colaborações de coautoria internacional e coocorrência de palavras−chave de autor. Os resultados evidenciam mudanças nas redes de coautoria entre países, com ampliação de 41 para 47 países, aumento do número de clusters no segundo período, bem como concentração das colaborações com Estados Unidos, França e Portugal, forte interação desses países com o Brasil e o surgimento de parcerias com países do Sul Global. Constatam−se mudanças nas temáticas pesquisadas conforme a análise de coocorrência, com predominância de palavras−chave como Optimization , Simulation e Micro−CT no primeiro período, e de Machine Learning , Sustainability e Mechanical Properties no segundo.

BIBLIOGRAFIA: BORDON, M.; GÓMEZ, I. Collaborations networks in Science. In: CRONIN, B.; ATIKINS, H. B. (ed.). The web of knowledge: a festschrift in honor of Eugene Garfield. New Jersey: Information Today, 2000. cap. 10, p. 197−214. GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. Análise de redes sociais para visualização do comportamento científico. In: GRÁCIO, M. C. C.; et al. Tópicos da bibliometria para bibliotecas universitárias. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 163−190. GINGRAS, Y. Bibliometrics and research evaluation: uses and abuses. Cambridge: MIT Press, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3810**

TITULO:Autonomia das Agências Reguladoras e os limites da consensualidade regulatória pelo Tribunal de Contas da União

AUTOR(ES) : **DANIEL ANUNCIAÇÃO**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A consolidação do Estado regulador brasileiro, em contexto de redução da atuação direta do Estado na atividade econômica e de fortalecimento da regulação setorial, foi acompanhada pela criação das agências reguladoras, caracterizadas como autarquias especiais dotadas de autonomia reforçada em suas dimensões político−administrativa, técnico−decisional, financeira e normativa. Tal desenho institucional busca assegurar que decisões regulatórias sejam pautadas por critérios técnicos, reduzindo interferências externas e conferindo estabilidade aos setores regulados. Contudo, a crescente valorização de instrumentos consensuais na Administração Pública, aliada à ampliação da atuação do Tribunal de Contas da União, especialmente após a criação da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos, tem suscitado questionamentos acerca dos limites do controle externo sobre a atividade−fim das agências reguladoras. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objeto a análise da compatibilidade entre a autonomia das agências reguladoras e a atuação do TCU no âmbito da consensualidade regulatória. A pesquisa busca responder à seguinte questão−problema: como o Tribunal de Contas da União pode intervir, por meio de mecanismos consensuais ou de controle externo, em decisões regulatórias técnicas sem comprometer a autonomia institucional das agências e a lógica constitucional do Estado regulador? Para tanto, adota−se metodologia exploratória, com abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, especialmente a partir da análise de precedentes do TCU relacionados à regulação de serviços públicos e aos procedimentos conduzidos pela SecexConsenso, como marco temporal a promulgação da Lei Geral das Agências Reguladoras, de 25 de junho de 2019. O marco teórico fundamenta−se na teoria da deferência administrativa, na doutrina da autonomia das agências reguladoras e nas reflexões críticas acerca dos limites do controle sobre escolhas técnicas da Administração, com destaque para a necessidade de preservação da separação de poderes e da especialização institucional. O objetivo da pesquisa é identificar os contornos jurídicos do controle exercido pelo TCU sobre a atividade regulatória das agências, examinando se a consensualidade administrativa pode se converter em instrumento de mitigação indevida da autonomia decisória dessas entidades.

BIBLIOGRAFIA: BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Processo, 2026. LIMA, Artur Carnauba Guerra Sangreman. Aspectos da autonomia reforçada (independência) das agências reguladoras. Revista Em Tempo, Marília, v. 16, n. 1, 2017. Disponível em: https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/2407.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3817**

TITULO:Padrões e conformidade no Brasil: Aspectos Econômicos

AUTOR(ES) : **GABRIEL DE LANNOY**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO RESENDE**

RESUMO: No ano passado apresentei um breve resumo da literatura acerca da padronização econômica e algumas consequências teóricas da mesma. Dentre elas, destaca−se o papel no aumento de eficiência e garantia de qualidade. Falei também de potenciais desvantagens, como o risco de gerar monopólios e a limitação da diversidade de produtos. No Brasil, o principal mecanismo padronizador na indústria é a emissão do certificado ABNT NBR ISO 9001. Neste ano, na SIAc, trarei em primeiro lugar uma série de estatísticas descritivas, a nível regional e setorial da vigência deste padrão no Brasil. Além disso, analisarei a tendência da emissão via testes Mann−Kendall. O último e principal objetivo é o de tentar analisar se a certificação ISO 9001 impacta positivamente no desempenho financeiro de empresas brasileiras. O objetivo aqui é comparar indicadores financeiros dessas firmas entre duas amostras: empresas certificadas e não certificadas com a ISO 9001. Alguns indicadores de desempenho usados são razões de lucro operacional, lucro líquido e receita líquida divididos pelo ativo total da empresa no período: OITA, NITA e SATA, respectivamente. Isso permite controlar pelo tamanho da empresa. Testes simples de comparação de amostras − os não−paramétricos U de Mann−Whitney e Kolmogorov−Smirnov − não mostraram diferença significativa. Além disso, no caso em que houvesse discrepância, isso não implicaria causalidade entre a certificação e um melhor desempenho, digamos. Dessa forma, pretendo desenvolver o teste de Diferenças−em−diferenças (DiD), que, dadas suposições a serem defendidas, poderia indicar alguma relação causal. Ele é o usado para comparar grupos no qual o tratamento tem origem não aleatória e por isso pode ser adequado a este caso. Mais especificamente, a versão do DiD a ser usada utiliza um estimador específico de Callaway e Sant'anna (2021), que é usado para este caso de quando as unidades de tratamento recebem a intervenção em períodos diferentes de tempo. Para fins de teste de significância, a metodologia DiD toma a forma de uma regressão linear a qual incluirá variáveis de controle como tamanho da empresa, setor de atividade e demais fatores observáveis que possam interferir na variação do desempenho e serem incluídos. Por sua natureza, a metodologia possui limitações que também serão abordadas. Dados financeiros de empresas de capital aberto foram retirados da plataforma Economática e das bases do Valor Econômico − Valor 1000. Dados de certificados foram fornecidos pela agência reguladora Inmetro. Em suma, a pergunta central é a seguinte: empresas com o certificado tendem a ter um melhor desempenho financeiro? Esta metodologia e os resultados detalhados pretendo apresentar em outubro, durante a SIAc 2026. Sei que o tempo de apresentação não é muito extenso, e por isso falarei brevemente das primeiras propostas e dar ênfase maior a esta última.

BIBLIOGRAFIA: Callaway, B; Sant'anna, P. (2021) H. C. Difference−in−Differences with Multiple Time Periods. Journal of Econometrics, Amsterdam, v. 225, n. 2, p. 200–230. Jones, P., Hudson, J. (1996), Standardization and the costs of assessing quality, European Journal of Political Economy, 12, 355−36. Yang, L. (2024). The economics of standards: A literature review. Journal of Economic Surveys, 38, 717–758.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3825**

TITULO:Hedge cambial como instrumento financeiro para atrair capital internacional: estudo do Eco Invest Brasil

AUTOR(ES) : **DAYANY LOPES MARTINS,BEATRIZ RIBEIRO VIEIRA,GIOVANNA TOSTO**

ORIENTADOR(ES): **LUAN DOS SANTOS**

RESUMO: A volatilidade cambial no Brasil é cerca de 2,2 vezes superior à média internacional, representando um entrave crônico para investimentos estrangeiros de longo prazo. Enquanto em países desenvolvidos 81% do investimento em transformação ecológica provém do setor privado, em economias em desenvolvimento essa participação é de apenas 14%. O custo elevado do capital em investimentos diretos estrangeiros representa uma das causas desse baixo percentual, pois investidores buscam mitigadores de risco para se antecipar a possíveis flutuações monetárias. Para mitigar esse cenário, o governo federal instituiu o programa de mobilização de capital privado externo e proteção cambial, chamado Eco Invest Brasil, estruturado no âmbito do Fundo Clima em quatro sublinhas de crédito: Blended Finance, Facilidade de Liquidez Cambial, Fomento à Proteção Cambial e Estruturação de Projetos. Desse modo, o presente estudo busca analisar a eficiência do hedge cambial oferecido pelo programa como catalisador de capital privado externo. Para responder a esta pergunta, empregou−se metodologia qualitativa de análise documental, fundamentada em documentos institucionais do Tesouro Nacional que apresentam o programa e sua operacionalização, bem como na regulamentação oficial aplicável, como a Portaria STN/MF nº 1.135, de 11 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União, além do acompanhamento dos resultados operacionais divulgados pelo Tesouro Nacional. Minha atuação na equipe de pesquisa concentrou−se na coleta e sistematização de dados dos primeiros leilões, com foco na análise do índice de Impacto, métrica que relaciona o capital externo mobilizado ao subsídio público alocado. Considerando o objetivo deste trabalho de avaliar a efetividade da oferta de hedge cambial como instrumento de atração de capital internacional, resultados preliminares dos leilões realizados sugerem que mecanismos complementares, como o uso de capital catalítico e a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desempenham papel relevante na redução do prêmio de risco e na atratividade do programa para instituições financeiras de grande porte. Tais evidências indicam potencial contribuição do instrumento para a mobilização de investimentos externos destinados à transição ecológica no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN/MF nº 1.135, de 11 de julho de 2024. Dispõe sobre critérios e condições para o Leilão Eco Invest Brasil nº 1/2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/−/portaria−stn/mf−n−1.135−de−11−de−julho−de−2024−571469142. Acesso em: 25 abr. 2026. BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual Operacional do Programa Eco Invest Brasil. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2025. Disponível em: https://thot−arquivos.tesouro.gov.br/publicacao−anexo/23449. Acesso em: 25 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3827**

TITULO:ATUALIZAÇÕES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CDD E SUA RELAÇÃO COM NOVAS PERSPECTIVAS DO CONHECIMENTO

AUTOR(ES) : **ANA CLARA DE OLIVEIRA PEDROSA,GIOVANNA MENDES DA ROCHA SILVA,KAIO DOS SANTOS DE SOUZA,LUI FARIAS ORLING**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: Em voga há mais de um século, o sistema de classificação documentária decimal desenvolvido por Melvil Dewey, amplamente conhecido em países de línguas hispânica e lusófona como “CDD” (em português, “Classificação Decimal de Dewey”), é um dos mais antigos utilizados no mundo, consequentemente, um dos mais importantes devido à sua amplitude e capacidade de abranger diversos temas relacionados a diferentes áreas do conhecimento de maneira otimizada. Além de seu pioneirismo, a CDD representou uma mudança significativa nas perspectivas de organização para unidades de informação e no paradigma científico da Biblioteconomia. Entretanto, considerando seu contexto histórico, nota−se a predominância de estigmas intrinsecamente ligados à visão anglocêntrica e datada sobre culturas, crenças, etnias, nacionalidades e identidades de gênero. Apesar de sucessivas atualizações desde sua criação, a estrutura da CDD ainda apresenta desafios para a representação da multiculturalidade e de temas emergentes como a Inteligência Artificial (IA). Desse modo, esta pesquisa objetiva analisar criticamente os limites contemporâneos da CDD frente às demandas multiculturais, interdisciplinares e sociotécnicas atuais. Para alcance dos objetivos apresentados, foi realizada uma revisão bibliográfica documental de publicações, incluindo análise da própria CDD em diferentes suportes e edições. Foram utilizadas a 2ª edição revisada e ampliada em formato impresso, e a mais recente 23ª edição através do Web Dewey, visando observar lacunas, distorções e dificuldades de tratar certas temáticas, mesmo com a possibilidade de atualização constante. Desse modo, esta pesquisa qualitativa contextualiza historicamente a CDD e elucida sua importância na mudança paradigmática na Biblioteconomia,, contudo, considerando suas limitações e problematizando a influência da hegemonia intelectual anglocentrada de Dewey. Desse modo, entende−se que o uso e a permanência da CDD na contemporaneidade exige atualizações estruturais e reflexões críticas sobre os valores basilares presentes na construção de sistemas de organização do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA: BARTELMEBS, R. C. Resenhando as estruturas das revoluções científicas de Thomas Kuhn. Revista Ensaio, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 351−358, set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epec/a/7yjtkd74BffSn5fjkj84JYt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 de jun. 2025. DEWEY, M. Decimal classification and relativ index for arranging cataloging and indexing public and private libraries [...]. 2. ed. rev. e ampl. Boston: Library Bureau, 1885. Disponível em: https://archive.org/details/decimalclassifi04dewegoog/page/n6/mode/1up. Acesso em: 1 de jun. 2025. GUARIDO, M. D. M. Como usar e aplicar a CDD. 22. ed. Marília: Fundepe; São Paulo: Coordenadoria Geral de Bibliotecas da UNESP, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3858**

TITULO:A HIPERVULNERABILIDADE INTERSECCIONAL DA MULHER IDOSA NEGRA DIANTE DO SUPERENDIVIDAMENTO NAS RELAÇÕES DIGITAIS DE CONSUMO

AUTOR(ES) : **DENISE TEIXEIRA NERI**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO: O presente trabalho visa compreender como o ambiente digital de consumo opera na produção e no agravamento do superendividamento da mulher idosa negra. Nesta pesquisa, a problemática do endividamento excessivo vem sendo analisada a partir da compreensão de que as plataformas digitais e as instituições financeiras não atuam em um vácuo social, inscrevendo, em seus modelos de negócio, escolhas que aprofundam as desigualdades historicamente sedimentadas nas relações de consumo. A presente proposta tem por objetivo demonstrar de que forma os mecanismos digitais de concessão de crédito e de assédio comercial atravessam os marcadores de raça, gênero, idade e exclusão informacional, convertendo vulnerabilidades estruturais em critérios de superendividamento. A metodologia do trabalho consiste na revisão bibliográfica e na análise qualitativa de dados secundários relacionados ao consumo financeiro digital, com ênfase nos padrões de superendividamento de mulheres idosas. O trabalho da autora integra pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós−Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ), voltada à proteção jurídica de consumidoras idosas negras em situação de hipervulnerabilidade no ambiente digital, sendo realizada sob supervisão da orientadora. Os objetivos específicos são, sobretudo, examinar os deveres jurídicos das instituições financeiras à luz do Código de Defesa do Consumidor e da Lei nº 14.181/2021, bem como analisar a hipervulnerabilidade interseccional como categoria interpretativa capaz de qualificar juridicamente a condição singular da mulher idosa negra nas relações digitais de consumo. O modelo de negócios das plataformas digitais baseia−se na coleta e na monetização de dados pessoais, processo que transforma vulnerabilidades sociais em perfis comercialmente exploráveis. Para Lélia Gonzalez, a figura da mãe preta revela a posição estrutural da mulher negra, sobrecarregada pelo cuidado, mas socialmente desprotegida. A mulher idosa negra, economicamente fragilizada por aposentadorias menores, historicamente afastada do sistema bancário formal e muitas vezes responsável pelo sustento familiar, converte−se em alvo prioritário do assédio comercial digital. Com um único toque na tela, são celebradas dívidas que comprometem parcela substancial da renda disponível, e o superendividamento que disso resulta raramente decorre de um evento isolado, pois emerge de fatores estruturais acumulados que o Direito não pode tratar como problema privado. Como observa Cláudia Lima Marques, o superendividamento atinge de forma desproporcional os grupos hipervulneráveis, sobretudo as mulheres idosas. Compreende−se que essa problemática demanda do ordenamento a incorporação da hipervulnerabilidade interseccional como critério interpretativo, com reflexos diretos sobre a responsabilidade civil das plataformas e sobre as políticas públicas de enfrentamento ao superendividamento digital.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. [Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 123, p. 2, 2 jul. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 26 mai. 2026. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro−latino−americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. MARQUES, Cláudia Lima. Mulheres, idosos e o superendividamento dos consumidores: cinco anos de dados empíricos do Projeto−Piloto em Porto Alegre. Revista de Direito do Consumidor, Brasília, v. 24, n. 100, p. 393−423, jul./ago. 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3864**

TITULO:Letramento financeiro para mulheres: uma análise da participação de mulheres no mercado de investimentos

AUTOR(ES) : **MARINA CABRAL MEIRELLES**

ORIENTADOR(ES): **MARIA WALKIRIA DE FARO COELHO GUEDES CABRAL**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo identificar os fatores que dificultam a participação feminina no investimento financeiro. Historicamente, a relação das mulheres com o dinheiro foi construída de forma subalterna, marcada pela divisão sexual do trabalho, pela menor renda, pela sobrecarga de cuidado não remunerado e por processos de socialização que as afastaram da esfera financeira, configurando um conjunto de condições que organiza de modo desigual o acesso ao investimento entre homens e mulheres. Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão de literatura e entrevistas com roteiro semiestruturado conduzidas com mulheres da região do Rio de Janeiro, com posterior análise de conteúdo dos relatos. O posicionamento epistemológico se alinha à perspectiva construtivista social. O referencial teórico articula a teoria da divisão sexual do trabalho como eixo central, a epistemologia feminista como lente analítica para compreender como gênero reorganiza as condições de acesso à autonomia econômica considerando também questões de raça, classe, nacionalidade etc, e os debates sobre letramento financeiro, confiança e percepção de risco como dimensões que expressam desigualdades socialmente produzidas. Espera−se que os resultados contribuam para aproximar, na literatura, discussões frequentemente tratadas de forma isolada, além de oferecer subsídios para iniciativas de educação financeira, políticas institucionais e ações de inclusão financeira mais sensíveis às desigualdades de gênero. Ressaltamos que se trata de projeto ainda a ser desenvolvido como pesquisa ao longo de 2026−2. Em tempo, as autoras feministas citadas na bibliografia fundamentam a hipótese de análise indicada neste resumo.

BIBLIOGRAFIA: BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016, pp. 719 a 681. https://doi.org/10.1590/00115258201690 HIRATA, H.; KERGOAT, D. NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007 SAFFIOTI, Heleieth. (2013) [1969], A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade (3ª ed.). São Paulo, Expressão Popular.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3865**

TITULO:Monitoramento de Problemas Operacionais das Concessões de Saneamento da RMRJ (2021−2026)

AUTOR(ES) : **EMILY BONAGURA NEVES DE SOUZA,CARLOS FREDERICO RANGEL DE ALMEIDA RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **SUYÁ QUINTSLR**

RESUMO: O presente trabalho faz parte de um monitoramento das concessões regionais no Rio de Janeiro que vem sendo realizado pelo Laboratório de Ecologia Política da Água da UFRJ (ECOAGUA). Neste âmbito, como parte do trabalho de Iniciação Científica, apresento os dados referentes aos problemas operacionais das concessionárias que atuam há cinco anos no Rio de Janeiro: Águas do Rio I e II, Iguá Saneamento e Rio Mais Saneamento. A transição do serviço estatal de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o setor privado, foi precedida por uma narrativa de crise técnica e incapacidade estatal. Episódios operacionais foram utilizados como exemplo para reiterar o arcabouço discursivo da privatização, que foram: a presença de geosmina na água da Estação Guandu e o reparo no motor da Estação Elevatória do Lameirão, ocorridos em 2020. No entanto, ao contrário do que prometia o modelo de concessão desenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as falhas operacionais permanecem latentes. O monitoramento das transformações no setor entre 2021 a 2025, sistematizado pelo Parecer Técnico do laboratório ECOAGUA/UFRJ (2025), demonstrou que os principais problemas operacionais ocorridos durante os cinco anos de atuação das concessionárias Águas do Rio I e II, Iguá Saneamento e Rio Mais Saneamento, foram o rompimento frequente de adutoras e interrupções no fornecimento de água, afetando gravemente usuários que dependem do grande sistema Guandu−Lajes−Acari. Vinculado ao Laboratório, este trabalho busca dar continuidade à pesquisa, a fim de sistematizar essas ocorrências e avançar no monitoramento dos problemas operacionais, buscando responder as perguntas: quais os principais problemas na operação das redes e como eles se relacionam com os episódios de falta d'água e poluição por esgoto experimentados pela população? Os problemas operacionais afetam todas as regiões da mesma maneira ou, ao contrário, os prejuízos são desigualmente distribuídos? Com o intuito de responder essas questões, será incorporada uma análise quanti−qualitativa, fundamentada na análise documental e no levantamento de reportagens veiculadas pelo jornal O Globo, concentrando a coleta de dados nos anos de 2025 e 2026. A pesquisa indica que frequentes rompimentos de adutoras vêm afetando a experiência cotidiana dos usuários, especialmente na periferia metropolitana. Este cenário reforça a urgência de mecanismos de fiscalização que garantam a melhoria dos serviços sem aprofundar as desigualdades e precariedade no acesso à água em toda a RMRJ.

BIBLIOGRAFIA: QUINTSLR, S. Da Crise Hídrica à Ecologia Política da Água: Megaprojetos de abastecimento e injustiça ambiental no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital Editora Ltda, 2023. QUINTSLR, S.; FINAMORE, P.; RIBEIRO, C. F. R.; AROUCA, M. C.; CARDOSO, M.; WEBER, I.; QUEIROZ, J. M.; BONAGURA, E.; RISTUCCIA, F. Considerações sobre a concessão dos serviços de saneamento no estado do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa ECOAGUA/IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2024. TAVARES, E.; SOUZA, J. S. S.; RIBEIRO, C. F. R. de A. Transformações no setor de saneamento no Estado do Rio de Janeiro: neoliberalização e mudanças regulatórias. V. 26, E202402pt, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.22296/231

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3939**

TITULO:O Impacto da Taxonomia Sustentável Brasileira na Segurança de Títulos Verdes: Um Estudo de Caso no Setor Elétrico

AUTOR(ES) : **JOãO LUCAS LOPES DE ALMEIDA,GABRIELE SILVA,BEATRIZ RIBEIRO VIEIRA,GIOVANNA TOSTO**

ORIENTADOR(ES): **LUAN DOS SANTOS**

RESUMO: Impulsionado pela atual urgência da agenda climática, diversos setores da economia têm adotado medidas alinhadas à crescente demanda por descarbonização. Nesse cenário, o mercado de capitais trouxe como alternativa os títulos verdes (green bonds), que consistem em uma forma de financiamento destinada exclusivamente a projetos sustentáveis. No Brasil, esse instrumento cresceu rapidamente desde a sua implementação (em 2015, com a primeira emissão corporativa brasileira), consolidando o país como o maior emissor da América Latina e Caribe que, em 2025, alcançou o recorde de mais de US$ 30 bilhões arrecadados (Climate Bonds Initiative, 2025). Contudo, diante dos crescentes casos de práticas de greenwashing (falsa alegação de práticas ambientais para mascarar impactos negativos), surgiu a preocupação e a desconfiança dos investidores em relação à real destinação dos recursos captados. Esse obstáculo tornou−se uma ameaça relevante à continuidade do crescimento desse mercado no Brasil. Para enfrentar essa questão, o governo brasileiro promulgou, em novembro de 2025, o Decreto nº 12.705/2025, que oficializou a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), a qual tem como objetivo definir quais atividades econômicas podem ser consideradas sustentáveis, com base em critérios científicos. Esse sistema de classificação auxilia financiadores a direcionarem seus recursos com maior segurança. Este trabalho tem como objetivo avaliar se os critérios definidos pela Taxonomia Sustentável Brasileira garantem a segurança jurídica necessária para ampliar os financiamentos por meio de títulos verdes no Brasil, com foco no setor elétrico brasileiro. Para isso, será realizada uma análise das definições estabelecidas pela TSB para o setor, utilizando como base um caso real. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e utiliza a análise documental como procedimento metodológico. Os dados são provenientes de fontes públicas, incluindo o Green Framework da debênture da AXIA Energia Sul (antiga CGT Eletrosul), o Parecer de Segunda Opinião emitido pela ERM e a redação da própria TSB. Para evidenciar como a TSB afeta a segurança do instrumento, o tratamento dos dados ocorrerá via Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), estruturando−se um quadro comparativo de conformidade (Gap Analysis). Esse quadro confrontará as métricas voluntárias prometidas pela empresa com as novas exigências obrigatórias da TSB, ilustrando as lacunas estruturais e o rigor técnico que o mercado teria com e sem a aplicação da nova regulação. Como resultados, espera−se que a TSB já represente um avanço relevante em termos de segurança e credibilidade para o mercado brasileiro de títulos verdes, contribuindo para ampliar o volume de investidores nesse segmento. Contudo, é importante destacar que a política da TSB ainda se encontra em fase de implementação gradual e, por isso, a análise dos resultados obtidos considerará o atual estágio de desenvolvimento e consolidação da política no país.

BIBLIOGRAFIA: CLIMATE BONDS INITIATIVE; ERM. Estado do Mercado de Dívida Sustentável no Brasil − 1º semestre de 2025. [S. l.]: Climate Bonds Initiative, out. 2025. Disponível em: ww.climatebonds.net/files/documents/publications/Brazil_Sustainable_Debt_H1_2025_PT_01B.pdf. Acesso em: 14 março 2026 BRASIL. Decreto nº 12.705, de 31 de outubro de 2025. Estabelece a Taxonomia Sustentável Brasileira – TSB como instrumento do Plano de Transformação Ecológica do Poder Executivo federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023−2026/2025/decreto/D12705.htm. Acesso em: 28 janeiro 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3945**

TITULO:REALISMO MAGICO E COLONIALIDADE EM CEM ANOS DE SOLIDÃO

AUTOR(ES) : **MARINA NOGUEIRA BARCELOS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: O romance Cem Anos de Solidão, de Gabriel García Márquez, pode ser compreendido como uma expressão literária das dinâmicas de dependência e colonialidade presentes na América Latina. Por meio do realismo mágico, o autor transforma processos históricos concretos em uma narrativa simbólica que denuncia a violência cultural, política e econômica sofrida pela região. Mais do que um recurso estético, o realismo mágico constrói uma linguagem própria da experiência latino−americana, rompendo com os padrões racionalistas do norte global. Nesse sentido, entre os principais episódios da obra, destaca−se a chegada da companhia bananeira, inspirada diretamente na atuação da United Fruit Company na Colômbia, especialmente no massacre dos trabalhadores bananeiros ocorrido em 1928, quando o governo colombiano promoveu uma chacina de grevistas. A obra transforma o evento histórico em metáfora da inserção subordinada latino−americana no sistema capitalista internacional. Mesmo após a independência formal, o continente permaneceu inserido em uma lógica de dominação, subordinado econômica e epistemologicamente ao Ocidente, como desenvolve Aníbal Quijano na teoria da Colonialidade do Poder. Nesse contexto, a presença da “companhia bananeira” na cidade fictícia de Macondo, onde o livro é ambientado, representa a exploração econômica promovida pelo capital estrangeiro, a destruição das estruturas sociais locais, a repressão estatal e o silenciamento da memória coletiva. O massacre narrado no romance evidencia o que Immanuel Wallerstein desenvolve na teoria do sistema−mundo: a violência opera como instrumento de manutenção da ordem econômica internacional e da posição periférica latino−americana na divisão internacional do trabalho, marcada pela exportação de commodities e pela subordinação aos interesses das potências centrais. Em Cem Anos de Solidão, essas dinâmicas são incorporadas à própria forma narrativa: o fantástico não surge como fuga da realidade, mas como uma maneira de expressar e denunciar uma realidade marcada pela violência extrema, pela memória fragmentada e pela naturalização do absurdo histórico. Dessa forma, o realismo mágico torna−se um instrumento de denúncia contra a narrativa controlada pelo colonizador e busca inverter as noções de “normal” e “fantástico”, ao tratar a magia como rotina e a violência histórica como algo tão recorrente que adquire contornos quase místicos.Portanto, a pesquisa visa demonstrar, por meio do caso do massacre promovido pela United Fruit Company, que o realismo mágico, em Cem Anos de Solidão, articula literatura e crítica social ao revelar os impactos da colonialidade e da dependência sobre a formação histórica latino−americana. Assim, a experiência de Macondo transforma−se em representação simbólica das relações desiguais entre centro e periferia no capitalismo global, afirmando formas alternativas de interpretar a realidade. Dessa maneira, a literatura atua simultaneamente como resistência cultural e crítica política.

BIBLIOGRAFIA: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Cem anos de solidão. Tradução de Eliane Zagury. 52. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 448 p. QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. CLACSO, Buenos Aires, 2005. WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. O sistema mundo moderno I: a agricultura capitalista e as origens da economia−mundo europeia no século XVI. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3971**

TITULO:ERRO JUDICIAL, AS PRISÕES BASEADAS EM FALSOS RECONHECIMENTOS: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO FATOR RACIAL, SOCIAL E PROCEDIMENTAL COMO CAUSA DE FALSOS POSITIVOS.

AUTOR(ES) : **QUEREN FABIOLA LUMIAR DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL HERDY**

RESUMO: O presente trabalho analisa os erros judiciais decorrentes de prisões baseadas em falsos reconhecimentos de pessoas no sistema penal brasileiro, investigando a influência dos fatores racial, social e procedimental na produção de condenações indevidas. Parte−se da premissa de que o reconhecimento pessoal, embora amplamente utilizado como meio de prova, apresenta elevado potencial de falibilidade, especialmente quando realizado sem observância de critérios técnicos, científicos e legais adequados. A pesquisa demonstra que a estrutura social brasileira, marcada por desigualdades históricas, racismo estrutural e seletividade penal, influencia a atuação dos agentes responsáveis pela persecução criminal. Preconceitos sociais e raciais permeiam as fases investigativas e decisórias do processo penal, afetando a forma como suspeitos são identificados e avaliados. Nesse contexto, pessoas negras, pobres e moradoras de comunidades periféricas tornam−se mais vulneráveis à atuação repressiva do Estado e à associação automática com a criminalidade. O estudo contextualiza historicamente a formação dessas desigualdades desde o período pós−abolição da escravidão, evidenciando como a ausência de políticas efetivas de inclusão social contribuiu para a marginalização estrutural da população negra. Também demonstra que o Direito Penal foi utilizado historicamente como instrumento de controle social, direcionando a repressão estatal para grupos socialmente estigmatizados. No âmbito procedimental, a pesquisa examina criticamente o reconhecimento de pessoas previsto no artigo 226 do Código de Processo Penal, destacando a insuficiência da regulamentação legal e a frequente adoção de práticas que favorecem erros de identificação, como o reconhecimento fotográfico por álbuns de suspeitos. Para ilustrar a problemática, são analisados casos concretos de prisões injustas fundamentadas em reconhecimentos equivocados, nos quais se verificam investigações precárias, ausência de provas corroborativas e decisões influenciadas por fatores sociais e raciais. O trabalho também aborda a mudança jurisprudencial promovida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do HC 598.886/SC, que passou a exigir maior rigor na observância das formalidades legais e a necessidade de confirmação do reconhecimento por outras provas produzidas sob contraditório judicial. Conclui−se que a fragilidade normativa do procedimento e a influência de preconceitos estruturais comprometem a confiabilidade da prova de reconhecimento e colocam em risco garantias fundamentais, como a presunção de inocência, o devido processo legal e a ampla defesa. Defende−se, assim, o aperfeiçoamento legislativo e procedimental, aliado à adoção de critérios probatórios mais rigorosos, como medida necessária para reduzir erros judiciais e fortalecer a segurança jurídica no processo penal brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: FERRER BELTRÁN, Jordi. Prueba y Verdad en el Derecho. 5. ed. Madrid: Marcial Pons, 2022. LACKEY, Jennifer. Criminal testimonial injustice. Oxford: Oxford University Press, 2023 LOPES JR., Aury; ROSA, Alexandre Morais da. Crise de Identidade da Prova Penal e Reconhecimento de Pessoas

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4049**

TITULO:A SANTA SÉ A AS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DA CARTA ENCÍCLICA RERUM NOVARUM E DOS SEUS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS

AUTOR(ES) : **MARIA CLARA GOMES EVANGELISTA**

ORIENTADOR(ES): **HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: O trabalho investiga a atuação diplomática e política da Santa Sé frente às desigualdades estruturais do capitalismo na transição do século XIX para o século XX. Esse período histórico foi marcado por profundas contradições do capitalismo. Por um lado, havia a exploração dos trabalhadores em condições indignas de exercício laboral e de vida social. Por outro lado, havia a produção de riqueza para uma pequena elite deslumbrada com o otimismo da belle époque. A pergunta a ser respondida é como a Santa Sé atuou nesse contexto de desafios impostos pelas desigualdades estruturais do capitalismo? A hipótese sustentada é a de que a Santa Sé arrogou para si o papel institucional de mediador das disputas sociais inerentes ao modo de produção capitalista, propondo uma doutrina social que tentava mitigar os efeitos da injustiça distributiva. A carta encíclica Rerum Novarum, editada pelo papa Leão XIII, em 1891, pode ser interpretada tanto como uma defesa de uma sociedade internacional fundada na dignidade humana quanto uma reação ética à desintegração social provocada pela exploração capitalista. Para essa pesquisa, a Escola Inglesa foi definida como o marco teórico. Nessa perspectiva teórica, é possível analisar a Santa Sé como um ator histórico da sociedade internacional, que tenta demonstrar a continuidade da sua relevância como uma autoridade moral transnacional, em um contexto de crescente laicização do Estado, propondo normas éticas pretensamente universais. O objeto de pesquisa é a Doutrina Social da Igreja (DSI), compreendida não como um preceito puramente ideológico ou teológico, mas como um instrumento de governança transnacional, por meio da Rerum Novarum. Os objetivos centrais consistem em (i) organizar os conceitos teóricos da Escola Inglesa úteis a essa pesquisa (ii) apresentar o contexto histórico de transição secular, com destaque para as reflexões de Hobsbawm; (iii) compreender os fundamentos e as propostas da Rerum Novarum; (iv) analisar a evolução da DSI, por meio da obra de Ildefonso Camacho; e (v) apontar os desdobramentos políticos dessa doutrina em movimentos posteriores. A metodologia empregada apoia−se na análise qualitativa conduzida por meio de revisão bibliográfica. A partir desse estudo, a intervenção de Leão XIII passa a ser compreendida menos como um evento pastoral espontâneo e mais como um cálculo estratégico de um ator transnacional, a fim de garantir pragmaticamente a sua própria sobrevivência política perante as contestações anticlericais e a pouca vontade dos capitalistas e dos revolucionários de cederem em suas posições políticas. Como conclusão, constata−se que, embora a Rerum Novarum tenha apresentado limitados efeitos práticos frente à exploração capitalista no curto prazo; no longo prazo, a encíclica funcionou como uma importante referência para o intervencionismo corretivo do Estado e para o sindicalismo como pressuposto democrático.

BIBLIOGRAFIA: CAMACHO, Ildefonso. Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica. São Paulo: Loyola, 1995. HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios: 1875−1914. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025. LEÃO XIII. Carta Encíclica Rerum Novarum. Vaticano: 1891.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4064**

TITULO:PRODUTO E TÉCNICAS INFORMACIONAIS DECOLONIAIS PARA A BIBLIOTECONOMIA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

AUTOR(ES) : **ADRIANO MACHADO ABBAGLIATO**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: Surgida da crítica à Colonialidade, resquício do Colonialismo dos últimos séculos, onde os povos subalternos continuam sob influência dos dispositivos remanescentes da dominação colonial no Sul Global. A Decolonialidade tem a capacidade de pautar debate, desenvolver crítica e articular organizações rumo a descolonização e a contracolonização, desarticulando estes dispositivos coloniais de baixo para cima. Com base no trabalho de Amorim e Alves (2022), Duque−Cardona e Restrepo−Fernandez (2021), entre outros, a pesquisa investiga os meios por qual a Biblioteconomia e a Organização do Conhecimento (OC) tem a capacidade de estarem interligadas a este desenvolvimento organizativo e teórico. O objetivo principal do trabalho é analisar como a perspectiva decolonial tem sido incorporada à Biblioteconomia e à OC no contexto latino−americano e brasileiro, com vistas à identificação e sistematização de tecnologias informacionais de caráter decolonial. Além do objetivo principal, o estudo busca mapear as principais correntes teóricas da Decolonialidade que influenciam a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, identificar como a Decolonialidade tem sido aplicada na OC , analisar criticamente os fundamentos epistemológicos e classificatórios da área à luz da Colonialidade do saber e sistematizar propostas e tecnologias informacionais de caráter decolonial identificadas na literatura, evidenciando suas potencialidades para a prática bibliotecária. Para tal a pesquisa se constitui enquanto uma pesquisa exploratória, coletando os dados através da revisão bibliográfica com o método de análise dialético, materialista e histórico. Desta forma, a pesquisa se estrutura através da análise do campo da Biblioteconomia e OC a luz da Decolonialidade, com a análise da: Epistemologia e Epistemicídio, Biblioteconomia Social e Biblioteconomia Tradicional e, por fim, da Decolonialidade e Colonialidade. A partir da análise dos eixos acima foram encontrados os resultados da pesquisa. Como resultado foram encontradas 3 tecnologias decoloniais a serem aplicadas à Biblioteconomia e OC sendo elas: Desclassificação, Classificação Facetada e Biblioteca Sócio−Ecológica. Desta forma, reinterpretando a Biblioteconomia e OC e seus profissionais de forma mais voltada ao comunitário que não impõe modelos aos usuários da biblioteca e sim que construa onde está inserido uma relação umbilical da biblioteca, bibliotecário, ambiente e usuário. O trabalho conclui reconhecendo os resultados positivos, reforçando a necessidade de crescimento da pesquisa relacionada a Decolonialidade no campo da Biblioteconomia e OC dada a fertilidade da relação da Decolonialidade com os campos, de forma a agregar positivamente tanto na teoria, quanto na prática do profissional bibliotecário.

BIBLIOGRAFIA: AMORIM, I. S.; ALVES, U. S. Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma perspectiva decolonial. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Belo Horizonte, n. especial, p. 1−16, 2022. DOI: 10.35699/2237−6658.2022.40490. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/198772. Acesso em: 17 mar. 2026. DUQUE−CARDONA, N.; RESTREPO−FERNANDEZ, M. C. Biblioteconomia para a América Latina e Caribe: proposta teórica e filosófica para discussão. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1−21, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5727. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5727. Acesso em: 17 mar. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4126**

TITULO:PERCEPÇÕES SOBRE PAZ, VIOLÊNCIA E PODER ENTRE JOVENS DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **NAIARA SANTOS COUTINHO**

ORIENTADOR(ES): **GILBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA**

RESUMO: O projeto de pesquisa de Iniciação Científica ‘’ Paz, Violência e Poder entre Jovens do Rio de Janeiro’’, sob orientação do professor Dr. Gilberto Carvalho, do curso de Graduação de Relações Internacionais vinculado ao Centro de Ciência Jurídica e Econômica (CCJE), consiste em pesquisar, ouvir e analisar as percepções de jovens estudantes acerca dos temas: Paz, Violência e Poder. Além disso, nesta pesquisa faz−se o uso da metodologia de grupos focais, com jovens a partir dos 14 anos, estudantes que estejam em escolas e universidades. Por conseguinte, o marco teórico utilizado é os Estudos da Paz, tendo como autor fundacional, o professor norueguês Johan Galtung e seus conceitos chaves como Paz Positiva, Paz Negativa, Violência Direta e Violência Indireta, nesta última sendo composta por Violência Estrutural, Violência Simbólica e Violência Cultural. Posteriormente, a desenvoltura da pesquisa se dá da seguinte maneira: De início, faz−se necessário contato online com a escola ou universidade de interesse, para que haja a abertura dos responsáveis destas instituições e vontade de integrar a pesquisa. Com isso, o orientador faz o contato presencial e será direcionado pelo líder institucional. Assim, caso haja autorização, o grupo de pesquisa visitará a instituição e os jovens poderão participar de forma voluntária. Contudo, é explicado aos estudantes como o estudo será conduzido. É de suma importância, o uso de um gravador de voz apenas para que a conversa seja transcrita posteriormente. Por consequência, distribuímos folhas para obter as seguintes informações: Idade, Cor/Raça, Gênero, Sexualidade e Renda, preenchendo o cabeçalho e protegendo a identidade destes, sem requisitar nomes. Diante disso, o grupo é indagado sobre o que pensam, de imediato, sobre Paz, Violência e Poder e que redijam em folha, apenas uma palavra. Em seguida, são deixados à vontade para compartilhar com o grupo relatos pessoais que consideram encaixar em algum destes substantivos. Para além disso, os materiais são organizados em: Primeira Parte; quando exprimem uma palavra que define cada substantivo de acordo suas perspectivas; Segunda Parte; composta por relatos pessoais e a Terceira Parte; nesta, todo o material de voz coletado é transcrito para análise, como relatos que não foram escritos, mas verbalizados. Por consequência, utiliza−se todo este material para analisar se as categorias expressas por Galtung, correspondem às respostas destes jovens diante de questões que perpassam o Sul− Global, mais precisamente a cidade do Rio de Janeiro. Caso alguma não corresponda, será analisado se há alguma categoria inerente a um lugar em questão que não foi percebida pelo professor norueguês. Por fim, esta pesquisa no Rio de Janeiro é componente de um amplo estudo efetuado em outros estados para analisar jovens brasileiros e suas perspectivas acerca desta temática.

BIBLIOGRAFIA: Oliveira, G C (2017) Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. Rev. Carta Inter., v. 12, n. 1, p. 148−172 GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969, p. 167−191.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4145**

TITULO:COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: OS INCÊNDIOS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES

AUTOR(ES) : **MATEUS GARCIA DOS SANTOS,AYANNE JHULIA DE MORAIS NAKAMOTO SILVA,MYLENA SALATINO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: A República Democrática do Congo (RDC) apresenta um cenário caracterizado por crises climáticas, principalmente devido aos incêndios na Bacia do Congo, segunda maior floresta tropical do mundo. Assim, a tutela da preservação desse ambiente torna−se uma preocupação central devido ao impacto na perda dos ativos pelo desmatamento e na subsistência de populações locais. Cabe à Sociedade Internacional (SI), invocando−se o princípio da não indiferença, defendido por Sidney Guerra, realizar esforços para conter/mitigar a conjuntura catastrófica, uma vez que a RDC, país economicamente vulnerável, carece de recursos para lidar com as consequências das catástrofes ambientais que ignoram fronteiras geográficas e impactam não só este país mas o panorama global como um todo.O objeto desta pesquisa consiste na análise das falhas de infraestrutura da governança internacional no combate aos incêndios florestais na região sul da RDC, delimitada entre os anos de 2015 e 2020. A escolha desse recorte temporal justifica−se pela intensificação da atividade de fogo detectada pelo sensor MODIS (Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer) e pela consolidação de marcos internacionais, como o Acordo de Paris (2015). A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental, utilizando um estudo de caso focado na sazonalidade dos incêndios no sul da RDC durante o período de seca (junho a agosto) dentro do quinquênio delimitado, à luz do Direito Internacional das Catástrofes, teorizado por Guerra, que defende um esforço profundo dos membros da SI no que tange à criação de normas e medidas internacionais efetivas para administração de catástrofes presentes, prevenção das futuras e retratação das passadas.A pergunta problema é: de que modo a aplicação de princípios internacionais, como o da não indiferença, e a proposta da criação de uma Organização Internacional para as Catástrofes (OIC) – ao lume da doutrina criada pelo professor Sidney Guerra – podem fundamentar uma iniciativa da SI frente aos incêndios na RDC entre 2015 e 2020?Como conclusão prevista, espera−se mostrar, sob a perspectiva do Direito Internacional das Catástrofes, que os incêndios na RDC não devem ser amparados apenas por vias internas e que a situação necessita da cooperação internacional em busca de um enfrentamento mais efetivo ao problema exposto.

BIBLIOGRAFIA: BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. O Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto Memória, 2021 GUERRA, Sidney; ARAÚJO, Brenda Maria Ramos; SANTOS, Celso de Oliveira. PARA A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE CATÁSTROFES. Revista Opinião Jurídica (Fortaleza), Fortaleza, v. 21, n. 37, p. 50–82, 2023 CORDEIRO−BEDUSCHI, Autores: Liviam; LENTINI, Marco W.; DE MEDEIROS, Maryane B. T. Andrade e. Marcelo. OPORTUNIDADES PARA A CONSERVAÇÃO, LEGALIDADE FLORESTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NOS PRINCIPAIS PAÍSES TROPICAIS

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4151**

TITULO:AS FACES DO AMICUS CURIAE: ENTRE A INFORMAÇÃO DO JUÍZO E A SUA INFLUÊNCIA

AUTOR(ES) : **HELOíSA TRANCHE,EDUARDA REIS MOTA**

ORIENTADOR(ES): **CAMILA PAVI GARCIA ROSA**

RESUMO: O Estado democrático de direito pressupõe a participação do povo na tomada de decisões, constituindo o que denominou Peter Haberle de “sociedade aberta de intérpretes da Constituição”. Nesse contexto, sobressai a figura do amicus curiae como auxiliar do processo decisório, notadamente pelo subsídio técnico−científico que confere às cortes e, por conseguinte, às decisões. Ocorre, porém, que a participação em litígios de grand e repercussão – como os que acabam por definir diretrizes sociais e econômicas – pode apresentar diferentes custos aos atores processuais, em especial no que se refere ao capital político e institucional. Assim, o amigo que inicialmente visava a informar imparcialmente o juízo doravante pode vir a influenciá−lo conforme seus interesses. O presente trabalho tem como objetivo, portanto, analisar a transformação funcional do instituto do amicus curiae no direito contemporâneo, investigando sua passagem de simples auxiliar técnico do juízo para mecanismo de influência institucional e política no processo decisório judicial. A pesquisa concentra−se especialmente na comparação entre o modelo brasileiro e a experiência norte−americana. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise doutrinária e exame comparado entre os sistemas jurídicos. O estudo utiliza contribuições teóricas de autores nacionais e internacionais, além de referências à atuação de amici curiae em tribunais constitucionais. Também são analisados casos paradigmáticos, como Obergefell v. Hodges, para demonstrar a dimensão estratégica da atuação institucional perante as cortes superiores. A ideia central defendida é que o amicus curiae possui natureza estruturalmente ambivalente. Embora seja concebido como instrumento de democratização do processo, ampliação do contraditório e qualificação técnica das decisões judiciais, sua utilização prática pode revelar assimetrias estruturais de poder. O estudo demonstra que entidades dotadas de maior capital econômico, político e organizacional — os chamados repeat players — possuem capacidade significativamente superior de acesso e influência nos tribunais, utilizando o instituto como estratégia permanente de litigância institucional. O trabalho conclui que a positivação e ampliação do amicus curiae representam importante avanço democrático, sobretudo pela pluralização argumentativa e pela abertura procedimental das cortes constitucionais. Entretanto, a mera ampliação formal da participação não garante pluralismo material nem igualdade efetiva de influência. Assim, aponta−se que a legitimidade democrática do instituto depende da atuação ativa dos tribunais na preservação da representatividade adequada, da pluralidade efetiva e do equilíbrio entre os interesses admitidos no debate judicial. Sem tais salvaguardas, o amicus curiae corre o risco de transformar−se em instrumento sofisticado e multifacetado de reprodução de desigualdades estruturais no interior da jurisdição constitucional.

BIBLIOGRAFIA: HABERLE, Peter. Hermenêutica Constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2002. CÂMARA, Alexandre Freitas. Manual de processo civil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2025. GODOY, Miguel Gualano de. As audiências públicas e os amici curiae influenciam as decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal? E por que isso deve(ria) importar? Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba, v. 60, n. 3, p. 137–159, out./dez. 2015. https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v60i3.42513.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4200**

TITULO:AS METARREGRAS DO DESENHO PROCESSUAL PENAL DESUMANIZANTE DE GUERRA ÀS DROGAS

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO FERREIRA FERNANDES,LARYSSA VIEIRA REIS OLIVEIRA,JONAS SILVEIRA NOGUEIRA,LARISSA GABRIELA CRUZ BOTELHO,MADALENA ALEXANDRE BAHIA,JOÃO MATTOS REITER,LARISSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA,EDUARDA RODRIGUES SANT ANNA DA CUNHA**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO,NATÁLIA LUCERO FRIAS TAVARES**

RESUMO: Justificativa: Esta pesquisa investiga a existência de um desenho processual penal específico nos processos de tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro, identificando as metarregras, compreendido como regras não jurídicas e não escritas que determinam seu funcionamento. Parte−se da premissa, ancorada no pensamento de Michel Foucault sobre a gestão diferencial dos ilegalismos e na teoria crítica dos direitos humanos, de que o processo penal brasileiro se molda mais pelos atravessamentos estruturantes da sociedade (racismo estrutural, patriarcado e autoritarismo) do que pelas garantias constitucionais e convencionais. Problema: O problema de pesquisa consiste em verificar se há uniformidade nas características desses processos que permita reconhecer um padrão sistemático de afastamento dos direitos humanos e, em caso positivo, quais metarregras os condicionam. Hipótese: A hipótese é de que o processo penal de guerra às drogas se estrutura sobre seis metarregras: o enfrentamento militarizado, a conversão de agentes de segurança em fontes de prova, a seletividade racial e social, o encarceramento cautelar como antecipação de pena, a prescindibilidade de fundamentação adequada das decisões e a preponderância da investigação sobre a instrução judicial. Metodologia: A metodologia combinou pesquisa bibliográfica (método dedutivo) e empírica, esta realizada em quatro etapas: acompanhamento presencial de 71 audiências de instrução e julgamento, análise documental de 47 processos eletrônicos, exame de 38 laudos periciais de entorpecentes e análise das sentenças proferidas nos processos eletrônicos. Em todas as etapas empíricas, construiu−se um formulário específico, preenchido pelos pesquisadores, destinado a coletar e organizar de forma sistemática os dados levantados. A pesquisa encontra−se na quarta etapa, consistente na análise específica das sentenças. Os resultados parciais confirmaram as seis metarregras hipotetizadas e revelaram uma sétima, emergente dos dados: a desimportância efetiva do laudo pericial, que funciona como mera formalidade burocrática de legitimação do flagrante. Conclui−se que o processo penal de guerra às drogas opera como mecanismo de reprodução da desigualdade e do controle social seletivo.

BIBLIOGRAFIA: FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2006. SEMER, Marcelo. Sentenciando tráfico: punição e moralidade na ideologia dos juízes brasileiros sobre as drogas. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2019. SANTORO, Antonio Eduardo Ramires; GONÇALVES, Rodrigo Machado. A genealogia dos desenhos processuais penais desumanizantes. In: EMERIQUE, L. B.; BERNER, V.; DALMAU, R. (Org.). "Pés no presente e olhos no futuro". São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022. v. 1. p. 131−145.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4201**

TITULO:O HIDROGÊNIO VERDE COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O BRASIL NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA GLOBAL (2030−2040)

AUTOR(ES) : **ISABELLE PERES ROXO PEIXOTO,ENZO CAIRE CASTELO BRANCO DE MORAES,BEATRIZ RIBEIRO VIEIRA,GIOVANNA TOSTO**

ORIENTADOR(ES): **LUAN DOS SANTOS**

RESUMO: Este trabalho propõe uma pesquisa que tem como objetivo analisar o potencial do hidrogênio verde (H2V), um combustível limpo obtido pela eletrólise da água, como motor de desenvolvimento econômico e diferencial competitivo para o Brasil no horizonte de 2030 a 2040. Alinhado às diretrizes do Plano Nacional de Energia 2050, a investigação buscará entender como esse vetor energético atuará de forma estratégica na descarbonização e na tração de setores−chave, incluindo o setor de transportes, a indústria química e o setor residencial, além de viabilizar a geração de matéria−prima limpa para a modernização da siderurgia nacional. A metodologia a ser adotada consistirá em uma revisão bibliográfica sistemática, com foco no mapeamento de artigos científicos recentes, relatórios de agências internacionais de energia e projeções macroeconômicas sobre o mercado de descarbonização. De forma a garantir o alinhamento com a realidade do país, o referencial teórico será fundamentado por meio de uma análise rigorosa de documentos estratégicos nacionais, entre estes destaca−se o PNE (Plano Nacional de Energia) 2050, que reconhece rota verde do hidrogênio como a de maior relevância internacional e posiciona o Brasil como um potencial grande player global nesse setor. A atuação dos estudantes pesquisadores consistirá no levantamento direto dessas fontes em bases de dados acadêmicas e repositórios oficiais, na aplicação dos critérios de inclusão e exclusão da literatura e na posterior análise qualitativa do referencial teórico selecionado. Com a realização desta pesquisa, espera−se identificar como a matriz elétrica brasileira, predominantemente limpa devido à forte presença de fontes hídrica, eólica e solar, influenciará na redução dos custos de produção do hidrogênio verde em comparação com outros blocos econômicos. Pretende−se analisar como o H2V pode atuar como um vetor de flexibilidade sistêmica, aproveitando os momentos de preços baixos de energia causados pela intermitência das fontes eólica e solar para otimizar o custo de operação dos eletrolisadores. Ademais, o trabalho pretende mapear as projeções de atração de investimentos estrangeiros diretos e o potencial de reconfiguração da pauta de exportações do país entre os anos de 2030 e 2040, consolidando o Brasil como um polo competitivo global. Como considerações parciais desta fase de planejamento, compreende−se que o estudo fornecerá subsídios teóricos relevantes para entender o papel do hidrogênio verde para consolidar a vantagem competitiva no cenário internacional.

BIBLIOGRAFIA: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Plano Nacional de Energia 2050. Brasília: MME/EPE, 2020. INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY (IRENA). Green Hydrogen Supply: A Guide to Policy Making. Abu Dhabi: IRENA, 2021. CNI − CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Hidrogênio Verde: Oportunidades e Desafios para a Indústria Brasileira. Brasília: CNI, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4215**

TITULO:MIGRAÇÃO, POPULISMO E REDES SOCIAIS: O PERCURSO DO DISCURSO ANTI−MIGRAÇÃO NA EUROPA CONTEMPORÂNEA

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA FELIX MOREIRA,RACHEL SILVA DA ROCHA COUTINHO ANTUNES**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O presente trabalho, ainda em fase inicial de desenvolvimento, analisa como o discurso anti−imigração, historicamente associado a partidos de extrema direita, foi progressivamente incorporado por agremiações políticas de centro na Europa contemporânea, resultando no deslocamento discursivo da extrema direita para o campo político dominante. O objetivo central é investigar de que forma esse deslocamento retórico se articula com a amplificação algorítmica das redes sociais e com a persistência da narrativa do "fardo fiscal" do imigrante, mesmo diante de evidências empíricas que a contestam sistematicamente. A pesquisa adota metodologia qualitativa de natureza bibliográfica e documental, com análise de discurso comparada a partir de programas eleitorais e pronunciamentos públicos de líderes políticos, tendo como estudo de caso três países europeus em diferentes estágios do fenômeno: a Alemanha, onde o partido de centro−direita CDU aliou−se à extrema direita no parlamento; a França, onde a ascensão eleitoral do Reagrupamento Nacional levou o governo de centro a adotar agenda migratória restritiva; e a Itália, onde a extrema direita chegou ao poder e passou a influenciar a política migratória de toda a União Europeia. A análise é complementada por revisão de literatura econômica sobre contribuição fiscal de populações migrantes. A autora atua de forma integrada na coleta, sistematização e análise dos dados, organizando o trabalho em torno de três eixos temáticos complementares: o deslocamento discursivo no campo político, a mediação algorítmica e o debate econômico sobre migração. Os resultados parciais indicam que a retórica anti−imigração opera simultaneamente nos campos político, midiático e econômico, tornando seu enfrentamento necessariamente interdisciplinar. Como consideração parcial, destaca−se a necessidade de aprofundar a análise empírica sobre os efeitos concretos desse deslocamento discursivo na formulação de políticas migratórias e na proteção de direitos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA: MUDDE, Cas. Populist radical right parties in Europe. Nova York: Cambridge University Press, 2007. COHEN, Stanley. Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers. 3. ed. Londres: Routledge, 2002. PARISER, Eli. O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4218**

TITULO:DA CARTA AO POLO: A RECONFIGURAÇÃO DA DIPLOMACIA TRIANGULAR E A ASCENSÃO DA CHINA NA CRISE DO IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO

AUTOR(ES) : **MARIA LUISA PAES MARCIANO CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS EDUARDO DA ROSA MARTINS**

RESUMO: O presente trabalho analisa a transformação estrutural da Diplomacia Triangular, investigando como a China transicionou de um instrumento tático na estratégia norte−americana de contenção soviética, nos anos 1970, para um rival sistêmico no século XXI. A pergunta−problema que orienta a pesquisa é: em que medida o desenvolvimento da Nova Economia do Projetamento explica a ruptura da posição semiperiférica chinesa e a consequente inversão da lógica da diplomacia triangular concebida por Kissinger? Parte−se da hipótese central de que essa correlação é direta: foi a capacidade do Estado chinês de converter a inserção comercial em autonomia tecnológica e financeira — mantendo o controle sobre os pontos de comando da economia e condicionando o acesso ao mercado interno à transferência de tecnologia — que permitiu à China romper o pacto de subordinação de 1972 e alçar−se de peça tática a polo autônomo do sistema−mundo. À luz da Economia Política Internacional e da Teoria do Sistema−Mundo, o trabalho tem como objetivo geral demonstrar como a ascensão da Nova Economia do Projetamento reconfigurou a Diplomacia Triangular original. Como objetivos específicos, busca−se: (i) revisitar a gênese da diplomacia triangular dos anos 1970, evidenciando a posição subordinada e semiperiférica de Pequim, funcional à restauração momentânea da hegemonia do dólar diante da crise sinalizadora do poder americano; (ii) investigar as transformações internas da China pós−1978, explicando como o Estado converteu o crescimento econômico em autonomia geopolítica; e (iii) analisar a consequência externa dessa ascensão — a consolidação de uma Grande Eurásia e de uma aliança assimétrica com a Rússia — demonstrando como esse arranjo inverte a lógica de Kissinger. Com abordagem qualitativa pautada na revisão bibliográfica, a pesquisa ampara−se no arcabouço teórico de Giovanni Arrighi, José Luís Fiori, Carlos Eduardo Martins, Immanuel Wallerstein, Elias Jabbour, Carlos Aguiar de Medeiros, Glenn Diesen, Raphael Padula e Mauricio Metri. Conclui−se que o novo eixo sino−russo não busca integrar−se à ordem liberal, mas materializa a bifurcação do sistema−mundo, o colapso da unipolaridade e o aprofundamento do caos sistêmico decorrente da crise do imperialismo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA: ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty−first century. London: Verso, 2007. JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. China: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021. FIORI, José Luís (org.). O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4240**

TITULO:Evolução da relevância da informação contábil pós−IFRS no Brasil (2010−2024) e o impacto da pandemia de COVID−19

AUTOR(ES) : **JEAN VITOR RODRIGUES BESSA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO ALVARO DA SILVA MACEDO**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da relevância da informação contábil no Brasil ao longo dos primeiros 15 anos de implementação das IFRS (2010−2024), com foco nos efeitos da pandemia da COVID−19 na relação entre o preço das ações e as informações contábeis de lucro líquido por ação (LLPA) e patrimônio líquido por ação (PLPA). Para tanto, se utiliza do modelo de value relevance de Collins et al. (1997), proposto com base no estudo de Ohlson (1995). Neste modelo, as informações contábeis de LLPA e PLPA de um determinado exercício explicam o preço da ação de maior liquidez do início de abril do ano seguinte (até o 5º. dia útil). Seguindo o que foi feito por Canongia et al. (2023), considerou−se apenas empresas com PLPA positivo e com ações de alta liquidez (índice de liquidez da economática >= 0,001 e presença em bolsa >= 80%). Em função destes ajustes, o referido modelo é aplicado aos dados winsorizados à 5% em painel balanceado de 72 empresas não financeiras no Brasil no período 2010−2024. Para analisar a evolução da relevância da informação contábil os dados foram organizados em triênios (2010−2012, 2011−2013, 2012−2014, 2013−2015, ... , 2022−2024). De cada triênio foram analisados o R 2 e o coeficiente angular do LLPA (principal informação contábil). Para analisar o impacto da pandemia foram consideradas todas as informações do ano de 2020, ou seja, o preço utilizado no modelo dos dados de 2019 e o LLPA e o PLPA utilizado no modelo dos dados de 2020. Desta forma, os triênios 2017−2019, 2018−2020, 2019−2021 e 2020−2022 são considerados como impactados pela pandemia de COVID−19. Os resultados mostram que em relação ao R 2 tem−se valores acima de 40% nos primeiros triênios analisados (2010−2012, 2011−2013 e 2012−2014), valores em torno de 30% nos triênios que envolvem dados impactados pela pandemia de COVID−19 (2017−2019, 2018−2020, 2019−2021, 2020−2022) e valores acima de 40% nos dois últimos triênios analisados (2021−2023 e 2022−2024). Isso mostra que a capacidade das informações contábeis explicarem o comportamento do preço das ações se reduz durante o período da pandemia de COVID−19 e depois se recupera. Mais especificamente em relação ao coeficiente angular do LLPA, ou seja, a reação do preço das ações ao lucro líquido das empresas, observa−se uma tendência de crescimento dos valores ao longo do tempo. Além disso, observa−se que antes da pandemia (nos triênios 2010−2012, 2011−2013, 2012−2014, 2013−2015, 2014−2016, 2015−2017 e 2016−2018) os valores variam entre 1,11 e 1,77. Porém, com os dados impactados pela pandemia (nos triênios 2017−2019, 2018−2020, 2019−2021 e 2020−2022) os valores variam entre 1,04 e 1,22. Por fim, no período pós−pandemia tem−se os valores 1,27 (triênio 2021−2023) e 1,84 (triênio 2022−2024). Logo, observa−se a redução de valores durante os triênios com dados impactados pela pandemia de COVID−19 e depois uma recuperação ao mesmo nível dos valores antes do período pandêmico.

BIBLIOGRAFIA: CANONGIA, M. A. G.; SILVA, C. M. M. F.; MACEDO, M. A. S. Value relevance da informação contábil após 10 anos de IFRS no Brasil. Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 18, n. 2, p. 4−24, 2023. DOI: 10.21446/scg_ufrj.v0i0.56380. COLLINS, D. W.; MAYDEW, E. L.; WEISS, I. S. Changes in the value−relevance of earnings and book values over the past forty years. Journal of Accounting and Economics, v. 24, n. 1, p. 39−67, 1997. DOI: 10.1016/S0165−4101(97)00015−3. OHLSON, J. Earnings, book values and dividends in equity valuation. Contemporary Accounting Research, v. 11, n. 2, p. 661−687, 1995. DOI: 10.1111/j.1911−3846.1995.tb00461.x

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4242**

TITULO:ESPAÇOS INSURGENTES DE EXPRESSÃO CULTURAL LGBTQIAPN+: REFLEXÕES A PARTIR DO MOVIMENTO BALLROOM CARIOCA

AUTOR(ES) : **GIULIA COSTA DOS SANTOS,NATALIA FARIAS DA SILVA,KARINE DIAS DE JESUS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA LUSCHER ALBINATI**

RESUMO: Este trabalho integra uma pesquisa que analisa a produção de espaços culturais em territórios populares da cidade do Rio de Janeiro, com foco nos chamados espaços culturais insurgentes, entendidos como espaços apropriados ou criados por grupos historicamente subordinados em resposta à insuficiência dos equipamentos culturais convencionais. O objetivo é compreender como esses espaços produzem formas de pertencimento, resistência e expressão coletiva, desafiando a lógica hegemônica de produção cultural centrada no Estado e no mercado e criando suas próprias estratégias de gestão cultural. No tocante aos espaços de expressão cultural LGBTQIAPN+, a pesquisa vem se debruçando sobre as chamadas “balls”, eventos do movimento Ballroom, originado em comunidades negras, latinas e LGBTQIAPN+ estadunidenses, produzindo espaços de sociabilidade, acolhimento e resistência que adquirem características próprias no Brasil e no Rio de Janeiro. A pesquisa adota metodologia baseada em revisão bibliográfica, pesquisa de campo e mapeamento de experiências culturais insurgentes. São realizadas reuniões quinzenais onde, além de organizar o cotidiano da pesquisa (agenda, eventos, registros, etc.), o grupo discute a bibliografia encontrada, incorporando sempre novos textos, realiza leituras coletivas dos diários de campo, recebe pesquisadores colaboradores para aprofundamento de temas de interesse e assiste a filmes relacionados ao objeto de pesquisa. As idas a campo envolvem em geral eventos noturnos, de que a pesquisadora tem participado quase semanalmente. A fundamentação teórica parte do conceito de Cultura no Plural (CERTEAU, 1995)dialogando com a teoria queer e os estudos sobre identidade desenvolvidos por Judith Butler (2018) e Kathryn Woodward (2000). A partir dessas referências, a pesquisa compreende a cultura como um campo plural e as identidades como construções sociais, históricas e relacionais, problematizando concepções fixas de gênero e sexualidade, evidenciando como normas sociais moldam os sujeitos, mas também podem ser contestadas por meio de práticas culturais e performativas. A autora atua no levantamento e revisão bibliográfica, organização e fichamento da bibliografia, observação in loco e escrita de diário de campo, especialmente no desenvolvimento do recorte voltado às expressões culturais LGBTQIAPN+, com destaque para o movimento Ballroom. Os resultados parciais indicam que o movimento pode ser compreendido como uma expressão de espaço cultural insurgente, uma vez que produz territorialidades dissidentes, fortalece redes de apoio e cria alternativas às formas hegemônicas de acesso à cultura. Observa−se ainda que as práticas performáticas presentes nas balls atuam como mecanismos de construção e ressignificação identitária, desafiando normas de gênero e sexualidade, evidenciando como a cultura pode ser ferramenta de luta e reconstrução de identidades.

BIBLIOGRAFIA: BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. CERTEAU, Michel De. A Cultura no plural. Campinas: Papirus Editora, 1995. WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4246**

TITULO:A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO AMBIENTE DIGITAL (UBERIZAÇÃO): A RELAÇÃO ENTRE VÍNCULO EMPREGATÍCIO E AUTONOMIA

AUTOR(ES) : **LUISA FREITAS CAMPOS PIZARRO DRUMMOND,YASMIN CARDOSO FERREIRA,JOÃO PEDRO RODRIGUES MACHADO,JOAO VITOR DA SILVA GOMES,SOFIA TANAN HORTEGA,CAROLINA SANTIAGO,VITOR DOS SANTOS MACEDO BARROSO,BETRIZ NOGUEIRA NEVES**

ORIENTADOR(ES): **ANGELO LUIS DE SOUZA VARGAS**

RESUMO: A expansão das plataformas digitais de prestação de serviços transformou significativamente as relações de trabalho no século XXI, impulsionando modelos de contratação marcados pela flexibilidade, pela autonomia e pela mediação tecnológica. Nesse contexto, a chamada uberização tornou−se um dos principais fenômenos da economia digital, suscitando debates acerca da proteção dos trabalhadores, da caracterização do vínculo empregatício e da adequação das normas trabalhistas às novas formas de organização produtiva. O objeto desta pesquisa consiste na análise da relação entre autonomia e subordinação no trabalho realizado por intermédio de plataformas digitais, especialmente no caso de motoristas e entregadores de aplicativos. A questão−problema que orienta o estudo é: como o Direito do Trabalho brasileiro pode interpretar e regular as relações de trabalho mediadas por plataformas digitais diante da tensão existente entre autonomia profissional e vínculo empregatício? Como hipótese, sustenta−se que o modelo atualmente adotado pelas plataformas digitais cria uma zona de indefinição jurídica, na qual elementos tradicionais da relação de emprego coexistem com características próprias do trabalho autônomo, dificultando a aplicação das categorias clássicas do Direito do Trabalho. O marco teórico da pesquisa fundamenta−se no debate entre as concepções de autonomia laboral e subordinação jurídica, bem como nas discussões contemporâneas acerca da subordinação algorítmica, da precarização do trabalho e da necessidade de adaptação das normas trabalhistas às transformações tecnológicas. A metodologia empregada é de natureza bibliográfica e documental, mediante análise de doutrina, legislação, jurisprudência e estudos especializados sobre o tema, complementada por entrevistas e pesquisa de campo voltadas à compreensão da percepção dos trabalhadores e operadores do Direito. Como possível conclusão, espera−se demonstrar que a uberização desafia os modelos tradicionais de proteção trabalhista, evidenciando a necessidade de mecanismos regulatórios capazes de compatibilizar inovação tecnológica, flexibilidade econômica e garantia de direitos sociais mínimos aos trabalhadores inseridos na economia digital.

BIBLIOGRAFIA: OLIVEIRA, Krislaine Kethlen da Silva. A Precarização do Trabalho e o Processo de Degradação do Trabalhor Brasileiro. UFPB, Santa Rita, 2022. Disponivel em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24105/1/KKSO27062022.pdf CHAVES, Solange Barreto; MACEDO, Kaic Oliveira de. A. “Uberização” do Trabalho sob a Análise da PL N° 1471/22. Revista Científica Multidisciplinar O Saber, São Paulo, 2023. Disponível em: https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/377/37 BRITO, Rebecca de Oliveira. A Uberização e seus Reflexos no Direito do Trabalho. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponivel em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/A%20Uberizac%CC%A7a%CC%83o%20e%20se

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4251**

TITULO:FUTURO COMO AMEAÇA E O FUTURO DO DIREITO: PRESENTISMO, GUERRA E O FECHAMENTO DOS HORIZONTES DE EXPECTATIVAS

AUTOR(ES) : **LARISSA DE SANTANA PEREIRA,RAFAEL HASSELMANN WERNECK**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES**

RESUMO: O presente trabalho é continuidade da pesquisa apresentada na SIAC 2025, tendo por objeto o conceito de presentismo e seus impactos no campo jurídico. O presentismo, enquanto forma de experiência da temporalidade, caracteriza a sociedade contemporânea. O "inchamento do presente" assume a forma da emergência, invocando mecanismos excepcionais e criando zonas de exceção dentro da legalidade formal. Pretende−se mobilizar os conceitos de presentismo/latência emergente para analisar as transformações do Direito, tendo as guerras contemporâneas como manifestação central desse fenômeno. A pesquisa parte da seguinte questão: quais os impactos do presentismo no direito e como isso repercute na experiência da guerra? Especificamente, procura−se explicar 1) o presentismo como fechamento dos horizontes de experiência e de expectativa, 2) as características das guerras atuais como "latência emergente" e 3) a incapacidade do direito de regular e estabelecer limites às guerras nesse contexto. A pesquisa situa−se no campo da Sociologia do Direito e articula reflexões de Luhmann e De Giorgi sobre sociedade, direito e complexidade social. O presentismo é abordado a partir de Hartog, Harvey, Virilio e Neuenschwander, segundo quem a aceleração temporal bloqueia a diferença entre passado e futuro, fragilizando o direito como mecanismo de formação de vínculos com o futuro. Em Gumbrecht, busca−se o conceito de "latência emergente" no pós−guerras, sustentando a hipótese de que o futuro se apresenta como sucessão de catástrofes e a guerra é normalizada como um presente sem fim. A pesquisa contextualiza o fechamento dos horizontes de expectativa após as guerras mundiais e a ruptura da crença iluminista no progresso: o avanço tecnológico foi utilizado para dizimar populações, destruindo a noção de tempo linear e progressivo. A "compressão do espaço−tempo" produzida pela globalização reflete o ímpeto do capital sobre o presente latente, resultando na aniquilação do espaço pelo tempo. O presentismo, contudo, vai além: é a suspensão da diferença entre passado e futuro, tornando o presente um eterno espaço−tempo, em que o passado deixa de ser espaço de experiência e o futuro deixa de ser horizonte de expectativas. As guerras contemporâneas atuam na manutenção desse fechamento, transformando o futuro em ameaça constante. O "futuro−futuro" é substituído por um "futuro−que−é−já presente", incapaz de produzir abertura histórica. Conclui−se, ainda que parcialmente, que a guerra contemporânea − marcada pela saturação informacional e pelo monitoramento panóptico − opera como gestão de um presente continuamente ameaçado. A aceleração tecnológica suprime a possibilidade de imaginar um futuro capaz de abrir frestas de liberdade. Nas próximas etapas, serão aprofundadas as investigações sobre os mecanismos de emergência acionados para a produção das guerras e o fechamento do futuro, bem como o debate sobre o direito internacional no contexto de suspensão do eterno presente.

BIBLIOGRAFIA: GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de 1945: latência como origem do presente. São Paulo: Editora Unesp, 2014. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005 NEUENSCHWANDER, Juliana. Globalización, presentismo y corrosión de la soberania popular. In: Cuba−Brasil: diálogos sobre democracia, soberania popular e direitos sociais, Lucas de Alvarenga Gontijo, et al. (orgs.). v. 3. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4268**

TITULO:ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM SAÚDE MENTAL: CONSTRUÇÃO DE UM TESAURO TEMÁTICO PARA REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

AUTOR(ES) : **WESLLEY FERREIRA ARAUJO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: O presente trabalho aborda a Organização do Conhecimento no domínio da saúde mental, destacando a necessidade de estruturar e padronizar conceitos relacionados ao tema diante do aumento da demanda por informações confiáveis em contextos acadêmicos, institucionais e digitais. A saúde mental é compreendida como um campo que envolve aspectos emocionais, psicológicos, cognitivos e sociais, tornando necessária a criação de instrumentos capazes de auxiliar na representação e recuperação qualificada da informação. Nesse contexto, o estudo teve como objetivo principal construir um tesauro temático em saúde mental, visando organizar, padronizar e estruturar os conceitos da área por meio do estabelecimento de relações semânticas entre os termos. Também buscou enfrentar problemas relacionados à ausência de controle terminológico, à dispersão conceitual e ao uso inconsistente de termos nos processos de representação da informação. O autor foi responsável pelo levantamento bibliográfico, seleção terminológica, modelagem conceitual, estabelecimento das relações semânticas e implementação do tesauro na plataforma Thesa. A metodologia adotada fundamentou−se nos princípios da Organização do Conhecimento e nas diretrizes da norma ISO 25964−1 para construção de tesauros. Inicialmente, definiu−se o termo central “saúde mental”, utilizado como eixo para identificação dos demais conceitos do domínio aplicando−se o método dedutivo. A seleção terminológica ocorreu por meio de consultas a glossários, documentos oficiais e materiais especializados da área, aplicando−se assim o princípio da garantia literária. Posteriormente, os termos foram organizados em planilhas para realização da modelagem conceitual e definição das relações hierárquicas, associativas e de equivalência. Após essa etapa, o tesauro foi formalizado na plataforma Thesa, permitindo a visualização da rede conceitual construída e sua aplicação acadêmica e didática. Como resultado, foi desenvolvido um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) em saúde mental composto por 102 termos, estruturado por 101 relações hierárquicas e 142 relações associativas, distribuídas em até quatro níveis hierárquicos, possibilitando maior clareza na organização dos conceitos e evidenciando as conexões semânticas entre os termos do domínio. O trabalho demonstrou o potencial do tesauro para apoiar processos de organização, indexação e recuperação da informação, além de contribuir para a redução de ambiguidades terminológicas. Conclui−se que o SOC desenvolvido constitui uma base consistente passível de ampliação por meio da incorporação de novos termos, atualização terminológica e futura validação por especialistas e comparação com vocabulários controlados consolidados, como DeCS e MeSH, apesar dos desafios relacionados à diversidade conceitual da área e à necessidade de delimitação do escopo temático. Dessa forma, o estudo reforça a importância dos SOC para a qualificação da representação da informação em saúde m ental.

BIBLIOGRAFIA: BARITÉ, M.; FERANáNDEZ−MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. 2022 . Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/217363. Acesso em: 13 nov. 2023. CAMPOS, M. L.; GOMES, H.E.; MOTTA, D.F. Manual de elaboração de tesauro documentário. 2004. Disponível em: http://www.conexaorio.com/biti/tesauro/. Acesso em: out. 2023. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde. Genebra: OMS, 1946. Disponível em: https://www.who.int/about/governance/constitution. Acesso em: 17 dez. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4288**

TITULO:O ENSINO DA INDEXAÇÃO NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: DESAFIOS, POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFRJ

AUTOR(ES) : **WESLLEY FERREIRA ARAUJO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: Os avanços mais recentes da Inteligência Artificial (IA), especialmente da IA Generativa, tem provocado transformações significativas nos processos de produção, organização, representação e recuperação da informação, impactando diretamente a formação bibliotecária. No âmbito da Organização da Informação, sistemas automatizados cada vez mais passam a executar atividades tradicionalmente associadas ao trabalho intelectual do indexador, como identificação de conceitos, geração de palavras−chave, recomendação de descritores, sumarização automática, classificação temática e produção de metadados. Diante desse cenário, este estudo discute de que maneira a IA Generativa impacta o ensino da disciplina de Indexação do curso de biblioteconomia na UFRJ e como contribui para a formação de profissionais capazes de comandar e interpretar criticamente resultados produzidos por sistemas algorítmicos. Fundamenta−se nas contribuições de Guinchat e Menou (1994), Lancaster (2004) e Fujita e Santos (2016), que compreendem a indexação como um processo intelectual complexo de análise documental, representação temática, permeado por fatores cognitivos, linguísticos, culturais e éticos. A pesquisa justifica−se pela crescente incorporação da IA Generativa em ambientes informacionais e pela necessidade de preparar futuros bibliotecários para atuar nesses contextos. Embora essas tecnologias ampliem a capacidade de processamento de dados e informações, também podem reproduzir vieses, invisibilizações sociais, assimetrias culturais e estereótipos presentes nos dados utilizados em seu treinamento, evidenciando o caráter sociotécnico e político da indexação. Metodologicamente, trata−se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e natureza documental, baseada na análise de experiências didáticas desenvolvidas na disciplina de Indexação do curso de Biblioteconomia da UFRJ, incluindo atividades de comparação entre indexação humana, automática e semiautomática, avaliação crítica de descritores sugeridos por IA, discussão sobre critérios de qualidade da indexação e reflexão acerca dos limites da automação e dos vieses algorítmicos. Como resultados esperados, pretende−se demonstrar que a utilização crítica da IA Generativa fortalece a necessidade de compreensão dos fundamentos da análise documental, dos critérios de qualidade da representação temática e dos aspectos éticos envolvidos na organização da informação. Conclui−se que a IA Generativa não elimina a necessidade do profissional indexador, mas reforça a importância de uma formação crítica capaz de avaliar sistemas algorítmicos, validar representações temáticas, supervisionar processos automatizados e promover diversidade epistemológica, transparência e justiça informacional.

BIBLIOGRAFIA: LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. Transinformação, v. 28, n. 1, p. 59−76, 2016. ASSIS, J. Folksonomias e pós−verdade: desafios para a organização do conhecimento. Liinc em Revista, v. 17, n. 1, p. e5706, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4293**

TITULO:EVOLUÇÃO DO TEMPO DE ABERTURA DE FIRMAS NO BRASIL: UMA VISÃO GERAL E REGIONAL A PARTIR DE MICRODADOS

AUTOR(ES) : **BERNARDO AMANY VERGASTA SOTELO**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO PONTUAL RIBEIRO**

RESUMO: Este projeto tem por objetivo estudar o fenômeno da redução do tempo de abertura de firmas no Brasil no período de 2019 a 2025. O Banco Mundial estimou que este tempo havia chegado a 15,4 dias em 2021 com custo médio de R$2.439,60 para firmas pequenas, restringindo o empreendedorismo no Brasil. Uma redução nesse tempo e custo deve incentivar o empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil, conforme as estimativas do Banco Mundial. As etapas para abertura de uma firma, exclusive MEI, envolve viabilidade, registro e inscrição, licenciamento, e a ação dos requerentes em providenciar as exigências. Dados agregados do RedeSim indicam que este tempo de abertura (nas etapas de registro e viabilidade, exclusido alvarás) caiu para apenas 2,3 dias em 2024, nas estimativas de Ribeiro (2025), que sintetiza a literatura . Dados, compilados por município, do Painel de Empresas. Este projeto busca revisar os resultados a partir de microdados, contendo informações dos processos de aberturas de firma entre 2019 e 2025, obtidos através do painel da RedeSim. Duas dimensões relevantes serão tratadas. Primeiro uma revisão regional dos resultados, em que a redução média pode ter sido diferente nas regiões. Esta, uma análise geográfica do impacto, buscando entender a relação entre regionalidade e tendências regionais (regiões metropolitanas e interior) no tempo e quantidade de firmas abertas. Segundo, se a redução do tempo de resposta do setor público foi acompanhado de uma redução do tempo de que os responsáveis privados tomam entre as etapas. Esta segunda dimensão nunca foi estimada. Os dados apresentam uma média, em 2019, de 67 firmas por município, com tempo médio de 5,4 dias, nos processos mensurados, que evoluiu para uma média, em 2024 de 173 com tempo médio de 1,6 dias. A metodologia utilizada consiste em um tratamento inicial dos dados e separação geográfica a partir do código de municípios do IBGE. O uso de microdados por abertura de firma pode agregar informações em relação aos dados do Painel de Empresas divulgados. Além da validação do tempo médio de abertura de firmas, será possível avaliar a evolução da variância desse tempo e a evolução de cada etapa ao longo dos períodos. As mudanças no tempo de abertura com a digitalização de processos dependem, em parte, da capacidade regional do setor público. Diante das conhecidas diferenças regionais de renda e de capacidade do setor público, espera−se que o processo de redução do tempo de abertura não seja homogêneo. Esta hipótese regional será avaliada com dois métodos empíricos: decomposição shift share e teste ANOVA. O modelo shift−share decompõe os efeitos da participação de cada região na média e mudanças da própria média regional na média nacional ao longo do tempo. Para estimar a importância da região e outros fatores, como atividade, será usado um modelo anova, explicando o tempo de abertura a partir de categorias regionais e de CNAE.

BIBLIOGRAFIA: Ribeiro, E.P. “Ambiente de Negócios e Empreendedorismo: estimativas de redução de tempo de abertura sobre a abertura de firmas” Merrifield, J. "The role of shift−share in regional analysis" Banco Mundial. “Doing Business Subnacional Brasil 2021”

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4373**

TITULO:ENTRE FIOS E DADOS: OS LIMITES DA TRANSPARÊNCIA E DA CIDADANIA REGULATÓRIA NA ANEEL

AUTOR(ES) : **ISABELA FROTTÉ**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Esta pesquisa analisa a transparência institucional da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no contexto das instituições administrativas brasileiras, especialmente das agências reguladoras, entes autônomos criados para exercer funções técnicas e normativas de regulação de setores econômicos complexos. O estudo tem como foco a disponibilização e a inteligibilidade das informações no website da agência, buscando compreender em que medida os mecanismos digitais de transparência e gestão de dados promovem efetiva cidadania regulatória ou reproduzem barreiras técnicas de acesso à informação. Parte−se do problema da tensão entre transparência formal e efetividade democrática no Estado regulador, sustentando−se que, embora a ANEEL apresente elevado grau de transparência institucional, essa abertura não se converte em compreensão social, mas tende a reforçar assimetrias informacionais. Tal limitação decorre da linguagem altamente técnica, da complexidade dos sistemas informacionais e da ausência de mediação comunicativa entre especialistas e cidadãos. Adota−se referencial teórico que articula a teoria do Estado regulador (Majone), a accountability democrática (O’Donnell), a transparência institucional (Prado) e a proteção de dados como dimensão da autodeterminação informativa (Doneda e Teffé), evidenciando o papel da informação como recurso de poder. A metodologia é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise institucional e documental do website da agência. Os resultados indicam que a transparência da ANEEL, embora robusta em termos formais, opera sob lógica tecnocrática que dificulta sua apropriação social e restringe a participação cidadã. Percebe−se, em um primeiro momento, que, dissociada de mecanismos de tradução e circulação do conhecimento, a transparência não democratiza a regulação, mas tende a reproduzir a distância entre Estado, mercado e sociedade.

BIBLIOGRAFIA: MAJONE, Giandomenico. From the Positive to the Regulatory State: Causes and Consequences of Changes in the Mode of Governance. Journal of Public Policy, v. 17, n. 2, p. 139–167, 1997. O’DONNELL, Guillermo. Horizontal Accountability in New Democracies. Journal of Democracy, v. 9, n. 3, p. 112–126, 1998. PRADO, Otávio. Agências Reguladoras e Transparência: a disponibilização de informações pela ANEEL. Revista de Administração Pública (RAP), v. 40, n. 6, p. 1065–1085, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4384**

TITULO:A PROVA QUE NÃO PROVA: O LAUDO PERICIAL DE ENTORPECENTES COMO RITUAL BUROCRÁTICO NO DESENHO PROCESSUAL PENAL DE GUERRA ÀS DROGAS NO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO FERREIRA FERNANDES,LARISSA GABRIELA CRUZ BOTELHO,MADALENA ALEXANDRE BAHIA,JOÃO MATTOS REITER,LARISSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA,EDUARDA RODRIGUES SANT ANNA DA CUNHA,LARYSSA VIEIRA REIS OLIVEIRA,JONAS SILVEIRA NOGUEIRA**

ORIENTADOR(ES): **NATÁLIA LUCERO FRIAS TAVARES,ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO**

RESUMO: Justificativa: Esta pesquisa investiga o laudo pericial de entorpecentes, prova técnica destinada, no regime jurídico brasileiro, a comprovar a materialidade do crime de tráfico de drogas. Parte−se da premissa, ancorada no pensamento de Michel Foucault sobre a gestão diferencial dos ilegalismos e na categoria dos desenhos processuais penais desumanizantes, de que a perícia, embora se apresente como núcleo objetivo e imune às contingências da narrativa acusatória, pode operar segundo lógica diversa daquela que lhe é juridicamente atribuída. Problema: O problema de pesquisa consiste em verificar se, na prática forense do Estado do Rio de Janeiro, o laudo cumpre efetivamente a função epistêmica de verificação independente ou se funciona apenas como legitimação formal do flagrante. Hipótese: A hipótese é a de que o laudo pericial constitui um ritual burocrático, uma perícia pro forma cujo resultado é previamente conhecido por todos os atores processuais, configurando uma metarregra emergente do desenho processual penal de guerra às drogas, não prevista na hipótese original do projeto. Metodologia: Adotou−se o método hipotético−dedutivo, combinando pesquisa bibliográfica, documental e empírica, esta consistente na análise, mediante formulário estruturado, dos laudos periciais constantes de trinta e sete processos criminais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Os dados revelaram dualidade meramente nominal entre laudo prévio e definitivo, produzidos pelo mesmo perito em intervalo de minutos, sem qualquer técnica analítica confirmatória e sem controle quantitativo do material examinado. Conclui−se pela confirmação da hipótese: a perícia, esvaziada de rigor científico e de função garantidora, opera como peça funcional de um sistema orientado à condenação, demonstrando que a desumanização do processo penal de drogas não é periférica, mas estrutural, pois alcança justamente o ponto em que o sistema mais se pretende objetivo.

BIBLIOGRAFIA: FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2006. RODRIGUES, Caio Henrique Pinke; BRUNI, Aline Thaís. Diálogo entre a química e o direito: uma aproximação necessária para a Lei de Drogas. Revista Brasileira de Ciências Policiais, v. 14, n. 11, p. 367−423, 2023. SANTORO, Antonio Eduardo Ramires et al. As metarregras do processo penal de guerra às drogas: dados empíricos sobre o desenho processual penal desumanizante no Estado do Rio de Janeiro. Revista DCS, v. 23, n. 89, p. 1−21, 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4437**

TITULO:A Índia como um grande player geopolítico contemporâneo: a autonomia estratégica indiana durante a guerra entre Rússia e Ucrânia

AUTOR(ES) : **GIOVANNA AKEMI IGA FORNAZIERO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: O presente trabalho busca compreender como a política externa indiana durante a guerra entre Rússia e Ucrânia evidencia a consolidação da autonomia estratégica como princípio orientador da inserção internacional da Índia em um sistema internacional marcado pela reorganização da distribuição de poder e pelo deslocamento do eixo geopolítico para a Ásia. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica que analisa a atuação da Índia durante a Guerra Global ao Terror e a guerra entre Rússia e Ucrânia. Para tanto, mobiliza−se a literatura sobre a política externa indiana nessa respectiva conjuntura, com destaque para as contribuições de Ribeiro (2019), Schaffer e Schaffer (2016), Mohan (2013) e Tellis (2022). A partir de uma análise histórica e geográfica, parte−se da hipótese de que a guerra entre Rússia e Ucrânia constituiu um momento decisivo para a afirmação internacional da autonomia estratégica indiana, tornando mais visível uma orientação de política externa construída ao longo das últimas décadas e consolidando a Índia como um ator capaz de mediar interesses e preservar relações simultaneamente com potências rivais, sem aderir a alinhamentos automáticos. Ao final, a pesquisa busca evidenciar que a postura adotada por Nova Délhi durante o conflito fortaleceu sua posição como um ator dotado de elevada capacidade de gerir rivalidades geopolíticas e ampliar seu poder de barganha em um contexto de crescente multipolaridade, no qual o multilateralismo desempenha papel central para sua projeção internacional.

BIBLIOGRAFIA: SCHAFFER, Teresita C.; SCHAFFER, Howard B. India at the Global High Table: The Quest for Regional Primacy and Strategic Autonomy. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2016. MOHAN, C. Raja. India: Between "Strategic Autonomy" and "Geopolitical Opportunity". Asia Policy, Seattle, v. 15, jan. 2013. RIBEIRO, Erik Herejk. A grande estratégia da Índia: ascensão de uma nova grande potência no século XXI? 2019. 639 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós−Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4463**

TITULO:AFERIÇÃO DE IDADE E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE DIGITAL: O PAPEL DAS CREDENCIAIS DIGITAIS DE ATRIBUTO ETÁRIO

AUTOR(ES) : **LUCAS VENANCIO AMORIM**

ORIENTADOR(ES): **CHIARA DE TEFFé**

RESUMO: A proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital passou a ocupar posição central na agenda regulatória brasileira após a promulgação da Lei nº 15.211/2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente) e de seu Decreto regulamentador nº 12.880/2026. Entre os principais desafios decorrentes desse novo marco normativo destaca−se a implementação de mecanismos confiáveis de aferição de idade por fornecedores de produtos e serviços digitais, especialmente em contextos nos quais o acesso a conteúdos, produtos ou funcionalidades depende da verificação da faixa etária do usuário. Ao mesmo tempo, tais mecanismos devem observar os direitos fundamentais à privacidade, à proteção de dados pessoais e à autodeterminação informativa. Nesse contexto, o presente trabalho investiga em que medida as credenciais digitais de atributo etário podem constituir um mecanismo juridicamente adequado para a aferição de idade no ambiente digital. A pesquisa parte da hipótese de que sistemas baseados na comprovação exclusiva de atributos etários, sem compartilhamento de dados identificadores desnecessários, apresentam maior compatibilidade com os princípios da necessidade, da finalidade, da adequação e da minimização de dados previstos na LGPD quando comparados a modelos tradicionais de verificação etária baseados na coleta e retenção de documentos pessoais. Busca−se examinar, ainda, se tais mecanismos podem contribuir para a efetividade das medidas de proteção previstas no Estatuto Digital sem ampliar indevidamente os riscos de vigilância, perfilamento ou tratamento excessivo de dados pessoais. A metodologia adotada consiste em pesquisa jurídico−dogmática, baseada na análise da Constituição Federal, da Lei nº 15.211/2025, da Lei nº 13.709/2018, do Decreto nº 12.880/2026 e das Orientações Preliminares da Agência Nacional de Proteção de Dados sobre aferição de idade. O marco teórico da investigação fundamenta−se nas contribuições de Helen Nissenbaum, especialmente na teoria da integridade contextual; de Sonia Livingstone, no campo dos direitos da criança e da proteção infantojuvenil no ambiente digital; e de Mireille Hildebrandt, em seus estudos sobre governança digital, infraestruturas tecnológicas e proteção de direitos fundamentais. Complementarmente, realiza−se revisão bibliográfica nacional e estrangeira relacionada à aferição de idade e às credenciais digitais de atributo etário. Como resultado esperado, pretende−se identificar parâmetros jurídicos e regulatórios para a adoção de mecanismos de aferição de idade compatíveis com os critérios de proporcionalidade, segurança, confiabilidade, transparência e minimização de dados defendidos pela ANPD, contribuindo para a construção de soluções que conciliem a proteção integral de crianças e adolescentes com a preservação dos direitos fundamentais dos usuários no ambiente digital.

BIBLIOGRAFIA: LIVINGSTONE, Sonia; THIRD, Amanda. Children and young people’s rights in the digital age: an emerging agenda. New Media & Society, v. 19, n. 5, 2017. HILDEBRANDT, Mireille. Smart technologies and the end(s) of law: novel entanglements of law and technology. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2015. NISSENBAUM, Helen. Privacy in context: technology, policy, and the integrity of social life. Stanford: Stanford University Press, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4474**

TITULO:A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL NO CASO BYD DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, BAHIA, EM 2024

AUTOR(ES) : **BERNARDO MOREIRA LOPES,DIVO AUGUSTO CAVADAS,MYLENA SALATINO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: A pesquisa analisa a possível incidência de responsabilidade internacional do Estado brasileiro diante das violações de direitos humanos no caso de trabalho análogo à escravidão identificado em 2024 no município de Camaçari, na Bahia, envolvendo trabalhadores vinculados a empresas associadas à cadeia produtiva da BYD. Embora as autoridades brasileiras tenham atuado na investigação e no resgate dos trabalhadores submetidos a condições degradantes, jornadas exaustivas e restrições à liberdade contratual, persistem questionamentos acerca da suficiência das medidas adotadas para assegurar a responsabilização dos envolvidos e a efetiva proteção dos direitos humanos. Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo principal responder se o Brasil pode incorrer em responsabilidade internacional em razão de eventual negligência na punição dos agentes responsáveis, apesar da diligência demonstrada na investigação e, para tanto, se propõe a examinar a responsabilidade pela ótica da ausência de instauração de ação penal. Para alcançar este fim, o autor se propõe a conduzir um mapeamento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de direitos humanos e trabalho digno e a analisar precedentes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em particular o caso da Fazenda Brasil Verde. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e racional−dedutiva, fundamentada em revisão bibliográfica e jurisprudencial. Espera−se que a pesquisa tenha como resultado a comprovação de que o Estado brasileiro, no caso analisado, pode ser responsabilizado internacionalmente, apesar da aparente diligência na investigação e na coibição da atividade ilícita. A pesquisa se presta a contribuir para o aprofundamento do debate sobre os limites e pressupostos da responsabilidade internacional do Estado em casos de violações graves de direitos humanos no contexto do meio ambiente laboral.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. A Responsabilidade Internacional do Estado e Corte Interamericana de Direitos Humanos. Revista de Direito Brasileira, Florianópolis, Brasil, v. 1, n. 1, p. 335–357, 2011. HOFFMANN, Grégora Beatriz; FREITAS, Higor Neves de. O trabalho escravo contemporâneo: uma análise da decisão do caso "Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs Brasil" da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Revista Jurídica em Pauta, Bagé, v. 2, n. 1, p. 102−118, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4510**

TITULO:Biodiversidade e Governança Oceânica Global: o impacto do Tratado do Alto−Mar (Acordo BBNJ) e a Cooperação Internacional como ferramenta aplicável

AUTOR(ES) : **BRENDA MACHADO DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A percepção sobre o espaço oceânico evoluiu, expandindo o conhecimento sobre seus usos e recursos. Além da navegação e da pesca, o mar é agora “redesenhado” para a extração de energias fósseis em áreas mais profundas, para produção de energia e para mineração nos fundos marinhos. O oceano ainda é um espaço pouco mapeado em sua dinâmica biológica, mas pode−se considerar que essa biodiversidade é composta por milhares de seres vivos − muitos ainda não identificados − e segundo estimativas pode ser mais diversa que a vida terrestre. Diante dessa conjuntura, essa pesquisa para SIAC deriva do subtema de Biodiversidade Oceânica, parte da pesquisa PIBIC “Observatório de Governança Oceânica”, realizada por graduandos do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID. A pesquisa PIBIC analisa elementos da governança do espaço oceânico, tendo como referência a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM). Indiretamente, a Convenção reúne critérios para garantir a governança do espaço e dos recursos, apesar da ausência do termo “governança” em seu texto. Para falar da Biodiversidade Oceânica destaca−se que a Convenção estabelece um Regime Jurídico das Águas, que inclui o Alto−Mar, que é um espaço de uso pacífico e não sujeito a apropriação, e nele desfruta−se de liberdades como navegação, pesca, investigação científica e colocação de cabos submarinos. Nessa parte dispõe−se sobre o significado da biodiversidade oceânica quando se refere a existência de “recursos vivos”, “vida marinha”, “organismos vivos” e “espécies”. Ressalta−se que no período da criação da Convenção, “biodiversidade” não era um tema debatido no momento, no entanto, há estruturas que garantem a proteção do meio marinho. Pós UNCLOS foi sendo necessário delinear normas sobre a diversidade biológica marinha (considerando recursos genéticos marinhos, a existência de áreas marinhas protegidas, a necessidade de avaliações de impacto ambiental, e a construção e transferência de tecnologia marinha). Buscou−se ainda estabelecer instrumentos e enquadramentos jurídicos e organismos globais, regionais, sub−regionais e setoriais que fossem relevantes na temática. Assim, em setembro de 2023 foi estabelecido o Acordo sobre a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha para além da jurisdição nacional (BBNJ), que entrou em vigor em 2026. Nesse sentido, o trabalho foca na problemática da governança oceânica da biodiversidade a partir da análise das referências, buscando analisar de que forma a cooperação internacional e a atuação estratégica dos Estados influenciam a implementação do Acordo BBNJ na governança oceânica global e na proteção da biodiversidade marinha. Metodologicamente, esta pesquisa será qualitativa, fundamentada na análise de fontes primárias (textos do BBNJ e da ONU) e secundárias (leituras de artigos e textos acadêmicos), com o objetivo de analisar esse marco para a construção de um framework de governança oceânica.

BIBLIOGRAFIA: DIONÍSIO DA SILVA, Daniele. Governança oceânica para o Brasil: do global ao local, do meio militar ao civil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v.11, n.1, pp. 345−370, 2024. DOI: 10.26792/RBED.v11n1.2024.75402 UNITED NATIONS. United Nations Convention on the Law of the Sea. New York: United Nations, 1982. UNITED NATIONS. Agreement under the United Nations Convention on the Law of the Sea on the conservation and sustainable use of marine biological diversity of areas beyond national jurisdiction. New York: United Nations, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4530**

TITULO:A securitização dos recursos oceânicos do Ártico: uma análise da governança oceânica estratégica dos países nórdicos

AUTOR(ES) : **EMERSON LUIZ BENTO DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: O Ártico passa por grandes transformações em relação à sua relevância estratégica: as mudanças climáticas, o degelo e a crescente possibilidade de exploração de recursos energéticos e marítimos fizeram com que esse espaço deixasse de ser percebido como “invisível”, tornando−se um ambiente de disputas geopolíticas latentes (DODDS; NUTTALL, 2019). Esse estudo buscará analisar a governança oceânica estratégica dos países nórdicos no Ártico, observando de que maneira esses bens naturais foram incorporados a questões de soberania, segurança marítima e estabilidade regional. Portanto, em que medida diferentes percepções nórdicas de ameaça impactam a estabilidade e a governança no Ártico com crescente disputas na região? Como hipótese desse trabalho considera−se que a securitização dos recursos árticos não ocorre de maneira homogênea (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998) pelos países, embora compartilhem proximidade geográfica e cooperação política. Cada Estado possui visões distintas sobre ameaças e prioridades estratégicas. A Noruega centraliza sua postura ao petróleo e gás offshore , e a Dinamarca associa a questão ártica à Groenlândia e à manutenção de sua relevância no Atlântico Norte. Finlândia e Suécia reforçaram preocupações com infraestrutura crítica e segurança marítima pela deterioração do cenário europeu principalmente da guerra russo−ucraniana. A Islândia enfatiza a centralidade das rotas marítimas e da cooperação com a OTAN e a UE. Para entender esse processo, a pesquisa utilizará como base teórica a Escola de Copenhague (Teoria da Securitização), o Realismo Neoclássico e a Oceanopolítica (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998; TILL, 2018). Essas lentes teóricas permitirão analisar a construção discursiva dos recursos oceânicos como objetos de segurança e os fatores geopolíticos que influenciam a governança dos países nórdicos na região. A metodologia se baseará na análise qualitativa de natureza exploratória de documentos oficiais de estratégias nacionais para o Ártico e produções acadêmicas especializadas. Como resultados esperados, pretende−se demonstrar que os recursos oceânicos do Ártico integram o núcleo estratégico das políticas de segurança dos Estados nórdicos, e que a militarização da região ocorre de maneira paralela à manutenção de mecanismos de cooperação, produzindo um cenário marcado por competição e estabilidade relativa (TILL, 2018). A análise buscará contribuir para os debates sobre segurança marítima e governança ártica, destacando o papel dos países nórdicos na região em relação a essas temáticas. Portanto, o Ártico consolida−se progressivamente como um espaço de disputa política, econômica e militar, no qual oceanos, recursos naturais e rotas marítimas assumem importância crescente para a segurança internacional contemporânea (DODDS; NUTTALL, 2019; TILL, 2018).

BIBLIOGRAFIA: BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. Security: A New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Rienner, 1998. DODDS, Klaus; NUTTALL, Mark. The Arctic: What Everyone Needs to Know. Oxford: Oxford University Press, 2019. TILL, Geoffrey. Seapower: A Guide for the Twenty−First Century. 4. ed. London: Routledge, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4537**

TITULO:Militarização e Impactos Sistêmicos na Economia do Mar do Sul da China como Ferramenta de Governança Oceânica Estratégica

AUTOR(ES) : **GIOVANNA RAMOS FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: Considerado o coração do Indo−Pacífico e descrito por Kaplan (2014) como a garganta que conecta os oceanos Índico e Pacífico Ocidental, o Mar do Sul da China abriga as Linhas de Comunicação Marítima (SLOCs) e choke points estratégicos que concentram um dos principais fluxos do comércio global, conformando, na leitura de Kaplan (2014), como o novo epicentro da política de poder global. Tradicionalmente analisada sob a ótica da soberania territorial, a estabilidade dessa região adquiriu novas dimensões de risco no século XXI, sobretudo diante da aceleração da projeção de poder naval chinês e da conversão sistemática de recifes, bancos de areias e ilhotas em bases operacionais militares, processo aqui compreendido como militarização do espaço marítimo. Nesse sentido, adota−se a militarização como conceito fio−condutor, definido operacionalmente como o processo pelo qual instrumentos e infraestruturas militares passam a organizar espaços anteriormente regidos por normas multilaterais, manifestando−se em três dimensões: física, operacional e sistêmica. A dimensão física abrange a construção de ilhas artificiais nas Ilhas Spratly e Paracels; a operacional engloba a presença da Guarda Costeira Chinesa e das milícias marítimas em ZEEs de terceiros; e a sistêmica refere−se à imposição de zonas de controle unilateral que alteram rotas comerciais, o acesso a recursos e a integridade de infraestruturas críticas. Este trabalho tem como objetivo analisar como esse processo de militarização atua como fator de fricção geopolítica que impõe custos sistêmicos à economia regional, como, por exemplo, desvios de rotas comerciais e colapso de ecossistemas marinhos essenciais à segurança alimentar do Sudeste Asiático. Com esse propósito, a pesquisa adota uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa, com uso ilustrativo de dados quantitativos, e ancora−se teoricamente em Kaplan (2014), cuja análise articula as dimensões estratégicas, econômicas e de poder naval que estruturam o argumento central do trabalho. A análise triangula fontes primárias, como o acórdão do Tribunal Permanente de Arbitragem de 2016, documentos oficiais da ASEAN e da China e a UNCLOS, com dados geoespaciais do Asia Maritime Transparency Initiative (AMTI) e indicadores de relatórios internacionais de segurança e transporte marítimo. Como resultado esperado, argumenta−se que a militarização impõe um custo de soberania aos países da ASEAN e uma taxa de incerteza ao comércio global, desafiando os marcos multilaterais de governança oceânica e fragilizando a UNCLOS como instrumento regulatório.

BIBLIOGRAFIA: KAPLAN, Robert D. Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific. Random House, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4544**

TITULO:Perspectivas da Governança Oceânica aplicadas a poluição marinha por plástico

AUTOR(ES) : **MARIA VICTORIA LIMA DO VALE AURELIANO SOUSA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A principal fonte da poluição marinha por plástico é oriunda de atividades terrestres. A má gestão dos resíduos plásticos e de seus derivados contamina mares e oceanos por um longo período de tempo, devido à sua característica de resistência no meio ambiente, evidente nos pedaços de plástico e microplásticos. O descarte inadequado desses resíduos impacta negativamente os ecossistemas marinhos e costeiros, a biodiversidade, a saúde humana, o turismo e o clima. Deste modo, à medida que a produção e o consumo de plástico aumentam, cresce também a necessidade de instrumentos regulatórios nacionais e internacionais para a mitigação da poluição marinha por plástico e para o estabelecimento de limites à produção de plásticos. O cenário internacional atual é marcado pelo impasse nas negociações sobre um tratado internacional juridicamente vinculante para combater a poluição plástica. Esse impasse ocorre em virtude da divisão entre os países que defendem a necessidade de reduzir a produção de plástico virgem e aqueles que focam apenas na reciclagem e na gestão de resíduos. Enquanto não há um tratado internacional vinculante, alguns países vêm adotando políticas públicas de enfrentamento da poluição marinha por plástico. Nesse sentido, o presente trabalho, ainda em andamento, tem como objetivo analisar as diferentes estratégias adotadas por Brasil, União Europeia, China e outros países relevantes a esse problema sob a perspectiva da governança oceânica. Esse conceito é fundamental para a problemática apresentada em virtude do seu caráter transfronteiriço, pois as correntes oceânicas e os ventos transportam resíduos e seus derivados de um país para outro, gerando poluição em outras regiões ou a formação de acúmulos de lixo no oceano. A governança oceânica orienta a pesquisa por integrar agendas internacionais, políticas públicas nacionais, a participação de múltiplos atores e iniciativas locais na gestão desse espaço. Quanto à metodologia, a pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório, pautada na análise documental e no levantamento bibliográfico, com recorte temporal delimitado ao século XXI, tendo como referência a Agenda 2030 e o ODS 14, o Pacto Ecológico Europeu, o arcabouço jurídico chinês e a Estratégia Nacional Oceano sem Plástico.

BIBLIOGRAFIA: SCOTTON, Samira, CASTRO, Gabriela de, e VIDAL, Daniel. A Poluição oceânica por plástico e as políticas públicas brasileiras relacionadas ao objetivo de desenvolvimento sustentável 14 . Revista da Escola de Guerra Naval, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 537–574, 2023. BEGHETTO, Valentina; GATTO, Vanessa; RICCARDO SAMIOLO; et al. Plastics today: Key challenges and EU strategies towards carbon neutrality: A review. Environmental Pollution, v. 334, p. 122102–122102, 2023. ZHOU, Xin ; XU, Bohan. The SWOT analysis of China’s strategy for addressing marine plastic pollution in the context of global plastic treaty negotiations. Marine Pollution Bulletin, v. 213, p. 117653, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4547**

TITULO:IMPLEMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NAS ESTRATÉGIAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS

AUTOR(ES) : **EDUARDA SANCHES REIS NOGUEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FáTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo identificar de que forma a sustentabilidade é considerada nas estratégias institucionais das universidades públicas federais brasileiras. Considerando a relevância da sustentabilidade para o fortalecimento da gestão universitária, em estudo preliminar, realizou−se uma linha do tempo da legislação brasileira sobre o tema e uma análise bibliométrica da produção científica nacional sobre sustentabilidade em universidades, que evidenciaram o crescente interesse acadêmico e normativo pela temática. A presente etapa da pesquisa abrange um levantamento realizado junto à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), foi identificado o número total de universidades federais brasileiras. A partir de pesquisa documental, com emprego do método qualitativo, verificou−se nos sítios eletrônicos das 69 universidades a existência de órgãos responsáveis pela sustentabilidade, sua vinculação hierárquica e a presença de políticas institucionais voltadas para sustentabilidade aprovadas pelos Conselhos Superiores. Os resultados preliminares evidenciam diferentes modelos de estrutura administrativa responsáveis pelas ações de sustentabilidade nas universidades, a saber: diretorias, coordenações, divisões, departamentos, gerências, assessorias, comissões e outras formas organizacionais. Assim, foram identificadas estruturas provisórias tais como: 14 comissões, um comitê e dois núcleos, além de oito universidades que ainda não possuem órgão formal responsável pela temática. Observou−se que a maior parte das áreas está vinculada às Pró−Reitorias, especialmente às áreas de planejamento, administração e infraestrutura. Mas há algumas vinculadas diretamente às reitorias. Em relação às regiões do país, notou−se que nas regiões Sul e Sudeste há um maior número de universidades com estruturas formais e maior quantidade de políticas institucionais aprovadas, enquanto nas regiões Norte e Centro−Oeste há um maior número de universidades sem formalização de uma área destinada à sustentabilidade. Verificou−se ainda que apenas 17 universidades federais possuem política institucional de sustentabilidade aprovada pelos Conselhos Superiores, evidenciando que a institucionalização da sustentabilidade no ensino superior público federal brasileiro ocorre de forma desigual e ainda não está consolidada na maior parte das instituições, o que reforça a importância do fortalecimento da governança e das políticas institucionais voltadas à integração da sustentabilidade nas estratégias universitárias. A pesquisa faz parte de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) que se encontra em andamento.

BIBLIOGRAFIA: ATVARS, T.D.Z. et al. Gestão estratégica em instituições universitárias: desafios da universidade pública. Brazilian Journals of Business, v.2, n.1, p.207−227, jan./mar., 2020. BARDIN, L. Método. In: _____. Análise de conteúdo. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004, p.87−144. BRASIL. Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós−graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: < D9235 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 13/06/2023. _____. Ministério da Educação. Portaria no 21, de 21 de d

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4553**

TITULO:O PAPEL DO GESTOR PÚBLICO E DO PLANEJAMENTO NAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS: O CASO DO SISTEMA RIO

AUTOR(ES) : **JOSIANE SOUZA DE LIMA BARRETO**

ORIENTADOR(ES): **ROSANGELA MARINA LUFT**

RESUMO: O presente estudo, desenvolvido no âmbito do “Projeto de pesquisa: Transporte público por Ônibus no Município do Rio de Janeiro entre 2010 e 2028: agendas globais, tecnologias e justiça socioespacial”, apresenta resultados parciais da pesquisa e analisa o papel do gestor público e a fase de planejamento nas licitações e contratações administrativas no caso Sistema Rio, inseridas no contexto de formulação de políticas públicas. Para isso, utiliza como estudo de caso o serviço de transporte coletivo por ônibus no município do Rio de Janeiro, reestruturado à luz da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e nos critérios dispostos na Constituição Federal, sendo a licitação obrigatória para contratar com a Administração Pública. O trabalho analisa a transição problemática do certame de concessão realizado em 2010, cujo planejamento havia sido "doado" e direcionado pelas próprias empresas de ônibus (LUFT, 2024), resultando em ausência de controle estatal, crise sistêmica e na criação da "caixa−preta" tarifária gerida pela RioCard, para o atual modelo de mobilidade denominado Sistema Rio. Esse modelo representou uma ruptura com o certame de 2010 e consistiu na separação da bilhetagem eletrônica da operação das frotas, que com a implantação do Jaé, gerenciada pela prefeitura, o poder público retomou o controle das receitas, reestruturou as linhas de ônibus e alterou a lógica de remuneração das concessionárias para um modelo de subsídio pago por quilômetro rodado. Nesse contexto, o estudo evidencia a articulação e divisão de papéis entre os agentes públicos: sendo o processo licitatório organizado e coordenado pela Secretaria Municipal de Transportes (SMTR), enquanto a modelagem econômico−financeira, o diagnóstico e a elaboração da matriz de riscos ficaram a cargo da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar). Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa com levantamento documental, como processos administrativos e processos judiciais do sistema estadual de justiça e o contraste direto entre os editais de licitação de 2010 e os novos editais − e anexos − do Sistema Rio, além da realização de entrevistas com gestores públicos, agentes das empresas de ônibus, técnicos da SMTR e da CCPar e outros especialistas independentes em regulação de transportes, em fase inicial. Como bolsista PIBIC e recém−integrante da pesquisa, destaca que os estudos estão em fase preliminar, mas com previsão de resultados parciais para a SIAC. Por fim, ressalta−se que a partir da positivação do planejamento como princípio fundamental (art. 5º da Lei nº 14.133/21), vê−se que o papel do gestor público assumiu uma dimensão estratégica na tomada de decisões, e não mero executor de rotinas (DI PIETRO, 2023), e ao comparar o planejamento da licitação de 2010 com o do Sistema Rio, temos que o novo regime jurídico exige compromisso institucional, estruturas de planejamento estratégico fortalecidas e mitigação de riscos, indo além de boas intenções normativas.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. Salvador: JusPODIVM, 2024. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. LUFT, Rosangela M. O transporte coletivo por BRT na cidade do Rio de Janeiro: os efeitos trágicos do (não) planejamento do serviço. Rio de Janeiro, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4557**

TITULO:Horizonte integrado da defesa da Amazônia Azul: mapeando lacunas de governança estratégica pela perspectiva científica e tecnológica

AUTOR(ES) : **AMANDA AZEREDO GONCALVES**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA,FELIPE SCHWAHOFER LANDUCI**

RESUMO: O oceano abrange cerca de 71% da superfície da Terra e oferece diversos serviços ecossistêmicos à sociedade, os quais são divididos: i) de regulação; ii) de suporte; iii) de provisão; iv) culturais. Tais serviços estão ligados ao conceito de Sistemas Socioecológicos, que explicam a interdependência entre sociedade e natureza. Considerando essa importância e a elevada biodiversidade oceânica nacional, o conceito de "Amazônia Azul" foi criado, sendo primeiro utilizado em 2004 pelo Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Neste, é discutido que a riqueza de recursos naturais implica questões sobre soberania nacional, o que acaba por desenvolver políticas de diferentes vertentes. Isso é explícito na Amazônia Verde, que, por ter a maior biodiversidade do planeta e diversas outras riquezas, recebe maior atenção dos tomadores de decisão. O mesmo, no entanto, não ocorre ao abordar a Amazônia Azul. A falta de estudos sobre seu estoque genético torna desconhecida sua real complexidade, algo preocupante diante dos diversos conflitos de espaço no ambiente marítimo nacional. Como não há barreiras físicas, o espaço costeiro−oceânico está interligado; por isso, o Planejamento Espacial Marinho (PEM) é essencial para ordenar essas atividades e proteger essa riqueza. Assim, ambas as Amazônias oferecem uma gama completa de serviços ecossistêmicos. O oceano, porém, continua negligenciado pelo Estado e pela Nação brasileiros. Como mostram os Sistemas Socioecológicos, se o ecossistema marinho−costeiro colapsar, não haverá território para defender, degradando a própria capacidade do Estado de exercer soberania na região. Portanto, este trabalho busca responder de que forma a articulação entre a conservação da biodiversidade e o PEM pode atuar como vetor de defesa da Amazônia Azul, visto que o PEM garante o ordenamento do espaço e a conservação assegura a integridade do País. A hipótese central defende que a conservação garante a integridade física do território, enquanto o planejamento espacial o ordena jurídica−espacialmente, consolidando a soberania nacional e a dissuasão não−cinética. Será adotada uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e propositiva, a partir da Pesquisa Documental de legislações, políticas e cadernos do PEM, aplicando−se análise de conteúdo sob as perspectivas de dissuasão não cinética e de controle jurisdicional. Isso será feito com o intuito de analisar de que forma a articulação apresentada pode fortalecer a defesa da Amazônia Azul, tendo como objetivos específicos: identificar lacunas de integração nas políticas públicas atuais e demonstrar a viabilidade econômica dessa articulação por meio da identificação de tecnologias de uso dual. Como autora e pesquisadora principal, atuo de forma autônoma em todas as etapas da pesquisa, concluindo, parcialmente, que a conservação e o planejamento espacial integram a base física e jurídica necessária à consolidação de um horizonte integrado de defesa multidimensional no Atlântico Sul.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Roberto de Guimarães. A Amazônia Azul. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 124, n. 04/06, p. 11−31, abr./jun. 2004. FOLKE, Carl et al. Resilience thinking: integrating resilience, adaptability and transformability. Ecology and Society, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 1−9, Dec. 2010. MARRONI, Etiene Villela; FIGUEIREDO, Eurico de Lima; VIOLANTE, Alexandre Rocha. Planejamento espacial marinho e defesa militar: conceitos e percepções a partir dos estudos de políticas integrativas nacionais nos processos de cooperação em segurança internacional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPOCS, 2019. p. 1−23 (ST 14 Forças Armadas, Estado e Sociedade).

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4568**

TITULO:Agência IPPUR: Mobilização digital e social

AUTOR(ES) : **ISABELLA DE CARVALHO ROSA,REBECA BERNARDO SALAZAR COSTA,KAYQUE BERNARDO MAGALHAES DE FARIAS,LAILA LEITE ALVES**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA LUSCHER ALBINATI,CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO: A Agência IPPUR é um projeto de extensão criado em 2019, que tem por objetivo circular o conhecimento produzido no Instituto nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Gestão Pública. Por meio de diálogos internos e externos, divulgação de eventos e articulação de parcerias e atividades de campo, a Agência busca aproximar a produção acadêmica e a realidade social, realizando um trabalho de divulgação científica. Sua composição diversa integra estudantes de diferentes graduações,além de pós−graduandos e docentes, cujas participações trazem uma pluralidade de perspectivas para a Agência. Segundo Wilson Costa Bueno (2010), a divulgação científica tem a função primordial de democratizar o acesso ao conhecimento científico, contribuindo para a inclusão dos cidadãos em debates sobre temas especializados das ciências que podem impactar sua vida, enquanto a comunicação científica foca na transferência de informações apenas entre pares. As ações de mobilização digital e social da Agência IPPUR, fazem uso das redes sociais, da produção audiovisual e da cobertura de eventos acadêmicos, para traduzir o discurso especializado para as linguagens digitais, ampliando o alcance de suas pesquisas e convocando a sociedade para debater temas de interesse coletivo. A integração entre as estratégias de comunicação digital e as vivências presenciais, nas atividades de campo junto a movimentos sociais, dá à extensão universitária uma percepção mais humana e territorializada, superando a visão da ciência como algo neutro ou desvinculado do cotidiano. Esse processo gera uma via de reciprocidade: ao mesmo tempo em que a universidade oferece suporte comunicacional para pautas sociais, ela também se fortalece com os saberes do território, construindo um conhecimento compartilhado que valoriza a memória e a organização comunitária. A metodologia de trabalho inclui oficinas formativas com a equipe, reuniões quinzenais e organização conjunta dos materiais (artes gráficas, legendas, vídeos, etc) nas plataformas Canvas e Notion, com envolvimento direto dos estudantes na elaboração de materiais gráficos e vídeos, na gestão supervisionada das redes sociais do IPPUR, na produção de registros e cobertura de eventos e na organização de atividades de campo. Dentre os eventos apoiados destacamos a aula magna da deputada Benedita da Silva e as palestras do Ciclo de Diálogos em Planejamento Urbano e Regional e dentre as atividades de campo realizadas, as visitas ao Museu da Maré, na comunidade vizinha ao campus, e à comunidade do Contorno, em Petrópolis, experiências de luta e gestão pública popular que tem sido fonte de reflexões e debates fundamentais para formação dos estudantes. Os impactos dessas articulações e da dedicação dos estudantes à criação de novas estratégias de mobilização digital aparece tanto em indicadores quantitativos de alcance e engajamento digital quanto em mudanças qualitativas nas relações entre pesquisadores, estudantes e a comunidade.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação cientifica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & informação, v. 15, n. 1esp, p. 1−12, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4573**

TITULO:UBUNTU − OBSERVATÓRIO CRÍTICO DAS DINÂMICAS POLÍTICAS AFRICANAS

AUTOR(ES) : **PALOMA MORAIS CARDOSO,MATHEUS VERISSIMO DE OLIVEIRA LIRA**

ORIENTADOR(ES): **GILBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA**

RESUMO: Este projeto propõe a criação de um grupo de pesquisa intitulado “Ubuntu − Observatório Crítico das Dinâmicas Políticas Africanas”, ligado aos cursos de graduação do IRID. O objetivo do Ubuntu é promover o estudo, a pesquisa e a discussão crítica das questões africanas, com um foco primordial na sua dimensão política, mas em conexão com as dimensões social, econômica e cultural, nos seus mais variados níveis de análise (do local ao internacional), bem como nas suas conexões históricas com o Brasil e a diáspora. Adicionalmente, o Ubuntu tem por objetivo promover o intercâmbio com a comunidade externa à UFRJ, por meio de ações de extensão, buscando aumentar o impacto social do conhecimento produzido. Concebido como um observatório crítico, o Ubuntu propõe não só um olhar interdisciplinar para as questões africanas, mas também uma orientação epistêmica aberta às perspectivas pós−positivistas e reflexivas que têm ampliado as fronteiras disciplinares das Relações Internacionais. Do ponto de vista metodológico, isto implica que o Observatório não é desenhado como um banco de dados quantitativo ou um monitor objetivo, imparcial e técnico que olha para as dinâmicas políticas do continente africano a partir de um ponto de vista explanatório e racionalista. Ao contrário, o Ubuntu pretende ser um polo de discussão crítica e reflexiva das dinâmicas políticas africanas de uma forma que privilegie: abordagens interpretativas; análise dos sentidos e dos discursos em disputa; desconstrução das grandes narrativas sobre os problemas africanos; análise intersecional que cruze as assimetrias de gênero, raça e classe; mapeamento dos fluxos de poder, dos territórios de resistência, das memórias afetivas e das percepções sobre os conflitos e suas possibilidades de transformação a partir de perspectivas que privilegiem os pontos de vistas de quem habita e reflete sobre o seu próprio espaço e sobre suas próprias condições sociais de produção de conhecimento – as interpretações dos próprios intelectuais africanos são importantes nesse sentido. Com base nesse desenho geral, o Ubuntu organiza−se em torno de três linhas de pesquisa: (1) Conflitos, Intervenções e Crítica à Paz Liberal; (2) Migrações, Fronteiras e Resistências; e (3) Dimensão política da Cultura, Literatura e Arte. O observatório e essas linhas de pesquisa surgem da demanda por um polo de estudos africanos no âmbito do IRID e da mobilização dos autores desta proposta no sentido de viabilizar um fórum de produção e disseminação de conhecimento que possa envolver ativamente os/as estudantes/as de RI e DGEI na proposição, concepção, planejamento e execução de projetos de pesquisa e extensão sobre temas africanos, na organização de eventos como palestras, mesas−redondas e boletins de divulgação das atividades realizadas, na disseminação das atividades por meio de mídias sociais, bem como na produção e administração de um site do Observatório.

BIBLIOGRAFIA: ADAMSON, Fiona B. 2016. Spaces of Global Security: Beyond Methodological Nationalism. Journal of Global Security Studies, v.0, n.0, p. 1–17. HOUNTONDJI, Paulin. 2008. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. Revista crítica das ciências sociais, n. 80, p. 149−160. MAXWELL, Owusu. 2016. Rumo a uma crítica africana da etnografia africana: a utilidade do inútil. In: LAUER, Helen.; ANYIDOHO, Kofi. O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africana. Brasília: FUNAG. p. 156−179.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4574**

TITULO:“Pela verdade, justiça e o modo americano": a viagem do superman dos democratas americanos para a extrema−direita brasileira

AUTOR(ES) : **CARLOS HENRIQUE BARCELLOS DE OLIVEIRA,SHIVA,CAYO LEAL BAPTISTA,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON SANTOS COSTA**

RESUMO: A partir da década de 1930, as histórias em quadrinhos (HQs) de super−heróis tornaram−se um espaço central para essas figuras, atuando como mediadoras que refletem e influenciam valores sociais em períodos de crise global. Diante disso, o trabalho analisa, por meio de autores como Jung (2016), Miorando (2024) e Forattini (2021), como o personagem Superman, enquanto referência simbólica nas HQs, impacta na construção das percepções coletivas, em especial da apropriação de suas narrativas por grupos extremistas. O trabalho objetiva compreender a relativização do discurso da extrema direita em relação às ações de personagens que extrapolam a linha da moralidade sob contextos específicos. Entendendo o monomito americano, que se refere a um ser heróico perfeito que salva um povo utilizando de violência. Os estudantes realizaram pesquisa descritiva e qualitativa, com uso de revisão bibliográfica e análise documental, utilizando as bases de dados: Portal periódico da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Repositório digital da Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e o livro Os Arquetipos e o Inconsciente coletivo, de Carl Jung. A leitura e a escrita do resumo foi feita de forma coletiva pelos integrantes do trabalho. O resultado esperado é uma reflexão acerca da possível influência direta e/ou indireta das narrativas de super−heróis, em especial a figura do Superman, teria na esfera sócio−política. Conclui−se que, por ser um super−herói com analogia à história cristã, grupos de extrema direita utilizam deste contexto para justificar enunciados e atos de violência contra grupos ideologicamente diversos, evidenciando o o papel que narrativas da indústria cultural podem exercer na sociedade por meio da construção dos mais variados sentidos.

BIBLIOGRAFIA: JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. Petrópolis: Vozes, 2016. (Obras completas de C. G. Jung, v. 9/1). MIORANDO, Guilherme Sfredo. Mitos, messias e salvadores da pátria: sentidos de masculinidade em memes de super−heróis usados no bolsonarismo. 2024. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2024. FORATTINI, F. M.; ANDREOTTI, B. L. R.; Superman e o Conservadorismo Americano: imaginário heroico na era Reagan. in: XII Encontro da ANPUH − PA: História, Fontes Visuais e Ficcionais, 2021. Belém: Cabana, 2021. v.1 p. 46−74.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4591**

TITULO:O descomissionamento de estruturas offshore no Brasil em perspectiva comparada: atores, governança oceânica e implicações geopolíticas.

AUTOR(ES) : **GIULIA LUIZA GOMES DA SILVA TEIXEIRA,OTAVIO HENRIQUE CARLOS BISPO**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: O debate sobre o descomissionamento de estruturas offshore tem ganhado centralidade no contexto da transição energética, da governança dos oceanos e das disputas estratégicas em torno da exploração de recursos marinhos. Em países com atuação no setor energético, como o Brasil, a crescente necessidade de desmobilização de infraestruturas offshore evidencia desafios técnicos, regulatórios, ambientais e geopolíticos que ultrapassam a dimensão operacional da atividade, em contraste com países que desenvolvem essa atividade e se consolidaram como referências, como Reino Unido, Noruega e EUA. Este trabalho propõe aprofundar a discussão de uma perspectiva comparada entre o Brasil e experiências internacionais. A pesquisa busca responder à questão: como o Brasil pode estruturar um modelo de descomissionamento offshore capaz de reduzir sua dependência tecnológica, fortalecer sua governança e ampliar seu posicionamento estratégico no Atlântico Sul? Parte−se da hipótese de que esse processo depende não apenas da incorporação de tecnologias e práticas consolidadas internacionalmente, mas, da adaptação às especificidades regulatórias, institucionais e industriais brasileiras, por meio do fortalecimento da coordenação entre órgãos públicos, do desenvolvimento tecnológico nacional e do aperfeiçoamento do marco regulatório. A pesquisa estrutura−se a partir de quatro eixos — exploração, desmobilização, mineração e atuação estatal — buscando compreender como diferentes países organizam seus modelos de governança das estruturas offshore. Pretende−se analisar a aplicação do descomissionamento em diferentes atividades econômicas, abrangendo os setores de petróleo e gás, mineração, energia eólica offshore. Parte−se do entendimento de que o descomissionamento não constitui apenas uma etapa técnica da cadeia energética, mas um campo estratégico de disputas. Nesse sentido, analisa−se a atuação de atores nacionais e internacionais envolvidos nesse processo, considerando instituições estatais, organismos reguladores, empresas operadoras e demais agentes. No caso brasileiro, destacam−se a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o IBAMA e a Marinha do Brasil, cujas competências se articulam na formulação de normas, políticas e mecanismos de fiscalização. trabalho discute desafios estruturais associados à dependência tecnológica, lacunas regulatórias, reserva de mercado e perspectivas futuras para o setor offshore. Ao deslocar o foco da materialidade das plataformas para dinâmicas institucionais e estratégicas que orientam sua desmobilização, busca−se compreender de que forma o descomissionamento pode atuar como vetor de reposicionamento geopolítico do Brasil no Atlântico Sul e no cenário internacional. A metodologia tem caráter qualitativo e exploratório, baseada em revisão bibliográfica e documental, com ênfase em marcos regulatórios, relatórios técnicos, documentos institucionais, estudos sobre governança dos oceanos, geopolítica marítima e gestão de infraestruturas offshore.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Painel Brasileiro para o Futuro do Mar. Volumes I e II. CIRM, 2022. SANTOS, M. R. dos (org.). Transição energética: geopolítica, corporações, finanças e trabalho. FES Brasil, 2023. MARINHA DO BRASIL. O Brasil e o mar no século XXI. Centro de Excelência para o Mar Brasileiro, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4598**

TITULO:TRIBUTAÇÃO REGRESSIVA COMO FATOR ECONÔMICO QUE PERPETUA A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL NO SÉCULO XXI

AUTOR(ES) : **BERNARDO AUGUSTO PINTO MONTEIRO**

ORIENTADOR(ES): **JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN**

RESUMO: O presente trabalho utiliza como metodologia revisão bibliográfica e análise descritiva de dados da realidade socioeconômica brasileira, buscando como objetivo geral entender como as decisões econômicas de formação da estrutura tributária brasileira perpetuam a desigualdade racial. A formação do sistema de produção capitalista no Brasil possui raízes estruturais vinculadas à transição do sistema escravista para o capitalismo no final do século XIX. A abolição formal, em 1888, não significou uma ruptura desse modelo de exclusão, mas a continuidade do sistema de segregação econômica a partir de mecanismos ativos das instituições em promover a marginalização da população negra. Com a subsequente importação e o incentivo estatal à mão de obra estrangeira e ao branqueamento da população, o negro foi intencionalmente marginalizado e excluído do mercado de trabalho formal nas fases de modernização e industrialização do país, consolidando uma fratura social profunda e a "racialização de classes", que foi sustentada no Brasil, ao longo de todo o Século XX, por meio de sua estrutura fiscal e de crescimento econômico. Paralelamente a essa marginalização, formou−se, no país, um Estado cujas funções na economia e sua complexidade expandiram−se consideravelmente no decorrer do Século XX. Para financiar essa intervenção e os crescentes gastos públicos, a carga tributária foi elevada, tendo como principal estrutura um caráter fortemente regressivo, com um peso desproporcional de tributos indiretos incidentes sobre o consumo de bens e serviços, fato que impõe um ônus tributário mais severo aos estratos de renda mais baixos, que precisam comprometer praticamente toda a sua renda com o consumo básico, sendo duramente tributados nessas transações. A intersecção entre a herança da marginalização no mercado de trabalho e a estrutura tributária regressiva revela um mecanismo que atinge a população negra de maneira desproporcional e perpetuada na atualidade, atingindo, de maneira mais agressiva, as mulheres negras, que, isoladas nos menores estratos de renda e nos empregos mais precarizados, acabam arcando com o maior custo relativo da manutenção do Estado brasileiro, perpetuando um ciclo de exclusão socioeconômica. Portanto, a atual matriz tributária brasileira atua como um sistema amplificador das desigualdades no sistema capitalista brasileiro ao concentrar sua arrecadação em tributos indiretos, expropriando uma parcela significativamente maior da renda daqueles que ganham menos.

BIBLIOGRAFIA: MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988 Rezende, Fernando Antônio. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006 BARBOSA, Gabriela Gonçalves. Tributação no quarto de despejo: regressividade e raça na matriz tributária brasileira. 2025. 279 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós−Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4605**

TITULO:Dos portos brasileiros aos choke points marítimos: a logística marítima do narcotráfico e a projeção transnacional do PCC

AUTOR(ES) : **ANNA MEL LIMA DE ATHAYDE**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: Os choke points marítimos (canais, estreitos e rotas estratégicas no mar), especialmente quando associados à presença de portos e hubs logísticos, configuram−se não apenas como áreas essenciais ao comércio global, mas também como centros de tensão e vulnerabilidades geopolíticas. Dentre essas vulnerabilidades, destaca−se seu papel nas dinâmicas do narcotráfico internacional. De acordo com relatórios do United Nations Office on Drugs and Crime, o narcotráfico estrutura−se em redes transnacionais conectadas por rotas marítimas, articulando fluxos ilícitos entre América do Sul, África e Europa. Nesse sentido, os portos podem ser compreendidos como extensões operacionais desses corredores estratégicos, conectando dinâmicas globais às realidades nacionais. No caso brasileiro, grandes complexos portuários, por exemplo, o de Santos, emergem como pontos sensíveis dessas redes, evidenciando fragilidades que podem ser exploradas por organizações criminosas. Este trabalho tem como objetivo analisar as vulnerabilidades na segurança portuária e na fiscalização da costa brasileira, a partir da atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) em redes transnacionais de tráfico de drogas. A metodologia da pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise de relatórios institucionais sobre segurança marítima e crime organizado. Observa−se que limitações na coordenação entre órgãos estatais, somadas à complexidade das cadeias logísticas globais e ao alto fluxo de cargas, ampliam oportunidades para a atuação e consolidação do PCC, destacando−se sua capacidade de articulação em rotas internacionais e sua inserção em circuitos logísticos ilícitos. Como resultado esperado, argumenta−se que a conexão entre choke points e portos brasileiros contribui para a consolidação do país como elo estratégico no narcotráfico global. Nesse contexto, a governança oceânica apresenta−se como ferramenta relevante para mitigar essas vulnerabilidades, ao promover maior integração entre atores, fortalecer mecanismos de fiscalização e ampliar a cooperação internacional no domínio marítimo.

BIBLIOGRAFIA: DIONISIO DA SILVA, Daniele. Governança oceânica para o Brasil: do global ao local, do meio militar ao civil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 11, n. 1, p. 345−370, jan./jun. 2024. DOI: 10.26792/RBED.v11n1.2024.75402. MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Report on Cocaine 2023: local dynamics, global challenges. Vienna: United Nations, 2023

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4634**

TITULO:Assimetrias tecnológicas entre Brasil e Argentina na produção e na utilização científica oceânica

AUTOR(ES) : **RAMON SOUZA FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A produção científica oceânica permanece marcada por profundas assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, com impactos diretos sobre a governança e a sustentabilidade dos oceanos. No Atlântico Sul, essas disparidades são acentuadas entre os próprios países da região. Este trabalho propõe um recorte analítico entre Brasil e Argentina, dois dos principais atores científicos do Atlântico Sul, cujas capacidades oceânicas apresentam diferenças estruturais significativas que merecem investigação aprofundada. O objetivo geral é investigar as assimetrias tecnológicas entre Brasil e Argentina na produção e na utilização científica oceânica, articulando duas dimensões: a capacidade científica instalada (recursos humanos, infraestrutura, financiamento e produção bibliográfica) e a capacidade de utilização dos dados oceânicos em processos de governança e políticas públicas. O autor participa da pesquisa como responsável pela coleta e análise de dados, revisão da literatura e sistematização dos resultados parciais. A metodologia adota abordagem qualitativa com revisão sistemática da literatura seguindo o protocolo PRISMA, com busca nas bases Scopus, Web of Science e Google Scholar. Os critérios de inclusão contemplam publicações entre 2010 e 2025 relacionadas à ciência oceânica no Atlântico Sul. Os indicadores comparativos incluem: publicações indexadas, patentes registradas, número de pesquisadores ativos, volume de financiamento (FAPESP, CNPq, CAPES, CONICET), frota oceanográfica e dados abertos disponibilizados. As fontes primárias analisadas incluem os Relatórios Globais de Ciência Oceânica (2017 e 2020) e documentos da UNCLOS e da Agenda 2030. Os resultados preliminares indicam que as assimetrias não se restringem à dimensão tecnológica, mas se reproduzem nas estruturas de poder que moldam as prioridades da ciência oceânica, com implicações para a participação dos dois países nos fóruns multilaterais de decisão. Conclui−se, parcialmente, que a superação dessas disparidades requer investimentos em infraestrutura e transformações nas estruturas de governança oceânica que reconheçam a soberania epistêmica dos países do Sul Global e promovam a co−produção de conhecimento de forma equitativa.

BIBLIOGRAFIA: ISENSEE, K. (ed.). Global Ocean Science Report 2020: Charting Capacity for Ocean Sustainability. Paris: UNESCO/COI, 2020. TURRA, A. The Ocean Decade in the perspective of the Global South. Ocean and Coastal Research, v. 69, n. suppl., e21048, 2021. DIONÍSIO DA SILVA, D. Governança oceânica para o Brasil: do global ao local, do meio militar ao civil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 11, n. 1, pp. 345−370, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4643**

TITULO:A Falácia da Meritocracia: estágio jurídico, regime CLT e a reprodução de desigualdades no mundo do trabalho

AUTOR(ES) : **GABRIEL MARREIROS GUARCONI,LARA RIBEIRO DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **ANA LUCIA SABADELL**

RESUMO: O presente trabalho investiga de que forma o ingresso no ensino superior − e, mais especificamente, o acesso às vagas de estágio no campo jurídico − opera como mecanismo de distinção de classe e reprodução de desigualdades estruturais no mercado de trabalho brasileiro. Partindo da observação empírica de que estudantes universitários em início de trajetória acadêmica, ao estagiar em órgãos públicos e escritórios de advocacia, frequentemente recebem remuneração equivalente ou superior ao salário mínimo por jornadas reduzidas (4h a 6h diárias), enquanto trabalhadores celetistas cumprem 44 horas semanais pelo mesmo patamar remuneratório, questiona−se: em que medida o simples rótulo de "universitário" converte capital cultural em privilégio material imediato? O objetivo central é analisar criticamente essa disparidade à luz da teoria sociológica de Pierre Bourdieu, especialmente o conceito de capital cultural, demonstrando como a universidade, mesmo a pública, pode atuar não como instrumento de democratização, mas como filtro seletivo que legitima hierarquias sociais preexistentes. Em diálogo com a crítica ao mito da meritocracia, o trabalho examina se a promessa de igualdade material inscrita na Constituição Federal de 1988 se esvazia quando o próprio acesso ao ensino superior já pressupõe condições socioeconômicas excludentes, tendo a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) representado um importante marco para a superação deste cenário. De forma subsidiária, incorpora−se a perspectiva de gênero e raça, por meio da análise interseccional, reconhecendo que a base da pirâmide precarizada do trabalho é desproporcionalmente composta por mulheres negras, o que aprofunda as assimetrias identificadas. No que tange à metodologia adotada, será realizada uma revisão bibliográfica da matéria, combinando estudos da sociologia da educação e do trabalho com uma análise empírica sobre o perfil dos alunos dos cursos de direito no Brasil, tendo como recorte a Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ), e o perfil dos trabalhadores sob regime CLT. Como resultados esperados, antecipa−se evidenciar que o mercado de estágios jurídicos constitui um microcosmo de reprodução de privilégios, no qual o capital cultural opera como barreira invisível de entrada e como acelerador de vantagens materiais para quem já parte de posições sociais mais favoráveis. Este microcosmo de privilégios está condicionado pelas variáveis racismo e classe social. Portanto, também partimos da hipótese de que existam “distinções” e acessos diferenciados a estágios mais prestigiosos, em razão da classe social e da raça. Nas considerações parciais, sustenta−se que o debate sobre democratização do ensino superior deve necessariamente enfrentar o que acontece após o ingresso: a captura dos melhores postos de trabalho por aqueles que, mesmo em formação, já carregam o valor simbólico do diploma como credencial de distinção.

BIBLIOGRAFIA: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean−Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595−609, set./dez. 2007 LEME, Renata Salgado. Um estudo comparativo do perfil dos estudantes de direito do ensino público e privado. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. . Acesso em: 02 jun. 2026. FARIA, Adriana Ancona de; GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina; et al. O perfil do corpo discente nos cursos de Direito. Observatório do Ensino do Direito, v. 3, n. 1, dez. 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4660**

TITULO:A fragmentação territorial da Somália e os limites das operações UNOSOM (1992–1995): entre dinâmicas clânicas, heranças coloniais e intervenção internacional

AUTOR(ES) : **KENZO BRITES YAMAGUTI**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: A Somália é um país no Chifre da África afligida por uma guerra civil há mais de trinta anos. No território há intensa disputa entre atores internos e externos pelo controle regional ou pela independência. Somado a isso, o país enfrenta crises prolongadas de escassez, como as secas desde 2023. Esses fatores sustentam o status de "Estado falido" da Somália, nomenclatura que motivou duas operações da ONU encabeçadas pelos Estados Unidos em 1992 e 1993, perdurando até 1995. Inserida nessa dinâmica, há formas de governança que escapam do mainstream teórico das Relações Internacionais, onde atores não estatais usam influência local para regrar partes do Estado, aprofundando a fragmentação. A pesquisa tem como objetivo analisar a fragmentação do Estado somali e como essa cisão ocorreu em decorrência das disputas coloniais e interferências estrangeiras. A base metodológica é qualitativa, exploratória e fundamentada em estudo de caso, utilizando artigos e documentos produzidos por autoridades reconhecidas dos meios político e acadêmico. O recorte temporal situa−se entre 1985 e 1995, compreendendo o fim do governo de Siad Barre até a última operação americana no território. Esse intervalo é crucial porque nele ocorreu acelerada deterioração das estruturas estatais de coerção, conforme apontado por Compagnon (2013), abrindo espaço para líderes revolucionários, milícias e grupos fundamentalistas exercerem agência sobre partes do território. A pergunta central é: como as intervenções estrangeiras e o legado colonial contribuíram para a fragmentação do Estado somali entre 1985 e 1995, possibilitando a ascensão de atores não estatais como formas alternativas de governança? A hipótese sustenta que essa fragmentação foi intensificada por interferências estrangeiras e heranças coloniais que desestabilizaram as instituições formais de poder, abrindo espaço para atores não estatais exercerem governança localizada e desafiarem a estrutura estatal tradicional. Teoricamente, o trabalho adota abordagem pós−estruturalista e pós−colonial, privilegiando a análise das relações entre poder, discurso e construção de autoridade política. Conceitos foucaultianos de governamentalidade e biopoder são mobilizados para compreender como a intervenção internacional operou não apenas como mecanismo de estabilização, mas também como dispositivo de reconfiguração das relações de poder locais. As operações UNOSOM I e UNOSOM II são interpretadas como práticas que, ao visarem restaurar a ordem institucional, acabaram aprofundando lógicas concorrenciais entre clãs e milícias, dificultando a consolidação de qualquer autoridade central estável. Com base no recorte e na bibliografia selecionada, a pesquisa busca identificar os principais atores e suas raízes históricas, os impactos da influência colonial e estrangeira nas disputas territoriais, e a interação entre fatores internos e externos, com apoio de Compagnon, Christiane Philipp, Ken Menkhaus, Mary Kaldor e Frantz Fanon.

BIBLIOGRAFIA: FOLEY, Conor. Pelo telefone: Rumors, truths and myths in the ‘pacification’ of the favelas of Rio de Janeiro. HASOW, Discussion Paper 8, March 2014. FOUCAULT, Michel. Entrétien 1977. Dits et Écrits vol. III. Paris: Galimard, 1994, pp. 298−302. MENKHAUS, K. Governance without Government in Somalia Spoilers, State Building, and the Politics of Coping. International Security, v. 31, n. 3, 2006, pp. 74−106.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4670**

TITULO:ASCENÇÃO MULTIPOLAR E OS LIMITES DA COOPERAÇÃO: A DISPUTA PELA GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DA ROTA DO ÁRTICO

AUTOR(ES) : **MARIA VICTORIA LIMA DO VALE AURELIANO SOUSA,LUAN DE SOUSA DE AMORIM**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: O avanço da crise climática tem provocado profundas transformações no Ártico, convertendo a região em um dos principais espaços estratégicos da política internacional contemporânea. O acelerado processo de degelo, provocado pelo aumento das temperaturas globais, amplia significativamente a navegabilidade das rotas marítimas polares e facilita o acesso a reservas de petróleo, gás natural e minerais críticos anteriormente inacessíveis. Nesse contexto, o Ártico deixa de ser percebido apenas como uma região periférica e passa a ocupar posição central nas disputas geopolíticas, econômicas e militares do século XXI. O presente trabalho analisa como as mudanças climáticas contribuem para a redefinição da governança marítima no Ártico diante da crescente competição internacional por recursos estratégicos, controle logístico e projeção de poder. A pesquisa busca compreender de que forma o degelo polar altera as dinâmicas da política internacional contemporânea, intensificando disputas territoriais, interesses econômicos e processos de militarização no extremo norte. Além disso, discute os limites das instituições multilaterais frente às tensões entre preservação ambiental, exploração econômica e segurança internacional. A metodologia da pesquisa caracteriza−se como qualitativa, exploratória e baseada em estudo de caso, utilizando revisão bibliográfica e análise documental. Foram analisados relatórios e documentos produzidos por organismos internacionais e instituições especializadas, como IPCC, Arctic Council, ONU, AMAP e USGS, além da UNCLOS, utilizada como principal referência jurídica para compreensão das disputas marítimas e territoriais na região. O trabalho também dialoga com contribuições teóricas da Geopolítica, da Segurança Internacional e da Governança Global, buscando compreender como a valorização estratégica do Ártico se relaciona às transformações contemporâneas do sistema internacional. Os resultados indicam que o degelo polar vem promovendo uma reorganização geopolítica no Ártico. A expansão da navegabilidade das rotas marítimas, especialmente da Northern Sea Route (NSR), fortalece o interesse econômico e comercial sobre a região. Paralelamente, observa−se o aumento da presença militar de potências como Rússia, Estados Unidos e membros da OTAN, além da ampliação da atuação chinesa por meio de investimentos em infraestrutura, pesquisa polar e cooperação energética. Também se identificam disputas diplomáticas e jurídicas relacionadas à delimitação territorial marítima e à ampliação de zonas econômicas exclusivas, evidenciando os desafios da governança marítima internacional diante da crescente competição estratégica. Conclui−se que o Ártico revela contradições da crise climática contemporânea, ao mesmo tempo em que se consolida como espaço central das disputas estratégicas do século XXI e como importante desafio para os mecanismos internacionais de governança marítima e cooperação global.

BIBLIOGRAFIA: ACUFF, J.; CHRISTENSEN, K. Geopolitical tensions in the Arctic: resource conflicts and climate change. International Journal of Political Science, v. 37, n. 2, p. 215−230, 2021. FIGUEIREDO, R. A nova estratégia militar da Rússia no Ártico e seus impactos geopolíticos. Revista de Estudos Estratégicos, v. 12, n. 1, p. 88−105, 2023. RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. São Paulo: Contexto, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4672**

TITULO:O princípio da ampla defesa nos processos administrativos: uma análise jurisprudencial das decisões do STF

AUTOR(ES) : **JULIA SANTIN**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: A efetividade da ampla defesa nos processos administrativos, garantia expressamente assegurada pelo art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988, não decorre automaticamente de sua positivação. Entre o enunciado normativo e sua concretização, situam−se mediações institucionais decisivas, entre as quais se destaca a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Como guardião da Constituição e principal intérprete dos direitos fundamentais, o STF exerce um papel relevante sobre o processo administrativo, delimitando os contornos da ampla defesa e fixando os limites do poder sancionatório estatal. A presente pesquisa, portanto, busca responder a seguinte questão−problema: como o Supremo Tribunal Federal tem interpretado o princípio da ampla defesa nos processos administrativos? Para isso, a metodologia adotada será de natureza qualitativa, com base em análise jurisprudencial e bibliográfica, com mapeamento sistemático de decisões colegiadas do STF, no recorte temporal de 2022 a 2025, obtidos a partir das palavras−chave "ampla defesa" e "processo administrativo", classificando os acórdãos segundo critérios de efetividade material da defesa e confrontando os resultados com parâmetros normativos como o art. 8º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Súmula Vinculante nº 14 do STF. Como marco teórico, adota−se a obra de Ingo Wolfgang Sarlet, A Eficácia dos Direitos Fundamentais , segundo a qual os direitos fundamentais que possuem aplicabilidade imediata, nos termos do art. 5º, §1º, da CRFB/88, geram obrigações concretas ao Estado tanto de abstenção quanto de criação de condições institucionais e procedimentais para sua efetiva realização. O objetivo é contribuir para o debate sobre os limites do poder sancionatório estatal e para o fortalecimento da proteção dos direitos fundamentais no âmbito administrativo. Os resultados parciais indicam que o STF preserva formalmente o princípio da ampla defesa, mas admite sua flexibilização quando invocados argumentos de eficiência administrativa, resultando em uma proteção predominantemente formal, que falha em assegurar ao administrado condições reais de influenciar o resultado da decisão.

BIBLIOGRAFIA: BINENBOJM, Gustavo. Uma Teoria do Direito Administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014, p. 75. SARLET, Ingo. A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018. SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia. São Paulo: Malheiros, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4673**

TITULO:PACIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO NO AFEGANISTÃO: LIMITES DO LIBERAL PEACEBUILDING E PERSPECTIVAS CRÍTICAS

AUTOR(ES) : **RYAN GOMES DE NOVA**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o Afeganistão tornou−se o principal palco da Guerra ao Terror, liderada pelos Estados Unidos e apoiada por uma ampla coalizão internacional. A derrubada do regime Talibã foi seguida por projetos de reconstrução institucional, promoção da democracia liberal e fortalecimento das capacidades estatais. Entretanto, apesar dos recursos empregados durante duas décadas, o retorno do Talibã ao poder em 2021 evidenciou os limites das estratégias adotadas e reacendeu o debate sobre a eficácia dos modelos contemporâneos de construção da paz. Dando continuidade à pesquisa sobre os impactos da Guerra ao Terror na reconstrução do Estado afegão, este estudo analisa criticamente os pressupostos que orientaram a atuação internacional no país, com ênfase nas tensões entre segurança global e construção da paz local. O objetivo é compreender como as estratégias de state−building e liberal peacebuilding foram formuladas e implementadas, bem como identificar seus limites na promoção de uma paz duradoura e de instituições politicamente legítimas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental da National Security Strategy dos Estados Unidos de 2002, do documento ISAF's Strategic Vision, publicado pela OTAN em 2008, e do relatório What We Need to Learn: Lessons from Twenty Years of Afghanistan Reconstruction, produzido pelo Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction (SIGAR) em 2021. Esses documentos representam, respectivamente, a formulação estratégica da Guerra ao Terror, as diretrizes político−militares da intervenção e a avaliação retrospectiva da reconstrução estatal. O referencial teórico articula contribuições dos Estudos para a Paz, das abordagens críticas da segurança internacional e das perspectivas pós−coloniais, dialogando com autores que questionam a universalização dos modelos liberais de pacificação e destacam a importância das dinâmicas históricas, políticas e socioculturais locais. Os resultados parciais indicam que a reconstrução institucional foi condicionada pela centralidade do combate ao terrorismo e da estabilização política, subordinando demandas locais às prioridades estratégicas dos atores intervenientes (Richmond, 2011). A dependência financeira, militar e administrativa em relação aos atores externos também limitou a consolidação de estruturas estatais autônomas e socialmente legitimadas (Acharya, 2014). Além disso, determinadas práticas de pacificação reproduziram relações assimétricas de poder e padrões de intervenção característicos da ordem internacional contemporânea (Barkawi & Laffey, 2006). Como conclusão parcial, argumenta−se que o caso afegão evidencia tanto os limites operacionais da reconstrução estatal quanto as contradições políticas e normativas dos projetos internacionais de construção da paz, reforçando a necessidade de abordagens mais contextualizadas, inclusivas e sensíveis às realidades locais.

BIBLIOGRAFIA: ACHARYA, Amitav. The End of American World Order. Cambridge: Polity Press, 2014. BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The Postcolonial Moment in Security Studies. Review of International Studies, v. 32, n. 2, p. 329−352, 2006. RICHMOND, Oliver P. A Post−Liberal Peace. London: Routledge, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4683**

TITULO:PESCA DE ARRASTO NO ATLÂNTICO SUL COMO PRÁTICA DE OCEAN GRABBING: uma análise crítica das assimetrias entre países desenvolvidos e Estados costeiros do Sul Global

AUTOR(ES) : **LUAN DE SOUSA DE AMORIM**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A pesca de arrasto no Atlântico Sul tem se consolidado como uma prática controversa no âmbito das RIs, especialmente quando analisada sob a perspectiva das assimetrias entre países desenvolvidos e Estados costeiros do Sul Global. Embora formalmente enquadrada em regimes legais, essa atividade opera nos limites ou nas lacunas da governança oceânica, levantando questionamentos sobre legitimidade e impactos socioambientais. Este estudo propõe analisar a pesca de arrasto como uma forma contemporânea de biopirataria, entendida não apenas como a apropriação ilegal de recursos biológicos, mas como um processo estrutural de exploração assimétrica. A atuação de frotas pesqueiras de países desenvolvidos em águas internacionais ou em ZEEs pouco fiscalizadas evidencia um padrão de extração intensiva de recursos marinhos, muitas vezes sem contrapartidas proporcionais para países costeiros afetados. Essa dinâmica aproxima−se do conceito de ocean grabbing , definido como a apropriação, controle ou exploração desproporcional de espaços e recursos marinhos por atores economicamente e tecnologicamente privilegiados, em detrimento das comunidades locais e da soberania dos Estados costeiros. Assim, reproduzem−se lógicas históricas de exploração associadas ao colonialismo, agora mediadas por tecnologias avançadas e por uma arquitetura institucional com limitações significativas. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar estabelece diretrizes para a gestão do oceano, mas enfrenta desafios relacionados à implementação e à fiscalização, sobretudo em regiões com menor capacidade estatal. Já, organismos internacionais voltados à promoção da sustentabilidade pesqueira carecem de mecanismos coercitivos eficazes, contribuindo para a permanência de práticas predatórias. Entre elas, destaca−se a pesca de arrasto, reconhecida por impactos sobre ecossistemas marinhos, incluindo a degradação de habitats bentônicos e a captura não seletiva de espécies. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental. Serão analisados instrumentos jurídicos internacionais, relatórios de OIs e literatura sobre governança dos oceanos, biopirataria e ocean grabbing , articulados às contribuições teóricas de Susan Strange e Robert Keohane. Para demonstrar empiricamente o ocean grabbing no Atlântico Sul, serão utilizados dados da Global Fishing Watch e da FAO sobre esforço pesqueiro, embarcações, bandeiras, localização, capturas e produção, cruzados com as ZEEs, a fim de analisar as frotas estrangeiras e assimetrias na exploração dos recursos. O objetivo é compreender como estruturas de poder e limitações dos regimes internacionais favorecem padrões assimétricos de exploração dos recursos. Ao enquadrar essa pesca no Atlântico Sul como biopirataria e ocean grabbing , o estudo amplia o debate sobre justiça ambiental, soberania e governança global dos oceanos, destacando a necessidade de mecanismos regulatórios mais equitativos e eficazes.

BIBLIOGRAFIA: FAO. The State of World Fisheries and Aquaculture 2024. Roma: FAO, 2024. HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS). Montego Bay, 1982.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4692**

TITULO:MINISTRAS DA DEFESA NA AMÉRICA LATINA Mulheres ministras da Defesa na América Latina: um mapeamento inicial sobre presença feminina em cargos de liderança política na área da defesa

AUTOR(ES) : **JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **ANA AMELIA PENIDO OLIVEIRA**

RESUMO: Resumo : Esta pesquisa investiga a presença de mulheres em cargos de ministra da Defesa e funções equivalentes em países selecionados da América Latina desde a criação dos respectivos Ministérios da Defesa. O recorte territorial contempla os países latino−americanos que possuem estruturas institucionais de defesa comparáveis e forças armadas permanentes. A análise adota como marco inicial a criação dos respectivos órgãos responsáveis pela defesa nacional de cada país, reconhecendo que esses processos ocorreram em momentos históricos distintos. O objetivo geral consiste em mapear a presença feminina nos cargos máximos da área da defesa, identificando quais países tiveram mulheres ocupando essas posições, em quais períodos históricos essas nomeações ocorreram e por quanto tempo essas ministras permaneceram na função. A pesquisa parte da percepção de que ainda existe uma bibliografia limitada sobre mulheres em posições de liderança política na área da defesa e segurança internacional, especialmente no contexto latino−americano. Dessa forma, o trabalho busca contribuir para os debates sobre gênero, representação política e presença feminina em instituições historicamente associadas ao poder político, militar e masculino. Metodologicamente, a pesquisa será desenvolvida em duas etapas. A primeira consiste em um levantamento quantitativo e documental, por meio da construção de uma planilha contendo os países da América Latina, as datas de criação de seus respectivos Ministérios da Defesa e os nomes das ministras que ocuparam esses cargos ao longo do tempo. A partir desse mapeamento inicial, será possível identificar a distribuição temporal e geográfica das nomeações femininas para a área da defesa, os contextos históricos em que ocorreram e a recorrência da presença de mulheres nesses espaços de liderança política. Em um segundo momento, a pesquisa pretende avançar para uma abordagem qualitativa, baseada no estado da arte sobre gênero e defesa na América Latina, além da análise das trajetórias políticas dessas ministras e das discussões acadêmicas sobre representação feminina em espaços de poder ligados à defesa e às instituições militares. Os resultados preliminares indicam que a presença de mulheres nos Ministérios da Defesa latino−americanos ainda é reduzida e desigual entre os países da região, evidenciando a predominância masculina nesses espaços de decisão política. O levantamento inicial também demonstra a necessidade de ampliação das pesquisas sobre gênero e defesa no contexto latino−americano. Nesse sentido, a originalidade desta pesquisa reside em seu foco nas mulheres que alcançaram os mais altos cargos de liderança política na área da defesa, tema ainda pouco explorado na literatura, que tradicionalmente concentra maior atenção na participação feminina nas Forças Armadas.

BIBLIOGRAFIA: ARGENTINA. Ministerio de Defensa. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/defensa. Acesso em: 21 maio 2026. BOLÍVIA. Ministerio de Defensa. Disponível em: https://www.mindef.gob.bo. Acesso em: 21 maio 2026. BRASIL. Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt−br. Acesso em: 21 maio 2026. CHILE. Ministerio de Defensa Nacional. Disponível em: https://www.defensa.cl. Acesso em: 21 maio 2026. COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. Disponível em: https://www.mindefensa.gov.co. Acesso em: 21 maio 2026. EQUADOR. Ministerio de Defensa Nacional. Disponível em: https://www.defensa.gob.ec. Acesso em: 21 maio 2026. GUIANA. Guyana Defence Force. Disponível em: https://gd

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4694**

TITULO:Cultura organizacional e movimento estudantil: a atuação estratégica da Gestão de Pessoas no CABG Mariza Russo

AUTOR(ES) : **ISABELLE GOMES MOREIRA DA SILVA,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS,JENNIFFER GOMES DA COSTA E SILVA,ANDERSON NERY DE AMORIM**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO XAVIER DA MATA**

RESUMO: Historicamente, as entidades estudantis focam em mobilização política, mas a sustentabilidade dessas organizações depende de sua estrutura interna. O Centro Acadêmico de Biblioteconomia e Gestão − Mariza Russo (CABG), representação estudantil do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação na Cidade Universitária, está organizado em oito pastas. Entre elas, destacamos a Gestão de Pessoas (GP), cuja relevância reside em aplicar conceitos organizacionais no terceiro setor e no associativismo estudantil para garantir o engajamento dos envolvidos, a captação de novos talentos, o desenvolvimento das pessoas associadas, além de preservar e estimular uma cultura organizacional que esteja alinhada à missão e aos objetivos do Centro Acadêmico. O objetivo geral deste trabalho é analisar o papel estratégico de Gestão de Pessoas no CABG. Como objetivos específicos: a) apresentar a atuação da pasta na promoção de bem−estar, suporte e desenvolvimento dos membros, alinhando as trajetórias individuais à missão, visão e valores da entidade; b) demonstrar como GP pode unificar a atuação dos discentes e assegurar um ambiente acadêmico saudável, fundamentado em princípios como ética, coletividade, diversidade e transparência. Este estudo caracteriza−se como uma pesquisa qualitativa e documental. A análise foi composta por três fontes primárias e secundárias: a) um diagnóstico organizacional prévio realizado na disciplina de Fundamentos de Recursos Humanos, focado nas demandas da entidade; b) o Estatuto do Centro Acadêmico, aprovado em assembleia geral, para compreender os limites institucionais e deveres da pasta; e c) a fundamentação teórica de Lima e Freitas (2022), utilizada para respaldar os conceitos de Gestão de Pessoas e sua aplicabilidade no ambiente organizacional. Evidenciou−se que a implementação da área de GP em um ambiente de voluntariado estudantil profissionaliza os processos internos e otimiza a retenção de membros. A análise demonstra a relevância estratégica da área na luta estudantil, pois ao estruturar processos de recrutamento, acolhimento e escuta ativa, a entidade mitiga a sobrecarga (burnout) acadêmica, potencializa a liderança discente e fortalece a capacidade de mobilização política do coletivo. Conclui−se que Gestão de Pessoas consolidou uma nova cultura de governança interna no Centro Acadêmico Mariza Russo. Ao migrar de um modelo puramente reativo, que focava na urgência e desgastava a equipe por falta de planejamento, conseguimos agora atuar com uma gestão estratégica, que planeja as reivindicações, apresenta propostas, ocupa espaços decisórios com voz e voto, acolhe e gerencia processos, obtendo maior eficiência em sua atuação. O acolhimento estruturado refletiu diretamente na qualidade da representação estudantil, provando que cuidar das pessoas que compõem a organização é premissa para uma mobilização externa forte e sustentável.

BIBLIOGRAFIA: SILVA, I. G. M.. Centro Acadêmico Mariza Russo: uma análise da entidade sob um olhar da área de gestão de pessoas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025. 18 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eDAP4FJRmQT02LweAbYJ−ibgvy−fnYiy/view?usp=drivesdk. Acesso em: 20 abr. 2026. CENTRO ACADÊMICO MARIZA RUSSO. Estatuto CABG Mariza Russo. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2025. LIMA, V. L. C.; FREITAS, M. C.. A importância da Gestão de Pessoas no ambiente organizacional. Revista de Casos e Consultoria, [s.l.], v. 13, n. 1, 11 p, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1VCrd70Yo9VWrUhDmkwrcY9jyBRJH17Xj/view?usp=drivesdk. Acesso em: 20 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4699**

TITULO:QUANDO A PROMESSA NASCE DO PETRÓLEO: o paradoxo da transição energética pela amplitude da Política Azul na Amazônia Azul

AUTOR(ES) : **LUAN DE SOUSA DE AMORIM**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: Na confluência entre o Oceano Atlântico e a maior floresta tropical do planeta, a Foz do Amazonas tornou−se um dos principais espaços de disputa em torno do futuro da Amazônia Azul e da transição energética no Brasil. Nesse contexto, esta pesquisa investiga em que medida o discurso da transição energética, mobilizado por atores estatais e empresariais, tem sido utilizado para legitimar a exploração petrolífera na região e como essa narrativa se confronta com os riscos ecológicos, climáticos e socioterritoriais impostos às comunidades locais. Sob o argumento de que a exploração de petróleo na Margem Equatorial seria necessária para financiar a transição energética, o Estado brasileiro e empresas do setor buscam justificar a abertura de uma área ecologicamente sensível e socialmente diversa à expansão da fronteira fóssil. O trabalho analisa como esse discurso é construído e disputado por diferentes atores. De um lado, estão o Governo Federal, o Ministério de Minas e Energia, a ANP, a Petrobras e entidades representativas da indústria petrolífera. De outro, situam−se órgãos ambientais, movimentos socioambientais e organizações da sociedade civil que questionam os impactos. A pesquisa busca compreender em que medida as vozes de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadores artesanais e demais populações tradicionais costeiras permanecem sub−representadas nos espaços institucionais de deliberação. Parte−se da hipótese de que essa agenda não representa uma ruptura com o modelo desenvolvimentista baseado em combustíveis fósseis, mas atualiza lógicas históricas de extrativismo, convertendo a Amazônia Azul em uma nova fronteira de sacrifício socioambiental. Nesse contexto, o conceito de Política Azul é compreendido como o conjunto de políticas, estratégias e narrativas voltadas à governança dos espaços marinhos e costeiros, frequentemente associadas à promoção da economia azul. Embora apresentadas como instrumentos de desenvolvimento sustentável, tais políticas podem legitimar novas formas de apropriação de recursos marinhos e expansão de atividades extrativas, reproduzindo desigualdades socioambientais e processos de exclusão territorial. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e crítico−interpretativa, articulando revisão bibliográfica, análise de discursos governamentais, empresariais e técnico−ambientais, além do exame de documentos institucionais e manifestações públicas de movimentos sociais e lideranças comunitárias. Com base nisso, busca−se compreender assimetrias de poder que atravessam o debate, os limites dos mecanismos de participação e consulta prévia, livre e informada, bem como as formas de resistência das comunidades afetadas. Ao conectar dimensões climáticas, políticas e humanas, o estudo evidencia as contradições entre a retórica da transição energética e a reprodução de vulnerabilidades na Amazônia Azul.

BIBLIOGRAFIA: FIRMIANO, Frederico Daia; TEIXEIRA, Paula Maria Rattis; PASSOS, Amabile Maria de Moura. Do petróleo ao petróleo e os riscos socioambientais na Bacia da Foz do Amazonas. Serviço Social & Sociedade, 2025, 148.2: e−6628484 MATTOS, Carlúzi, et al. Análise sociopolítica, econômica e ambiental da exploração de petróleo nas comunidades da Foz do Rio Amazonas. Revista Terceira Margem Amazônia, 2019, 5.13: 93−107. MORENA, Edouard; KRAUSE, Dunja; STEVIS, Dimitris (org.). Just Transitions: Social Justice in the Shift Towards a Low−Carbon World. Londres: Pluto Press, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4700**

TITULO:O ATUAL CENÁRIO NA JORNADA DE DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS

AUTOR(ES) : **IAN GOMES FERREIRA,GIOVANNA TOSTO,BEATRIZ RIBEIRO VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **LUAN DOS SANTOS**

RESUMO: Conforme evidenciado pelo Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (2023), as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) associadas às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) anunciadas até outubro de 2021 tornam provável que o aquecimento global exceda 1,5°C ainda no século XXI, dificultando o cumprimento das metas do Acordo de Paris. Nesse contexto, o setor de óleo e gás (O&G) é apontado como um dos grandes contribuintes para a crise climática, mas sua efetiva transição para práticas de baixo carbono permanece incerta (Guo et al., 2023). O setor de energia representa a maior fatia de emissões globais atualmente, 34%, seguido da Indústria, 24% e Agricultura, 22% (IPCC). Estudos recentes indicam que, mesmo diante de pressões regulatórias e sociais, a maior parte das grandes empresas do setor não tem eliminado progressivamente os combustíveis fósseis de seus portfólios, e as mudanças nos comportamentos de negócio são ainda limitadas em escopo (Guo et al., 2023). Ademais, a avaliação das estratégias de descarbonização de empresas internacionais (IOCs) e nacionais (NOCs) revela um descompasso entre os discursos de " net−zero " e as ações efetivas, evidenciado por lacunas nos inventários de emissões e na clareza das metas setoriais (Guo et al., 2023). Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar quais estratégias adotadas por IOCs e NOCs têm produzido melhores resultados na redução de emissões. Para tanto, serão analisados, individualmente, os dados disponibilizados pelas empresas em seus inventários de emissão , e calculada sua redução relativa ao ano−base respectivo, afim de garantir comparabilidade entre as estratégias adotadas por cada companhia. Vale ressaltar que as emissões estão desagregadas nos Escopos 1 (emissões diretas de fontes próprias), 2 (emissões indiretas de energia comprada) e 3 (emissões indiretas da cadeia de valor) − sendo este último, o responsável pela maior pegada de carbono (IPCC). A amostra foi delimitada por critério geográfico: De acordo com dados disponibilizados no site da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), está localizado no Porto do Açu (RJ), o maior terminal de exportação de petróleo no Brasil, fato que representa a alta significância econômica deste polo para o país. Portanto, este trabalho se propõe a analisar as empresas que operam nesse terminal, somando um total de 12 companhias – 2 brasileiras e 10 estrangeiras. Espera−se que os resultados evidenciem o progresso real do setor de O&G em direção à descarbonização, identificando quais estratégias se mostram mais efetivas para este grupo de empresas. Os próximos passos da pesquisa podem abranger tanto o aprofundamento nas estratégias de descarbonização estudadas, quanto a aplicação do modelo para análise de outros setores econômicos.

BIBLIOGRAFIA: Relatório de Síntese do AR6: Mudanças climáticas, 2023 − IPCC; Globalization and decarbonization: Changing strategies of global oil and gas companies − Yue Guo, et al.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4702**

TITULO:O SITE INTÉRPRETES DO BRASIL COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

AUTOR(ES) : **STEPHANY ALVES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO**

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade apresentar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos no âmbito do projeto PIBIC vinculado ao site Intérpretes do Brasil. O projeto tem por objetivo mapear, preservar, catalogar e difundir, por meio de uma plataforma acadêmica digital (De Albuquerque Siebra; Da Rocha Borba; De Oliveira Miranda, 2018), as principais obras e produções intelectuais de autores que contribuíram significativamente para a compreensão da formação social brasileira. Para a realização da pesquisa, adotou−se a metodologia de pesquisa bibliográfica, fundamentada em um processo de curadoria digital de materiais previamente disponibilizados na internet e relacionados aos autores selecionados (Perícas; Secco, 2014). A seleção desses intelectuais baseia−se na relevância de suas contribuições para a constituição e o desenvolvimento do pensamento social brasileiro, bem como para a interpretação das dinâmicas históricas, políticas, econômicas e culturais do país. O projeto tem como objetivo central promover a disseminação das ideias desses pensadores, ampliando o acesso ao conhecimento produzido acerca da realidade nacional por meio de um ambiente digital democrático e acessível. O acervo disponibilizado no site oferece aos usuários a possibilidade de consultar informações biográficas, obras de referência, artigos acadêmicos, dissertações, notícias e, em determinados casos, conteúdos multimídia relacionados a cada autor. Dessa forma, a iniciativa contribui para a democratização do conhecimento, para o incentivo à leitura e para o fortalecimento da reflexão crítica sobre a sociedade brasileira. Entre os principais intelectuais contemplados no acervo destacam−se Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Maria da Conceição Tavares, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Milton Santos e Paulo Freire, cujas produções constituem referências fundamentais para a interpretação do Brasil. Atualmente, o acervo reúne 28 intérpretes disponíveis na plataforma, com previsão de ampliação para incluir novos nomes de reconhecida relevância no cenário intelectual brasileiro, como Ana Maria Gonçalves — primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL) —, Everaldo Dias, José Honório Rodrigues, Abdias do Nascimento, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz, e Mário Pedrosa. A expansão contínua do acervo busca fortalecer o alcance do projeto e ampliar a divulgação de diferentes perspectivas interpretativas sobre a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira. Os resultados esperados são o crescimento do acervo do site, do número de acessos e a ampliação dos veículos de divulgação do conhecimento, tais como eventos, debates e redes sociais.

BIBLIOGRAFIA: DE ALBUQUERQUE SIEBRA, Sandra; DA ROCHA BORBA, Vildeane; DE OLIVEIRA MIRANDA, Májory Karoline Fernandes. Informação & Tecnologia. Informação & Tecnologia, v. 3, n. 2, p. 21–38, 2018. SANCHEZ, Fernanda Alves; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; VECHIATO, Fernando Luiz. A contribuição da curadoria digital em repositórios digitais. Revista Informação na Sociedade Contemporânea, v. 1, p. 1–17, 2017. PERICÁS, L. B., SECCO, L. F., (orgs.). Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014. 414 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4715**

TITULO:A função socioambiental da terra e o controle da concentração fundiária: análise da extensão dos pressupostos da Lei nº 5.709/1971 às sociedades empresárias nacionais

AUTOR(ES) : **SOFIA SOUZA KOSCKY DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **ISABELA ALMEIDA DO AMARAL**

RESUMO: O presente trabalho procura analisar a função socioambiental da terra e o controle da concentração fundiária no ordenamento jurídico brasileiro, a partir do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da ADPF nº 342 e da ACO nº 2.463, concluído em abril de 2026. Nessas ações, a Corte reconheceu a recepção do §1º do art. 1º da Lei nº 5.709/1971 pela Constituição Federal de 1988, dispositivo que equipara empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro às empresas estrangeiras para fins de aquisição de imóveis rurais. O fundamento central da decisão residiu na necessidade de proteção da soberania nacional, da segurança alimentar e do controle do território. Nesse sentido, dois conceitos são fundamentais: o de terra e o de land grabbing . Por um lado, a terra é compreendida como bem jurídico pluridimensional, que comporta dimensões ecológica, alimentar, econômica e politicamente relevante, e cujo tratamento constitucional se reflete na competência concorrente entre os entes federativos para sua proteção. Por outro, o fenômeno da estrangeirização, ou land grabbing , consiste na apropriação de terras por sociedades com capital estrangeiro segundo lógica mercadológica dissociada de critérios socioambientais, sendo capaz de gerar especulação imobiliária, avanço sobre áreas de preservação, insegurança alimentar e impactos sobre terras de povos originários – bens jurídicos diretamente tutelados pela decisão do STF e que se relacionam com a perspectiva pluridimensional da terra. O artigo avança ao questionar se os mesmos fundamentos que justificam as restrições aos agentes estrangeiros não poderiam ser aplicados às sociedades empresárias nacionais. A estrutura fundiária brasileira é marcada por intensa concentração: os 10% maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola nacional. Os instrumentos existentes (desapropriação para reforma agrária, proteção de terras quilombolas e indígenas e exigência de função social da propriedade) têm natureza predominantemente corretiva, atuando após a consolidação de situações lesivas, sem caráter preventivo. A hipótese central sustenta que os pressupostos constitucionais utilizados para restringir a aquisição de terras por capital estrangeiro – soberania, segurança alimentar, preservação ambiental e adequada ocupação territorial – podem fundamentar a criação de mecanismos preventivos aplicáveis a agentes nacionais. A metodologia é qualitativa, com revisão bibliográfica, análise legislativa e pesquisa jurisprudencial. Ao final, espera−se demonstrar que uma concepção promocional e inibitória do direito autoriza a construção de instrumentos jurídicos voltados à limitação preventiva da concentração fundiária, independentemente da origem do capital envolvido. Partindo da natureza pluridimensional da terra e dos riscos da concentração fundiária à soberania, à segurança alimentar e ao meio ambiente, o estudo propõe mecanismos preventivos para efetivar sua função socioambiental.

BIBLIOGRAFIA: ALFONSIN, Jacques Távora. O Acesso à Terra como Conteúdo de Direitos Humanos Fundamentais à Alimentação e à Moradia. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003. KATO, Karina Yoshie Martins; SIVIERO VICENTE, Jessica; LEITE, Sergio Pereira. Estrangeirização de terras no Brasil contemporâneo: reflexões teórico−metodológicas e desdobramentos nos territórios. Revista Campo−Território, Uberlândia, v. 19, n. 57, p. 13–43, 2024. DOI: 10.14393/RCT195774896. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/74896. Acesso em: 2 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4718**

TITULO:RACISMO AMBIENTAL: IMPACTOS DE CATÁSTROFES CLIMÁTICAS EM POPULAÇÕES MARGINALIZADAS/VULNERÁVEIS DA AMÉRICA LATINA

AUTOR(ES) : **GIOVANA MARIA FRANÇA DEL GIUDICE,DIVO AUGUSTO CAVADAS,MYLENA SALATINO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: O Racismo Ambiental refere−se às injustiças sociais e ambientais que recaem desproporcionalmente sobre etnias vulnerabilizadas. No contexto latino−americano, esse fenômeno social impacta profundamente povos indígenas e quilombolas, diretamente afetados por catástrofes ambientais devido ao seu modo de vida intrinsecamente ligado ao meio ambiente, a exemplo dos casos de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). O processo estrutural de desumanização e extrema invisibilidade dos povos tradicionais corrobora a manutenção dessa problemática, descrita por Krenak (2022) como a necropolítica sobre a vida plural dos povos. O presente estudo, em fase inicial, objetiva compreender como o Direito Internacional sob a ótica do Direito Internacional das Catástrofes pode atuar na proteção e mitigação dos impactos desproporcionais sofridos pelos povos marginalizados latino−americanos, levando em consideração que as catástrofes ambientais aumentam o processo histórico e estrutural de fragilização de direitos humanos vivenciados pelos povos indígenas e quilombolas, ocasionando um perigo existencial. O Direito Internacional das Catástrofes apresenta−se como resposta às lacunas jurídicas do Direito Internacional Público em relação às catástrofes, englobando questões como os direitos dos povos tradicionais e a desproporcionalidade dos riscos. A metodologia utilizada será de revisão bibliográfica somada à análise documental de instrumentos jurídicos, como o Acordo de Escazú (2018), importante marco normativo que garante os direitos à informação, participação e justiça em matéria ambiental na América Latina e Caribe. O acordo focou na expansão da proteção jurídica das populações em situação de vulnerabilidade, reconhecendo a urgência em incluir essa parcela da população sub−representada nas decisões, configurando−se como o primeiro tratado internacional vinculativo a utilizar o termo defensores de direitos humanos ambientais, prevendo a proteção destes. A análise levará em consideração os avanços do acordo, mas também seus limites. Dado o estágio inicial em que se encontra, não há ainda considerações finais ou parciais. A pesquisa apresentada será construída no âmbito do grupo de pesquisa de Direito Internacional Público da UFRJ (GPDI) sob orientação do Prof. Dr. Sidney Guerra.

BIBLIOGRAFIA: KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022 GUERRA, Sidney. O Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto Memória, 2021 GUERRA, Sidney; PAROLA, Giulia. Implementing Principle 10 of the 1992 Rio Declaration: a comparative study of the Aarhus Convention 1998 and the Escazú Agreement 2018. Revista Jurídica, v. 2, n. 55, 2019. Disponível em: https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3831. Acesso em: 22 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4721**

TITULO:MEMÓRIA E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE PLANOS POPULARES: APONTAMENTOS INICIAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO MUSEU DA MARÉ

AUTOR(ES) : **DANIEL RODRIGUES DE CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **ALEX FERREIRA MAGALHAES**

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento vinculada ao projeto de extensão “A construção de planos populares como estratégia de resistência aos projetos urbanos hegemônicos”, desenvolvido no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). A pesquisa busca compreender como memória e organização comunitária aparecem na construção de planos populares nos territórios do Complexo da Maré, tomando como ponto de partida a experiência do Museu da Maré. A investigação parte da compreensão de que os planos populares constituem instrumentos de mobilização social e produção de conhecimento sobre o território, articulando demandas coletivas, identidades locais e formas de participação comunitária. Nesse contexto, a memória desempenha papel relevante ao preservar experiências, narrativas e práticas sociais que contribuem para a construção de projetos coletivos de futuro. Como etapa inicial da pesquisa, foi realizada visita exploratória ao Museu da Maré, espaço de memória comunitária criado por moradores e lideranças locais. A exposição permanente do museu encontra−se organizada em doze “tempos”, que abordam diferentes dimensões da experiência social e histórica da Maré. Durante a visita, observou−se a recorrência de temas relacionados ao trabalho coletivo, aos mutirões, às transformações urbanas do território e à preservação das memórias dos moradores. Também foram produzidas notas de campo e registros fotográficos que serão incorporados às etapas posteriores da investigação. O referencial teórico mobilizado dialoga com debates sobre memória coletiva, direito à cidade, organização comunitária e crise urbana, a partir de autores como David Harvey, Ermínia Maricato, Teresa Caldeira e Ana Fani Alessandri Carlos. Além disso, serão incorporadas produções relacionadas à história da Maré e ao próprio Museu da Maré. Os resultados apresentados possuem caráter preliminar e indicam que o Museu da Maré pode ser compreendido não apenas como espaço de preservação da memória local, mas também como instrumento de fortalecimento da identidade territorial e da organização comunitária. As próximas etapas da pesquisa incluem aprofundamento bibliográfico, análise documental e novas atividades de campo junto ao território estudado.

BIBLIOGRAFIA: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Crise urbana. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015. VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. Maré: vida na favela. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. VIEIRA, Antônio Carlos Pinto; SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da; OLIVEIRA, Luiz Antonio de. A Maré em 12 tempos. Rio de Janeiro: Museu da Maré; CEASM, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4728**

TITULO:PLANEJAMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIALIZAÇÃO:Um Estudo Comparado das estratégias de industrialização e desenvolvimento econômico da URSS de Stalin (1928−1941) e da China de Mao Zedong (1953−1976)

AUTOR(ES) : **ELISABETHE CHAVES TEIXEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MIRELLI MALAGUTI FERRARI**

RESUMO: O presente trabalho tem como tema as estratégias de industrialização e planejamento econômico adotadas pela União Soviética e pela República Popular da China no século XX. A pesquisa busca compreender de que forma os processos de industrialização e os mecanismos de planejamento estatal implementados por esses países contribuíram para a consolidação de seus respectivos projetos socialistas, considerando os desafios impostos por uma economia mundial predominantemente capitalista. A análise parte do entendimento de que a industrialização constituiu um elemento central para a sobrevivência política, econômica e militar das experiências socialistas. A escolha do tema insere−se em um debate central da Economia Política Internacional e da história do socialismo: a relação entre desenvolvimento econômico, planejamento estatal e construção de alternativas ao capitalismo. O objeto de pesquisa consiste na análise comparativa das estratégias de industrialização e planejamento econômico adotadas pela União Soviética a partir do Primeiro Plano Quinquenal, em 1928, e pela China a partir de seu Primeiro Plano Quinquenal, iniciado em 1953. Embora ambas as experiências compartilhassem a defesa da planificação econômica, da propriedade estatal dos setores estratégicos e da modernização produtiva, elas produziram trajetórias distintas. O estudo apresenta a hipótese preliminar de que o sucesso relativo da experiência chinesa decorreu de sua capacidade de adaptar os mecanismos de planejamento às transformações da economia internacional, preservando o protagonismo do Estado e do Partido Comunista, enquanto a experiência soviética manteve uma estrutura econômica mais rígida e mais isolada. A pesquisa dialoga com diferentes tradições teóricas incorporando autores dedicados ao estudo do planejamento econômico socialista e das transformações do século XX, como Vladimir Lênin, Mao Zedong, Eric Hobsbawm, Daniel Aarão Reis, Giovanni Arrighi e Xi Jinping. Essas contribuições permitem analisar a industrialização como um instrumento de desenvolvimento, fortalecimento estatal e reorganização das relações de produção. Ao investigar como a União Soviética e a China estruturaram seus projetos de desenvolvimento socialista, o estudo pretende contribuir para a reflexão sobre os limites e as possibilidades da planificação econômica em contextos de competição internacional. Nesse sentido, estudar essas experiências históricas tem impacto para compreensão de estratégias de enfrentamento às assimetrias do sistema internacional e às pressões exercidas pela economia capitalista mundial.

BIBLIOGRAFIA: HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX (1914−1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. REIS FILHO, Daniel Aarão. A Revolução Russa: 1917−1921. São Paulo: Brasiliense, 2004. ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty−First Century. London: Verso, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4730**

TITULO:Para além do nazismo e fascismo históricos: um aprofundamento de seus princípios na contemporaneidade.

AUTOR(ES) : **EDUARDO BUSTOS PERES**

ORIENTADOR(ES): **ZECA CARVALHO**

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo explicar o contexto e o nascimento das ideologias nazistas e fascistas no pós Primeira Guerra Mundial, se fazendo um paralelo com o contexto atual de redesenvolvimento dessas ideologias no século XXI. Por meio da metodologia bibliográfica, ou seja, um estudo desenvolvido como livros e artigos de revistas (Vergara, 2016), é apresentado o nascimento do nazismo e fascismo na Alemanha e Itália, contextualizando como o ambiente social, em transe devido a derrota da Alemanha e uma vitória vista como "mutilada" pelos seus supostos aliados na Itália, econômico em depressão devido a destruição da guerra e reparações a serem pagas e política, com a maioria liberal−conservadora desses países foi incapaz controlar o avanço dessas ideologias ao poder. Isso é desenvolvido também para o período do século XXI, trazendo principalmente nesse período a influência de “períodos−chave”, como ataques terroristas e eleições de demagogos influenciados pelo nazi−fascismo, catapultearam novamente a extrema−direita ao poder nos primeiros 26 anos do século atual (ASLAN, 2025). A partir dessa análise, traço paralelos sociais, econômicos e políticos do crescimento da extrema−direita no começo dos anos 1920 e 1930 com seu crescimento no século XXI, notando como a maneira de seus militantes agirem somente mudou de como é transmida, mas não de método, sendo esse método a desconfiguração do conceito marxista de luta de classes em uma luta racial (Konder, 1977).

BIBLIOGRAFIA: KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1977. ASLAN, Asya. Historical entropy and the zeitgeist of the age: A comparative analysis of 20TH century fascism and 21TH century far−right. Tese (Mestrado em relações internacionais) – Departament of Internacional Relations, Middle East Technical University, 2025. VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4737**

TITULO:O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: MECANISMO DE PROTEÇÃO INSTITUCIONAL OU PRIVILÉGIO INCOMPATÍVEL COM O PRINCÍPIO DA IGUALDADE?

AUTOR(ES) : **GABRIELE ARLINGTON RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Com o histórico do foro por prerrogativa de função no Brasil, especialmente diante da tramitação da chamada PEC da Blindagem e das propostas de ampliação do alcance do foro, o Estado brasileiro vivencia uma tensão entre proteção institucional e privilégio pessoal. Tal fenômeno decorre da configuração normativa constitucional, que assegura prerrogativas aos agentes públicos, não prevê limites claros para evitar que tais instrumentos tentem se transformar em mecanismos de impunidade, gerando instabilidade na efetividade do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, o objeto é o foro por prerrogativa de função, analisado do ponto de vista interpretativo da Constituição brasileira, buscando compreender como esse mecanismo constitucional visa proteger a função institucional dos agentes públicos e, ao mesmo tempo, investigar até que ponto ele pode se transformar em privilégio, gerando desigualdade e fragilizando a efetividade do Estado Democrático de Direito. A questão−problema é: Como o foro por prerrogativa de função pode ser caracterizado: uma função essencial à proteção institucional ou como um privilgio iincompatível com o princípio da igualdade ? A metodologia baseia−se em analisar, no período compreendido entre a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o ano de 2025, as decisões judiciais do STF, a Proposta de Emenda n° 03/2021 e n° 333/2017 e discussões doutrinárias acerca da ampliação e da limitação do foro por prerrogativa de função, observando de que forma essas decisões desafiaram o equilíbrio entre a proteção institucional e o princípio da igualdade, bem como identificando os pontos críticos que caracterizam o foro ora como função essencial verdadeira, ora como privilégio no contexto brasileiro. A conclusão prevista, em resposta à questão−problema, é confirmar a tese de que o foro por prerrogativa de função, embora tenha sido concebido como um mecanismo de proteção institucional, na prática atual revela−se um instrumento que, em muitos casos, funciona mais como privilégio, mostrando a tensão entre os princípios constitucionais da proteção funcional e da igualdade perante a lei em um contexto jurídico complexo.

BIBLIOGRAFIA: BIZON, Caio Affonso. O foro especial por prerrogativa de função em face do princípio da igualdade. Revista Brasileira de Direito Constitucional, São Paulo, 2011. ALMEIDA, Guilherme F. C. et al. V Relatório Supremo em Números: foro privilegiado e o Supremo. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2017. CAVALCANTI FILHO, João Trindade; LIMA, Frederico Retes. Foro, prerrogativa e privilégio (parte 1): quais e quantas autoridades têm foro no Brasil? Brasília, DF: Senado Federal, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4744**

TITULO:O segundo governo de Donald Trump e a construção do imigrante como inimigo

AUTOR(ES) : **ANA BEATRIZ SPORTITSCH RODRIGUES VALENTE,GABRIEL FRANCISCO CASTRO AGUIAR,PILLAR OTAVIO DE RAMOS**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL COUTINHO MARQUES DA SILVA**

RESUMO: O presente trabalho analisa a construção discursiva e política do imigrante latino−americano como ameaça nos Estados Unidos, no contexto do segundo governo de Donald Trump (2025–atual). Utiliza−se do método de revisão de literatura articulando perspectivas de autores como Achille Mbembe (2011), Giorgio Agamben (1995), Judith Butler (2009) aliada à Análise de Discurso Crítica (ADC) (Fairclough, 1995). O trabalho examina como a retórica utilizada pelo governo Trump criminaliza sistematicamente a figura do imigrante, associando−o à ilegalidade, à violência e, de forma generalizada, à deterioração da sociedade estadunidense. Busca−se também reconstruir o histórico das políticas migratórias norte−americanas, desde o período pós−Segunda Guerra Mundial até a contemporaneidade, evidenciando a contradição entre a dependência estrutural da mão de obra imigrante e sua recorrente instrumentalização como ameaça política. Em seguida, pretende−se analisar — por meio da ADC (Fairclough, 1995) — discursos oficiais do presidente americano durante 2024, ano inaugural de seu segundo mandato à frente da Casa Branca. Conclui−se que o discurso anti−imigração de Trump integra um projeto político mais amplo de redefinição dos limites do pertencimento nacional, com consequências concretas para os direitos das populações migrantes, em especial latinos.

BIBLIOGRAFIA: AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n−1 edições, 2018. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4758**

TITULO:A conexão Washington – San Salvador – Rio de Janeiro

AUTOR(ES) : **RANDRYCK NUNES DE LIMA**

ORIENTADOR(ES): **ANA AMELIA PENIDO OLIVEIRA**

RESUMO: A pesquisa investiga a conexão entre os Estados Unidos da América (Washington), El Salvador (San Salvador) e Brasil (Rio de Janeiro) como nós de um mesmo circuito hemisférico de militarização doméstica em territórios dominados pelo crime organizado. Parte−se da porosidade contemporânea entre Segurança Pública e Segurança Nacional, fenômeno no qual as Forças Armadas, originalmente direcionadas à defesa externa, são mobilizadas contra segmentos da própria população construídos como inimigos internos. A hipótese central é de que Washington opera como vetor doutrinário e garantidor dessa lógica securitária, através das relações institucionais e político−discursivas, articulando, em dimensão doméstica, as ações do Immigration and Customs Enforcement (ICE) e, em dimensão externa, o endosso ao governo de Nayib Bukele, presidente salvadorenho de extrema−direita, que foi eleito em 2019 e está em seu 2º mandato. Observa−se, além disso, a convergência dessa lógica securitária com a de outros países latino−americanos alinhados ao "trumpismo". Os objetivos são: (i) reconstituir o histórico recente das relações EUA–El Salvador; (ii) analisar a política de segurança pública sob Bukele; (iii) identificar processos de "bukelização" em outros países da região e (iv) examinar similaridades com a militarização do Rio de Janeiro. Pretende−se analisar quais arcabouços normativos e institucionais que o governo salvadorenho vêm formulando para alcançar o atual estágio na política de segurança do país. Para isso, será necessário analisar e compreender as relações entre os EUA e El Salvador em âmbito histórico, destacando a relação Trump−Bukele. Na sequência, analisaremos de que forma o modelo de encarceramento em massa e estado de exceção desenvolvido pelo governo Bukele mostra−se replicável para outras regiões latino−americanas, em especial o Brasil, comparando a atuação militar doméstica na capital salvadorenha com o cenário do Rio de Janeiro. O autor atua como bolsista de Iniciação Científica do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT−INEU), sob orientação da Profa. Dra. Ana Penido, sendo responsável pelo levantamento, catalogação e análise das fontes primárias e secundárias da pesquisa. Esclarece−se que o presente resumo se refere a uma pesquisa em andamento, com resultados parciais esperados para a SIAC 2026. O escopo de trabalho, até o momento, restringe−se às relações Washington – San Salvador – Rio, tendo em vista possíveis referências a outros países do continente americano.

BIBLIOGRAFIA: HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2026: El Salvador. Events of 2025. Human Rights Watch, 2026. Disponível em: https://www.hrw.org/world−report/2026/country−chapters/el−salvador. Acesso em: 2 jun. 2026. GARLAND, D. A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008. SAINT−PIERRE, H. Defesa ou segurança? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. Contexto Internacional, v. 33, n. 2, p. 407–433, 2011

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4778**

TITULO:Marketing de Impacto e Sustentabilidade: O Caso Food To Save

AUTOR(ES) : **MAURICIO LIMA MATOS,VITORIA ALBERTINI CYPRIANO,FABIO GUEDES TEIXEIRA,ESTHER SARAIVA CHAVES BARROS**

ORIENTADOR(ES): **RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO**

RESUMO: Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Fundamentos de Marketing e tem como objetivo analisar a aplicação prática de conceitos de marketing em negócios de impacto social, utilizando como objeto de estudo a startup brasileira Food To Save. A pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório, sendo realizada a partir da seleção de uma empresa vinculada ao Observatório dos Negócios de Impacto Social e Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, por meio da plataforma Rio de Impacto. O estudo foi fundamentado nas teorias de Philip Kotler, abordando composto mercadológico (4 P's), criação de valor, segmentação de mercado, comportamento do consumidor e análise do ambiente externo. Para a coleta de dados, foram utilizadas fontes primárias e secundárias: uma entrevista semiestruturada com Guilherme Andrade, Head de Marketing e Growth da empresa, e análise documental de informações disponibilizadas no site oficial da Food To Save e em outras fontes complementares. A análise dos dados foi realizada por meio de triangulação, cruzando as informações da entrevista com os dados documentais, de modo a validar e complementar os achados antes da elaboração das conclusões. Quanto aos resultados, a análise dos 4 P's demonstrou que a Food To Save utiliza estratégias alinhadas ao marketing societal e ao propósito socioambiental da empresa. Destacam−se as sacolas surpresa com alimentos excedentes, os preços acessíveis, a expansão da atuação por meio do aplicativo e campanhas digitais voltadas à conscientização sobre desperdício alimentar. A análise da criação de valor evidenciou que a empresa combina economia, praticidade e sustentabilidade por meio de uma experiência digital eficiente e preços atrativos. Entretanto, desafios relacionados à imprevisibilidade dos produtos e aos custos de entrega ainda impactam a experiência do consumidor. Observou−se também que fatores externos como o crescimento do consumo sustentável, das práticas ESG e do uso de aplicativos favorecem a atuação da empresa. Segundo relato do entrevistado, consumidores de menor renda tendem a priorizar a economia gerada pela plataforma, enquanto consumidores de maior renda valorizam mais sustentabilidade e consumo consciente — percepção baseada na experiência prática da empresa com seu público, e não em pesquisa direta com consumidores, o que é registrado aqui como limitação do estudo. Conclui−se que a Food To Save representa um exemplo relevante de negócio de impacto social, demonstrando como estratégias de marketing podem gerar valor econômico, social e ambiental de forma integrada

BIBLIOGRAFIA: KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. Administração de Marketing. São Paulo: Pearson, 2018. MONTE CARLO ALIMENTOS. Iniciativas e projetos como o Food to Save e Comida Invisível. 22 ago. 2024. Disponível em: https://montecarloalimentos.com.br/blog/iniciativas−e projetos−como−o−food−to−save−e−comida−invisivel/. Acesso em: 26 maio 2025. FOOD TO SAVE. Relatório de Impacto 2024. [S.l.]: Food to Save, fev. 2025. Disponível em: https://foodtosave.com.br/wp−content/uploads/2025/02/Relatorio−de−Impacto−2024−Food−To−Save.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4783**

TITULO:IMPERIALISMO ECOLÓGICO E TERRAS RARAS: A PERPETUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL EM PAÍSES DE PASSADO COLONIAL

AUTOR(ES) : **CAIO FERNANDES DA COSTA E SILVA ,ISABELA BALLALAI CARDOSO,JULIA VALANI PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: A contemporaneidade é marcada pela urgência do debate sobre a crise climática e a necessidade de uma transição energética global que reduza a dependência dos combustíveis fósseis. Nesse cenário, as terras raras passaram a ocupar o centro da geopolítica mundial. Todavia, por trás do discurso hegemônico de uma "transição verde", oculta−se uma mecanismo assimétrico de extração que penaliza severamente o Sul Global. É precisamente essa dinâmica que orienta a pergunta central desta pesquisa: de que maneira a corrida global por terras raras perpetua a drenagem imperialista de valor econômico e ecológico de nações de passado colonial? A presente pesquisa busca analisar os impactos do estudo, prospecção e exploração desses recursos em países marcados por experiências coloniais, tomando como estudo comparativo os casos da Argentina e da Nigéria. Parte−se da hipótese de que a difusão de uma forte ideologia neoliberal, operando por meio do aparato midiático e estatal, vende o imediatismo do capital estrangeiro como única via de desenvolvimento, obscurecendo os danos estruturais, sociais e ecológicos de longo prazo. Nesse sentido, a própria identificação do potencial mineral e a inserção desses países nas cadeias globais de minerais estratégicos produzem transformações ambientais, econômicas, sociais e geopolíticas relevantes. Partindo disso, o objetivo principal do trabalho é analisar comparativamente os impactos ambientais e socioeconômicos da exploração de terras raras nesses países, evidenciando como as políticas neoliberais contemporâneas reconfiguram as relações históricas de exploração imperialista e subdesenvolvimento. O recorte geográfico justifica−se pela necessidade de compreender como o fenômeno do neocolonialismo se manifesta em diferentes continentes sob o respaldo do capitalismo tardio. Além disso, busca−se compreender de que maneira atores locais exercem agência diante desse quadro. No plano ecológico, aborda−se o paradoxo da sustentabilidade: a "transição energética" do Norte Global está sendo subsidiada pelo sacrifício ambiental e humano do Sul Global. O arcabouço teórico, dessa forma, fundamenta−se nas teorias críticas do desenvolvimento e nas análises sobre o chamado "imperialismo ecológico". Metodologicamente, adota−se uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de autores que fazem uma crítica profunda ao atual modelo econômico extrativista e estudo de casos comparados, visando identificar convergências e divergências nos padrões de desenvolvimento, iniciativas de política externa e gestão político−ambiental. Como resultados esperados, busca−se demonstrar que a exploração das terras raras perpetua a dependência estrutural e reatualiza as relações imperialistas, contribuindo para o debate sobre recursos estratégicos, desenvolvimento e heranças coloniais.

BIBLIOGRAFIA: OKOTH, Kevin Ochieng. Red Africa: reclaiming revolutionary Black politics. Londres: Verso, 2023. RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África. Lisboa: Seara Nova, 1975. SAITO, Kohei. O Capital no Antropoceno. São Paulo: Boitempo, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4793**

TITULO:A TERRITORIALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DO PROTAGONISMO DAS MULHERES

AUTOR(ES) : **JULIA COSTA PENTEADO,BARBARA NATASHA FELIX ALVES COSTA,DENISE OLIVEIRA GAMA,GABRIEL DA SILVA VIEIRA,ISABELLA VITORIA RAMOS FERREIRA,JAINE MENDES DE SOUSA,JULIA SANTA CRUZ GUTMAN,LETICIA GABRIELA MATOS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo compartilhar experiências da participação no Projeto de Formação de Agentes Comunitárias de Acesso à Justiça, conhecido como "Mulheres pelo Acesso à Justiça", fomentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e desenvolvido pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com a Ouvidoria−Externa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ). As(os) extensionistas atuam na elaboração de planos de acesso à justiça nas localidades das participantes e na organização das visitas, que incluem territórios ciganos, caiçaras, favelas, quilombos, aldeias indígenas e assentamentos rurais, bem como no encaminhamento de demandas de baixa e média complexidade à DPRJ. Partindo da compreensão de que o território ultrapassa sua dimensão geográfica, constituindo−se também como um espaço simbólico e político no qual se produzem identidades, saberes e práticas de resistência, conforme discute Santos (2005) ao abordar a noção de redes, as ações territoriais do projeto buscam fortalecer vínculos comunitários e ampliar o acesso a direitos. A principal metodologia que guia o projeto é a pesquisa−ação, que busca romper com a separação tradicional entre sujeito e objeto, reconhecendo as participantes como sujeitas ativas do processo investigativo. Desse modo, as visitas não se configuram apenas como espaços de coleta de informações, mas também como oportunidades de construção compartilhada de conhecimentos sobre os desafios e as estratégias de garantia de direitos presentes nos territórios. Nessa perspectiva, em um país em que o acesso à justiça e à cidadania é frequentemente limitado por marcadores raciais, é essencial que as agentes tenham suas experiências e narrativas compreendidas como formas legítimas e relevantes de produção de conhecimento (Almeida; Corbo; Moreira, 2022). Dentre as reflexões produzidas a partir das visitas territoriais, destaca−se o protagonismo das mulheres na articulação de respostas coletivas às demandas de suas comunidades e na construção de estratégias de garantia de direitos. Sendo as participantes, em sua maioria, mulheres negras, as experiências observadas dialogam com as reflexões de Carneiro (2003) acerca do papel das mulheres, sobretudo negras, na organização de estratégias coletivas de sobrevivência e resistência frente às múltiplas desigualdades que atravessam suas trajetórias. Nessa esteira, as visitas evidenciaram a potência dos territórios como espaços de articulação comunitária e a capacidade dessas mulheres de mobilizar redes de apoio e recursos institucionais em defesa de direitos. Portanto, a atuação dessas mulheres constitui elemento central para a ampliação do acesso à justiça e para o fortalecimento das comunidades, por meio da construção de redes de apoio, da mobilização coletiva e da resistência cotidiana às múltiplas desigualdades que atravessam seus territórios.

BIBLIOGRAFIA: CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em:https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt MOREIRA, Adilson José; ALMEIDA, Philipe Oliveira de; CORBO, Wallace. Manual de educação jurídica antirracista: direito, justiça e transformação social. São Paulo: Contracorrente, 2022. [1, 2] SANTOS, Milton. O retorno do território. Em: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6 nº 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4796**

TITULO:Nossas raízes, nossas vozes: podcast como ferramenta de preservação da memória coletiva

AUTOR(ES) : **RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **FATIMA BARBOSA,DELANA GALDINO DE OLIVEIRA**

RESUMO: O projeto de extensão universitária em formato de podcast intitulado "Raízes e Vozes Ancestrais: Construindo Memórias Coletivas", atualmente difundido no Spotify como "Nossas Raízes, Nossas Vozes", surgiu a partir da disciplina Informação Étnico−Racial do curso de graduação Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este projeto tem cunho interdisciplinar e está inserido na área de conhecimento da Ciência da Informação com foco na disseminação da informação e dialoga interdisciplinarmente com Memória e Sociedade, além de presentar interfaces com a Sociologia e Antropologia em sua fundamentação epistemológica. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de criação e implementação do podcast, analisando o processo de produção dos episódios e o impacto formativo da extensão na valorização de saberes ancestrais. Metodologicamente, trata−se de um estudo de caso descritivo e qualitativo sobre a prática extensionista. Os procedimentos abarcaram a análise documental das pautas, observação participante dos estudantes e o mapeamento dos processos de produção, que incluíram pesquisa prévia dos convidados, entrevistas gravadas, edição de áudio e veiculação no Spotify. Como resultados do projeto e objeto deste relato, destacam−se a produção de dois episódios iniciais: o primeiro (23 min) aborda a trajetória da professora Maria das Graças, do povo Kokama e residente em aldeia Ticuna, graduada em Letras e mestra em Linguística, que discute os desafios da Educação Escolar Indígena; o segundo (21 min) traz a consultora Flávia Abreu sobre educação financeira atrelada às lutas cotidianas da população. O impacto e o alcance da iniciativa foram evidenciados pelo reconhecimento acadêmico e social, com a conquista da Menção Honrosa na 14ª Semana de Integração Acadêmica (SIAc) da UFRJ em 2025 e o Selo Social ODS Educação na UFRJ em 2026. Conclui−se que o podcast atua como um repositório vivo de identidades e saberes ancestrais no ambiente digital. A experiência analisada demonstra que a produção da mídia proporcionou aos discentes uma vivência formativa singular, articulando teoria e prática por meio do contato com comunidades e do desenvolvimento de competências técnicas, críticas e socioculturais. Assim, o trabalho evidencia o potencial transformador da extensão para a promoção da inclusão, da diversidade e de uma educação de qualidade.

BIBLIOGRAFIA: D'ADESKY, J. Percursos para o reconhecimento, igualdade e respeito. 1a. ed, Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2018. LUVIZOTTO, C. K. A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 119−129, maio 2015. Podcast Nossas raízes, Nossas Vozes. In: Spotify. [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em: https://open.spotify.com/show/1gYuR27nLLDCBwvgzzcGey?si=VqLaGOCCT−eDwNfXSqLNsA. Acesso em: 29 maio 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4797**

TITULO:RECONHECIMENTO FACIAL E O COLONIALISMO DE DADOS: OS LIMITES DA LGPD DIANTE DA DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

AUTOR(ES) : **ANNA BEATRIZ SOARES DE CASTRO LIMA**

ORIENTADOR(ES): **CHIARA DE TEFFé,CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A crescente utilização de sistemas de reconhecimento facial em espaços públicos e semipúblicos tem ampliado os debates sobre vigilância biométrica, proteção de dados pessoais e governança tecnológica. Este trabalho tem como objetivo analisar os limites da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) diante das dinâmicas de dependência tecnológica associadas à coleta, ao tratamento e à circulação de dados biométricos, examinadas sob a perspectiva do colonialismo de dados. Parte−se da hipótese de que, embora a LGPD represente importante avanço na tutela dos direitos fundamentais relacionados à privacidade e à proteção de dados, seus instrumentos jurídicos apresentam dificuldades para enfrentar as assimetrias estruturais produzidas por infraestruturas tecnológicas concentradas em grandes agentes econômicos globais. A pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório, sendo desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos em Direito, Tecnologia e Informação (LEDTI). A metodologia adotada combina revisão bibliográfica e análise documental da legislação, de decisões judiciais e de casos de implementação de tecnologias de reconhecimento facial no contexto brasileiro. Atua−se na realização de levantamentos bibliográficos, análise de fontes normativas e sistematização crítica da literatura especializada. O referencial teórico fundamenta−se nas contribuições de Aníbal Quijano sobre colonialidade do poder, de Nick Couldry e Ulises Mejias acerca do colonialismo de dados e de Shoshana Zuboff sobre capitalismo de vigilância, articuladas à literatura jurídica brasileira relativa à proteção de dados pessoais. Os resultados parciais indicam que a expansão de sistemas de reconhecimento facial evidencia desafios que extrapolam a dimensão individual da proteção de dados, envolvendo questões relacionadas à concentração de poder informacional, à dependência tecnológica e aos riscos de discriminação e vigilância em larga escala. Conclui−se, de forma preliminar, que a proteção efetiva dos direitos fundamentais nesse contexto demanda não apenas mecanismos tradicionais de proteção de dados, mas também estratégias regulatórias voltadas à redução de assimetrias tecnológicas e ao fortalecimento da autonomia informacional.

BIBLIOGRAFIA: COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019. ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4803**

TITULO:Soberania do Estado−nação à Soberania Digital: um conceito em transformação

AUTOR(ES) : **LETICIA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS,MARIA LUISA MARINHO AREDES**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES**

RESUMO: A pesquisa tem por objeto as transformações que o conceito de soberania enfrenta no contexto de uma sociedade que se reconhece global. O sentido da soberania se move para as formas de domínio político e social exercidos por múltiplos atores sobre fluxos internacionais e transnacionais no espaço virtual (Castells, 2014) e, como pretendemos demonstrar, os atores privados ultrapassam fronteiras e relativizam a capacidade do Estado de regular e exercer autoridade. A globalização é entendida, para fins da presente pesquisa, não meramente como sinônimo de transnacionalização do mercado ou mesmo uma “compressão espaço temporal” no sentido de Harvey, Giddens e outros. De acordo Neuenschwander−Magalhães entendemos que o que se chamou de globalização reflete uma transformação no modo como a sociedade experimenta as distâncias espaciais e temporais, num “regime de temporalidade” presentista (Neuenschwander−Magalhães, 2021). Sob essa perspectiva, a digitalização não representa uma ruptura com a lógica histórica da “globalização”, mas uma nova etapa de seu desenvolvimento na lógica do presentismo, caracterizada pela intensificação dos fluxos transnacionais de informação, pela ampliação da circulação de dados e pelo aprofundamento de assimetrias entre Estados, corporações e indivíduos. O objetivo geral do presente trabalho é investigar o significado da chamada “globalização” presentista e seus impactos na noção de soberania. De forma mais específica, objetiva−se compreender a emergência da noção de soberania digital, invocada como um atravessamento ao conceito de soberania tradicional, marcado pela referência ao Estado−nação e à noção de território. A hipótese que pretendemos desenvolver é de que, na sociedade atual marcada pela consciência de seu caráter global e pela digitalização presentista, o conceito de soberania está em transformação, delineando−se uma noção de soberania digital que, como iremos descrever, apresenta uma dupla face: é capaz de tanto reconstruir a noção clássica de soberania quanto de destruí−la, uma vez que prescinde da referência territorial. A pesquisa utiliza o método indutivo baseado em pesquisa bibliográfica de caráter interdisciplinar, nos campos da Sociologia, Filosofia Política e Teoria do Direito.

BIBLIOGRAFIA: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). HARVEY, David. A condição pós−moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2006. NEUENSCHWANDER−MAGALHÃES, Juliana. Globalización, presentismo y corrosión de la soberanía popular. Diálogos Cuba Brasil III, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4804**

TITULO:Memória, identidade e resitência: a narrativa do bts como documento cultural

AUTOR(ES) : **RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS,JENNIFFER GOMES DA COSTA E SILVA,LARISSA CRISTINA SANTOS GONCALVES**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON SANTOS COSTA**

RESUMO: Na Biblioteconomia contemporânea, a memória é compreendida não apenas como a guarda de documentos, mas como um processo dinâmico de salvaguarda a construção de identidade. Este trabalho analisa a obra BTS, que é um grupo musical masculino sul−coreano formado em 2010, sob o conceito de Arirang, símbolo de resiliência e retorno às raízes. O grupo, ao ascender globalmente, enfrenta a tensão entre a "ocidentalização" necessária para a inserção no mercado e a preservação de sua identidade coreana. A análise propõe que a discografia do grupo atua como um repositório de memória social (Le Goff, 2003), documentando o enfrentamento à discriminação e à busca pela autenticidade em um mundo globalizado levando á construção de uma memória cultural (Assmann, 2011). Investigamos como a discografia do BTS funciona como um documento que constituiu uma memória cultural, identificando nas letras a denúncia da xenofobia e a manutenção de uma “essência” sul−coreana. Busca−se demonstrar que a trajetória do grupo é, fundamentalmente, um exercício de curadoria da própria memória diante das pressões da indústria cultural. A pesquisa caracteriza−se como exploratória e qualitativa, pautada na análise de conteúdo de Bardin (1977) para as letras de quatro canções selecionadas para compor nosso recorte na pesquisa, sendo estas: "Body to Body", "Alien" e "No. 29", lidas como narrativas de resistência à discriminação sofrida por asiáticos e o custo da adaptação ao padrão ocidental, cruzando a articulação desses registros com "Ma City", outra faixa que analisa como o grupo localiza sua memória cultural em contraste com a pressão da universalização pop, e como o conceito de Arirang estrutura o retorno constante ao contato com seu público original. A análise evidencia que a faixa "Alien" funciona como um documento de denúncia da discriminação, ilustrando a dificuldade de se manter fiel às origens em um cenário de exigência por conformidade global. Em oposição, o conceito de Arirang , aqui interpretado como a reunião e o retorno, e a territorialidade de "Ma City" equilibram essa narrativa, consolidando um espaço de "reencontro" com o público. Conclui−se que o BTS utiliza a música como um suporte informacional que preserva a identidade cultural contra o apagamento, transformando suas dores e triunfos em memória cultural e patrimônio imaterial acessível. Para os estudantes de Biblioteconomia, este trabalho é fundamental por uma reflexão do que constitui um "documento". O BTS, ao tratar da discriminação e da luta pela identidade em suas faixas, cria um acervo de memória necessário para compreender as tensões culturais do século XXI. Entender a música pop como um dispositivo de resistência permite que o profissional da informação transcenda a guarda técnica e atue na proteção da memória cultural de sua época, garantindo que as vozes que lutam pela preservação da identidade não sejam silenciadas pela hegemonia cultural.

BIBLIOGRAFIA: ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. BTS. Arirang. Seul: Big Hit Music, 2026. 1 álbum digital (41 min). Disponível em: . Acesso em: 27 mai. 2026. LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4806**

TITULO:Biblioteca Parque Estadual e o Desenvolvimento Sustentável: uma análise da atuação bibliotecária frente aos objetivos de desenvolvimento sutentável (ODS 2030)

AUTOR(ES) : **LETICIA CRISTINA PASSOS DE LIMA,LAISA MARIA MELO MICHALOPOULOS,SARAH DE OLIVEIRA MOURA,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO XAVIER DA MATA**

RESUMO: As bibliotecas contemporâneas superam a visão tradicional de espaços com estantes, tornando−se ambientes dinâmicos de mediação entre a informação e a sociedade. Diante dos desafios globais, é essencial a adoção de práticas sustentáveis, dando origem às bibliotecas verdes, que incorporam princípios de sustentabilidade em sua gestão, serviços e projetos, alinhando−se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, a Biblioteca Parque Estadual é apresentada como exemplo de biblioteca verde, destacando−se pelo incentivo à sustentabilidade. Compreender os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e analisar como a Biblioteca Parque Estadual contribui para o desenvolvimento da comunidade por meio de ações sustentáveis, observando sua gestão e logística. Pesquisa bibliográfica com análise qualitativa sobre a Biblioteca Parque Estadual e a Agenda 2030. Espera−se compreender a logística da Biblioteca Parque Estadual e justificar sua caracterização como biblioteca verde, a partir da análise dos ODS 4, 10, 11, 12, 16 e 17 devido ao seu projeto arquitetônico e operação que contém princípios de sustentabilidade ambiental e democratização do conhecimento. Conclui−se que a Biblioteca Parque Estadual desempenha papel fundamental no cumprimento da Agenda 2030, atuando como espaço de inclusão social, acesso à informação e incentivo à educação ambiental. Entretanto, é necessário garantir investimentos contínuos, políticas públicas efetivas e valorização das bibliotecas como equipamentos culturais estratégicos.

BIBLIOGRAFIA: CARDOSO, Nathalie Bezerra; MACHADO, Elisa Campos. Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil. Transformação, Campinas, v. 29, n. 2, p. 141−149, maio/ago. 2017. MORENO, Edinei Antônio; DUTRA, Ademar; JUNGES, Ivone; MUSSI, Clarissa Carneiro. Abordagem da sustentabilidade no contexto da gestão de bibliotecas: revisão da literatura internacional. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 20, p. 1−22, 2022. SPUDEIT, Daniela; PRADO, Jorge Moisés Kroll do Prado. Bibliotecas parque e Agenda 2030: análise das atividades no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [s. l.], v. 13, n. esp., p. 138−152, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4807**

TITULO:Hq, Cultura contemporânea e movimentos políticos no Nepal.

AUTOR(ES) : **NICOLAS LOPES DINIZ,GABRIEL BERG TEIXEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: O trabalho tem como objetivo entender o porquê de um símbolo fictício, a bandeira dos chapéus de palha, personagens do mangá (quadrinho japonês) One Piece de Eiichiro Oda, ter sido escolhida como a identidade visual do movimento político no Nepal em setembro de 2025. A investigação delimita−se às possíveis relações de afinidade, inspiração e influências internas e externas entre os acontecimentos políticos no Nepal em Setembro de 2025 e o conteúdo do mangá One Piece para compreender a adoção do símbolo. As metodologias utilizadas foram o uso de revisão bibliográfica para entender o que há de conteúdo em One Piece que pode ter servido de inspiração cultural e sociopolítica para os organizadores dos protestos nepaleses; além disso, usamos do estudo de caso para investigar detalhadamente as minúcias e as relações de causa e efeito do levante de 2025 liderado pela Chamada “Gen Z” no Nepal. Os resultados indicam que apesar de inúmeros indícios que ligam as motivações da revolta com o conteúdo do mangá, há pensadores nepaleses como o Dr. Chandra Dev Bhatta que aponta para aspectos como mídias digitais, ativismo digital e alienação da juventude. A conclusão parcial do estudo é de que mesmo com possíveis influências e interesses externos é possível legitimar que a falta de confiança nas estruturas e símbolos políticos atuais, além de um desamparo material levou os jovens nepaleses a buscarem inspiração sociopolítica e cultural em um símbolo da ficção, uma vez que, os símbolos reais não atendem às suas necessidades ideológicas e materiais.

BIBLIOGRAFIA: BHATTA, Chandra Dev. Nepal’s Gen−Z Revolt and Its Implications. NCWA Annual Journal, [S. l.], v. 57, n. 1, p. 79–90, 2026. DOI: 10.3126/ncwaj.v57i1.93621. Disponível em: https://www.nepjol.info/index.php/ncwaj/article/view/93621. Acesso em: 31 may. 2026. WILLIAMS, R.; WALTENSIR DUTRA. Marxismo e literatura. [s.l.] Rio De Janeiro Zahar, 1979. ODA, E. One Piece, Vol. 15 a 24 e Vol. 51 a 53. [s.l.] VIZ Media LLC, 2011

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4818**

TITULO:TENSÃO ENTRE DISCURSO ESG E PRÁTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA VOLKSWAGEN CAMINHÕES E ÔNIBUS DETENTORA DO SELO EMPRESA AMIGA DA MULHER (RJ)

AUTOR(ES) : **MARIA LUISA PAES MARCIANO CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **ARIANE RODER FIGUEIRA**

RESUMO: A crescente incorporação de práticas de responsabilidade social ao vocabulário corporativo global (agenda ESG) consolidou mecanismos públicos de certificação sobre compromissos de equidade de gênero, como o Selo Empresa Amiga da Mulher, instituído no Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 9.173/2021. Contudo, a literatura sobre governança corporativa problematiza em que medida tais distinções refletem transformações institucionais reais ou se operam como instrumentos de legitimação discursiva (pinkwashing), sem correspondência operacional. Esta pesquisa investiga o caso da Volkswagen Caminhões e Ônibus (VWCO), fabricante automotiva com principal planta industrial em Resende (RJ), certificada na categoria Ouro no biênio 2024/2025. A hipótese norteadora sugere que o modelo de concessão do Selo, baseado em autodeclaração sem auditoria externa obrigatória, cria condições para divergências estruturais entre as diretrizes de diversidade da matriz internacional e a realidade da subsidiária local. Metodologicamente, caracteriza−se como um estudo qualitativo documental ancorado na Análise Crítica do Discurso (ACD). O universo inicial compreendeu o mapeamento de empresas internacionalizadas certificadas pelo Selo nas edições anteriores à de 2026, identificando seis empresas. Dentre essas, a VWCO foi selecionada por constituir o caso mais emblemático para a explorar a tensão entre discurso global de matriz e legitimação territorial de subsidiária. Foram confrontados dois níveis discursivos: o da matriz (documento TRATON Group Diversity & Inclusion Commitment, 2023) e o discurso da subsidiária (Relatórios de Sustentabilidade da VWCO, 2022−2024), cruzados com registros externos obrigatórios: Relatórios de Transparência e Igualdade Salarial (MTE/eSocial) de 2024 e 2026 e decisão judicial da 1ª Vara do Trabalho de Resende motivada pelo MPT−RJ (2022). A análise revela um paradoxo: enquanto a VWCO constrói uma narrativa robusta de inclusão, exemplificada por programas locais como Industry 4Her e Elas no Volante, o confronto empírico com os dados oficiais expõe sérias assimetrias. No estabelecimento analisado, a remuneração média das mulheres caiu de 69,4% (em 2024) para 65,7% (em 2026) em relação à dos homens, embora a participação feminina total tenha crescido de 28,3% para 32,7% no mesmo período. Evidencia−se que a empresa aumentou contratações femininas, mas as alocou em posições de menor remuneração. O indicador mais crítico reside na categoria de Dirigentes e Gerentes, foco principal do marketing institucional: mulheres nesse nível recebem apenas 55,2% da remuneração dos homens. Conclui−se que o Selo opera como ferramenta de gestão da licença social em nível territorial, mascarando assimetrias de gênero na remuneração e na alocação funcional que a matriz europeia desconsidera por enquadrar a diversidade sob uma lógica de eficiência e negócios ("eliminação de desperdício"), reiterando a fratura entre o discurso certificado e a prática operacional e salarial.

BIBLIOGRAFIA: ABRAMO, L. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 224−235, 2004. FAIRCLOUGH, N. Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research. London: Routledge, 2003. 2009. KOSTOVA, T.; ROTH, K. Adoption of an organizational practice by subsidiaries of multinational corporations: institutional and relational effects. Academy of Management Journal, v. 45, n. 1, p. 215−233, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4840**

TITULO:SUPERENDIVIDAMENTO E OS EFEITOS NEUROECONÔMICOS DAS CASAS DE APOSTAS À LUZ DOS MECANISMOS DE JOGO RESPONSÁVEL DA LEI Nº 14.790/2023

AUTOR(ES) : **GABRIEL FERREIRA SCHMITZ**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO: A expansão abrupta das apostas esportivas online no Brasil, mediante a sua ampla difusão no mercado brasileiro no início da década, trouxe novos desafios jurídicos relacionados à proteção dos consumidores e à prevenção ao fenômeno do superendividamento, diante de um cenário de lacuna jurídica que permeou até a aprovação da Lei nº 14.790/2023, popularmente conhecida como "Lei das Bets". Nesse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo analisar em que medida os mecanismos de jogo responsável previstos na respectiva lei são capazes de enfrentar os fatores neurocomportamentais associados às plataformas de apostas e contribuir para a prevenção do superendividamento dos consumidores. Nesse sentido, busca−se identificar os principais mecanismos neurocomportamentais utilizados pelas casas de apostas para estimular a permanência dos usuários nas plataformas e examinar os intrumentos de proteção previstos pela legislação vigente, visando compreender os possíveis impactos das medidas regulatórias na mitigação dos danos econômicos ao indivíduo, decorrentes dessa atividade. A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Como principal referência normativa, será examinada a Lei nº 14.790/2023, responsável pela regulamentação das apostas de quota fixa no Brasil. O estudo terá como referencial teórico os aportes da neuroeconomia aplicados à compreensão dos processos decisórios dos indivíduos em contextos de risco e recompensa. A relevância da pesquisa decorre da crescente popularização das apostas esportivas no Brasil e de seus impactos sociais e econômicos. Diante do elevado número de usuários dessas plataformas e do potencial agravamento de situações de vulnerabilidade financeira, torna−se fundamental avaliar a eficácia das medidas regulatórias recentemente implementadas, contribuindo para o debate acadêmico acerca da proteção do consumidor e da prevenção do superendividamento em mercados digitais de alto potencial persuasivo. Dessa forma, parte−se da hipótese de que a regulamentação das apostas representa um avanço significativo na proteção dos consumidores vulneráveis, ao estabelecer mecanismos de controle e diretrizes de jogo responsável para as empresas autorizadas a atuar no país. Entretanto, considera−se que tais medidas podem não ser suficientes para neutralizar integralmente os efeitos neurocomportamentais explorados pelas plataformas, mantendo−se riscos significativos de comprometimento financeiro e superendividamento.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023. DIAS, Eduardo Rocha; MONTEIRO NETO, João Araújo. Apostas esportivas e saúde mental: as alterações na Lei nº 13.756/2018 e a prevenção do jogo patológico. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 62, n. 246, p. 13−28, abr./jun. 2025. MARQUES, Claudia Lima; LIMA, Clarissa Costa; BERTONCELLO, Káren. Prevenção e tratamento do superendividamento. Brasília: DPDC/SDE, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4852**

TITULO:SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS PRECÁRIAS DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA SERRA DA MISERICÓRDIA

AUTOR(ES) : **MYLENE**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO: A pesquisa trata sobre acesso à água e esgoto em área mais precária na Serra da Misericórdia, na Zona da Leopoldina, no Rio de Janeiro, partindo de um estudo anterior que identificou a ausência e precariedade de serviços básicos e suas repercussões nas condições de moradia e na rotina dos moradores. Nesta etapa, o objetivo é compreender como, diante da ausência do Estado, os moradores vêm construindo estratégias de enfrentamento por meio da organização comunitária e do uso de tecnologias sociais. O estudo tem como referência o local conhecido como Terra Prometida, situada no Complexo da Penha, caracterizado por moradias improvisadas e pela inexistência de redes formais de abastecimento de água e coleta de esgoto, onde o acesso à água ocorre por meio de alternativas com uso de mangueiras e bombas, e o esgoto é frequentemente despejado a céu aberto, associado ao acúmulo de resíduos sólidos. Nesse contexto, vêm sendo desenvolvidas iniciativas coletivas voltadas para a gestão de resíduos, agroecologia, construção de um biodigestor e melhoria das condições de acesso à água, articuladas por meio da autonomia e do saber popular. Como fundamento teórico, a infraestrutura não é compreendida como objeto meramente técnico, mas por sua dimensão social de articulação da moradia com a cidade, incorporando também o debate da injustiça ambiental e habitacional, evidenciando como a distribuição desigual dos serviços urbanos incide de forma mais intensa sobre territórios periféricos. A metodologia possui caráter qualitativo, combinando visitas exploratórias, conversas com moradores, observação das práticas cotidianas e o acompanhamento de ações desenvolvidas no território. Como resultados, podemos apontar que, frente à ausência de serviços urbanos, emergem formas de autogestão que buscam responder às demandas por saneamento e melhoria das condições de vida, revelando tanto o potencial de construção coletiva de soluções baseadas em saberes ecológicos quanto os limites impostos pela precariedade estrutural e pela ausência de políticas públicas, mantendo os moradores restritos em relação aos serviços básicos e à plena inserção no espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA: BARBO, A. R. de C.; SHIMBO, I. Uma reflexão sobre o padrão mínimo de moradia digna no meio urbano brasileiro: estudo dos métodos de cálculo da Fundação João Pinheiro e da Fundação Seade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 75, 2006. ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia; BEZERRA, Gustavo. O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro, Garamond, 2009. KLEIMAN, M. Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio−espacial das Redes de Infra−estrutura Urbana no Rio de Janeiro – 1938 a 2001. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI n° 1 jan/jul.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4859**

TITULO:O LITÍGIO CLIMÁTICO ENQUANTO UM INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

AUTOR(ES) : **CAIO BATISTA DE SANTANA,ALESSANDRA SOUSA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO: As mudanças climáticas representam transformações estruturais e de longo prazo nos padrões globais de temperatura e clima, impondo desafios éticos, jurídicos e sociais às gerações presentes e futuras. Diante da insuficiência das respostas estatais tradicionais à crise socioambiental, a sociedade civil tem se mobilizado globalmente por meio do litígio climático, que consiste no uso do sistema judicial como instrumento estratégico de proteção ambiental e garantia de direitos fundamentais. A relevância desta pesquisa justifica−se pela necessidade de compreender a eficácia e os limites dessas demandas para a efetivação da justiça climática no cenário contemporâneo. Nesse contexto, em um primeiro momento, a pesquisa buscou conceituar as mudanças climáticas e os litígios climáticos, além de apresentar estudos de caso capazes de ilustrar a problemática analisada. Agora, o estudo objetiva investigar os principais atores envolvidos e as estratégias adotadas nesses litígios, identificando quem geralmente ocupa os polos ativo e passivo das demandas. O método de pesquisa se desdobrará a partir de pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Como resultados esperados, busca−se sistematizar os padrões de litigância climática, mapear os principais fundamentos jurídicos empregados e fornecer subsídios teóricos para o adensamento desse campo emergente no Direito, contribuindo para a sua consolidação doutrinária. A pesquisa vem sendo desenvolvida com bolsa PIBIC−UFRJ desde julho de 2024, no âmbito do Grupo de Pesquisa “Justiça Climática, Pandemias e Riscos Existenciais” (DGP/CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo de Araujo.

BIBLIOGRAFIA: RODRÍGUEZ−GARAVITO, César. Mudanças climáticas em julgamento: mobilizando a litigância em direitos humanos para acelerar a ação climática. Tradução de Eduardo Lessa. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4873**

TITULO:A auditoria tributária como instrumento de prevenção da recuperação judicial: estudo de caso do Botafogo SAF

AUTOR(ES) : **ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FREDERICO OTAVIO SIROTHEAU CAVALCANTE**

RESUMO: O presente trabalho analisa a relação entre auditoria tributária e recuperação judicial a partir do estudo de caso do Botafogo de Futebol e Regatas, considerando os desafios financeiros enfrentados pelo clube e os mecanismos de reestruturação adotados para a superação da crise econômico−financeira. A relevância do tema decorre do crescimento dos processos de recuperação judicial no Brasil e da necessidade de fortalecimento dos instrumentos de governança e controle fiscal capazes de prevenir situações de insolvência. O estudo tem como objetivo demonstrar de que forma a auditoria tributária pode atuar como ferramenta preventiva na identificação de passivos fiscais, contingências tributárias e falhas de compliance, contribuindo para a sustentabilidade financeira das organizações. A pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando método dedutivo, com base em levantamento bibliográfico, análise documental da recuperação judicial do Botafogo e exame da literatura especializada em auditoria tributária, governança corporativa e reestruturação empresarial. Busca−se compreender as causas que levaram ao agravamento da situação financeira da entidade, bem como avaliar quais mecanismos de controle poderiam ter sido implementados para mitigar os riscos identificados. Os resultados esperados indicam que a auditoria tributária possui papel estratégico na gestão empresarial, permitindo a detecção antecipada de irregularidades, a redução de contingências fiscais e o aprimoramento dos processos de tomada de decisão. Conclui−se que o fortalecimento das práticas de compliance tributário e governança fiscal representa importante instrumento de prevenção de crises, evidenciando que a auditoria tributária pode contribuir significativamente para evitar ou minimizar situações que conduzam à recuperação judicial.

BIBLIOGRAFIA: Luis Felipe Salomão − Recuperação de Empresas e Falência: Diálogos Entre a Doutrina e Jurisprudência − 1ª Edição 2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4884**

TITULO:REDES DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA DE DOCENTES DO PPGBOT: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PUBLICAÇÕES EM ACESSO ABERTO E FECHADO BASEADA NA OPENALEX

AUTOR(ES) : **THAMIRES ANELLI RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **VANIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES,MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS**

RESUMO: O objetivo da pesquisa é investigar redes de colaboração científica pela análise da coautoria de artigos mais citados por docentes vinculados ao Programa de Pós−Graduação em Ciências Biológicas (Botânica)−(PPGBot),do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).A pesquisa avalia indicadores de produtividade dos docentes que compõem a amostra, concentrando−se nas métricas de acesso aberto, de colaboração científica, de internacionalização do conhecimento e nos metadados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável(ODS).Tais indicadores revelam−se essenciais para mapeamento científico,avaliação,desenvolvimento e políticas públicas das agências nacionais de fomento à pesquisa. O referencial epistemológico e empírico fundamenta−se em teorias,conceitos e métodos da área de Estudos Métricos da Informação, no âmbito da Ciência da Informação,especialmente na análise de redes sociais (Marteleto, 2001),de redes de colaboração na ciência (Bordon; Gómes, 2000) e de internacionalização do conhecimento (Santin; Vanz; Stumpf, 2016).A pesquisa caracteriza−se como quali−quantitativa,descritiva,exploratória e comparativa.Utiliza,como fonte de coleta de dados e análise da produção científica, os registros bibliográficos indexados na base OpenAlex .A população de estudo é composta por docentes que estão atualmente vinculados ao PPGBot/UFRJ no ano de 2026.Efetuou−se o levantamento do perfil de 23 docentes do Programa por meio da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq),considerando os metadados de identificador persistente de autoria (ORCID)para recuperação do perfil dos pesquisadores na base. Em seguida,foi efetuada a busca na OpenAlex ,que recuperou o total de 1186 artigos produzidos pelos pesquisadores do PPGBot selecionados pela produção,sendo 679(57,25%)em acesso aberto(AA)e 507(42,75%)em acesso fechado(AF).Não foi adotado nessa primeira parte um filtro temporal para a extração de dados.Os resultados indicam a predominância do idioma Inglês nas duas amostras,sendo 66% compostas por artigos em AA e 83%,por artigos em AF.Foi identificado que a maior produtividade se concentra na UFRJ,presente em 621 artigos.Os ODS mais frequentes extraidos da base,em ambas as amostras foram:Vida Terrestre(ODS 15), Vida na Água(ODS 14) e Fome Zero(ODS 2).Os dados extraídos foram plotados no software VOSviewer para a modelagem das redes de colaboração de coautorias internacionais.As redes geradas indicam a internacionalização da ciência tanto em publicações de AA quanto de AF.Verifica−se na rede a maior densidade colaborativa entre países que compõem a amostra de artigos em AA,33 países com pelo menos duas publicações, por outro lado na amostra de artigos AF foram identificados 19 países com pelo menos duas publicações em colaboração internacional.A análise de coocorrência dos concepts indica,nos documentos publicados,a predominância de temáticas relacionadas a Biologia,Botânica,Ecologia e Taxonomia Botânica.

BIBLIOGRAFIA: BORDON, M.; GÓMEZ, I. Collaborations networks in Science. In: CRONIN, B.; ATIKINS, H. B. (ed.). The web of knowledge: a festschrift in honor of Eugene Garfield. New Jersey: Infotmation Today, 2000. cap. 10, p. 197−214. MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. Ciência da Informação, v. 30, n. 1, p. 71−81, 2001 SANTIN, D. M.; VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. Revista Brasileira de Pós−Graduação, Brasília, v. 13, n. 30, p. 81−100, jan./abr. 2016. DOI: https://doi.org/10.21713/2358−2332.2016.v13.923.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4905**

TITULO:A teoria tridimensional de Miguel Reale e a reforma tributária brasileira: uma análise jusfilosófica da emenda constitucional nº 132/2023 sob a ótica da integração entre fato, valor e norma

AUTOR(ES) : **KATYELLEN HOLZ CAVALCANTE,ISABELA AMARAL PALLADINO,SONIáRLEI VIEIRA LEITE**

ORIENTADOR(ES): **FREDERICO OTAVIO SIROTHEAU CAVALCANTE**

RESUMO: *:first−child]:mt−0 [&>*:last−child]:mb−0 space−y−2"> Este trabalho tem por objetivo analisar a Emenda Constitucional nº 132/2023 à luz da teoria tridimensional de Miguel Reale, a fim de compreender em que medida a reforma tributária brasileira pode ser interpretada como resultado da integração entre fato, valor e norma. *:first−child]:mt−0 [&>*:last−child]:mb−0 space−y−2"> Situação Problema: Em que medida a Emenda Constitucional nº 132/2023 pode ser compreendida como uma síntese dialética entre as transformações da realidade econômica brasileira (fato), os anseios sociais por justiça fiscal, transparência e eficiência (valor) e a inovação do ordenamento jurídico (norma), superando a visão da reforma como um fenômeno meramente técnico−legislativo? *:first−child]:mt−0 [&>*:last−child]:mb−0 space−y−2">Parte−se da premissa de que a reformulação do sistema tributário nacional não decorre apenas de técnica legislativa, mas também de transformações econômicas e sociais, de demandas por justiça fiscal, transparência, segurança jurídica e eficiência , bem como de opções valorativas incorporadas ao texto constitucional. *:first−child]:mt−0 [&>*:last−child]:mb−0 space−y−2">A metodologia adotada é qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com enfoque jusfilosófico e jurídico−normativo, mediante exame da teoria realeana, da Emenda Constitucional nº 132/2023 e dos fundamentos que orientam a reestruturação da tributação sobre o consumo no Brasil. *:first−child]:mt−0 [&>*:last−child]:mb−0 space−y−2">Como resultados esperados, pretende−se demonstrar que a EC nº 132/2023, além de promover alterações estruturais na sistemática tributária, revela um movimento de adequação do ordenamento jurídico às exigências contemporâneas de justiça fiscal, transparência, segurança jurídica e eficiência . Em termos conclusivos, sustenta−se que a teoria tridimensional de Miguel Reale oferece uma chave interpretativa consistente para compreender a reforma tributária não apenas como alteração normativa, mas como fenômeno jurídico complexo, construído a partir da influência recíproca entre realidade social, valores constitucionais e formulação normativa. *:first−child]:mt−0 [&>*:last−child]:mb−0 space−y−2"> Como contribuição teórica , o estudo oferece uma aplicação original da teoria tridimensional de Miguel Reale ao campo do direito tributário constitucional, demonstrando que a reforma tributária pode ser compreendida como fenômeno jurídico complexo que transcende a mera alteração legislativa. A pesquisa contribui para a filosofia do direito ao evidenciar a atualidade do pensamento realeano como ferramenta analítica para compreender transformações constitucionais contemporâneas. Como limitação , o estudo adota abordagem teórico−analítica, sem mensuração empírica dos impactos econômicos da reforma, reconhecendo que a teoria tridimensional representa uma dentre outras possíveis matrizes filosóficas de interpretação do fenômeno tributário.

BIBLIOGRAFIA: REALE, Miguel. Teoria Tridimensional do Direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994. CONTIPELLI, Ernani de Paula. Solidariedade social tributária na perspectiva da teoria tridimensional do direito de Miguel Reale. Tese (Doutorado) – PUC−SP, 2009.FERREIRA NETO, Arthur Maria. Natureza e estrutura da competência tributária do IBS: apenas mais um imposto ou novo modelo constitucional de atribuição de poder para tributar? Revista de Direito Tributário da APET, 2026.CARVALHO, José Mauricio de. A teoria tridimensional do Direito de Miguel Reale. Revista E

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4925**

TITULO:PROSPECÇÃO EM CURRÍCULO LATTES: ENTENDENDO E REPRESENTANDO A TRAJETÓRIA ACADÊMICA

AUTOR(ES) : **DIOGO XAVIER DA MATA**

ORIENTADOR(ES): **SERGIO DE CASTRO MARTINS**

RESUMO: Trata−se de minicurso sobre o Currículo Lattes, sistema de representação e comunicação da trajetória científico−acadêmica de professores, pesquisadores e estudantes. Cada vez mais a Plataforma Lattes constrói a memória científica brasileira a partir dos sujeitos acadêmicos que cadastram suas informações pessoais − formação, atuação, projetos, participação em eventos, participação em bancas, entre outros − e informações acerca da sua produção científica − artigos, livros, capítulos, patentes, produções técnicas, entre outros. O sistema de informação, desenvolvido pelo CNPq, atua na burocracia de institutos e instituições de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico dentro e fora do país, a partir do rankeamento de pesquisadores e estudantes de acordo com suas trajetórias e produtividades. Sendo assim, o Currículo Lattes se apresenta como dispositivo de informação estratégico para o desenvolvimento e progressão da trajetória acadêmico−científica desses atores − pesquisadores, professores e estudantes. O minicurso se propõe, num decurso de 120 minutos, a apresentar técnicas de prospecção da representatividade da pessoa acadêmica frente ao Currículo Lattes. A prospecção acadêmica consiste em analisar estrategicamente as possibilidades de inserção de dados e informações que contribuam para melhores avaliações dos sujeitos e das instituições que compõem e representam. As temáticas envolvidas no minicurso são: a) Usos e articulações do Currículo Lattes na rede de avaliação e fomento da ciência e tecnologia no Brasil; b) Técnicas de prospecção e indexação dos sujeitos a partir dos módulos de representação do Currículo Lattes; c) Visibilidade acadêmica a partir do Currículo Lattes. O curso necessita dos seguintes equipamentos e infra−estrutura: sala que comporte 20 participantes, computador com acesso a internet e projetor.

BIBLIOGRAFIA: SILVEIRA, Naira C. ; MATA, Diogo Xavier da ; SALDANHA, Gustavo S. . Dialética das fontes biobibliográficas: Wikipédia, Currículo Lattes e a (des)invenção dos sujeitos no campo científico. INFORMAÇÃO & SOCIEDADE (UFPB. ONLINE), v. 30, p. 1−16, 2020. MATA, Diogo Xavier da. O Currículo Lattes em perspectiva: histórico, usos e atualizações. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). MATA, Diogo Xavier da; SILVEIRA, Naira C. . Currículo Lattes em cena: perspectivas e considerações. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4929**

TITULO:GOVERNANÇA COLABORATIVA NA LOGÍSTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PORTAL REDELOG NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **LUISA MARAVILHAS DE CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **LUANA ADRIANO ARAÚJO**

RESUMO: A complexidade da administração pública contemporânea demanda mecanismos de coordenação capazes de integrar atores institucionais e racionalizar os recursos públicos. Nesse contexto, a logística pública assume papel estratégico na implementação de políticas públicas, especialmente diante dos desafios da fragmentação administrativa e baixa integração entre órgãos estatais. Em resposta, iniciativas voltadas à governança colaborativa e à coordenação logística ganham relevância no setor público brasileiro, como a Estratégia Geral de Logística, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2015, definida como instrumento de racionalização de recursos, padronização de processos e integração das ações logísticas na administração pública federal. No Rio de Janeiro, destaca−se a RedeLog, criada em 2017 com o objetivo de promover a articulação entre agentes públicos envolvidos na logística estadual e regulamentada pelo Decreto nº 48.650/2023, seu principal instrumento é o Portal RedeLog, plataforma de articulação institucional, compartilhamento de informações técnicas, normativas e boas práticas da logística estadual. A pesquisa busca analisar de que forma o portal pode ser compreendido como instrumento de governança interinstitucional na logística pública fluminense. Possui abordagem qualitativa, baseando−se na análise documental de sua criação, regulamentação e operacionalização, incluindo os conteúdos disponibilizados no Portal RedeLog e a revisão bibliográfica sobre governança e logística no setor público. Serão incorporados dados empíricos obtidos por meio de entrevistas com atores envolvidos na RedeLog, buscando compreender as dinâmicas de cooperação, coordenação e compartilhamento de práticas no contexto da gestão logística estadual. A pesquisa aponta que o Portal RedeLog contribui para a integração institucional e para o fortalecimento da coordenação logística no âmbito estadual, ao incorporar práticas associadas à governança pública. Inicialmente a revisão bibliográfica indica que mecanismos colaborativos e instrumentos de integração institucional podem contribuir para a redução da fragmentação administrativa, padronização de processos e fortalecimento da capacidade estatal na logística pública.

BIBLIOGRAFIA: VAZ, José Carlos; LOTTA, Gabriela Spanghero. A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 107−139, jan./fev. 2011; MELLO, Jñana Gadea de; HARTMANN, Laura Beatriz; LORENZI JR., David. Logística aplicada à administração: uma discussão com foco no setor público. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, [s. l.], mayo 2017; FREITAS, Marta Sampaio de; CORDEIRO, Nathalia Rodrigues; REIS, Mohana Rangel dos Santos. Planejamento e governança: a Lei n.º 14.133/21 e as compras centralizadas no Rio de

---

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4930**

TITULO:Comunicação e divulgação científica na Agência IPPUR

AUTOR(ES) : **MARIANA GUIMARAES DE CARVALHO,JULLIA RODRIGUES ROCHA MARTINS,ALANDHA DE LIMA WERGLES,JÚLIA CÂMARA GITAHY MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO,MARIANA LUSCHER ALBINATI**

RESUMO: A Agência IPPUR é um projeto de extensão que busca difundir o conhecimento produzido no Instituto, favorecendo os diálogos internos e externos e o fomento ao debate, para além da mera disseminação de informações especializadas entre pares (Bueno, 2010). A Agência envolve docentes, discentes de graduação e pós−graduação, internos e externos à UFRJ, e um integrante do corpo técnico. A equipe se divide em diferentes frentes de atuação dedicadas à divulgação científica − sobre a qual este trabalho se dedica − e à mobilização social e digital. A principal atividade de divulgação científica do projeto é o Boletim IPPUR, um espaço de publicação institucional de caráter colaborativo, com edições mensais, focadas na divulgação de trabalhos e acontecimentos da comunidade IPPUR. As estudantes participam da equipe editorial, que organiza o recebimento de materiais, revisão e preparação para publicação, construção e busca por pautas e temas a serem divulgados − como pesquisas, eventos, lançamentos, resenhas e ensaios − através de articulações com disciplinas, professores e lideranças de organizações internas ao Instituto e parcerias externas. O Boletim também veicula séries especiais produzidas pela equipe em diferentes formatos. A série Trajetórias Multidisciplinares no Campo de Públicas, iniciada em 2024, publica entrevistas com pessoas de referência na área, enfatizando as múltiplas possibilidades acadêmicas e profissionais ligadas à gestão pública. Com o intuito de expandir as iniciativas de divulgação científica para o formato audiovisual, no último ano foi lançado o “Podcast IPPUR”, que apresenta os laboratórios e grupos de pesquisa do IPPUR a partir de breves entrevistas com docentes que os integram. Nos dois casos, as estudantes participam da produção dos roteiros, realização das entrevistas e posterior degravação e/ou edição dos materiais. Como capacitação ao trabalho de editorial e produção dos textos e materiais audiovisuais, são realizadas oficinas formativas internas, eventualmente com participação de convidados da área de comunicação. Já o processo coletivo de construção das pautas e divisão das tarefas editoriais é realizado em reuniões quinzenais da equipe e acompanhado e revisado pelas professoras. A participação no projeto proporciona às estudantes um contato qualificado com projetos e pesquisas realizadas no IPPUR, bem como com a experiência de comunicação e escrita, norteadas por perspectivas críticas e socialmente referenciadas. Paralelamente, a intenção do projeto é fortalecer o diálogo interno ao corpo social do IPPUR, ampliando o conhecimento sobre as produções do Instituto e a integração entre os cursos de graduação e pós−graduação. Também busca contribuir com a difusão das atuações das organizações parceiras e construção de agendas conjuntas, assim como, para o público geral, busca divulgar o conhecimento científico produzido na área de PUR e do campo de Públicas, de forma acessível e comprometida.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & informação, v. 15, n. 1esp, p. 1−12, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4941**

TITULO:COMISSÕES DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS NO TERRITÓRIO FLUMINENSE

AUTOR(ES) : **RODRIGO FERREIRA SANTOS JUNIOR,THAILANE GARCIA CANDIDO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA**

RESUMO: O projeto investiga a atuação do Poder Judiciário nos conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro, a partir da análise das decisões judiciais em processos possessórios coletivos que buscam efetivar remoções forçadas. Com base na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828 (ADPF 828) e na Resolução nº510/2023 do Conselho Nacional de Justiça, a pesquisa acompanha o funcionamento da Comissão de Soluções Fundiárias (CSF) no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), a COFUND, com foco na atuação da magistratura e nas possíveis mudanças em seu habitus decisório diante da crise social e sanitária intensificada pela pandemia da Covid−19. O trabalho combina métodos quantitativos e qualitativos, realizando levantamento e análise de decisões judiciais, bem como observação participante em audiências e visitas técnicas realizadas pela Comissão. O projeto de pesquisa "Poder Judiciário e conflitos fundiários no território fluminense" é vinculado ao Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin. A pesquisa teve início em 2023, mas meu ingresso no grupo como bolsista PIBIC se deu no ano de 2025. Como bolsistas de iniciação científica, participamos ativamente das etapas de coleta e sistematização dos dados jurisprudenciais, da análise dos processos judiciais, da classificação em planilhas e da observação direta das audiências públicas e visitas técnicas às áreas em litígio. A atuação também inclui a sistematização dos dados empíricos, redação de relatórios parciais e elaboração de reflexões a partir da bibliografia mobilizada pelo projeto. Dentre os resultados já alcançados, destacam−se a identificação de padrões decisórios marcados por um viés patrimonialista e a persistência de práticas judiciais que pouco consideram o impacto social das remoções. Entretanto, também foram observados avanços institucionais em alguns casos mediados pelas CSF, como a elaboração de planos de remoção com participação popular e o fortalecimento do diálogo institucional entre Judiciário e movimentos sociais. A atuação das Comissões aponta para uma possível reconfiguração do campo jurídico, tensionando o monopólio da racionalidade técnica na resolução dos conflitos fundiários. Como consideração parcial, o projeto revela que embora existam marcos legais e institucionais importantes para a contenção das remoções forçadas, como a ADPF 828 e a Resolução 510/2023, a efetivação do direito à moradia ainda esbarra em práticas judiciais historicamente excludentes. Nesse contexto, a pesquisa contribui para o debate público e acadêmico sobre o papel do Judiciário na garantia de direitos fundamentais e aponta para a importância de práticas jurídicas comprometidas com justiça social e territorial.

BIBLIOGRAFIA: QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; VIEIRA, Fernanda Maria da Costa; TAVARES, Ana Claudia Diogo. As Comissões de Soluções Fundiárias e o direito à moradia adequada no Rio de Janeiro. Revista CNJ, Brasília, DF, v. 9, n. 2, p. 1−21, 2025. QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; PORTO, Francisco Trope da Silva; BALDANI, Cecília Café; PORTO, Antônio Trope da Silva. Terra e moradia no Poder Judiciário: a atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TRF−2 (2023−2025). 1. ed. Goiás, GO: IPDMS, 2026. MILANO, Giovanna Bonilha. Crônicas de despejos anunciados: análise das decisões em conflitos fundiários urbanos. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1249−1283, set. 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4947**

TITULO:CÂMARAS DE MEDIAÇÃO PRIVADAS VINCULADAS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: um estudo sobre seu funcionamento e composição

AUTOR(ES) : **BERNARDO CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **MARILSON SANTANA**

RESUMO: O presente estudo é uma pesquisa a ser densenvolvida no Núcleo de Mediação e Conciliação da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (NUMEC/FND/UFRJ) e tem como objeto produzir uma análise do funcionamento, composição e características principais das Câmaras Privadas de Mediação que estão cadastradas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Deseja−se compreender, principalmente, o modo de fato e de direito como se dá a estruturação do processo de mediação, a prática e perfil de seus mediandos e mediadores. Dessa forma, os objetivos específicos da pesquisa são: (i) compreender quais são os critérios e os procedimentos de cadastramento de uma Câmara Privada de Mediação de conflitos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro − TJRJ; (ii) compreender como é a atuação destas Câmaras de Mediação junto a este órgão da justiça; (iii) analisar sua estrutura interna, com foco no corpo técnico de mediadores, na estrutura normativa e na demanda de casos; (iv) analisar e compreender como são conduzidos os processos das mediações nestes espaços. A metodologia utilizada será, em um primeiro momento, o desk research. Com isso, pretende−se coletar dados e informações a partir da análise de sites eletrônicos. Como pressuposto da pesquisa serão realizados levantamentos e leituras de referências bibliográficas, tais como artigos, dissertações, teses, livros e demais documentos acadêmicos relativos ao tema Em um segundo momento, pretende−se efetuar entrevistas com mediadores que atuam nas câmaras objeto deste estudo, a fim de coletar informações acerca de suas experiências como mediadores. Como resultados esperados, pretende−se produzir conhecimento e melhor compreender a atuação das Câmaras Privadas de Mediação e seu impacto na resolução de conflitos. Espera−se, também, traçar um perfil básico dos mediadores que trabalham nestas câmaras. Ainda não há considerações finais ou parciais, devido ao inicial estágio da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução e revisão de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil, v.1, 25ª ed. Salvador: Juspodivm, 2023. NEVES, Daniel Amorim Assumpção . Manual de direito processual civil: volume único. 15. ed., rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4949**

TITULO:EXISTE UMA REPRESENTAÇÃO METROPOLITANA? OS DEPUTADOS ESTADUAIS METROPOLITANOS E SUA RELAÇÃO COM A GOVERNANÇA METROPOLITANA NO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **LUISA LEAL AVILA**

ORIENTADOR(ES): **FILIPE SOUZA CORRÊA**

RESUMO: Desde a promulgação da Lei Complementar Estadual n° 184 de 2018, que instituiu o atual arranjo de governança da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foram estruturadas instâncias decisórias (conselho deliberativo, conselho consultivo e agência executiva), cujo funcionamento tem evidenciado um controle pela agenda do governo do estado. Por outro lado, considerando que os deputados estaduais atuam em instâncias decisórias vinculadas ao arranjo metropolitano, como a Assembleia Legislativa, a partir da votação de leis complementares e na deliberação sobre políticas públicas que estruturam a organização e o funcionamento da RMRJ, bem como numa atuação direta nos conselhos previstos pelo arranjo institucional, que preveem a participação de representantes do poder legislativo estadual e municipal, buscou−se evidenciar o contexto político representativo a partir do qual se desenrola a governança metropolitana, iniciando pela caracterização dos padrões espaciais de votação dos deputados estaduais eleitos em 2022 na RMRJ. Não se pretende estabelecer uma relação causal direta entre a distribuição territorial da representação legislativa e o funcionamento das instâncias de governança, mas sim uma melhor compreensão sobre como a delimitação das bases territoriais do voto pode contribuir para a configuração de um cenário político a partir do qual se desenrolam as dinâmicas de aliança política entre os diferentes níveis de governo envolvidos na governança metropolitana. Portanto, essa exploração se justifica pelo fato de que os padrões espaciais de votação de representantes eleitos têm sido fundamentais para interpretar incentivos políticos e estratégias apresentadas pelos representantes (CORRÊA, 2011; 2016) . Metodologicamente, utilizando−se os dados de votação dos deputados estaduais eleitos no Estado do Rio de Janeiro em 2022 (TSE, 2022) , a distribuição territorial da votação desses deputados foi caracterizada em duas etapas: 1) identificando aqueles cuja base eleitoral se concentra na RMRJ, definidos como deputados metropolitanos (mais de 50% dos votos válidos nos municípios da RMRJ); 2) caracterizando os padrões espaciais de votação, por meio de uma combinação do Índice Herfindahl−Hirschman individual, para mensurar o grau de concentração territorial do voto, e do Índice de Dominância Eleitoral (AMES, 2003), a partir dos quais espera−se caracterizar os diferentes padrões de distribuição espacial do voto. Segundo o referencial teórico mobilizado, a representação política no espaço metropolitano pode assumir uma distribuição mais dispersa, aderente a interesses metropolitanos amplos, ou mais concentrada, ancorada em bases territorialmente mais restritas, portanto, o presente estudo contribui para uma etapa inicial das investigações sobre a relevância da dimensão da representação política numa perspectiva territorial para a compreensão do funcionamento político−institucional da governança na RMRJ.

BIBLIOGRAFIA: CORRÊA, Filipe S. Conexões eleitorais, conexões territoriais: as bases socioterritoriais da representação política na metrópole fluminense. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) − UFRJ, Rio de Janeiro, 2011. PANTOJA, I. O que faz do metropolitano, metropolitano? Instituições, conflitos e participação na trajetória da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) − Programa de Pós−Graduação em Sociologia, UERJ, Rio de Janeiro, RJ. CORRÊA, Filipe Souza. O que fazer para sobreviver politicamente?: padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil. 2016. 152 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) − UFMG, Belo Horizonte, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4972**

TITULO:MASCULINIDADES NEGRAS COMO ALVO DA SOCIOEDUCAÇÃO: Uma análise dos aparatos coloniais escravocratas na contemporaneidade a partir do CENSE Campos

AUTOR(ES) : **GABRIEL DA SILVA VIEIRA,BARBARA NATASHA FELIX ALVES COSTA**

ORIENTADOR(ES): **PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar de que forma os dispositivos institucionais da socioeducação no estado do Rio de Janeiro operam como mecanismos de controle e extermínio das masculinidades negras, tendo como campo empírico o Centro de Socioeducação (CENSE) de Campos dos Goytacazes. A pesquisa parte da hipótese de que as práticas punitivas vigentes nessas unidades não constituem uma anomalia do sistema, mas antes uma continuidade dos aparatos coloniais escravocratas que historicamente elegeram os corpos negros como alvo privilegiado da violência estatal. A metodologia adota uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e documental, articulando revisão teórica de autores do pensamento decolonial e crítico com a análise de registros, relatórios e denúncias referentes ao CENSE Campos. Os autores atuam diretamente na pesquisa como responsáveis pelo levantamento e sistematização das fontes, pela construção do referencial teórico e pela análise dos dados coletados. O percurso analítico parte da reconstituição histórica da socioeducação no Rio de Janeiro, evidenciando como a criminalização de crianças e adolescentes negros constitui, desde suas origens, uma política de morte direcionada a sujeitos considerados descartáveis pela ordem social vigente. Em diálogo com o conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe, compreende−se que o poder soberano opera não apenas pelo direito de matar, mas também pela gestão de quem pode viver e em que condições. A partir de Frantz Fanon, foi possível descrever a violência colonial como constitutiva da ordem e não como seu desvio, é possível compreender o CENSE não como falha institucional, mas como expressão coerente de um projeto civilizatório que desumaniza os colonizados para justificar seu controle. Nesse sentido, a "unidade−castigo" recorre à humilhação, ao abuso e à violência física como instrumentos de coisificação e animalização dos jovens internados, práticas estas funcionalmente análogas às da escravidão colonial. Angela Davis, em “Estarão as prisões obsoletas?”, oferece ainda uma perspectiva fundamental ao demonstrar que o encarceramento em massa é herdeiro direto das instituições escravocratas e que a prisão, como dispositivo, nunca teve por função ressocializar, mas sim administrar populações racializadas consideradas ameaças à ordem. Essa leitura ilumina o caráter estrutural da violência socioeducativa: ela não falha em sua missão — ela a cumpre. Os resultados parciais indicam que a violência padronizada praticada no CENSE Campos não pode ser dissociada de um projeto mais amplo de apagamento e eliminação das populações negras periféricas. As considerações finais apontam para a urgência de uma ruptura epistemológica com os fundamentos coloniais que sustentam o sistema socioeducativo, bem como para a necessidade de políticas efetivamente orientadas pela garantia de direitos e pela dignidade dos sujeitos em cumprimento de medida.

BIBLIOGRAFIA: MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n−1 edições, 2018. DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Rio de Janeiro: Difel, 2018. FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **4984**

TITULO:Contabilidade Sustentável ao Vestuário no Ensino Básico: Uma Proposta Interdisciplinar

AUTOR(ES) : **MARIANA JUSTINO DE OLIVEIRA DA COSTA,JOãO PEDRO PEIXOTO SOUZA,GABRIELLY ALEXANDRIA DE MOURA FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **THAIS DELAZARE**

RESUMO: O desaparecimento da disciplina de economia doméstica deixou uma lacuna no ensino, pois muitos jovens chegam à vida adulta sem preparo para administrar suas finanças ou compreender o impacto de suas escolhas de consumo. A oficina propõe trabalhar a integração entre a educação financeira, a sustentabilidade e o consumo responsável. Nesse contexto, “A escola é o ambiente em que o indivíduo tem pela primeira vez uma experiência de viver em uma sociedade mais plural e complexa, e é nesse nível em que se faz necessária a formação cidadã, crítica e alinhada com os problemas atuais do mundo” (GIACOMELLI; FERRETTO, 2023; 2024). A oficina será direcionada aos alunos do Ensino Básico (5 a 18 anos), período importante para a construção de valores relacionados ao consumo e à responsabilidade socioambiental. A proposta desenvolverá habilidades específicas como cálculo de custos, orçamento e comparação de valores (Matemática), análise das relações entre consumo, produção e impacto social (Ciências Humanas), reconhecimento e aplicação de práticas de reciclagem, reutilização e reflexão sobre impacto ambiental (Ciências da Natureza) e apresentação de ideias, projetos e expressão criativa (Linguagens), alinhando−se aos ODS: 4 (educação de qualidade), 11 (cidades e comunidades sustentáveis), 12 (consumo e produção responsáveis) e 13 (ação contra a mudança global do clima). A oficina será ministrada em sala de aula, com duração aproximada de duas horas por turma. Inicialmente, será apresentada uma breve história da evolução da vestimenta e do processo de fabricação das roupas. Em seguida, os participantes receberão uma cartilha em folha A4 contendo um espaço para esboço da peça, círculo cromático, tabela de custos dos materiais, orçamento fictício e informações sobre os símbolos das etiquetas de roupas. Após a finalização da peça, será realizada a contabilização dos custos e a comparação com valores de peças similares disponíveis para venda, além de um quiz de aprendizagem sobre o tema. A atividade será finalizada com um questionário online de avaliação respondido pelos participantes. Espera−se que a atividade contribua para o desenvolvimento de habilidades manuais, criatividade e autonomia, além da compreensão do impacto ambiental relacionado ao consumismo e descarte de roupas. Ao final da oficina, o aluno estará apto a utilizar noções básicas de contabilidade aplicadas ao vestuário, relacionando custos e orçamento. A proposta também busca fortalecer a formação cidadã por meio da valorização da sustentabilidade e da economia circular.

BIBLIOGRAFIA: GIACOMELLI, Alisson; BOEIRA FERRETTO , Patrícia. Moda sustentável na educação básica: um estudo bibliográfico . Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 12, 2023. DOI: 10.5965/259446307320023e3266. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/23266. Acesso em: 10 ago. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4991**

TITULO:Políticas de deportação e restrição migratória no segundo governo de Donald Trump: impactos da força de trabalho mexicana na sustentação da economia dos Estados Unidos.

AUTOR(ES) : **ALESSANDRA TELES ALBINANTE,ANNA CLARA**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL SILVA DA ROCHA COUTINHO ANTUNES,DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O cenário político contemporâneo dos Estados Unidos, intensificado a partir de janeiro de 2025 com o endurecimento das diretrizes do governo de Donald Trump, aponta para a execução da maior operação doméstica de deportação da história do país, estimada a atingir cerca de 11 milhões de imigrantes não autorizados que compõem uma força de trabalho ativa de mais de 8 milhões de pessoas. Diante desse panorama, este estudo tem como objetivo analisar os potenciais impactos econômicos decorrentes da proposta de deportação massiva e das políticas restritivas, destacando o papel estrutural do fluxo migratório, majoritariamente de origem mexicana, na sustentação da economia estadunidense. A metodologia adotada baseia−se em uma abordagem qualitativa e quantitativa−exploratória, combinando a revisão bibliográfica de análises documentais ao entendimento de variáveis macroeconômicas que afetam as dinâmicas de emprego e renda local. Na equipe de execução deste projeto, as autoras atuam ativamente na coleta de dados demográficos e econômicos, bem como na redação analítica que cruza as teorias de dependência com as recentes políticas migratórias governamentais. Os achados teóricos sugerem que a retórica punitiva e as ordens executivas que buscam criminalizar o imigrante e frear políticas de acolhimento geram severos gargalos no mercado de trabalho. A retirada abrupta dessa força laboral informal tende a desencadear um déficit crítico de mão de obra com efeitos inflacionários para o consumidor comum, sobrecarga de imigrantes legais e riscos severos à sobrevivência de indústrias fundamentais altamente dependentes dessa base precarizada, tais como os setores alimentício, de laticínios e o agronegócio. Conclui−se que a imposição de barreiras rígidas e deportações em larga escala ignora o papel simbiótico que a imigração mexicana desempenha na produtividade interna e no PIB dos EUA, demonstrando que o sucesso real de tais agendas governamentais colide diretamente com a viabilidade logística e com as intensas pressões de sustentabilidade do mercado de trabalho estadunidense.

BIBLIOGRAFIA: BALIBAR, Étienne. Strangers as Enemies. Further Reflections on the Aporias of Transnational Citizenship. Working Paper Series, n. 06/4, Institute on Globalization and the Human Condition. Hamilton, ON.: McMaster University, 2006. DOTY, Roxanne Lynn. Why is people’s movement restricted? In: EDKINS, Jenny; ZEHFUSS, Maja. Global Politics: A new introduction. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2014. Cap. 10. p. 200−220. AGÊNCIA BRASIL. Deportações em massa podem gerar déficit de mão de obra nos EUA. Brasília: Agência Brasil, jan. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025−01/deportacoes−em−massa−podem−gerar−deficit−de−mao−de−obra−nos−eua. Acesso em: 30 maio 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4993**

TITULO:MUNICIPALISMO E SEGURANÇA NACIONAL NA DITADURA BRASILEIRA PÓS−1964

AUTOR(ES) : **LUCAS BARRETO MORAIS,JOãO PEDRO BRAGA DOS SANTOS,JULIA NATALIA SOUZA GONCALVES**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO: A pesquisa se insere no projeto "Autoritarismo, eleições e poder local no Brasil", que investiga o uso de mecanismos ordinários do constitucionalismo democrático, em especial das eleições, por regimes autoritários, tendo em vista seus propósitos de conservação do poder. O objetivo da pesquisa é analisar o mecanismo de nomeação direta de prefeitos em municípios declarados de interesse da segurança nacional, instituído pela Lei 5.449, de 1968. Esta lei ampliou as hipóteses de supressão de eleição direta, já previstas para capitais e sedes de estância hidromineral, e inovou em dois sentidos: a adoção do critério de segurança nacional e a exigência de aprovação presidencial. A análise foca nas estratégias de controle político e interesses da ditadura sobre os municípios, além das reações de atores locais. Uma frente mapeia o quadro geral das intervenções, avaliando a distribuição territorial, o perfil das cidades, o critério de segurança nacional e a literatura disponível sobre o processo de nomeação. Já outra frente traz estudos de caso de Foz do Iguaçu e Duque de Caxias, localidades de relevância estratégica e econômica, examinando os fatores políticos, sociais e territoriais que acompanharam as ações. Adotou−se uma metodologia qualitativa, de caráter empírico, histórico−documental e bibliográfico, com base na análise de fontes primárias. As principais fontes estão relacionadas ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), figurando principalmente fontes normativas, além de dados do Anuário Estatístico do IBGE e do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Até o momento, conclui−se que houve a utilização do termo “Segurança Nacional” como critério para as intervenções e discurso do regime, junto de argumentos securitários e econômicos. Realizou−se a construção de uma matriz de dados com os municípios atingidos, atos normativos correspondentes, demonstrando distribuição territorial e temporal. Inferiu−se com a matriz um percentual de municípios atingidos por estado. Por fim, fez−se uma revisão de literatura sobre prefeitos nomeados, com foco no Rio Grande do Sul, onde identificou−se uma combinação entre nomes de confiança do regime e nomes da política local. Assim, espera−se elucidar o dinamismo entre as esferas federal, estadual e municipal de governo, bem como entre os níveis de gestão estratégico−ideológico, tático e operacional. Pretende−se compreender como as decisões do CSN foram implementadas no âmbito local, focando nos municípios de Duque de Caxias e Foz do Iguaçu, assim como nos projetos estruturais de desenvolvimento na região amazônica. A investigação permitirá articular o argumento desenvolvimentista a dimensões econômicas, políticas e sociais de análise, e assim contribuir para uma melhor compreensão sobre a partilha territorial do poder em sistemas políticos autoritários e sobre o recurso da ditadura à nomeação direta de prefeitos, considerando as resistências locais e as necessidades de acomodação política.

BIBLIOGRAFIA: FICO, Carlos. Utopia autoritária brasileira: Como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025. ISBN 978−85−422−338−10. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: a democracia no Brasil rural. São Paulo. Alfa−Omega, 1975 MADEIRA, Rafael Machado. Vínculos pessoais, origem sócio−ocupacional e “protagonismo local”: um mapeamento dos mecanismos postos em marcha nos processos de escolha dos prefeitos nomeados no RS entre 1964 e 1985. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: ABCP, 2016. p. 1−21.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5000**

TITULO:A permanência em disputa: os efeitos das oscilações orçamentárias sobre a assistência estudantil da UFRJ

AUTOR(ES) : **LUIS ANTONIO MAZZARO ALMEIDA DA SILVA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **CAIO MARTINS**

RESUMO: O trabalho analisa de que forma as reduções e oscilações orçamentárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) afetaram os programas de assistência estudantil, com foco na relação entre financiamento público, permanência discente e gestão universitária. A pesquisa parte do entendimento de que a democratização do acesso ao ensino superior público não se encerra no ingresso formal do estudante, exigindo políticas institucionais capazes de garantir condições materiais e simbólicas de permanência. Metodologicamente, trata−se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, apoiado em análise documental, análise descritiva de dados orçamentários e entrevista com gestor da Pró−Reitoria de Políticas Estudantis (PR−7). Foram analisados os Relatórios de Gestão da UFRJ referentes ao período de 2012 a 2025, além de séries orçamentárias corrigidas pelo IPCA para dezembro de 2025, contemplando o orçamento total, o orçamento discricionário e a Ação 4002 — Assistência ao Estudante de Ensino Superior. A análise foi organizada em dois ciclos: 2012 a 2015, período de expansão do acesso e institucionalização inicial da assistência estudantil por meio da SuperEst; e 2022 a 2025, período de maior restrição orçamentária, recomposição parcial e atuação da PR−7. Os resultados indicam que, embora a assistência estudantil tenha avançado em institucionalização, sua capacidade real de financiamento foi reduzida no ciclo recente. A dotação final e os valores pagos da assistência estudantil entre 2022 e 2025 permaneceram inferiores aos observados entre 2012 e 2015, mesmo após a recomposição parcial posterior a 2022. Conclui−se que as reduções e oscilações orçamentárias não extinguiram os programas de assistência estudantil da UFRJ, mas limitaram seu alcance, sua previsibilidade e sua capacidade de responder integralmente às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

BIBLIOGRAFIA: MARTINS, Paulo Fernando de Melo; ARAÚJO JUNIOR, Carlos Alberto Moreira de; RODRIGUES, Jacqueline Araújo. Orçamento público para financiamento da assistência estudantil no ensino superior sob a perspectiva do direito humano fundamental à educação. Argumentos, Montes Claros, v. 16, n. 2, p. 138–164, jul./dez. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5005**

TITULO:TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E JUSTIÇA TERRITORIAL: ANÁLISE CRÍTICA DA CADEIA PRODUTIVA DA DESCARBONIZAÇÃO NO BRASIL

AUTOR(ES) : **BRUNA MACIEL DA CUNHA,NICOLLY BIANNCA SANTANA SOARES**

ORIENTADOR(ES): **DEBORAH WERNER**

RESUMO: No contexto do debate sobre a crise climática global, em que a transição energética tem sido mobilizada como saída central, este trabalho interroga quem, de fato, sustenta esse processo, quais os custos que dele decorrem e sobre quais territórios e populações esses custos recaem. Fundamentado na ecologia política e na crítica ao neoextrativismo, e mobilizando os conceitos de acumulação por espoliação e zonas de sacrifício, demonstra−se que a crescente demanda internacional por minerais críticos — lítio, nióbio, terras raras, cobre e bauxita — reitera a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, reproduzindo a lógica histórica de exportação de natureza e importação de danos. A pesquisa evidencia que a busca por esses recursos não tem se traduzido em desenvolvimento: o país perpetua a exportação de matérias−primas primárias e importa a tecnologia que elas viabilizam. Esse desequilíbrio é sustentado por uma estrutura de incentivos fiscais que desonera o capital transnacional enquanto os custos territoriais recaem sobre comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Reflexo disso é o avanço dos conflitos socioambientais, que saltaram de 514 para 629 ocorrências entre 2023 e 2024, acompanhados do aumento de ameaças de morte e disputas pelo acesso à água(CPT. CEDOC, 2025). Diante desse cenário, o estudo analisa a dialética do desenvolvimento na mineração brasileira, mapeando os fluxos comerciais e a composição acionária do setor para mensurar os impactos na base industrial nacional. Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza−se como quali−quantitativa, de caráter analítico−descritivo, combinando o levantamento bibliográfico à análise de dados secundários obtidos junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), ao Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Os conflitos socioambientais foram mapeados a partir dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração (CNDTFM) e do Observatório dos Conflitos Minerais (UFF), delimitados entre 2023 e 2025. As autoras dedicam−se ao mapeamento crítico da cadeia produtiva e à análise dos impactos territoriais, com atenção às desigualdades regionais e à exclusão de grupos vulneráveis. Os achados desta investigação convidam a tensionar a transição energética global. Se a descarbonização é urgente e necessária, a forma como vem sendo conduzida penaliza as populações que menos contribuíram para a crise climática, concentrando os ganhos ecológicos nas economias centrais e os danos da extração mineral na periferia do capitalismo. Conclui−se que não se trata de negar a importância da transição, mas de questionar radicalmente os termos em que ela acontece.

BIBLIOGRAFIA: Brandão, C. A. (2024). A acumulação extrativista na periferia do capitalismo. Contraponto. Comissão Pastoral da Terra. (2025). Conflitos no campo Brasil 2024. CEDOC Dom Tomás Balduíno. Svampa, M., & Bringel, B. (2023). Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”: desafíos del ecosocialismo desde el Sur. Nueva Sociedad, (306), 80−94.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5014**

TITULO:QUAIS FRAMEWORKS DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE SÃO MAIS ADEQUADOS PARA UNIVERSIDADES? UMA ANÁLISE COMPARATIVA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

AUTOR(ES) : **ANA LUIZA FONSECA PEDRAZZI,EVALDO BARBOSA DE MATOS JUNIOR**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA MOLINA QUEIROZ**

RESUMO: Este estudo tem como objetivo identificar quais frameworks de relatórios de sustentabilidade são mais adequados para universidades, diante da proliferação de padrões de reporte (GRI, ISSB, SASB, ESRS, TCFD), fenômeno frequentemente denominado na literatura como "alphabet soup". A pesquisa adota abordagem de métodos mistos, combinando análise bibliométrica da literatura sobre relatórios de sustentabilidade (a partir de publicações indexadas nas bases Web of Science e Scopus) com análise comparativa dos principais frameworks internacionais. A comparação considerou quatro dimensões: aplicabilidade setorial, abordagem de materialidade, usuários primários da informação e complexidade/custos de implementação, derivadas tanto da análise bibliométrica quanto da revisão dos próprios frameworks analisados. Os resultados indicam que abordagens de reporte baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentam elevado alinhamento com as características das universidades, seguidas pelos frameworks GRI e ESRS, em razão da ênfase na materialidade de impacto ou dupla materialidade, no engajamento de múltiplos stakeholders e na aderência à missão educacional e social das universidades. Os achados também evidenciam que frameworks orientados predominantemente à materialidade financeira, como ISSB e SASB, apresentam menor aderência ao contexto universitário. A pesquisa contribui ao oferecer evidências estruturadas para apoiar universidades na seleção de frameworks alinhados à sua missão, promovendo engajamento da comunidade acadêmica, accountability socioambiental e subsidiando a construção de relatórios de sustentabilidade institucionais. Conclui−se que abordagens baseadas nos ODS, complementadas por GRI ou ESRS, apresentam maior aderência às especificidades das universidades, por serem mais capazes de refletir adequadamente os impactos sociais, ambientais e educacionais.

BIBLIOGRAFIA: Bebbington, J. and Unerman, J. (2018), "Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: an enabling role for accounting research", Accounting, Auditing & Accountability Journal, Vol. 31 No. 1, pp. 2−24.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5036**

TITULO:Incubação universitária e objetivos de desenvolvimento sustentável: caminhos para a inovação socioambiental

AUTOR(ES) : **STEPHANY AIRES DOS ANJOS,KELYANE SILVA,ANA PAULA SPERLING MENDES**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: Nas últimas décadas, um dos maiores desafios da humanidade tem sido combater as desigualdades sociais e as mudanças climáticas. Por isso, foi criada a Agenda 2030 , contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que substituíram os Objetivos do Milênio (ODM), em setembro de 2015, pelas Nações Unidas (Nações Unidas Brasil, 2015). Segundo Silva e Pereira (2016) , compreender os caminhos para a inovação socioambiental exige uma análise qualitativa que considera tanto os ODS quanto os mecanismos de incubação universitária. Nesse contexto, a pesquisa conduzida pela autora extensionista e bolsista vinculada à incubadora de negócios de impacto da UFRJ, Inyaga , dedica−se a avaliar criticamente como pequenos empreendedores apoiados pelo processo de incubação podem promover impactos socioambientais significativos em suas comunidades. Enquanto Silva e Pereira (2016) enfatizam a importância da análise qualitativa, Almeida e Costa (2023) destacam que a mensuração desses impactos deve ser realizada por meio de métricas e indicadores próprios das incubadoras, permitindo observar a distribuição de cada ODS de acordo com os setores das empresas incubadas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental e entrevistas semiestruturadas com empreendedores incubados pela Inyaga. Foram utilizados relatórios internos da incubadora, indicadores de desempenho socioambiental e registros de acompanhamento das empresas incubadas. A triangulação de dados permitiu identificar padrões de impacto comunitário e relacioná−los diretamente aos ODS. Como resultados preliminares, identificou−se uma forte convergência na carteira da incubadora entre a gestão de resíduos e a biotecnologia aplicada ao uso sustentável de algas. Observa−se que os negócios incubados impulsionam a economia circular e a bioeconomia, gerando impactos diretos no ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), no ODS 14 (Vida na Água) e ODS 6 (Água Potável e Saneamento), pela preservação de ecossistemas aquáticos, pelo potencial de sequestro de carbono intrínseco ao cultivo de algas. Conclui−se que a Inyaga atua como um polo indutor de inovações de alto impacto socioambiental, demonstrando como a incubação universitária conecta a ciência avançada a soluções práticas para os desafios da sustentabilidade global.

BIBLIOGRAFIA: NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: ONU Brasil, 2015. SILVA, João; PEREIRA, Maria. Inovação socioambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma análise qualitativa. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2016. ALMEIDA, Carla; COSTA, Renato. Incubação universitária e impacto comunitário: métricas e indicadores de sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2023

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5039**

TITULO:Da guerra civil declarada à pacificação urbana: o estado de polícia nos tempos de "paz" em El Salvador

AUTOR(ES) : **LAVINIA SILVA ARAUJO OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: A “guerra às drogas” na América Central pós−conflito não constitui uma política inédita, mas uma reconfiguração das táticas de contrainsurgência empregadas nas guerras civis das décadas de 1980 e 1990. Argumenta−se que ela opera como uma continuação da guerra civil por outros meios – uma pacificação urbana que criminaliza a pobreza e racionaliza o inimigo. A mudança de nomenclatura (de “subversivo” para “narcotraficante”) não altera a essência do controle: populações inteiras são tratadas como “comunidades suspeitas”, e a corrupção sistêmica documentada revela que o tráfico não é combatido, mas gerido de modo a reproduzir dependência e instabilidade controlada. Essa “pacificação” não representa o fim da violência política, mas sua metamorfose – de guerra civil declarada para formas híbridas de violência (criminalidade organizada, paramilitarismo, violência policial, guerra às drogas). Assim, o “estado de paz” revela−se, muitas vezes, um “estado de polícia” ampliado, no qual a violência se torna difusa, cotidiana e, assim , mais difícil de ser nomeada como política. A pesquisa será delimitada ao caso de El Salvador durante o governo de Nayib Bukele, analisando sua nova política de guerra às drogas à luz da continuidade contrainsurgente. Os objetivos da pesquisa são: identificar a continuidade dos mecanismos de vigilância, militarização urbana, criminalização da pobreza e ataques a “comunidades suspeitas”; analisar como a guerra às drogas opera como “pacificação urbana” dirigida a populações pobres e racializadas; e evidenciar a transição discursiva do “subversivo comunista” para o “narcotraficante”, mantendo a lógica securitária. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em análise bibliográfica e documental, tendo como fontes principais Mark Neocleous e James Dunkerley, além da análise de José Luis Rocha Gómez sobre a ruptura dos Acordos de Paz e o regime de exceção em El Salvador. U tiliza o método genealógico para rastrear a transferência da doutrina do low−intensity conflict (LIC) nos anos 1980 para a guerra às drogas nos anos 1990, desta para a guerra ao terror nos anos 2000 e, por fim, para as políticas de exceção e militarização urbana implementadas no governo de Nayib Bukele em El Salvador até 2022 – notadamente o Regime de Exceção e o Plano de Controle Territorial. Portanto, o estudo visa demonstrar que, na América Central – e especificamente em El Salvador sob Bukele –, a guerra às drogas não rompe com o passado autoritário, mas o atualiza sob novos rótulos. Ao naturalizar a violência securitária contra populações pobres e racializadas, o Estado perpetua um ciclo de controle social que, sob a aparência de pacificação, reproduz as condições da guerra civil – agora fragmentada, descentralizada e cotidiana. Reconhecer essa continuidade é condição necessária para desmontar o discurso que opõe “paz” e “criminalidade” e para recolocar no centro do debate a questão política da desigualdade e da herança contrainsurgente.

BIBLIOGRAFIA: DUNKERLEY, I. The pacification of Central America. [s.l: s.n.]. NEOCLEOUS, M. “A Brighter and Nicer New Life”: Security as Pacification. Social & Legal Studies, v. 20, n. 2, p. 191–208, jun. 2011. ROCHA GÓMEZ, J. L. La utopía de Bukele: remilitarizar y encarcelar, traicionando los Acuerdos de Paz. Disponível em: . Acesso em: 3 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5051**

TITULO:PUBLICIDADE NO CONTEXTO DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA É DANOSA PARA A LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL DO STF?

AUTOR(ES) : **PEDRO HENRIQUE LEO REBELO**

ORIENTADOR(ES): **CAMILA PAVI GARCIA ROSA**

RESUMO: O Supremo Tribunal Federal é , provavelmente, o órgão que mais sofre ataques e questionamentos quanto à sua legitimidade institucional. Na condução do processo eleitoral de 2022, muito foi questionado sobre a concentração de poderes na figura pessoal do Min. Alexandre de Moraes, que presidia concomitantemente o STF e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de forma que tinha poder de decisão sobre questões eleitorais, ao tempo que conduzia inquéritos em que políticos candidatos eram envolvidos, como Jair Bolsonaro. Com o julgamento do “8 de janeiro”, alguns casos se tornaram simbólicos para a direita brasileira, como prova de abuso de autoridade do STF. O "caso Débora", por exemplo, tornou−se famoso após ampla divulgação de figuras da direita, que alegavam que a punição era desproporcional à sua conduta. Durante o julgamento da ação penal, o Min. Fux condenou Débora a 1 ano e 6 meses, ao passo que a condenação do Min. Moraes fora de 14 anos. O voto de Fux tornou−se símbolo para aqueles que condenam o suposto ativismo judicial do Supremo − novamente, na figura pessoal do Min. Moraes. Logo após o voto dissidente, foram veiculadas notícias de que Fux tornava−se figura querida pela direita brasileira, com vídeos de Jair Bolsonaro “parabenizando” o Ministro por sua decisão. Como reportou O Globo: “[...] aliados de Bolsonaro no Congresso iniciaram um movimento de apoio e elogios a Fux. O foco é exaltar a atuação do ministro nas tribunas da Câmara e do Senado, além das redes sociais, para contrapor sua posição a de Moraes.” e a Folha: "[...]diz a deputada federal Rosana Valle (PL−SP)... "O voto do Ministro Fux é uma sinalização de que uma anistia pacificaria o país"". Os votos do julgamento sobre o “8 de janeiro”, foram transmitidos no Youtube, atingindo uma média de quase 300 mil visualizações por dia de julgamento. A transmissão de sessões de cortes constitucionais é algo incomum, sendo o STF a primeira a adotar tal prática, em 2002. A Corte Constitucional Francesa, por exemplo, adota um modelo per curiam com grandes medidas de ocultação da opinião individual de cada juiz − sequer é divulgado se as decisões proferidas foram feitas de maneira unânime, pois poder−se−ia então saber a opinião dos juízes. Numa perspectiva de polarização política intensa, busca−se entender se o modelo de ampla publicidade das ações do STF dá margem à personificação da ação institucional na figura pessoal dos ministros, gerando atrito perante a sociedade, com a disseminação de notícias tendenciosas ou falsas. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise de casos, a pesquisa pretende analisar a atribuição de sentidos políticos às decisões, de forma que podem minar a legitimidade institucional da Corte. Ao mesmo tempo, também se busca compreender em que medida essa publicidade não pode, de fato, influenciar como os Ministros se comportam na Corte e em seus votos, ao sopesar questões de repercussão política e midiática sobre si, adotando uma perspectiva do american legal realism .

BIBLIOGRAFIA: SCHAUER, Frederick. Thinking like a lawyer: a new introduction to legal reasoning. Cambridge: Harvard University Press, 2009. Parlamento Europeu. DISSENTING OPINIONS IN THE SUPREME COURTS OF THE MEMBER STATES Bruxelas: Parlamento Europeu, 23 abr. 2013. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201304/20130423ATT64963/20130423AT T64963EN.pdf. DA SILVA, Virgílio Afonso. Deciding without deliberating. International Journal of Constitutional Law, Oxford, v. 11, n. 3, p. 557–584, jul. 2013. DOI: 10.1093/icon/mot019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5059**

TITULO:A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: LIMITES E DESAFIOS FRENTE À DESINFORMAÇÃO

AUTOR(ES) : **MATHEUS SANTOS MONTEIRO**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: A expansão das tecnologias digitais transformou significativamente as formas de produção, circulação e acesso à informação, ampliando as possibilidades de participação dos indivíduos na sociedade contemporânea. Nesse contexto, a democratização da informação tem sido frequentemente associada ao fortalecimento do acesso ao conhecimento e à ampliação da cidadania. Entretanto, o aumento da disponibilidade informacional não tem sido acompanhado, necessariamente, pelo desenvolvimento de competências críticas para a seleção, avaliação e uso da informação. Paralelamente, observa−se o crescimento da circulação de conteúdos desinformativos em ambientes digitais, fenômeno que desafia a efetivação do direito à informação e evidencia desigualdades informacionais ainda presentes na sociedade. O presente trabalho tem como objetivo analisar em que medida a democratização da informação na era digital contribui para a ampliação da desinformação, considerando os desafios relacionados ao acesso, à interpretação e ao uso crítico da informação. Busca−se compreender como a ampliação dos fluxos informacionais pode coexistir com processos de exclusão informacional e vulnerabilidade à desinformação. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter exploratório, sendo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em obras da Ciência da Informação e áreas correlatas. O estudo fundamenta−se nas contribuições de autores como Capurro e Hjørland (2007), Castells (2022) e Barreto (1994), que discutem aspectos relacionados ao conceito de informação, sociedade em rede, cultura digital, autonomia crítica e desigualdade informacional. Como resultados esperados, pretende−se evidenciar que a democratização da informação representa um avanço importante para o acesso ao conhecimento, mas não garante, por si só, condições equitativas de participação informacional. Espera−se demonstrar que a desinformação está associada não apenas à abundância de conteúdos disponíveis, mas também às desigualdades de acesso, mediação e apropriação da informação. Conclui−se que a discussão sobre democratização da informação deve ultrapassar a perspectiva do acesso tecnológico, incorporando reflexões sobre inclusão informacional, formação crítica e cidadania na sociedade digital.

BIBLIOGRAFIA: BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3−8, 1994. CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148−207, jan./abr. 2007. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5069**

TITULO:A SOLIDARIEDADE PASSIVA NA LEI DO INQUILINATO COMO MECANISMO DE GARANTIA DO ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

AUTOR(ES) : **ANDRE FELIPE CARDOSO FERNANDES ROSAS DIAS,TALISSON RAMOS LEAL**

ORIENTADOR(ES): **LORENZO MARTINS POMPÍLIO DA HORA**

RESUMO: A Lei nº 8.245/1991, que disciplina as locações de imóveis urbanos, institui mecanismos destinados a assegurar estabilidade e segurança jurídica às relações locatícias. Entre eles destaca−se a solidariedade prevista em seu artigo 2º, instituto que amplia as garantias de cumprimento das obrigações contratuais e reduz os riscos inerentes à inadimplência. Nesse contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: em que medida a solidariedade passiva prevista na Lei do Inquilinato contribui para a efetividade do adimplemento das obrigações locatícias? O estudo parte da hipótese de que a solidariedade legal, especialmente quando associada à fiança e à renúncia ao benefício de ordem, constitui importante instrumento de proteção do crédito locatício, favorecendo a estabilidade das relações contratuais e a circulação de imóveis no mercado de locação urbana. O trabalho adota como referencial teórico a teoria das obrigações desenvolvida por Clóvis do Couto e Silva, em diálogo com os princípios da boa−fé objetiva, da função social do contrato e da segurança jurídica previstos no Código Civil de 2002. A metodologia utilizada é hipotético−dedutiva, mediante pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, com análise dos dispositivos da Lei nº 8.245/1991, do Código Civil e da produção doutrinária pertinente. Também são examinadas situações práticas envolvendo a responsabilidade do fiador, a renúncia ao benefício de ordem e a responsabilidade decorrente do inadimplemento contratual. Os resultados preliminares indicam que a solidariedade passiva representa importante mecanismo de reforço das garantias locatícias, permitindo ao credor maior efetividade na satisfação de seu crédito sem afastar a proteção jurídica conferida aos demais sujeitos da relação obrigacional. Conclui−se, em caráter provisório, que a solidariedade prevista na Lei do Inquilinato contribui para a concretização da boa−fé objetiva e para a preservação do equilíbrio contratual, desempenhando papel relevante na segurança das relações locatícias urbanas.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. COUTO E SILVA, Clóvis Veríssimo do. A obrigação como processo. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5078**

TITULO:A EMANCIPAÇÃO DE MACAU PARA ALÉM DOS TRATADOS: UMA ANÁLISE EM DOIS NÍVEIS.

AUTOR(ES) : **BRUNA SEVERO DA COSTA KLEIN**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: A colonização portuguesa em Macau (1557−1999) não é tão marcada pela violência direta quanto os casos africanos ou o brasileiro por não se tratar de uma colonização exploratória, mas sim de uma ocupação geoestratégica para facilitar suas trocas comerciais com a Ásia, região sobre a qual manteve monopólio comercial ao longo do século XVI. No entanto, a violência estrutural esteve presente ao longo de todo o domínio português sobre a cidade. A discriminação imposta pelo colonizador de ascendência portuguesa (os macaenses) aos cidadãos de ascendência chinesa corresponderia ao que Albert Memmi (2007) chamava de “pequenos colonizadores”, representantes da metrópole que ocupavam funções hierarquicamente inferiores no arcabouço institucional e governamental da colonização. Essa discriminação levou ao episódio do ‘Motim 12−3’, ocorrido em 3 de dezembro de 1966, quando movimentos de esquerda de Macau protestaram contra a proibição da construção de uma escola pró−Pequim pelo governo macaense. A repressão do governo português, então sob a ditadura Salazarista (1933−1974), resultou na morte de 8 manifestantes e 212 feridos. O episódio fez com que Portugal renunciasse, em um acordo secreto, a diversos privilégios sobre Macau, inclusive o domínio perpétuo sobre a cidade. Esse seria considerado o início do fim da colonização portuguesa sobre Macau, que só seria efetivado posteriormente em 1999. Esse trabalho tem como objetivo analisar, através de uma abordagem de análise da diplomacia em dois níveis − o interno e o externo −, proposta por Robert Putnam, como o episódio do ‘Motim 12−3’ e as renúncias portuguesas feitas na negociação diplomática secreta foram condicionadas também por fatores internos dos atores envolvidos. No caso português, a ditadura de Salazar; no caso chinês, a Revolução Cultural; e, em uma escala regional, no caso macaense, as opressões de caráter secular feitas pelos “pequenos colonizadores”. O trabalho também procura evidenciar a importância da participação popular no processo de emancipação macaense, muitas vezes retratado como uma negociação de caráter pacífico, totalmente recíproco e exclusivamente diplomático, mas que se inicia a partir de revolta popular dos colonizados ocorrida três décadas antes do tratado oficial.

BIBLIOGRAFIA: PUTNAM, Robert D. Diplomacia e a Política Doméstica: A lógica dos jogos de dois níveis. Revista de Sociologia e Política, [S. l.], v. 18, n. 36, 2010. DOI: 10.5380/rsp.v18i36.31636. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31636. Acesso em: 18 maio. 2026. MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5101**

TITULO:Capacidades Empreendedoras em Negócios de Impacto

AUTOR(ES) : **LUCAS DARLING BARCAUI,PABLO DOS SANTOS DA SILVA,THALISSA PáDUA GILABERTE,DANIELE DE AMORIM OLIVEIRA,VALERIA ALMEIDA DE LIMA**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: Os negócios de impacto vêm se tornando cada vez mais relevantes por buscarem não apenas resultados financeiros, mas também soluções para problemas sociais, ambientais e econômicos. Nesse contexto, o desenvolvimento das capacidades empreendedoras é fundamental para que os empreendedores consigam atuar de forma inovadora e sustentável diante dos desafios do mercado atual. A formação, a mentoria e a rede de apoio possuem papel importante nesse processo, pois contribuem diretamente para o desenvolvimento profissional e pessoal dos indivíduos. A formação auxilia na construção de conhecimentos técnicos e estratégicos, enquanto a mentoria proporciona troca de experiências e orientação prática para a tomada de decisões. Já a rede de apoio fortalece conexões, amplia oportunidades e facilita o compartilhamento de ideias e aprendizados. Entre as principais competências empreendedoras, destacam−se a criatividade, a resiliência, a comunicação, o planejamento e a visão estratégica, habilidades essenciais para a construção de negócios capazes de gerar impacto positivo na sociedade. De acordo com Joseph Schumpeter, o empreendedor é responsável por promover a inovação e transformar a economia por meio de novas ideias e soluções criativas. Além disso, Peter Drucker destaca que o empreendedorismo está relacionado à capacidade de identificar oportunidades e agir de forma organizada e estratégica. Segundo Alperstedt, Andion e Pires (2023), os negócios de impacto representam uma evolução dos empreendimentos sociais tradicionais, pois conciliam sustentabilidade financeira, inovação social e geração de valor para a sociedade. Já Porto, Olave, Ouro Filho e Rocha (2022) destacam que o empreendedorismo social e os negócios de impacto têm ganhado espaço no Brasil como alternativas para enfrentar problemas sociais, demandando empreendedores cada vez mais preparados e capacitados. Dessa forma, percebe−se que o fortalecimento das capacidades empreendedoras é indispensável para a formação de profissionais mais preparados para lidar com as transformações da sociedade e contribuir para a geração de impactos positivos por meio de seus negócios.

BIBLIOGRAFIA: 1. ALPERSTEDT, Graziela Dias; ANDION, Carolina; PIRES, Priscila Keller. Dos empreendimentos sociais aos negócios de impacto: examinando o debate teórico rumo à inovação social. REGEPE, 2023. 2. PORTO, Grace Del; OLAVE, Maria Elena León; OURO FILHO, Abimael Magno do; ROCHA, Ronalty Oliveira. Empreendedorismo social: análise de negócios de impacto no Brasil. Revista de Administração de Roraima, 2022

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5119**

TITULO:AUTISMO E AÇÃO GOVERNAMENTAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ACESSO A DIREITOS

AUTOR(ES) : **ARIEL DANTE GUEDES RAMOS**

ORIENTADOR(ES): **LUANA ADRIANO ARAÚJO**

RESUMO: Este projeto investiga por que existe tanta distância entre o que as leis dizem sobre o autismo no Brasil e o que realmente acontece na prática. Parte−se, portanto, do seguinte problema: embora o Brasil tenha um arcabouço de leis avançadas no que tange pessoas com deficiência, a academia e o Estado ainda tratam as pessoas autistas como objetos de estudo ou apenas como alvos de gestão política, silenciando suas vozes e as excluindo das decisões que definem seus próprios direitos. Essa falta de escuta ativa gera políticas públicas mal estruturadas que impactam a vida de sujeitos autistas de todas as idades e atravessados por marcadores sociais diversos, dentre os quais, raça, classe, gênero e territorialidade. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa deste trabalho é a seguinte: como o desenho atual dessas políticas organiza a resposta do Estado e de que maneira a participação social desses sujeitos pode evitar que esses direitos sejam capturados por interesses que ignoram o princípio da equidade? Como objetivo geral, busco analisar criticamente o desenho jurídico−político das políticas para autistas para oferecer subsídios à sua regulamentação. Ainda, tenho como objetivos específicos: (1) Mapear os projetos legislativos sobre autismo propostos na legislatura de 2022−2026; (2) Caracterizar os proponitores de tais projetos, bem categorizar os objetivos visados pelas propostas; e (3) Identificar a existência ou ausência de participação social de autistas no processo legislativo de tais iniciativas. A partir disso, aponto para subsídios que podem levar sujeitos autistas a ocuparem lugares que lhes pertencem, usando de seu direito à uma voz própria para participar da elaboração de leis que lhes pertinem. Para isso, utilizamos a Análise de Políticas Baseada na Interseccionalidade (IBPA), que permite fortalecer o protagonismo autista.

BIBLIOGRAFIA: ADRIANO ARAÚJO, Luana. Guerra ao autismo: da violência simbólica à urgência legal. Peri, v. 14, n. 2, p. 78−99, 2022. OLIVER, Michael. Emancipatory research: A vehicle for social transformation or policy development. 2002. HANKİVSKY, Olena et al. An intersectionality−based policy analysis framework. International journal for equity in health, v. 13, n. 1, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5121**

TITULO:ÉTICA CLIMÁTICA E JUSTIÇA: O ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS ATRAVÉS DA CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA RACIALIZADA

AUTOR(ES) : **AISHA PEDROZA VASCONCELLOS**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO DE ARAUJO,ALESSANDRA SOUSA**

RESUMO: A ética climática se dedica à investigação das responsabilidades éticas, políticas e sociais decorrentes das mudanças climáticas. As discussões têm como foco a responsabilização pelas emissões históricas de gases de efeito estufa, deveres intergeracionais e a consideração de animais não humanos no cenário climático, entre outros. Todavia, mesmo com a ampliação do debate e conscientização sobre justiça climática, a perspectiva racial no pensamento ético da crise climática ainda merece mais atenção. A existência da intersecção entre raça e vulnerabilidade climática já é reconhecida em âmbito internacional e institucionalmente pela ONU, e foi consolidada pela Declaração de Belém sobre o Combate ao Racismo Ambiental, durante a Cúpula do Clima em novembro de 2025. A presente pesquisa parte da compreensão de que os impactos das mudanças climáticas e dos eventos climáticos extremos não são distribuídos de maneira homogênea entre os diferentes grupos, atingindo de forma desproporcional populações negras, indígenas e periféricas, cujas condições históricas de marginalização aprofundam sua vulnerabilidade ambiental. Nesse sentido, o trabalho busca a ampliação da ótica racializada no desenvolvimento do discurso da ética climática. A hipótese inicial é a de que a construção de um pensamento ético sobre justiça climática exige o reconhecimento explícito das desigualdades raciais que se relacionam diretamente com a distribuição desproporcional da exposição ao risco e, consequentemente, dos impactos climáticos. O trabalho tem como proposta aproximar a literatura filosófica da ética climática e as contribuições teóricas produzidas pelos estudos sobre racismo ambiental e mudanças climáticas, a partir do entendimento de que a reflexão ética sobre a crise climática não pode ser desvinculada das estruturas socioraciais vigentes. Para tanto, a metodologia utilizada é a revisão bibliográfica da literatura de referência sobre ética climática, além de estudos e artigos sobre racismo ambiental no contexto das mudanças do clima. A pesquisa pretende examinar o papel da inclusão da dimensão racial no debate ético e compreender quem são os sujeitos mais afetados pelas consequências das mudanças climáticas e dos eventos climáticos extremos. Assim, é possível o fortalecimento da ética climática com a colaboração de análises que evidenciam o papel do racismo estrutural na distribuição dos riscos climáticos. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida com financiamento de bolsa PIBIC−UFRJ desde setembro de 2024, por meio de encontros quinzenais do Grupo de Pesquisa “Justiça Climática, Pandemias e Riscos Existenciais” (DGP/CNPq), coordenado pelo Prof. Marcelo de Araujo e pela Profa. Alessandra de Sousa. Como resultado esperado, pretende−se contribuir para o debate ético−climático de maneira a promover um enfrentamento da crise climática contemporânea comprometido com a justiça socioracial.

BIBLIOGRAFIA: GARDINER, Stephen M.. A Perfect Moral Storm: The Ethical Tragedy of Climate Change. New York: Oxford University Press, 2011. BULLARD, Robert Doyle et al. Confronting Environmental Racism: voices from the Grassroots. Boston: South End Press, 1993. LOUBACK, Andréia Coutinho; LIMA, Letícia Maria R. T. (orgs.). Quem precisa de justiça climática no Brasil? Rio de Janeiro: GT de Gênero e Justiça Climática do Observatório do Clima; Hivos, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5136**

TITULO:CÓDIGOS DA OBEDIÊNCIA: A PEDAGOGIA BANCÁRIA NO AMBIENTE CORPORATIVO E SEUS ECOS FASCISTAS

AUTOR(ES) : **JÉSSICA APARECIDA PRADO**

ORIENTADOR(ES): **ZECA CARVALHO**

RESUMO: O artigo analisa criticamente códigos de conduta de grandes empresas privadas para verificar a existência de mecanismos de controle que, sob a ótica freiriana, apresentam ecos de ideologias fascistas. A análise investiga como esses documentos promovem a objetificação do indivíduo ao utilizar retóricas como “integridade” e “sucesso compartilhado”, remetendo ao "humanitarismo de fachada" descrito por Freire (1987), que atua como instrumento de desumanização ao tratar o oprimido como objeto. A pesquisa fundamenta−se nos preceitos da Pedagogia Libertadora. Contra o discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, Freire insiste na conscientização como exigência humana indispensável para a análise dos fatos e acontecimentos Paulo Freire (1996). Historicamente, a análise é subsidiada pela Carta del Lavoro (1927), paradigma da subordinação do trabalho ao "bem maior" do Estado, e dialoga com a perspectiva de Teles, Correia e Zoboli (2024) sobre a urgência de uma educação antifascista capaz de desnaturalizar as estruturas de poder e o "desejo de servidão" capturado por lógicas autoritárias. Ao examinar os códigos de conduta das empresas do setor de bebidas, farmacêutico e de mineração, observa−se uma comunicação unilateral e imperativa. O trabalhador é posicionado como receptor passivo, sem espaço para o questionamento crítico, em um processo de “domesticação” (Freire, 1996; Freire, 2005) que prioriza a padronização e submissão. A justificativa reside em “valores inegociáveis”, reforçando a sobreposição da cultura corporativa à individualidade. Ao comparar a retórica desses códigos com a Carta del Lavoro (1927), nota−se semelhanças que sugerem ecos de uma lógica autoritária. Assim como a Carta visava a harmonia forçada e a eliminação da autonomia sindical (Carta del Lavoro, 1927), os códigos de conduta buscam um alinhamento que suprime a discordância, a liberdade de expressão e a autonomia individual do empregado. A ênfase na “lealdade” e a regulação de comportamentos fora do expediente contribuem para a modelagem de um “trabalhador ideal”, análogo ao “cidadão disciplinado” de regimes totalitários. Ao incorporar a perspectiva historiográfica de Robert Paxton (2007), que define o fascismo não apenas como uma doutrina, mas como um comportamento político centrado na superioridade de um grupo e na subordinação do indivíduo a esse organismo superior, percebe−se que a mesma lógica é reforçada na Carta del Lavoro (1927) como paradigma de subordinação do trabalho. As observações de Paxton (2007) reiteram que o sucesso do fascismo dependeu de uma aliança estratégica com elites conservadoras e econômicas responsáveis pela gestão e controle das mãos de obra, portanto, interessadas na disciplina dos trabalhadores. Infere−se, dessa forma, a existência de uma herança histórica dessa cultura autoritária, aceita pelas elites e replicada nos códigos de conduta de empresas contemporâneas, os quais buscam ordem corporativa em detrimento da autonomia do trabalhador.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 PAXTON, Robert O. A anatomia do fascismo. São Paulo: Paz e Terra, 2007 ITÁLIA. Carta del Lavoro. Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia, Roma, ano 68, n. 100, p. 1794−1804, 30 abr. 1927 TELES, P.; CORREIA, E.; ZOBOLI, F. Ditadura, futebol e literatura: Por uma educação antifascista. Revista de Política e Gestão Educacional, v. 28, n. 00, e023021, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5144**

TITULO:Mulher brasileira vítima de violência doméstica no exterior: análise qualitativa do alcance dos canais institucionais

AUTOR(ES) : **INGRID CRISTINA DE SOUZA XAVIER**

ORIENTADOR(ES): **LETICIA VIRGINIA LEIDENS**

RESUMO: O fenômeno contemporâneo que caracteriza a feminização das migrações revela que as mulheres não são maioria, mas alcançam um protagonismo nos fluxos migratórios. Essa mudança de perfil que reposiciona a mulher nas migrações é marcada pela sobreposição de marcadores sociais da diferença como gênero, raça, nacionalidade, classe social e status migratório, de modo que as condições existenciais da mulher no país de acolhida se caracterizam pela vulnerabilidade. Nesse contexto, os vínculos afetivos que resultam na família transnacional também são interpelados pela violência no contexto da vida privada, não afastando a violência doméstica como causa de crises familiares. Isso exige uma atuação compartilhada entre Estado de origem e de acolhida. Posto isso, a pesquisa busca mapear as consequências qualitativas da feminização das migrações, que muito se baseia em critérios quantitativos acerca do deslocamento do lugar da mulher nas migrações. Objetiva−se, portanto, identificar as limitações dos organismos estatais locais para os processos de acolhimento da mulher migrante brasileira no exterior, nos campos acolhimento, suporte e denúncias, dialogando com a perspectiva dos direitos humanos das mulheres. Há de se considerar que no contexto comparado o tema violência doméstica assume diferentes intervenções, inclusive omissões estatais, sendo mais um elemento que vulnerabiliza mulheres migrantes. Assim, a pesquisa passa por canais oficiais de apoio e denúncia de casos de violência contra a mulher, como o Ligue 180, atuação das embaixadas, consulados e EMuBs. Os resultados parciais demonstram que os canais institucionais operam nas frentes de prevenção, proteção/rede de apoio e denúncias, no entanto, com atuação diversificada e limitada. O material coletado inclui guias práticos, apostilas e informativos, divulgação midiática e técnica. Tais ferramentas visam ampliar o acesso à justiça e superar o isolamento imposto pelo agressor. Contudo, a pesquisa revela uma lacuna crítica entre a orientação institucional e a realidade prática. Embora o Estado oriente a busca por autoridades locais e consulares, as mulheres brasileiras acometidas por violências no exterior enfrentam entraves institucionais: acesso aos canais; limitações de atuação diplomática; protocolos não uniformes entre as unidades consulares. Logo, conclui−se que o fortalecimento e alinhamento das redes transnacionais de proteção devem ser orientadas a partir de uma perspectiva de gênero e vinculada aos direitos humanos das mulheres, neutralizando assimetrias e limitações para evitar a revitimização e assegurar que o deslocamento internacional não represente um obstáculo para a fruição dos Direitos Humanos das mulheres.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Prevenção de violências contra mulheres brasileiras no exterior. Brasília: MRE, 2024. BRASIL. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Brasília: Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), 2021. WEINER, Merle H. International Child Abduction and the Escape from Domestic Violence. Nova York: Fordham Law Review, v. 69, n. 2, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5157**

TITULO:Discurso e Prática ESG: Equidade de Gênero entre Matrizes e Subsidiárias no Setor de Beleza

AUTOR(ES) : **VITORIA CAROLINE ALVES FERREIRA GUIMARAES**

ORIENTADOR(ES): **ARIANE RODER FIGUEIRA**

RESUMO: A incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) consolidou−se, nas últimas décadas, como um dos principais pilares das estratégias das empresas multinacionais, impulsionada pela Agenda 2030 da ONU, que reconhece o empoderamento econômico feminino e a equidade de gênero como objetivo global (ODS 5). No setor de beleza e cuidados pessoais, historicamente voltado ao público feminino, a promoção da igualdade de gênero também se tornou um elemento estratégico de posicionamento institucional. Nesse contexto, a presente pesquisa, inserida no projeto "Promoção da Equidade de Gênero e Empoderamento Econômico Feminino nos Negócios Internacionais" (FAPERJ), analisa a coerência entre as diretrizes institucionais relacionadas à equidade de gênero divulgadas pelas empresas multinacionais e a forma como essas diretrizes são comunicadas no contexto brasileiro, buscando identificar possíveis indícios de decoupling entre os compromissos institucionais assumidos pelas empresas e sua divulgação no Brasil. Como referencial teórico, o estudo fundamenta−se na Responsabilidade Social Corporativa (CARROLL, 1991), na Governança Global e na teoria da empresa multinacional (DUNNING, 1988), discutindo como as pressões institucionais relacionadas ao ESG influenciam a formulação e a divulgação de políticas corporativas voltadas à promoção da igualdade de gênero. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, por meio de estudos de caso múltiplos envolvendo Natura, Grupo Boticário, L'Oréal e L'Occitane. A análise documental compreende relatórios de sustentabilidade globais e nacionais (quando disponíveis), páginas e documentos institucionais, comunicados oficiais e notícias publicadas entre 2020 e 2025. A comparação é realizada entre documentos institucionais divulgados em nível corporativo e aqueles referentes às operações brasileiras, considerando empresas de origem nacional e estrangeira. Para tanto, são examinados indicadores como participação feminina em cargos de liderança, metas de equidade de gênero, políticas de diversidade, mecanismos de transparência e estratégias de divulgação dessas informações. Os resultados preliminares evidenciam diferenças no nível de detalhamento e transparência das informações divulgadas em nível corporativo e nas operações brasileiras, indicando assimetrias na comunicação das políticas relacionadas à igualdade de gênero. As lacunas observadas na divulgação de indicadores em nível local limitam a avaliação da aderência das operações brasileiras aos compromissos institucionais assumidos pelas empresas, reforçando a importância da transparência corporativa para a promoção da igualdade de gênero em empresas multinacionais.

BIBLIOGRAFIA: UN WOMEN; UNCTAD. Gender and Trade: Towards Empowering Women in the Global Economy. [S.l.]: UN Women; UNCTAD, 2020. CARROLL, Archie B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders, 1991. DUNNING, John H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions, 1988.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5185**

TITULO:A RELAÇÃO ENTRE DESEMPENHO ESG E INOVAÇÃO VERDE: EVIDÊNCIAS DO MERCADO BRASILEIRO

AUTOR(ES) : **LETíCIA SILVEIRA REIS SEIXAS**

ORIENTADOR(ES): **THIAGO DE ABREU COSTA**

RESUMO: O ESG (Environmental, Social e Governance) consolidou−se como um importante indicador de sustentabilidade corporativa, sendo utilizado para avaliar práticas ambientais, sociais e de governança das organizações. Além de constituir uma dimensão relevante da Responsabilidade Social Corporativa, o desempenho ESG é empregado na avaliação da gestão de riscos, transparência e desempenho não financeiro. Paralelamente, a inovação verde compreende o desenvolvimento e a adoção de tecnologias e processos capazes de reduzir impactos ambientais e promover o uso eficiente dos recursos naturais. No contexto brasileiro, essa discussão assume relevância diante da necessidade de modernização dos setores produtivos, expansão de uma matriz energética de baixo carbono e cumprimento de compromissos internacionais de redução de emissões. Nesse cenário, observa−se crescente pressão de investidores institucionais e órgãos reguladores por maior transparência na divulgação de informações ESG (Celestino et al., 2021; Assunção et al., 2024). No entanto, ainda é pouco compreendido no contexto brasileiro se o bom desempenho ESG funciona como um catalisador para a inovação verde ou se a priorização de práticas ESG pode competir por recursos e limitar investimentos em tecnologias verdes. A análise justifica−se pela crescente relevância do ESG como instrumento de avaliação de riscos e desempenho no mercado financeiro. Empresas com melhores práticas ESG tendem a apresentar maior capacidade de atração de investimentos e acesso a recursos financeiros, o que pode favorecer o financiamento de projetos de inovação verde (Moreira et al., 2023). A pesquisa adotou abordagem quantitativa, utilizando estatística multivariada. A amostra é composta por empresas listadas na B3 entre 2022 e 2025, com dados de desempenho ESG disponíveis na base Refinitiv. As informações sobre patentes verdes foram obtidas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), permitindo identificar as empresas da amostra com registros dessa natureza. Das 128 empresas analisadas, 19 apresentaram registros de patentes verdes. Foi estimado um modelo de regressão logística multivariada, no qual a variável dependente binária representa a presença ou ausência de registros de patentes verdes. As variáveis independentes contemplam o desempenho ESG agregado e suas dimensões, além de variáveis de controle relacionadas ao tamanho, endividamento, imobilização, ativos intangíveis e rentabilidade. Os resultados apontaram associação positiva entre o desempenho ambiental e a presença de registros de patentes verdes, sugerindo que empresas com melhores práticas ambientais apresentam maior probabilidade de utilizar tecnologias associadas à inovação verde. Adicionalmente, o nível de imobilização também apresentou associação positiva com a utilização de patentes verdes.

BIBLIOGRAFIA: XU, Jian; LIU, Feng; SHANG, Yue. R&D investment, ESG performance and green innovation performance: evidence from China. Kybernetes, v. 50, n. 5, 2021. RIZZI, D. I.; FERREIRA, L. B. G. R.; RODRIGUES, S. M.; SOUZA, J. A. Práticas ESG (Environmental, Social, Governance) e Inovação: evidências entre empresas brasileiras de capital aberto. Revista Universo Contábil, v. 18, p. 1−17, 2024. FÜLÖP, Melinda Timea; CIFUENTES−FAURA, Javier. Do ESG Strategies Drive Green Innovation in Emerging Economies? Business Strategy and the Environment, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5199**

TITULO:Governança Estratégica Oceânica: uma análise regional da implementação do Planejamento Espacial Marinho no Brasil

AUTOR(ES) : **AMANDA AZEREDO GONCALVES**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA,FELIPE SCHWAHOFER LANDUCI**

RESUMO: Na Década da Ciência Oceânica, diferentes ameaças são consideradas na Segurança e Defesa do Mar. No Brasil, busca−se criar uma abordagem ambiental transversal e integrada. Contudo, é preciso fortalecer e diversificar a governança multissetorial para aprimorar os planejamentos para enfrentar desafios emergentes, com foco na preservação dos ecossistemas e na promoção da justiça azul. Porém, a assimetria de poder entre os diferentes setores econômicos e ambientais exige unificar o processo de tomada de decisão nacional, o que requer uma ampla reforma institucional não apenas do arcabouço jurídico nacional, mas também das competências de cada esfera governamental. Nesse contexto, surge o Planejamento Espacial Marinho (PEM), que “é um instrumento de ordenamento territorial que deve considerar aspectos ecológicos e socioeconômicos” (PEM−Sul, 2024, p.8). Em 2020, com a inclusão da Ação PEM no X Plano Setorial para os Recursos do Mar (X PSRM), iniciou−se a execução da ferramenta no país. O Sul foi o projeto−piloto, estudado desde 2022, enquanto o Nordeste e o Sudeste começaram em 2024 e 2025, respectivamente, e o Norte ainda se encontra em fase de implementação. Isso reflete os anos de investimento e o grau de conhecimento que tais regiões geraram em seus espaços marinhos, bem como os investimentos nacionais nessas regiões. Além disso, no Sudeste e no Nordeste, as informações sobre sua unidade marítima são numerosas, mas dispersas em diferentes bases de dados. Apesar das dificuldades mencionadas anteriormente, o PEM é concebido como um instrumento de governança nacional, com grande potencial para integrar diferentes setores da sociedade a um propósito comum. Pensado a partir do compromisso firmado pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos (2017) e alinhado à Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), espera−se que, até 2030, o PEM esteja implementado. Este trabalho tem como objetivo comparar processos de implementação do PEM no modo inicial, e a situação atual de cada PEM, utilizando cadernos técnicos já disponibilizados no sítio eletrônico da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa e natureza exploratória, baseada na pesquisa documental dos cadernos temáticos e setoriais do PEM, já disponibilizados oficialmente nas suas diferentes versões e relatórios realizados por atores envolvidos; assim como na revisão bibliográfica de artigos científicos. Os dados coletados serão submetidos à análise de conteúdo. Através do recorte analítico da governança oceânica, espera−se evidenciar as assimetrias regionais nos dados, bem como a interatividade entre os atores envolvidos e seus diferentes pesos políticos. Conclui−se, parcialmente, que o sucesso da implementação do PEM até 2030 depende da superação da divergência de investimentos entre as regiões, da centralização das bases de dados nacionais e do esforço para integrar as cinco áreas distintas em um único âmbito de governança.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Planejamento Espacial Marinho e o Projeto−piloto para o PEM Sul: material informativo. Brasília, DF: SECIRM; Rio de Janeiro: BNDES; Florianópolis: Codex, 2024. CARVALHO, Rodrigo de Campos. Planejamento Espacial Marinho da Amazônia Azul. In: PÊGO, Bolívar; NAGAMINE, Caroline Krüger; MOURA, Líria Rosa (org.). Fronteiras do Brasil: o litoral em sua dimensão fronteiriça. Brasília: Ipea, 2023. v. 8, cap. 14, p. 383−403. UNESCO−IOC; EUROPEAN COMMISSION. Avaliação Rápida do MSPglobal para o Planejamento Espacial Marinho no Brasil. Paris: UNESCO, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5206**

TITULO:O QUE FAZ UMA BIBLIOTECA SER PESSOAL?: DECIFRANDO A CONCEITUAÇÃO DE MANGUEL

AUTOR(ES) : **LUISA FERNANDES RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA DE MELLO LIMA**

RESUMO: Este estudo busca aprofundar o entendimento sobre o conceito de bibliotecas pessoais segundo o autor Alberto Manguel, tendo como objetivo central investigar as possíveis contribuições dos livros "A biblioteca à noite" e "Encaixotando minha biblioteca" como referencial teórico para este tema. Tal investigação segmenta−se em dois momentos primordiais: introduzir o teórico e as duas obras citadas e explorá−las nas seis fases propostas por Braun e Clarke (2006) − 1) familiarização com os dados; 2) geração de códigos iniciais; 3) busca de temas; 4) revisão de temas; 5) definição e nomeação de temas e 6) produção do relatório − a fim de responder à pergunta: quais são as características de uma biblioteca pessoal para Manguel? O trabalho caracterizou−se como qualitativo de caráter teórico−exploratório e os dados foram examinados por meio da análise temática. Ao término deste estudo espera−se compreender como as proposições de Manguel caracterizam a dinâmica das bibliotecas pessoais e entender suas referências literárias e filosóficas a partir das categorias de análise presentes em seus escritos. Com isso, busca−se oferecer um mapeamento conceitual que auxilie na discussão sobre a natureza das coleções privadas e suas relações com a trajetória e a identidade do leitor.

BIBLIOGRAFIA: MANGUEL, A. A biblioteca à noite. Tradução: Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 301p., il. MANGUEL, A. Encaixotando minha biblioteca: uma elegia e dez digressões. Tradução: Jorio Dauster. São Paulo: Companhia das letras, 2021. 175p. SILVA, M. R. da; BARBOSA, M. A. S.; LIMA, L. G. B. Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em administração: explorando a análise temática. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.111−123, Mar. 2020. DOI: https://doi.org/10.12712/rpca.v14i1.38405. Disponível em: https://periodicos.uff.br/pca/issue/view/2100. Acesso em: 26 mai. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5221**

TITULO:Capital Financeiro e Produção do Espaço Urbano: concentração territorial e financeirização imobiliária no Brasil a partir dos Fundos de Investimento Imobiliário

AUTOR(ES) : **ISABELA CAMPBELL**

ORIENTADOR(ES): **ERICK SILVA OMENA DE MELO**

RESUMO: A financeirização tem reconfigurado as dinâmicas econômicas e urbanas contemporâneas, ampliando a centralidade das finanças na produção do espaço e na organização das cidades. No Brasil, esse processo se expressa de diferentes formas, especialmente pela crescente articulação entre mercado imobiliário, capital financeiro e políticas urbanas, transformando o espaço urbano em ativo de valorização e circulação financeira. Esta pesquisa tem como objetivo geral construir indicadores capazes de mensurar o aprofundamento das relações de dependência e suas dinâmicas territoriais contemporâneas no Brasil, oferecendo subsídios empíricos para a análise e interpretação desse fenômeno. Busca−se compreender como diferentes processos econômicos, políticos e espaciais estruturam e reproduzem relações de subordinação, concentração e inserção desigual no território nacional. Fundamentada na teoria da dependência e na economia política, a proposta articula múltiplas dimensões econômicas e territoriais na construção de indicadores que permitam analisar as manifestações contemporâneas da dependência em diferentes escalas espaciais. Entre as frentes da pesquisa, o enfoque desse estudo é na elaboração de um indicador construído a partir de dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referentes aos Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e a localização de seus respectivos fundos imobiliários. A utilização dos dados quantitativos permite analisar a distribuição territorial dos investimentos imobiliários financeiros e identificar padrões de concentração e circulação de capital associados ao mercado financeiro−imobiliário brasileiro. A partir dessa base, torna−se possível realizar uma leitura sobre o avanço da financeirização do espaço urbano, observando como determinados municípios passam a ocupar posições centrais na dinâmica da renda imobiliária financeira. Nesse contexto, os FIIs não são compreendidos apenas como mecanismos de gestão de ativos financeiros, mas também como elementos capazes de revelar a expansão das lógicas de expansão da financeirização imobiliária no território, permitindo observar a intensidade e a capilaridade da financeirização em diferentes escalas urbanas. Com base nos debates da economia política urbana, da dependência brasileira e latino−americana e da financeirização, a pesquisa busca contribuir para a compreensão das transformações recentes das cidades brasileiras, discutindo como a crescente dominância das finanças redefine relações econômicas, aprofunda desigualdades territoriais e altera os mecanismos de produção e apropriação do espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA: BARCELLA, Bruno L. S. Fundos de Investimento Imobiliário de papéis como objeto para compreensão do entrelaçamento entre finanças, rentismo e propriedade no Brasil. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2024. BRETTAS, Tatiana. Financeirização no capitalismo dependente no Brasil: notas introdutórias. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, dez. 2024. LUCE, Mathias Seibel. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias: uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.SANFELICI, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. EURE (Santiago), set 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5244**

TITULO:O “TECNOFASCISMO” COMO FENÔMENO REACIONÁRIO DO CAPITALISMO TARDIO E A NECESSIDADE DO RETORNO AO CONCEITO DE TÉCNICA COMO POTÊNCIA EMANCIPADORA

AUTOR(ES) : **DAVI FERREIRA DE LIMA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar o fenômeno do “tecnofascismo”, frente ao conceito da técnica no sentido materialista histórico e dialético, portanto, percebida como uma força emancipadora e inerentemente revolucionária na estrutura produtiva do homem, que, apesar de ter possibilitado materialmente o capitalismo, foi por ele limitada e destituída de sua intenção original para servir a uma lógica de lucros, mesquinhez e guerra de todos contra todos. A pergunta que buscamos responder é: o que se constitui como “tecnofascismo” no Centro global e quais são as formas de luta já presentes na periferia, tanto imediatas quanto mediatas? Trata−se de um estudo de abordagem qualitativa que, por meio de uma revisão bibliográfica, realizou uma exposição do progresso da técnica na História, da antiguidade à modernidade; o movimento ideal correspondente às condições materiais, desde Aristóteles até pensadores contemporâneos; o fenômeno técnico no capitalismo, de potência progressista para reacionária: chegando ao momento em que técnica e fascismo podem ser aglutinados em uma mesma palavra; às sociedades que possuem condições concretas de propor alternativas à forma como pensamos e utilizamos a técnica em sociedade. Para tanto, conta com autores que discutem a temática, como Ellul (1968), Pinto (2005) e Silveira (2025). Percebemos a necessidade de estudar sobre este conceito, pois a técnica em si possui características próprias que ainda não o foram suficientemente exploradas. Entendemos que a ação humana não pode reverter por si mesma o progresso técnico, só a técnica pode destruir a técnica, o processo é universal, totalizante e irreversível (Corbisier, 1968). Conclui−se que, os meios técnicos utilizados para subordinar os povos da periferia carregam dentro de si a negação dessa dominação, os países da periferia têm a capacidade de incorporar tecnologias do centro e através delas conseguir sua autonomia. Qualquer tipo de resistência pressupõe a existência de uma realidade futura e possível que valha a pena lutar por ela. Este trabalho tem a intenção de contribuir para a construção dessa realidade.

BIBLIOGRAFIA: CORBISIER, Roland. Prefácio. In: ELLUL, Jacques. A técnica e o desafio do século. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 3−23. PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. As big techs e a guerra total: o complexo militar−industrial−datificado. São Paulo: Editora Hedra, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5271**

TITULO:A seletividade do acolhimento e a gestão da 'ilegalidade' no trabalho migrante

AUTOR(ES) : **LARISSA CAVALCANTI DE SOUZA RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **MARIA CAROLINA DE SOUZA RIBEIRO DE Sá**

RESUMO: Este trabalho de pesquisa tem como objetivo principal analisar criticamente a interseção entre os discursos oficiais de hospitalidade e a gestão da "ilegalidade" no contexto das dinâmicas contemporâneas do trabalho migrante . A investigação se propõe a compreender como as narrativas de benevolência e humanitarismo, frequentemente associadas à chamada "cultura de boas−vindas" (Willkommenskultur), coexistem de maneira paradoxal com a produção contínua de violências nas fronteiras e com a subordinação de populações em movimento . O estudo foca, de forma específica, na maneira pela qual o status legal estratificado atua como um mecanismo direto de controle da força de trabalho . Partindo de perspectivas críticas dos estudos migratórios, observa−se como a condição de "ilegalidade" migrante não deve ser compreendida apenas como uma falha do sistema ou um simples fator de exclusão jurídica, mas sim como uma engrenagem ativa que possibilita a inclusão seletiva e precarizada desses indivíduos na economia, abrangendo papéis diversos como logística, trabalho de cuidado e trabalho digital . A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa baseada na revisão bibliográfica da literatura crítica sobre o regime de fronteiras e mobilidade . A análise contrapõe o apagamento histórico e as heranças do colonialismo presentes nas políticas de acolhimento europeias com a formulação do "espetáculo da ilegalidade" migrante, que visibiliza a exclusão enquanto oculta a incorporação econômica subalterna . Além disso, o trabalho incorpora as perspectivas dos próprios sujeitos em movimento, examinando suas experiências de resistência, auto−organização e lutas coletivas diante de status de residência precários, evidenciando a autonomia da migração . Como resultados esperados, busca−se demonstrar que o aparato institucional e as políticas de fronteira operam sistematicamente para docilizar a força de trabalho transnacional . As considerações parciais apontam que a desconstrução da suposta "inocência" das políticas de acolhimento é um passo analítico fundamental para compreender que as lógicas de admissão estatal são indissociáveis da exploração laboral e de matrizes históricas de exclusão . Ao confrontar o discurso oficial humanitário com as dinâmicas práticas de restrição de direitos civis e sociais, o trabalho evidencia a urgência de repensar as políticas migratórias fora das lógicas de subordinação econômica, conectando os resultados aos debates sobre a liberdade de movimento, justiça e regimes globais de mobilidade .

BIBLIOGRAFIA: DANEWID, Ida. 2017. "White Innocence in the Black Mediterranean: Hospitality and the Erasure of History." Third World Quarterly 38 (7): 1674−1689. DE GENOVA, Nicholas. 2013. "Spectacles of Migrant 'Illegality': The Scene of Exclusion, the Obscene of Inclusion." Ethnic and Racial Studies 36 (7): 1180−1198. PAPADOPOULOS, Dimitris; TSIANOS, Vassilis S. 2013. "After Citizenship: Autonomy of Migration, Organisational Ontology and Mobile Commons." Citizenship Studies 17 (2): 178−196.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5277**

TITULO:OS HORIZONTES DO BRASIL APONTAM PARA ÁFRICA: UM ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA ZOPACAS COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO NO ATLÂNTICO SUL

AUTOR(ES) : **BIANCA FERREIRA LIMA PINHEIRO**

ORIENTADOR(ES): **MAGNO KLEIN SILVA**

RESUMO: A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), criada em 1986, é uma iniciativa brasileira de contraponto à sugestão do desenvolvimento de uma iniciativa, que se assemelhasse à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), denominada Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). Durante o momento de sua criação, isto é, em plena Guerra Fria, a ZOPACAS tinha como objetivo principal o afastamento de potências estrangeiras e possíveis projeções de influências na região, almejando distanciar−se, em certa medida, do conflito e desestimular o uso de armas de alta destruição. Para além de um organismo de cooperação, observa−se que, nos anos 2000, a ZOPACAS serviu para o Brasil construir uma identidade para o Atlântico Sul, conectando países africanos e sul−americanos que compartilham o mesmo espaço marítimo, além de compor uma estratégia governamental de cooperação Sul−Sul. Diante disso, a pergunta que orientou a execução deste trabalho foi: de que forma o governo Lula (2003–2010) instrumentalizou a ZOPACAS para projetar a liderança regional do Brasil e consolidar uma identidade geopolítica compartilhada com os países da costa ocidental africana? Para responder esta pergunta, o trabalho foi desenvolvido adotando uma análise construtivista das Relações Internacionais a partir da compreensão da relação entre percepção de segurança e laços estabelecidos por meio de uma identidade mútua. Desse modo, a hipótese levantada durante a pesquisa é de que, após um período de relativo apagamento da organização, os mandatos do governo petista auxiliaram não apenas no resgate estratégico da ZOPACAS, como também na construção identitária do Atlântico Sul – deixando de ser visto apenas como um espaço de divisão geográfica para um vetor de integração e autonomia política frente às potências do Norte Global. A metodologia empregada durante a pesquisa para executar esse trabalho foi a análise documental de documentos oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de tratar das Reuniões Ministeriais realizadas no âmbito das ZOPACAS, e de órgãos do governo brasileiro, e a revisão bibliográfica sobre o tema de cooperação Sul−Sul, Zopacas, e estratégia brasileira para o Atlântico Sul. Por fim, espera−se que esta análise explique como a ZOPACAS atuou como parte da construção identitária do Atlântico Sul, consolidando−se como um espaço de cooperação e diálogo político que buscou resguardar a região das dinâmicas de securitização e interferência estrangeira.

BIBLIOGRAFIA: PENHA, Eli Alves. Relações Brasil−África: os avatares da cooperação sul−atlântica. In: X Congresso Internacional Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia face à globalização (ALADAA), Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2000. PENNA FILHO, Pio. O Brasil e a África do Sul: o arco atlântico da política externa brasileira (1918−2000). Porto Alegre: FUNAG, 2008. VIEGAS FILHO, José. A Segurança do Atlântico Sul e as Relações com a África. 1982. Tese (IV° Curso de Altos Estudos) – Instituto Rio Branco, MRE, Brasília, 1982.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5281**

TITULO:METROPOLITANO PARA QUEM? UMA ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS DO INSTITUTO RIO METRÓPOLE AO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PEDUI) DA RMRJ

AUTOR(ES) : **LEVI MACEDO MOREIRA DE FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **FILIPE SOUZA CORRÊA**

RESUMO: A instituição de regiões metropolitanas, conforme prevê o Estatuto de Metrópole (2015), tem como objetivo favorecer a cooperação dos entes federados que a compõem de modo a atender as suas demandas comuns. Essa cooperação é dependente de uma organização institucional que permita uma maior capacidade de planejamento e execução de ações a partir de um interesse comum, ou seja, tenha em vista a própria integração territorial, social e econômica entre os municípios que integram a mesma região metropolitana. Portanto, este trabalho busca analisar os projetos desenvolvidos pela agência executiva da RMRJ (Instituto Rio Metrópole), explorando em que medida a sua realização está em conformidade com as ações estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PEDUI), que teve uma construção consultiva, aberta, participativa anterior a aprovação do atual arranjo de governança. Como metodologia, a pesquisa adota uma abordagem ancorada na análise documental, com ênfase em materiais institucionais disponibilizados no site oficial do instituto. Adicionalmente, foi realizado monitoramento sistemático de sua comunicação digital no Instagram, a partir de 2025−2026 com o objetivo de analisar estratégias de construção de narrativa institucional e acompanhar a agenda dos projetos. Partimos do suposto que o arranjo proposto para a governança da RMRJ sugeria que um projeto metropolitano deveria ter sua origem no PEDUI, ou, no caso de novos projetos, que fossem discutidos no âmbito do Conselho Deliberativo a partir de uma construção em conjunto com o Conselho Consultivo. Porém, uma análise das atas do Conselho Deliberativo, mostra que, ao contrário, a ideia surge no IRM e é levada ao Conselho Deliberativo para aprovação, ou seja, os projetos não surgem a partir das construções dos conselheiros em diálogo com representantes da sociedade civil presente no conselho consultivo, não tendo condições de funcionar como um efetivo arranjo metropolitano, por não haver levantamento de demandas a partir dos entes envolvidos,o que permitiria uma canalização das experiências e demandas locais. Se não é notado uma correspondência entre os projetos atuais e os previstos no PEDUI, isso indica que o Instituto Rio Metrópole atua de forma autônoma em relação às suas dinâmicas com conexão das dinâmicas socioespaciais metropolitanas. Portanto, evidencia−se que o Instituto Rio Metrópole não age como uma autarquia executiva descolada dos entes federativos, mas sim como uma autarquia subordinada administrativamente ao Governo do Estado do Rio de Janeiro de acordo com sua agenda política. Consideramos que a hegemonia política que o Governo do Estado possui dentro do arranjo metropolitano impede possíveis questionamentos aos projetos sugeridos pelo IRM, principalmente se passassem por alguma discussão no âmbito do Conselho Consultivo, que tem representação da sociedade civil organizada.

BIBLIOGRAFIA: ANDRADE MOREIRA, Danielle; GUIMARÃES, Virgínia Totti. Regiões metropolitanas e funções públicas de interesse comum: o ordenamento territorial diante do Estatuto da Metrópole. Revista de Direito da Cidade, v. 7, n. 3, p. 1249−1269, 2015. PANTOJA, I. O que faz do metropolitano, metropolitano? Instituições, conflitos e participação na trajetória da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós−Graduação em Sociologia, UERJ Rio de Janeiro,RJ SANTOS, A. M. S. P. et al. O Município e os desafios da política urbana em aglomerados urbanos: a experiência da metrópole fluminense. Geo UERJ, n. 36, p. 1–22, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5287**

TITULO:O FEMINISMO NEGRO NA LITERATURA INFANTO−JUVENIL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO E DA REPRESENTATIVIDADE

AUTOR(ES) : **JULIANA PLACIDO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN,GILDA OLINTO DE OLIVEIRA**

RESUMO: Este trabalho dedica−se a análise do discurso das temáticas do feminismo negro dentro da literatura infantojuvenil publicada no Brasil, no escopo do projeto de pesquisa "Literatura infantojuvenil feminista no Brasil: e a mediação da informação social pelos movimentos sociais". Alinhando−se à perspectiva de que "a análise do discurso concebe a linguagem como mediação entre o homem [as pessoas] e a realidade natural e social" (Orlandi, 2007, p.15), o objetivo concentra−se em investigar como estas narrativas constroem suas estratégias discursivas para debater gênero e raça, avaliando seu potencial crítico e pedagógico no contexto da informação social. A metodologia é de caráter qualitativo, visando a análise crítica do discurso (ACD) e análise temática aplicada no corpus de 17 obras de faixa etária diversificada, provindas do acervo do projeto de extensão, vinculado ao projeto de pesquisa, "CriaFem: mediação de leitura infantojuvenil feminista" . No que tange à execução da pesquisa, a atuação centralizou−se na seleção de obras protagonizadas por personagens negras, tendo em vista analisar de forma criteriosa os elementos fundamentais da narrativa: dinâmica das personagens, ambientação, enredo, temática etc. Além disso, buscou−se mapear os marcadores culturais, complexidade de tratamento da temática antirracista, presença ou ausência de estereótipos de gênero ou raça, a propagação do discurso feminista negro, assim como sua assertividade dentro da obra e contribuição para o letramento de crianças e adolescentes antirracistas. A pesquisa encontra−se em andamento, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2026, e se tem por resultado parcial a documentação dos livros analisados e prevê−se a utilização dos mesmos na execução de oficinas de mediação de leitura e jogos didáticos, a fim de compreender como o público infantojuvenil absorve e interpreta as nuances de tal discurso. Para a teórica feminista bell hooks (2018, p. 28), "a literatura infantil é um dos locais cruciais para a educação feminista, para a conscientização crítica, exatamente porque crenças e identidades ainda estão sendo formadas" , em consonância a este pensamento acredita−se que as obras selecionadas apresentam narrativas que contribuem com o letramento antirracista e feminista em crianças e adolescentes.

BIBLIOGRAFIA: HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Trad: Ana Luiza Líbano. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5317**

TITULO:NOVOS MODELOS DE TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: A VISÃO DE JOVENS DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **ANA LIS ESQUETINO BARCELOS DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FáTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO: As transformações econômicas, tecnológicas e organizacionais das últimas décadas alteraram significativamente as relações de trabalho e os modelos tradicionais de carreira. Nesse contexto, observa−se o fortalecimento de trajetórias profissionais mais flexíveis, caracterizadas pela autonomia, mobilidade e busca por alinhamento entre vida pessoal e trabalho. Tendo em vista a crescente inserção da Geração Z no mercado de trabalho, este estudo tem como objetivo identificar as principais características das carreiras buscadas por jovens dessa geração, discutindo suas concepções sobre carreira, os fatores que influenciam suas escolhas profissionais, os padrões de carreira predominantes e as mudanças percebidas no planejamento de carreira em relação às gerações anteriores. Foi adotado o método qualitativo, numa pesquisa descritiva, a partir da técnica de entrevistas semiestruturadas com jovens profissionais e estudantes universitários pertencentes à Geração Z, residentes no município do Rio de Janeiro. Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo a construção de categorias emergentes a partir dos discursos dos participantes. Os resultados parciais indicam que os participantes compreendem a carreira como uma trajetória de crescimento e desenvolvimento profissional, frequentemente associada à construção da identidade e à realização pessoal. Também foram identificados fatores como estabilidade financeira, propósito, alinhamento com valores individuais, qualidade do ambiente organizacional, autonomia e flexibilidade como elementos que influenciam as escolhas profissionais de acordo com a percepção dos entrevistados. Além disso, observou−se a valorização de trajetórias menos lineares, maior abertura à mobilidade profissional e menor disposição para permanecer longos períodos em uma mesma organização apenas em função da estabilidade. Conclui−se, preliminarmente, que a Geração Z tende a atribuir novos significados ao trabalho e à carreira, priorizando o equilíbrio entre realização pessoal e profissional, bem como a construção de trajetórias alinhadas aos seus valores e expectativas. Espera−se que os resultados contribuam para o avanço das discussões sobre carreira contemporânea e auxiliem organizações na compreensão das demandas dessa geração.

BIBLIOGRAFIA: CERIBELI, H. B. et al. Valores da Geração Z no trabalho. Revista Gestão e Planejamento, v. 24, p. 609−626, 2023. KILIMNIK, Z. M.; CASTILHO, I. V.; SANT'ANNA, A. S. Carreiras em transformação e seus paradoxais reflexos nos indivíduos: metáforas de carreira e de competências. Gestão e Sociedade, v. 12, n. 2, p. 257−280, 2006. MATTA, L. H.; CARVALHO NETO, A. M.; DINIZ, D. M. Razões da rotatividade voluntária: um estudo com jovens da Geração Z. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 15, n. 2, p. 99−115, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5349**

TITULO:Análise de dados na tomada de decisão em restaurantes

AUTOR(ES) : **PEDRO MACHADO ARRUDA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **HELIOS MALEBRANCHE OLBRISCH FRERES FILHO**

RESUMO: O presente trabalho investiga a utilização de tecnologias digitais e ferramentas de análise de dados no processo de tomada de decisão em restaurantes. Em um cenário caracterizado por elevada competitividade e necessidade constante de adaptação às demandas do mercado, a adoção de sistemas de gestão, plataformas de vendas, controles informatizados e ferramentas analíticas tem se tornado cada vez mais relevante para a eficiência operacional e estratégica dos estabelecimentos. O objetivo da pesquisa é compreender de que forma essas tecnologias são empregadas pelos gestores e como os dados gerados contribuem para decisões relacionadas a compras, controle de estoque, precificação, gestão de equipes e planejamento operacional. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais atuantes no setor de alimentação. Espera−se identificar os principais benefícios, desafios e impactos decorrentes da utilização dessas ferramentas, bem como compreender o grau de maturidade analítica presente nos restaurantes pesquisados. Os resultados pretendem contribuir para o entendimento da relação entre tecnologia, gestão da informação e tomada de decisão no segmento de alimentação, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para a melhoria das práticas gerenciais do setor.

BIBLIOGRAFIA: BOTELHO, Laís Vargas; FREITAS, Jade Veloso; CAMARA, Alex Oliveira da; ALMEIDA, Iasmim Ferreira de; GONÇALVES, Thauanne de Souza; HORTA, Paula Martins; CANELLA, Daniela Silva; CARDOSO, Letícia de Oliveira. Digital marketing of online food delivery services in a social media platform before and during COVID−19 pandemic in Brazil. Public Health Nutrition, v. 26, n. 1, p. 1–11, 2023. GONÇALVES, R. S.; LIMA, A. F.; FERREIRA, J. M. Avaliação de impacto da digitalização dos restaurantes e lanchonetes no estado da Paraíba – Brasil. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 54, n. 2, p. 72−89, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5367**

TITULO:TENSÃO SUPERFICIAL ENTRE LEIS E PRECEDENTES NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA CLÁSSICA DOS GRANDES SISTEMAS JURÍDICOS

AUTOR(ES) : **CAUA MANCUSO PAZ RAMOS**

ORIENTADOR(ES): **CAMILA PAVI GARCIA ROSA**

RESUMO: No exordial da literatura em direito comparado, a distinção entre os sistemas da Common Law e da Civil Law foi fundamental, não apenas para a compreensão da atividade judiciária contextualizada, mas do próprio funcionamento do Estado como um todo. Afinal, enquanto os romano−germânicos consagravam o devido processo legislativo como meio legítimo de produção e transformação normativa, os juízes anglo−saxões já utilizavam mecanismos como o distinguishing e o overruling para motivar decisões que podiam divergir, não apenas da norma positivada, mas do entendimento jurisprudencial previamente construído. O estado da arte na academia já admite a existência do “transplante jurídico”, um fenômeno decorrente da globalização, caracterizado pela adoção ulterior de institutos advindos de outras tradições. No entanto, parece haver uma tensão superficial na experiência brasileira. O instituto do precedente vinculante não é “natural” da cultura jurídica pátria, tampouco foi incorporado pela ampla superação do pensamento legalista prévio. Nada obstante, ele ingressa e faz parte do ordenamento na medida em que os artigos 103, da Constituição Federal, e 927, do Código de Processo Civil, assim determinam. Portanto, propõe−se um direcionamento crítico à discussão, especialmente a partir dos seguintes questionamentos: onde se situa o processo civil brasileiro, sob a perspectiva da teoria clássica? A distinção entre civil law e common law ainda é relevante para o estudo do processo civil? Caso negativo, por que segue tão viva na discussão sobre precedentes? Busca−se compreender se estaria ela adstrita ao campo da história do direito, não restando contribuição significativa para o entendimento do instituto do precedente no contexto brasileiro atual. A pesquisa se inclina sobre o potencial conflito entre a lei posta e o caráter legiferante do precedente. Nesse sentido, o trabalho baseia−se em revisão bibliográfica e estudo das fontes de direito, bem como análise legislativa e jurisprudencial qualitativa, visando a, não só responder às indagações pretendidas, mas fomentar o debate acerca da inserção dos precedentes na cultura jurídica brasileira. Os resultados parciais indicam pouca semelhança entre o precedente brasileiro e aquele descrito como integrante à common law tendo em vista que, ao passo que o segundo possui uma espécie de prestígio ou valor intrínseco, advindo de uma cultura de construção jurisprudencial mais desenvolvida, o primeiro ainda parece depender de mecanismos próprios de vinculação integrados ao também particular sistema de recursos.

BIBLIOGRAFIA: DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. Tradução de Hermínio Carvalho. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. WATSON, Alan. Legal Transplants: an approach to comparative law. 2. ed. Athens, GA: University of Georgia Press, 1993. MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5370**

TITULO:ANÁLISE DE PROJETOS DE SUSTENTABILIDADE DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO SETOR DE COMÉRCIO E SUA RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

AUTOR(ES) : **ANA CLARA BRANDAO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FáTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO: Em 2015, na conferência das Nações Unidas, houve a assinatura da Agenda 2030, que se tornou a referência de desenvolvimento sustentável, determinando 17 objetivos e 169 metas para os países, como uma base para mudanças, que deveriam ser refletidas nos planos estratégicos e atingidas até 2030. Destaca−se a necessidade de forças coletivas para o seu alcance, unindo estado, sociedade, empresas privadas, dentre outros, em um conjunto de ações que transformem as relações e obrigações da sociedade como um todo (Silva et al ., 2023). O presente estudo teve como objetivo identificar como projetos sustentáveis, desenvolvidos por pequenas e médias empresas (PMES) brasileiras, atendem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU). Dessa forma, este estudo possibilita verificar se a sustentabilidade contemplada nos ODS está retratada no conceito na aplicação de sustentabilidade de empresas premiadas em concurso que privilegiava a sustentabilidade, além de apontar quais os ODS foram priorizados nesse contexto. Foram discutidos conceitos de sustentabilidade que, de acordo com Cruz (2020), demonstra um caráter plural, sendo abordado em diferentes espaços e aspectos e em diversos sentidos, perspectivas, interpretações e até incoerências. Nas empresas, deve ser incluída na gestão, diretrizes e procedimentos internos. Além disso, foram revisadas pesquisas sobre os ODS e a sustentabilidade em pequenas e médias empresas. De acordo com Schneider, Grimm e Loiola (2024), a sustentabilidade empresarial consiste nas ações das empresas visando a mitigação dos impactos no meio ambiente e a sociedade, enquanto mantém o crescimento econômico. Adotou−se o método qualitativo, numa pesquisa descritiva, com emprego da técnica de pesquisa documental, comparando as metas e objetivos das ODS com as informações dos projetos vencedores em um concurso estadual e nas ações das respectivas empresas. Os documentos analisados foram: os projetos sustentáveis de PMES do setor de comércio do Rio de Janeiro, vencedores do Prêmio Visão Consciente da Fecomércio de 2024 e 2025 no sítio eletrônico da Fecomércio, nas dimensões social e ambiental, especificamente no site do Prêmio, e no das empresas premiadas. Os resultados demonstram que todos os projetos colaboram com pelo menos três ODS. Em geral, os projetos de 2025 alcançaram uma maior quantidade de objetivos e metas em relação aos de 2024. Os objetivos mais atingidos foram o 8 e, 12. Apenas quatros objetivos não foram contemplados pelos projetos, sendo esses: 5, 7, 15 e 16. Evidencia−se que 80% dos ODS foram abrangidos pelos projetos premiados, demonstrando como as PMES colaboram para o alcance dos objetivos da Agenda 2030 pelo Brasil e a sua importância para a sustentabilidade. Além disso, o estudo evidencia práticas e propostas que podem ser objeto da atenção de outras pequenas e médias empresas, estimulando a sua propagação entre elas e promovendo as ações a possíveis novos públicos.

BIBLIOGRAFIA: SILVA, R. C.; OLIVEIRA, J. I. C.; BORSATTO, J. M. L. S.; ARAÚJO, A. A. Integrando os ODS: Um estudo de caso em duas empresas brasileiras do setor de cosméticos. Revista Gestão Organizacional, Chapecó, v. 16, n. 3, p. 180−197, set./dez.2023. SCHNEIDER, S.; GRIMM, I.; LOIOLA, G. Framework para a construção da matriz de materialidade em pmes. Revista Gestão Organizacional, Chapecó, v. 17, n. 2, p. 174−197, maio/ago.2024. CRUZ, F. N. Gestão da Sustentabilidade e Gestão de Projetos: Caminhos para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Política das Organizações. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 9, n. 3, p. 55−77, set./dez.2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5381**

TITULO:ENTRE SECURITIZAÇÃO E VIGILÂNCIA ALGORÍTMICA: O CONTROLE MIGRATÓRIO NO SEGUNDO GOVERNO TRUMP

AUTOR(ES) : **ALICE FERREIRA DO NASCIMENTO,MARINA CHAN Y MATOS,DANIEL RODRIGUES LOPEZ**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL SILVA DA ROCHA COUTINHO ANTUNES,DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Com o fim da Guerra Fria, como bem explicam Squire e Huysmans (2009), o campo da segurança deixou de ser um assunto exclusivamente militar, abrindo espaço para a construção de novos temas — antes relegados a aspectos puramente sociais ou humanitários — enquanto questões securitárias, através de um processo chamado securitização. Com o fenômeno da migração internacional, não foi diferente: nas primeiras décadas do século XXI, ela ressurgiu como uma das questões humanitárias mais delicadas da política global, agora já enxergada também como um problema de segurança. Nesse processo, o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 2025, marcou um ponto de inflexão qualitativo, sobretudo pela forma como a infraestrutura digital de vigilância foi mobilizada como instrumento central em seu governo (Shabaz, 2025).
Com base nos Estudos Críticos de Segurança (ou “Escola de Paris”), especialmente nas contribuições de Didier Bigo, Jef Huysmans e Zygmunt Bauman, entende−se que a migração não é, em si, um problema securitário, mas é discursivamente construída como tal para atender interesses políticos e empresariais — nesse caso, principalmente do complexo industrial−tecnológico−militar dos Estados Unidos. Argumenta−se, então, que o segundo governo Trump ampliou significativamente o aparato de controle migratório por meio de centenas de medidas executivas, caracterizadas pela rapidez de implementação e pela crescente integração entre diferentes agências de segurança. A partir dessa perspectiva, e com base em revisão bibliográfica qualitativa e quantitativa, este trabalho analisa como o segundo governo de Donald Trump (2025–2029) reconfigura o controle migratório nos Estados Unidos por meio da incorporação de tecnologias digitais de vigilância contínua. A hipótese central versa sobre o fato de que a digitalização da vigilância não representa uma ruptura com políticas migratórias anteriores, mas sim a intensificação e normalização de práticas já presentes na securitização da migração — a qual, com base no conceito de governamentalidade da inquietude de Bigo (2022), não decorre de uma ameaça objetiva, mas é produzida por profissionais da segurança que moldam a percepção do risco — e em operações de caráter militar, como tecnologias de reconhecimento facial, biometria, profiling por inteligência artificial, análise preditiva de dados e monitoramento de redes sociais. Dessa forma, expande−se e consolida−se uma lógica de exceção que, antes reservada a momentos de crise declarada, passa a estruturar o cotidiano da governança migratória, reproduzindo desigualdades raciais e sociais, ampliando práticas discriminatórias e dificultando a responsabilização institucional, de maneira a reforçar assimetrias de poder e, assim, inserir a vigilância migratória em uma lógica de “capitalismo de vigilância”, na qual há convergência entre interesses estatais e corporativos.

BIBLIOGRAFIA: BIGO, Didier. Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease. Alternatives: Global, Local, Political, v. 27, n. 1, p. 63–92, 2002. SHABAZ, A. Trump's Immigration Crackdown Is Built on AI Surveillance and Disregard for Due Process. Freedom House, 21 mai. 2025. Disponível em: https://freedomhouse.org/article/trumps−immigration−crackdown−built−ai−surveillance−and−disregard−due−process. Acesso em: 10 abr. 2026. SQUIRE, Vicki; HUYSMANS, Jef. Migration and security. In: CAVELTY, Myriam Dunn; MAUER, Victor (ed.). The Routledge handbook of security studies. Londres: Routledge, 2009. cap. 15, p. 169–180.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5399**

TITULO:EPISTEMOLOGIAS DO SUL E OS LIMITES DA CDD

AUTOR(ES) : **GLAUCO NOGUEIRA SANTOS,MATHEUS DO NASCIMENTO OLIVEIRA,ISABELLE GOMES MOREIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar características da Classificação Decimal de Dewey (CDD), no que se refere a sub−representação em relação aos saberes dos povos afro−brasileiros, indígenas, quilombolas e latino−americanos. A CDD, criada por Melvil Dewey em 1876, é um dos sistemas de classificação bibliográfica mais utilizados em bibliotecas no mundo todo. Entretanto, possui limitações em suas ferramentas de classificação, tendo dificuldade em classificar de maneira otimizada saberes advindos de grupos minorizados e do Sul Global. Os Estados Unidos, juntamente com a Europa, estabeleceram−se como Estados hegemônicos, determinaram quais seriam os saberes dignos e importantes para se definir como Ciência, excluindo e escanteando saberes vindos de países do Sul Global. Para a pesquisa, foram realizadas duas etapas: a) uma análise bibliográfica dos textos de Santos (2014), que critica a forma hegemônica na qual o conhecimento é produzido, e Mathias (2024), que disserta sobre países que adaptam seus sistemas de classificação às suas vivências; b) uma análise crítica da plataforma WebDewey no que tange à sub−representação de povos do Sul Global. A análise da plataforma WebDewey evidenciou que, apesar de ser um sistema de organização da informação funcional e amplamente disseminado em inúmeras Unidades de Informação, ela tem limitações quanto a representações que saiam do eixo Ocidental de saberes, privilegiando a classificação de saberes do Norte Global em detrimento àqueles saberes de povos minorizados e/ou do Sul Global. Por exemplo, na ferramenta WebDewey , não há uma notação que represente o assunto “Filosofias Latino−Americanas”, todavia, ao pesquisar a notação “190” no site, será achado o assunto “ European philosophy ”. Conclui−se que a plataforma WebDewey possui limitações quanto a representações que saiam do eixo Ocidental de saberes. Entretanto, foram apresentadas alternativas à esse sistema de classificação, que demonstram que estas limitações encontradas, podem ser superadas, evidenciando por sua vez, que manter as debilidades no WebDewey não é puramente uma questão técnica, mas sim de manutenção do status quo ideológico (ou político) vigente.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Boaventura de Santos. Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide. Routledge, 2014. WebDewey. [S. l.]: OCLC, Inc. c2025. Disponível em: https://dewey.org/webdewey/standardSearch.html. Acesso em: 22 nov 2025. MATHIAS, Jaqueline Neis. REPRESENTAÇÃO CULTURAL EM SISTEMAS UNIVERSAIS DE CLASSIFICAÇÃO: uma observação de sistemas nacionais. Florianópolis, SC: UFSC, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/262636/TCC−1.pdf?sequence=1&isAll owed=y. Acesso em: 18 nov 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5400**

TITULO:A proteção de elementos estéticos na moda: limites estruturais da propriedade intelectual no Brasil.

AUTOR(ES) : **RAYANE CADETTE DOS SANTOS,STEPHANY DOS SANTOS SOARES**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO: O setor da moda é um dos mais importantes, tanto econômica quanto simbolicamente, no Brasil, incentivando ativos criativos e estratégias de concorrência que se baseiam na diferenciação estética. Nesse contexto, a proteção de elementos não funcionais revela tensões centrais entre a tutela da criatividade e a preservação da livre concorrência. O problema é que o direito brasileiro não foi pensado para isso e o resultado são decisões contraditórias que deixam o setor sem respostas claras. Portanto, a pesquisa tem como objetivo investigar: até que ponto o modelo brasileiro de propriedade intelectual é capaz de proteger elementos estéticos na moda sem interromper as dinâmicas concorrenciais? Para isso, adota−se como objeto de estudo o pedido de registro da marca de posição da Christian Louboutin perante o INPI, indeferido com fundamento no art. 124, VIII, da Lei nº 9.279/1996. Posteriormente, o Judiciário reconheceu a distintividade adquirida pelo uso contínuo (secondary meaning), evidenciando a divergência entre as instâncias na definição dos limites da proteção marcária. A metodologia é qualitativa, com análise bibliográfica e documental, considerando a Lei nº 9.279/1996, a Lei nº 9.610/1998, e a Portaria INPI nº 37/2021. Será examinado também o precedente estrangeiro Christian Louboutin S.A. v. Yves Saint Laurent Am. Holdings, Inc. (2012). As pesquisadoras atuam em conjunto na divisão das tarefas de pesquisa, com foco na revisão teórica e na análise dos julgados. Como base crítica, adota−se a perspectiva de Coombe (1998), para quem o direito marcário funciona como campo de poder cultural, "congelando o jogo da significação" ao legitimar a autoria corporativa sobre signos cujo valor é construído coletivamente. A autora demonstra que o secondary meaning opera presunções que favorecem sistematicamente atores com maior poder de mercado, exatamente o mecanismo que a pesquisa pretende questionar no contexto brasileiro. Tal dinâmica potencializa riscos de distorção concorrencial ao legitimar a apropriação exclusiva, por grandes corporações, de signos visuais dotados de elevado valor simbólico e comunicacional. Como consequência, erguem−se barreiras de entrada que restringem a atuação de criadores independentes e reduzem a circulação competitiva de referências estéticas no mercado — configurando precisamente o cenário de sobreproteção jurídica que a presente pesquisa busca problematizar no contexto brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: COOMBE, Rosemary J. The Cultural Life of Intellectual Properties.1998. Lei nº 9.279/1996. Portaria INPI nº 37/2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5414**

TITULO:DIGNIDADE MENSTRUAL E MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **KAMILY DURVAL PEREIRA DOS SANTOS,MELISSA VALLES CAMPELLO**

ORIENTADOR(ES): **LUCIANA BOITEUX**

RESUMO: A pesquisa pretende estudar a dignidade menstrual de mulheres presas, ou seja, a garantia de condições materiais e sociais mínimas para que pessoas que menstruam possam vivenciar esse ciclo fisiológico com segurança, saúde e respeito. Tal conceito abrange não apenas o acesso regular a itens de higiene, como absorventes, mas também a disponibilidade de infraestrutura adequada , o acesso à educação e a informações sobre o próprio corpo, além de assistência à saúde ginecológica. Trata−se de desdobramento do princípio da dignidade da pessoa humana, sendo este um direito humano reconhecido internacionalmente, imprescindível para a promoção da justiça social e da equidade de gênero, indispensável para assegurar a autonomia corporal e evitar que a menstruação se torne um fator de exclusão escolar, profissional ou social. A importância desse estudo se relaciona com o aumento do encarceramento de mulheres nos últimos anos, ao mesmo tempo em que se verifica que elas recebem menos apoio e visitas do que os homens (Boiteux 2015), o que agrava as consequências da omissão do Estado ignorando as peculiaridades da saúde íntima feminina. A menstruação ainda é vista pela sociedade brasileira, por conta do machismo, como um tabu, apesar de ser uma condição biológica e inerente ao corpo feminino. Nesse âmbito, a pobreza menstrual, que afeta especialmente mulheres pobres e negras, atinge tanto seu lado físico quanto psicológico, sendo que, no sistema carcerário, essas vulnerabilidades são potencializadas, pela ausência de privacidade e da condição mínima de higiene em uma cela. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é analisar as condições de acesso à dignidade menstrual no sistema prisional fluminense, verificando a efetividade das legislações e das políticas públicas, a partir da revisão bibliográfica de livros, estudos e relatórios publicados sobre o tema. Como objetivos específicos temos: a) identificar leis e políticas públicas nacionais de combate à pobreza menstrual e verificar se estas se aplicam às mulheres encarceradas; b) mapear as iniciativas, políticas públicas e leis estaduais que garantam esse direito para as mulheres em privação de liberdade; c) analisar as condições do acesso a esse direito a mulheres encarceradas no Rio de Janeiro a partir de relatórios publicados; d) propor políticas públicas e mecanismos de controle que garantam o acesso à dignidade menstrual pelas presas em nosso estado. As principais questões a serem respondidas são: i) é reconhecido o direito à dignidade menstrual nas prisões do Estado do Rio de Janeiro? ii) De que maneira a precariedade menstrual afeta as pessoas que menstruam em situação de cárcere? iii) Quais as possíveis soluções para a pobreza menstrual carcerária? A metodologia usada é a revisão bibliográfica e documental, na forma de pesquisa exploratória e descritiva, partindo do marco teórico dos direitos humanos, da Criminologia Crítica e do feminismo. Não serão realizadas visitas in loco a presídios.

BIBLIOGRAFIA: BOITEUX, Luciana et al. Mulheres e Crianças Encarceradas: um estudo jurídico−social sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: LADIH, 2015. QUEIROZ, Nana. Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5423**

TITULO:“LAS BOMBAS DE PAZ EN LA NOCHE”: A GEOESTRATÉGIA DE MILITARIZAÇÃO E A COLONIALIDADE EM VIEQUES.

AUTOR(ES) : **MARIA LUIZA RODRIGUES MENDES DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **MONICA BRUCKMANN,FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: O Grande Caribe configurou−se como um espaço estratégico marcado por disputas geopolíticas, culturais e por recursos entre grandes potências. Porto Rico exemplifica tal dinâmica ao constituir−se como um território não−incorporado dos Estados Unidos, ocupando uma posição paradoxal em seu sistema político e evidenciando a permanência de estruturas coloniais; essas, que materializam Vieques – município porto−riquenho – como estrutura basilar da geoestratégia estadunidense no entorno caribenho. Entre 1941 e 2003, a ilha foi utilizada pela Marinha dos EUA como base para exercícios militares, bombardeios e testes de armamentos, sendo considerada essencial para a segurança nacional e para o controle do entorno hemisférico, em consonância com a Doutrina Monroe. Frente a tal conjuntura, os impactos socioeconômicos e humanitários derivados da ocupação militar desencadearam um processo de mobilização social e resistência não−violenta, que reivindicavam a descontaminação, a “devolução” da ilha à Porto Rico, a desmilitarização do território e a proposição de seu desenvolvimento local. Diante deste quadro, o presente trabalho busca – através de uma análise geopolítica crítica e decolonial da estratégia de militarização dos Estados Unidos para Viques – investigar como tal situação está vinculada à centralidade da não−incorporação e perpetuação da colonialidade em Porto Rico; objetivando analisar como essas experimentações criaram as condições de possibilidade para a construção do poderio militar e político dos EUA; e avaliar os efeitos (humanitários, econômicos e ambientais) causados pelas experimentações realizadas na Ilha, bem como a funcionalidade dos mesmos enquanto reforçadores de laços de colonialidade, dependência e subalternização.

BIBLIOGRAFIA: CORONADO, Jaime Preciado; UC, Pablo. La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe: hacia una agenda de investigación regional. Geopolítica(s), Madrid, v. 1, n. 1, p. 65–94, 2010. HABIBI−PAYDAR, Chantal. Paz para Vieques: negociaciones entre los Estados Unidos de América y el estado de Puerto Rico con respecto a las prácticas navales en la isla de Vieques, Puerto Rico. 2007. Tesis (Maestría) – Universidad del Salvador, Buenos Aires, 2007. MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, e329402, jun. 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5426**

TITULO:Estudo de caso: para além da casa da tia Ciata

AUTOR(ES) : **CARLOS EDUARDO DA SILVA FIGUEIREDO,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS,IRIS DE FARIAS**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN**

RESUMO: No final do século XIX, o Rio de Janeiro vivenciou a efervescência da música popular carioca sob forte perseguição institucional. Nesse cenário, as "Tias Baianas", lideranças femininas e religiosas da Diáspora, emergiram como esteios de resistência e organização comunitária na região da Pequena África. Entre elas, Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, consolidou−se como figura central para o nascimento do samba urbano. A despeito da rica tradição que essas mulheres preservavam, a ausência de registros documentais e de mecanismos de direitos autorais no século XIX gerou um profundo apagamento de autoria negra. Enquanto a herança colonial europeia legitima a cultura estritamente através do registro escrito, as matrizes africanas e indígenas utilizam a oralidade como tecnologia efetiva de preservação. Contudo, sob o racismo estrutural, a falta de documentação oficial converteu−se em estratégia de apropriação e invisibilização pelo Estado. Como o primeiro samba gravado ("Pelo Telefone") nasceu em terreiros na casa de Tia Ciata, sua figura transcende o entretenimento e torna−se um símbolo heroico de salvaguarda de uma memória coletiva que a escrita negligenciou. Como objetivo, viemos evidenciar o papel histórico das Tias Baianas, sobretudo de Tia Ciata, na resistência contra o apagamento epistêmico da memória negra carioca. Busca−se demonstrar as limitações de acesso ao registro documental na ciência do Direito do século XIX e expor como o racismo estrutural operou no campo da documentação, deslegitimando criações afro−brasileiras. A metodologia trata−se de uma pesquisa qualitativa construída por meio do método de estudo de caso e pesquisa documental. Realizou−se um levantamento bibliográfico fundamentado em Velloso (1990) e Melo (2003), para contextualizar o universo cultural carioca, e em Hinda e David (2024), para discutir a oralidade como preservação do passado e futuro africano. O corpus analítico incluiu o exame das estruturas jurídicas do século XIX e uma visita técnica à Casa da Tia Ciata para verificação empírica. Os achados demonstram que a repressão policial e jurídica da época impossibilitava o registro oficial de bens culturais de matriz africana. A legitimação do samba na casa de Tia Ciata funcionou como uma blindagem política, onde sua influência e prestígio protegeram a comunidade e permitiram a transição da oralidade para o fonograma, evidenciando o impacto dessa assimetria histórica nas atuais políticas de preservação. Conclui−se que o ato de registrar e documentar a memória social no Brasil é historicamente seletiva e racializada. O atraso secular no reconhecimento institucional da produção cultural das Tias Baianas revela uma decisão parcial de quem detém o poder de ditar o que é considerado patrimônio. O estudo deste caso reforça que salvaguardar essas memórias é indispensável para combater a marginalização contemporânea criativa e assegurar o devido respeito aos criadores do samba.

BIBLIOGRAFIA: HINDA, O. B. J.; DAVID, M. T. A oralidade como forma de existir a África: Um caso de preservar o passado, o presente e o futuro das comunidades africanas. Revista Comunicação, Cultura e Sociedade, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.30681/rccs.v10i1.12693. Acesso em: 29 mai. 2026. MELO, T. G. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830−1930. Afro−Ásia, n. 30, p. 175−198, 2003. VELLOSO, M. As tias baianas tomam conta do pedaço... Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Revista Estudos Históricos, v. 3, n. 6, p. 207−243, 1990.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5435**

TITULO:Impacto das megaoperações policiais na acessibilidade à Cidade Universitária da Ilha do Fundão

AUTOR(ES) : **ALYSSOM GABRIEL RODRIGUES DIAS,DANIEL DOS SANTOS ALVES**

ORIENTADOR(ES): **JUCIANO MARTINS RODRIGUES**

RESUMO: Na região metropolitana do Rio de Janeiro, observa−se uma combinação entre as desvantagens em termos de transporte e as desvantagens sociais de indivíduos, grupos e comunidades, nos termos propostos por Lucas (2012). Uma situação que resulta em diferentes níveis de acesso às oportunidades urbanas (escola, emprego, lazer, cultura etc.) e aprofunda o quadro de desigualdades, exclusão e segregação residencial já constituído historicamente. A interação entre condições sociais negativas e as desvantagens no transporte se materializam nas condições de deslocamento da população, em especial daquela residente em favelas e periferias. Como agravante das condições inadequadas de mobilidade urbana, a cidade do Rio de Janeiro convive diariamente com eventos intervenientes que impactam no planejamento operacional do transporte público e alteram rotina dos deslocamentos cotidianos de seus milhares de habitantes. Entre esses eventos estão principalmente: (i) ocorrência de sinistros de trânsito diários, principalmente aqueles envolvendo motocicletas; (ii) ocorrências decorrentes de eventos climáticos, como ventanias e alagamentos; (ii) impactos semanais de grandes eventos, como shows musicais e jogos de futebol e (iv) ocorrências policiais de grande porte, como as operações executadas pelas forças estaduais em áreas de favela. Neste trabalho, o objetivo geral é investigar os impactos das grandes operações policiais no sistema de ônibus da cidade do Rio de Janeiro, com foco na análise da redução das viagens planejadas pela Prefeitura e na queda na quantidade de embarques, tendo como estudo de caso a circulação dos serviços que atendem a Cidade Universitária da Ilha do Fundão. O estudo proposto consiste em uma análise a partir dos dados abertos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Transporte, que registra cada viagem através das informações emitidas por dispositivo de GPS instalado nos ônibus. A análise dos impactos foi desenvolvida a partir da comparação entre o funcionamento do sistema em dias de operação e dias normais, levantando a variação no número de viagens planejadas pela Prefeitura e na quantidade de passageiros embarcados, por dias selecionados e por hora de início da viagem e hora de embarque do passageiro

BIBLIOGRAFIA: Lucas K. Transport and social exclusion: Where are we now? Transport Policy. 2012;20:105–113. RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. A metrópole do apartheid cordial: a segregação residencial no Rio e a reprodução das desigualdades. Jornal Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 18 jan. 2024. Disponível em: https://www.brasildefatorj.com.br/2024/01/18/a−metropole−do−apartheid−cordial−a−segregacao−residencial−no−rio−e−a−reproducao−das−desigualdades. Acesso em: 10 outubro de 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5437**

TITULO:Do terreiro aos camarotes: o Sambódromo da Marquês de Sapucaí entre o Direito à Cidade e a mercantilização do Carnaval

AUTOR(ES) : **GABI URURAHY,JOAO GABRIEL FERREIRA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CAMILA PAVI GARCIA ROSA**

RESUMO: O presente trabalho analisa a estruturação da Passarela do Samba Professor Darcy Ribeiro, popularmente conhecida como Sambódromo da Marquês de Sapucaí, como um marco histórico de inclusão socioespacial e consagração da cultura popular do carnaval carioca. Sob a égide da articulação entre as ciências sociais e o direito, investiga−se esse processo de consolidação histórica como uma conquista, em que os rituais de suspensão e encantamento das ruas alcançaram o reconhecimento governamental e a proteção do Estado por meio de uma estrutura pública definitiva; pautado pela tecnologia de reexistência das populações negras e periférica. O objetivo central é analisar, à luz dos institutos de Direito Administrativo, de que forma o surgimento da Passarela do Samba e sua afetação à finalidade dos desfiles do carnaval carioca contemplam o direito à cidade de grupos historicamente postos à margem da sociedade. Das raízes do samba, na Praça Onze e nos terreiros das “tias”, ao palácio de concreto erguido por Niemeyer, Brizola e Darcy, o Sambódromo é a materialização do sonho ufanista de dar voz aos que eram perseguidos, legitimando sua cultura através do batuque de seus tambores. Para tanto, a metodologia consiste numa revisão bibliográfica crítica, articulando autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Thais Cunegatto e Luiz Antonio Simas, aliada à análise de processos políticos, jurídicos e administrativos que regem as concessões do espaço público ao capital privado. Observa−se, portanto, de que forma os crescentes movimentos político−institucionais recentes, movidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pela Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), agem na contramão da finalidade precípua da existência do bem público. Examina−se, sob a ótica da habitação lefebvriana, de que forma a construção simbólica do samba propiciou o surgimento da Marquês de Sapucaí, em aparente contraste com as políticas públicas de camarotização e vitrinização do carnaval. O presente trabalho pretende investigar de que forma, sob o signo da valorização da cultura periférica, a efetivação do direito à cidade, para aqueles que outrora eram postos à sua margem, são ameaçadas, transformando o chão do samba, originalmente um terreiro simbólico, num ativo financeiro voltado para o entretenimento de elites e turistas. A atuação no processo de pesquisa envolveu o levantamento de dados sobre a ocupação da Sapucaí e a síntese das categorias teóricas aplicadas ao caso concreto. Os resultados esperados indicam que a camarotização atua como um muro de segregação socioespacial no contexto da cultura popular, barrando o acesso da comunidade e daqueles que são os produtores originais da manifestação cultural. Conclui−se, em caráter parcial, que a recuperação do caráter democrático do carnaval exige políticas que reafirmem a função social do espaço urbano contra a hegemonia mercadológica moderno−colonial.

BIBLIOGRAFIA: LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991. HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. CUNEGATTO, Thais. Carnaval, uma festa democrática? Discussão sobre segregação social e o direito à cidade a partir do universo carnavalesco do Rio de Janeiro. PragMATIZES − Revista Latino−Americana de Estudos em Cultura, [S. l.], n. 11, p. 122–137, 2016. DOI: 10.22409/pragmatizes.v0i11.10437. Disponível em: https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10437. Acesso em: 11 maio. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5451**

TITULO:OS IMPACTOS DO DEEP STATE NO DIREITO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO E A TEORIA DO EXECUTIVO UNITÁRIO

AUTOR(ES) : **GABRIELLA NUNES CARDOSO,JULIETA ARRUDA VARONI DE CASTRO,ARTHUR DA COSTA GARCIA**

ORIENTADOR(ES): **FABIO CORREA SOUZA DE OLIVEIRA**

RESUMO: O presente trabalho objetiva estudar os diferentes conceitos referentes ao Deep State , suas diferentes concepções na história e literatura, bem como as implicações que esse debate traz para o Direito. Parte do exame do conceito de Deep State, expressão utilizada para designar a suposta atuação autônoma de setores permanentes da burocracia estatal. A pesquisa analisa a evolução desse conceito e sua apropriação pelo governo Trump como fundamento para iniciativas de fortalecimento do poder presidencial, especialmente à luz da teoria do Executivo Unitário. Investiga, pois, a relação entre o Deep State e o modelo do executivo unitário , analisando as medidas da administração Trump para desmontar a burocracia independente e a relação com o ocorrido no Brasil durante a presidência de Jair Bolsonaro, especialmente no curso da pandemia, quando dinâmicas semelhantes entre a liderança política e o corpo técnico−administrativo se manifestaram. De maneira mais específica, a pesquisa busca analisar a noção de Deep State à luz de categorias teóricas que sinalizam uma erosão institucional, examinando sua presença no contexto estadunidense e investigando como essa problemática foi incorporada no debate político brasileiro. Para isso, pretendemos entender a evolução histórica do conceito de Deep State , especialmente nos Estados Unidos, analisando suas transformações e seus diferentes sentidos, investigando de que maneira os ataques ao chamado Deep State foram mobilizados para a construção de um inimigo comum, contribuindo para a legitimação de projetos políticos e para a consolidação do poder – com atenção à sua relação com o projeto político de Donald Trump. Em seguida, examinar de que forma o conceito passou a adquirir novas interpretações no debate público e acadêmico, sendo atualmente associado à existência de redes de influência que atuariam em articulação com agentes estatais e setores da Administração Pública. Então, traçar um paralelo importante com o contexto brasileiro, utilizando o conceito de Deep State como ferramenta para identificar possíveis correlações com a realidade do país, particularmente no que se refere aos discursos que questionam a atuação da Administração Pública. A pesquisa desenvolve−se com base nos conteúdos selecionados e debatidos em reuniões periódicas com os graduandos que compõem a pesquisa. O método empregado consiste na análise de doutrina e de outras fontes, na coleta de informações relacionadas ao governo Trump e no monitoramento do noticiário brasileiro. Já foi possível identificar a polissemia do conceito de Deep State e que sua aplicação pode carregar um viés ideológico, sendo usado por diferentes espectros políticos para retratar a Administração Pública e/ou agentes privados que procuram capturá−la. É esperado que a pesquisa revele um significado mais delineado da expressão e que sinalize impactos na Administração Pública brasileira, mapeando o risco de enfraquecimento de instituições democráticas e da confiança social nelas

BIBLIOGRAFIA: Fukuyama, Francis. In Defense of the deep state. Asian Pacific Journal of Public Administration, v. 46, n. 1, p. 1−12, agosto, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1080/23276665.2023.2249142. Tushnet, Mark. A Political Perspective on the Theory of the Unitary Executive. Journal of Constitutional Law, v. 12, n. 2, p. 314−329, fevereiro, 2010. Michaels, Jon D. The American Deep State. Notre Dame Law Review, v. 93, n. 4, julho, 2018. Disponível em: https://scholarship.law.nd.edu/ndlr/vol93/iss4/10.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5452**

TITULO:ENTRE O COLONIALISMO MODERNO E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PORTO RICO

AUTOR(ES) : **RAMOM ALVES RODRIGUES,MARINA CHAN Y MATOS**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL SILVA DA ROCHA COUTINHO ANTUNES,DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O presente trabalho analisa o caso de Porto Rico a partir da relação entre colonialismo contemporâneo, cidadania desigual e processos migratórios, buscando compreender como o status político da ilha enquanto território não incorporado dos Estados Unidos contribui para dinâmicas de deslocamento populacional e desterritorialização. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito dos estudos sobre direitos humanos, colonialidade e migração, com foco nos impactos sociais e políticos das crises recentes vividas pela polulação porto−riquenha. A metodologia utilizada baseia−se em revisão bibliográfica e análise documental, utilizando obras acadêmicas, documentos históricos, reportagens e produções culturais relacionadas ao tema. Entre os principais referenciais analisados estão autores como Sam Erman, Naomi Klein e Nelson Denis, além do documentário El Apagón e da produção artística do cantor Bad Bunny, compreendidos como instrumentos de denúncia social e afirmação identitária. No desenvolvimento da pesquisa, atuou−se na coleta, sistemização e análise de fontes bibliográficas e audiovisuais, buscando relacionar os debates sobre colonialismo e cidadania ás transformações migratórias observadas em Porto Rico nas últimas décadas. O trabalho identificou que políticas de austeridade, a imposição da Lei PROMESA e os impactos do Furacão Maria intensificaram o êxodo populacional da ilha, agravando processos de precarização social, crise energética e gentrificação. Nesse contexto, a migração deixa de representar apenas um deslocamento econômico e passa a expressar uma consequência estrutural da depedência política e da perda de autonomia territorial. Os resultados apontam que o caso porto−riquenho evidencia formas contemporâneas de colonialismo que produzem desigualades políticas, vulnerabilidade social e deslocamentos populacionais em larga escala. Além disso, oberva−se o fortalecimento de movimentos culturais e sociais que denunciam internacionalmente essas problemáticas, especialmente por meio da atuaçao de Bad Bunny, cuja produção artística passou a simbolizar resistência cultural, pertencimento territorial e crítica ao processo de desterritorialização da população porto−riquenha. Conclui−se que a experiência de Porto Rico permite compreender como estruturas coloniais ainda influenciam fluxos migratórios contemporâneos, demonstrando que a migração pode ser resultado direto de relações históricas de dependência, exclusão política e desigualdade socioeconômica.

BIBLIOGRAFIA: ERMAN, Sam. Almost Citizens: Puerto Rico, the U.S. Constitution, and Empire. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. KLEIN, Naomi. The Battle for Paradise: Puerto Rico Takes On the Disaster Capitalists. Chicago: Haymarket Books, 2018. DENIS, Nelson A. War Against All Puerto Ricans: Revolution and Terror in America's Colony. New York: Nation Books, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5455**

TITULO:Eleições e partidos políticos em contexto autoritário: estratégias e reações às reformas eleitorais da ditadura brasileira

AUTOR(ES) : **NATALIA PIRES DA COSTA,MARIA JULIA RODRIGUES FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO: Esta pesquisa integra o projeto "Autoritarismo, eleições e poder local no Brasil", que investiga como regimes autoritários utilizam mecanismos próprios do constitucionalismo democrático para conservar o poder. Nesse contexto, o estudo se desdobra em duas frentes. A primeira analisa as reformas eleitorais promovidas durante a ditadura militar brasileira, com foco na institucionalização das eleições indiretas, buscando compreender como o regime atuou para alterar as regras do processo eleitoral, garantir o controle político e conferir legitimidade ao sistema político autoritário. A segunda frente se volta para o aprofundamento de mecanismos institucionais específicos que estruturaram o funcionamento do bipartidarismo, com destaque para o sistema de sublegendas. A pesquisa adota uma abordagem histórica e documental, baseada na análise de fontes primárias institucionais e da imprensa, complementada por revisão bibliográfica da literatura jurídica e histórica. O estudo mobiliza os referenciais do autoritarismo burocrático (O'Donnell, 1973) e da engenharia eleitoral (Fleischer, 1994) para compreender as estratégias de institucionalização do regime e as reformas eleitorais implementadas durante a ditadura militar. Na primeira frente, foi realizado um levantamento normativo que revelou uma intensa produção de atos de diferentes naturezas jurídicas, como Atos Institucionais, Atos Complementares e Emendas Constitucionais, que alteravam continuamente as regras político−eleitorais. A frequência dessas modificações evidencia seu caráter casuístico e um cenário de instabilidade normativa, no qual os instrumentos jurídicos eram continuamente reformulados e mobilizados de acordo com as necessidades do governo, funcionando como mecanismos de contenção de resistências políticas e de preservação de sua posição de poder. Por sua vez, a segunda frente da pesquisa, dedicada ao exame da literatura especializada sobre a dinâmica político−partidária do regime militar, revelou que a criação do sistema bipartidário foi acompanhada de um desenho institucional voltado a assegurar a predominância da ARENA, concebida como instrumento de legitimação política e sustentação do regime. Para acomodar as disputas geradas pela imposição do bipartidarismo sem fragmentar oficialmente os partidos, foi criada a sublegenda (Lei nº 4864/1965), que permitia a diferentes correntes de um mesmo partido lançar candidatos distintos para cargos majoritários. Nesse contexto, a sublegenda funcionou como um mecanismo destinado a acomodar disputas e lideranças regionais, conciliando os objetivos centralizadores do regime com as dinâmicas políticas locais. A próxima etapa da pesquisa buscará aprofundar a análise dos debates e disputas em torno das eleições indiretas para os governos estaduais e da adoção da sublegenda, a partir sobretudo da consulta a fontes da imprensa, com o intuito de compreender como os conflitos entre poderes locais, regionais e nacionais impactaram a engenharia eleitoral da ditadura.

BIBLIOGRAFIA: BARBOSA, L. A. de A. (2017). O voto sob a baioneta: o direito eleitoral nos primeiros anos do regime civil−militar brasileiro (1964−1967). Revista Direito Gv, 13(1), 145–170. https://doi.org/10.1590/2317−6172201707 BRAGA, Diego. Nas “Quebradas do Inhanduí”, gênesis e exercício do bipartidarismo brasileiro: o regime civil−militar e as relações entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (1966 − 1979). São Leopoldo, 2016. FLEISCHER, David. 1994. "Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contro o feiticeiro." in Gláucio Soares and Maria Celina d'Araujo (eds.)

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5466**

TITULO:A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS DE MARKETING SOCIAL SOBRE O VOLUNTARIADO JOVEM NO BRASIL

AUTOR(ES) : **JULIA DA ROSA BAPTISTA ANDRADE**

ORIENTADOR(ES): **DANIELA ABRANTES FERREIRA**

RESUMO: O Terceiro Setor desempenha papel estratégico no desenvolvimento social brasileiro, atuando em áreas onde o Estado e o mercado não alcançam plenamente. Com mais de 897 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) registradas no país (IPEA, 2025), a sustentabilidade dessas organizações depende, em grande medida, do engajamento de voluntários jovens. Este trabalho tem como objetivo analisar como as práticas de marketing social adotadas por OSCs influenciam o engajamento do voluntariado jovem em projetos sociais no Brasil. A pesquisa é de natureza quantitativa e caráter descritivo. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado, aplicado a 30 jovens voluntários entre 15 e 29 anos atuantes em OSCs de diferentes áreas. O instrumento baseou−se no modelo integrativo de marketing social de Lefebvre (2011) e nas dimensões de engajamento — afetiva, cognitiva e comportamental — propostas por Vecina, Chacón e Marzana (2013), com respostas mensuradas por Escala Likert de 5 pontos. A autora atuou em todas as etapas da pesquisa: revisão bibliográfica, elaboração do instrumento, coleta e análise dos dados. Os resultados revelaram percepção amplamente positiva das práticas de marketing social: as dimensões de benefício percebido e identificação com a causa obtiveram médias elevadas (até 4,95/5,0), indicando forte alinhamento entre os valores dos voluntários e a missão das OSCs. As três dimensões de engajamento também apresentaram médias altas (entre 4,70 e 4,85), evidenciando entusiasmo, motivação para permanência e comportamento espontâneo de divulgação da causa. Os pontos de menor pontuação foram o reconhecimento institucional (média 3,85) e a participação dos voluntários nas decisões organizacionais, sinalizando áreas prioritárias de aprimoramento. Conclui−se que o marketing social atua como ferramenta estratégica de construção de identidade e pertencimento, sendo essencial para atrair, engajar e reter jovens voluntários. Os resultados oferecem subsídios práticos para gestores do Terceiro Setor, especialmente no desenvolvimento de estratégias de reconhecimento simbólico e de gestão mais participativa.

BIBLIOGRAFIA: LEFEBVRE, R. C. An integrative model for social marketing. Journal of Social Marketing, v. 1, n. 1, p. 54−72, 2011. SOARES JÚNIOR, A. P. et al. Social value of marketing: a bibliometric analysis. Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing, v. 37, n. 1, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5480**

TITULO:Dinâmica setorial da indústria brasileira e o papel dos preços relativos na posição competitiva dos grupos industriais: um estudo comparativo entre 2014 e 2023

AUTOR(ES) : **LUISA DE ARRUDA LAKSCHEVITZ ASSUNÇÃO**

ORIENTADOR(ES): **JULIA FERREIRA TORRACCA CHRISPINO**

RESUMO: A mudança estrutural é um componente central do desenvolvimento econômico, pois envolve a realocação de recursos entre setores com diferentes capacidades de gerar produtividade e sustentar trajetórias de crescimento. Nesse processo, a indústria ocupa historicamente papel estratégico: além de operar como indutora de encadeamentos produtivos, ela tende a apresentar economias de escala e aprendizado cumulativo com importantes transbordamentos para o conjunto da economia. Por essa razão, a literatura que examina a mudança estrutural tem conferido especial atenção ao fenômeno da desindustrialização. No entanto, ainda são relativamente escassos os trabalhos que aprofundam os processos de mudança estrutural dentro da indústria. Esse prisma analítico é relevante porque as atividades industriais são distintas e, por conta disso, apresentam capacidades diferentes de gerar e difundir progresso técnico. Além disso, tais mudanças internas variam conforme a estrutura produtiva e o padrão de comércio de cada economia. Dito isso, este trabalho busca mapear o processo de mudança estrutural da indústria brasileira sob as óticas da estrutura produtiva e do padrão de comércio, e busca entender: (1) as principais tendências em termos de composição setorial e (2) a existência de possíveis processos de convergência de estrutura entre elas. A análise foca no caso brasileiro, cobrindo o período de 2014 a 2023 em virtude da disponibilidade dos deflatores setoriais. Utiliza informações da PIA Empresa para a estrutura produtiva industrial e dados do Comex Stat/MDIC para o comércio exterior (exportação e importação). O processo de mudança estrutural é observado a preços correntes, em linha com trabalhos já realizados como Oliveira (2024), mas avança ao considerar o papel dos preços relativos nessa construção, como sugerido por Passoni (2019). Adota−se a lógica de padrões de concorrência da indústria brasileira, amplamente utilizada pelo Grupo de Indústria e Competitividade (TORRACCA, 2017), com agrupamento setorial da CNAE a três dígitos que se organiza em cinco categorias: Commodities Agrícolas (CA), Commodities Industriais (CI), Indústria Tradicional (IT), Indústria Intensiva em Tecnologia (IN) e Indústria Extrativa (EX). Os resultados preliminares sugerem especialização na importação de bens intensivos em tecnologia (IN) e de bens de consumo (IT), ao mesmo tempo em que se observa aumento da participação de produtos intensivos em recursos naturais (CA e CI) tanto na pauta exportadora quanto na composição do valor da produção e do emprego. Contudo, a comparação entre medidas nominais e reais revela que os preços exercem papel relevante, de modo que a expansão observada de CA e CI nas exportações e na produção é menos pronunciada quando esse efeito é controlado. Ainda assim, o grupo IN vem perdendo participação ao longo do tempo, o que pode refletir dificuldades da indústria em ampliar sua capacidade e gerar autonomia produtiva em setores−chave.

BIBLIOGRAFIA: PASSONI, Patieene Alves. Desindustrialização e especialização regressiva na economia brasileira entre 2000 e 2014: uma avaliação crítica a partir da análise insumo−produto. 2019. 198 f. Tese – IE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019. JESUS, Guilherme de Oliveira. Desafios competitivos da indústria brasileira: uma análise integrada da estrutura produtiva e do padrão de comércio para o período de 2000 a 2022. . 2025. 109 f. TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas) – IE, UFRJ TORRACCA, Julia Ferreira. Coevolução das estruturas de produção e comércio exterior da indústria brasileira: convergência ou desarticulação? . 2017. 140 f. Tese – IE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5511**

TITULO:ATIVIDADE DE EXTENSÃO NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO TOMÁS DE AQUINO

AUTOR(ES) : **JULIA REBECCA MELGACO VITAGLIANO GOUVEIA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA WALKIRIA DE FARO COELHO GUEDES CABRAL,SILVINA JULIA FERNÁNDEZ,PATRICIA MALLMANN**

RESUMO: De acordo com Danielle Alves (2016), as diversas práticas de mediação de leitura de literatura infantojuvenil, perpetradas por bibliotecários, mediadores e contadores, são essenciais para propiciar a emancipação social, desenvolvimento de habilidades de leitura, criatividade e escrita, e entendimento do contexto sociocultural, além de contribuir com o exercício da cidadania infantil. O seguinte trabalho tem o objetivo de relatar uma das atividades realizadas pelo Projeto de Extensão "Criafem: mediação de leitura infantojuvenil feminista", da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que ocorreu na Escola Municipal São Tomás de Aquino, no dia 07 de novembro de 2025. A atividade propôs−se à apresentar diversas mulheres, selecionadas a partir da leitura de livros pertencentes ao próprio acervo, de cunho feminista, do Projeto, consideradas pioneiras, representativas ou com contribuições e conquistas notáveis para seus campos de atuação, como Marie Curie, Nise da Silveira, Mary Anning, Katherine Johnson, Enedina Marques e outras 28 mulheres, através da utilização de um jogo de perguntas e tabuleiro lúdico, elaborado pelas extensionistas do Projeto, e consulta aos livros do acervo, levados para a realização da atividade, com alunos do Ensino Fundamental II. Uma média de 16 alunos participaram da atividade. Os estudantes foram divididos em dois grupos, sendo um deles composto por crianças com necessidades especiais; o primeiro grupo a brincar com o jogo foram quatro crianças com deficiência intelectual, que, apesar de terem apresentado dificuldades de entender a dinâmica do jogo, resultando na constante orientação das extensionistas e necessidade de adaptação do jogo, mostraram−se determinadas a completar a brincadeira, enquanto os outros estudantes, separados em quatro trios, conseguiram completar a dinâmica do jogo sem dificuldade. A autora, extensionista do Projeto, contribuiu com o planejamento da atividade, seleção de mulheres e construção das perguntas e realização da atividade, instruindo e ajudando os alunos quanto à brincadeira. Acredita−se que, ao introduzir mulheres que conquistaram seus sonhos em meio a ambientes propícios à segregação horizontal e/ou vertical, conceitos referentes à concentração de mulheres e homens em determinadas profissões e ao índice menor de mulheres em cargos de tomada de decisão ou de poder (Gauche; Verdinelli; Silveira, 2013), este público, desde cedo, conseguirá desenvolver pensamento crítico quanto à questões feministas, como desigualdade de gênero, além de passar a (re)conhecer mulheres batalhadoras dignas de serem vistas como fonte de inspiração.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Danielle da Silveira Mendonça. Incentivo ao exercício da cidadania infantil através da mediação de leitura. 2016. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) − Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. GAUCHE, Susana; VERDINELLI, Miguel Angel; SILVEIRA, Amelia. Composição das equipes de gestão nas universidades públicas brasileiras: segregação de gênero horizontal e/ou vertical e presença de homosociabilidade. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 4., Brasília, DF, 2013. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2013. p. 1−16.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5521**

TITULO:PROJETO DE EXTENSÃO "CRIAFEM: MEDIAÇÃO DE LEITURA INFANTOJUVENIL FEMINISTA": UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTOR(ES) : **JULIA REBECCA MELGACO VITAGLIANO GOUVEIA**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN,MARIA WALKIRIA DE FARO COELHO GUEDES CABRAL,SILVINA JULIA FERNÁNDEZ**

RESUMO: De acordo com Ingrid Paixão de Jesus, Henriette Ferreira Gomes e Raquel do Rosário Santos (2019), a mediação da leitura na extensão universitária proporciona o enriquecimento cultural, social e cognitivo, potencializando o crescimento e fortalecimento de um sujeito social, além de resultar em mudanças sociais substanciais. Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar o Projeto de Extensão: "CriaFem: mediação de leitura infantojuvenil feminista", da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desde sua concepção até suas recentes atividades, configurando assim um relato de experiência. O projeto tem como objetivo disseminar e debater temas que passam pela igualdade de gênero, raça e classe social, a partir do olhar feminista interseccional, buscando incentivar valores de justiça social. A metodologia utilizada para alcançar tais objetivos consiste na leitura e estudo de teorias feministas e do acervo de literatura infantojuvenil do projeto; preparação de materiais e atividades de mediação de leitura; realização das atividades em diferentes espaços e com diferentes públicos; e organização e alimentação de página do projeto em rede social digital. Ao reunir dados referentes à sua idealização e concretização, a autora, extensionista do Projeto, contribui em disseminar a proposta do Projeto para com a comunidade universitária ao explicar como este opera atualmente e compilando atividades orquestradas entre os anos de 2024−2025. O projeto realizou sete ações, sendo elas: mediação de leitura e dinâmicas lúdicas na Escola Municipal Genival Pereira de Albuquerque (GET), na Escola Municipal São Tomás de Aquino, na biblioteca comunitária da Vila Residencial − UFRJ, oficinas de escrita na Casa de Referência Almerinda Gama, uma ação em conjunto com o Colégio de Aplicação da UFRJ, que ocorreu no Palácio Universitário, e organização de material visual e audiovisual para a página do Instagram, e, para o ano de 2026, planeja−se realizar mais atividades de dinâmicas parecidas às anteriores. Assim como defendido por Lopes, Paiva e Mallmann (2025), acredita−se que a literatura infantojuvenil de cunho feminista pode e deve ser usada como forma de construção do conhecimento e de educação, pois facilita o primeiro contato de crianças e adolescentes com questões como feminismo, em seu contexto interseccional, assim enriquecendo seu desenvolvimento social, cognitivo e cultural e criando cidadãos mais conscientes quanto aos valores de respeito, equidade e justiça, promovendo uma cultura de inclusão e igualdade para as próximas gerações.

BIBLIOGRAFIA: LOPES, Larissa Pinheiro; PAIVA, Giovanna Valentini; MALLMANN, Patrícia. Representatividade de grupos minorizados socialmente no acervo de bibliotecas públicas e comunitárias: no contexto do feminismo interseccional. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 21, p. 1−23, 2025. PAIXÃO DE JESUS, Ingrid; GOMES, Henriette Ferreira; SANTOS, Raquel do Rosário. Redes de colaboração entre a universidade e a comunidade: a relevância das ações de mediação da leitura na extensão universitária. XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Vitória, v. 28, p. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5536**

TITULO:UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES EM CONTOS DE FADAS ATRAVÉS DOS SÉCULOS

AUTOR(ES) : **JULIA REBECCA MELGACO VITAGLIANO GOUVEIA**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN**

RESUMO: De acordo com Alberti (2006), Contos de Fadas podem atuar como uma espécie de documento não oficial ao registrar a cultura, o momento histórico em que foram escritos e reescritos, a região e seus costumes, além de revelar informações referentes a questões sociológicas e/ou históricas de seu contexto. O objetivo deste resumo é apresentar uma prévia do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora, cujo propósito é analisar os estereótipos de gênero que foram popularizados e/ou normalizados na sociedade através de sua propagação em Contos de Fadas. A análise, realizada de forma comparativa, foca em contos com protagonistas mulheres e suas versões reescritas periodicamente a cada século (XVII, XIX, XX e XXI). A metodologia utilizada para alcançar este objetivo enquadra−se como bibliográfica−comparativa, pois visa a leitura crítica desse contos para posterior comparação, de modo que a autora selecionou três contos de princesas clássicas (Branca de Neve, Bela Adormecida e Cinderela), por serem consideradas as mais conhecidas dentro de seu gênero e reunir versões escritas nesses quatro períodos históricos. Espera−se compreender como esses estereótipos compeliram estigmas machistas e misóginos, em consequência da época, região, cultura e tradições, além dos ideais e princípios de quem o (re)escreveu, para com seu público−alvo ao serem deliberadamente excludentes quanto à diversidade e representatividade. Como hipótese, espera−se mostrar como o contexto social influenciou a escrita desses contos e, consequentemente, induziu o pensamento prevalecente de cada época em relação às mulheres, além de constatar a importância de apresentar literatura infantojuvenil de cunho feminista desde a infância para contribuir no desenvolvimento social, cognitivo e cultural de indivíduos.

BIBLIOGRAFIA: ALBERTI, Patrícia Bastian. Contos de fadas tradicionais e renovados: uma perspectiva analítica. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) − Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1013. Acesso em: 01 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5555**

TITULO:CAPTURA REGULATÓRIA, LOBBY E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ENERGÉTICAS: OS LIMITES INSTITUCIONAIS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA BRASILEIRA

AUTOR(ES) : **GIOVANA MONTEIRO DE AGUIAR CAVALCANTE**

ORIENTADOR(ES): **EMILIANO RODRIGUES BRUNET DEPOLLI PAES**

RESUMO: O presente trabalho analisa como características institucionais do processo de formulação de políticas públicas energéticas no Brasil favorecem dinâmicas de influência assimétrica e criam condições propícias à captura regulatória, limitando a efetivação da transição energética. A pesquisa articula a teoria da captura regulatória, a literatura de políticas públicas e a abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP), buscando compreender como grupos de interesse economicamente organizados influenciam o conteúdo das políticas energéticas nacionais. Como estudo de caso, examina−se o processo legislativo do Projeto de Lei nº 576/2021, convertido na Lei nº 15.097/2025 (Marco Legal das Eólicas Offshore), originalmente voltado à regulamentação da geração de energia eólica offshore. A análise demonstra que, durante a tramitação legislativa, o projeto incorporou "jabutis legislativos" relacionados à contratação compulsória de termelétricas e à manutenção de benefícios à matriz fóssil. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise normativa e exame documental da tramitação legislativa. Conclui−se que fragilidades institucionais, como baixa transparência e ausência de regulamentação do lobby , favorecem dinâmicas de captura regulatória e comprometem a efetividade das políticas de transição energética.

BIBLIOGRAFIA: RUIZ, Isabela; BUCCI, Maria Paula Dallari. Quadro de problemas de políticas públicas: uma ferramenta para análise jurídico−institucional. REI − Revista Estudos Institucionais, v. 5, n. 3, p. 1142−1167, 2019. Disponível em: https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/443. Acesso em: 22 maio 2026. MANCUSO, Wagner Pralon; GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira. Lobby e políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV, 2018. SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20−45, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt. Acesso em: 6 mar. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5572**

TITULO:CAPITALISMO RACIAL E A ASCENSÃO DO STREETWEAR: DA RESISTÊNCIA PERIFÉRICA AO CONSUMO DE MASSAS

AUTOR(ES) : **MARIA CLARA SANTOS ZANINI**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: Na atualidade, o streetwear se expressa como um estilo icônico da moda contemporânea, capaz de mobilizar tendências e despertar desejo em milhares de consumidores, de todas as classes sociais, ao redor do mundo. Entretanto, sua origem é vinculada às expressões culturais produzidas pelas comunidades negras nos bairros periféricos de Nova Iorque, como o Bronx e o Harlem, nos quais o vestuário era visto como forma de resistência ao r egime segregacionista. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender, a partir da análise histórica da relação entre moda, consumo e identidade cultural, a trajetória do streetwear e a influência do capitalismo racial na mercantilização de uma questão social pelo mercado de luxo, transformando símbolos de luta em produtos de alto valor agregado. A partir disso, utiliza−se no estudo as ideias do sociólogo, Pierre Bourdieu, o qual compreende o consumo como forma de distinção social, juntamente com as de Dick Hebdige, teórico que interpreta o estilo como forma simbólica de resistência, principalmente em sua obra "Subculture: The Meaning of Style" (1979). Assim, conclui−se que o mercado ressignifica e se apropria, financeiramente e intelectualmente, de práticas nascidas nas margens sociais como forma de valorização de um povo.

BIBLIOGRAFIA: HEBDIGE, D. Subculture: the Meaning of Style. London: Routledge, 1979. BOURDIEU, P. A distinção crítica social do julgamento. [s.l.] São Paulo: Edusp, 2008. VIRGIL ABLOH; WARSH, L. Abloh−isms. Editorial: Princeton: Princeton University Press In Association With No More Rulers, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **5604**

TITULO:AVALIAÇÃO DE OPÇÕES REAIS PARA INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO SOLAR DISTRIBUÍDA NO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **DIOGO DA ROCHA SOUZA PINTO**

ORIENTADOR(ES): **GLÁUCIA FERNANDES VASCONCELOS**

RESUMO: Este trabalho investiga a viabilidade financeira de projetos de microgeração distribuída de energia solar fotovoltaica no estado do Rio de Janeiro, utilizando a abordagem das opções reais como ferramenta de análise. Em um cenário de crescente preocupação com a sustentabilidade e de elevada dependência da matriz hidrelétrica no Brasil, a energia solar se apresenta como uma alternativa promissora, especialmente nas regiões com alta incidência solar ao longo do ano, como o Sudeste. A metodologia de opções reais permite incorporar à análise tradicional de viabilidade a flexibilidade inerente às decisões de investimento em ambientes incertos, como o atual contexto energético nacional, marcado por oscilações no câmbio, nos preços de equipamentos e mudanças regulatórias. A proposta central do estudo é avaliar se, do ponto de vista econômico−financeiro, o investimento em um sistema de microgeração solar no estado do Rio de Janeiro. Buscando responder se o projeto deve ser realizado imediatamente ou adiado, aguardando melhores condições de mercado. Para isso, serão considerados em simulações, fatores como o custo de implantação (Capex), a volatilidade cambial e o potencial de valorização ou redução futura desses custos. Assim buscando identificar o nível mínimo de investimento necessário para que o retorno esperado justifique o risco assumido. Esse objetivo será alcançado ao adicionar na análise tradicional de VPL e payback, o valor associado à opção de aguardar para investir, com base nas simulações realizadas e nos parâmetros aplicados à realidade do mercado solar brasileiro. Cada opção relacionada a uma certa incerteza apresentará seu próprio VPL, destacando quais fatores guiam a a definição do momento ideal para investir. Assim espera−se contribuir para o amadurecimento do debate sobre transição energética no Rio e diminuir a incerteza atrelada a investimentos de geração solar. Assim impulsionando a rede fluminense na direção de uma matriz energética mais sustentável e econômica, superando as barreiras existentes.

BIBLIOGRAFIA: COPELAND, T. E.; ANTIKAROV, V. **Real Options: A Practitioner's Guide**. New York: Texere, 2001. GONZÁLEZ−MUÑOZ, R.−I.; MOLINA−MUÑOZ, J.; MORA−VALENCIA, A.; PEROTE, J. Real options volatility surface for valuing renewable energy projects. **Energies**, v. 17, n. 5, 1225, 2024. DOI: 10.3390/en17051225. TRIGEORGIS, L. **Real Options: Managerial Flexibility and Strategy in Resource Allocation**. Cambridge: MIT Press, 1996.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5612**

TITULO:A INFLUÊNCIA E O IMPACTO QUE FUTEBOLISTAS TIVERAM NO INCENTIVO À LEITURA ATRAVÉS DE HQS DE MAURICIO DE SOUSA ENTRE OS ANOS DE 1998 E 2008 .

AUTOR(ES) : **MICHAEL EDUARDO VICENTE DE OLIVEIRA,LEONARDO BARCELOS VICTOR DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON SANTOS COSTA**

RESUMO: Introdução: O futebol pode ser compreendido como uma importante manifestação cultural da história brasileira. Embora seja um esporte de origem britânica, criado no século XIX, o Brasil é internacionalmente reconhecido como o país do futebol. Ao longo de sua trajetória, conquistou cinco títulos mundiais (1958, 1962, 1970, 1994 e 2002), consolidando a popularidade de atletas que se tornaram referências nacionais, entre eles Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. Paralelamente, em 1935, nasceu em São Paulo o cartunista Mauricio de Sousa, amplamente apontado como um dos principais incentivadores da leitura no Brasil por meio da Turma da Mônica , série de histórias em quadrinhos cuja narrativa acompanha Mônica e seus amigos no bairro do Limoeiro. Essas publicações têm sido reconhecidas por sua contribuição à formação de leitores e ao processo de alfabetização infantojuvenil. Nesse contexto, em 1976, foi criado o personagem Pelezinho, que estreou nas tiras de jornais e ganhou sua própria revista em 1977. Posteriormente, Mauricio de Sousa ampliou esse universo ao incorporar outros futebolistas às histórias em quadrinhos. Entre eles, destaca−se Ronaldinho Gaúcho, que se tornou personagem em 2005, com sua revista publicada em 2006, período contemplado por esta pesquisa. Anos depois, essa iniciativa foi ampliada com a criação do personagem Neymar Jr., em 2013. Esse panorama evidencia a aproximação entre futebol e histórias em quadrinhos como estratégia de incentivo à leitura. Diante desse contexto, torna−se pertinente investigar de que maneira a utilização de futebolistas como personagens de histórias em quadrinhos contribuiu para o incentivo à leitura entre o público infantojuvenil. Objetivo: Compreender a influência das histórias em quadrinhos protagonizadas por jogadores de futebol no incentivo à leitura infantojuvenil e à prática de esportes. Metodologia/Resultados: Trata−se de um estudo de caráter exploratório, realizado por meio da aplicação de um questionário no Google Forms, composto por perguntas objetivas, respondido por 36 indivíduos nascidos entre 1998 e 2008. Os resultados indicam que as histórias em quadrinhos inspiradas em jogadores de futebol exerceram influência no incentivo à leitura, especialmente entre participantes que já demonstravam interesse pelo esporte. Entre os respondentes, 58,3% relataram a manutenção do hábito de leitura e da prática esportiva após o contato com essas publicações. Além disso, as HQs do personagem Ronaldinho destacaram−se entre os participantes, sendo lidas por 48,6% dos entrevistados. Esses resultados sugerem que a associação entre personagens do futebol e histórias em quadrinhos pode contribuir para o estímulo à leitura e para o fortalecimento do interesse por práticas esportivas.

BIBLIOGRAFIA: BARI, Valéria Aparecida. Maurício de Souza: criador de leitores. Conhecimento Prático: Língua Portuguesa, v. 8, n. 67, p. 24−33, 2017. ISSN: 1984−3682. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/13918. Acesso em: 28 mai. 2026 GROENSTEEN, Thierry. O sistema dos quadrinhos. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora,2015. OLIVEIRA, A. F. D. Origem do futebol na Inglaterra no Brasil. Revista Brasileira de Futsal e Futebol: Periódico do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino em Fisiologia do Exercício, São Paulo, v. 4, n. 13, p. 170−174, Set/Out/Nov/Dez. 2012. Disponível em: www.ibpefex.com.br/ www.rbff.com.br. Acesso em: 28 mai. 2026

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5617**

TITULO:O METRO LINEAR NÃO CONTA TUDO: O PARADOXO ENTRE VOLUME E COMPLEXIDADE NO PROCESSAMENTO TÉCNICO ARQUIVÍSTICO

AUTOR(ES) : **BRUNA SARIEDDINE BARCELOS,THAYRON RODRIGUES RANGEL**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO VICTOR BOTÃO**

RESUMO: O presente trabalho examina o paradoxo da assimetria entre volume e complexidade, caracterizado pela dissociação entre o espaço físico ocupado por um acervo e o real espaço intelectual exigido para o seu tratamento descritivo no âmbito da gestão de instituições arquivísticas. Subscrito pela literatura arquivística de referência, o estudo justifica−se pelo impacto direto que a descrição documental exerce sobre a garantia do direito social à memória, a preservação da identidade cultural e a efetividade do acesso à informação. Essa relevância é balizada juridicamente pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988, cujo inciso IV inclui os documentos como constituintes do patrimônio cultural brasileiro e cujo parágrafo 2º impõe à administração pública o dever de gerir a documentação governamental e franquear sua consulta. Sustenta−se a hipótese de que o volume físico constitui uma métrica necessária, porém insuficiente, visto que reduz a uma grandeza linear um fenômeno intelectual de natureza multivariada, negligenciando variáveis intrínsecas determinantes do esforço real de tratamento, tais como a especificidade paleográfica, a complexidade diplomática, o estado de conservação e o período cronológico de produção dos acervos. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza teórica, de tipo exploratório−descritiva quanto aos objetivos, e adota como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a análise comparativa de cenários hipotéticos como recurso heurístico. Como resultado esperado, o estudo visa mitigar a escassez de dados quantificados na arquivologia nacional, fornecendo subsídios conceituais para a formulação de matrizes de diagnóstico que integrem critérios qualitativos e quantitativos, viabilizando um planejamento institucional e uma alocação de recursos públicos mais precisos, eficientes e condizentes com a complexidade intrínseca dos patrimônios documentais sob custódia.

BIBLIOGRAFIA: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023−09/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 320 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5627**

TITULO:Análise comparativa do custo de aquisição de refeições saudáveis e fast food: uma abordagem sob a ótica da contabilidade gerencial

AUTOR(ES) : **FERNANDA DE MOURA DOMINGUES**

ORIENTADOR(ES): **ANA PAULA FARIAS RODRIGUES PÊGO**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo verificar se o almoço com alimentação saudável preparado em casa sai mais caro do que comprar uma refeição de fast food , sob a ótica da contabilidade de custos gerenciais. Para isso, serão comparados os custos de aquisição dos ingredientes para a elaboração de três cardápios de almoço saudável com o preço de três refeições de fast food , considerando o ponto de vista do consumidor final. A pesquisa é de natureza descritiva e de abordagem quantitativa. Os preços dos ingredientes foram levantados em três estabelecimentos varejistas no centro do município de Belford Roxo, Baixada Fluminense, RJ, e o custo médio apurado foi confrontado com o preço das refeições em três estabelecimentos de alimentação fast food no ponto de venda. A análise é realizada com base no custo por refeição, no custo por 100 kcal e no custo por grama de nutriente. Os resultados parciais obtidos indicam que as refeições caseiras saudáveis apresentam custo médio de R$ 10,70, valor aproximadamente 58,7% inferior ao custo médio de R$ 25,93 verificado nas refeições de fast food . As refeições caseiras também demonstram melhor eficiência econômica na maioria dos indicadores nutricionais analisados, com destaque para o custo por grama de proteína (R$ 0,26 contra R$ 1,15) e para o custo por grama de fibra (R$ 0,85 contra R$ 3,65), sendo o custo por grama de lipídio a única exceção, mais baixo nas refeições de fast food em razão do menor teor desse macronutriente nos combos avaliados. Dessa forma, os resultados parciais permitem verificar que, no recorte estudado, o fast food não apresenta custo mais baixo do que a alimentação saudável preparada em casa, considerando também a quantidade nutricional do que se consome, para além do preço absoluto. Deseja−se contribuir com uma perspectiva da contabilidade de custos gerenciais aplicada ao cotidiano do consumidor e oferecer informações úteis para a tomada de decisões efetivas no âmbito da saúde e do orçamento doméstico.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. atualizada. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed_atualizada.pdf. Acesso em: 3 jun. 2026. IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017−2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5646**

TITULO:Transtorno de Personalidade Antissocial ou Doença Mental? Implicações Jurídicas à Luz da Boa−fé e da Mentira Patológica

AUTOR(ES) : **TALISSON RAMOS LEAL,ANDRE FELIPE CARDOSO FERNANDES ROSAS DIAS**

ORIENTADOR(ES): **LORENZO MARTINS POMPÍLIO DA HORA**

RESUMO: O presente trabalho examina a distinção entre o Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS) e a diferenciação conceitual e psicopatológica com as doenças mentais alienantes contidas no rol dos Transtornos de personalidade pelo CID 10, DSM−5, a fim de investigar suas repercussões jurídicas no campo da boa−fé objetiva e da responsabilidade civil. Parte−se da constatação de que, embora o senso comum frequentemente associe a psicopatia à ideia de loucura ou incapacidade mental, o TPAS não implica ruptura com a realidade, delírios ou supressão da capacidade de entendimento. Ao contrário, trata−se de um específico transtorno de personalidade marcado pela preservação do juízo crítico, pela ausência de remorso e pela utilização instrumental da mentira, da manipulação e da fraude como meios conscientes de obtenção de vantagem. O objetivo central da pesquisa é demonstrar que essa preservação da capacidade cognitiva e volitiva afasta a hipótese de inimputabilidade fundada em doença mental alienante, impondo a responsabilização do agente pelos danos causados. A metodologia empregada consiste em revisão bibliográfica interdisciplinar, com apoio em referenciais da psiquiatria forense, da psicologia clínica e da doutrina civilista e penalista, além de análise de precedente do Superior Tribunal de Justiça. No desenvolvimento, evidencia−se que a conduta do indivíduo com TPAS não decorre de incapacidade de compreender a ilicitude, mas de escolha racional orientada à manipulação do outro, o que vulnera diretamente os deveres anexos de lealdade, probidade e confiança recíproca que estruturam a boa−fé objetiva nas relações jurídicas. Nessa perspectiva, a mentira patológica, quando mobilizada de forma estratégica para viciar a manifestação de vontade ou induzir terceiros em erro, assume relevância jurídica como expressão qualificada de dolo e de violação da confiança legítima. A análise jurisprudencial reforça esse entendimento ao reconhecer que o TPAS não se equipara a enfermidade mental incapacitante, não excluindo a autodeterminação nem a plena compreensão do caráter ilícito da conduta. Conclui−se, portanto, que o transtorno não pode servir como fundamento para afastar a responsabilização civil, pois os danos produzidos derivam de comportamento consciente e intencional. Assim, a incidência do princípio da boa−fé objetiva revela−se essencial para conter práticas de manipulação e assegurar tutela efetiva às vítimas, impedindo que a dissimulação patológica opere como mecanismo de legitimação da impunidade. o Transtorno de Personalidade Antissocial não se confunde com doença mental alienante, pois não compromete a compreensão da ilicitude nem a autodeterminação do agente. Assim, a manipulação e a mentira instrumental configuram violação à boa−fé objetiva e fundamentam a responsabilização civil. Desse modo, o Direito deve impedir que a dissimulação patológica seja utilizada como argumento para afastar a tutela das vítimas e a reparação dos danos.

BIBLIOGRAFIA: SILVA, Ana Beatriz B. Mentes Perigosas, o psicopata mora ao lado. 3. Ed. São Paulo: Principium, 2018. BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. DSM, V. et al. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM−5. 2014. MECLER, Katia. Psicopatas do cotidiano: como reconhecer, como conviver, como se proteger. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5651**

TITULO:INSERÇÃO DAS STARTUPS NA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE PERDAS NÃO−TÉCNICAS POR MEIO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

AUTOR(ES) : **BERNARDO TEIXEIRA MACHADO DA ROCHA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO MAESTRINI**

RESUMO: No setor elétrico, tecnologias como machine learning , visão computacional e análise preditiva vêm sendo empregadas para monitoramento de redes, detecção de anomalias, previsão de demanda e otimização de processos de fiscalização (Maestrini, 2023). A IA processa grandes volumes de dados em tempo real, identifica padrões irregulares de consumo e provê celeridade na tomada de decisões das concessionárias, corroborando a instauração de uma lógica orientada por dados. Paralelamente, o setor elétrico brasileiro convive, historicamente, com altos índices de perdas não técnicas (PNT − diferença entre as perdas totais e as perdas técnicas), que está associado a furtos de energia, adulterações na rede ou no medidor e erros de leitura, medição ou faturamento. Em algumas áreas de concessão, chegam a comprometer cerca de 30% da energia injetada na rede (Senra, 2022). Em conjunto, a transição energética e a digitalização impõem às concessionárias a necessidade de incorporar soluções inovadoras (Maestrini, 2023). No entanto, a rigidez institucional, longos períodos de maturação de projetos e aversão ao risco são características que dificultam a adoção de novas tecnologias pelo setor (Maestrini et al. , 2025). Diante desse contexto, o trabalho tem como objetivo apresentar uma análise de como as startups se inserem na solução de problemas de PNT por meio do uso da IA, utilizando de revisão literária sistemática. Utilizando algoritmos de machine learning , visão computacional e plataformas de big data, as startups atuam na gestão e monitoramento do consumo. Especificamente no combate às PNT, os algoritmos podem ser treinados para identificar anomalias de consumo que indicam furto de energia (desvios sistemáticos entre a energia injetada e a faturada), adulteração de medidores (sinais de interferência no equipamento) ou erros sistemáticos de leitura. Esses modelos, ao processar dados históricos e em tempo real, geram alertas para as concessionárias, permitindo ações fiscalizatórias direcionadas e reduzindo custos de inspeção de campo. Essas soluções são viabilizadas por meio de projetos de incubação e aceleração, desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento regulado pela ANEEL, nos quais startups e concessionárias atuam conjuntamente. Valendo−se da sua estrutura organizacional flexível, tolerância ao risco e domínio tecnológico, as startups conseguem contornar as barreiras que limitam as concessionárias tradicionais, como a escassez de dados de qualidade, falta de profissionais especializados em ciência de dados, desco mpasso entre a evolução tecnológica e qualificação da força de trabalho, além de possuírem leitura mais assertiva acerca. Conclui−se que as startups atuam como catalisadoras da modernização do setor, contornando barreiras organizacionais e oferecendo soluções escaláveis para o combate à PNT. Porém, suas ações são limitadas, dependendo de maior integração entre os instrumentos regulatórios e os ecossistemas de inovação.

BIBLIOGRAFIA: MAESTRINI, M. Desafios inovativos no PDI−ANEEL: análise da resposta do segmento de distribuição elétrica brasileiro em meio aos desafios da transição energética. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. MAESTRINI, M.; VARGAS, M.; LOSEKANN, L.; SENRA, P. Energy transition and innovative choices of Brazilian electricity distribution utilities. Utilities Policy, v. 95, 101913, 2025. SENRA, P. Modelos de negócio inclusivos para os recursos energéticos distribuídos. Tese (Doutorado) – COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5671**

TITULO:NEURODIVERSIDADE NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL: EXPLORANDO OS DESAFIOS E BARREIRAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS NEURODIVERGENTES NAS ORGANIZAÇÕES

AUTOR(ES) : **VINICIUS DO NASCIMENTO BUENO,OSHANNA MACHADO MARTINS ALMEIDA,PAULA RENATA MONTEIRO MESQUITA**

ORIENTADOR(ES): **LILIANE MAGALHAES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO**

RESUMO: A neurodiversidade é um paradigma utilizado para abordar diferenças no processamento cognitivo a partir da articulação entre as características atípicas do indivíduo e a forma como interagem e/ou deixam de interagir com o ambiente físico e social. São comumente considerados neurodivergentes indivíduos com TEA, TDAH, TOC, TEAp, etc. A inclusão de pessoas neurodivergentes em organizações é uma discussão relevante tanto para as pessoas neurodivergentes, por seus benefícios sociais e de bem−estar, quanto para a gestão de organizações, pelos benefícios de produtividade e inovação. Logo, a inclusão de pessoas neurodivergentes passou a ser objeto das políticas de diversidade, equidade e inclusão (DEI) assim como da agenda de pesquisa entre acadêmicos. A liderança inclusiva é um dos principais quadros de referência para tal – líderes capazes de criar contextos em que os liderados se sintam pertencentes e valorizados por suas singularidades na organização. Pertencimento e singularidade, entretanto, são dimensões que proporcionam eminentemente inclusão no aspecto social. Debates recentes na literatura sugerem a insuficiência desses conceitos para a inclusão de neurodivergentes, cuja exclusão não se restringe à categorização social decorrente de estereótipos e estigmas, mas também à ausência de estruturas físicas e contextuais que acomodem suas necessidades. Isso é o que Griep et al (2025) chamam de “Paradoxo da Liderança Inclusiva”. Partindo desse paradoxo, realizamos uma pesquisa qualitativa com dez (10) funcionários diagnosticados e autoidentificados como neurodivergentes de uma empresa de óleo e gás por meio de entrevistas semiestruturadas, analisadas posteriormente via análise temática. O objetivo foi investigar a percepção dos participantes sobre inclusividade e liderança; explorando experiências de inclusão e exclusão e suas compreensões sobre pertencimento e singularidade. Resultados preliminares indicam que os funcionários neurodivergentes preferem uma prática de inclusividade e liderança menos relacional e mais objetiva. Destacam−se, demandas como previsibilidade, comunicação clara, acomodações físicas, legitimação em função, reconhecimento profissional e não−estigmatização da neurodivergência. Dando contornos mais complexos aos conceitos de pertencimento e singularidade, a pesquisa contribui para avançar a compreensão da liderança inclusiva em contextos de neurodiversidade.

BIBLIOGRAFIA: DOYLE, Nancy. Neurodiversity at work: a biopsychosocial model and the impact on working adults. British Medical Bulletin, v. 135, n. 1, p. 108–125, 30 set. 2020. DWYER, Patrick. The Neurodiversity Approach(es): What Are They and What Do They Mean for Researchers? Human Development, v. 66, n. 2, p. 73–92, 22 fev. 2022. GRIEP, Yannick et al. The Inclusive Leadership Paradox: When Inclusion Efforts Lead to the Exclusion of Neurodivergent People. Group & Organization Management, GOMusing. p. 1–12, 31 mar. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5676**

TITULO:MUSICANDO: VOZES DA BAIXADA FLUMINENSE

AUTOR(ES) : **KAUA MISAEL ALMEIDA,CAROL DESOTI**

ORIENTADOR(ES): **IVANA BENTES**

RESUMO: O projeto MUSICANDO é em uma ação cultural voltada à articulação entre música, audiovisual, escuta coletiva e produção de memória da juventude periférica. Com primeira edição em São João de Meriti, a iniciativa busca construir espaços de fala, criação e registro, valorizando experiências artísticas frequentemente invisibilizadas na Baixada Fluminense. A pesquisa parte da hipótese de que práticas culturais baseadas na escuta ativa, na criação musical e no registro audiovisual podem ser tecnologias sociais de reconhecimento, pertencimento e produção simbólica. Nesse sentido, considera−se que ações culturais territorializadas, quando estruturadas por metodologias colaborativas, contribuem para fortalecer a autoestima, a memória coletiva e a afirmação da juventude periférica como produtora de conhecimento, linguagem e narrativa. Do ponto de vista conceitual, o projeto aproxima−se da perspectiva da Inovação Cidadã, campo de experimentação social voltado à criação de soluções, protótipos e metodologias a partir da participação direta das comunidades envolvidas. Em seu livro, Bentes a define como processo que articula tecnologias sociais, digitais e ancestrais, deslocando os sujeitos da condição de receptores de políticas para a posição de protagonistas na formulação de suas próprias alternativas. Essa abordagem permite compreender a arte como prática social, comunicacional e política. Assim, o projeto se inscreve em uma lógica de produção do comum, onde afetos, memórias e narrativas são construídos de forma compartilhada entre mediadores e comunidade. A metodologia estrutura−se em quatro etapas principais: escuta, criação, registro e devolutiva. A primeira etapa ocorre por meio de rodas de conversa destinadas ao compartilhamento de vivências, afetos e percepções sobre o território. A segunda envolve atividades artísticas que transformam essas experiências em linguagem musical e simbólica. A terceira corresponde ao registro audiovisual dos processos, falas e produções. Por fim, a devolutiva busca garantir que os participantes se reconheçam nas narrativas construídas, reafirmando o caráter horizontal, colaborativo e comunitário da proposta. A ação, realizada em 9 de maio de 2026, apresenta como resultado inicial a mobilização de jovens do território para a criação de um espaço coletivo de escuta, expressão e produção narrativa. Espera−se, ainda, a geração de registros audiovisuais com forte dimensão afetiva, estética e documental, capazes de expressar experiências, memórias e percepções da juventude da Baixada Fluminense. O MUSICANDO configura−se como uma prática cultural replicável, orientada por princípios próximos aos LABICs: colaboração, escuta territorial, experimentação, produção compartilhada e devolução pública. A pesquisa busca demonstrar que iniciativas dessa natureza contribuem para a democratização dos meios de produção simbólica e para o reconhecimento das juventudes periféricas como agentes de criação, memória e transformação social.

BIBLIOGRAFIA: REFERÊNCIAS BENTES, Ivana (org.). Inovação Cidadã, Bem Comum e Virtualização da Vida. Rio de Janeiro: Edição dos Autores.Labic/UFRJ, 2025. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós−modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5708**

TITULO:A prisão por dívida e o artigo 168 do Código Penal: uma análise de convencionalidade

AUTOR(ES) : **BEATRIZ LUCAS DE FREITAS,SOFIA SOUZA KOSCKY DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA SANNA LEAL DE MEIRELLES**

RESUMO: O presente trabalho analisa a incompatibilidade entre o Pacto de São José da Costa Rica e o artigo 168 do Código Penal, a partir da vedação da detenção do depositário infiel. O debate tem origem na EC nº 45/2004 e no reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos recepcionados antes da emenda. Nesse contexto, o RE 466.343 deu origem ao Tema 60 da repercussão geral e à Súmula Vinculante nº 25, consolidando o entendimento de que a prisão civil do depositário infiel é incompatível com o artigo 7º, item 7, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Nesse sentido, dois conceitos são fundamentais: o de depositário infiel e o de apropriação indébita. Por um lado, o depositário infiel é aquele que, em razão de contrato de depósito, deixa de restituir o bem confiado à sua guarda quando legitimamente exigido pelo proprietário ou possuidor indireto. Por outro, a apropriação indébita consiste na conduta daquele que, após receber legitimamente a posse direta de determinado bem, passa a agir como proprietário, recusando sua devolução e incorporando−o indevidamente ao seu patrimônio. Em ambos os casos há prévio desdobramento da posse e entrega voluntária do bem, circunstância que aproxima os institutos e suscita questionamentos acerca de sua identidade jurídica. O artigo avança ao analisar as nuances entre a prisão civil e a prisão penal, questionando se o depositário infiel, cuja prisão civil foi vedada pela Súmula Vinculante nº 25, ainda pode ser responsabilizado pelo crime de apropriação indébita e, consequentemente, submetido à sanção penal prevista no artigo 168 do Código Penal, com a imposição de pena de reclusão. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise legislativa e pesquisa jurisprudencial. A hipótese central sustenta que a conduta do depositário infiel pode, em regra, configurar o crime de apropriação indébita, uma vez que ambos os institutos compartilham elementos estruturais relacionados ao recebimento legítimo da posse e à posterior retenção indevida do bem. A partir dessa aproximação, busca−se demonstrar que a aplicação do artigo 168 do Código Penal ao crime de apropriação indébita constitui, em essência, uma forma de detenção por dívida, incompatível com o artigo 7º, item 7, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e, portanto, viola as garantias asseguradas pelo tratado internacional. Partindo desse pressuposto, o estudo objetiva examinar a manutenção das garantias asseguradas pelos direitos humanos diante da aplicação da pena de prisão ao crime de apropriação indébita. Além disso, como objetivos específicos, pretende−se analisar os fundamentos da vedação da prisão do depositário infiel, bem como todas as elementares típicas do crime do artigo 168 do Código Penal, realizando uma abordagem interdisciplinar que permita a compreensão da privação da liberdade aplicada a esses casos.

BIBLIOGRAFIA: GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2008. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. SOUZA, Artur de Brito Gueiros; JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. Direito penal: parte especial. 2. ed. – São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5709**

TITULO:ENTRE A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E A SELETIVIDADE PENAL: O USO DO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA NA PRISÃO PREVENTIVA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **KAROLINE LOPES APOLINÁRIO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JUNYA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO: Trata−se de pesquisa realizada para a monografia, desenvolvida em 2025 na graduação em Direito da UFRJ, com o objetivo de analisar criticamente o uso da prisão preventiva no Estado do Rio de Janeiro, quando fundamentada no risco de reiteração delitiva (oriundo do histórico criminal do imputado) e na necessidade de se garantir a ordem pública. O estudo estrutura−se em uma revisão de literatura que confronta a doutrina processual penal com as teses da Criminologia Crítica, para a análise de pesquisa quantitativa e documental de uma amostragem aleatória de 70 decisões judiciais proferidas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) em 2024, extraídas de um universo 292 julgados − entre habeas corpus e recursos em sentido estrito. Para selecionar julgados fundados na “garantia da ordem pública” e no risco de reiteração delitiva, buscou−se por palavras−chave nas ementas de decisões do TJRJ Os resultados demonstram que o fundamento legal “garantia da ordem pública” é desvirtuado da finalidade cautelar da prisão preventiva, atuando como um poderoso vetor da seletividade penal. Ao analisar as fundamentações secundárias utilizadas nas decisões que mantiveram ou decretaram a prisão preventiva com base no risco de reiteração delitiva, verificou−se que a expressão “garantia da ordem pública” reaparece em todas as decisões, contudo de diferentes formas, especialmente vinculada a argumentos subjetivos, sendo a gravidade em concreto do fato usada em 60% das fundamentações paralelas identificadas. A partir do conceito de “Direito Penal do autor”, pôde−se constatar que o uso do histórico penal do indivíduo para a decretação da prisão comumente se desvincula de argumentos voltados ao risco concreto que a liberdade do imputado representaria ao processo. Com efeito, constatou−se que 47,27% dos imputados cuja prisão foi decretada com este foco sequer eram reincidentes formais, o que evidencia que o Judiciário se apoia em anotações pretéritas e inquéritos policiais para sustentar o cárcere, em detrimento da presunção de inocência. Essa seletividade é ratificada pelos tipos de delitos, uma vez que mais de 52% dos casos envolvem furto, tráfico de drogas e roubo. Essa prática penaliza desproporcionalmente a população já marcada pela seletividade estrutural inerente ao processo de criminalização secundária (Zaffaroni, et al), atingindo indivíduos negros e com baixa escolaridade, conforme dados do Senappen. Conclui−se, assim, que o raciocínio judicial que associa o histórico criminal ao risco de reiteração delitiva é essencialmente discriminatório, pois volta−se a grupos historicamente vulneráveis à criminalização secundária, transformando a prisão preventiva em um instrumento de segurança pública. Desse modo, sua utilização viola o princípio da presunção de inocência, refletindo a influência que a Ideologia da Defesa Social segue tendo no Judiciário brasileiro, especialmente no que tange aos princípios da prevenção e do interesse social.

BIBLIOGRAFIA: LOPES JR., Aury. Prisões Cautelares. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro. Direito Penal Brasileiro. 1º vol. – Teoria Geral do Direito Penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à Sociologia do Direito Penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5775**

TITULO:A equipe olímpica de refugiados e os limites do humanitarismo esportivo no sistema internacional contemporâneo

AUTOR(ES) : **JOãO VITOR DA CUNHA SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a criação da Equipe Olímpica de Refugiados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) a partir de uma perspectiva crítica das Relações Internacionais, em diálogo com as abordagens pós−coloniais sobre mobilidade forçada. A hipótese é de que, embora a iniciativa do COI represente um avanço simbólico na visibilidade internacional de atletas refugiados, ela também evidencia limites estruturais do sistema internacional centrado no Estado−nação. Os métodos do trabalho irão se basear na revisão bibliográfica qualitativa, articulando contribuições da literatura sociopolítica sobre refugiados, como a análise de Liisa Malkki acerca da relação entre refúgio e a "ordem nacional das coisas" com estudos contemporâneos sobre esporte e migração forçada. Esses referenciais permitem compreender como o esporte internacional opera simultaneamente como espaço de inclusão simbólica e de reprodução de classificações normativas. O desenvolvimento da pesquisa será focado na sistematização da literatura pós−colonialista das Relações Internacionais, a partir de uma análise crítica da iniciativa do COI e na construção do diálogo entre estudos sobre migração forçada, esportes e Relações Internacionais. Como resultados parciais, observa−se que a Equipe Olímpica de Refugiados contribui para ampliar a visibilidade internacional dos refugiados além de tensionar, ainda que de forma limitada, a centralidade do Estado−nação na organização do sistema global. Por outro lado, a iniciativa mostra alguns limites das formas institucionais de reconhecimento político dessas populações, especialmente no modo como suas trajetórias passam a ser enquadradas por categorias humanitárias internacionais. Como conclusão, a iniciativa do COI constitui um importante instrumento de visibilidade internacional, mas também revela ambiguidades próprias das políticas globais contemporâneas , o que indica a relevância de abordagens críticas que articulem esporte, mobilidade forçada e perspectivas pós−coloniais nas Relações Internacionais.

BIBLIOGRAFIA: MALKKI, Liisa H. Refugees and Exile: From "Refugee Studies" to the National Order of Things. Annual Review of Anthropology, v. 24, p. 495–523, 1995. SAID, Edward. Orientalism. Pantheon Books, 1978 SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? (1988

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5796**

TITULO:A luta pelo direito à moradia no centro do Rio de Janeiro: o avanço do capital imobiliário e a remoção forçada da Ocupação Palestina Livre Luiza Mahin do MLB

AUTOR(ES) : **LAVINIA MELO ROCHA,GIOVANA MARIA FRANÇA DEL GIUDICE,MILENA DUTRA NASCIMENTO,LETÍCIA MAIA ELIAS,CECíLIA CAFé BALDANI,ANSELMO SALGADO FERREIRA,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES,FERNANDA MARIA VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA**

RESUMO: A pesquisa trata da reivindicação dos movimentos sociais pelo direito à moradia, frente à insuficiência de políticas públicas voltadas à habitação social na região central, além de averiguar a resposta do poder público diante de suas lutas. Para isso, debruçou−se no caso concreto da remoção forçada da ocupação Palestina Livre Luiza Mahin. Este resumo é fruto dos trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin, do qual integram as autoras, e emprega uma abordagem de pesquisa qualitativa e empírica. A metodologia mescla a revisão bibliográfica com a análise documental, a fim de obter uma visão corporificada e territorializada do conflito fundiário, bem como de fomentar uma produção acadêmica comprometida com as lutas populares (Jaumont; Varella, 2016). A ocupação Palestina Livre Luiza Mahin, organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), foi constituída em um prédio abandonado há mais de dez anos, em descumprimento de sua função social, situado na Zona Portuária, território crescentemente tensionado pela especulação imobiliária. O imóvel, originalmente público, foi posteriormente transferido à Cury, incorporadora que materializa o avanço do capital imobiliário privado sobre a região central, onde a produção do espaço tem sido subordinada aos interesses de valorização fundiária e expulsão dos moradores. A remoção forçada, ocorrida poucas horas após a ocupação, no início de setembro de 2025, foi marcada pelo uso excessivo e desproporcional de bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e balas de borracha, causando ferimentos em diversos ocupantes, inclusive crianças, caracterizada por uma ampla violação dos direitos fundamentais. Além disso, analisa−se a contradição de projetos de resgate histórico da ancestralidade negra na região portuária, mas impedir a permanência das populações negras. Para Ribeiro, et al. (2025), o local serve apenas para memória africana, mas não pode existir como moradia para pessoas negras, sendo esta remoção forçada a evidência de tais processos, considerando sua composição majoritária por pessoas negras e mulheres. Ao se corporificar este conflito, observa−se que são os corpos negros e de mulheres que são diretamente atingidos pela violência policial, e que sofrem com a ausência das politicas habitacionais sociais Em conclusão, observa−se como a manutenção da dinâmica de moradia do centro, pautada pelo interesse do capital imobiliário, favorecem processos de remoções diretas, com uso de violência estatal, e remoções indiretas, pelas especulação e gentrificação. Por fim, destaca−se que a resposta do poder público parece ser a violência com uso de força policial desproporcional e por transgressões normativas, como à Resolução n. 510/2023 do CNJ, a Resolução n. 10/2018 do CNDH. Observa−se também a mobilização de uma lógica proprietária que legitima a criminalização das reivindicações populares (Baldez, 1989).

BIBLIOGRAFIA: BALDEZ, Miguel. Sobre o papel do direito na sociedade capitalista. Ocupações coletivas: Direito Insurgente. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989. JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414−464, mar. 2016. RIBEIRO, Bruna Cardoso; FRAZÃO DA SILVA, Bruno Leonardo; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Práticas Insurgentes pelo Direito à Moradia: panorama das ocupações na área central do Rio de Janeiro. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 11, n. 1, p. 511–537, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5820**

TITULO:MINERAIS CRÍTICOS E ESTRATÉGICOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MINAS GERAIS

AUTOR(ES) : **JOAO FERNANDO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA**

RESUMO: Esta pesquisa tem como tema os minerais considerados críticos e estratégicos, destacando sua centralidade no desenvolvimento econômico e tecnológico contemporâneo, sobretudo no contexto da transição energética e indústria 4.0. A partir da identificação de significativa concentração das reservas desses minerais em Minas Gerais, analisam−se algumas implicações regionais de sua extração. Cabe acrescentar que o Brasil passa por reprimarização exportadora, concentrada em commodities primárias, em detrimento da base produtiva nacional. O objetivo geral consiste em analisar os efeitos da extração desses minerais na estrutura produtiva regional e no orçamento municipal. A metodologia adotada combina abordagens qualitativa e quantitativa, fundamentando−se em pesquisa bibliográfica e na coleta e sistematização de dados institucionais provenientes de órgãos como: IBGE, BNDES e ANM, além de portais municipais. A análise empírica concentra−se em cinco municípios: Itinga, Araçuaí, Nazareno, Araxá e Conceição do Mato Dentro, selecionados por critérios como localização das fontes de minerais críticos e estratégicos e relevância na arrecadação de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Foi realizada a coleta, organização e análise dos dados, bem como a construção dos seguintes indicadores: a) Indicador de Dependência, que mede a relação entre receitas provenientes da CFEM e as receitas internas próprias do município; e b) Indicador de Investimento, medindo o vínculo entre a arrecadação de CFEM e os investimentos municipais. O objetivo é mensurar, respectivamente, a dependência fiscal em relação à mineração e a conversão da receita mineral em investimentos públicos nos municípios selecionados. Os resultados indicam que os municípios apresentam relações distintas com a arrecadação mineral, condicionadas por sua estrutura econômica e capacidade administrativa, evidenciando diferentes graus de dependência e resiliência fiscal. De modo geral, observa−se uma tendência de maior dependência da CFEM em municípios de menor porte, enquanto aqueles com maior diversificação econômica demonstram maior capacidade de absorção de variações na arrecadação. As análises realizadas, embora apontem padrões relevantes, ainda se encontram em processo de aprofundamento, sobretudo diante das limitações estruturais identificadas, como inconsistências entre bases de dados e fragilidades nos mecanismos de fiscalização. Por fim, pode−se inferir que a arrecadação dos royalties da mineração desempenha papel relevante no equilíbrio fiscal dos municípios mineradores, possibilitando a ampliação de investimentos e políticas públicas. Contudo, a natureza de arrecadação instável e produção finita levanta questionamentos quanto à sustentabilidade e estratégias de desenvolvimento. Ademais, foi observada limitada diversificação produtiva, tornando os municípios dependentes da extração de recursos minerais não renováveis para seus investimentos e saúde fiscal.

BIBLIOGRAFIA: AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Relatórios de arrecadação CFEM. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/arrecadadores.aspx. Acesso em: 28 mai. 2026. CASTRO, Fernando Ferreira de et al. Transição energética e dependência por minerais críticos: aspectos geopolíticos, socioambientais e a perspectiva brasileira. 2022. SIQUEIRA, Hipólita. Reprimarización territorial: preguntas sobre el desarrollo regional y la urbanización en Brasil. Disponível em: https://www.regionalstudies.org/rsa−blog/blog−reprimarizacion−territorial−preguntas−sobre−el−desarrollo−regional−y−la−urbanizacion−en−brasil/. Acesso em: 28 mai. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5833**

TITULO:CINEMA GIALLO: ANÁLISE DE DOMÍNIO E PROTÓTIPO DE TESAURO

AUTOR(ES) : **MORGANA CHARL**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA VILLAFAN**

RESUMO: O estudo tem como objetivo investigar o domínio Cinema Giallo , uma vertente do cinema italiano, analisando o contexto histórico e cultural que contribuiu para sua consolidação como influente corrente do cinema de horror. Como resultado, propõe−se a construção de um protótipo de tesauro voltado à representação e sistematização da terminologia do domínio. O Cinema Giallo é um subgênero italiano de filmes de terror que, entre a década de 1960 e 1980, impactou a cultura italiana ao deflagrar questões sensíveis de uma Itália fria e obsessiva, tendo assim, ditado junto da produção cinematográfica, influências estilísticas nos quadrinhos, na música e em outros produtos culturais. Desse modo, sua atuação se constituiu como agente na transformação experimental de todo o cinema italiano e, também, como referência para o desenvolvimento de outros subgêneros dentro e fora do contexto europeu. O estudo justifica−se pela escassez de vocabulários controlados sobre Cinema Giallo em Língua Portuguesa, o que aponta para uma carência no que diz respeito à área de Cinema e Comunicação no Brasil. Entende−se, assim, que a elaboração de um vocabulário controlado é essencial para a visualização e compreensão dos termos que compõem e estruturam o Giallo , de modo a organizar esses conceitos e padronizar sua recuperação em bases de dados. O referencial teórico é composto pelo texto seminal sobre Análise de Domínio " Domain analysis in information science: eleven approaches − traditional as well as innovative " (Hjørland, 2002), sendo utilizado para desenvolver estudos históricos e epistemológicos sobre o domínio escolhido. No que diz respeito às representações fílmicas, utilizou−se o artigo "Análise e representação de filmes em unidades de informação", de Cordeiro e Amâncio (2005), para assimilar e padronizar a atividade de indexação de filmes a partir de uma óptica brasileira. Utilizou−se, também, a obra " Italian Giallo in film and television: a critical history " (Curti, 2022) para compreender o Cinema Giallo e sua trajetória histórica e principais temáticas. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza−se como qualitativa, aplicada e documental, de caráter exploratório e descritivo. Como resultado, obteve−se o controle terminológico proporcionado pela elaboração do vocabulário controlado, contribuindo para futuras reflexões acadêmicas sobre um domínio que ainda sofre com uma certa instabilidade na compreensão de sua identidade, temáticas e origens. Como extrato do vocabulário, apresenta−se o seguinte verbete: " Assassino de Luvas Pretas : O antagonista arquetípico do Giallo, frequentemente visto apenas por suas mãos enluvadas. (Curti, 2022)" (Charl, 2026, p. 5). Por fim, entende−se a Organização do Conhecimento como aliada do Cinema no que diz respeito à organização e construção de vocabulários controlados sobre movimentos e subgêneros marginalizados, que carregam questões políticas e culturais que refletem em sua precarização.

BIBLIOGRAFIA: HJØRLAND, Birger. Domain Analysis in Information Science: Eleven Approaches−Traditional as well as Innovative. Journal of Documentation, [s. l.], v. 58, p. 422−62. CORDEIRO, Rosa Inês de Novais; AMÂNCIO, Tunico. Análise e representação de filmes em unidades de informação. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 89–94, jan./abr. 2005. CURTI, Roberto. Italian giallo in film and television: a critical history. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5854**

TITULO:O SUPERENDIVIDAMENTO DA MULHER IDOSA E A HIPERVULNERABILIDADE À CESSÃO DE CRÉDITO POR QUESTÕES AFETIVAS NO BRASIL

AUTOR(ES) : **CAROLINA FERNANDES DO NASCIMENTO,DENISE TEIXEIRA NERI**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO: A expressão “superendividamento” refere−se à impossibilidade manifesta do consumidor em realizar o pagamento integral de suas dívidas de consumo sem deixar de garantir o mínimo existencial de seu núcleo familiar, ou seja, a renda básica necessária para arcar com despesas essenciais para assegurar padrões básicos de dignidade. Diante disso, a Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/2021) surge com o objetivo de contornar tal problema, que nasce a partir da expansão do crédito para as camadas populares e consequente expansão do consumo, com taxas de juros exorbitantes e práticas abusivas das instituições financeiras (Narring, 2026). Esse cenário atinge principalmente a população hipervulnerável: segundo Cláudia Lima Marques, são hipervulneráveis os consumidores que acumulam fatores ocasionadores de sua vulnerabilidade, o que lhes confere especial fragilidade em relação às instituições financeiras e correspondentes bancários; portanto, são mais suscetíveis a abusos na concessão de crédito. A mulher idosa, assim, encaixa−se duplamente nesse conceito. Ela está sujeita aos marcadores sociais de gênero vinculados ao cuidado, além das vulnerabilidades etárias, como o declínio cognitivo, fragilidade física e solidão. Tal interseção torna esse grupo alvo fácil de abusos financeiros. Diante disso, atitudes antes vistas como auxílio patrimonial familiar adquirem uma conotação exploratória. Seja por falta de letramento financeiro, seja pela crença no dever de cuidar da família, ou seja, por troca por apreço, a mulher idosa frequentemente assume riscos financeiros relacionados com a sua socialização por outras pessoas, a exemplo do empréstimo do nome para cessão de crédito a terceiros. O objetivo dessa pesquisa é analisar como tal panorama da mulher idosa a torna mais vulnerável a situações de abuso financeiro e ao superendividamento em nome do afeto familiar. A metodologia adotada no trabalho é qualitativa e consiste na pesquisa bibliográfica e documental, analisando como o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Pessoa Idosa protegem essa população, respondendo a seguinte pergunta: de que forma esses dispositivos legais lidam com a tutela financeira da mulher idosa no Brasil? Como alunas da Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ), coube−nos o levantamento da bibliografia especializada e análise documental da legislação vigente, além da participação em reuniões quinzenais organizadas pelo Grupo de Pesquisa sobre Superendividamento sob orientação da professora Fabiana Barletta. Os resultados parciais indicam a omissão e ineficiência do CDC em abarcar a violência patrimonial intrafamiliar que atinge especificamente a mulher idosa. Conclui−se que o ordenamento jurídico brasileiro falha em apresentar uma tutela jurídica que tenta proteger todos os hipervulneráveis igualmente. É necessária a formulação de um tratamento específico para a situação, que considere as nuances de idade e gênero para efetivar a proteção formal e material da mulher idosa.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 set. 1990. BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 3 out. 2003. NARRING, Timothée. Endividamento e reprodução social: uma etnografia das famílias do morro Garrincha (Vitória, Espírito Santo). Revista de Antropologia, São Paulo, v. 69, e231220, 2026. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ra/a/KpXfzfT3gVrCzJSVMQF9Mrx/?format=html&lang=pt. Acesso em: 2 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5896**

TITULO:Catalogar a saúde: organização da informação no contexto de campanhas de HIV/Aids do SUS

AUTOR(ES) : **DANIEL SILVA BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA KELLY SANTOS**

RESUMO: O Sistema Único de Saúde (SUS) tem papel vital na prevenção de doenças e promoção da saúde no Brasil, utilizando materiais educativos como instrumentos essenciais para a difusão de práticas e reflexo de traços socioculturais. Com foco nesta relevância, o Laboratório de Educação, Ambiente e Saúde (LEAS) da Fiocruz, em parceria com profissionais e estudantes da UERJ, UFRJ e UNIRIO, desenvolve o projeto Acervo de Promoção da Saúde. O objetivo é criar um acervo digital de acesso público contendo aproximadamente 600 materiais de campanhas de saúde produzidos nas últimas cinco décadas. Deste montante, destacam−se 380 documentos focados na prevenção do HIV/Aids, recorte justificado pela magnitude epidemiológica e pelas dimensões culturais características da epidemia no país. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e transdisciplinar, unindo Saúde Coletiva, Biblioteconomia e Tecnologia da Informação. Para viabilizar o acervo digital, foi estruturado o documento de "Arquitetura da Informação", garantindo a melhor experiência de usabilidade e navegação aos usuários. Sob a ótica da organização da informação, a catalogação ocorre preliminarmente em planilha Excel por sua interoperabilidade com sistemas de acervo digital (como Tainacan e DSpace), utilizando metadados estruturados para a representação descritiva e temática. Um grande desafio metodológico foi a ausência de datas na maioria dos impressos, obstáculo solucionado de forma criativa pelo cruzamento visual de logotipos governamentais através de ferramentas de pesquisa de imagens. Para garantir a padronização e a sistematização, elaborou−se o manual "Diretrizes de Catalogação". Até o momento, 125 peças gráficas variadas sobre HIV/Aids já foram devidamente catalogadas. Além do arquivamento físico e digital, o projeto atua para transformar o volume documental em dados analíticos, gerando índices e estruturando taxonomias que reduzem a sobrecarga informacional. A comunicação interdisciplinar entre as instituições tem sido o pilar para estruturar o fluxo de trabalho. Por fim, entende−se que a indexação detalhada resgata valiosas nuances linguísticas, sociais, artísticas e temporais contidas nesses suportes historicamente subvalorizados. Sendo assim, o projeto consolida−se como uma iniciativa inédita e expressiva não apenas para a democratização do acesso à informação e valorização da memória sanitária brasileira, mas também para a divulgação científica e análise profunda das práticas comunicacionais no campo da Saúde Coletiva.

BIBLIOGRAFIA: LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter. Information architecture for the World Wide Web. 3rd ed. Sebastopol: O'Reilly, 2006. KELLY−SANTOS, A.; MONTEIRO, S.; RIBEIRO, A. P. G. Acervo de materiais educativos sobre hanseníase: um dispositivo da memória e das práticas comunicativas. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 13, n. 28, p. 115−126, 2009. PAIVA, A. P. R. C.; VARGAS, E. P. Os materiais educativos e seus públicos: um panorama a partir da literatura sobre o tema. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 10., 2015, Águas de Lindóia. Anais [...]. Águas de Lindóia:

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5915**

TITULO:A agenda da saúde global na crise do multilateralismo: um estudo de caso da USAID

AUTOR(ES) : **JOãO BORGES DE AVILA CARVALHO MAGALHãES**

ORIENTADOR(ES): **MAGNO KLEIN SILVA**

RESUMO: O sistema internacional, na contemporaneidade, atravessa uma crise do multilateralismo. Intensificada pela política externa do segundo mandato "America First" de Donald Trump e pelo retorno a antigos nacionalismos, a crise afeta quase todas as agendas das relações internacionais. A agenda da Saúde Global, um campo das Relações Internacionais regido por uma complexa teia de governança que envolve políticas estatais, relações bilaterais, ONGs e organizações internacionais, foi especialmente afetada. Historicamente pautada por arranjos multilaterais, essa agenda há décadas vinha priorizando o auxílio a países menos desenvolvidos e em desenvolvimento. A atual crise ameaça transformar esses arranjos, alterando prioridades globais e colocando em risco diversas populações. A pesquisa, portanto, analisará como esta crise do multilateralismo, acentuada pelas recentes posições tomadas pelos Estados Unidos, afetou as relações internacionais e, por consequência, a governança global de saúde e a agenda da saúde global. Neste trabalho, a crise será exemplificada por um de seus mais claros exemplos: o lento desmonte da USAID. A agência, pilar histórico do financiamento para saúde internacional, teve a maioria de seus contratos cancelados e operações encerradas ou absorvidas por departamentos de Estado, resultando em cortes drásticos de recursos, interrupção de programas em dezenas de países e um vácuo que ameaça reverter décadas de progresso. Este desmonte, contudo, pode não ser um evento isolado. Esta é a dúvida que motivou a pergunta de pesquisa: como este caso específico, ao refletir padrões mais amplos nas relações internacionais, pode nos ajudar a compreender a conjuntura da agenda da saúde global? Para responder a pergunta, o trabalho buscará usar a USAID como estudo de caso, a fim de revelar padrões recorrentes por meio de uma análise crítica. As hipóteses são que este caso revelarão a fragilização de instituições multilaterais, a redução de financiamentos previsíveis para programas de saúde pública, o retorno de uma lógica nacionalista de competição e a transferência da governança de saúde para arenas mais opacas e soberanistas. Ademais, ao incorporar a análise da agenda de saúde às Relações Internacionais, poderá ser possível compreender como ela explicita, além de fenômenos localizados, os contornos de um novo regime internacional, mais fragmentado, desigual e vulnerável a choques geopolíticos. Marcado, como supracitado, por novos nacionalismos e competições por influências. Por fim, a metodologia de pesquisa será a qualitativa, do tipo estudo de caso, embasado primariamente pela análise de bibliografia, de 2016 a 2026 — disponibilizando a análise de fontes primárias, como documentos e declarações oficiais; e fontes secundárias, como textos e artigos acadêmicos e jornalísticos— e uma análise histórica e comparativa de como o governo americano, e, por consequência, a USAID, se comportaram em relação à governança de saúde e a agenda da Saúde Global.

BIBLIOGRAFIA: ENRICH, Nicholas. Into the Wood Chipper: A Whistleblower's Account of How the Trump Administration Shredded USAID. Nova York: Summit Books, 2026. MCINNES, Colin; LEE, Kelley. Global health & international relations. Cambridge: Polity, 2012. PACKARD, Randall. History of Global Health : Interventions into the Lives of Other Peoples. Baltimore. Johns Hopkins University Press, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5924**

TITULO:Atuação do projeto Narrativas decoloniais a partir da obra “Quarto de Despejo”: uma aproximação entre literatura e direitos humanos

AUTOR(ES) : **JúLIA MIDORI MAGARIO NARDIS**

ORIENTADOR(ES): **LETICIA VIRGINIA LEIDENS**

RESUMO: A prática educativo−crítica é um modo de ensino em que o educador não se limita a transmitir o conhecimento, mas constrói condições para que o estudante pense, questione, interprete e compreenda com autonomia crítica a realidade (Freire, 1996). Com isso, o projeto de extensão “Narrativas Decoloniais: Literatura e Direitos Humanos” busca, através do uso de obras literárias de autoras brasileiras, estimular a troca de saberes sobre violações de Direitos Humanos em contraste com experiências escolares em Macaé/RJ. Este ano, o livro escolhido foi “Quarto de Despejo: Diário de Uma Favelada”, de Carolina Maria de Jesus, que aborda temáticas sensíveis como a extrema pobreza na favela do Canindé, em São Paulo, na década de 1950; a luta da maternidade enquanto mãe solo de três filhos e catadora de papel; a insegurança alimentar crônica; e traz críticas à sociedade, ao governo e às políticas públicas que perpetuam a pobreza, acrescido do cotidiano da vida na favela. As atividades propostas são interpretativas e reflexivas, visando o desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo e a visibilidade quanto a temas centrais da obra como: cotidiano na favela; violência e conflitos; racismo; fome; desigualdade social e invisibilidade; e dificuldades enfrentadas pelas mães solo, negras e periféricas. Fomenta−se pedagogias aproximativas que resultem em troca de saberes entre as extensionistas e os estudantes. As atividades nas escolas destinadas ao público juvenil se estruturam a partir do diálogo entre a arte literária e a música urbana e periférica, o rap e o funk . O objetivo é traçar um paralelo entre as formas de expressão que reverberam críticas socioeconômicas e políticas, mas sobretudo, nos aproximar do público pela arte. A escrita do livro é subjetiva, crua e direta, marcada pela oralidade do lugar da protagonista, o que nos aproxima de uma realidade marcada pela dor, sofrimento e ausências. A atividade central das ações cinge−se na roda de leitura de trechos selecionados da obra, que esboçam as necessidades, críticas e violações de direitos humanos vivenciados. Tal atividade visa difundir o contexto da obra, sensibilizar práticas experienciais e contribuir com os processos de leitura e interpretação dos estudantes. Por fim, partindo de elementos da obra, criamos a atividade de produção de diários pessoais dos jovens, de modo que possam descrever o seu próprio “Quarto de Despejo” acerca do dia a dia e sua relação com a pobreza da cidade. Tais produções visam estimular a reflexão crítica, debate coletivo acerca da realidade brasileira e problemas que nos circundam, bem como apropriação de pedagogias sociais vinculadas aos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10ª Edição. São Paulo: Ática, 2014. MIGNOLO, Walter. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5942**

TITULO:Responsabilidade civil das plataformas digitais por deepfakes

AUTOR(ES) : **CAROLINA SAMPAIO RIBEIRO QUEIROZ**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO: A inteligência artificial generativa ampliou significativamente a capacidade de produção e difusão de conteúdos sintéticos capazes de reproduzir, com alto grau de verossimilhança, a imagem, a voz ou os gestos de pessoas reais. As chamadas deepfakes , embora possam possuir aplicações legítimas, vêm sendo utilizadas para fraudes patrimoniais, divulgação de conteúdos íntimos não consentidos, ataques à reputação e desinformação. O problema se agrava quando tais conteúdos circulam em plataformas digitais estruturadas por mecanismos de recomendação algorítmica, publicidade direcionada e impulsionamento remunerado, capazes de ampliar o alcance e a intensidade dos danos produzidos. Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar a responsabilidade civil das plataformas digitais pela circulação de deepfakes ilícitas produzidas por terceiros, especialmente nas hipóteses em que essas empresas monetizam, recomendam, impulsionam ou mantêm conteúdos lesivos em seus ambientes digitais. Parte−se da hipótese de que, nessas circunstâncias, a plataforma não atua como mera intermediária técnica, mas integra economicamente a cadeia de riscos e danos, tornando juridicamente possível discutir sua corresponsabilização civil, inclusive sob a perspectiva objetiva, com fundamento no artigo 927, parágrafo único, do Código Civil e na teoria do risco−proveito. Para tanto, a pesquisa adotará abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, mediante análise do Código Civil, do Marco Civil da Internet, da decisão do Supremo Tribunal Federal acerca do artigo 19, da Lei nº 15.211/2025 e do debate legislativo sobre inteligência artificial, além do exame de casos concretos envolvendo anúncios fraudulentos e conteúdos manipulados por IA. Sustenta−se que a responsabilização exclusiva do usuário pode se revelar insuficiente diante da produção massiva, da dificuldade de identificação do autor e da exploração econômica da circulação do conteúdo ilícito. Espera−se demonstrar que a tutela efetiva dos direitos da personalidade exige uma leitura sistemática da responsabilidade civil, capaz de reconhecer a relevância causal e econômica das plataformas quando sua arquitetura tecnológica contribui para a ampliação do dano, sem afastar a responsabilidade daquele que cria ou divulga o conteúdo ilícito.

BIBLIOGRAFIA: PEREIRA, Lucca Ramos Alves; EBLING, Maurício. Responsabilidade civil na utilização da inteligência artificial. Tecnologias em Projeção, v. 14, n. 2, p. 72−87, 2023. NETLAB UFRJ. Meta lucrou com anúncios sobre falsa “taxa do Pix”, indica estudo. Rio de Janeiro: NetLab UFRJ, 6 fev. 2025. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF define parâmetros para responsabilização de plataformas por conteúdos de terceiros. Brasília, DF: STF, 26 jun. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5977**

TITULO:PROPÓSITO OU ESCALA: A ENCRUZILHADA DOS NEGÓCIOS SOCIOAMBIENTAIS E O CASO VERDENOVO

AUTOR(ES) : **ARLETE PELENDA JACQUELINE,LORENA LOUREIRO NEVES,CLÁUDIA AZEVEDO SAMPAIO**

ORIENTADOR(ES): **RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO**

RESUMO: O crescimento acelerado de negócios sociais no Brasil, diante da urgência de reduzir desigualdades e degradação ambiental, enfrenta um dilema pouco explorado pela literatura de gestão: como conciliar escala e viabilidade financeira sem abrir mão do propósito que os originou. Estudos prévios discutem a Criação de Valor Compartilhado como caminho para conciliar progresso econômico e social (Gabriel; De Souza; Fumagalli, 2019), indicando a necessidade de estudos de caso que testem essa aplicação. Poucos, porém, discutem o desafio de crescer sem comprometer valores fundadores, que, em alguns casos, leva negócios sociais a recusar a própria expansão comercial. Para preencher essa lacuna, este estudo dialoga com o conceito de inovação de encruzilhada, que descreve soluções sociais criadas nas brechas do sistema por empreendedores periféricos, capazes de abrir caminhos para futuros mais sustentáveis e menos desiguais a partir de saberes locais (Afonso; Sarayed−Din, 2023). Diante disso, a pergunta que orienta a pesquisa é: como um negócio social pode crescer sem perder a coerência com seus valores fundadores? O objetivo do estudo é investigar como o negócio social VerdeNovo Sementes Nativas concilia viabilidade econômica e permanência dos valores éticos e socioambientais que fundamentam sua atuação. Trata−se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa (Gil, 2007), apoiada em análise documental e revisão bibliográfica sobre inovação de encruzilhada. O objeto de estudo é a VerdeNovo Sementes Nativas, negócio social em atividade, fundado por ex−funcionários da Embrapa e dedicado à coleta de sementes nativas do Cerrado para regeneração de biomas brasileiros. A pesquisa foi conduzida por um grupo de estudantes de graduação em Administração da FACC/UFRJ, que atuou de forma colaborativa desde o levantamento teórico até a síntese crítica dos resultados. Os resultados indicam que a VerdeNovo articula sua tecnologia social à inclusão de comunidades quilombolas e de assentados da reforma agrária, gerando renda e fortalecendo o protagonismo desses grupos na conservação de biomas. Verificou−se ainda que a empresa recusou parcerias com fazendeiros interessados apenas na expansão comercial, priorizando a coerência com seus valores fundadores. Esse posicionamento evidencia que o propósito, e não a escala, orienta as decisões estratégicas do negócio. Conclui−se que o crescimento de negócios sociais não depende da ampliação de escala nos moldes do mercado tradicional; a manutenção do propósito e da coerência ética pode representar, por si só, uma forma real de impacto. Como contribuição teórica, o estudo amplia a discussão sobre inovação de encruzilhada ao evidenciar, empiricamente, como a recusa deliberada de expansão pode ser uma estratégia legítima de sustentabilidade socioambiental. Como contribuição prática, o caso oferece um parâmetro para gestores de negócios sociais que enfrentam pressão por crescimento sem comprometer seus valores fundadores.

BIBLIOGRAFIA: AFONSO, Rita; SARAYED−DIN, Luiza. Inovações de encruzilhada e desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro (Tema Central). Estudios de la Gestión, n. 13, p. 55−74, 2023. GABRIEL, Gabriela Porcel; DE SOUZA, Iasmin Fausto Cavalcanti; FUMAGALLI, Luis André Wernecke. A economia criativa e a criação de valor compartilhado: o papel destes modelos frente ao atual momento econômico−social. Anais Simpósio de Pesquisa e Seminário de Iniciação Científica, v. 1, n. 4, 2019. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6003**

TITULO:10 ANOS DE FORMAÇÃO DA REDE DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

AUTOR(ES) : **BIANCA ARAUJO MAGALHAES FERREIRA,BRUNA DIAS MOREIRA**

ORIENTADOR(ES): **CRISTIANE BRANDÃO,MARIANA TROTTA**

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta apresentar o Projeto de Extensão “Formação de Promotoras Legais Populares (PLP’s RJ) − UFRJ/FND” e o processo de formação de rede da Coletiva de PLP’s do Estado do RJ, coordenado pelas Professoras Mariana Trotta e Cristiane Brandão. O projeto oferece um curso de formação crítica em direitos humanos sob perspectiva de gênero, raça/etnia, classe e território voltado para o público de mulheres, internas e externas à UFRJ, apresentando−se ancorado na perspectiva prático−metodológica de Paulo Freire e na educação popular feminista de bell hooks, enfatizando a horizontalização da relação entre educandas e facilitadoras com estímulo à troca dialógica entre o saber acadêmico e os conhecimentos populares das sujeitas envolvidas no processo de aprendizagem. As PLP’s surgiram inicialmente em São Paulo (1994), a partir de debates articulados entre feministas e organizações de Direitos Humanos da América Latina nas décadas de 80 e 90, com o objetivo de materializar direitos conquistados na Constituição de 1988. Em 2016, a iniciativa foi incorporada à UFRJ/FND por meio de professoras da Faculdade de Direito e militantes feministas, completando 10 anos de formação em 2026. O curso acontece semestralmente, às quartas−feiras, no período noturno da FND/UFRJ, composto por educandas selecionadas em edital público, formando uma turma heterogênea e plural de mulheres negras, periféricas/de territórios conflagrados, mães solo, vítimas de violência, representantes de instituições de enfrentamento, além de alunas e servidoras da UFRJ;pelas facilitadoras do tema do encontro; pelas monitoras que oferecem auxílio nas atividades e pela coordenação do curso. A partir desse processo, mulheres egressas do curso fundaram, em paralelo, a “Coletiva de PLPs RJ” que, em 2025, recebeu a premiação de moção honrosa, na ALERJ, como reconhecimento pelo trabalho realizado no encampamento de pautas, iniciativas e materiais voltados à mobilização feminista e formação política, como o livro “Amelinha Teles: É na luta que a gente se encontra! (2024)”, à denúncia das violências de gênero e participação na construção de políticas públicas. Ao longo desses 10 anos, a iniciativa tem contribuído para a formação de agentes multiplicadoras comprometidas com o enfrentamento à naturalização de estruturas sociais patriarcais responsáveis pela produção de desigualdades, violências e mortes de mulheres e meninas; ampliando o acesso das mulheres à informação jurídica, aos mecanismos de proteção e aos espaços de participação política; constituindo−se como estratégia de fortalecimento individual e coletivo, de construção de redes de apoio e de incidência social qualificada nos territórios, organizações e instituições em que essas mulheres atuam; servindo ao propósito social da universidade que fundamenta−se no tripé do Ensino−Pesquisa−Extensão como forma de permitir a troca de conhecimento entre a Universidade, a comunidade e os movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA: HOOKS, bell. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020 AUGUSTO, Cristiane Brandão; TROTTA, M. (Org.). Amelinha Teles: É na luta que a gente se encontra. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Linguagem, 2024. v. 1. 269p AUGUSTO, Cristiane Brandão; BERTACCHINI, M. . Narrativas sobre feminicídio no sistema brasileiro de justiça criminal: o reducionismo da lógica dos quatro elementos. Boletim IBCCrim, São Paulo, p. 23 − 27, 01 out. 2024

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6011**

TITULO:INEFICÁCIA NO COMBATE AO JOGO DO BICHO: RAÍZES HISTÓRICAS E APLICAÇÃO DA LEI HOJE EM TERRITÓRIO FLUMINENSE

AUTOR(ES) : **ANA CLARA SERODIO CETTO RANGEL**

ORIENTADOR(ES): **PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA**

RESUMO: A pesquisa busca responder às perguntas: por que,historicamente,essa forma de jogo de azar encontrou raízes para se desenvolver na ilegalidade? E como a aplicação da lei nos dias atuais em território fluminense,ou seja,no estado do Rio de Janeiro,influencia negativamente no combate ao jogo do bicho? Sob essa ótica,partindo de uma metodologia de revisão bibliográfica −por meio de fontes primárias,como legislações e jornais da época,e fontes secundárias,como livros− busca−se entender como desde o surgimento do jogo do bicho,enquanto forma de custear despesas ao recém inaugurado “Jardim Zoológico de Vila Isabel” para ser um serviço vinculado ao projeto integrante das políticas modernizadoras e higienistas que marcaram o início do século XX na cidade do Rio de Janeiro. No entanto,subverteu sua lógica inicial de ser uma prática da elite,popularizando−se e se tornando parte fundamental do imaginário popular não só carioca como também fluminense.Por conseguinte,dado o contexto de sua criação,foi criminalizado pela primeira vez em 1895,até o momento em que o jogo do bicho se torna um empreendimento do capital do entretenimento entre as décadas de 1950 e 1970 a partir da organização do “bicho” e da concentração do controle do jogo nas mãos de um grupo de bicheiros que posteriormente se tornariam a “cúpula” do jogo do bicho. Nesse intervalo de tempo analisado,explora−se a relação construída entre Estado e sociedade acerca do jogo do bicho,tanto ao questionar as razões para que na virada do século XIX para o XX houvesse a criminalização desse jogo de azar e a efetividade que a sua ilegalidade realmente teve na prática quanto ao destacar que a própria criminalização dessa atividade criou terreno fértil para que ela se associasse a outras práticas ilegais e para que encontrasse,na figura dos “bicheiros’,novas formas de aceitação social.Além disso,a partir da análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no ano de 2025,busca−se destacar que a aplicação do Artigo 58 do Decreto−Lei nº 3.688/41,que classifica o jogo do bicho como contravenção penal–baseado na tutela penal da moralidade pública e dos bons costumes−,permitindo que haja a perpetuação dessa prática na sociedade,na medida em que,influenciada pelo mesmo elitismo que perpassou a ilicitude do jogo do bicho na sua origem,continua a criminalizar em sua maioria os apostadores e os “apontadores”,que constituem a base do sistema de apostas,e os “bicheiros”,quem realmente explora e gere essa atividade, continuam impunes. Ademais,vale ressaltar que a própria aplicação da pena é improdutiva, haja vista que em sua maioria são aplicadas penas de restrições de direitos e quando há reincidência,prisão em regime semi−aberto. Dessa forma,a pesquisa se propõe a questionar se o atual modelo da legislação brasileira acerca da criminalização do jogo do bicho e as formas como ele é combatido são realmente eficazes,tendo em vista a perspectiva histórico−cultural dessa atividade em território fluminense.

BIBLIOGRAFIA: SIMAS, Luiz Antonio. Maldito invento dum baronete: uma breve história do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Mórula, 2024. MAGALHÃES, Felipe Santos. Ganhou, leva! Do vale o impresso ao vale o escrito: uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890−1960). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022. Machado, Pablo. A Ilegalidade do Jogo do Bicho e suas Consequências Jurídicas. Revista de Direito Penal e Processual Penal, vol. 16, no. 1, 2020, pp 111−129

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6012**

TITULO:O SUPERENDIVIDAMENTO DA MULHER IDOSA E A HIPERVULNERABILIDADE À CESSÃO DE CRÉDITO POR QUESTÕES AFETIVAS NO BRASIL

AUTOR(ES) : **GABRIELA BARRETO POTY DE ALMEIDA LEITE,CAROLINA FERNANDES DO NASCIMENTO,DENISE TEIXEIRA NERI**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO: A expressão “superendividamento” refere−se à impossibilidade manifesta do consumidor em realizar o pagamento integral de suas dívidas de consumo sem deixar de garantir o mínimo existencial de seu núcleo familiar, ou seja, a renda básica necessária para arcar com despesas essenciais para assegurar padrões básicos de dignidade. Diante disso, a Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/2021) surge com o objetivo de contornar tal problema, que nasce a partir da expansão do crédito para as camadas populares e consequente expansão do consumo, com taxas de juros exorbitantes e práticas abusivas das instituições financeiras (Narring, 2026). Esse cenário atinge principalmente a população hipervulnerável: segundo Cláudia Lima Marques, são hipervulneráveis os consumidores que acumulam fatores ocasionadores de sua vulnerabilidade, o que lhes confere especial fragilidade em relação às instituições financeiras e correspondentes bancários; portanto, são mais suscetíveis a abusos na concessão de crédito. A mulher idosa, assim, encaixa−se duplamente nesse conceito. Ela está sujeita aos marcadores sociais de gênero vinculados ao cuidado, além das vulnerabilidades etárias, como o declínio cognitivo, fragilidade física e solidão. Tal interseção torna esse grupo alvo fácil de abusos financeiros. Diante disso, atitudes antes vistas como auxílio patrimonial familiar adquirem uma conotação exploratória. Seja por falta de letramento financeiro, seja pela crença no dever de cuidar da família, ou seja, por troca por apreço, a mulher idosa frequentemente assume riscos financeiros relacionados com a sua socialização por outras pessoas, a exemplo do empréstimo do nome para cessão de crédito a terceiros. O objetivo dessa pesquisa é analisar como tal panorama da mulher idosa a torna mais vulnerável a situações de abuso financeiro e ao superendividamento em nome do afeto familiar. A metodologia adotada no trabalho é qualitativa e consiste na pesquisa bibliográfica e documental, analisando como o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Pessoa Idosa protegem essa população, respondendo a seguinte pergunta: de que forma esses dispositivos legais lidam com a tutela financeira da mulher idosa no Brasil? Como alunas da Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ), coube−nos o levantamento da bibliografia especializada e análise documental da legislação vigente, além da participação em reuniões quinzenais organizadas pelo Grupo de Pesquisa sobre Superendividamento sob orientação da professora Fabiana Barletta. Os resultados parciais indicam a omissão e ineficiência do CDC em abarcar a violência patrimonial intrafamiliar que atinge especificamente a mulher idosa. Conclui−se que o ordenamento jurídico brasileiro falha em apresentar uma tutela jurídica que tenta proteger todos os hipervulneráveis igualmente. É necessária a formulação de um tratamento específico para a situação, que considere as nuances de idade e gênero para efetivar a proteção formal e material da mulher idosa.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 set. 1990. BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 3 out. 2003. NARRING, Timothée. Endividamento e reprodução social: uma etnografia das famílias do morro Garrincha (Vitória, Espírito Santo). Revista de Antropologia, São Paulo, v. 69, e231220, 2026. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ra/a/KpXfzfT3gVrCzJSVMQF9Mrx/?format=html&lang=pt. Acesso em: 2 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6062**

TITULO:MONITORIA ACADÊMICA COMO EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA INTRODUÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

AUTOR(ES) : **MICHAELY ALVES DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da monitoria da disciplina Introdução à Pesquisa e Extensão Universitária (PRUE01), vinculada ao curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES). O objetivo é refletir sobre as contribuições da monitoria para a formação acadêmica dos estudantes ingressantes e para o fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A experiência foi construída ao longo dos períodos letivos de 2025.1, 2025.2 e 2026.1, com continuidade prevista para 2026.2, possibilitando acompanhar diferentes turmas e observar o desenvolvimento das atividades ao longo do tempo. A metodologia adotada consiste em um relato de experiência de caráter descritivo e reflexivo, fundamentado na participação direta nas atividades da disciplina, na observação sistemática das práticas desenvolvidas em sala de aula e nas ações extensionistas realizadas durante os períodos acompanhados. As análises apresentadas baseiam−se nas vivências da monitoria, nas interações com docentes e discentes e no acompanhamento contínuo das atividades acadêmicas. A disciplina constitui um Requisito Curricular Suplementar (RCS) de Extensão e integra a política de curricularização da extensão no curso, compondo parte da carga horária extensionista obrigatória dos estudantes. No GPDES, das 300 horas de extensão previstas na formação, 30 horas são desenvolvidas por meio desta disciplina introdutória, que apresenta aos estudantes do primeiro período os fundamentos da pesquisa e da extensão universitária, suas metodologias e possibilidades de atuação ao longo da graduação. Como monitora, atuei no planejamento das atividades em conjunto com a docente responsável, na organização e acompanhamento das apresentações dos estudantes, auxílio no desenvolvimento dos seminários ao longo do período, no atendimento coletivo e individual para esclarecimento de dúvidas, na mediação das discussões em sala e no apoio às atividades extensionistas. Também acompanhei visitas técnicas à Fundação Casa de Rui Barbosa e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, inclui a apresentação das horas complementares para os estudantes auxiliando na organização das atividades, na orientação dos estudantes e na mediação entre os conteúdos trabalhados na disciplina e as experiências vivenciadas nos espaços institucionais. A experiência evidenciou que a monitoria ultrapassa o suporte acadêmico tradicional, constituindo−se como espaço de mediação entre docentes, discentes e territórios de aprendizagem. Conclui−se que a atuação do monitor contribui para fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, favorecer o engajamento estudantil e promover uma formação universitária mais integrada, crítica e conectada às práticas da Gestão Pública.

BIBLIOGRAFIA: CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. Educação & Realidade, v. 45, n. 1, 2020. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2008. NICOLAU, Jairo. Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa. Revista Estudos Políticos, n. 6, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6080**

TITULO:Teologia da libertação na ditadura militar em meio à perseguição religiosa pelos EUA

AUTOR(ES) : **ALICE ALVES DA CUNHA**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO GONçALVES SERRA**

RESUMO: Teologia da libertação na ditadura militar em meio à perseguição religiosa pelos EUA Autora: Alice Alves da Cunha; Orientador: Eduardo Gonçalves Serra Palavras−chave: Teologia da Libertação, Marxismo, Ditadura Militar, Religião, Estados Unidos, CIA A relação da religião com as Relações Internacionais é vasta, complexa e pouco explorada. Uma visão mais realista e pragmática descartaria influência mútua, mas a Guerra Psicológica, no contexto da Guerra Fria, prova o contrário. Ademais, religião é, além de uma das dimensões da superestrutura de Gramsci, um dos aspectos reivindicados nas disputas internas em Análise de Política Externa. Ainda que, em última instância, tomadores de decisão utilizem crenças religiosas como meio de angariar apoio popular, é um fator presente na disputa ideológica. O período ditatorial no Brasil foi campo de disputas ideológicas importadas dos EUA, em que a religião teve papel extraordinário, dada sua capacidade de mobilizar massas. Concomitantemente, a influência do Concílio Vaticano II gerou nova interpretação religiosa não alinhada ao projeto de manutenção do poder da classe capitalista. Teologia da Libertação é um movimento sócio−eclesial predominantemente católico que envolve algumas igrejas protestantes. Busca interpretar a realidade da América Latina à luz do Evangelho, dialogando com conceitos marxistas e colocando a Igreja no centro da práxis, compreendendo a luta de classes e o imperialismo. O foco é a população pobre e oprimida, utilizando análise crítica da realidade social e lutando por direitos, o que gerou choque com o Estado e setores da hierarquia católica romana. Surgiu em meio à profunda desigualdade social, não apenas local, mas sistêmica: a reflexão de que o imperialismo gera desigualdades estruturais no continente é cerne dessa teologia. A dependência latina, retomando Wallerstein, além de político−econômica, é ideológica e social. Nesse sentido, fazia−se necessária uma teologia que trouxesse perspectiva latino−americana para além da tradicional teologia do norte global. Dessa forma, procura−se entender o combate à Teologia da Libertação pelos EUA, pelo governo local e pelos próprios setores religiosos dentro do contexto da Ditadura Militar (1964−1985). O objetivo do trabalho é comprovar a hipótese de que foi ordenada ação dos EUA contra a Telologia da Libertação com auxílio de grupos religiosos. Trata−se de uma pesquisa qualitativa, cuja metodologia combina revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. A revisão bibliográfica será realizada com base em livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e documentos oficiais, incluindo documentos desclassificados da CIA. Ademais, serão conduzidas entrevistas com um ou mais membros da Igreja Católica que participaram da Teologia da Libertação, buscando incorporar seus relatos e experiências à análise.

BIBLIOGRAFIA: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Liberation Theology: religion, reform, and revolution. Washington, DC, 1986. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA−RDP97R00694R000600050001−9.pdf. Acesso em: 20 maio 2026. LIMA, Michelle Alves. A dimensão ideológica do imperialismo: a religião protestante como arma de guerra psicológica dos EUA contra a América Latina durante a Guerra Fria. 2024. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) − Universidade Federal da Integração Latino−Americana, Foz do Iguaçu, 2024. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/items/26c3b22e−f643−4a12−936a−f36b1561463d?utm_. Acesso em: 17 maio 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6246**

TITULO:CDD para PCD: acessibilidade na cdd para pessoas com deficiência

AUTOR(ES) : **ITALO DA SILVA MARINHO,STHEFANY GOMES MOREIRA DA SILVA,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: A Classificação Decimal de Dewey (CDD), criada por Dewey (2003), é um dos instrumentos técnicos mais utilizados na organização e recuperação física de livros na Biblioteconomia. Mesmo que a CDD seja um instrumento que inovou a área, ela ainda não se apresenta de forma acessível para os profissionais que a utilizam. Dito isso, este trabalho instiga uma reflexão necessária sobre a diferença entre a funcionalidade técnica da ferramenta e o caráter excludente de sua apresentação, que frequentemente não atende às necessidades de profissionais bibliotecários com deficiências, comprometendo sua autonomia profissional. O principal objetivo do estudo consiste na análise das barreiras na parte de acessibilidade que profissionais de Biblioteconomia enfrentam na utilização da CDD, buscando promover uma reflexão crítica em relação à importância do instrumento técnico em contraste da sua atual configuração excludente. A metodologia se dá através de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de estudo de campo. A primeira etapa da pesquisa consiste na revisão de artigos científicos relacionados à acessibilidade informacional e na análise da CDD. Na segunda etapa, estão previstas a realização de entrevistas com bibliotecários da Biblioteca Nacional, Instituto Benjamin Constant e também com professores e profissionais especializados em CDD e acessibilidade, tendo como foco a inclusão e a compreensão dos desafios práticos no dia a dia. Como resultado parcial, percebeu−se que a CDD não é um instrumento plenamente acessível. Apesar de sua longevidade e ampla adoção, apresenta características excludentes inerentes à sua estrutura e linguagem, o que, segundo Rangel (2023), ocasiona o afastamento ou a separação dos sujeitos. Nesse contexto, o estudo consiste em contribuir para o debate sobre a implementação de políticas públicas voltadas à acessibilidade. Acredita−se que os dados apresentados durante a pesquisa possam vir a contribuir na criação de diretrizes que possibilitem a integração de tecnologias assistivas na área, como proposto por Bersch (2017), assim garantindo um suporte técnico essencial para que profissionais com deficiência possam realizar suas funções de um jeito pleno e autônomo. Conclui−se que a relevância desta temática consiste na exigência de averiguar visibilidade às demandas de profissionais que são pessoas com deficiência (PCDs), com a intenção de levantar o debate sobre métodos de inclusão e suporte no exercício de suas funções. A necessidade na abordagem se fundamenta ao observar uma carência de acessibilidade, como, em específico, a falta da CDD em Braille, que caracteriza a Biblioteconomia como um campo de atuação e estudo de pouca receptividade. O cenário demonstra a importância de um aprofundamento teórico e prático a respeito da democratização das ferramentas laborais na área e enfatiza sobre pra quem se dá o acesso à educação, formação, profissionalização e informação.

BIBLIOGRAFIA: DEWEY, Melvil. Dewey Decimal Classification. 22. ed. EUA: OCLC, 2003. BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: [Assistiva/Tecnologia da Educação], 2017. 20 p. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1059. Acesso em: 21 abr. 2026. RANGEL, Thayron Rodrigues. (Re) pensando a universalidade do acesso nos arquivos públicos: a acessibilidade como uma ferramenta inclusiva para a garantia da cidadania. 2023. 413 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) − Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6310**

TITULO:O “Efeito Oscar” na Demanda por Ainda Estou Aqui nas Salas de Cinema

AUTOR(ES) : **ARTUR BERTONI MATOS**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO MAESTRINI**

RESUMO: RESUMO No contexto de predominância internacional, principalmente americana, no circuito de exibição de cinema brasileiro e a relevância cultural da premiação do OSCARS e seu entorno como influenciadora de conduta de consumo no mercado interno, este artigo busca uma análise dos resultados da demanda, durante datas específicas do período do filme “Ainda Estou Aqui” para auxílio e norteio para as próximas campanhas nas premiações e festivais de longas nacionais no exterior e o respectivo investimento público e privado. INTRODUÇÃO Em 2024, um feito inédito ocorreu na cultura brasileira, Ainda Estou Aqui ganhou o Oscar de Filme Internacional da Academia. A premiação, sendo uma das maiores referências de qualidade de um produto cinematográfico, torna−se um parâmetro para a decisão de o quê assistir quando o público vai ao cinema. No circuito exibidor de filmes no Brasil há uma predominância de títulos americanos, “blockbusters” em relação aos títulos nacionais, que mais da metade não alcançam 1000 espectadores (MARTINS, 2025). A escolha desta determinada obra, justifica−se por ser uma exceção aos resultados da indústria nacional audiovisual e suas obras lançadas anualmente. Junto, que a forma como a campanha ajudou na divulgação do filme abre margens para a distribuição de obras de alta qualidade técnica e artística. Desta forma, o trabalho possui o objetivo de avaliar o impacto do OSCARS do filme “Ainda Estou Aqui” na sua performance dentro do mercado exibidor brasileiro. Para tal, foi utilizada uma base de dados da ANCINE de público semanal, na qual estão disponíveis os dados de nível de bilheteria de exibição em todo Brasil, e empregado o método estatístico do teste t de student para grupos dependentes. O método foi escolhido por ser um método tradicional, com comprovada eficiência na análise de diferenças de médias, como é argumentado em MAESTRINI, 2023. A variação semanal de público do filme foi escolhida como diferença de médias, pois é a forma como a performance da obra é avaliada pelas distribuidoras e exibidoras e a comparação com outros filmes não se aplica o modelo em primeira análise, pois as condições de divulgação necessitam de algum padrão similar para correlação. Com o decorrer da temporada de prêmios, alguns eventos destaque foram escolhidos para avaliação de impacto, a cerimônia do Globo de Ouro, onde Fernanda Torres, atriz protagonista do longa, conquista o Globo de Ouro de melhor atriz de drama. Além da semana após a indicação, o filme no OSCARS e a semana posterior depois da vitória na categoria internacional da Academia de Tecnologia e Artes.

BIBLIOGRAFIA: AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE). Painel indicadores do mercado de exibição. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt−br/oca/paineis−interativos−1/paineis−interativos−subsecao−mercado−audiovisual/painel−indicadores−do−mercado−de−exibicao.AGNANI, Betty; ARAY, Henry. Effects of Oscar awards on movie production. Economics Discussion Papers, Kiel, n. 2016−8, 2016. Disponível em: https://hdl.handle.net/10419/128475. .SANTOS, Marcelo Maestrini dos. Desafios inovativos no PDI−ANEEL: análise da resposta do segmento de distribuição elétrica brasileiro em meio aos desafios da transição energética. 2023. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Fluminense, Niterói, 2023

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6340**

TITULO:Memória em disputa: a mobilização da diáspora armênia e o reconhecimento legislativo do genocídio pela França (1998–2001)

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO SILVA BARENCO**

ORIENTADOR(ES): **JULIA DE MORAES CABRAL TORDEUR**

RESUMO: O presente trabalho analisa como organizações da diáspora armênia na França contribuíram para transformar a demanda pelo reconhecimento do genocídio armênio em pauta legislativa nacional entre os anos de 1998 e 2001. O recorte temporal compreende a apresentação da proposta de lei da Assembleia Nacional, em maio de 1998, e a promulgação da Lei nº 2001−70, em 29 de janeiro de 2001, cujo artigo único declarou publicamente o reconhecimento do genocídio armênio de 1915 pelo Estado francês. Em vez de compreender a lei como resultado automático de uma decisão estatal, a pesquisa investiga as estratégias de mobilização diaspórica, sua interlocução com representantes parlamentares e as tensões políticas e diplomáticas que atravessaram o processo.A pesquisa adota abordagem qualitativa, com metodologia centrada em estudo de caso e análise documental e de discurso. O corpus será composto por proposições legislativas, relatórios e debates parlamentares da Assembleia Nacional e do Senado francês, pelo texto final da lei e por trabalhos publicados por atores vinculados à mobilização armênia na França. Esses documentos serão analisados em diálogo com a literatura acadêmica sobre diásporas, transnacionalismo, memória política e direitos humanos. O referencial teórico parte da noção de redes transnacionais de advocacy, formulada por Margaret Keck e Kathryn Sikkink, para examinar como organizações diaspóricas mobilizam informações, símbolos, alianças políticas e reivindicações de responsabilidade histórica. A hipótese do trabalho é que o reconhecimento francês foi favorecido pela capacidade das organizações armênias de inserir sua demanda no espaço parlamentar e de apresentá−la como parte dos compromissos republicanos franceses com a memória e os direitos humanos, em um contexto marcado pela continuidade do negacionismo promovido pelo Estado turco. Como resultados esperados, a pesquisa pretende contribuir para a compreensão do papel de atores não estatais na consolidação de normas internacionais de responsabilização por atrocidades e na institucionalização pública da memória de genocídios.

BIBLIOGRAFIA: KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics. Ithaca: Cornell University Press, 1998. KRIKORIAN, Ara. L'action du Comité de défense de la cause arménienne et la reconnaissance du génocide des Arméniens. Revue d'Histoire de la Shoah, n. 177−178, 2003, p. 445−460. MASSERET, Olivier. La reconnaissance du génocide arménien de 1915 par le Parlement français. CEMOTI, n. 31, 2001, p. 113−140.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6349**

TITULO:MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CONFLITO E DIREITO INTERNACIONAL: A SIRIA DIANTE DA CRISE AMBIENTAl

AUTOR(ES) : **BRUNA DE LIMA COSTA MOREN**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA,LUANA COSTA E SILVA**

RESUMO: A Síria, um país inserido em um modelo energético baseado em combustíveis fósseis e um dos que mais sofrem com a desertificação de seu território, tem sua principal problemática ambiental agravada pelas mudanças climáticas.1 Com histórico de secas prolongadas, em 2025, a capital do país, Latakia, enfrentou incêndios florestais que consumiram cerca de 10 mil hectares, considerados catastróficos pelas autoridades locais, atingindo principalmente áreas agrícolas e populações com menor capacidade de adaptação e ampliando a dependência de cooperação externa. Nesse contexto, evidencia−se uma contradição estrutural: a Síria permanece tendo uma economia dependente de combustíveis fósseis enquanto sofre os impactos por eles agravados, como secas prolongadas e aumento de temperatura na região, que intensificam a desertificação e suscitam o debate sobre a responsabilidade dos Estados na mitigação desses efeitos. Diante desse cenário, a problemática assume caráter internacional, por decorrer de dinâmicas que envolvem a vulnerabilidade da população afetada, associada à insuficiência da atuação estatal em um contexto de instabilidade interna, exigindo a atuação conjunta de organizações internacionais e de outros Estados na construção de soluções eficazes. Com destaque, o Direito Internacional das Catástrofes analisa lacunas na governança global na prevenção, mitigação e resposta a desastres em contextos de vulnerabilidade estatal. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a insuficiência dos mecanismos jurídicos internacionais, especialmente aqueles vinculados ao regime climático internacional, como o Acordo de Paris, assim como aos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos e de assistência a refugiados e deslocados ambientais, além de examinar a responsabilidade estatal por danos ambientais em dimensão global, à luz do Direito Internacional das Catástrofes. Para tanto, adota−se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com base em revisão bibliográfica e análise documental de normas e instrumentos do Direito Internacional, como o Acordo de Paris, além de relatórios de organismos internacionais, como o IPCC, a FAO e o ACNUR. Conclui−se que o enfrentamento da desertificação na Síria e das violações de direitos humanos em seu território exige o aprimoramento dos instrumentos jurídicos internacionais. Nesse contexto, evidencia−se a permanência de estruturas econômicas e energéticas que contribuem para a intensificação dos riscos climáticos, caracterizados pela exposição prolongada a eventos extremos, alta vulnerabilidade populacional e baixa capacidade adaptativa enfrentados pelo país, o que reforça o debate acerca dos limites da responsabilidade dos Estados na mitigação desses efeitos e na coordenação de respostas humanitárias eficazes.

BIBLIOGRAFIA: YAMAMOTO, Lilian. Mudança Climática, Conflitos e Migrações: Explorando a Interdisciplinaridade do Direito

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6355**

TITULO:Fórum de Madri: A influência da extrema direita ibérica na América Latina

AUTOR(ES) : **NICOLLE FIGUEIREDO PORTO DE SOUSA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo investigar a articulação e o alcance da ultradireita transnacional na América Latina, impulsionada primordialmente pelo partido espanhol Vox e pelo seu principal think tank , a Fundação Disenso. O estudo abordará a composição e a atuação do Fórum de Madri, organização internacional de caráter anticomunista estruturada a partir da publicação da "Carta de Madrid" em 2020, que atua como uma rede partidária de exportação de metodologias de polarização. Será analisado como o grupo utiliza o conceito revisionista de "Iberosfera" para forjar um internacionalismo reacionário, justificar pautas antiliberais e intervir na política regional. Além disso, a pesquisa observará a dinâmica de mobilização da aliança, desde o recrutamento de chefes de Estado e lideranças consolidadas até a formação de uma "aristocracia moral" e novas vanguardas através do Programa de Jovens Líderes da Iberosfera (PJLI). O enquadramento das ações desta rede no campo da extrema−direita contemporânea dá−se, nesta pesquisa, pelo uso da Teoria Crítica Neogramsciana das Relações Internacionais, de Robert W. Cox, que permite classificar a Fundação Disenso e o Fórum de Madri como "aparelhos privados de hegemonia" operando em nível transnacional. De modo complementar, apoiamo−nos nas teorias de Quinn Slobodian para explicar o enfraquecimento do foco na economia em prol de uma nova guerra cultural, onde a "etnoeconomia" e a oposição ao globalismo e às pautas identitárias tornam−se essenciais para a modulação psicológica das massas. Durante a pesquisa, o recorte temporal principal será a partir do ano de 2020, ano de criação da Fundação Disenso e lançamento da Carta de Madrid, permitindo observar a rápida expansão digital e institucional dessa aliança até a consolidação em eventos recentes, como o convenção "Europa VIVA 24" e o "III Encuentro Regional" em Buenos Aires. Diante disso, esperamos destrinchar e evidenciar como o discurso dessa rede transnacional mimetiza a organização de base de antigos movimentos de esquerda para substituir as democracias liberais latino−americanas por um modelo de dependência ideológica da direita ibérica. A metodologia consistirá em revisão bibliográfica e análise crítica do discurso dos documentos fundacionais, dos programas de capacitação e da máquina de propaganda vinculada à fundação. Portanto, o objetivo principal do presente trabalho é contribuir para a compreensão da sofisticada arquitetura de poder e da dinâmica de dominação contemporânea promovida por estes atores no sistema internacional

BIBLIOGRAFIA: Cox, R. Estados, Forças Sociais e Ordens Mundiais: para além da Teoria das Relações Internacionais. In: Revista OIKOS, vol.20, n.2, (2021[1981]), p. 10−37. SLOBODIAN, Quinn. Hayek's Bastards: Race, Gold, IQ, and the Capitalism of the Far Right. New York: Zone Books, 2025. DA SILVA, Andrei Roberto. SANTIAGO ABASCAL E A IBEROSFERA: ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS E A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE TRANSNACIONAL. Revista de Geopolítica, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 1–16, 2025. Disponível em: https://revistageo.com.br/revgeo/article/view/611. Acesso em: 20 jul. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6368**

TITULO:Espaços insurgentes de expressão cultural negra: reflexões a partir do Baile charme do Viaduto de Madureira

AUTOR(ES) : **NATALIA FARIAS DA SILVA,GIULIA COSTA DOS SANTOS,KARINE DIAS DE JESUS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA LUSCHER ALBINATI**

RESUMO: O presente trabalho faz parte de uma pesquisa que analisa a produção de espaços culturais para além das configurações tradicionais de equipamentos destinados à produção cultural, se debruçando sobre espaços que existem fora da lógica hegemônica e institucional do Estado e do mercado. O estudo busca compreender como esses espaços se configuram enquanto territórios de resistência, expressão coletiva e de produção de significados frente às práticas, identidades e necessidades de grupos historicamente desfavorecidos – como pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPN+ −, compreendendo a cultura e os chamados “espaços culturais insurgentes” (ALBINATI, 2019) como resposta direta à sua subordinação cotidiana. Em relação à expressão cultural negra, o trabalho busca evidenciar como a racialidade estrutura espaços, cultura e resistência no contexto carioca. O conceito de “Quilombo”, conforme desenvolvido por Beatriz Nascimento (2018), trata de das práticas de resistência contemporânea do povo negro, e por isso vem sendo mobilizado nesta pesquisa, enquanto fundamento da produção de espaços de encontro, sociabilidade e protagonismo negro. O Baile Charme de Madureira, localizado fixamente embaixo do Viaduto Prefeito Negrão de Lima, no bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, é o foco de observação dos desdobramentos atuais das formas de se aquilombar da população negra. A metodologia adotada envolve revisão de bibliografia, observação etnográfica e mapeamento de experiências culturais insurgentes. O grupo dedicado à pesquisa se reúne quinzenalmente para organizar a agenda de leituras e de campo, a participação das pesquisadoras em eventos acadêmicos, discutir textos da bibliografia e propor novas leituras, ler coletivamente os diários de campo e assistir a filmes que abordam as expressões culturais estudadas. As idas ao Baile acontecem em noites de sábado, aproximadamente a cada dois meses, porém uma das pesquisadoras passou a frequentar regularmente as aulas de dança promovidas pelo projeto Rio Charme Social, iniciativa vinculada ao Baile de Madureira, como forma de aproximação do campo. As autoras participam em todas as etapas descritas, desde a organização e fichamento de textos, escrita dos diários de campo até a elaboração de artigos e resumos que vêm sendo apresentados em diversos eventos. Como considerações parciais, percebe−se que, a partir de uma leitura histórica, as raízes do charme se vinculam a afirmação de uma identidade negra na cidade do Rio de Janeiro. A ocupação do baixio do viaduto de Madureira para fins de expressão de uma cultura de uma população marginalizada, reforça o caráter político contido na prática. E as observações em campo evidenciam a permanência do sentido de comunidade, assim como abordado por Beatriz Nascimento, onde a dimensão da resistência possui protagonismo.

BIBLIOGRAFIA: ALBINATI, Mariana. Espacialização das diferentes expressões culturais na cidade. In: KAUARK, G. LEAL, N., RATTES, P. (orgs). Um lugar para os espaços culturais: Gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: EDUFBA, 2019. NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a resistência cultural. In: RATTS, Alex (Org.). Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006. SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6382**

TITULO:O Papel da Universidade na Promoção do Empreendedorismo Social: A Experiência da Incubadora Inyaga

AUTOR(ES) : **MANUELLA TOSTES FACCINI CARVALHO,KELYANE SILVA,DANIELE DE AMORIM OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: A universidade contemporânea desempenha um papel fulcral na promoção do empreendedorismo social ao articular de forma indissociável o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação. No entanto, essa atuação enfrenta desafios complexos que tensionam o ambiente acadêmico, tais como a burocracia institucional, a descontinuidade de projetos de extensão, as barreiras na linguagem de comunicação com a comunidade e a necessidade de adaptar o rigor científico à realidade prática dos empreendedores. Diante desse panorama, o objetivo deste trabalho é analisar o papel da universidade na promoção do empreendedorismo social e no apoio a negócios de impacto socioambiental, tendo como objeto de estudo a atuação da Incubadora Inyaga. Metodologicamente, a pesquisa configura−se como um relato de experiência de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentado na análise das atividades práticas de incubação. Os resultados demonstram que a Inyaga atua como uma experiência concreta de universidade empreendedora e de inovação social. Por meio de mentorias customizadas, capacitações técnicas e acompanhamento contínuo, a incubadora funciona como uma ponte dialógica entre o conhecimento acadêmico e o mercado de impacto. Conclui−se que, ao estruturar e viabilizar metodologicamente esses projetos, a universidade transpõe a formação acadêmica tradicional e se consolida como agente catalisador de transformação social e econômica, gerando soluções sustentáveis e organicamente conectadas às demandas reais da sociedade.

BIBLIOGRAFIA: INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL (ICE). Negócios de impacto social: conceitos e guias práticos. São Paulo: ICE, 2020. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: https://brasil.un.org/pt−br/sdgs. Acesso em: jun. 2026. SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Empreendedorismo social: o que é e como funciona. Disponível em: https://www.sebrae.com.br. Acesso em: jun. 2026. SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ (SEBRAE−PR). Incubadoras e aceleração de negócios de impacto. Curitiba: SEBRAE, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6386**

TITULO:Indicadores de Impacto em Incubadoras Universitárias: Desafios de Mensuração e Acompanhamento na Inyaga

AUTOR(ES) : **MANUELLA TOSTES FACCINI CARVALHO,KELYANE SILVA,DANIELE DE AMORIM OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: A avaliação de impacto em incubadoras universitárias é indispensável para mensurar o desenvolvimento dos empreendimentos apoiados, contudo, depara−se com um desafio metodológico crítico: a necessidade de avaliar, simultaneamente, resultados econômicos, sociais e ambientais. Adicionalmente, verifica−se a escassez de ferramentas técnicas acessíveis e a extrema complexidade em mensurar variáveis subjetivas, como a transformação social, o empoderamento e o engajamento comunitário. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a construção de uma matriz simplificada de indicadores para o acompanhamento dos empreendimentos apoiados pela Incubadora Inyaga, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A metodologia adota uma abordagem qualitativa e propositiva, utilizando o método de estudo de caso e revisão bibliográfica para categorizar diferentes níveis de mensuração. Como resultado, propõe−se uma diferenciação analítica na matriz da Inyaga entre indicadores de atividade (ex: volume de mentorias), indicadores de resultado (ex: formalização jurídica e faturamento) e indicadores de impacto (ex: redução de vulnerabilidade socioeconômica). A pesquisa demonstra que a adoção dos ODS como referência permite organizar as dimensões ecológicas, sociais e institucionais sem onerar o cotidiano do empreendedor. Conclui−se que instrumentos de acompanhamento em incubadoras universitárias devem prezar pela simplicidade e viabilidade prática em estágios iniciais, garantindo a adesão contínua dos incubados e fortalecendo a governança e eficácia social da incubadora junto à comunidade.

BIBLIOGRAFIA: INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL (ICE). Negócios de impacto social: conceitos e guias práticos. São Paulo: ICE, 2020. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: https://brasil.un.org/pt−br/sdgs. Acesso em: jun. 2026. SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Empreendedorismo social: o que é e como funciona. Disponível em: https://www.sebrae.com.br. Acesso em: jun. 2026. SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ (SEBRAE−PR). Incubadoras e aceleração de negócios de impacto. Curitiba: SEBRAE, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6402**

TITULO:Cartografias do acervo Mário Barata: estudando bibliotecas pessoais

AUTOR(ES) : **MATHEUS DO NASCIMENTO OLIVEIRA,CARLOS HENRIQUE BARCELLOS DE OLIVEIRA,SARAH JANSEN BARROS**

ORIENTADOR(ES): **PRISCILLA ALVES PEIXOTO**

RESUMO: Este trabalho dá continuidade a uma série de esforços da pesquisa “História da Crítica da Arquitetura” (PROARQ−UFRJ) dedicada à memória da atividade intelectual do crítico, museólogo e historiador da arte Mário Barata (1921−2007). Nesta etapa, o trabalho volta as suas atenções para a antiga biblioteca particular de Barata, mais especificamente, o conjunto de livros doados para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU−UFRJ). Por esse motivo, a pesquisa, que começou a ser desenvolvida junto à historiadores da arquitetura e já aproximou estudantes de História da Arte, agora, envolve estudantes de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Ação que acaba por mobilizar práticas e conhecimentos específicos da área de formação dos estudantes. No âmbito deste trabalho, trata−se de identificar e sistematizar conhecimentos sobre a noção de “biblioteca pessoal” e sobre os seus processos de institucionalização, bem como, analisar e avaliar o quanto e como essa noção e prática podem contribuir para o processo de curadoria de documentos do acervo de Mário Barata doado para a FAU−UFRJ. Para desenvolver este trabalho, será realizada uma revisão bibliográfica referente à bibliotecas pessoais como Ferreira (2015), Gurgel (2024) e Camilo e Casimiro (2020). Paralelamente, serão realizadas visitas a bibliotecas pessoais doadas à instituições públicas para que se possa identificar como a teoria tem sido aplicada nesses casos. Na sequência, buscaremos estudar a política adotada pela UFRJ e, por fim, identificar as possibilidades e as dificuldades de se reconhecer e visibilizar institucionalmente o acervo de Mário Barata doado a FAU−UFRJ como oriundo de uma biblioteca pessoal.

BIBLIOGRAFIA: CAMILO, V.; CASIMIRO, L. C. S. R. A Biblioteca Pessoal Como Lugar de Memória: Reflexões sobre legado, aspectos sociais e simbólicos dos livros. Revista Bibliomar, v. 19, p. 162−176, 2020. FERREIRA, J. S.; CAVALCANTE, G. G. B.; ROCHA, G. C.; SILVA, O. C. Bibliotecas Pessoais: A construção do conhecimento. In: I Encontro de Estética, Literatura e Filosofia, 2015, fortaleza. Anais Eletrônicos Volume III, 2015. V. III. p. 182−189. GURGEL, G. A.; SILVA, S. L. P. Cultura popular e memória familiar: o acervo pessoal de Amaral Gurgel. ÁGORA (FLORIANOPOLIS), v. 34, p. 1−19, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6417**

TITULO:A securitização da imigração venezuelana no Chile (2018−2025): da resposta humanitária à ameaça à segurança nacional

AUTOR(ES) : **WESLLEY FARIAS DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL COUTINHO MARQUES DA SILVA,DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A imigração venezuelana no Chile cresceu de forma expressiva entre 2018 e 2026, passando de aproximadamente 83 mil para 728.586 pessoas (INE/Serviço Nacional de Migrações, Censo 2024). Esse movimento, inicialmente enquadrado sob perspectiva humanitária, passou a ser crescentemente tratado como questão de segurança pública. O objetivo deste trabalho é analisar como e por que ocorreu esse processo de securitização, destacando seu caráter não linear e sua origem difusa, envolvendo não apenas o Estado, mas também mídia e opinião pública. A metodologia baseia−se em análise documental de discursos políticos de três governos de espectros ideológicos distintos (Piñera, Boric e Kast), cobertura de grandes veículos da imprensa chilena e pesquisas de opinião pública realizadas entre 2018 e 2026. O recorte temporal se estende até 2026 em razão da posse de Kast em março daquele ano, momento que representa a expressão mais explícita da agenda securitizadora no Chile. Os resultados parciais sugerem que o aumento das entradas irregulares, a percepção de desordem fronteiriça e a pressão sobre habitação, serviços públicos e mercado de trabalho contribuíram para a ampliação da recepção negativa aos migrantes. Pesquisas de opinião indicam crescimento significativo da parcela de chilenos que associa imigração à criminalidade. Parte da mídia chilena reforçou essa associação por meio de cobertura alarmista, enquanto lideranças políticas de diferentes espectros responderam à pressão social com medidas securitizadoras, maior controle fronteiriço, ampliação de deportações e endurecimento das políticas migratórias. Fundamentada nos Estudos de Segurança Internacional, especialmente no conceito de securitização da Escola de Copenhague e na perspectiva crítica de Jef Huysmans, que reconhece a responsabilidade difusa pelo enquadramento securitário, estendendo−a à sociedade que o legitima, a pesquisa busca demonstrar que a securitização da imigração venezuelana no Chile resulta da interação entre fatores estruturais, conjunturais e discursivos. Compreender esse processo contribui especificamente para o debate sobre como sociedades democráticas constroem narrativas de ameaça em contextos de migração forçada na América do Sul contemporânea.

BIBLIOGRAFIA: BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. Security: A New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998. https://www.academia.edu/39047709/Buzan_Waever_and_De_Wilde_1998_Security_A_New_Framework_For_Analysis HUYSMANS, Jef. What's in an act? On security speech acts and little security nothings. Security Dialogue, v. 42, n. 4−5, p. 371–383, 2011. DOI: ResearchGate: https://www.researchgate.net/publication/258186736 CHILE. Instituto Nacional de Estadísticas (INE); Servicio Nacional de Migraciones (SERMIG). Estimación de personas extranjeras residentes en Chile. Santiago: INE, 2022. https://shre.ink/3LTq

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6436**

TITULO:Políticas Públicas de Gestão de Documentos: O Impacto do Arcabouço Normativo e da legislação arquivística na Eficiência Administrativa Federal

AUTOR(ES) : **BRUNA LIMA FREIRE,HUGO CONTEIRA CLEMENTE,MATEUS ANDRADE DE CARVALHO,ANTONIO VICTOR BOTÃO**

ORIENTADOR(ES): **THAYRON RODRIGUES RANGEL**

RESUMO: Este estudo analisa a importância da legislação arquivística brasileira na formalização e normalização das práticas de gestão de documentos nas instituições públicas, no que tange ao desenvolvimento da política nacional de arquivos, tomando como marco inicial a Lei nº 8.159/1991, que instituiu o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). O objetivo geral consiste em analisar a evolução e o impacto das normativas de gestão de documentos emitidas pelo CONARQ desde sua criação em 1991, articuladas às orientações técnicas da Diretoria de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional (DGD/AN) no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), visando compreender sua contribuição para o aprimoramento da governança institucional no Poder Executivo Federal. Diante desse cenário, de que maneira o arcabouço normativo do CONARQ e as orientações técnicas da DGD/AN no âmbito do SIGA influenciam a governança institucional e a eficiência administrativa no Poder Executivo Federal? Como resposta provisória, assume−se a hipótese de que, se os órgãos do Poder Executivo Federal internalizarem de forma sistemática as resoluções do CONARQ e as diretrizes da DGD/AN no âmbito do SIGA, então haverá uma potencialização da governança institucional e da eficiência administrativa. Para tanto, os objetivos específicos buscam identificar as resoluções do CONARQ sobre gestão documental publicadas entre 1991 e 2025; caracterizar as diretrizes emanadas pela DGD/AN decorrentes de sua competência técnica; e avaliar como esse arcabouço orienta as práticas arquivísticas federais. O percurso metodológico possui natureza aplicada, adotando uma abordagem qualitativa−quantitativa com objetivo descritivo−explicativo, operacionalizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental focada no exame das resoluções do CONARQ e publicações técnicas da DGD/AN. Conclui−se que a integração estrutural e normativa entre as instituições atua como um sistema simbólico de legitimação social, onde o aprimoramento técnico e a padronização das rotinas amparam de forma incontestável a governança, a transparência e a eficiência na gestão documental do cenário nacional.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. Edição 3. – Brasília, DF: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração,2020. JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. Acervo, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31−45, set./dez. 2018 ROCHA, Maria Meriane Vieira da et al. (org.). Governança arquivística: o panorama brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2025. MARIZ, A. C. A.; RANGEL, T. R. (org.). Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: FGV , 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6440**

TITULO:MEDIAÇÃO INFORMACIONAL:A LINGUAGEM SIMPLES SOB O OLHAR DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

AUTOR(ES) : **MARCELA VIEGAS FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: A Linguagem Simples (LS) é uma das principais estratégias para tornar a comunicação pública mais compreensível e ampliar o acesso da população às informações de interesse público. Ao utilizar técnicas de redação e organização da informação, conteúdos complexos são reescritos em textos claros e úteis para o cidadão. No Brasil, sua adoção mostra−se necessária, pois 29% da população é considerada analfabeta funcional e, desse total, 22% conseguem apenas ler palavras e frases simples (Inaf, 2024). Nos últimos anos, a LS ganhou maior força institucional com a publicação das normas ISO 24495−1 (2023) e ABNT NBR ISO 24495−1 (2024), e da Lei nº 15.263/2025, que instituiu a Política Nacional de Linguagem Simples na administração pública. Apesar dos avanços, sua aplicação ainda enfrenta desafios, sobretudo pela cultura burocrática e pelo uso de linguagem formal nos órgãos públicos. Esse cenário abre espaço para investigar a articulação entre a LS e a Organização do Conhecimento (OC), área da Ciência da Informação (CI). O objetivo é analisar a produção científica sobre a LS antes e depois das normas técnicas e da Política Nacional, investigando como a OC pode contribuir para sua aplicação. A metodologia é qualitativa, exploratória e descritiva, compreendendo: (1) mapeamento de trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), nos períodos pré−ISO (2021−2022), ISO (2023–2024) e Política Nacional (2025–2026); (2) panorama histórico do movimento pela LS; (3) análise dos fundamentos da OC. Para evitar ocorrências genéricas e reduzir falsos positivos, a busca do termo "linguagem simples", na BDTD, foi limitada aos campos Título e Assunto, identificando pesquisas que têm a LS como objeto de estudo . O levantamento mostrou que a produção saltou de 4 para 12 trabalhos no período das normas ISO, caindo para 4 em 2025−2026 (dados até julho).Dos 20 trabalhos na BDTD, apenas 1 é de CI. Já na Brapci, foram encontrados 5, 3 e 7 artigos nos três períodos, com pico de produção no ano da Política Nacional, sentido inverso aos achados na BDTD. Como os dados de 2026 são parciais, não é possível afirmar uma tendência. Ainda assim, resultados sugerem que as normas ISO impulsionaram primeiro a produção geral, enquanto a legislação mobilizou mais a discussão na CI. Contudo, dada a incipiência da LS na área , aprofundar os estudos pode fortalecer o debate sobre as contribuições da OC para a LS. A comparação entre as Cinco Leis de Ranganathan (1931) e a Política Nacional de Linguagem Simples revelou que os dois campos são orientados por princípios semelhantes. Além disso, a Análise de Domínio, de Hjørland (2002), demonstrou que o conhecimento da linguagem especializada é essencial para a simplificação textual, sem perda de precisão de conceitos. Como resultado parcial, conclui−se que a OC pode oferecer base teórica e métodos para apoiar a aplicação da LS, preservando a consistência na comunicação pública.

BIBLIOGRAFIA: CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. As “Cinco Leis da Biblioteconomia” e o exercício profissional. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: https://eooci.uff.br/as−cinco−leis−da−biblioteconomia−e−o−exercicio−profissional/. Acesso em: 2 jun. 2026. HJØRLAND, Birger; BARROS, Thiago Henrique Bragato. Análise de domínio. Em Questão, Porto Alegre, v. 30, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/140568. Acesso em: 2 maio 2026. INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL (INAF). Relatório Inaf Brasil 2024: alfabetismo do analógico ao digital. São Paulo: Ação Educativa; Conhecimento Social, 2025. Disponível em: https://alfabetismofuncional.org.br/. Acesso em: 15 jul 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6469**

TITULO:DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL: DIRETRIZES ESSENCIAIS DE LETRAMENTO PARA COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

AUTOR(ES) : **YASMIN CUNHA GUIMARAES**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: â□□Esta pesquisa analisa estratégias de letramento informacional e digital como ferramenta central no combate à desinformação climática e no fortalecimento da resiliência em comunidades socialmente vulneráveis no Brasil. O objetivo geral consiste em analisar e consolidar abordagens de inclusão digital capazes de mitigar os impactos da desinformação, a qual compromete a percepção de risco e a adesão a planos de contingência em áreas vulneráveis. Especificamente, o estudo identifica padrões desinformativos, mapeia recursos de formação crítica, avalia a efetividade de programas existentes e propõe diretrizes para ações de capacitação em letramento digital. â□□A metodologia adotada consistiu em uma revisão sistemática da literatura com protocolos rigorosos de reprodutibilidade. A busca ocorreu em duas fases (2015−2025): a primeira abrangeu um panorama global (português e inglês) e a segunda concentrou−se no contexto brasileiro e latino−americano, consultando bases como BRAPCI, Emerald, Google Scholar e SciELO. A amostra final de 30 estudos passou por uma análise qualitativa de conteúdo temática focada nas práticas de letramento digital. â□□Os resultados da análise revelam que a desinformação climática opera via negacionismo científico, minimização de riscos e teorias conspiratórias, agravando as vulnerabilidades locais. No Brasil, o "novo negacionismo" utiliza táticas estruturadas para deslegitimar alertas científicos. Em resposta, a análise das práticas de letramento digital demonstra que o uso crítico de ferramentas como IA, redes sociais e jogos educativos, quando articulados a metodologias pedagógicas participativas e territoriais, empodera jovens e comunidades vulneráveis como agentes de mudança. Contudo, a efetividade desse letramento enfrenta barreiras como a exclusão digital, o analfabetismo funcional e os vieses algorítmicos. â□□A conclusão apresenta cinco diretrizes estratégicas: 1) Integração do letramento digital a políticas socioeconômicas; 2) Desenvolvimento de competências éticas para a era da IA; 3) Adoção de pedagogias territoriais; 4) Capacitação contínua e integração curricular; 5) Governança democrática e transparência de dados. O estudo conclui que a resiliência comunitária em cenários de vulnerabilidade social depende fundamentalmente da articulação entre letramento digital, pensamento crítico e reconhecimento das realidades locais.

BIBLIOGRAFIA: CRUZ, Luana et al. Dinâmicas da desinformação climática em publicações de Facebook e Instagram no Brasil. Comunicação e Sociedade, v. 47, e2025002, 2025. DOI: https://doi.org/10.17231/comsoc.47. Disponível em: https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183−35752025000205002. Acesso em: 17 abr. 2026. FEITOSA, Sara Alves. Comunicação pública e desinformação: mitigação de danos à democracia diante de eventos climáticos extremos. Comunicação Midiática, v. 19, n. 1, p. 35−53, 2024. Disponível em: https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/623. Acesso em: 17 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6477**

TITULO:Mobilidade de Capital e Ajuste do Balanço de Pagamentos

AUTOR(ES) : **GABRIEL DUTRA CAMPOS,LUIS BERNER**

ORIENTADOR(ES): **NATHALIE TELLEZ MARINS**

RESUMO: Este trabalho revisita e examina, a partir de pesquisa qualitativa de natureza teórico−conceitual, as teorias sobre ajuste do Balanço de Pagamentos (BP) na macroeconomia aberta. De Hume aos modelos modernos como o IS−LM−BP, são identificadas e expostas as abordagens do mainstream econômico e os pressupostos que sustentam o ajuste automático do BP, tais como o pleno emprego dos fatores, mobilidade perfeita de capital e substituibilidade perfeita de ativos, além das premissas que se desenvolveram enquanto "princípios" separados, como a Paridade do Poder de Compra (PPP − Purchasing Power Parity) e a Paridade Descoberta de Juros (UIP − Uncovered Interest Parity). Em seguida, confronta suas hipóteses e modelos com as críticas pós−keynesianas (Thirlwall, 2011; Harrod, 1933; Lavoie, 2014) e marxianas/marxistas (Marx, 2016; Shaikh, 1999), buscando analisar em que medida convergem ou divergem ao rejeitar os fundamentos e resultados do arcabouço ortodoxo e ao negar as formulações tradicionais sobre economia internacional e dinâmica econômica capitalista, em prol de alternativas teóricas para a determinação do câmbio real, para a explicação dos desequilíbrios comerciais persistentes e para mobilidade internacional de capital, incorporados nos mecanismos de equilíbrio ou desequilíbrio do Balanço de Pagamentos.

BIBLIOGRAFIA: HARROD, R. International Economics. Cambridge: Cambridge University Press, 1933. LAVOIE, Marc. Post−Keynesian Economics: new foundations. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2016. SHAIKH, Anwar. Real Exchange Rates and the International Mobility of Capital. Nova Iorque: New School University, 1999. (Working Paper, n. 265). THIRLWALL, Anthony Philip. Balance of payments−constrained growth models: history and overview. Canterbury: University of Kent, School of Economics, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6498**

TITULO:Estudo da concentração de mercado de combustíveis líquidos ao longo do tempo

AUTOR(ES) : **FILIPE CHIARETTI OLIMPIO**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO PONTUAL RIBEIRO**

RESUMO: A pesquisa, vinculada ao projeto “Estudos Empíricos em Concorrência: Plataformas Digitais, Emprego e Combustíveis”, investiga a evolução da concentração no mercado de revenda de combustíveis líquidos no Brasil ao longo do tempo. A proposta é mensurar, em nível municipal, indicadores como o Índice de Herfindahl−Hirschman (HHI) e razões de concentração (Kupfer; Hasenclever, 2013), considerando a capacidade instalada dos postos e a quantidade de bicos por produto. A análise contempla gasolina comum, gasolina aditivada, etanol, diesel e GNV. A pesquisa dialoga com a literatura recente sobre o grau de competição e o seu efeito no repasse de custos aos preços finais (Dimitrakopoulou et al., 2024). No caso brasileiro, Moreira (2023) investigou o tamanho e a assimetria desse repasse no mercado de combustíveis, mas sem explorar diferenças entre municípios nem sua relação com a concentração de mercado. A contribuição do projeto está em adaptar essa abordagem ao contexto brasileiro, com dados administrativos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ainda não sistematizados para esse tipo de análise. A metodologia parte de registros administrativos obtidos por pedido de acesso à informação. Foram usados cinco conjuntos de dados da ANP, com informações sobre capacidade instalada antes e depois de 2017, situação cadastral, características dos postos revendedores e movimentações de bandeiras. A leitura e o tratamento dos microdados foram realizados em R pelo autor. Essa etapa inclui a classificação das descrições de produtos em cinco classes analíticas, a organização dos dados em painel e a criação de rotinas de controle de qualidade, para tornar o processo transparente e reprodutível. Como resultado parcial, a pesquisa já estruturou uma base de dados capaz de acompanhar, ao longo do tempo, a capacidade instalada e o número de bicos de cada posto. Também foram identificadas inconsistências relevantes nos microdados, sistematizadas em relatório técnico encaminhado à ANP. Entre os principais problemas estão diferenças nos registros antes e depois de 2017, datas de vigência incoerentes, imprecisões cadastrais, lacunas nas movimentações de bandeiras e descompassos entre identificadores de postos. A resposta da agência será importante para aprimorar a consistência da base. Como resultado, espera−se obter uma base de microdados sistematizada para calcular o HHI e as razões de concentração por município e tipo de combustível, identificando padrões regionais na estrutura competitiva do setor. Com isso, será possível investigar em que medida diferenças no grau de concentração influenciam o repasse de impostos e outros custos aos consumidores finais.

BIBLIOGRAFIA: KUPFER, David; HASENCLEVER, Ligia (Org.). Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2013. MOREIRA, Miguel Silveira. State Taxation and Asymmetric Fuel Price Adjustment: Evidence from Brazil's ICMS. 2023. DIMITRAKOPOULOU, Lydia; GENAKOS, Christos; KAMPOURIS, Themistoklis; PAPADOKONSTANTAKI, Stella. VAT pass−through and competition: Evidence from the Greek islands. International Journal of Industrial Organization, v. 97, 103110, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6519**

TITULO:ABANDONO PARENTAL E O EXERCÍCIO DA CURATELA

AUTOR(ES) : **ALICE SOARES LIMA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO: A curatela passou por diversas reformas até ser compreendida, conforme o artigo 84 da Lei n.º 13.146/2015, como uma medida protetiva extraordinária e delimitada a atos de natureza patrimonial e negocial. Contudo, nota−se que a praxe do Judiciário brasileiro frequentemente estende os efeitos dessa medida para a esfera existencial do interditado, tornando−a restritiva e gerando instabilidade. Diante da delicadeza desse instituto e da vulnerabilidade do curatelado, torna−se fundamental o rigor na escolha do curador, cargo frequentemente assumido por familiares que propõem a ação. Nesse contexto, surge a questão central: a curatela pode e deve ser exercida por pais que previamente protagonizaram situações de abandono parental (físico ou afetivo) ao longo da vida de seus filhos?. Alicerçado no princípio da boa−fé objetiva, o presente estudo utiliza o conceito de venire contra factum proprium para demonstrar que o abandono prévio representa uma quebra de confiança que inviabiliza a nomeação. Aponta−se a contradição jurídica de permitir que um genitor, que anteriormente fugiu da responsabilidade de tutelar e proteger o filho menor, assuma o protagonismo ativo de curador de um adulto com deficiência. No entanto, a pesquisa pondera que a análise de inaptidão exige extrema cautela diante de casos de alienação parental pregressa ou de falsas acusações amparadas pela banalização da Lei n.º 12.318/2010, cenários em que o afastamento do genitor ocorreu de forma injusta e induzida. A pesquisa adota uma metodologia de análise qualitativa, pautada em revisão bibliográfica e documental da legislação (como o ECA) e jurisprudência, utilizando marcos teóricos como a obra de Caio Mário da Silva Pereira. Assim, o estudo questiona se o histórico de abandono deve ser consolidado como critério de inaptidão para a curatela, buscando compreender a responsabilidade civil dos pais e curadores. Ainda, visa analisar a capacidade de suspensão ou extinção do poder familiar e sua atual conjectura de abolição permanente, observando modelos estrangeiros que permitem a reversibilidade e a restituição do poder parental, como o argentino, caso mudanças circunstanciais comprovem ser benéficas ao filho.

BIBLIOGRAFIA: PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: volume V: direito de família. 26. ed. Revista, atualizada e ampliada por Tânia da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 2018. LIMA, Fabiano Soares. Responsabilidade civil: uma análise sobre abandono afetivo por um dos genitores. Rio de Janeiro, 2026. 22 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026. SZPORER, Patrícia Cerqueira Kertzman. Pessoa com deficiência em situação de curatela e sistema de justiça: uma análise a partir de dados existenciais do sujeito em situação de curatela e das instituições do sistema de justiça. 2023. 303 f. Tese (Do

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6539**

TITULO:Vestindo a cultura: enraizamento estético no empreendimento cultural Catarse

AUTOR(ES) : **ANA LIVIA DE FREITAS BARAUNA DA CONCEICAO**

ORIENTADOR(ES): **SIMONY RODRIGUES MARINS**

RESUMO: Ainda são poucos os estudos que investigam como, no empreendedorismo cultural no campo da moda, valores são construídos na relação entre empreendedores e sua audiência. Em um estudo no campo da música, verificou−se que ocorre o chamado enraizamento estético, a forma como empreendedores constroem relações com base em fatores estéticos e culturais pessoais e relacionais, o que ocorre por três dimensões: cruzamento (relações intersubjetivas), sincretismo (mistura entre valores, culturas e estéticas) e percepção de valor, que, em paralelo, explicam a maneira que empreendimentos culturais são percebidos e recebidos por suas audiências, através de noções intersubjetivas desenvolvidas durante a vida dos empreendedores (MARINS; DAVEL; PARSLEY, 2023). Em complemento, Bourdieu já argumentava que os gostos e práticas de consumo são socialmente construídos por meio do habitus, conjunto de disposições incorporadas ao longo da trajetória dos indivíduos que orienta percepções, preferências e formas de agir (BOURDIEU, 2007). No campo da moda, o streetwear se consolidou como um dos principais segmentos, mas ainda são escassos os estudos que investigam a relação entre a trajetória dos empreendedores desse mercado e os valores de seus consumidores, pois, diferentemente dos setores tradicionais da moda, diversas marcas no streetwear são desenvolvidas por empreendedores que participam ativamente da cultura das ruas, construindo e consumindo (POLHEMUS, 1994). Dessa forma, este estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: Como se dá o enraizamento estético em um empreendimento cultural do setor da moda? Com o objetivo de compreender o enraizamento estético no segmento do streetwear. Para isso, será realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando a história de vida dos fundadores do empreendimento cultural Catarse, marca de vestuário criada e idealizada por três jovens periféricos que mesclam signos clássicos à chamada moda à Bangu, destacando−se do ramo do streetwear carioca. Os dados serão coletados por meio de entrevistas em profundidade com sócios, amigos e pessoas relacionadas à história de vida e ao desenvolvimento deste empreendimento, complementadas por análise documental (materiais institucionais, conteúdos digitais e outros), interpretados através da análise narrativa. A pesquisa será realizada de junho a setembro de 2026. A autora participa ativamente da pesquisa realizando levantamento bibliográfico, análise documental, elaboração do roteiro de entrevistas e organização dos dados para análise. Nesse sentido, espera−se evidenciar como a cultura, a estética, os valores e as relações desenvolvidas durante a vida se entrelaçam neste tipo de empreendedorismo. O estudo contribui para o avanço do conhecimento no campo do empreendedorismo cultural nas indústrias criativas, relacionando−se ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), especialmente no que se refere ao desenvolvimento econômico periférico e suas potencialidades.

BIBLIOGRAFIA: BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2007. MARINS, Simony R.; DAVEL, Eduardo P. B.; PARSLEY, Samantha. Aesthetic embeddedness: towards an aesthetic understanding of cultural and artistic entrepreneurship. Entrepreneurship & Regional Development, v. 35, n. 9−10, p. 695−714, 2023. POLHEMUS, Ted. Streetstyle: from sidewalk to catwalk. London: Thames and Hudson, 1994.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6546**

TITULO:A casa comum: produção editorial da 13ª edição da Revista Versus

AUTOR(ES) : **FLAVIO MATHEUS DA SILVA BORGES,NAYANE CRISTINA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: A 13ª edição da Revista Versus, vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE/UFRJ), integra as atividades do projeto de extensão "Vida Pública: Os Temas Republicanos nos Espaços Escolares e de Ensino". A publicação tem como objetivo promover a divulgação de debates contemporâneos das Ciências Sociais Aplicadas por meio de uma linguagem acessível, articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. Com o tema "A Casa Comum", a edição aborda questões relacionadas às mudanças climáticas, à COP30 realizada no Brasil, aos desafios da representação política e ao papel do Parlamento na democracia brasileira, além de apresentar entrevistas, artigos, resenhas e reportagens sobre temas sociais, culturais e econômicos. A metodologia adotada foi qualitativa, fundamentada em pesquisa documental, levantamento bibliográfico, produção jornalística e desenvolvimento editorial. Os estudantes participantes atuaram na organização dos conteúdos, revisão textual, diagramação, elaboração do projeto gráfico e produção visual da revista, contribuindo para a construção de um produto editorial digital voltado à divulgação científica e à formação cidadã. A experiência possibilitou o desenvolvimento de competências técnicas em design editorial, comunicação visual e gestão de fluxos de produção, além do aprofundamento teórico sobre os temas abordados. Entre os resultados alcançados destacam−se a publicação da 13ª edição da revista, a ampliação do acesso ao conhecimento produzido na universidade e o fortalecimento das ações de extensão junto à comunidade acadêmica e ao público externo. A edição promove reflexões sobre sustentabilidade, democracia, participação política e justiça social, estimulando o diálogo entre universidade e sociedade. Conclui−se que a Revista Versus constitui um importante instrumento de formação interdisciplinar, divulgação científica e valorização da extensão universitária, contribuindo para a circulação de conhecimentos e para a construção de uma cidadania crítica e participativa.

BIBLIOGRAFIA: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MUNARI, Bruno. Comunicação Visual. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1981. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1981. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2024

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6574**

TITULO:A INFLUÊNCIA FRANCESA NA DEFINIÇÃO BRASILEIRA DO DOMÍNIO DOS RIOS NÃO NAVEGÁVEIS À LUZ DA OBRA DE ALFREDO DE VILHENA VALLADÃO (1904−1934)

AUTOR(ES) : **JULIA LEANDRO DA ROCHA**

ORIENTADOR(ES): **HANNA SONKAJARVI**

RESUMO: Com a Proclamação da República em 1889, a advinda de uma nova Constituição Federal (1891) e um Código Civil (1916), surgiu também a necessidade de uma regulamentação das águas brasileiras. Havia uma lacuna doutrinária sobre o assunto, haja vista a escassa discussão do tema até então. A análise dessa questão teve como principal precursor o professor Alfredo de Vilhena Valladão, que se dedicou a essa temática entre 1904, com a publicação de sua obra “Dos Rios Públicos e Privados”, e 1934, quando foi publicado o Código das Águas brasileiro, cuja comissão constituinte Valladão fez parte. Este projeto de lei, contudo, sofreu diversas interrupções e retomadas entre 1906, quando a lei n. 1.167 autorizou a organização das bases do Código Rural e Florestal e dos de Mineração e Águas, e a sua promulgação. O presente artigo se dedica a estudar a obra de Valladão e a literatura estrangeira utilizada como fundamento para a codificação do direito das águas no Brasil. Busca−se entender principalmente os parâmetros utilizados para definir o domínio dos rios não navegáveis, em virtude do silêncio das Ordenações Filipinas neste tratamento em específico. De acordo com Nunes (2022), a República fez vigorar um modelo privatista, que foi causa da disputa de interesses a respeito da propriedade desses rios, de seus leitos e de suas margens. Assim, atingiu−se inclusive a população ribeirinha, que poderia ou não ser sua proprietária, a depender da posição doutrinária escolhida. Tomando como referência a singularidade dos rios brasileiros, principalmente no que tange à sua extensão, analisam−se as semelhanças relevantes para o transplante ou tradução de regras aplicadas no exterior, sobretudo em Portugal e na França. Nesse sentido, é examinada a recepção que Valladão fez das doutrinas e legislação desses países, sendo, ademais, utilizada a metodologia de história dos conceitos.

BIBLIOGRAFIA: Almeida e Sousa, Tratado das Águas. Lisboa: 1821. Nunes, Diego. Aportes 2022. Aportes para uma história da regulação jurídica da água no Brasil a partir do Código de Águas de 1934..Rio de Janeiro: Rev. Direito Adm., v. 281, n. 1, p. 233−270, jan./abr. 2022. VALLADÃO, Alfredo de Vilhena. Direito das Águas. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1931

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6580**

TITULO:A representação da discriminação religiosa em Sistemas de Organização do Conhecimento: uma análise crítica à luz da justiça epistêmica

AUTOR(ES) : **VAGNER TROCATE DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A Organização do Conhecimento (OC) estuda como o saber humano é estruturado e disponibilizado à sociedade, investigando como os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) atuam na representação, circulação e recuperação da informação. Todavia, estes SOCs não são neutros, pois refletem visões de mundo e reproduzem invisibilizações, exclusões e assimetrias epistemológicas. Para lidar com isso, a Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC) possui um caráter político e ético, utilizando uma visão crítica para desconstruir vieses, visando uma representação do conhecimento que respeite a diversidade social e promova a inclusão. Este estudo é fruto da disciplina OSC do PPGOCTS. A problemática que motiva o trabalho é a constatação de que temas sensíveis, como a religião, são enquadrados sob perspectivas eurocêntricas em SOCs, o que cria lacunas na representação de grupos marginalizados e religiões não hegemônicas, e gera o seguinte questionamento: “como a discriminação religiosa é representada em SOCs e em que medida essa representação contribui para processos de injustiça epistêmica?”. A sua justificativa reside na relevância social de promover sistemas inclusivos que combatam a desigualdade informacional e os enviesamentos. O objetivo geral é analisar a representação da discriminação religiosa em três SOCs selecionados, identificando vieses e propondo possibilidades de reparação taxonômica à luz da justiça epistêmica. Como objetivos específicos, o trabalho identificou termos e relações semânticas nestes SOCs; examinou vieses sistêmicos e processos de invisibilização; e propôs intervenções terminológicas e estruturais. A metodologia caracteriza−se como pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com procedimentos de análise documental, terminológica e comparativa. Os SOCs analisados foram: Tesauro da União Europeia (EuroVoc), Classificação Decimal de Doris e Library of Congress Subject Headings (LCSH). O referencial teórico fundamenta−se nos conceitos de OC, SOC e OSCC (Moura et al, 2024), justiça epistêmica (Fricker, 2007), reparação taxonômica (Adler, 2016) e viés sistêmico (Mai, 2016). Os resultados revelam que Doris é o SOC mais restritivo, limitando o tema a "Crimes contra a humanidade", restringindo−o a violações jurídicas graves, enquanto EuroVoc e LCSH adotam uma lógica de direitos civis, ignorando dimensões comunitárias e ancestrais de saberes não ocidentais. Observou−se a ausência e a invisibilização de termos e religiões de matrizes africanas. Como proposta de reparação, sugeriram−se alterações nas relações hierárquicas e associativas, e a inclusão de novos vocábulos utilizados pelos grupos afetados, como Racismo religioso, Violência simbólica, Diversidade religiosa e Minorias religiosas. Conclui−se que a OSCC é fundamental para enfrentar os desafios éticos dos SOCs no contexto atual, a fim de criar sistemas mais inclusivos e garantir que a recuperação da informação não invisibilize a violência sistêmica contra minorias.

BIBLIOGRAFIA: ADLER, Melissa. The Case for Taxonomic Reparations. Knowledge Organization, [s. l.], v. 43, n. 8, p. 630−640, 2016. MAI, Jens−Erik. Marginalization and Exclusion: Unraveling Systemic Bias in Classification. Knowledge Organization, [s. l.], v. 43, n. 5, p. 324−330, 2016. MOURA, Maria Aparecida; TRIVELLATO, Rosana Matos da Silva; GOMES, Pablo. Justiça Epistêmica e Organização do Conhecimento: Perspectivas Críticas. In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. Anais [...]. Disponível em: https://ambientevirtual.nce.ufrj.br/pluginfile.php/4623652/mod_folder/content/0/Moura%20et%20al%20%282024%29.pdf?forcedownload=1 . Acesso em: 14/04/2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6585**

TITULO:O PODER JUDICIÁRIO E OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS DO TJRJ

AUTOR(ES) : **JULIA MONTEIRO SEGADAS VIANNA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA**

RESUMO: Este trabalho integra a pesquisa desenvolvida pelo grupo “Poder Judiciário e Conflitos Fundiários no Território Fluminense”, vinculado ao Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin, e se insere no contexto jurídico−político marcado pelo aumento dos despejos coletivos durante a pandemia de Covid−19. A pesquisa parte das transformações impulsionadas pela ADPF 828, julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 2021, e pela Resolução nº 510/2023 do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou as Comissões de Soluções Fundiárias nos tribunais. O objetivo central é compreender como a Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COFUND) tem atuado nos conflitos envolvendo ocupações urbanas e rurais, além de mapear e sistematizar os dados disponíveis sobre esses casos. A hipótese levantada é de que a comissão apresenta um funcionamento ainda precarizado, com limitações estruturais e baixa transparência diante da complexidade e da quantidade de demandas. A pesquisa utiliza metodologia de análise quantitativa e qualitativa. Os dados atuais foram coletados por meio do portal do TJRJ e de informações obtidas junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, sendo posteriormente organizados em planilhas e analisados. A dimensão qualitativa se dá pelo estudo do conteúdo dos processos, bem como pela participação em visitas técnicas e reuniões realizadas pela COFUND, permitindo acompanhar de perto sua dinâmica de atuação. Os autores, enquanto estudantes integrantes do grupo de pesquisa, atuam diretamente na coleta, sistematização e análise dos dados, além do acompanhamento das atividades de campo. Participam também das reuniões semanais do grupo de pesquisa, contribuindo para a construção da base bibliográfica utilizada na análise dos fenômenos objeto do estudo. Inicialmente, foram identificados 13 processos em tramitação na comissão. No entanto, a partir de uma recente atualização no sistema da comissão, que passou a disponibilizar os processos em seu site (mudança que ocorreu após significativa pressão popular e acadêmica por maior transparência) foi possível ampliar esse levantamento, totalizando atualmente 25 processos vinculados à COFUND. Apesar de criada formalmente em janeiro de 2023, a comissão passou a funcionar efetivamente apenas em maio de 2024, após a designação correta de magistrados, em consonância com a Resolução 510/2023 do CNJ. Ainda assim, sua estrutura permanece reduzida, com equipe limitada e dificuldades operacionais, o que impacta a comunicação, a organização interna e a transparência das informações. Como considerações parciais, a pesquisa aponta que, embora as comissões representem uma inovação relevante na forma de tratamento dos conflitos fundiários, abrindo espaço para maior diálogo institucional e incidência dos movimentos sociais, sua efetividade ainda encontra entraves práticos significativos.

BIBLIOGRAFIA: CAFRUNE, Marcelo; SILVA, Marcela; MELO, Thamara. O direito à moradia entre a relativização e a invisibilidade: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nas Reclamações Constitucionais relacionadas à ADPF nº 828. Belo Horizonte: RBDU, 2022. BALDANI, Cecília Café et al. Comissões de Soluções Fundiárias: aposta para uma nova resolução de conflitos territoriais. Brasília: InSURgência, 2025. QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana et al. As Comissões de Soluções Fundiárias e o direito à moradia adequada no Rio de Janeiro. Revista CNJ, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6620**

TITULO:Bioimpressão e patentes: a impressão de tecidos e órgãos artificiais

AUTOR(ES) : **CAMILA PAZOS BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO: A presente pesquisa objetiva identificar o enquadramento de Propriedade Intelectual (PI) mais adequado à proteção de ativos derivados da bioimpressão 3D, com foco no binômio formado pelos arquivos de design digital (CAD/STL) e pelos objetos biológicos resultantes das impressões. Trata−se de uma tecnologia que se apresenta como força disruptiva, capaz de redesenhar cadeias de valor globais, especialmente no setor médico, ao permitir a customização em massa, bem como a redução drástica de custos e de desperdícios de matéria−prima em comparação à manufatura subtrativa tradicional. Segundo levantamento desenvolvido pelo European Patent Office (EPO), observou−se um crescimento global dos pedidos de patentes em impressão 3D quase oito vezes superior à média tecnológica entre os anos de 2013 e 2020, evidenciando a urgência de se estabelecer maior segurança jurídica. A discussão justifica−se, ainda, pela maturidade de invenções nacionais. Tais inovações, ao possibilitarem a produção local e sob demanda, requerem diretrizes técnicas capazes de incentivar a inovação nacional e, simultaneamente, assegurar o acesso social a essas soluções em saúde. Metodologicamente, adota−se uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e prospecção técnica em bases de patentes nacionais (INPI, WIPO, EPO), estendendo−se à análise de julgados paradigmáticos de cortes internacionais, como a Suprema Corte dos Estados Unidos e o Tribunal de Justiça da União Europeia. A pesquisa mapeia a ausência de consenso quanto à natureza jurídica do arquivo digital. Enquanto vertentes estadunidenses oscilam entre sua equiparação ao software e ao desenho técnico, a doutrina europeia, liderada por Caroline Le Goffic e Aude Vivès−Albertini, sustenta a tese do precursor de produto, segundo a qual a proteção industrial exige, essencialmente, um objeto corpóreo e tangível. Essa fragmentação doutrinária reflete−se na prática institucional, de modo que o USPTO demonstra maior receptividade a pleitos de bioimpressão, ao passo que o EPO enfrenta restrições ético−legais relacionadas a variedades biológicas. O trabalho incorpora, ainda, a crítica da autora brasileira Bruna de Freitas acerca da lacuna de proteção decorrente da ausência de equivalência prática entre o design e o objeto, evidenciando que, sem uma definição quanto à fase informacional da criação, o controle sobre remixes e usos digitais permanece em um limbo jurídico. O autor discente é responsável pela revisão bibliográfica, pesquisa documental em bases de patentes e realização de diálogos técnicos com equipes de desenvolvimento tecnológico da UFRJ, visando coletar dados sobre o atual estado da técnica. Como resultados esperados, busca−se propor um modelo de proteção que equilibre os direitos do inventor com o interesse social, evitando o uso de puros estrangeirismos jurídicos que ignorem as peculiaridades do sistema de inovação brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010 FREITAS, Bruna Castanheira de. Imprimindo a lei: como a impressão 3D afeta a propriedade intelectual. 2016. 212 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016 RABELO, Ananda dos Santos; DINIZ, Michely Correia. Bioimpressão 3D de tecidos e órgãos: uma prospecção tecnológica. Cadernos de Prospecção, Salvador, v. 13, n. 5, p. 1361−1375, out./dez. 2020

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6631**

TITULO:ENTRE SERVIDÃO E EMANCIPAÇÃO: SUPEREXPLORAÇÃO RACIALIZADA E DEPENDENTE

AUTOR(ES) : **LETíCIA RODRIGUES DE MELLO,MARIA EDUARDA COELHO PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO GONçALVES SERRA**

RESUMO: A superexploração da força de trabalho no capitalismo periférico afeta especialmente as mulheres negras. Esse processo, cujas raízes estão no período colonial, desempenha um papel fundamental na sustentação da exploração econômica da América Latina, como argumenta Theotonio dos Santos. Logo, a superexploração da periferia é uma herança escravista, e a permanência dessas estruturas oprime mulheres negras, enquanto mulheres brancas conquistam maiores níveis de emancipação. Isso ocorre em um país onde há 5,1 milhões de trabalhadoras domésticas, sendo 68% mulheres negras, segundo o IBGE. Essa realidade evidencia que a análise dessa problemática ultrapassa uma abordagem restrita a um setor específico, pois revela os mecanismos estruturais do capitalismo dependente, no qual raça, gênero e classe operam de forma articulada como instrumentos de dominação e ampliação da extração de mais−valia. O objetivo desse trabalho é analisar a superexploração racializada do trabalho doméstico no Brasil, pelas lentes do feminismo negro e da teoria marxista da dependência. As hipóteses são que: a superexploração do trabalho na América Latina é mais latente quando há intersecção com opressões de raça e gênero; e que há contradições entre a emancipação de mulheres brancas e a precarização da vida e do trabalho de mulheres negras, principalmente pela estrutura escravocrata que constituiu o Brasil. O referencial teórico é uma integração, ou mesmo intersecção, entre interpretações do feminismo negro e da teoria marxista da dependência. Como metodologia utiliza−se uma abordagem com base em análise de dados quantitativos, revisão bibliográfica baseada nas teorias feminista e marxista da dependência. Além disso, propõe−se um estudo de caso descritivo sobre a tragédia do menino Miguel ocorrido em 2020 em Pernambuco, e as condições estruturais que estão por trás da impunidade à omissão da empregadora de Mirtes, mãe de Miguel. Espera−se destrinchar as relações desiguais entre mulheres de diferentes “raças” no Brasil. Mulheres racializadas vendem sua mão de obra e dedicam suas vidas para cuidar da casa e das famílias de um grupo privilegiado da sociedade; enquanto mulheres brancas transferem parte do trabalho doméstico delegado a elas socialmente para as que são consideradas “subordinadas” e “inferiores”. E mostrar, por meio da teoria marxista da dependência, como essa relação tem motivações ligadas às condições e hierarquização impostas pelo capitalismo vigente, sustentadas pelo racismo estrutural.

BIBLIOGRAFIA: A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA MULHER NEGRA: CLASSE, RAÇA E GÊNERO COMO UNIDADE DIALÉTICA. (2025). Anais Do Seminário Formação Antirracista No Serviço Social, 1(1). https://periodicos.ufes.br/antirracista/article/view/49650 DOS SANTOS, T. A estrutura da dependência. Revista Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, n° 30, p.5−18, out. de 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6659**

TITULO:IDONEIDADE EPISTÊMICA: A NOVA POSIÇÃO DO STJ SOBRE A ADMISSIBILIDADE DA PROVA

AUTOR(ES) : **ISABELA MELLO PEIXOTO FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL HERDY**

RESUMO: O presente projeto de pesquisa tem como objetivo investigar como o Superior Tribunal de Justiça vem construindo a relação entre relevância e fiabilidade ou aptidão epistêmica em relação à admissibilidade da prova no processo penal. Busca−se identificar os pressupostos conceituais e os critérios argumentativos mobilizados pelo tribunal em sua jurisprudência recente. A chamada Teoria Racionalista da Prova compreende a atividade probatória como um instrumento voltado à produção da verdade acerca dos fatos e à construção de decisões racionalmente justificadas. Conforme a lição de Jordi Ferrer Beltrán, é possível dividir o raciocínio probatório em três momentos sucessivos e logicamente distintos: a formação do conjunto de elementos de juízo, a valoração da prova e a decisão sobre os fatos. Dentre esses momentos, a admissibilidade da prova assume posição particularmente sensível, uma vez que atua como filtro de ingresso dos elementos de juízo no processo, delimitando o material sobre o qual incidirão as etapas subsequentes. A admissibilidade assume contornos ainda mais complexos quando se trata de elementos probatórios cuja aptidão epistêmica é disputada. Um elemento de juízo é considerado epistemicamente fiável ou idôneo quando há razões suficientes para crer que seu conteúdo é verdadeiro ou plausível. Tradicionalmente, o critério utilizado para se determinar a admissão ou exclusão de provas é a licitude. No entanto, na jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça, as categorias relacionadas à fiabilidade epistêmica, à relevância e à licitude vêm sendo tensionadas, como observado no RHC 167.478/MS, no qual o STJ passou a considerar a idoneidade epistêmica como um corolário da relevância e por isso um critério de controle da admissibilidade. A decisão coloca em evidência questionamentos sobre em que medida o processo penal deve admitir provas pouco fiáveis e sobre quais critérios vêm sendo mobilizados pelo Poder Judiciário para controlar essas fragilidades na admissibilidade. A metodologia adotada tem caráter qualitativo. Será realizada uma análise jurisprudencial comparativa, contrapondo três julgados paradigmáticos – o AREsp 2.123.334 , o RHC 167478 e o HC 1059475 –, nos quais a admissibilidade probatória foi condicionada à sua fiabilidade, a um conjunto de casos anteriores nos quais o tribunal absteve−se de enfrentar controvérsias relativas à aptidão epistêmica como um problema de admissibilidade. Com essa análise comparativa, será possível identificar de forma mais clara a mudança na construção jurisprudencial dos critérios de admissibilidade da prova e, eventualmente, se e em que medida esse controle impactou no momento da valoração.

BIBLIOGRAFIA: HERDY, Rachel; DIAS, Juliana Melo. Condenados pela ciência: a confiabilidade das provas periciais. In: SANTORO, Antonio Eduardo Ramires; MALAN, Diogo Rudge; MADURO, Flávio Mirza (org.). Desafiando 80 anos de processo penal autoritário. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021. TARUFFO, Michele. La prueba. 1. ed. Madrid: Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales, 2008. FERRER, Jordi. Valoração racional da prova. 1. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6660**

TITULO:A COMUNIDADE DO BOOKTOK COMO FERRAMENTA DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E LITERÁRIA: O PAPEL DOS BOOKTOKERS NA FORMAÇÃO DE NOVOS LEITORES

AUTOR(ES) : **GABRIEL GONCALVES BAPTISTA,LARISSA DE MELLO LIMA**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: A presente pesquisa analisa a comunidade booktok , presente na plataforma TikTok, como ferramenta de mediação da informação literária e de incentivo à formação de novos leitores. Inserido no contexto da cibercultura e da cultura participativa, o estudo busca compreender de que maneira os booktokers , enquanto influenciadores digitais, contribuem para aproximar o público jovem da leitura por meio da produção e circulação de conteúdos literários em ambiente digital. O objetivo consiste em analisar documentos imagéticos e audiovisuais publicados no TikTok entre os anos de 2021 e 2025, a fim de validar a hipótese de que o booktok atua como ferramenta auxiliar de mediação literária. A pesquisa caracteriza−se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, utilizando a análise documental como procedimento metodológico central. O corpus é composto por vídeos publicados na plataforma TikTok, selecionados conforme critérios de relevância temática e relação com práticas de leitura. Para a interpretação dos conteúdos, adota−se a análise do discurso de matriz francesa, permitindo examinar os sentidos produzidos nos discursos dos influenciadores e suas relações com o contexto sociocultural digital. Os resultados indicam que o booktok se consolida como um espaço significativo de mediação da informação literária, no qual estratégias discursivas baseadas em emoção, humor, identificação e participação coletiva favorecem o envolvimento dos usuários com a leitura. Observou−se que os booktokers constroem discursos capazes de ressignificar a imagem de um livro e da leitura entre jovens, aproximando−os do cotidiano por meio de linguagens acessíveis, dinâmicas e fortemente marcadas pela interação. Além disso, a pesquisa identificou que o booktok não atua apenas na circulação e popularização de obras literárias, mas também na formação de comunidades leitores digitais pautadas pelo sentimento de pertencimento, troca de experiências e recomendações de leituras. A análise também demonstrou que os discursos presentes na comunidade refletem tensões e disputas de sentidos relacionadas ao consumo literário, à estetização da leitura e à influência de tendências na plataforma. Dessa forma, conclui−se que o booktok ultrapassa a função de entretenimento e se configura como um ambiente relevante de mediação da informação no contexto contemporâneo, contribuindo para novas formas de incentivo à leitura e para a transformação das práticas leitoras no ambiente digital.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Fabrícia Raquel de Oliveira; PONTES, Verônica Maria de Araújo. Para além das trends: a influência do TikTok na formação leitora. Revista Seminário de Visu, v. 13, n. 3, p. 425−435, jun. 2025. Disponível em: https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/1334. Acesso em: 15 mar. 2026. BRANDÃO, Gleise; BORGES, Jussara. A mediação da informação: uma revisão conceitual. João Pessoa: Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib., v. 17, n. 1, p. 3−19, 2022. Disponível em: https://pbcib.com/pbcib/article/view/61204/34316. Acesso em: 05 abr. 2026. LÉVY, Pierre. Cibercultura. (Trad. Carlos Irineu Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6662**

TITULO:RACISMO ESTRUTURAL E SELETIVIDADE PENAL NO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR ENTRE OS DIREITOS PENAL CONSTITUCIONAL E CIVIL.

AUTOR(ES) : **WESLEY LEONARDO TOLEDO GONCALVES**

ORIENTADOR(ES): **LORENZO MARTINS POMPÍLIO DA HORA**

RESUMO: O Estado Democrático de Direito fundamenta−se nos princípios da igualdade e da impessoalidade, assegurados pela Constituição Federal. Contudo, estudos contemporâneos apontam a persistência de desigualdades raciais que influenciam a formulação e a aplicação de políticas públicas, especialmente no âmbito da segurança pública. Nesse contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: qual o impacto do racismo estrutural na seletividade penal no Rio de Janeiro? O estudo adota como referencial teórico a concepção de racismo estrutural desenvolvida por Silvio Almeida, em diálogo com as contribuições de Eduardo Bonilla−Silva e Clóvis Moura, compreendendo o racismo como fenômeno historicamente construído e reproduzido por instituições, práticas sociais e estruturas de poder. A investigação propõe uma abordagem interdisciplinar entre os direitos penal, constitucional e civil, partindo da hipótese de que determinados mecanismos jurídicos e socioeconômicos contribuem para a concentração espacial de populações racialmente vulnerabilizadas em áreas periféricas, fenômeno que pode influenciar padrões de controle social e incidência da atuação penal estatal. Nesse sentido, analisa−se−á relação entre segregação socioespacial, proteção jurídica da propriedade e seletividade penal, observando como tais fatores podem atuar de forma articulada na produção de desigualdades. Como estudo de caso, será examinada a Operação Contenção, realizada no município do Rio de Janeiro, mediante pesquisa qualitativa, descritiva e analítica. O método adotado será o hipotético−dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica e documental, incluindo a análise de documentos oficiais, manifestações de autoridades públicas e produção acadêmica relacionada ao tema. Resultados preliminares da literatura especializada indicam a existência de correlações entre raça, territorialização da pobreza e incidência de ações repressivas estatais. Ao final, pretende−se verificar em que medida o racismo estrutural influencia a seletividade penal e propor reflexões jurídicas voltadas ao fortalecimento da igualdade material e da efetividade dos direitos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. BONILLA−SILVA, Eduardo. Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. São Paulo: Perspectiva, 2022. MOURA, Clóvis. Do bom escravo ao mau cidadão. Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6670**

TITULO:PEQUENA ÁFRICA: MEMÓRIAS NEGRAS E A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA

AUTOR(ES) : **EMILYN CRISTINA CONCEIÇÃO DA SILVA,IURI MACHADO DE MENDONCA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: Localizada na área central do Rio de Janeiro, a Pequena África foi profundamente impactada pelas mudanças urbanas promovidas pelo Projeto Porto Maravilha e por ações recentes do poder público municipal. Ao evocar a noção de Pequena África, nos deparamos com uma dimensão dupla: de um lado, há a denominação histórica criada por Heitor dos Prazeres no início do século XX, que reconhece a forte presença negra, suas expressões culturais e redes de sociabilidade. De outro, há a apropriação atual do termo pelo Movimento Negro, que o utiliza como instrumento de valorização das memórias negras e de resistência aos processos de apagamento histórico. A constituição da Pequena África resulta da articulação de múltiplas temporalidades e da atuação de diversos agentes sociais, cujas disputas por reconhecimento se materializam em ações como tombamentos, criação de museus, disputas toponímicas e outras formas de preservação da memória coletiva. Nesse contexto, a produção cartográfica no território configura−se como um exercício de imaginação espacial voltado à valorização de um lugar historicamente não hegemônico, buscando ir além da dimensão material e visível da cidade ao incorporar elementos subjetivos, simbólicos e históricos. O objetivo é produzir representações que permitam analisar dinâmicas sociais e práticas culturais em diferentes períodos, contribuindo para leituras mais complexas e críticas da região. Os desafios cartográficos são técnicos e conceituais: como representar o que é mutável e simbólico? Como mapear redes de sociabilidade negras, deslocamentos das Tias Baianas, percursos de blocos e cordões carnavalescos, entre outros elementos imateriais? Essas questões exigem representações capazes de abarcar diferentes temporalidades e articular formas não convencionais de mapeamento. Atualmente, o trabalho consiste na produção de cartografias que incorporem as camadas intangíveis do território,demandando experimentações metodológicas que extrapolam a cartografia tradicional. Para isso, foi criada uma base de dados, a partir de pesquisa bibliográfica, organizada em planilha para cruzamento de informações e definição de representações gráficas capazes de expressar a memória, além de um banco de imagens georreferenciadas, de caráter arquivístico−curatorial, voltado à reunião e organização de elementos visuais historicamente invisibilizados. O objetivo é ampliar o repertório iconográfico por meio de imagens do cotidiano e de experiências urbanas que frequentemente escapam às narrativas visuais tradicionais sobre a região. Busca−se, assim, evidenciar diferentes agentes, práticas e ocupações do território, ampliando as narrativas existentes e apresentando outras perspectivas da história local. Entre os principais resultados esperados estão a publicação de um e−book com cartografias e textos analíticos, além da criação de um site com mapa interativo e base de dados acessível ao público, fortalecendo a memória negra e as práticas de resistência no território.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos ; SILVA, K. S. ; RIBEIRO, L. P. ; SILVA, N. C. . Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r−existência e protagonismo?. In: Natacha Rena; Daniel Freitas; Ana Isabel Sá; Marcela Brandão. (Org.). Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. 1ed.Belo Horizonte: Fluxos, 2018, v. 1, p. 464−491. ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP,1987 MOURA, Roberto. 1947− Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro/Roberto Moura. —2a edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6693**

TITULO:A CONSTRUÇÃO DA HETERODOXIA ECONÔMICA NO BRASIL: INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS, PENSAMENTO CRÍTICO E PLURALIDADE

AUTOR(ES) : **ALICE MOURA ARAUJO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA**

RESUMO: O projeto de pesquisa investiga quais foram os agentes institucionais e os desdobramentos acadêmicos, históricos e políticos que fomentaram um campo crítico na economia pujante, de qualidade e com especificidades quando pensamos a "heterodoxia econômica" no Brasil. O atual cenário de pressões por reformas curriculares que visem a "modernização" dos currículos dos cursos de ciências econômicas, aproximando−os do mercado de trabalho, e a inserção curricular da extensão torna relevante trazer luz para a trajetória que moldou a formação de economistas no Brasil e o campo acadêmico na área para que a partir disso possa ser pensando os próximos passos do campo. Nota−se que nos anos 1980 e 1990 – décadas chave para o surgimento e fortalecimento das instituições que analisaremos – estas pressões também se fizeram presentes, mas foi possível resistir à essas pressões e consolidar a formação e a atuação de economistas no Brasil com parâmetros críticos e históricos. Investigar como essa resistência ocorreu e seus desdobramentos é o objeto de pesquisa do projeto no qual esta pesquisa está inserida. Para isso delimita−se o objetivo de traçar um panorama de como foi construído o espaço para a "heterodoxia econômica", investigando como instituições como a SEP e a Ange e a participação feminina contribuíram para esse movimento, discutir como os resultados da análise da ementa curricular obtidos na primeira fase da pesquisa anterior se relacionam com os relatos obtidos e indicar qualitativamente a importância da pluralidade e do pensamento crítico para a formação e atuação de economistas. A metodologia adotada é multifacetada, tendo como referência qualitativa o método das controvérsias através do qual investiga−se no que consiste a "heterodoxia econômica" e o que seria uma sólida formação de economistas, dentre outros aspectos. Na etapa de mapeamento e análise dos currículos vigentes, houve os aspectos empírico−descritivo e comparativo. Para a estruturação e captação de relatos de figuras ativas nas reformas curriculares anteriores e na construção das instituições (ANGE e SEP) através de entrevistas e da metodologia do campo da "história oral". Até o momento foram obtidos 3 resultados esperados: mapeamento e sistematização dos currículos dos cursos de graduação de economia no Brasil; a coleta de alguns relatos históricos da atuação de economistas e das instituições acadêmicas para a construção do campo da economia no Brasil como um campo crítico e plural e a compreensão da relevância dos processos ativos de defesa da pluralidade, do pensamento crítico e dos debates históricos para a consolidação da "heterodoxia econômica" no Brasil – espera−se avançar neste aspecto e qualificar melhor os elementos institucionais, acadêmicos, políticos e pedagógicos destes processos. Em paralelo a isso, os demais objetos vêm sendo cumpridos ao decorrer da pesquisa, através da construção do arcabouço teórico e com as vivências do aspecto prático da investigação.

BIBLIOGRAFIA: FERNÁNDEZ, Ramón Garcia; SUPRYNIAK, Carlos Eduardo. Manufacturing Pluralism in Brazilian Economics, Journal of Economic Issues, v. 53, n.3, p. 748−773, 2019.[CC1.1] NAKATANI, Paulo. "A formação dos economistas e a economia política no brasil Revista Da Sociedade Brasileira De Economia Política, 59 − edição especial / mai 2021 – jun 2021. Disponível em: https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/736/321. Acesso em: 07/06/2026. RIBEIRO, M. A. R. . As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. História econômica & história de empresas. ABPHE , São Paulo − SP, v. II, n.2, p. 7−40, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6711**

TITULO:China e a integração regional da América do Sul: Conquistas e desafios.

AUTOR(ES) : **JOãO VITOR TáVORA KILL**

ORIENTADOR(ES): **MAGNO KLEIN SILVA**

RESUMO: Este trabalho analisa os impactos da crescente presença chinesa nos processos de integração regional na América do Sul ao longo do século XXI, buscando compreender em que medida a atuação da China representa uma alternativa às tradicionais relações de aproximação dos países da região com os Estados Unidos. Como objetivos, pretende−se analisar a trajetória histórica da integração regional sul−americana, examinar a evolução das relações entre a China e os países da região e investigar de que forma essas parcerias influenciam os processos de integração regional. Inicialmente, apresenta um panorama histórico das iniciativas de integração sul−americana, compreendendo a integração regional como um processo de aprofundamento da cooperação política, econômica, institucional e física entre os Estados, à luz das contribuições teóricas sobre regionalismo, com ênfase na fase pós−liberal, caracterizada pela valorização da autonomia regional, da infraestrutura e do desenvolvimento. Em seguida, examina a consolidação da presença chinesa na América do Sul, especialmente a partir dos anos 2000, marcada pela intensificação do comércio, dos investimentos, do financiamento em infraestrutura e dos mecanismos de cooperação Sul−Sul. Por fim, investiga de que forma essas relações influenciam os processos de integração regional, com destaque para os projetos de infraestrutura desenvolvidos no âmbito do Conselho Sul−Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como ferramentas metodológicas a revisão da literatura especializada sobre integração regional, regionalismo, política externa e cooperação Sul−Sul, bem como a análise de fontes primárias, entre as quais o Tratado Constitutivo da UNASUL e documentos oficiais do COSIPLAN. Parte−se da hipótese de que a presença chinesa atua como elemento reforçador do regionalismo pós−liberal ao ampliar investimentos em infraestrutura, fortalecer mecanismos de cooperação e oferecer aos países sul−americanos alternativas de inserção internacional mais autônomas em relação aos Estados Unidos. Contudo, esse fortalecimento apresenta limites, uma vez que permanece associado à expansão das exportações de commodities para o mercado chinês, sem necessariamente promover formas mais profundas de integração produtiva, política e institucional entre os países da região.

BIBLIOGRAFIA: FURTADO, Celso. A economia latino−americana. São Paulo: Editora Nacional, 1976. NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul−americano. Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. esp. 3, p. 59−75, 2016. SARAIVA, Gerardo. Dos momentos en la evolución de la integración latinoamericana: la experiencia de la ALALC y la integración con apertura económica. In: Procesos de integración y bloques regionales: historia, economía y política. Ciclos en la Historia, la Economía y

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6745**

TITULO:MULHERES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE DO IMPACTO DE DOROTHY MURIEL GEDDES GROPP NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA

AUTOR(ES) : **JULIE CHRIST DA SILVA BAPTISTA**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA VILLAFAN**

RESUMO: A pesquisa centra−se na trajetória da bibliotecária Dorothy Muriel Geddes Gropp (1907−1995), que, aos 23 anos, veio ao Brasil em 1927 a convite do Instituto Presbiteriano Mackenzie, com a missão de reorganizar a Biblioteca George Alexander. Na época, o estudo da Biblioteconomia no Brasil seguia padrões europeus e priorizava estética das estantes ao invés da recuperação da informação. Diante desse cenário, Dorothy introduziu métodos norte−americanos de catalogação e classificação, transformando o livro de mero objeto ornamental para um instrumento de estudo e pesquisa. Dessa forma, sustenta−se que Dorothy foi uma pioneira da atuação feminina na Biblioteconomia brasileira, desempenhando papel fundamental no desenvolvimento da área. Como objetivo, o estudo visa analisar a contribuição de Dorothy Muriel Geddes Gropp para a modernização da Biblioteconomia brasileira, com destaque para a introdução de métodos norte−americanos de organização da informação e seus impactos nas práticas biblioteconômicas do país. Metodologicamente, trata−se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em fontes bibliográficas, cuja análise apoiou−se nas contribuições de Castro (2000), Hübner (2021) e Souza (2025). Através do estudo, verificou−se que Dorothy Gropp exerceu impactos decisivos na Biblioteconomia brasileira já que ela: (i) reorganizou tecnicamente o acervo da Biblioteca George Alexander, implantando fluxos modernos de catalogação e classificação; (ii) produziu artigos científicos que registraram a realidade nacional; (iii) criou o primeiro curso de Biblioteconomia em São Paulo, unindo teoria e prática; (iv) diagnosticou a ausência de dados sistemáticos sobre a produção editorial, apontando entraves à cooperação bibliográfica e (v) incentivou a formação de lideranças locais, como Adelpha Figueiredo, garantindo a continuidade e expansão das técnicas biblioteconômicas no país. Conclui−se que a intervenção realizada por Dorothy consolidou a transição da Biblioteconomia de prática estética para profissão técnica voltada à eficiência informacional, movimento que culminou no desenvolvimento do primeiro Currículo Mínimo de Biblioteconomia (1962), reflexo direto da influência norte−americana introduzida por ela. Sugere−se, futuramente, comparar os modelos europeu e norte−americano, avaliando impactos no Currículo de 1962 e nas mudanças tecnológicas atuais, além de ampliar estudos sobre o protagonismo feminino na Ciência da Informação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, César. História da biblioteconomia brasileira. Brasília: Thesaurus, 2000. HÜBNER, Marcos Leandro Freitas. O ensino de catalogação no Brasil: contexto histórico e desafios contemporâneos. 2021. 345 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo,2021. SOUZA, Salim Silva. O impacto do ensino norte−americano na formação de bibliotecários no Brasil (1929−1961). Encontros Bibli, Florianópolis, v. 30, 2025: e103558.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6759**

TITULO:PÍLULA VERMELHA (REDPILL): O DISCURSO MISÓGINO DE USO PRESCRITIVO

AUTOR(ES) : **GLAUCO NOGUEIRA SANTOS,CHRISTIAN JHONATAN BATISTA RAMALHO,NICHOLAS TEIXEIRA DE ASSIS DOS SANTOS PIO,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Este trabalho se dá no contexto de crescimento dos registros de crimes de feminicídios no Brasil, que podem ser conectados à chamada machosfera (redpill, incel, MGTOW, PUA, entre outros). Também se situa na possibilidade de um estudo que dialoga com as políticas públicas relacionadas ao combate à violência de gênero. Para tanto, considera que a machosfera é uma rede composta por diferentes grupos que têm certo nível de integração e compartilhamento de ideais basilares com a construção narrativa que utiliza retóricas misóginas na adoção de discursos de ódio direcionados às mulheres como forma de superar pretensa opressão do sistema, que é ginocentrico onde as verdadeiras vítimas seriam os homens. Ao mesmo tempo que são distintos entre si nos aspectos relacionados às dinâmicas. Assim, essa pesquisa, tem por objetivo geral de apresentar a análise de 10 postagens com retórica redpill, utilizando a controvérsia a partir de fontes de informações científicas na verificação dos dados e evidências. Na construção teórica, parte−se das definições relacionadas à desordem informacional (informação falsa, desinformação e discurso de ódio) e das violência contra mulher e o feminino. No percurso metodológico foi realizada uma busca exploratória na plataforma X utilizando de dados quantitativos para embasar o alcance em perfis que indiquem sinais de conteúdo redpill com recorte temporal entre dezembro de 2025 e março de 2026, selecionando 10 postagens com maior alcance e utilizando da análise de discurso e a análise da controvérsia discursiva para detectar a retórica argumentativa disseminada a fim de identificar as narrativas desinformacionais nas amostras coletadas na mídia digital. Indica−se como resultados parciais que o conteúdo apresentado pode ser um caminho para identificação da desordem informacional causada por narrativas misóginas. Conclui−se que os discursos de ódio às mulheres em publicações contendo visões masculinistas que desinformam e distorcem a realidade em favor de uma narrativa de uma suposta exploração dos homens hétero cisgêneros de modo que tratar sobre essa problemática para identificação e posterior refutação desses discursos misóginos direcionados contra as mulheres assume um caráter pedagógico.

BIBLIOGRAFIA: RIBEIRO, Flávia Regina Guedes. Controvérsias como práticas discursivas: uma abordagem retórica. Fractal: Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, Brasil, v. 23, n. 3, p. 557–578, 2011. SANTOS−D'AMORIM, Karen; FERNANDES DE OLIVEIRA MIRANDA, Májory. Informação incorreta, desinformação e má informação: Esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil. WESELOVSKI DA SILVA, A. C.; HENNIGEN, I. MISOGINIA ONLINE: A RED PILL NO AMBIENTE VIRTUAL BRASILEIRO: the red pill in the brazilian virtual environment. Revista Feminismos, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. DOI: 10.9771/rf.v12i1.57028.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6774**

TITULO:Autorrepresentação e formação crítica: memórias do projeto de extensão RevoluCine

AUTOR(ES) : **FABIA EDUARDA DE OLIVEIRA FRANCO,ANA BEATRIZ EMILIO FORTUNATO,SABRYNA DOS SANTOS LIMA,ANA BEATRIZ MUNIZ MACRINI REIS,STEPHANY ALVES DA SILVA,ISADORA PINHEIRO DIMAS BARRETO COSTA,JOAO VICTOR,NARYSON FERNANDO FERREIRA SOUSA**

ORIENTADOR(ES): **LUANA ADRIANO ARAÚJO,BARBARA DA COSTA AMORAS**

RESUMO: Esta escrita tem como objetivo evidenciar as memórias de construção do projeto de extensão RevoluCine do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) que busca promover, a partir do cineclubismo, reflexões críticas e diálogos em torno de temáticas relevantes para o campo das políticas públicas e da gestão pública. O projeto parte, portanto, da literatura e das experiências já existentes em cineclubismo e educação (Jesus, Sá, 2010; Alves, 2010). A ideia do projeto surgiu a partir da experiência de assistir ao documentário Atrás da Porta (2010), dirigido por Vladimir Seixas. A obra aborda as experiências de construção de espaços de moradia por famílias sem−teto no Rio de Janeiro em contraposição aos processos de remoção conduzidos pelo Estado. A partir dessa experiência, estudantes do curso de GPDES mobilizaram−se para criar um espaço em que pudessem se reconhecer e debater diferentes vivências. A proposta é, então, acolhida e aprimorada em trocas com as professoras coordenadoras desse projeto, Luana Adriano e Bárbara Amoras. A primeira sessão ocorreu em setembro de 2025 e exibiu a obra que deu o pontapé inicial dessa proposta, o documentário Atrás da Porta (2010). Nesse momento, o contato receptivo do diretor Vladimir Seixas, ainda que feito virtualmente, evidenciou a relevância de estabelecer interlocução direta com criadores das obras exibidas. Essa aproximação ampliou as possibilidades de debate, permitindo aos participantes compreender tanto as dimensões políticas dos filmes quanto as escolhas estéticas e narrativas que orientam sua produção. Em abril de 2026 exibimos Cheiro de Diesel (2026), dirigido por Gizele Martins e Natasha Neri, abordando os impactos da militarização em favelas cariocas durante os megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Por meio da articulação com a distribuidora independente Descoloniza Filmes, o projeto exibiu a obra no mesmo mês de seu lançamento. Em maio de 2026 apresentamos o filme Defensorxs (2015) com a presença do diretor Yargo Gurjão. O encontro reuniu estudantes das disciplinas de Planejamento Ambiental, Instituições Jurídicas e Direitos Humanos, promovendo um debate marcado pela ampla troca de experiências e reflexões entre os participantes e o realizador da obra. Gurjão contribuiu para ampliar as discussões sobre o papel do gestor público na garantia de direitos. As experiências desenvolvidas até o momento evidenciam a relevância da autorrepresentação no cinema periférico e demonstram o potencial do audiovisual como instrumento de formação crítica e sensível. As perspectivas futuras incluem a consolidação do projeto por meio de articulações nos territórios periféricos e favelados e ampliação das parcerias acadêmicas. Assim, reafirmamos o compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de gestores públicos comprometidos com a compreensão das múltiplas realidades que compõem a sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Giovanni. Tarefas políticas do novo cineclubismo no século XXI. In: ALVES, Giovanni; MACEDO, Felipe (org.). Cineclube, cinema & educação. 1. ed. Londrina: Editora Praxis, 2010. cap. 1. JESUS, Antonio Claudino de; SÁ, Sáskia. O audiovisual e o público na educação: cineclubismo, cinema e comunidade. In: ALVES, Giovanni; MACEDO, Felipe (org.). Cineclube, cinema & educação. 1. ed. Londrina: Editora Praxis, 2010. cap. 3.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6781**

TITULO:GUARDA COMPARTILHADA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: OS LIMITES À APLICAÇÃO DA REGRA GERAL A PARTIR DA LEI Nº 14.713/2023 E DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

AUTOR(ES) : **ISABELLY OLIVEIRA MARQUES,EDUARDA RUIZ DA SILVA CAMACHO,DENISE TEIXEIRA NERI**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO: A consolidação da guarda compartilhada como regra geral no ordenamento jurídico brasileiro representou um avanço significativo na promoção da corresponsabilidade parental e na valorização do melhor interesse da criança e do adolescente. A problemática vem sendo analisada a partir da constatação de que a aplicação automática desse modelo em contextos marcados pela violência doméstica tem suscitado questionamentos relevantes, pois promove a aproximação da vítima com o agressor sem reconhecer a violência doméstica como fenômeno sistemático e estrutural. Nesse contexto, a pesquisa tem por objetivo analisar a aplicação da guarda compartilhada nos casos de violência doméstica, sobretudo após as alterações promovidas pela Lei nº 14.713/2023 e pelo Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero,buscando compreender de que forma os tribunais devem lidar com a regra geral da guarda compartilhada diante de situações de violência doméstica. Como observa Dias (2025), a efetividade do Protocolo é urgente para alcançar a igualdade de gênero nas decisões judiciais sobre família. O presente estudo aborda a metodologia bibliográfica e documental, com análise da legislação brasileira referente à guarda compartilhada, à violência doméstica e ao Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, complementada por pesquisa jurisprudencial quantitativa com base em dados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro de 2025. As autoras integram o grupo de pesquisa da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, sob orientação da professora Dra. Fabiana Rodrigues Barletta, tendo realizado levantamento bibliográfico e análise documental da legislação vigente. Os objetivos específicos são examinar o impacto da violência de gênero sobre a aplicação judicial da guarda compartilhada e identificar em que medida a perspectiva de gênero altera a lógica decisória dos tribunais. Parte−se da hipótese de que a guarda compartilhada não pode ser compreendida como regra absoluta quando há violência doméstica, pois sua aplicação automática colide com os princípios de proteção à vítima e ao melhor interesse da criança. Os resultados parciais, extraídos da análise jurisprudencial do TJRJ, indicam uma nova lógica de proteção das vítimas, com crescente reconhecimento de contextos de vulnerabilidade que afastam a guarda compartilhada. Conclui−se que a adoção da perspectiva de gênero e a aplicação da Lei nº 14.713/2023 tendem a fortalecer os mecanismos de proteção, permitindo ao Poder Judiciário afastar a guarda compartilhada quando ela representar risco à integridade física, psicológica e emocional da mulher e da criança.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 14.713, de 30 de outubro de 2023. Altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos à guarda compartilhada em casos de violência doméstica e familiar. Brasília: Presidência da República, 2023. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Brasília: CNJ, 2021. DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 17. ed. Salvador: JusPodivm, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6791**

TITULO:DESIGUALDADE NA ARBORIZAÇÃO URBANA E SEUS IMPACTOS NA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E NA QUALIDADE DE VIDA NO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **GUILHERME EDSON CARDOSO DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **CAIO MARTINS**

RESUMO: A arborização urbana desempenha papel fundamental na promoção da qualidade de vida e na valorização dos espaços urbanos. Entretanto, estudos recentes sobre o Rio de Janeiro, como o trabalho de Almeida (2025), mostram que a arborização da cidade é distribuída de forma desigual. Apesar da existência do Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU), bairros mais valorizados continuam concentrando maior cobertura arbórea e melhores indicadores de qualidade de vida, enquanto áreas periféricas apresentam menor arborização e maior vulnerabilidade socioambiental. Considerando que esta pesquisa ainda está em fase inicial, o estudo busca delimitar o problema de investigação e compreender as relações entre arborização, valorização imobiliária e qualidade de vida no município do Rio de Janeiro. A pesquisa parte da hipótese de que áreas com maior densidade de cobertura vegetal apresentam melhores condições de conforto térmico e valorização imobiliária, em comparação com regiões menos arborizadas. O estudo será desenvolvido por meio de revisão bibliográfica sobre arborização, planejamento urbano e desigualdades socioespaciais, bem como análise de dados secundários, como mapas de cobertura vegetal, indicadores socioeconômicos e dados do mercado imobiliário, com ênfase na comparação entre diferentes regiões do Rio de Janeiro. Como resultados esperados, busca−se identificar padrões que evidenciem a relação entre maior presença de cobertura vegetal e melhores indicadores de qualidade de vida e valorização imobiliária, além de apontar possíveis desigualdades na distribuição desses benefícios. O estudo também pretende contribuir para a reflexão sobre o papel das políticas públicas na promoção de uma distribuição mais equitativa da arborização urbana, principalmente no contexto do planejamento urbano, em diálogo com as reflexões de Santos (2006). Nesse sentido, a distribuição desigual da arborização pode ser compreendida não apenas como um problema ambiental, mas também como expressão de processos de valorização seletiva do espaço urbano, perspectiva que pode ser aprofundada a partir das discussões de Davis (2006) sobre a distribuição desigual da infraestrutura urbana e de Arantes, Vainer e Maricato (2000) sobre a lógica de mercado no planejamento urbano.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: EdUSP. https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp−content/uploads/sites/1073/2022/08/A−natureza−do−Espaco.pdf. ALMEIDA, Yasmin Porto de. 10 anos do Plano Diretor de Arborização Urbana do Rio de Janeiro (PDAU): um balanço preliminar. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/26536. DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6798**

TITULO:Comunicação hegemônica: a função da mídia e a construção narrativa sobre a Covid−19 na China

AUTOR(ES) : **LUCA PANARO MAGALHAES**

ORIENTADOR(ES): **MAGNO KLEIN SILVA**

RESUMO: O espaço midiático caracteriza−se, cada vez mais, como um oligopólio de empresas que disputam a hegemonia das narrativas, tornando a comunicação uma arena central das disputas políticas contemporâneas. Segundo as teorias críticas das relações internacionais, o poder da informação não circula de forma livre e igualitária, mas é condicionado por uma elite que delimita quais discursos ganham visibilidade. Embora a imprensa liberal tenha se apresentado historicamente como uma provedora neutra de informações, os meios de comunicação nas democracias liberais são controlados por empresas privadas inseridas na lógica do mercado e subordinadas aos imperativos do capital (Chauí, 2017). Esta pesquisa coloca em questão o status do cenário midiático da China, levando em consideração o desafio da definição do sistema econômico do país. Apesar da China ser frequentemente retratada como um país marcado pelo controle estatal da informação e limitação da liberdade de imprensa, o processo de reformas econômicas e integração à globalização possibilitou o surgimento de veículos de market−oriented news media . Esses meios de comunicação, embora subordinados à autoridade do Partido Comunista Chinês (PCCh), ao serem controlados ou o serem de forma indireta, têm mais liberdade para desempenhar um papel de fiscalização na sua cobertura noticiosa (Zhao, 1998). Isso coloca em questão quais elites e interesses são representados por esses veículos e seu grau de liberdade ou conexão com as elites dirigentes. O que tange a esse estudo, é que nos estágios iniciais da crise sanitária em Wuhan, a circulação de informações sobre o surto da COVID−19 foi marcada por limitações e disputas narrativas. À medida que a situação se agravava, o governo central passou a assumir um papel mais ativo e centralizador na comunicação pública da crise. Enquanto os veículos diretamente controlados pelo partido adotavam uma cobertura predominantemente positiva e orientada para a valorização das respostas governamentais, os meios de comunicação voltados ao mercado demonstravam maior disposição para reportar falhas administrativas e problemas locais, ainda que sem desafiar diretamente a legitimidade política do PCCh (Chen e Xu, 2021). Dessa forma, observa−se a existência de diferenças narrativas e editoriais em sua cobertura jornalística, que justificamos pelas diferenças nas relações com grupos específicos da elite chinesa. Para esta pesquisa, a metodologia consistirá em levantamento bibliográfico, análise de fontes secundárias, legislações domésticas e documentos políticos que regem a comunicação na China. Espera−se alcançar uma compreensão mais profunda de como as imprensas atuam como instrumento de construção de uma hegemonia comunicativa, conduzida por elites político−partidárias. Por fim, é premente investigar a gestão de informação durante a pandemia de Covid−19, e como essa dinâmica reflete mecanismos de circulação de narrativas alinhadas ao Estado e a elite que o compõem.

BIBLIOGRAFIA: ZHAO, Yuezhi. Communication in China: Political Economy, Power and Conflict. Rowan & Littlefield Publishers, INC. 2008. LEE, Chin−Chuan (ed.). Voices of China: The Interplay of Politics and Journalism. New York: The Guilford Press, 1990. CHEN, Zenan; XU, Xiaoge. COVID−19 news reporting and engaging in the age of social media: Comparing Xinhua News Agency and The Paper. Global Media and China, v. 6, n. 2, p. 152–170, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6815**

TITULO:O REALISMO CAPITALISTA DE MARK FISHER RELIDO À LUZ DO CONCEITO DE DESSUBLIMAÇÃO REPRESSIVA DE HERBERT MARCUSE

AUTOR(ES) : **LENA GHIVELDER**

ORIENTADOR(ES): **ANDRE LUIZ SOUZA COELHO**

RESUMO: Este projeto de pesquisa propõe examinar o conceito de realismo capitalista, proposto por Mark Fisher, ampliando−o por via de uma análise comparativa com o pensamento de Herbert Marcuse. No contexto de sua crítica ao bloqueio do imaginário de alternativas ao capitalismo e à paralisia política resultante (realismo capitalista), Mark Fisher menciona uma dinâmica patológica chamada “hedonia depressiva”. Para ele, esse é um dos sintomas centrais do realismo capitalista: um estado de impotência reflexiva e resignação passiva, resultado do consumo de uma dieta informacional de estímulo e gratificação constante. Esse quadro, fruto do realismo capitalista, também o reitera, produzindo um estado de paralisia e imobilização política. Marcuse, por outro lado, transpõe elementos da psicanálise freudiana ao pensamento marxista para propor que certas dinâmicas psíquicas foram deturpadas na lógica da sociedade industrial. Em “Eros e Civilização”, propõe o conceito de dessublimação repressiva como um mecanismo de controle sofisticado do capitalismo contemporâneo. No lugar da libertação genuína, o sistema oferece substitutos sem potencial subversivo — o entretenimento massivo, a sexualidade banalizada e o consumo desenfreado —, que aprisionam o indivíduo em ciclos de satisfação imediata, impedindo−os de questionar as estruturas de poder. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é examinar em que aspectos os dois diagnósticos — a hedonia depressiva e a dessublimação repressiva — se aproximam e se distanciam. Essa abordagem busca investigar a hipótese de que a hedonia depressiva é uma versão neoliberal da dessublimação repressiva, reformulada sob outra lógica e outras condições. Ambos conceitos operam de forma similar: no domínio psíquico, tratam do direcionamento de insatisfações para formas falsas de satisfação (consumo e prazeres imediatos). No domínio político−funcional, levam ao mesmo resultado: a resignação passiva ao status quo e o esvaziamento do potencial transformador e emancipatório do sujeito. Para traçar essa comparação, utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica, com base na obra dos autores, e o raciocínio hipotético−dedutivo, a partir dos conceitos dos autores, suas relações com outros conceitos e seus respectivos contextos de época, associando−os ou dissociando−os conforme o caso. Para isso, nosso referencial teórico divide−se em dois níveis de influência: os autores de referência direta — a obra “Realismo Capitalista”, de Mark Fisher, e “Eros e Civilização, de Herbert Marcuse — e autores de referência indireta — a psicanálise de Sigmund Freud e a crítica do capitalismo de Karl Marx —, que servirão como fundo de embasamento da análise. Ainda em fase de leitura e levantamento bibliográfico, a investigação constitui um novo modelo interpretativo da teoria de Mark Fisher. Isto porque, embora Fisher e Marcuse sejam autores amplamente estudados, a literatura carece de um exame específico da hedonia depressiva à luz de Eros e Civilização.

BIBLIOGRAFIA: FISHER, Mark. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?. Autonomia literária, 2020. MARCUSE, Herbert. Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. FREUD, S. O ego e o Id. In S. Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. 2006.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6837**

TITULO:O POTENCIAL DO CINECLUBISMO COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO CRÍTICA: A EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA DO REVOLUCINE.

AUTOR(ES) : **ANA BEATRIZ EMILIO FORTUNATO,FABIA EDUARDA DE OLIVEIRA FRANCO,STEPHANY ALVES DA SILVA,ISADORA PINHEIRO DIMAS BARRETO COSTA,NARYSON FERNANDO FERREIRA SOUSA,ANA BEATRIZ MUNIZ MACRINI REIS,JOAO VICTOR,SABRYNA DOS SANTOS LIMA**

ORIENTADOR(ES): **BARBARA DA COSTA AMORAS,LUANA ADRIANO ARAÚJO**

RESUMO: O RevoluCine, projeto de extensão universitária que busca promover a reflexão crítica e o diálogo em torno de temáticas relevantes para o campo das políticas públicas e da gestão pública, nasce em 2025 a partir do interesse estudantil na construção de espaços de reflexão extra−sala de aula que possam conjugar experiência estética, partilha do sensível e formação crítica. Neste trabalho, buscamos apresentar nossas chaves metodológicas fundamentais, quais sejam o cineclubismo−educação e a gestão cultural colaborativa, ilustrando como tais aportes têm fundamentado a atuação do projeto e seus resultados parciais. De acordo com Jesus e Sá, a cultura cineclubista na educação formal nasce da necessidade de produção de “novos olhares e a organização do público a partir de uma visão coletiva e democrática, propiciando assim, debates sobre as realidades locais e nacional com o objetivo de transformação social e cultural” (2010, p. 57). A “grande arte”, assim, se torna um engajante meio para a formação humana, sobretudo quando se considera seu contexto histórico de luta contra a barbárie social (Alves, 2010, p. 15). Há dois eixos estratégicos fundamentais: primeiramente, a mediação estruturada, que possibilita “ir além da mera exibição do filme” (Alves, 2010, p. 7) com articulação comum dos diferentes tópicos apresentados; e, em segundo lugar, a formação do público como sujeito ativo da experiência audiovisual, que parta da experiência estética comum para a percepção da autorrepresentação cinematográfica (Zanetti, 2008). Nesse sentido, é a demanda por uma autorrepresentação que considere os marcadores sociais dos participantes das ações do RevoluCine — tendo em vista fatores como raça, territorialidade, classe, gênero e trajetórias cidadãs — que leva à adoção da segunda chave metodológica, qual seja a gestão cultural colaborativa. Essa concepção advém de um modelo de atuação que entende a gestão cultural como um processo dinâmico, que vai além da criação, envolvendo as condições coletivas de circulação, mediação e apropriação social das obras culturais. Nesse sentido, o RevoluCine preza por dois fatores fundamentais: (1) a escolha de filmes de produção local ou nacional que pautem temas atinentes ao território em suas diversas facetas, como a violência urbana, o direito à terra e o direito à moradia; e (2) o contato direto com criadores e criadoras das obras a serem exibidas como meio de viabilização do acesso aos filmes, especialmente em se tratando de produções de circulação restrita.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Giovanni. Tarefas políticas do novo cineclubismo no século XXI. In: ALVES, Giovanni; MACEDO, Felipe (org.). Cineclube, cinema & educação. 1. ed. Londrina: Editora Praxis, 2010. cap. 1. JESUS, Antonio Claudino de; SÁ, Sáskia. O audiovisual e o público na educação: cineclubismo, cinema e comunidade. In: ALVES, Giovanni; MACEDO, Felipe (org.). Cineclube, cinema & educação. 1. ed. Londrina: Editora Praxis, 2010. cap. 3. ZANETTI, Daniela. Cenas da periferia: auto−representação como luta por reconhecimento. In: E−Compós. 200

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6848**

TITULO:EM UM PAÍS POLARIZADO: COMO O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL BRASILEIRO ESTABELECE LIMITES PARA O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS ELEIÇÕES

AUTOR(ES) : **CAROLINA SANTIAGO**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Com a evolução da Inteligência Artificial (IA) e o seu uso para fins diversos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro enfrenta graves desafios atualmente na regulação do uso desse instrumento pelos cidadãos do país. Há de se notar que a questão da disseminação de Fake News no âmbito político trouxe ainda mais impacto em processos eleitorais, por esse novo sistema se tratar, em maioria, de algo gratuito e de fácil acesso. A partir disso, durante a última eleição para presidente ocorrida no país (2022), houve uma separação extrema em polos antagônicos entre os eleitores do país e, nesse contexto, muitas notícias falsas, áudios e textos criados por inteligência artificial foram apresentados para fomentar ainda mais nos votantes essa separação extrema e polarizada. Esse fato torna a representação no país muito mais difícil, pois não se consegue garantir se o sufragista votou baseado em premissas reais ou em inverdades propagadas pela inteligência artificial. O presente estudo tem como objeto de investigação entender de que maneira o TSE pode atuar para proteger grupos vulneráveis contra imaginários falsos e memórias distorcidas criadas por essa nova tecnologia no contexto político brasileiro. A questão problema é: como o Tribunal Superior Eleitoral pode estabelecer mecanismos constitucionais e legais para eleições em um contexto com tantas informações falsas difundidas ao público? A metodologia, se baseia em levantar as medidas que estão sendo adotadas pelo TSE, desde 2022 até as próximas eleições de e 2026 para presidente do Brasil, para regular e impor barreiras no uso dessas tecnologias e na propagação de fake News. Em seguida, metodologicamente, precisamos analisar tais medidas, sua legalidade e seus impactos na sociedade brasileira.

B I B L I O G R A F I A :
https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Janeiro/ministra−carmen−lucia−alerta−para−efeitos−danosos−da−desinformacao−nas−eleicoes
h t t p s : / / w w w . e d u c a m a i s b r a s i l . c o m . b r / e d u c a c a o / d i c a s / c o m o − a − i a − p o d e − i m p a c t a r − a s − e l e i c o e s − d e − 2 0 2 6
https://www.congressoemfoco.com.br/artigo/119146/ia−nas−eleicoes−de−2026

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6870**

TITULO:Laicidade como princípio institucional: entre a previsão constitucional e a prática dos poderes brasileiros

AUTOR(ES) : **DORA MAGANHOTO DONEDA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A separação entre o Estado e a religião decorre tanto da ideia de secularização e do racionalismo como formas eficientes de organização social e estatal quanto da necessidade de proteção do direito à liberdade religiosa, intrisecamente ligados aos direitos à escolha, à dignidade e à personalidade. O Estado brasileiro rompeu formalmente a ligação com a Igreja católica na Constituição da República de 1891, inaugurando um modelo de laicidade que, embora previsto constitucionalmente desde então, não tem sua concretização facilmente delimitada. A presente pesquisa tem como objeto de análise o entendimento institucional do princípio da laicidade em especial os limites da autonomia religiosa da população diante da lei e os limites da moralidade religiosa na produção legislativa e na atividade jurisdicional, com um questionamento central: a atuação desses dois poderes é coerente com o modelo de laicidade desenhado pela Constituição de 1988? O marco teórico fundamenta−se no entendimento da laicidade a partir de três critérios de análise: a liberdade, a separação e a igualdade (Baubérot; Milot). Como parâmetro para avaliação das práticas jurídico−institucionais, é utilizada a teoria dos princípios de Alexy, segundo a qual a efetivação dos princípios ocorre por meio do dever de proteção, de vinculação a todos os poderes e da irradição de seus efeitos por todo o sistema jurídico. A metodologia parte da análise do desenho constitucional da laicidade no Brasil e avança para a atuação concreta dos poderes, a delimitação temática se restringe a casos do STF que tratem da limitação da autonomia individual, usando como base decisões paradigmáticas como a ADPF 54 (interrupção de gestação de fetos anencefálos), a ADPF 442 (descriminalização do aborto), o RE 979.742 (transfusão de sangue para testemunhas de Jeová), Tema 1103 (vacinação obrigatória) e o RE 888.815 (homeschooling). A análise da produção normativa do Legislativo é qualitativa, quanto às normas levadas ao Supremo Tribunal nos casos destacados, e quantitativas, quanto às normas anteriores e posteriores que dialoguem diretamente com tais casos. A análise dos casos busca compreender como a laicidade está institucionalizada tanto no Legislativo quanto no STF e, em seguida, identificar se existe coerência tanto entre os respectivos entendimentos dos poderes quanto entre esses entendimentos e o desenho constitucional do princípio.

BIBLIOGRAFIA: BAUBÉROT, Jean; MILOT, Micheline. Laïcités sans frontières. Paris: Seuil, 2011. ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6878**

TITULO:ATUAÇÃO DEFENSIVA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A CONSTRUÇÃO DE PRECEDENTES EM DEFESA DO REGIME DEMOCRÁTICO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O TRIBUNAL (2019−2023)

AUTOR(ES) : **BRUNO RODRIGUES VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: A ascensão de cortes constitucionais ao redor do mundo, especialmente na segunda metade do século XX, reposicionou esses tribunais no centro do ordenamento jurídico e do cenário político contemporâneo (HIRSCHL, 2007; ALLARD; GARAPON, 2005). No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou−se como um ator político de grande influência (VIEIRA, 2008; WERNECK, 2018). Essa centralidade intensificou−se a partir de 2019, quando a Corte passou a ser alvo de ataques sistemáticos sob o governo populista−autoritário de Jair Bolsonaro (VIEIRA et al., 2022). Superando uma postura inicial de autocontenção e busca por um "pacto republicano" (BENITES, 2019), o STF assumiu gradualmente um papel combativo, consolidando−se como obstáculo às investidas autoritárias do Executivo (MARONA; GUIMARÃES, 2021). Nesse embate contra movimentos antidemocráticos, o Tribunal utilizou expressamente a teoria da Democracia Militante (LOEWENSTEIN, 1937a) para fundamentar suas ações de autodefesa (AGUIAR et al., 2025). Diante desse cenário, esta pesquisa analisa o novo perfil institucional do STF por meio de quatro precedentes emblemáticos julgados entre 2019 e 2023: o Inquérito 4.781 (Fake News), a ADPF 572 (constitucionalidade do referido inquérito), a ADPF 607 (decreto sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) e a ADPF 722 (vedação ao uso do aparato estatal para persecução de opositores antifascistas). A escolha desses casos justifica−se pelo recorte temporal (2019–2023), período em que: (i) identifica−se uma atuação militante do STF na defesa do regime democrático – cujas repercussões políticas suscitaram controvérsias sob a ótica do devido processo legal (LORENZETTO; PEREIRA, 2020); e (ii) a extrema−direita esteve ancorada no Palácio do Planalto. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem indutivo−qualitativa, fundamentando−se em revisão bibliográfica sobre erosão democrática e democracia militante, aliada à análise documental das referidas decisões do STF (WERNECK, 2019). O objetivo central é avaliar as justificativas, os acertos e eventuais excessos dessa orientação jurisprudencial, investigando como essa nova conformação combativa da Corte repercute em sua autoproteção institucional e na integridade do arranjo democrático constitucional.

BIBLIOGRAFIA: HIRSCHL, Ran. Towards juristocracy. Cambridge: Harvard University Press, 2007. LOEWENSTEIN, Karl. Militant democracy and fundamental rights, I. The American Political Science Review, v. 31, n. 3, p. 417–432, 1937a. VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens; BARBOSA, Ana Laura Pereira. Supremocracia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o governo Bolsonaro. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 591–605, dez. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/MhZGQpCF7MTNfVF5BFsvrnv/. Acesso em: 20 mar. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6881**

TITULO:Análise das contribuições e impactos do departamento de gestão de pessoas sobre fusões & aquisições: um olhar para o processo de due diligence

AUTOR(ES) : **LUISA BERGARA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FáTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO: As operações de fusões e aquisições (F&A) têm se intensificado no cenário corporativo brasileiro, exigindo análises cada vez mais aprofundadas para mitigar riscos e potencializar a geração de valor (Raupp; Warken, 2009). Nesse contexto, a due diligence configura−se como etapa crítica, sendo tradicionalmente conduzida sob enfoques financeiro, jurídico e operacional, enquanto os aspectos humanos e culturais permanecem, com frequência, em segundo plano (Horwitz et al. , 2002). Diante disso, o presente estudo tem como objetivo descrever as ações desenvolvidas pela área de Gestão de Pessoas no âmbito de processos de due diligence em operações de fusões e aquisições. A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter descritivo, utilizando entrevistas semiestruturadas, compostas por nove perguntas abertas sobre o tema e três para caracterização dos participantes do estudo, esses eram Diretores e Gerentes da área de Gestão de Pessoas de fundos de Private Equity no Brasil, selecionados por acessibilidade. Os dados estão sendo tratados por meio de análise de conteúdo, com categorias definidas a posteriori . Os resultados parciais indicam que o envolvimento da área de Gestão de Pessoas tende a ser tardio e pontual, ocorrendo, muitas vezes, após decisões estruturais terem sido tomadas pela equipe de investimentos. A atuação concentra−se em três frentes: avaliação de cultura e fit organizacional; análise de liderança, talentos críticos e sucessão; e exame de aspectos "hard", como passivos trabalhistas, remuneração, benefícios e políticas de pessoas. O estudo faz parte de uma monografia em fase final de finalização, de modo que ajustes poderão ser feitos nas categorias extraídas das falas dos sujeitos em consonância com a literatura da área.

BIBLIOGRAFIA: HORWITZ, F. M.; ANDERSSEN, K.; BZUIDENHOUT, A.; COHEN, S.; KIRSTEN, F.; MOSOEUNYANE, K.; SMITH, N.; THOLE, K.; VAN HEERDEN, A. Due diligence neglected: managing human resources and organisational culture in mergers and acquisitions. South African Journal of Business Management, v. 33, n. 1, p. 1−10, 2002. RAUPP, F. M.; WARKEN, R. M. Utilização da due diligence em processos de fusão e aquisição. Revista Pensar Contábil, v. 11, n. 45, p. 33−40, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6945**

TITULO:AVALIAÇÃO EM FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA

AUTOR(ES) : **CHRISTIAN JHONATAN BATISTA RAMALHO,GIULLIANNE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS,JHULLIA ALVES COSTA LEVY**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Esta pesquisa se dá no processo de iniciação científica e ocorre a partir da necessidade de reconhecimento do conceito e das tipologias relacionadas ao termo “desinformação científica” na literatura científica. Para tanto, considera−se o contexto da inter−relação teórico metodológica entre integridade científica e integridade da informação no âmbito da desordem informacional. Nos resultados parciais de um mapeamento das tipologias relacionadas à noção de desinformação científica na literatura. Parte de uma busca exploratória na literatura no Scopus e na Web of Science com a estratégia de busca “SCIENTIFIC DISINFORMATION” para a recuperação de artigos científicos com texto completo via Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, considerando o recorte temporal entre 2020 e 2026. Na análise dos dados será empreendida uma análise temática de conteúdo. Espera−se que, após este trabalho, o conteúdo apresentado possa vir a ser um caminho para pessoas interessadas na questão da desinformação a fim de fomentar mais pesquisas relacionadas ao assunto. Na análise parcial dos resultados pode−se perceber a ênfase no negacionismo científico, anti ciência e fraude científica. Conclui−se que os encaminhamentos podem fornecer categorias analíticas para os estudos sobre desinformação científica.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS−D’AMORIM, Karen; FERNANDES DE OLIVEIRA MIRANDA, Májory. Informação incorreta, desinformação e má informação: Esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 26, p. 01–23, 2021. DOI: 10.5007/1518−2924.2021.e76900. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/76900. Acesso em: 7 jun. 2026. ZATTAR, Marianna. Competência em Informação e Desinfodemia no contexto da pandemia de Covid−19. Liinc em Revista, v. 16, n. 2, 2020. DOI: https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5391. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5391.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6951**

TITULO:PROJETO DIREITO DAS FAVELAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA PESQUISA EMPÍRICA EMPREGADA NOS TERRITÓRIOS DO VIDIGAL E CACHOEIRINHA NO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **MARINA CUPELLO FERNANDES,JASMIN DA SILVA SANTOS,NATHALIA DA SILVA FLORA**

ORIENTADOR(ES): **ALEX FERREIRA MAGALHAES**

RESUMO: O presente estudo buscou analisar como o direito é produzido, interpretado e aplicado nas favelas a partir das práticas sociais e comunitárias relacionadas às transações imobiliárias, ao direito de construir, ao acesso aos serviços urbanos e à gestão dos espaços de uso coletivo. Igualmente examinando as estratégias desenvolvidas pelos moradores para garantir segurança na posse, regular a circulação e negociação de imóveis e viabilizar ampliações de construções. Assim, evidenciando como a vida cotidiana produz formas específicas de ordenamento territorial e jurídico que respondem às demandas locais. Este trabalho está associado ao projeto de pesquisa “O direito das favelas no contexto das políticas de regularização fundiária: proposições conceituais, teóricas, metodológicas e políticas.”. O projeto foi dividido entre quatro núcleos através do Brasil, tendo o núcleo do Rio de Janeiro enquanto representante dos territórios do Vidigal e da Cachoeirinha, contando com as coautoras como integrantes do projeto de pesquisa através do último ano. A dimensão nacional da rede de pesquisa, por sua vez, exigiu que fosse traçado um protocolo metodológico unificado de coleta de dados e pesquisa empírica. Assim, coube a todos os núcleos realizarem revisões bibliográficas, percorrendo pela coleta e análise de dados existentes, a realização de entrevistas semi−estruturadas, workshops teóricos, até a criação de um banco de dados digitais. O percurso da pesquisa buscou compreender a regulação interna das favelas partindo de seus quatro eixos centrais, focando na dimensão da regularização fundiária. Os resultados demonstraram que as favelas possuem dinâmicas regulatórias próprias, onde foi possível observar lacunas estatais abrindo espaço para soluções comunitárias. A associação dos moradores, por sua vez, exerce um papel central nesta dinâmica, se tornando interlocutora das demandas internas para os agentes externos, solucionando conflitos entre os moradores, muitas vezes também se responsabilizando por serviços administrativos. No que se refere à tipificação da regulação nos territórios estudados, observou−se a predominância de uma regulação mista, caracterizada pela atuação articulada de agentes comunitários, estatais e privados sobre as mesmas dinâmicas territoriais. Um exemplo dessa configuração é o processo de obtenção do "nada opor" para a realização de eventos na favela do Vidigal. Nesse caso, a solicitação é inicialmente encaminhada à associação de moradores, que a remete à Unidade de Polícia de Proximidade (UPP), responsável pela decisão final quanto à autorização do evento. Dessa forma, o trabalho empenhou−se em investigar a regulação destes espaços e refletir sobre as dinâmicas comunitárias que advêm desta conjuntura, destacando o papel das redes de atores, dos acordos coletivos e das instituições locais na regulação da vida urbana, bem como as limitações e potencialidades decorrentes da atuação comunitária nos territórios de favelas.

BIBLIOGRAFIA: MAGALHÃES, Alex Ferreira. O direito da favela no contexto pós−programa Favela−Bairro: uma recolocação do debate a respeito do “Direito de Pasárgada”. Tese (doutorado) − Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós−Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. SILVA, Julia Santiago. “VAI SUBIR?”: uma análise da atividade e formas de organização dos mototáxis e os deslocamentos na favela do Vidigal (RJ) no período de 2012 a 2017. Orientador: Prof. Dr. Mauro Kleiman. Dissertação (Mestrado). da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6956**

TITULO:Retomada e Soberania Informacional: o protagonismo indígena frente ao planejamento centralizado do Estado

AUTOR(ES) : **BIANCA IZUMI MAEDA**

ORIENTADOR(ES): **THAYRON RODRIGUES RANGEL**

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar a representação das identidades indígenas nos processos de identificação civil como instrumento de soberania informacional, entendida como o locus legítimo de autoridade sobre a gestão de dados referentes aos povos indígenas, seus territórios e modos de vida (Kukutai; Taylor, 2016). O estudo utiliza a metáfora do ato de tecer para contrastar o monopólio informacional do Estado brasileiro com essa governança indígena dos dados, evidenciando que o cenário nacional é marcado por apagões estatísticos e por colonialismo informacional. Alinhada ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) da ONU, a justificativa social repousa na urgência de romper com o racismo institucional e a invisibilidade crônica, já que o acesso indígena a políticas públicas foi mediado por dispositivos estatais de reconhecimento, como o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI). Do ponto de vista profissional, o artigo contribui para uma modernização burocrática inclusiva, em que o gestor público facilita sistemas descentralizados de gestão documental. A partir de Bellotto (2002), compreende−se o documento como objeto jurídico e cultural, no qual a actio, a substância e a estrutura produzem sentido, validade e reconhecimento social. Assim, a nomeação imposta aos povos originários e o monopólio informacional do Estado são mecanismos de controle e apagamento. À luz do conceito de "retomada" (Dorrico, 2025), a restituição de nome, pertencimento e autodefinição nos documentos oficiais integra a reescrita de si e das narrativas indígenas. A metodologia é qualitativa e dedutiva, com pesquisa bibliográfica e análise documental do art. 231 da Constituição Federal de 1988, Lei nº 6001/1973 e da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 12/2024, sobre o registro civil de nascimento indígena, articuladas à diplomática arquivística. Como resultado esperado, indica−se que a ampliação da autonomia indígena nos processos de identificação civil pode fortalecer a identidade indígena, sugerindo que o modo como o Estado identifica condiciona como o sujeito é socialmente reconhecido. Conclui−se, preliminarmente, que mecanismos de identificação civil mais inclusivos tendem a favorecer a autogestão informacional dessas populações, sugerindo que eficiência administrativa e reparação histórica podem depender do reconhecimento jurídico das identidades indígenas.

BIBLIOGRAFIA: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, v. 8). Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf. Acesso em: 3 jun. 2026. DORRICO, Trudruá. Tempo de retomada. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. KUKUTAI, Tahu; TAYLOR, John. Data sovereignty for indigenous peoples: current practice and future needs. In: KUKUTAI, Tahu; TAYLOR, John (eds.). Indigenous Data Sovereignty: Toward an Agenda. Canberra: ANU Press, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **6958**

TITULO:Controle e Accountability dos Incentivos Fiscais Relacionados ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) no Brasil: Uma Revisão Sistemática da Literatura (2010–2025)

AUTOR(ES) : **RAFAEL SALOMAO DE ANDRADE**

ORIENTADOR(ES): **HENDRICK PINHEIRO**

RESUMO: Os incentivos fiscais são instrumentos de política pública utilizados pelo Estado brasileiro para estimular objetivos econômicos e sociais, que podem representar renúncia de receita e demandam mecanismos de controle e prestação de contas. Nesse contexto, este estudo o objetivo de investigar como a literatura de contabilidade pública e direito tributário, no período de 2010 a 2025, retrata os mecanismos de controle e accountability exercidos por órgãos e instituições da Administração Pública sobre os incentivos fiscais relacionados ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) no Brasil. Para tanto, realizou−se uma revisão sistemática da literatura, com levantamento de estudos publicados no período delimitado nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, CAPES e Repositórios Institucionais, considerando artigos científicos, dissertações e trabalhos acadêmicos relacionados ao tema. A análise dos estudos foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo temática, a partir da identificação e organização de categorias relacionadas aos mecanismos de controle, transparência, monitoramento, avaliação de resultados e accountability das políticas de incentivo fiscal. Os resultados indicam que, embora os incentivos fiscais sejam reconhecidos pela literatura como instrumentos relevantes de política pública, persistem fragilidades nos mecanismos de controle e acompanhamento realizados pelas instituições públicas responsáveis pela gestão, fiscalização e avaliação dessas políticas. As principais limitações identificadas referem−se à transparência das informações, à ausência de monitoramento sistemático das políticas existentes, à dificuldade de acesso à avaliação dos resultados e à prestação de contas das renúncias fiscais. Conclui−se que a literatura analisada aponta desafios para a efetividade dos mecanismos institucionais de controle e accountability relacionados aos incentivos fiscais do IRPJ, evidenciando a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de acompanhamento e avaliação dessas políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Bruno César Pino Oliveira De. Incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento e custos de inovação no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). [S.l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). CARDOSO, Daniel de Melo. Uma análise do funcionamento do Programa Nacional de Apoio à Cultura: perspectivas sobre o modelo brasileiro e contribuições do sistema norte−americano de fomento cultural. 27 Mar 2023. CORDEIRO, Alexander Magno e colab. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6961**

TITULO:LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO EM CUIDADOS NAS FAVELAS DA MARÉ: PARTICIPAÇÃO SOCIAL, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORTALECIMENTO TERRITORIAL

AUTOR(ES) : **ANA CLARA BONFIM GOMES,URIEL VICTORINO,GRAZIELLE VITORIA ALVES DA CUNHA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA MAZZINI MARCONDES**

RESUMO: O projeto Laboratório de Inovação em Cuidados nas Favelas da Maré tem como objetivo estruturar um espaço permanente de articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária voltado à construção participativa de políticas e práticas de cuidado no território da Maré, no Rio de Janeiro. Desenvolvido a partir da parceria entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e a organização Redes da Maré, o projeto responde aos desafios colocados pela implementação da Política Nacional de Cuidados nos territórios e pela necessidade de ampliar a participação social nos processos de formulação e acompanhamento das políticas públicas. A iniciativa é orientada pelos princípios da educação popular, da coprodução do conhecimento e da valorização dos saberes comunitários, adotando uma perspectiva de construção coletiva entre universidade, organizações sociais e moradores. As atividades desenvolvidas incluem a elaboração do Marco Conceitual dos Cuidados da Maré, a construção participativa do Mapa dos Cuidados, a criação de um Laboratório de Casos de Ensino baseado na metodologia Problem−Based Learning e o desenvolvimento de um Plano Participativo de Ações dos Cuidados. Como integrante da equipe de execução, a autora participa de atividades de pesquisa, sistematização de informações, organização de oficinas participativas e produção de materiais acadêmicos e extensionistas. Essa experiência possibilita acompanhar de forma direta os processos de diálogo entre universidade e território, contribuindo para a produção compartilhada de conhecimento e para o fortalecimento das redes locais de cuidado. Entre os resultados esperados estão a ampliação do conhecimento sobre cuidados em contextos periféricos, o fortalecimento da participação social e a formação de estudantes, educadores populares e lideranças comunitárias. Além disso, o projeto busca consolidar um espaço permanente de articulação capaz de apoiar novas iniciativas voltadas ao tema dos cuidados. Ao integrar pesquisa, ensino e extensão às demandas concretas do território, a experiência evidencia o potencial da universidade pública na construção de respostas coletivas para desafios sociais complexos e na valorização dos saberes produzidos pelas comunidades.

BIBLIOGRAFIA: − BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Brasília, 2024. − FERRAREZI, Elisabete; ALMEIDA, Guilherme Almeida de. Laboratório de inovação pública: como e por que criá−los. Brasília: ENAP, 2023. − REDES DA MARÉ. Primeira infância nas favelas da Maré: acesso a direitos e práticas de cuidado. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6980**

TITULO:Como a classificação das organizações criminosas, Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital, por parte dos Estados Unidos da América, como organizações terrorista impacta o Brasil?

AUTOR(ES) : **BRYAN BARROS BIZARELLO MORAIS**

ORIENTADOR(ES): **ANA AMELIA PENIDO OLIVEIRA**

RESUMO: O estudo busca compreender como a classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) pelos Estados Unidos da América pode impactar o Brasil em diferentes aspectos. A pesquisa parte da seguinte pergunta: quais são os efeitos imediatos e futuros da classificação dessas organizações criminosas pelos Estados Undios para o ordenamento jurídico, a economia nacional, a política de segurança pública e as relações internacionais brasileiras? Para responder a essa questão, a pesquisa será desenvolvida em três fases. Na primeira fase, serão apresentados a estrutura legal dos EUA sobre terrorismo e as classificações de entidades como terroristas; o contexto e momento político em que essa classificação foi feita, tanto no Brasil, quanto nos EUA. Na segunda fase, será examinado o arcabouço jurídico frente às organizações criminosas e como elas se comportam dentro da economia e do contexto sociológica. E uma comparação sobre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, destacando sua atuação, diferenças, contexto dentro do Brasil, história e geografia. Junto com uma análise das políticas de enfrentamrnto a essas organizações ao longo do tempo. Por fim, irá ser apresentado como o Brasil determina o terrorismo e a sua diferença com os EUA, e uma análise acerca dos impactos dessa classificação e possíveis impactos ao longo do tempo. A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, baseado principalmente análise documental, utilizando legislação brasileira e norte−americana, documentos oficiais e notícias relacionadas ao tema, buscando compreender as consequências jurídicas e políticas decorrentes da classificação dessas organizações criminosas.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, Alessandro. A (não) classificação do PCC e do Comando Vermelho como entidades terroristas: limites normativos, estratégias de enfrentamento e (in)eficácia da designação no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Criminais , São Paulo, v. 213, n. 213, p. 129–160, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.18249566. Disponível em: https://www.publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/2171. BUZANELLI, Márcio Paulo. PORQUE É NECESSÁRIO TIPIFICAR O CRIME DE TERRORISMO NO BRASIL. Revista Brasileira de Inteligência, Brasília, Brasil, n. 8, p. 9–19, 2013. DOI: 10.58960/rbi.2013.8.101. Disponível em: https://rbi.abin.gov.br/RBI/article/view/101.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6989**

TITULO:COMPLEXIDADE ECONÔMICA E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

AUTOR(ES) : **LUIZA MEL DO CARMO MARQUES**

ORIENTADOR(ES): **ERICK SILVA OMENA DE MELO**

RESUMO: OBJETIVOS As regiões metropolitanas brasileiras apresentam forte heterogeneidade produtiva e social, observada tanto nas diferenças de complexidade econômica quanto nas condições de inserção do trabalho. Nesse contexto, a hipótese da superexploração do trabalho, formulada por Ruy Mauro Marini (2000), pode contribuir para interpretar a persistência de estruturas produtivas desiguais no capitalismo brasileiro. O presente trabalho, ainda em desenvolvimento, busca analisar a relação entre complexidade econômica e indicadores associados à superexploração do trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras investigando se padrões de superexploração tendem a se concentrar em determinados conjuntos regionais e estruturas produtivas menos complexas. METODOLOGIA A pesquisa integra atividades de sistematização, criação e análise de indicadores socioeconômicos relacionados aos diferentes níveis de integração local e regional nos circuitos internacionais de comércio, desenvolvidos no grupo de pesquisa Dependência e Política nas Cidades, parte do INCT Observatório das Metrópoles. Metodologicamente, serão utilizados indicadores de complexidade econômica, como diversidade produtiva, ubiquidade e Economic Complexity Index (ECI) (HIDALGO; HAUSMANN, 2009) articulados a indicadores associados à condições de vida e trabalho nos municípios brasileiros. Os métodos terão caráter quantitativo, e as principais fontes foram retiradas do IBGE, ComexStat e DIEESE. Além disso, a análise será realizada de forma comparativa e espacial, buscando identificar padrões de concentração regional e possíveis agrupamentos entre estrutura produtiva e condições laborais. Para maior compatibilidade e disponibilidade dos dados, o recorte temporal estabelecido foi o ano de 2022. RESULTADOS ESPERADOS Como hipótese preliminar, espera−se observar associação entre menores níveis de complexidade econômica e maior incidência de indicadores associados à superexploração do trabalho, sugerindo que estruturas produtivas menos sofisticadas e menos integradas ao comércio internacional tendem a se relacionar a formas mais precárias de inserção laboral. Os resultados pretendem contribuir para o debate sobre dependência e heterogeneidade estrutural no Brasil, articulando economia da complexidade e teoria marxista da dependência na interpretação das desigualdades regionais contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA: HIDALGO, César A.; HAUSMANN, Ricardo. The building blocks of economic complexity. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, v. 106, n. 26, p. 10570–10575, 2009. DOI: 10.1073/pnas.0900943106. MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7014**

TITULO:PROCESSOS ESTRUTURAIS NO BRASIL HOJE

AUTOR(ES) : **MARIA VIVEIROS PEIXOTO VOLKMER FELL,EMILIANO RODRIGUES BRUNET DEPOLLI PAES**

ORIENTADOR(ES): **LUIGI BONIZZATO**

RESUMO: Objetivou−se (1) delinear panorama da teoria brasileira contemporânea do processo estrutural por meio de pesquisa bibliográfica e (2) verificar sua aplicação na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental − ADPF 976, que tramita no Supremo Tribunal Federal − STF, por meio de pesquisa documental. O marco teórico é a teoria de Edilson Vitorelli exposta em Processo civil estrutural : teoria e prática. Resultados: (1) O processo estrutural é ação coletiva de controle de políticas públicas, voltada à solução de litígios estruturais. Nele, os réus são sobretudo titulares do poder Executivo dos diferentes âmbitos federativos. Busca−se a produção de informações e o diálogo entre autoridades para que reestruturem políticas conjuntamente. O juiz ou tribunal atua mais como agente de intermediação que como impositor. A implementação das medidas determinadas ocorre em cascata, com ordens sucessivas expedidas conforme os resultados dos planos apresentados são avaliados. O rito é flexível. Litígio estrutural é a violação massiva de direitos fundamentais como educação, saúde, trabalho, moradia, transporte, segurança e assistência social, originada de reiteradas omissões ou falhas administrativas. No STF, o controle de políticas públicas tem sido exercido primordialmente via ADPFs. Em muitas delas, alega−se a existência de um estado de coisas inconstitucional e a ofensa a direitos de minorias. A vantagem de propor ADPF é proporcionar visibilidade à demanda, uma das razões pelas quais os partidos políticos são os principais autores dessas ações. O STF funciona como nova arena de debate político há algumas décadas. Porém a corte não controla o orçamento público e a procedência da demanda pode ocasionar poucas mudanças. Na verdade, o processo de execução é inefetivo no país. Os réus do estrutural − que melhor entendem o litígio − conseguem maquiar resultados. De toda forma, esses processos mobilizam o debate público e o direito em torno de problemas sociais graves. A primeira ação explicitamente estrutural do Brasil foi ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal contra União e Agência Nacional de Mineração, sobre a reestruturação da agência para a fiscalização das barragens após os desastres de Mariana e Brumadinho. Dentre as ADPF destacam−se as do sistema penitenciário, da Covid e das Favelas. (2) Na ADPF 976, proposta em 2022, visou−se melhorar políticas de atendimento à população em situação de rua − PSR. Os autores são dois partidos e um movimento social. Realizou−se audiência pública e muitos amici curiae ingressaram mas o debate entre as autoridades públicas foi fraco. O governo federal apresentou o Plano Ruas Visíveis em 2023, gerando alta expectativa. Nunca foi intimado a prestar contas. O processo facilitou a aprovação de lei que proíbe o uso de arquitetura hostil, proporcionou o cadastramento e priorização de PSR em normas sobre trabalho e habitação e inspirou acordos e ações pelo Brasil. Mas não logrou solucionar a situação de rua.

BIBLIOGRAFIA: FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. FRANÇA, Eduarda Peixoto da Cunha. Propostas simples para problemas complexos? Processos estruturais e a proteção equitativa dos direitos fundamentais. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix; OSNA, Gustavo (orgs.). Processos estruturais. 5. ed. São Paulo: JusPodivm, 2024. VITORELLI, Edilson. Processo civil estrutural: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Juspodivm, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7020**

TITULO:Gerenciamento de impressões e gestão da reputação organizacional na Havan

AUTOR(ES) : **LUIZ MIGUEL CORDEIRO BASTOS,BEATRIZ CORREIA DE OLIVEIRA,LETICIA NEVES PEIXOTO,CAROLINA ROVER DA SILVA,GIOVANNA FIGUEIREDO CORREIA**

ORIENTADOR(ES): **FERNANDA FILGUEIRAS SAUERBRONN**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo central analisar as táticas de Gerenciamento de Impressões (GI) utilizadas pela empresa Havan e, principalmente, o emprego dessas táticas pelo seu fundador Luciano Hang, para construir, restaurar e manter a sua reputação em frente aos seus clientes, investidores e stakeholders. O estudo tem o propósito de entender de que maneiras essas organizações empregam esses mecanismos de comunicação e representação simbólica para moldar a percepção do público, especialmente em momentos de crises e escândalos. Além disso, o estudo também busca relacionar essas práticas dentro do contexto contábil e organizacional, destacando seus efeitos sobre a transparência e interpretação das informações corporativas. A metodologia adotada pelos autores consistiu em uma pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa. Em um primeiro momento foram analisados artigos acadêmicos e livros relacionados com a teoria do GI, com o objetivo de identificar as principais táticas, estratégias e métodos. Em seguida, foi realizada uma análise de notícias, relatórios financeiros e outros estudos públicos relacionados a Havan e o seu fundador, a fim de procurar evidências da utilização dessas estratégias na gestão da imagem empresarial. Essa análise foi realizada de forma qualitativa, confrontando os acontecimentos observados com as teorias apresentadas na literatura. Para a elaboração da pesquisa, os autores colaboraram de forma conjunta em todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa, desde da revisão da literatura, escolha dos dados apresentados, análise das informações, discussão dos das táticas de GI presentes nos dados escolhidos e, por fim, a elaboração do trabalho. Os resultados mostraram que a Havan emprega frequentemente estratégias de autopromoção, exemplificação e intimidação para reforçar sua imagem e reduzir os impactos causados pelas acusações e polêmicas que envolvem a empresa e seu fundador. Também foram identificadas técnicas de manipulação retórica, seletividade e ocultação de informações negativas, principalmente em manifestações públicas e discursos corporativos. A análise revelou que essas práticas são utilizadas para reforçar características positivas, como a geração de empregos, crescimento empresarial e patriotismo, a fim de manter a confiança de diferentes públicos. Por fim, pode−se concluir que o Gerenciamento de Impressões representa um papel significativo na construção da imagem organizacional da Havan, servindo como meio de proteção reputacional e respostas a crises. Entretanto, o uso excessivo dessas estratégias pode prejudicar a transparência e influenciar a percepção dos stakeholders acerca da real situação da empresa. Desse modo, o estudo contribui para o entendimento das relações entre comunicação corporativa, reputação e contabilidade, enfatizando a necessidade de análises críticas sobre os instrumentos utilizados pelas organizações para moldar sua imagem perante a sociedade.

BIBLIOGRAFIA: MENDONÇA, J. R. C., & AMANTINO−DE−ANDRADE, J. (2003). Gerenciamento de impressões: em busca de legitimidade organizacional. Revista de administração de empresas. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034−75902003000100005 FERREIRA, C. C.; MARINELLO, R. M.; TOGNA, B. de B. D.; & SOUZA, R. B. (2022) O Gerenciamento de Impressões no Discurso Sustentável de uma Cimenteira e uma Mineradora. AOS − Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, 11(1). Souza, T. R. de, & Sauerbronn, F. F. (2025). Isomorfismo e Gerenciamento de Impressões do Compliance em Estatais: Análise em Bancos Listados na B3. Contabilidade Gestão E Governança, 28(esp), 346–375. https://doi.org/10.51341/cgg.v28iesp.3379

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7043**

TITULO:VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO: ESTUDO DE CASO DA REMUNERAÇÃO DOS CIRURGIÕES−DENTISTAS NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO

AUTOR(ES) : **MARCOS PAULO NUNES BARRETO**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO COUTINHO**

RESUMO: O presente trabalho objetiva compreender as respostas judiciais à desvalorização remuneratória no serviço público, com foco na categoria dos cirurgiões−dentistas. A partir de pesquisa exploratória sobre a remuneração dos profissionais especializados nos entes públicos no estado do Rio de Janeiro, em especial os profissionais da área de odontologia, na qual o pesquisador atuou, observou−se grande discrepância entre as normas federais de regência (Lei Federal nº 3.999/1961, ADPF 325) e os salários ofertados nos editais de concursos públicos. Construiu−se, então, o itinerário da investigação com o objetivo de examinar as respostas judiciais à desvalorização salarial e ao fenômeno estudado por Graça Druck (2016), consistente na precarização do trabalho no serviço público, considerando os direitos sociais e do trabalho como direitos fundamentais relacionados à dignidade da pessoa humana (Sarlet, 2024; Sarmento, 2016). Com abordagem qualitativa, realizou−se pesquisa doutrinária nos campos do direito constitucional, administrativo e do trabalho, além de pesquisa documental, com levantamento e análise de processos judiciais em tramitação no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF−2) sobre a exigibilidade do piso salarial da categoria (Lei Federal nº 3.999/1961) no período de 2019 a 2024 e de editais de concursos públicos de municípios dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, delimitados pela jurisdição do TRF−2. O levantamento detectou a publicação sistemática de editais com salários aviltantes, revelando a desvalorização remuneratória dos cirurgiões−dentistas no serviço público. A partir dessa realidade, o trabalho busca responder à seguinte indagação: como o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF−2) tem julgado os conflitos envolvendo o piso salarial dos cirurgiões−dentistas em concursos públicos sob sua jurisdição? Desse modo, a pesquisa problematiza a capacidade institucional da Justiça Federal para efetivar direitos constitucionais dos servidores públicos e controlar a precarização do trabalho. A investigação permitiu elaborar um diagnóstico que concluiu pela desvalorização remuneratória e pelo descumprimento do piso salarial, evidenciando que os parâmetros remuneratórios destinados à valorização da profissão não são observados pelos municípios. Ao analisar as respostas judiciais para esse cenário, verificou−se que a jurisprudência enfatiza a discussão sobre federalismo e autonomia municipal em detrimento dos direitos fundamentais dos servidores. Nas considerações finais, conclui−se que a valorização da autonomia municipal e federativa acaba por legitimar a precarização do trabalho no serviço público, desconsiderando que a Constituição estabelece o piso salarial proporcional à complexidade do trabalho como instrumento para assegurar os princípios da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: DRUCK, Graça. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do Trabalho. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, 2016, pp. 15−43 SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024. SARMENTO, Daniel. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7049**

TITULO:PÉ DE LITERATURA: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E MEDIAÇÃO DE LEITURA COMO SUPORTE AO LETRAMENTO INFORMACIONAL

AUTOR(ES) : **KAIO DOS SANTOS DE SOUZA,ANA CLARA DE OLIVEIRA PEDROSA**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA DE MELLO LIMA**

RESUMO: A extensão universitária desempenha um papel fundamental no incentivo ao diálogo entre universidade e sociedade, rompendo fronteiras que antes tornavam limitado o conhecimento científico produzido pela academia, o que consequentemente torna possível, hoje, a verificação de intervenções sociais efetivas por meio da troca de experiências significativa entre as partes. Em consonância, o projeto "Pé de Literatura: contação de histórias mágicas", coordenado pela profa. Dra. Larissa de Mello Lima, tem como objetivos promover e ampliar o acesso à literatura brasileira entre crianças das escolas municipais do Rio de Janeiro e, em aspecto particular, difundir e projetar obra e vida da escritora Clarice Lispector, a fim de enfatizar a importância de desenvolver o pensamento crítico desde a infância, auxiliando no desenvolvimento cognitivo e psicossocial saudável dessas crianças e na ampliação de seu conhecimento sobre o mundo. Por meio da mediação de leitura, o projeto visa desenvolver competências que as acompanharão ao longo de suas vidas, e para tanto, utiliza−se uma abordagem lúdica para a mediação da informação em escolas públicas ou eventos culturais com crianças por meio da contação de histórias de diversos autores contemporâneos nacionais, recorrendo, também, às artes e outros recursos visuais e sensoriais. É dando ênfase ao desenvolvimento dessas competências por este processo que neste trabalho, o objetivo para além da apresentação do projeto, visa desenvolver paralelos entre as ações de extensão e o letramento informacional, alinhando−se às perspectivas de Gasque (2010) e perpassando, ainda, pelo arcabouço trazido por Belluzzo (2018) sobre a competência em informação (CoInfo), que em remontagem às suas origens, podem ser vistos como sinônimos, havendo, porém, uma distinção conceitual entre estes. Para isso, recorreu−se à análise de duas das primeiras ações de extensão realizadas: uma em 30 de agosto, ocorrida na praça Lima Barreto, no Méier, durante evento cultural promovido em parceria com a organização da sociedade civil (OSC) Círculo Laranja para homenagear o artista brasileiro Noca da Portela; outra em 20 de setembro, feita na sede dessa mesma OSC, tendo sido voltada a autopercepção e discussões sobre preconceitos socioculturais diante da diversidade étnico−racial, ambas realizadas em 2025, conforme registradas nos relatórios produzidos pelos discentes, considerando o escopo das atividades desenvolvidas e realizadas em prática pelos extensionistas e seus resultados, fundamentados na retroalimentação das crianças como genericamente observada, enfatizando a natureza aplicada da pesquisa, que se categoriza, enfim, como um relato de experiência.

BIBLIOGRAFIA: DE LUCCA, D. M.; CALDIN, C. F.; RIGHI, J. P. R. O desenvolvimento da Competência Informacional nas crianças a partir da literatura infantil. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 192–206, 2015. BELLUZZO, R.C.B. Competência em Informação: cenários e espectros. Memória e Informação, [S.l], v. 2, n.1, p. 29−50, jan/jun. 2018. GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 83−92, set./dez., 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7058**

TITULO:A ECONOMIA DA RESISTÊNCIA: PETRÓLEO, ESTADO E POLÍTICA EXTERNA NA VENEZUELA DE MADURO

AUTOR(ES) : **ALICE TAUIL,SOPHIA CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO ROCHA FLEURY CURADO**

RESUMO: Desde a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1999, a Venezuela passou a adotar um modelo político e econômico que entrou em conflito com os interesses dos Estados Unidos. Em resposta, o país passou a sofrer sucessivas sanções econômicas e diplomáticas, intensificadas durante o governo de Nicolás Maduro (2013−2026), especialmente sob as duas administrações de Donald Trump (2017−2021 e 2025−...). O aumento da pressão externa culminou em episódios de elevada tensão, como a tentativa de derrubada do governo Maduro através da incursão armada paramilitar conhecida como Operação Gedeón (2020). Mais recentemente, em janeiro de 2026, forças estadunidenses capturaram Nicolás Maduro e a sua esposa, a primeira−dama Cilia Flores, sob acusações criminais relacionadas ao narcotráfico, e a Venezuela passou a ser governada interinamente pela vice−presidente, Delcy Rodríguez. Diante desse quadro, que agravou as tensões diplomáticas entre os dois países, surge a seguinte questão de pesquisa: como o governo Maduro buscou absorver os impactos produzidos pelas sanções econômicas e se preparar para um eventual conflito? O objetivo deste estudo consiste em analisar quais estratégias foram adotadas nos campos econômico e internacional diante dos ataques ao país pelos Estados Unidos ao longo do mandato de Nicolás Maduro. Como hipótese central, a pesquisa aponta que, para contornar o impacto das sanções, a Venezuela buscou recrudescer o controle estatal sobre a economia (sobretudo a renda petroleira) e buscar parceiros alternativos nas relações internacionais. A preparação para um eventual conflito derivou, sobretudo, do apoio de alianças internacionais como Cuba e Rússia. Entretanto, a manutenção do posicionamento chavista anti−estadunidense, alinhado a uma perda do poder de Nicolás Maduro quando comparado ao governo anterior, dificultou uma reaproximação política, mantendo a rivalidade e as sanções estabelecidas pelos governos norte−americanos. Por outro lado, o interesse dos Estados Unidos pelo petróleo venezuelano faz com que as relações comerciais energéticas sejam mantidas. A presente pesquisa adota uma abordagem exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica sobre a situação política, econômica e diplomática da Venezuela e de suas relações com os Estados Unidos. Além disso, são analisados documentos oficiais produzidos por ambos os países ao longo do período analisado. Para organizar a análise, a pesquisa se divide em: 1) levantamento da aplicação e dos impactos econômicos das sanções; 2) a evolução das estratégias adotadas no campo econômico; 3) a evolução das estratégias adotadas no campo militar.

BIBLIOGRAFIA: ESTADOS UNIDOS. The White House. National Security Strategy of the United States of America. Washington, D.C.: The White House, 2017. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp−content/uploads/2017/12/NSS−Final−12−18−2017−0905.pdf VALENTE, Leonardo. Pragmatismo e discrição: as relações entre EUA e Venezuela nos governos Biden e Maduro. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 121, 2024. DOI: 10.1590/0102−001035lv/121. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/YBbVhbbsVfrRnpH7z8VmpZQ

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7065**

TITULO:A DEPRESSÃO SOB DIFERENTES LENTES CLASSIFICATÓRIAS: ANÁLISE COMPARATIVA DA CID−11, DO DECS E DO TESAURO DA UNESCO À LUZ DOS CONCEITOS DE INJUSTIÇA EPISTÊMICA.

AUTOR(ES) : **KAREN LOPES DE FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: Este estudo insere−se no campo da Organização do Conhecimento (OC), sob a perspectiva da Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC). Esta vertente compreende que os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) não são neutros, podendo reproduzir invisibilizações e assimetrias epistemológicas. Fruto de reflexões da disciplina Organização Social do Conhecimento, no Mestrado Profissional em Organização do Conhecimento, Tecnologias e Sociedade da UFRJ, o trabalho é norteado pela questão: em que medida a representação da saúde mental em SOCs orientados pelo modelo biomédico ocidental contribui para injustiças epistêmicas e quais são as propostas de reparação taxonômica? O objetivo geral consiste em analisar criticamente a representação do termo Depressão na CID−11, no DeCS e no Tesauro da UNESCO. Os objetivos específicos são: a) identificar os termos preferidos, alternativos e estruturas hierárquicas nos três SOCs; b) examinar a presença de linguagem patologizante, técnica e normativa nas definições e notas de escopo; c) comparar a inclusividade e a finalidade de cada vocabulário; d) propor novos termos e reformulações estruturais que tragam luz à diversidade e determinantes sociais de saúde. Metodologicamente, trata−se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, analítico−descritiva e aplicada. O recorte empírico (CID−11, DeCS e Tesauro da UNESCO) foi analisado por meio de procedimentos documentais, terminológicos e semânticos, seguidos de comparação crítica. A fundamentação teórica ancora−se em Adler (2016), que apresenta históricos de como classificações podem refletir e reforçar exclusão, oferecendo assim justificativas para reparação taxonômica; em Fricker (2007), articulando as consequências práticas e as relações de poder nas injustiças epistêmicas; e em Moura, Trivellato e Gomes (2024), que defendem a construção de SOCs inclusivos que reconheçam diferentes formas de produção de saberes. Os resultados revelam forte presença de linguagem patologizante e normativa, perceptível no uso de termos como "Mental diseases" (Tesauro da UNESCO) e em definições que atrelam o sofrimento psíquico à perda de "funcionalidade" e produtividade (CID−11). A centralidade ocidental subordina ainda a depressão a domínios médicos, apagando realidades coletivas, espirituais ou territoriais de matrizes não hegemônicas. Manifesta−se, assim, uma invisibilidade institucional pela ausência de conceitos como "Neurodivergência" ou "Sofrimento Ético−Político", restringindo o acesso à informação fora do léxico clínico. Conclui−se que a OSCC é essencial para enfrentar os desafios éticos dos SOCs contemporâneos. Sistemas com discursos focados em "cura" ou "normalização funcional" criam barreiras ao bem−estar subjetivo e coletivo. A construção de vocabulários plurais é urgente para que a informação sirva à emancipação dos sujeitos, e não ao seu controle social.

BIBLIOGRAFIA: ADLER, Melissa. The Case for Taxonomic Reparations. Knowledge Organization, v. 43, n. 8, p. 630−640, 2016. FRICKER, Miranda. Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007. MOURA, Maria Aparecida; TRIVELLATO, Rosana Matos da Silva; GOMES, Pablo. Justiça epistêmica e organização do conhecimento: perspectivas críticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Vitória: UFES/ANCIB, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7069**

TITULO:Da informalidade à sistematização: a organização do conhecimento em varas do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT−1) à luz dos fundamentos de Dahlberg e Hjørland

AUTOR(ES) : **VAGNER TROCATE DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA**

RESUMO: A Organização do Conhecimento (OC) estuda como o saber humano é estruturado e disponibilizado à sociedade, investigando como os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) atuam na representação, circulação e recuperação da informação. Todavia, estes SOCs não são neutros, pois refletem visões de mundo, devendo ser direcionados às necessidades sociocognitivas de comunidades específicas, de acordo com cada domínio social. O presente estudo é fruto de reflexões e atividades desenvolvidas na disciplina Bases Teóricas da Organização do Conhecimento do PPGOCTS/UFRJ. O tema central aborda a transição de fluxos informais para a sistematização científica nas Varas do Trabalho (VTs) do TRT−1, utilizando os conceitos de Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg e Análise de Domínio de Birger Hjørland. O problema que motiva a pesquisa está na constatação de que a gestão interna das VTs ainda depende de práticas informais, o que gera perda de conhecimento tácito, retrabalho e compromete a celeridade processual. O objetivo geral é analisar os fluxos informacionais e propor práticas de gestão da informação (GI) e gestão do conhecimento (GC) aplicáveis a esse ambiente de trabalho das VTs. Para isso, definiram−se como objetivos específicos: mapear os fluxos no sistema PJe; identificar gargalos e práticas informais dos servidores; e propor um modelo de boas práticas para sistematizar a atuação das secretarias. A justificativa sustenta−se na relevância social de garantir a duração razoável do processo e na necessidade científica de aplicar as bases da OC para superar gargalos nos processos do Judiciário Trabalhista. A metodologia possui natureza qualitativa, exploratória e intervencionista, adotando como corpus documental reclamações trabalhistas de 2025 de uma vara modelo do TRT−1. Os procedimentos envolvem levantamento bibliográfico, principalmente relacionado com as ideias de teoria do conceito (Dahlberg, 2006) e de análise de domínio (Hjørland, 2008), pesquisa documental e mapeamento de fluxos no PJe. Além disso, há a necessidade de coleta de dados estatísticos para realização deste mapeamento dos processos de trabalho e de uma síntese teórica para a elaboração do modelo intervencionista. Os resultados parciais indicam que a ausência de um sistema estruturado de GC força os servidores a criarem "sistemas paralelos" de controle, visto que cada um trabalha de uma maneira para dar conta do seu conhecimento tácito que o sistema informatizado não consegue absorver, criando planilhas particulares de controle local e gerando seus documentos não padronizados em repositórios informais. Conclui−se que é necessário superar o "paradigma custodial" da informação jurídica, migrando para uma gestão que priorize o acesso e o uso inteligente do conhecimento, a fim de contribuir com o aumento da eficiência jurisdicional e da celeridade processual, integrando o rigor técnico da padronização de Dahlberg e a compreensão pragmática do domínio jurídico defendida por Hjørland.

BIBLIOGRAFIA: DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge Organization: A New Science? Knowledge Organization, v. 33, n. 1, p. 11−19, 2006. HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? Knowledge Organization, v. 35, n. 2/3, p. 86−101, 2008. YEUNG, Luciana; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. A informatização dos tribunais brasileiros e as mudanças na burocracia judiciária: linearidade e instantaneidade observadas com a ajuda da metodologia do text mining. Revista Direito GV, São Paulo, v. 20, e2424, 2024. https://doi.org/10.1590/2317−6172202424.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7073**

TITULO:REDES DE AÇÃO PÚBLICA EM PETRÓPOLIS−RJ: A ATUAÇÃO CIVIL DIANTE DE TRAGÉDIAS AMBIENTAIS

AUTOR(ES) : **ANA CECíLIA CAIRE MACHADO**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO COSTA DE SOUZA**

RESUMO: O atual trabalho de iniciação científica é fundamentado na participação social diante às tragédias ambientais na cidade de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro. O intuito desta pesquisa é mapear e acompanhar as movimentações e as ações da sociedade civil não só durante os momentos anteriores ou posteriores a esses acontecimentos climáticos, mas como ela atua durante e como opções de resgates oficiais e extraoficiais. Assim, a partir de um material histórico agrupado seguindo a abordagem de especificação de tema (GALVAN E GALVAN, 2017), pela plataforma Scielo e reportagens locais, foi possível analisar a linha temporal que acompanha as tragédias ambientais e seus impactos diretos ou indiretos à população petropolitana. Para um recorte histórico, foram priorizados os anos entre 2011 e 2022, anos que ocorreram as maiores tragédias em questão de volume de chuva e estragos materiais e imateriais no município. Além disso, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para o aprofundamento nos marcos legislativos municipal, estadual e federal. Como resultado desta primeira etapa da pesquisa, constatou−se que a cidade sofre com as consequências dos eventos climáticos há, pelo menos, dois séculos, devido a um planejamento urbano limitado, combinado com expansão populacional para morros e políticas públicas voltadas a projetos de remediação e não prevenção. A forma de organização civil de Petrópolis, então, tem sido bem estruturada, principalmente em relação a áreas sociais. Com projetos diversificados, a abrangência vai desde a preservação ambiental até programas educacionais e de lazer. Justamente com o histórico de emergências climáticas na cidade, a organização tem se estendido para operações capacitadas com o propósito de auxiliar instituições governamentais, como a Defesa Civil, em resgates, por exemplo. Ademais, eles atuam em captação de recursos e assistência social às vítimas dessas calamidades. Pensando nisso, o mapeamento final deste trabalho será disponibilizado como uma ferramenta que servirá como um espaço em que associações privadas possam se conectar com esses projetos para apoios financeiros e/ou com atividades. E, inclusive, será um facilitador para que a própria população petropolitana possa encontrá−los como apoio.

BIBLIOGRAFIA: BARDIN. Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70. 1977. GALVAN, Jose L.; GALVAN, Melisa C. Selecting a Topic for Your Review. In: Writing literature reviews: A guide for students of the social and behavioral sciences. Routledge, p. 28−42, 2017. MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. 224 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7076**

TITULO:AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES E O TRATAMENTO INFORMACIONAL A PARTIR DA GESTÃO DE DADOS

AUTOR(ES) : **ANA LUISA FERREIRA VITAL**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: No contexto brasileiro, a compreensão da realidade jurídico−política historicamente concentrou−se no plano formal−normativo constitucional. Entretanto, essa abordagem, por si só, não consegue abarcar todos os elementos que envolvem a vida democrática de maneira completa e efetiva. Para uma visão mais aprofundada e inovadora da dinâmica constitucional do Estado, é imperativo adentrar no âmago do desempenho e comportamento das instituições que compõem o poder estatal. Nesse cenário, o uso de grandes dados na administração pública e a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) no tratamento de informações para proteção e propagação da conectividade por rede são objeto de estudo desta pesquisa. A questão problema formula−se a partir do seguinte: como o uso de dados pela ANATEL é feito e como este uso pode contribuir para políticas embasadas em evidências sólidas, aumentando a probabilidade de sucesso na implementação e obtenção de resultados? O marco teórico parte de um contraste entre o formalismo clássico constitucional e o institucionalismo, apontando as principais distinções que constroem uma democracia complexa atravessada pelo funcionamento de suas instituições. A metodologia inclui revisão bibliográfica, coleta e análise de dados da ANATEL e elaboração de recomendações, a fim de compreender o uso de grandes dados pela ANATEL e seu impacto nas políticas públicas, visando desenvolver políticas mais informadas e eficientes para administração pública brasileira.

BIBLIOGRAFIA: BINENBOJM, Gustavo. Agências reguladoras independentes e democracia no Brasil. Revista de Direito Administrativo, [S. l.], v. 240, p. 147–167, 2005. DOI: 10.12660/rda. v240.2005.43622. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2025. De Teffé, C. Dados Pessoais Sensíveis − Qualificação, Tratamento e Boas Práticas. 1a Ed ed. [s.l.] Editora Foco, 2022. Sunstein, Cass R., The Administrative State, Inside Out (March 29, 2022). Harvard Public Law Working Paper No. 22−02, Available at SSRN: https://ssrn.com/abstract=4069458 or http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4069458.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7095**

TITULO:A “estrutura produtiva oca” e a reprimarização da pauta exportadora: O caso do Rio de Janeiro.

AUTOR(ES) : **GUILHERME BITTENCOURT MARQUES VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARTA CASTILHO**

RESUMO: Um aspecto relevante para compreender o desenvolvimento socioeconômico de um país ou região é a sua inserção externa e a evolução do contexto internacional. A formação econômica do Brasil se baseia inicialmente em um modelo cujo motor era a extração de riquezas da colônia em direção à metrópole. Nos séculos seguintes, é possível observar diversos momentos de grande expansão do comércio internacional que tiveram forte influência sobre a estrutura produtiva no Brasil. No caso do estado do Rio de Janeiro, a evolução de sua estrutura produtiva esteve estreitamente relacionada à sua inserção comercial, em particular no período mais recente (a partir do fim da década de 1990). Por um lado, tem se caracterizado por uma “estrutura produtiva oca”, como definido por Sobral (2012): uma estrutura que “possui competitividade em alguns segmentos de excelência, mas fica fragilizada pela desarticulação de seu conjunto, logo, não tendo uma razoável capacidade dinâmica própria”. Do ponto de vista do comércio exterior, nosso estado está na vanguarda da reprimarização , com as exportações concentrando progressivamente no petróleo, em um processo que reforça a especialização produtiva regressiva. As exportações da indústria extrativa saltaram de uma participação de 0,9% em meados dos anos 1990 para 79,3% em 2025 (SECEX) . Do lado das importações, estas mostram uma elevada dependência da importação de bens de capital e insumos industriais. Neste cenário, o petróleo surge como uma espécie de "novo café": um enclave dinâmico que gera crescimento do PIB, mas possui baixo potencial de dinamismo inter−industrial, de geração de empregos ou de inovações tecnológicas. Atualmente, a “euforia extrativa” mascara a estagnação e a perda de densidade da indústria de transformação. A indústria do petróleo se tornou um enclave produtivo, por meio do qual ocorre grande vazamento de riqueza para o exterior, através de importações e também das compras provenientes de outros estados. O caso da Petrobrás é ilustrativo: 70% do valor de suas aquisições de bens e serviços eram com empresas estrangeiras em 2020 (Osório et. al., 2021.), o que limita fortemente os efeitos de encadeamento esperados de uma indústria motriz. Esta situação impõe uma restrição externa estrutural, que limita o crescimento fluminense de longo prazo devido à volatilidade dos preços internacionais e ajuda a compreender como fomos o único estado brasileiro que teve diminuição absoluta de empregos formais na indústria de transformação entre 1985 e 2024. Este trabalho tem como objetivo analisar os dados de produção, emprego e comércio entre 2000 e 2025, a fim de investigar a relação entre o comércio exterior e a estrutura produtiva do estado do Rio de Janeiro neste período.

BIBLIOGRAFIA: SOBRAL, Bruno. Ciclo de investimentos e o papel das estratégias de grandes agentes econômicos: o caso da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro 1995−2010. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2012. OSÓRIO, Mauro; MARCELLINO, Israel; VEIGA, Leonardo Amaral; RABELO, Henrique; FALCÃO, Marianna. O potencial representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e implicações para o desenvolvimento regional. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 16, n. 29, p. 165−196, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7102**

TITULO:Incubadoras universitárias como espaços de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico

AUTOR(ES) : **RAPHAEL RIBEIRO PEREIRA,ANNA BEATRIZ CORREA DE LUCES FORTES,PEDRO HENRIQUE BAVIER MARCOS DINIZ,REBECA OLIVEIRA,KELYANE SILVA,THALISSA PáDUA GILABERTE**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: A formação de discentes de graduação requer o estabelecimento de vínculos sólidos que considerem a interrelação entre teoria e prática, preparando o estudante para além dos conteúdos tradicionais (PIMENTA; LIMA, 2012). O objetivo deste trabalho é analisar a atuação dos bolsistas da Inyaga – Incubadora de Negócios de Impacto Social e Ambiental da UFRJ como experiência de aprendizagem ativa e desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais. Será realizado um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, com base em observação participante, análise documental e relatórios mensais de atividades (BACICH; MORAN, 2018). Na Inyaga, os bolsistas são imersos em desafios reais que envolvem ferramentas de controle, gestão e otimização de processos, além do atendimento a públicos de diferentes realidades e fragilidades socioeconômicas. Tal vivência contribui para o desenvolvimento de autonomia, responsabilidade, pensamento crítico, capacidade de adaptação e articulação entre teoria e prática, convidando o estudante a desempenhar um papel ativo no seu processo de formação no âmbito do ecossistema de inovação contemporâneo (SCHAEFER; SANTOS, 2023). A experiência de bolsistas em ambientes de inovação como a Inyaga enriquece o seu percurso universitário, contribuindo para a conversão da teoria acadêmica em ferramentas de transformação social, desenvolvimento regional e prontidão profissional (LAHORGUE, 2004),. Alinha−se, assim, às novas demandas das universidades voltadas ao desenvolvimento sustentável (AUDY; SOUZA, 2022), consolidando a missão da UFRJ na formação de cidadãos e profissionais altamente qualificados.

BIBLIOGRAFIA: AUDY, J; SOUZA, P R S. de. Inovação, empreendedorismo e o papel das universidades no desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022. BACICH, L; MORAN, J (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórica−prática. Porto Alegre: Penso, 2018. LAHORGUE, M A (org.). Universidade, inovação e empreendedorismo: a experiência da UFRGS. Porto Alegre: CRITEC/UFRGS, 2004. PIMENTA, S G; LIMA, M S L. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. SCHAEFER, R; SANTOS, E R dos. Educação empreendedora e ecossistemas de inovação: o papel ... para o século XXI. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (REGEPE), São Paulo, v. 12, n. 2, e2145, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7111**

TITULO:ENTRE DESASTRES E FEDERALISMOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA RESPOSTA AOS DESASTRES AMBIENTAIS

AUTOR(ES) : **MAYCON LUCAS CORDEIRO FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Em um momento histórico em que as mudanças climáticas, anteriormente contidas no campo das previsões abstratas de organismos internacionais e multilaterais, tornaram−se constantes e materiais na vida cotidiana, levanta−se, para além das medidas de prevenção, a necessidade de os Estados responderem a esses desastres com eficiência, visando garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, reconstruir a região afetada e proporcionar a sua retomada econômica. Demanda−se, ainda, em federações como Brasil e Estados Unidos, uma coordenação adequada entre a União e os entes federados, a fim de que haja cooperação para a supressão do desastre. Nesse sentido, a pesquisa volta−se aos conflitos e à dinâmica federativos envolvendo as medidas realizadas pelos entes federados do Brasil e dos Estados Unidos em resposta a desastres ambientais, realizando−se um estudo de caso comparativo entre o Furacão Katrina (2005), nos Estados Unidos, e as enchentes no Estado do Rio Grande do Sul (2024), no Brasil. Apresenta−se, portanto, a seguinte questão−problema nesta pesquisa: como os conflitos federativos e a dinâmica federativa afetam a resposta aos desastres ambientais no Brasil e nos Estados Unidos? O que se propõe como tese, à luz do constitucionalismo de precaução e do constitucionalismo de otimização de Adrian Vermeule e da centralização legislativa e descentralização executiva no federalismo brasileiro descrita por Marta Arretche, é a necessidade de se evitar uma excessiva concentração ou fragmentação de poder na estrutura federativa, distanciando−se assim, em um cenário de equilíbrio, de problemas dessa ordem que prejudiquem a resposta federativa ao desastre ambiental. A escolha dos Estados Unidos para o presente estudo se motiva pela referência histórica para a forma federativa de Estado, sendo o local onde ela surgiu, pela diversidade climática, que também reflete em uma diversidade de desastres ambientais, e pelo referencial jurídico−político para o Brasil, eis que ele o influenciou desde a Proclamação da República em 1889, haja vista, nesse contexto, o seu nome oficial anterior, Estados Unidos do Brasil. A metodologia baseia−se em uma pesquisa qualitativa que, a partir dos desastres ambientais selecionados, realizará um estudo de caso entre eles, no qual se comparará, principalmente por meio do método estrutural de Direito Comparado, a maneira como cada Estado respondeu ao seu respectivo desastre ambiental, voltando−se aos conflitos federativos, à dinâmica federativa e seus efeitos, discutindo−se, a partir disso, oportunidades de aprendizado recíproco, sendo esse estudo feito por meio da análise bibliográfica e documental.

BIBLIOGRAFIA: ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. SciELO−Editora FIOCRUZ, 2012. DUTRA, Deo Campos. MÉTODO(S) EM DIREITO COMPARADO. Revista da Faculdade de Direito UFPR, [S. l.], v. 61, n. 3, p. 189 – 212, 2016. DOI: 10.5380/rfdufpr.v61i3.46620. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/46620. Acesso em: 21 abr. 2025. VERMEULE, Adrian. The constitution of risk. Cambridge University Press, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7114**

TITULO:O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA VICÁRIA NA LEI BRASILEIRA: A LEI 15.384 E A TIPIFICAÇÃO DO VICARICÍDIO COMO SEXTA MODALIDADE DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA LEI MARIA DA PENHA

AUTOR(ES) : **MILENA FRANCISCO SARRUF**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA SANNA LEAL DE MEIRELLES**

RESUMO: Em 2026, a repercussão nacional de um crime trouxe à tona uma discussão ainda incipiente no cenário jurídico brasileiro. Thales Machado matou os dois filhos do casal, de 12 e 8 anos e, em seguida, cometeu suicídio. Antes do crime, o agressor postou em suas redes sociais uma carta atribuindo a culpa à ex−esposa, utilizando o crime para punir a mulher por ter causado o fim do relacionamento. A conduta narrada consiste em vicaricídio, violência de gênero praticada de forma indireta, na qual o agressor se utiliza de violência contra terceiros, como filhos, parentes ou pessoas próximas à vítima, para ferir ou manipular psicologicamente a mulher. Como é possível observar, há um denominador comum a todos os tipos de violência de gênero descritos na Lei Maria da Penha (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral): a presença do marcador de gênero como elementar dos crimes, compreendendo os efeitos da misoginia e do patriarcado nas vivências das mulheres na sociedade. O problema da pesquisa consiste em analisar se antes da Lei nº 15.384/2026, a invisibilidade do marcador de gênero nestes crimes pelo Código Penal (que os tipificava como homicídios qualificados por motivo torpe ou fútil) fragilizava a resposta estatal a esta violência. A hipótese central é de que a tipificação autônoma do vicaricídio representa um avanço estrutural no ordenamento jurídico brasileiro, pois incorpora o marcador de gênero como elementar típica, permitindo o reconhecimento da motivação misógina e ampliando a proteção às mulheres vítimas desse delito. O objetivo geral é elucidar a importância da tipificação da violência vicária na lei penal brasileira como avanço no combate à violência de gênero. São objetivos específicos: examinar as lacunas normativas anteriores à nova legislação; analisar o contexto de aprovação da lei; avaliar os impactos da nova tipificação; demonstrar a necessidade de integração entre o Direito de Família e o Direito Penal para a eficácia material da norma. A pesquisa utilizará metodologia qualitativa, por meio da compreensão de termos jurídicos e comparação dos cenários legislativos antes e depois dessa lei. Serão empregados métodos de revisão bibliográfica, com levantamento bibliográfico e documental, analisando a Lei nº 15.384/2026 e o contexto social do seu sancionamento. Pretende−se demonstrar que a tipificação autônoma do vicaricídio como crime hediondo com pena de 20 a 40 anos, corrigiu a subsunção imperfeita de casos graves. Conclui−se que a tipificação do vicaricídio constitui um marco civilizatório na legislação brasileira, pois retira da obscuridade uma forma de violência de gênero. Contudo, sua eficácia depende do reconhecimento judicial dos marcadores de gênero e do abandono da visão fragmentada que separa o Direito de Família do Direito Penal, reconhecendo os efeitos da misoginia no âmbito doméstico.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, Valéria Diez Scarance; HEEMANN, Thimotie Aragon; CUNHA, Rogério Sanches. Comentários às Leis 15.383/26 e 15.384/26: violência vicária, vicaricídio e monitoramento de agressores. Meu Site Jurídico, 10 abr. 2026. Disponível em: https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2026/04/10/comentarios−as−leis−15−383−26−e−15−384−26−violencia−vicaria−vicaricidio−e−o−programa−nacional−de−monitoramento−de−agressores/. Acesso em: 7 jun. 2026. FAÇANHA, J. C. R. F. Matar para Punir: Vicaricídio, Violência Vicária e a Tutela Penal da Mulher no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Revista Tópicos, Rio de Janeiro. ISSN: 2965−6672. DOI: 10.70773/revistatopicos/775708613.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7116**

TITULO:EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR EM DIREITOS HUMANOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DOS CAMELÔS

AUTOR(ES) : **LUIGI FRANCO DE SA RIZZO,JOAO PEDRO BORGES MIRANDA DE ALMEIDA,CECíLIA CAFé BALDANI,ANNA CECíLIA FARO BONAN,THAYLA FERNANDES DA CONCEIÇÃO,TAIANA DE CASTRO SOBRINHO,THAMIRES AZEREDO CHAVES,GIOVANA MARIA FRANÇA DEL GIUDICE,LAVINIA MELO ROCHA,MILENA DUTRA NASCIMENTO,CAIO HENRIQUE SANTOS DE MELO,CAMILY XAVIER DE ARAUJO,LARISSA CARDOSO HECHT VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar as ações de extensão realizadas pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin junto ao Centro de Referência dos Camelôs construído pelo Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) no prédio da ocupação Gilberto Domingos, na Lapa, centro do Rio de Janeiro. O MUCA, é um movimento social que atua na defesa dos direitos dos camelôs, atuando na formação política de seus quadros e fortalecendo as lutas pelo direito de trabalhar e pela dignidade no trabalho, contra a criminalização da categoria dos camelôs e às violências estatais, pela moradia popular para camelôs nos centros urbanos, pela saúde do trabalhador e da trabalhadora camelô, contra o armamento da guarda municipal, pelo direito à cidade etc. É concepção fundante do MUCA, o reconhecimento da e do camelô como pertencentes à classe trabalhadora. A Ocupação Gilberto Domingos, além de servir como moradia para 38 famílias, abarca uma série de atividades de relevante interesse social, como reforço escolar, EJA, clínica de psicologia com estudantes da UFRJ, atividades culturais, e dentre elas, o projeto de formação jurídica popular junto ao NAJUP Luiza Mahin. Atualmente, o prédio da ocupação Gilberto Domingos, anteriormente pertencente ao INSS, foi incluído no edital do Minha Casa Minha Vida Entidades. A ação de extensão desenvolvida entre o NAJUP e MUCA consiste no atendimento jurídico popular aos camelôs realizado no Centro de Referência dos Camelôs, localizado na Ocupação Gilberto Domingos, do MUCA. Cabe destacar que o projeto trabalha com os princípios e a metodologia da assessoria jurídica popular e da educação popular de Paulo Freire (2006) e da pedagogia engajada que ensina a transgredir de bell hooks (2020). Desta forma, a ação de extensão atua na formação por meio da educação jurídica popular dos extensionistas e dos camelôs, que ocorre por meio de rodas de conversas, participações em assembleias e construção de material pedagógico, ressignificando o debate sobre o espaço público nos centros urbanos e promovendo a defesa dos direitos dos camelôs. Nesse sentido, as orientações sócio−jurídicas aos camelôs é realizado de forma pedagógica horizontal e dialógica, promovendo a participação ativa, conjunta e multidisciplinar, constituindo−se em espaço de troca de saberes e fortalecimento da participação cidadã. O objetivo desta ação de extensão é colaborar na formação de seus integrantes, de forma a reconhecer a função social da universidade, buscando romper com as cercas impostas pelo conhecimento tradicional, que não vislumbra produção de saberes por aqueles que não se encontram nas instituições acadêmicas e não reconhece validade aos direitos que se produzem a partir dos próprios movimentos sociais em movimento. E, como resultado, espera−se a construção coletiva do debate sobre os direitos e importância dos camelôs.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. BONAN, Anna Cecilia Faro. O Movimento Unido dos Camelôs e a luta por direitos : o direito em disputa no contexto de repressão e criminalização dos camelôs no Rio de Janeiro / Anna Cecilia Faro Bonan ; orientador: Adriano Pilatti. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7118**

TITULO:DADOS QUE VOAM ALTO: A GOVERNANÇA INFORMACIONAL COMO IMPULSIONADORA DA EFICIÊNCIA REGULATÓRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

AUTOR(ES) : **MAYCON LUCAS CORDEIRO FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A partir da década de 1990, com o advento do modelo de Estado Regulador no Estado Administrativo Brasileiro, a criação de agências especializadas tornou−se central para a regulação de setores considerados estratégicos para a economia. Nesse contexto, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), criada em 2005, desempenha um papel central na regulação do setor aéreo brasileiro, garantindo segurança, eficiência e concorrência justa em um ambiente de crescente complexidade e pluralidade de demandas. Este artigo tem como objetivo analisar os mecanismos de participação social adotados pela ANAC e investigar como a agência trata as informações, tanto no que diz respeito à condução de políticas públicas quanto à publicização de dados e ao recebimento de contribuições da sociedade. O marco teórico adotado se baseia no Estado Administrativo a partir de Bresser−Pereira e na Teoria Institucional pensada por DiMaggio e Powell, combinados com a esfera pública deliberativa de Jurgen Habermas, que fornecem uma base conceitual para entender o comportamento das agências reguladoras no contexto brasileiro e as dimensões de participação social. A hipótese central do estudo é que o uso de big data na administração pública, com uma atuação baseada em evidências, pode aumentar a probabilidade de sucesso das políticas públicas, gerando um legado positivo para a sociedade. A metodologia se baseia em uma análise qualitativa, com foco na revisão bibliográfica e documental, visando compreender o comportamento institucional da ANAC no tratamento de informações.

BIBLIOGRAFIA: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. Plano de Dados Abertos 2023–2025. Brasília, DF: ANAC, 2023. Acesso em: 5 abr. 2025. OLIVEIRA, J. S.; CARDOSO, C. H. B. TEORIA DA CAPTURA NO SETOR PÚBLICO. REI − REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 902–926, 2024. DOI: 10.21783/rei.v10i3.814. Disponível em: https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/814. Acesso em: 9 fev. 2025. SALOMÃO FILHO, Calixto. Regulação da Atividade Econômica (Princípios e Fundamentos Jurídicos). São Paulo: Malheiros, 2001, p. 14−48.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7133**

TITULO:Mulheres de Améfrica: Benedita da Silva e a presença negra feminina na Constituinte Brasileira de 1987/88

AUTOR(ES) : **GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA,CARLOS EDUARDO DIAS SILVA,SOFIA MOURA MELO,KAMILY VASCONCELOS CARDOSO,ILANA ALÓ CARDOSO RIBEIRO,GIOVANA DE MORAES SOARES**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE**

RESUMO: A assembleia Nacional Constituinte ocorrida no ano de 1987/88 contou com 559 parlamentares entre Deputados e Senadores. Desse quantitativo eram apenas 26 mulheres eleitas como Deputadas para compor o parlamento − totalizando 5% dos parlamentares do Congresso Nacional. Nessa composição, Benedita da Silva ocupou um espaço simbólico interseccional: a única mulher negra na Constituinte. Benedita da Silva nasce no ano de 1942. É criada nas comunidades periféricas do Rio de Janeiro, e, desde sua juventude, demonstrou forte engajamento político. Um dos destaques da sua carreira foi sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, sendo foi voz atuante diante das Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias Homem e Mulher, na Subcomissão dos Negros, População Indígena, Deficientes e Minorias, na Comissão da Ordem Social e na Mesa da Assembleia Constituinte. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo principal construir uma análise da atuação política e jurídica de Benedita da Silva na Assembleia Constituinte como a única mulher negra dentre os 559 parlamentares. Trata−se de uma pesquisa qualitativa, exploratória que tem como método a análise documental dos anais da Constituinte, de entrevistas da parlamentar em áudio e vídeo, documentários e atas de assembleia, tendo como base bibliografia especializada sobre feminismo decolonial e colonialidade do poder. Através desse estudo, busca−se refletir sobre o impacto de sua atuação em um espaço predominantemente branco, masculino e elitizado. Procura−se, portanto, perquirir como sua presença em um ambiente marcado por relações de poder tipicamente eurocêntricas contribuiu para a inclusão de pautas sociais de extrema importância na Constituição de 1988. Até o momento, o presente estudo concentrou−se no levantamento histórico do cenário parlamentar e no mapeamento da atuação institucional da deputada. Atualmente, a pesquisa encontra−se em sua segunda etapa, que consiste no avanço da abordagem qualitativa por meio da análise documental aprofundada dos Anais da Constituinte, atas de assembleia, além de registros em áudio, vídeo e documentários da parlamentar. A partir desse arcabouço, espera−se compreender detalhadamente como a sua bagagem política foi articulada juridicamente dentro das comissões temáticas. Por fim, a pesquisa almeja detalhar quais foram as emendas e discursos propostos por Benedita que efetivamente garantiram a inserção de direitos raciais, sociais e de gênero no texto final da Carta Magna.

BIBLIOGRAFIA: GONZALEZ, Lélia. A categoria político−cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana, 2018. p. 321−333. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino−americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117−142. BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1987). Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7140**

TITULO:MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA FERREIRA CARDOSO,LUIGI FRANCO DE SA RIZZO**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA SANNA LEAL DE MEIRELLES**

RESUMO: A pesquisa pretende refletir sobre o papel do Direito Penal na criminalização da LGBTfobia, considerando seu papel como última ratio , objetivando avaliar possíveis soluções que não recaiam na seletividade penal nem reduzam a problemática em política penal desacompanhada de outras atuações, como as políticas públicas e garantias sociais materiais para a população LGBTQIA+. Dentre os objetivos específicos, pretende−se: mapear a incidência de acórdãos de 2ª instância que efetivamente enquadrem práticas LGBTfóbicas na Lei 7.716/89 nos Tribunais de Justiça da região Sudeste; analisar qualitativamente, nos casos identificados, as dinâmicas processuais, os dispositivos legais mobilizados e os entendimentos firmados; e discutir, à luz da crítica criminológica, os limites do Direito Penal como instrumento de proteção da população LGBTQIA+ e a necessidade de políticas públicas e garantias sociais materiais que o acompanhem. Atribuiu−se como metodologia a análise qualitativa de processos judiciais buscando a compreensão das dinâmicas processuais, dispositivos legais utilizados, aplicação de termos jurídicos e comparação de entendimentos. Para isso, haverá o levantamento da incidência de acórdãos de 2ª instância proferidos entre o julgamento da ADO 26 (junho de 2019) e julho de 2026, selecionados nos acervos jurisprudenciais dos respectivos tribunais a partir dos descritores “LGBTfobia”, “homofobia”, “transfobia” e “Lei 7.716/89”, com o exame, nos casos identificados, das dinâmicas processuais, dos dispositivos legais mobilizados e da comparação de entendimentos. Além disso, articula−se a revisão bibliográfica e o levantamento documental de legislação e decisões pertinentes. O trabalho contextualiza o cenário crítico da LGBTfobia, recorrendo à revisão bibliográfica do livro “A história da Sexualidade”, de Michel Foucault, a fim de dimensionar a gravidade do cenário atual. Será apontada, por um lado, a vitória dos movimentos LGBTQIA+ no julgamento desta ADO, mas que, por outro, gerou uma sensação de solução que a pesquisa buscará demonstrar estar longe de ser verificada na realidade. A investigação refletirá ainda sobre a natureza seletiva e punitiva do sistema penal, que não se destina à solução de problemas sociais, mobilizando a obra de Vera Malaguti Batista. Na mesma linha, será discutida a legitimidade da reivindicação, pelos movimentos de luta, da criminalização de práticas LGBTfóbicas, sendo articulada a contribuição de Salo de Carvalho e Evandro Piza. Por fim, o resultado esperado é a verificação empírica da hipótese de insuficiência da ADO 26 para os casos de LGBTfobia no Brasil, com a escassez ou ausência de acórdãos aplicando efetivamente a Lei 7.716/89 a casos de LGBTfobia, confirmando sua subaplicação e evidenciando que a resposta penal, embora simbolicamente relevante, se mostra insuficiente quando desacompanhada de políticas de proteção legal, políticas penais especializadas, garantias sociais materiais e esferas públicas dedicadas ao tema.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. Criminologia do Preconceito: racismo e homofobia nas Ciências Criminais. São Paulo, Brasil: SaraivaJur, 2017. FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. BATISTA, Vera Malaguti . Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. v. 1. 126p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7144**

TITULO:O USO INDEVIDO DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL, LEI Nº 12.318/2010, COMO INSTRUMENTO DE PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR GENITORES CONTRA EX−COMPANHEIRAS

AUTOR(ES) : **MILENA FRANCISCO SARRUF**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO: A lei nº 12.318/2010,também conhecida como lei de alienação parental, foi criada com o objetivo de proteger a saúde psicológica de crianças e adolescentes contra a manipulação e o abuso moral, de modo a coibir a condutas de um dos genitores ou familiares que visem afastar ou prejudicar o vínculo do menor com o outro genitor. Entretanto, ao longo dos anos de sua vigência, a sua finalidade foi distorcida se tornando um meio um instrumento usado por genitores acusados de violência física ou sexual contra mulher para perpetuar sua agressão, utilizando o argumento de que foi afastado das crianças do casal, para disputar o poder pela parentalidade e causar sofrimento psicológico à mulher, em detrimento da saúde mental dos filhos.Essa distorção judicial compromete a proteção das mulheres vítimas da violência de gênero e de crianças e adolescentes contra a violência doméstica.Desse modo, problema da pesquisa consiste em analisar de que forma a Lei nº 12.318/2010 tem sido instrumentalizada por genitores acusados de violência doméstica para silenciar denúncias e perpetuar o controle sobre a mulher nos conflitos de guarda. A hipótese central é de que a Lei nº 12.318/2010 tem sido utilizada de forma indevida ,como judicialização da violência de gênero, de modo a silenciar denúncias de violência doméstica , revelando contradições em sua por violação à proteção integral e à vedação à discriminação .O objetivo geral é demonstrar o desvio de finalidade da lei, evidenciando como sua aplicação contradiz os princípios constitucionais de proteção integral da criança e de vedação à violência doméstica. Como objetivos específicos busca−se: identificar as contradições entre o texto legal e sua aplicação judicial; examinar o impacto do uso indevido da lei sobre mulheres vítimas de violência; e avaliar sua compatibilidade com o ECA e a Lei Maria da Penha.A pesquisa será realizada com base em metodologia qualitativa, por meio da compreensão de termos jurídicos e análise dos efeitos sociais e jurisprudenciais da legislação em destaque. Serão empregados métodos de revisão bibliográfica, com levantamento bibliográfico e documental, analisando a Lei nº.12.318/2010, o ECA e a Lei Maria da Penha. Desse modo, é esperado demonstrar que a lei de alienação parental possui um viés punitivista de gênero que silencia denúncias de violência e gera revitimização institucional de mulheres e crianças. Dessa maneira, conclui−se que são necessárias reformas normativas ou a revogação da lei, com a adoção de mecanismos que garantam efetiva proteção sem perpetuar desigualdades estruturais de gênero.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Nota Técnica nº 10/2025: análise da Lei de Alienação Parental: inconstitucionalidade da norma. Relator: Nicolao Dino de Castro e Costa Neto. Brasília: MPF, 6 ago. 2025. Disponível em: http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Acesso em 7 jun.2026. RODRIGUES, Maria Eduarda; VIEIRA, Cleane Amorim Sibaldo Pergentino. A utilização da Lei de Alienação Parental como instrumento de violência processual de gênero. In: ENCONTRO DE PESQUISA JUDICIÁRIA (ENPEJUD), 7., 2023. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2023. p. 92−104. Disponível em: https://doi.org/10.29327/1782494.7−7. Acesso em: 7 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7150**

TITULO:OS DESAFIOS TÉCNICOS NA CONSTRUÇÃO DE UM REPOSITÓRIO DE MAPAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO RACIAL

AUTOR(ES) : **EMERSON DE OLIVEIRA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: Este trabalho apresenta o desenvolvimento e a análise crítica dos desafios metodológicos e tecnológicos envolvidos na confecção de um sistema repositório de mapas na plataforma Análise Racial Pro, vinculada ao Projeto de pesquisa “Distribuição e segregação racial nas cidades brasileiras”. Trata−se de um Sistema de Informação Geográfica na Web concebido para armazenar, processar e viabilizar a exploração interativa de uma ampla diversidade de representações cartográficas focadas em dados sociodemográficos e na distribuição racial no Brasil, para o teste inicial utilizamos apenas os dados do Rio de Janeiro. O objetivo do meu trabalho na pesquisa é criar um ambiente analítico robusto que operasse como um repositório dinâmico, suportando diferentes tipologias de mapas para subsidiar investigações sobre desigualdades raciais. Para contemplar essa diversidade cartográfica, o sistema integra desde mapas temáticos, focados na classificação por faixas de densidade e recortes espaciais, até visualizações voltadas para a identificação de concentrações críticas e métricas comparativas. Em sua concepção inicial, o repositório foi desenvolvido em ambiente Python, utilizando as bibliotecas Streamlit, Folium e Geopandas. Todavia, a gestão e a renderização dessa diversidade de mapas impuseram desafios técnicos significativos. A arquitetura baseada em processamento no servidor revelou limitações críticas de desempenho, especialmente diante do elevado peso dos arquivos geoespaciais e da necessidade de o usuário alternar entre diferentes camadas e tipos de mapas em tempo real. Diante desse cenário de gargalo computacional, optou−se pela reestruturação do repositório para um modelo de Client−Side Rendering, fundamentado em tecnologias web nativas (HTML, CSS e JavaScript) e na biblioteca Leaflet.js. Mudar a arquitetura para melhorar o repositório trouxe novos desafios, principalmente na entrada de dados, padronização e manipulação de dados georreferenciados diretamente no ambiente de execução do navegador. A adoção do formato GeoJSON como padrão de entrada mostrou−se uma solução técnica fundamental para viabilizar o processamento local das feições espaciais. Isso garantiu que a navegação pela diversidade de mapas do repositório ocorresse de forma fluida, reduzindo a dependência de recursos do servidor e ampliando drasticamente a resposta da aplicação. Os resultados evidenciam que a superação desses desafios técnicos, por meio da migração para uma arquitetura adequada às necessidades específicas do projeto de pesquisa, permitiu a consolidação de um repositório de mapas acessível, ainda que lide com as limitações inerentes ao processamento local de grandes volumes de dados. Conclui−se que a solução desenvolvida não apenas hospeda uma rica diversidade de mapas, mas constitui uma ferramenta interativa fundamental para análises espaciais da desigualdade racial, contribuindo para o avanço de estudos acadêmicos e para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

BIBLIOGRAFIA: CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. Introdução à Ciência da Geoinformação. INPE, 2001. LEAFLET. Leaflet.js Documentation. URL: leafletjs.com LONGLEY, P. A. et al. Geographic Information Systems and Science. Wiley, 2015. MCKINNEY, W. Python for Data Analysis. O’Reilly, 2017. PANDAS TEAM. Pandas Documentation. URL: pandas.pydata.org STREAMLIT. Streamlit Documentation. URL: streamlit.io SANTOS, R. E. (Org.). Diversidade, Espaço e Relações Étnico−Raciais. Autêntica, 2007. SANTOS, R. E. Distribuição dos grupos raciais em cidades brasileiras. In: VOLOCHKO, D.; PRIZON, L. (Orgs.). Geografia urbana: a produção do urbano. Appris, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7156**

TITULO:MODELO AGE: ENGENHARIA INSTRUCIONAL E AUTORIDADE COGNITIVA HUMANA NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA.

AUTOR(ES) : **KAREN LOPES DE FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **SERGIO DE CASTRO MARTINS**

RESUMO: O avanço da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) está reconfigurando a educação digital. Dessa forma, o Modelo AGE (Análise, Geração, Evolução), criado de forma autônoma em 2025, propõe resolver a falta de estrutura para uso da IAGen na criação de objetos de aprendizagem para educação corporativa, lacuna deixada por modelos consolidados de Design Instrucional. Assim, questiona−se: como integrar a velocidade operacional da IAGen com autoridade curatorial e rigor conceitual, mantendo a qualidade didática e instrucional? O objetivo geral deste trabalho é apresentar a arquitetura teórico−metodológica do Modelo AGE, defendendo sua relevância como framework epistemológico capaz de organizar a criação de objetos de aprendizagem utilizando IAGen. Especificamente, busca−se: a) fundamentar a necessidade de governança humana na estrutura como premissa de qualidade; b) detalhar a lógica interna das fases e artefatos do modelo; e c) contrastar o modelo com as métricas tradicionais de mercado, evidenciando o ganho de eficiência sem perda de profundidade cognitiva. A relevância do estudo consiste em preencher a lacuna na formalização de modelos de governança e construção de objetos de aprendizagem nativos para a era da IA, posicionando o designer instrucional como arquiteto do conhecimento e product owner . Metodologicamente, trata−se de uma pesquisa−ação de natureza aplicada e abordagem mista. O arcabouço teórico articula eficiência operacional e profundidade didática, baseando−se em princípios ágeis dos modelos Scrum (Sutherland e Schwaber, 2011) e Kanban (Anderson, 2011); nas construções de Filatro (2019) sobre inovação no design instrucional; além de Wick, Pollock e Jefferson (2011) que trazem a necessidade de atrelar o impacto da educação ao negócio. A validação empírica de seis meses em uma Fábrica de Conteúdos em 2025 provou que o modelo torna a produção um processo estruturado e parametrizado, mitigando a "tentativa e erro". No desenvolvimento de um bloco de 4,5h de carga horária, reduziu em cerca de 45% o tempo de produção técnica real (36 dias úteis contra o padrão de mercado de 65 a 85 dias). Os ativos estruturais serviram como blindagens instrucionais contra a superficialidade algorítmica, enquanto a validação humana padronizou e acelerou o desenvolvimento além dos parâmetros tradicionais. O estudo vem sendo refinado no mestrado em Organização do Conhecimento, Tecnologia e Sociedade da UFRJ, amparado pelos estudos de Hjørland e Albrechtsen (1995) para compreensão de comunidades de conhecimento e contextos; e Olson (2001) na responsabilidade humana e poder ao nomear. Conclui−se que o Modelo AGE oferece grande possibilidade de avanço para a engenharia didática contemporânea. Sua validação comprova que, embora a IAGen seja funcional em todos os ciclos, a inteligência humana permanece insubstituível em seu poder soberano de nomear, validar e conduzir a evolução do conhecimento com intencionalidade didática.

BIBLIOGRAFIA: FILATRO, Andrea (org.). DI 4.0: inovação na educação corporativa. São Paulo: Saraiva Uni, 2019. SUTHERLAND, Jeff; SCHWABER, Ken. The Scrum Guide: the definitive guide to Scrum: the rules of the game. [S. l.]: Scrum.org, 2011. WICK, Calhoun; POLLOCK, Roy; JEFFERSON, Andrew. 6Ds: as seis disciplinas que transformam educação em resultados para o negócio. São Paulo: Évora, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7192**

TITULO:MULHERES DE AMÉFRICA: ELISA LONCÓN E A ALTERIDADE INDÍGENA NA CONVENÇÃO CONSTITUCIONAL DO CHILE (2021−2022)

AUTOR(ES) : **SOFIA MOURA MELO,GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA,CARLOS EDUARDO DIAS SILVA,KAMILY VASCONCELOS CARDOSO,GIOVANA DE MORAES SOARES,MATHEUS HENRIQUE JUNQUEIRA DE MORAES**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE**

RESUMO: A Convenção Constitucional do Chile (2021–2022), formada por 155 membros eleitos após o plebiscito de outubro de 2020, teve como objetivo elaborar uma nova Constituição para substituir a Carta de 1980, legado da ditadura de Augusto Pinochet. Embora o produto desta Convenção não tenha sido aprovado pela população chilena, este processo destacou−se por inovações como a paridade de gênero e a reserva de assentos para povos indígenas, inserindo−se em um movimento mais amplo de reconfiguração constitucional na América Latina, associado ao chamado Novo Constitucionalismo latino−americano – como nas experiências da Venezuela (1999), Equador (2008) e Bolívia (2009) – que rompe com modelos constitucionalistas tradicionais, nortecentrados, ao ampliar a participação popular, reconhecer direitos sociais e valorizar a diversidade cultural. Nesse contexto, o caso chileno evidencia que os processos constituintes contemporâneos ultrapassam a mera elaboração normativa, constituindo arenas complexas de deliberação política em que debates institucionais se articulam com demandas sociais por inclusão, participação democrática e ampliação de direitos, revelando um constitucionalismo intrinsecamente vinculado às disputas sociais e políticas que moldam o próprio sentido da Constituição. O processo chileno foi conduzido por Elisa Loncón, constituinte eleita nascida em em 23 de janeiro de 1963, na comunidade mapuche de Lefweluan, localizada em Traiguén, no sul do Chile. Sua trajetória pessoal é marcada por um contexto de resistência e luta por direitos territoriais: durante a ditadura civil−militar chilena, sua família foi perseguida em razão da atuação de seu avô materno, Ricardo Antileo, liderança envolvida nos processos de recuperação de terras indígenas no final da década de 1960. Inserida desde cedo em um ambiente de mobilização política e afirmação identitária, Loncón construiu uma trajetória acadêmica e intelectual voltada à valorização da cultura e da língua mapuche, o que viria a se refletir, posteriormente, em sua atuação pública e institucional. Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo central analisar a atuação política e jurídica de Elisa Loncón na Convenção Constitucional chilena, considerando sua posição como liderança feminina e indígena. Trata−se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, que adota como método a análise documental de atas da Convenção, bem como de entrevistas em áudio e vídeo, documentários e registros assembleares, à luz de uma bibliografia especializada sobre feminismo decolonial e teoria da colonialidade do poder. A partir dessa investigação, pretende−se examinar o impacto de sua atuação em um espaço historicamente marcado por dinâmicas de poder brancas, masculinas e elitizadas. Busca−se, assim, compreender de que modo sua presença, em um ambiente estruturado por lógicas eurocêntricas, contribuiu para a incorporação de pautas sociais no processo constituinte chileno.

BIBLIOGRAFIA: Gonzalez, Lélia. A categoria político−cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69−82, jan./jun. 1988. RIOJA, Romina Green; LONCON, Elisa; VIDAL, Alondra Carrillo. Transforming Chile from the Ground Up: Two Constitutional Convention representatives reflect on the process of drafting the world's most progressive constitution. NACLA Report on the Americas, v. 54, n. 4, p. 382−388, 2022. Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 1, n. 45, p. 117−131, out. 2005. Tradução de Patrick T. de Freitas.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7199**

TITULO:PRECONCEITOS IMPLÍCITOS CONTRA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RACIOCÍNIO PROBATÓRIO JUDICIAL

AUTOR(ES) : **ANA CLARA COSTA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL HERDY**

RESUMO: Observa−se, nos últimos anos, notável expansão das pesquisas relacionadas à epistemologia aplicada ao raciocínio probatório judicial. Nesse contexto, a valoração da prova tem sido objeto de debates específicos que possibilitaram o desenvolvimento de concepções inovadoras acerca do Direito e dos fatos envolvidos na atuação jurisdicional, contribuindo para a busca da verdade nos tribunais. Sob essa perspectiva, o presente artigo explora a atribuição de estigmas e preconceitos implícitos à população em situação de rua durante o processo de valoração probatória no sistema jurídico brasileiro, baseando−se no conceito de injustiça epistêmica desenvolvido por Miranda Fricker, a fim de compreender os impactos que interpretações enviesadas das experiências sociais desse grupo vulnerável podem produzir sobre a efetivação de seus direitos fundamentais. A relevância do estudo decorre da invisibilização histórica das pessoas em condição de rua, vítimas de um processo de estigmatização que, durante décadas, foi negligenciado pelo Estado, constituindo uma chaga social que demanda maior inserção nas discussões acadêmicas para a construção de soluções eficazes. Considerando o estado inicial da pesquisa, a metodologia adotada consiste na revisão de literatura. Além de apresentar os obstáculos que permeiam o acesso à justiça dos indivíduos em situação de rua, o trabalho objetiva, por meio da análise, mapear as propostas formuladas para a superação da problemática. Espera−se demonstrar como a construção da representação social preconceituosa do “mendigo” pode, implicitamente, influenciar na interpretação das provas judiciais. Tal formação de conceitos ensejaria a ocorrência de injustiças epistêmicas, fato que viola garantias constitucionais como o devido processo legal e exige a adoção de medidas efetivas para seu enfrentamento.

BIBLIOGRAFIA: ARENA, Federico José (coord.). Manual sobre los efectos de los estereotipos en la impartición de justicia. 1. ed. Ciudad de México: Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2022. FRAGA, Patrícia. Representações sociais sobre a população em situação de rua no Brasil ao longo da história. São Paulo: Editora Dialética, 2025. FRICKER, Miranda. Injustiça epistêmica: o poder e a ética do conhecimento. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2024

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7207**

TITULO:SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA REPRESENTAÇÃO, NAVEGAÇÃO E ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTES DIGITAIS

AUTOR(ES) : **ALICE RIBEIRO DE ANDRADE SILVA**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA,RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO: A crescente produção e circulação de informações em ambientes digitais intensificou a necessidade de mecanismos capazes de organizar, representar e recuperar conteúdos de forma eficiente. Nesse contexto, a Arquitetura da Informação (AI) desempenha papel fundamental na estruturação de sistemas informacionais, promovendo a organização, a navegação, a rotulagem e a busca de informações. Entretanto, a efetividade desses processos depende da representação semântica dos conteúdos. Nesse sentido, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), como taxonomias, tesauros, ontologias e vocabulários controlados, assumem relevância ao possibilitarem a organização conceitual da informação e o estabelecimento de relações semânticas entre conteúdos. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições teóricas e conceituais dos Sistemas de Organização do Conhecimento para os processos de representação, navegação e encontrabilidade da informação em ambientes digitais estruturados pela Arquitetura da Informação. Busca−se compreender como esses sistemas contribuem para a organização semântica dos conteúdos e para a melhoria dos processos de acesso e recuperação da informação. A pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter exploratório e natureza bibliográfica. O estudo foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico realizado na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), utilizando estratégias de busca relacionadas aos temas Sistemas de Organização do Conhecimento, Arquitetura da Informação, representação, navegação e encontrabilidade da informação. A análise do material selecionado foi conduzida com base na análise de conteúdo, organizando os resultados nas categorias Representação Semântica, Navegação Estruturada e Encontrabilidade da Informação. Os resultados indicam que os SOCs fornecem a base conceitual e terminológica necessária para a organização consistente dos conteúdos digitais, contribuindo para os sistemas de organização, rotulagem, navegação e busca propostos pela Arquitetura da Informação. Evidencia−se que a qualidade da representação semântica influencia diretamente a recuperação da informação e a encontrabilidade dos conteúdos, favorecendo experiências mais eficientes para as pessoas usuárias. Além disso, observa−se que os SOCs desempenham papel estratégico em contextos relacionados à Web Semântica, aos dados conectados e à interoperabilidade entre sistemas. Conclui−se que existe uma relação complementar entre Organização do Conhecimento e Arquitetura da Informação, na qual os Sistemas de Organização do Conhecimento constituem elementos fundamentais para a construção de ambientes digitais mais organizados, navegáveis, interoperáveis e adequados às demandas contemporâneas de acesso à informação. O estudo contribui para fortalecer o diálogo entre esses campos e ampliar a compreensão da dimensão semântica que sustenta a encontrabilidade da informação em ambientes digitais.

BIBLIOGRAFIA: MARCONDES, C. H. Fundamentos da Organização do Conhecimento. PontodeAcesso, Salvador, v. 15, n. 3, p. 249−282, dez. 2021. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/169205. Acesso em: 1 jun. 2026. MOREIRA, W. Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. 2018. 164 f. Tese (Sistema de Organização do Conhecimento) − Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, SP, 2018. ROSENFELD, L.; MORVILLE, P.; ARANGO, J. Information Architecture: For the Web and Beyond. 4.ed. Sebastopol, CA: O’Reilly Media, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7213**

TITULO:O “DOCE” IMPERIALISMO DA NESTLÉ

AUTOR(ES) : **BIANCA FERREIRA LIMA PINHEIRO,SOFIA FISCHER CHIANELLO**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: O surgimento e o desenvolvimento de diversas corporações transnacionais têm suas histórias atreladas diretamente à expansão do sistema capitalista e do imperialismo europeu. Apesar de frequentemente narrada sob uma ótica vitoriosa e inovadora, destacando a genialidade de seus fundadores, a historiografia crítica de tais companhias revela um verdadeiro silenciamento ao tratar da base desse sucesso: a exploração desmedida e imperialista de recursos naturais e laborais ao decorrer de suas histórias. Criada no século XIX, a companhia transnacional do setor de alimentos e bebidas Nestlé S.A. construiu seu império industrial a partir da demanda incessante de commodities de países tropicais, transformando terras locais em laboratórios exploratórios e em um sistema de plantação voltado exclusivamente para a exportação e reivindicando autoria e excelência sobre matérias−primas que sequer existiam em solo europeu. Assim, promoveu−se uma dissociação entre a cadeia de produção e o local de consagração da marca. Diante disso, a pergunta que orientou a execução deste trabalho foi como a perspectiva analítica de Rodney ante grandes corporações ainda explica as lógicas imperialistas e neocoloniais atuais? Para responder esta pergunta, o objetivo do trabalho foi o desenvolvimento de uma análise crítica a partir da compreensão da relação entre a teoria imperialista presente no livro “Como a Europa Subdesenvolveu a África?” e uma análise da conjuntura cacaueira presente na Costa do Marfim e Gana (principais produtores de cacau segundo um documento lançado pela Organização Internacional do Cacau) com base nos conceitos de Imperialismo das Grande Nações do campo da História a partir de uma perspectiva internacionalista. Logo, urge a necessidade de situar tal fenômeno no campo das Relações Internacionais para compreender de que maneira o imperialismo se perpetua a partir de empresas transnacionais. Desse modo, a hipótese levantada durante a pesquisa é de que a Nestlé, mesmo que indiretamente, atua de forma exploratória na produção e extração de cacau nessas regiões, algo contrastante ao ethos da marca comercializado internacionalmente. A metodologia empregada durante a pesquisa para executar essa análise crítica consistiu em uma revisão bibliográfica de autores como Walter Rodney e no exame de documentos, como o já citado relatório da Organização Internacional do Cacau. Diante do exposto, resultados parciais sugerem que o arcabouço teórico de Rodney permanece atual (e necessário) para compreendermos a atuação dessas transnacionais na contemporaneidade. Por fim, espera−se que este estudo crítico contribua para os debates sobre imperialismo, em especial ao tomar uma perspectiva que correlacione os Estados−Nações às suas respectivas empresas.

BIBLIOGRAFIA: RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África. São Paulo: Boitempo, 2022. DAYMOND, Andrew et al. GLOBAL GUIDE TO COCOA FARMING SYSTEMS. Reading: University of Reading, 2022. Disponível em: https://www.icco.org/wp−content/uploads/Global−Review−of−Cocoa−Farming−Systems_Final.pdf. Acesso em: 02 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7225**

TITULO:A CULTURA DO ESTUPRO NA REGIÃO NORTE E INEFICÁCIA DO ESTADO FRENTE A ELA

AUTOR(ES) : **GIOVANNA JULIA RAMOS MARTINS,LAURA MARIA DE ASSIS BARRETO PINTO**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA SANNA LEAL DE MEIRELLES**

RESUMO: Na sociedade brasileira, a elevada incidência de casos de estupro ocorre principalmente na Região Norte. Essa realidade é compreendida por fatores estruturais, históricos e socioculturais que alimentam a chamada “cultura do estupro”, um sistema que naturaliza a violência sexual e invisibiliza as vítimas (NETO, 2022). Dessa forma, a naturalização da violência sexual e a ineficácia das políticas públicas brasileiras contribui diretamente para a manutenção desse cenário, dificultando tanto a realização de denúncias quanto o enfrentamento efetivo do crime pelo Poder Público. De acordo com os parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência sexual é definida como qualquer ato ou tentativa de ato sexual direcionado contra a sexualidade de uma pessoa mediante coerção, independentemente da relação entre os envolvidos. No Brasil, o estupro é um problema de saúde pública. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 revelam que estados da região Norte possuem as maiores taxas em registros, estupro de vunerável com vítimas femininas e estupros totais (inclui estupro de vunerável). Diante dessepanorama, é fundamental realizar uma análise crítica dos dados estatísticos paracompreender os fatores que impulsionam esses crimes na região. Nesse sentido, o objetivo é avaliar como as políticas públicas podem romper com paradigmas de uma sociedade patriarcal, buscando mitigar a revitimização e garantir assistência adequada, por meio dos dados estatísticos disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Se têm por objetivo, examinar os fatores que contribuem para a violência contra mulheres nortistas, a postura do Estado e o limite da eficácia das intervenções governamentais. O caso da Ilha de Marajó exemplifica como a vulnerabilidade social da região Norte, decorrente da pobreza e da falta de infraestrutura, cria um ambiente propício para a exploração e violência sexual rotineira, sendo retratado na minissérie "Pssica", da Netflix, baseada na obra de Edyr Augusto. A naturalização histórica dos abusos, pela “cultura do estupro”, somadas ao medo de retaliações das vítimas e o julgamento social, resulta em altos índices de subnotificação, consolidando a sensação de que a realidade dificilmente será modificada. Portanto, o Poder Público, como garantidor constitucional da dignidade sexual, tem a obrigação de implementar políticas preventivas que considerem as especificidades locais. A insuficiência da proteção estatal na Região Norte demanda uma análise qualitativa para identificar por que o Estado falha tanto na prevenção, quanto no acolhimento de vítimas nos casos dos crimes sexuais.

BIBLIOGRAFIA: AMORIM NETO, Ingrid et al. Análise das políticas públicas preventivas do estupro e estupro de vulnerável contra mulheres em Maceió/AL. 2022. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2025/07/anuario−2025.pdf. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: OMS, 2002

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **7227**

TITULO:PERCEPÇÕES SOBRE A INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL COMO MECANISMO DE COOPERAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DE CASO CONCRETO

AUTOR(ES) : **GABRIELA GOULART,SOFIA ROCHA SAMPAIO,JOÃO PEDRO RIBEIRO COSTA DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a insolvência transnacional enquanto mecanismo de cooperação jurídica internacional, examinando seus fundamentos teóricos, sua evolução normativa no direito brasileiro e sua aplicação prática a partir de um caso real. O tema está na intersecção entre o direito falimentar e o direito internacional privado, ganhando relevância crescente diante da globalização das atividades empresariais e da consequente multiplicação de processos de insolvência que ultrapassam as fronteiras nacionais. O trabalho analisará o arcabouço legal do Brasil para lidar com insolvências transnacionais com base nas mudanças legislativas e o impacto da adoção da lei−modelo da UNCITRAL, que será demonstrado no caso real. A metodologia adotada é qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. As fontes utilizadas compreendem doutrina especializada em direito comercial e direito internacional privado, tese de doutorado produzida no âmbito do Programa de Pós−Graduação em Direito da UERJ, legislação nacional e internacional (Lei nº 11.101/2005 e suas alterações promovidas pela Lei nº 14.112/2020 e Chapter 15 do Bankruptcy Code) e peças processuais do caso real, que serão obtidas nos autos do processo de recuperação judicial em tramitação no Brasil e do pedido formulado perante a Corte do Distrito Sul de Nova York com fundamento no Chapter 15 do Bankruptcy Code norte−americano, disponíveis nos sites dos administradores judiciais. As conclusões serão nossas percpções com base na revisão bibliográfica, levantamento de teses e na coleta e análise do desempenho do plano de Recuperação Judicial da empresa no caso real − com base nas peças processuais teremos acesso ao andamento. Os resultados parciais indicam que a incorporação da Lei Modelo de Insolvência Transnacional da UNCITRAL ao ordenamento jurídico brasileiro, operada pela Lei nº 14.112/2020, representou um avanço ao superar a histórica assimetria do país, que durante décadas se valeu do sistema internacional − especialmente do Chapter 15 norte−americano. Contudo, buscando avaliar as percepções práticas do sistema, exploraremos institutos fundamentais, como os efeitos do stay period e os mecanismos promovidos pelo Chapter 15. Serão abordadas questões que ainda podem ensejar melhorias ou que geram polêmicas apontadas por especialistas, a exemplo da definição de foro com base no Centro de Interesses Principais (COMI) da devedora e a discussão sobre a contagem de prazos procedimentais em dias úteis ou corridos (prevalecendo a ótica dos dias corridos). Como consideração final, conclui−se que o modelo brasileiro trouxe pontos positivos importantes. Evidencia−se que, mesmo com o ordenamento se adequando gradativamente conforme as nuances de cada caso concreto, a utilização dessa estrutura beneficia as empresas ao promover a tão necessária cooperação e segurança jurídica, restando ao trabalho explorar de forma ampla os contínuos desdobramentos desta adoção.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020. Altera a Lei nº 11.101/2005 para atualizar a legislação da insolvência. Diário Oficial da União, Brasília, DF e BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Brasília, DF. UNCITRAL. Lei Modelo da UNCITRAL sobre Insolvência Transfronteiriça com Guia para Incorporação e Aplicação. Nova York: Nações Unidas, 2014. PENALVA SANTOS, Guilherme Moulin Simões. A insolvência transnacional a partir do direito internacional e do direito brasileiro: teorias, evoluções, aprimoramentos e desafios atuais. Tese (Doutorado em em Direito) — UERJ, RJ, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7231**

TITULO:APOROFOBIA INSTITUCIONALIZADA: VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ACESSO À JUSTIÇA

AUTOR(ES) : **LETICIA GABRIELA MATOS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA**

RESUMO: O presente estudo propõe uma reflexão crítica acerca da construção e da permanência de barreiras socioinstitucionais que impedem ou dificultam o acesso à justiça pela população em situação de rua, analisando a estreita relação entre a violência institucionalizada e a violação sistemática de direitos. Para tanto, examina dados de um cenário nacional grave: de acordo com estimativas do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aproximadamente 70% das vítimas de violência nesse grupo hipervulnerável não recorrem ao atendimento médico nem aos canais de denúncia. Esse silêncio denuncia que o próprio aparato estatal é percebido como um território de hostilidade e desamparo. Esse fenômeno está intrinsecamente relacionado a aporofobia institucionalizada, que ocorre quando instituições e equipamentos públicos que deveriam garantir o acolhimento e a tutela de direitos reproduzem a rejeição e o preconceito estrutural contra as pessoas em situação de rua, convertendo o sistema de justiça em uma barreira que perpetua um ciclo de invisibilidade e violência. A metodologia adota uma abordagem teórico−crítica, estruturada por meio de revisão bibliográfica interdisciplinar, da análise de normas jurídicas e políticas públicas direcionadas a esse grupo vulnerável no Brasil e dados disponibilizados por órgãos competentes como Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O marco teórico mobiliza o conceito de aporofobia, de Adela Cortina, compreendido como um fenômeno que atenta contra a dignidade da pessoa humana, articulando−o com os marcadores de biopoder, em Michel Foucault, e de necropolítica, em Achille Mbembe, que auxiliam na análise sobre como e, fundamentalmente, por que se perpetua a extrema vulnerabilidade social e jurídica dessa população nas instituições de justiça. Como resultado, demonstra−se que a aporofobia institucionalizada, direcionada especificamente à realidade da rua, está presente e é reproduzida diariamente nas vivências desse segmento social. Orientadora: Prof. Dra. Mariana Trotta

BIBLIOGRAFIA: CORTINA, Adela. Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. Foucault, Michel. História da sexualidade: A vontade de saber (Vol. 1). 3. ed. São Paulo: Edições Graal. MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n−1 edições, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **7238**

TITULO:MOBILIDADE URBANA E ISOLAMENTO SOCIO – JURÍDICO: A CONTRADIÇÃO DO DIREITO DE IR E VIR VIVENCIADA PELA POPULAÇÃO NEGRA QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA (RJ)

AUTOR(ES) : **DAIANE BARBOSA SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES,FERNANDA MARIA VIEIRA**

RESUMO: O artigo 5°, inciso XV da Constituição Federal de 1988, garante a liberdade de locomoção no território nacional em tempo de paz (BRASIL, 1988). Porém, o deslocamento é dificultoso para os grupos sociais que vivem em áreas isoladas socio−juridicamente, como os quilombolas da Ilha da Marambaia, na cidade de Mangaratiba, sul do estado do Rio de Janeiro (RJ). A ocupação da Ilha da Marambaia tem origem no período escravista, quando a área foi utilizada para o desembarque ilegal de africanos escravizados, processo que contribuiu para a formação da atual comunidade quilombola. Posteriormente administrada pela Marinha do Brasil a partir do Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM) (YABETA E GOMES, 2013), a Ilha foi centro de conflitos fundiários que perduraram por décadas e só foram solucionados em 2014, com a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a comunidade quilombola e a Marinha, no âmbito de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF). Embora o TAC tenha garantido o fornecimento de uma embarcação gratuita pela Marinha do Brasil, uma vez ao dia, mais de uma década após sua celebração, os quilombolas da Ilha da Marambaia ainda enfrentam dificuldades de deslocamento entre a Ilha e o continente, visto que, a oferta limitada do transporte não atende adequadamente às necessidades da comunidade e, diante da ausência de transporte público municipal e estadual, contribui para a segregação espacial e para a desigualdade no acesso à mobilidade urbana (AZEREDO; JUNIOR, 2017). Portanto, o objetivo principal da pesquisa é examinar de que forma a negação sistemática de direitos básicos à população quilombola da Ilha da Marambaia, dificulta a sua existência, aprofundando a dicotomia entre territórios privilegiados e comunidades historicamente sujeitas ao isolamento social e jurídico. Além disso, o trabalho foi desenvolvido através de uma abordagem qualitativa e participativa, pesquisa bibliográfica, análise documental e realização de atividades extensionistas coordenadas pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No qual, os resultados alcançados ampliaram a compreensão acerca da restrição de direitos aos quilombolas e seus vínculos com o racismo estrutural. Sendo assim, as ações fortaleceram o diálogo entre a comunidade e a universidade, evidenciando as dificuldades de mobilidade enfrentadas pelos moradores e a necessidade de efetivação dos direitos fundamentais. Portanto, a partir da articulação entre pesquisa e extensão junto à comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, foi possível perceber a negação ao direito ao transporte aos povos tradicionais invisibilizados historicamente pelo Estado e ao mesmo tempo, fortalecer a luta dos quilombolas da Marambaia pelos seus direitos.

BIBLIOGRAFIA: AZEREDO, Daniel; JUNIOR, Pedro. A questão da mobilidade urbana como componente da segregação nas cidades. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, p.1 a 12, 2017. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 de maio de 2026. YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (Em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). Afro−Ásia, n. 47, p. 79 a 117, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7246**

TITULO:DEFESA NACIONAL E INTELIGÊNCIA DE ESTADO EM DISPUTA: UMA ANÁLISE GRAMSCIANA DOS PROGRAMAS DE GOVERNO E DEBATES ELEITORAIS ENTRE CANDIDATURAS AO EXECUTIVO BRASILEIRO DE 2002 A 2022.

AUTOR(ES) : **JULIA NEVES DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ANA AMELIA PENIDO OLIVEIRA**

RESUMO: A pesquisa analisa comparativamente a leitura apresentada sobre Defesa Nacional e Inteligência de Estado pelos principais candidatos à Presidência da República que disputaram o segundo turno das eleições brasileiras entre 2002 e 2022. O objetivo central é identificar continuidades, rupturas, convergências e divergências entre as propostas e os discursos difundidos por candidatos associados à direita e à esquerda brasileiras dentro deste marco temporal e político, situando−os em seus respectivos contextos históricos por meio da identificação dos principais eventos domésticos e geopolíticos que ocorreram no período e que podem ter influenciado a formulação dessas propostas. Os objetivos específicos são: (i) mapear e sistematizar as propostas e discursos relacionados à Defesa Nacional e à Inteligência de Estado presentes nos programas de governo e nos debates eleitorais dos candidatos que disputaram o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras entre 2002 e 2022; (ii) contextualizar as propostas e os discursos examinados a partir dos principais acontecimentos domésticos e geopolíticos que marcaram cada ciclo eleitoral, avaliando sua influência sobre a formulação das agendas apresentadas pelos candidatos; (iii) examinar se material investigado apresenta convergências, divergências ou disputas abertas, avaliando em que medida o campo pode ser interpretado como consolidado ou ainda em disputa; (iv) articular o conceito gramsciano de hegemonia ao debate sobre a formulação das políticas de Defesa Nacional e Inteligência. Utiliza−se o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, especialmente a partir da interpretação de Luciano Gruppi, como lente analítica para investigar em que medida concepções sobre defesa e inteligência foram compartilhadas ou se apresentaram de forma conflitante entre diferentes espectros políticos nas disputas eleitorais analisadas. Entende−se hegemonia como a capacidade de direção política, moral e ideológica exercida por grupos sociais para além da mera coerção estatal. Parte−se da hipótese de que o debate sobre Defesa Nacional e Inteligência constitui um campo historicamente concentrado no Poder Executivo e nos militares. Nesse contexto, determinadas concepções podem ter alcançado elevado grau de consenso entre atores políticos distintos. Metodologicamente, adota−se uma abordagem qualitativa baseada na Análise de Conteúdo Temática e na Análise do Discurso. Os programas de governo constituem a principal fonte documental da pesquisa, complementados pelos debates presidenciais oficiais das campanhas eleitorais, visando ampliar a compreensão das propostas e das disputas discursivas sobre os temas analisados. O autor desenvolve o projeto de forma independente, sob orientação da Profa. Dra. Ana Penido, sendo responsável pelo levantamento, catalogação e análise das fontes da pesquisa. Trata−se de pesquisa em andamento que subsidiará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com resultados parciais previstos para a SIAC 2026.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: FGV, 2000. CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno (org.). A direita no Brasil contemporâneo. Curitiba: Editora UFPR, 2015. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7250**

TITULO:CONFRONTART

AUTOR(ES) : **CARLOS EDUARDO DIAS SILVA,SOFIA MOURA MELO,KAMILY VASCONCELOS CARDOSO,GIOVANA DE MORAES SOARES,GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE**

RESUMO: O Projeto de Extensão ConfrontArt realiza encontros mensais que têm por objetivo trazer a Arte (literatura, cinema, pintura e outras expressões artísticas) e suas categorias epistemológicas para dentro de um debate sobre Direito, Sociologia, Política e Ciências Sociais aplicadas. O projeto propõe um olhar para o direito a partir da teoria crítica e do pensamento decolonial. Prestigia a contribuição de mulheres para a academia de Direito e aborda temáticas contemporâneas, com enfoque em grupos subalternos e vulnerabilizados. O ConfrontArt busca a fomentar a troca de conhecimentos interdisciplinares entre Direito, Literatura, Cinema, Fotografia e demais expressões artísticas e com isso fortalecer o debate teórico−metodológico do direito a partir da Arte. A extensão ConfrontArt procura impulsionar o diálogo da universidade com a sociedade através de encontros nos quais o compartilhamento de ideias, conhecimentos e vivências se dá de maneira horizontal onde todos coparticipam à sua maneira, buscando−se, assim, o debate de forma aberta com temas pertinentes à sociedade, entrelaçando−se com a Arte a fim de se produzir conhecimento emancipatório para o pleno exercício da cidadania. A interdisciplinariedade entre Direito e Arte permite a propagação de uma mensagem emancipatória social, onde se utiliza a Arte como mensageira e o Direito como instrumento. O ConfrontArt se propõe a difundir conceitos de direitos humanos fundamentais através do cotidiano de grupos vulnerabilizados socialmente, buscando uma transformação social. O projeto efetiva a relação entre pesquisa, ensino e extensão, tripé fundamental para atuação das instituições de ensino superior, na medida em que possibilita a participação da comunidade geral, compreendendo tanto os cidadãos que habitualmente não frequentam os espaços acadêmicos quanto os atores sociais, movimentos populares, organizações da sociedade civil e demais sujeitos coletivos, na produção de conhecimento acadêmico ao abrir canais de diálogo e de construção compartilhada, valorizando os saberes interdisciplinares e fomentando um ensino menos dogmático de maneira a se atingir não somente os discentes e docentes das ciências jurídicas. Os encontros, que representam uma atividade interinstitucional com o envolvimento de três instituições de ensino (UFRJ, UFG e UFSC), são realizados em formato de palestras e seminários, ocorrem mensalmente pela plataforma do Youtube, no canal GEPPIC da UFSC e/ou INPODDERALES. O formato dos encontros permite a interação ao vivo com o público e as lives permanecem gravadas para a posteridade. O projeto conta com a participação dos seguintes Grupos de Pesquisa e Extensão: da UFRJ – INPODDERALES (Profa. Dra. Lilian Balmant); UFG – Regional Goiás – Cinema, Gênero e Diversidades (Profa. Dra. Silvana Beline Tavares); e UFSC – Relações Internacionais – GEPPIC (Profa. Dra. Danielle Ayres); contando também com apoio da Red de Mujeres Constitucionalistas da América Latina.

BIBLIOGRAFIA: BIBLIOGRAFIAS: Tavares, Silvana Belini; Balmant, Lilian Márcia; Ayres Pinto, Danielle Jacson. Integração do conhecimento pela extensão no novo "normal": projeto de extensão ConfrontART". In: Birnfeld, Carlos; Ayres Pinto, Danielle Jacson; Naspolini, Samyra Haydêe Dal Farra (orgs.). Pesquisa e educação jurídica. Florianópolis: CONPEDI, 2023, p. 109−125. https://site.conpedi.org.br/publicacoes/w7dsqk3y/ohfml722/XyqkjHVFsH2SDj72.pdf “Sustentabilidade, arte decolonial e “documenta 15” https://jornal.usp.br/artigos/sustentabilidade−arte−decolonial−e−documenta−15/ “EXTENSÃO E INTERCULTURALIDADE: contribuições para a extensão universitária numa perspectiva decolonial” https://bell.unochapeco.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7262**

TITULO:¡Viva la revolucion!: caminhos para resistência socialista em Cuba no fim do século XX

AUTOR(ES) : **ALICE ALVES DA CUNHA,LETíCIA RODRIGUES DE MELLO,LENIN CONRADO GOMES FERREIRA,FABRICIO DE MARTINO MOTA FIGUEIREDO,DANIEL ZAJDENVERG HERSZAGE,LUCAS LESSA DO AMARAL**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO GONçALVES SERRA**

RESUMO: A Revolução Cubana de 1959, marcante no contexto da Guerra Fria, com a reformulação de diversos aspectos da vida social na ilha. Em 1960, o governo dos EUA reduziu a cota de importação de açúcar cubano em 95%, e em janeiro de 1961 rompeu relações diplomáticas. No mesmo mês, o governo cubano assinou acordos com a União Soviética de venda de cota açucareira a preço fixo e de importação de petróleo soviético. A disputa se tornou mais intensa com o bombardeio de 15 de abril de 1961. No dia 16, na concentração popular para velar as vítimas, Fidel Castro proclamou publicamente o caráter socialista da Revolução. No dia 17, ocorreu a invasão da Baía dos Porcos. A tensão máxima foi com a Crise dos Mísseis de 1962, ameaça à segurança dos EUA, com potencial para acarretar um conflito direto com a URSS. Sendo assim, a administração do então presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy oficializou o bloqueio contra Cuba no mesmo ano. Em consequência, sua economia passou a ser baseada em relações com outros países socialistas (cerca de 85% do comércio exterior), em especial a URSS. Com o fim da URSS e do bloco socialista em 1991, houve o declínio da ordem bipolar, a ser substituída por uma estrutura ainda incerta. O predomínio dos princípios liberais impulsionava a percepção de unipolaridade. Essa década foi especialmente desafiadora em Cuba, que sofreu com o isolamento político e econômico. O país enfrentou problemas relacionados à ausência de capitais, aprofundando o endividamento. Nos anos 1980, as dívidas somavam US$2 bilhões, mas chegaram a US$10,8 bilhões em 1993. Em adição, as sanções foram ampliadas em atos como a Lei Torricelli de 1992, e o Cuban Liberty Act, conhecido como Lei Helms−Burton. O objetivo deste trabalho é investigar os fatores que levaram ao apoio popular, inclusive as políticas sociais adotadas. A hipótese é que: a preservação do socialismo em Cuba é devida ao apoio popular, decorrente das melhorias sociais, ao acerto das políticas operadas na economia e à cooperação internacional operada à revelia do embargo. O referencial teórico é uma análise histórica da política doméstica e externa de Cuba após a Revolução até os dias atuais. A investigação será feita principalmente com base em fontes secundárias. A metodologia é o materialismo histórico dialético. Espera−se apontar que o apoio do povo cubano e a aproximação de novos parceiros nas relações interestatais configuram os principais pilares da permanência da estrutura socialista em Cuba.

BIBLIOGRAFIA: AYERBE, L. F. A revolução Cubana. São Paulo, Editora UNESP, 2004. SILVA, M. A.; JOHNSON, G. A. A política externa cubana em tempos de incerteza: isolamento ou reinserção? [S.l.]: [s.d]. SILVA, M. A.; JOHNSON, G. A. Cuba e a reinserção internacional no século XXI: em busca de novos parceiros. Revista Contexto e Educação, Ijuí, v. 28, n. 89, p. 170−198, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7264**

TITULO:DA COISA AO SUJEITO: DIREITO DE PROPRIEDADE, ESCRAVIDÃO E ABOLICIONISMO NO BRASIL

AUTOR(ES) : **ARTHUR DOMINGUES ALVES GARCIA**

ORIENTADOR(ES): **ISABELA ALMEIDA DO AMARAL**

RESUMO: O que fez da escravidão brasileira tão duradoura e o que faz serem tão sentidas hoje suas obras continuadas não é coisa alheia ao direito. Porque era no direito que se diferenciava um bem da pessoa que lho tem e com ele pode fazer de tudo – porque o bem é algo diferente da pessoa – e é o direito que marca essa diferença entre um e outro universo jurídico de possibilidades. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como a escravidão não configurava apenas uma posição de estratificação social, mas uma condição jurídica de exclusão e como, a partir disso, o abolicionismo surge como reação à permanência dessa condição. Para tanto, analisou−se a legislação, através de alvarás régios e projetos constituintes mediante revisão bibliográfica da historiografia jurídica. Ser um escravizado significa estar em um universo jurídico como objeto do direito civil, e não como sujeito dele; é ser um direito que integra o patrimônio jurídico de uma outra pessoa a quem esse escravo seria originalmente igual no direito natural. Isso explica por que o alvará que declarou livre desde o ventre os escravos no Reino de Portugal, escreveu sobre os vassalos escravos que estes são por sua “infeliz condição incapazes para os tratos e contratos de todas as espécies ”. Essa condição de coisa – e, portanto, de objeto capaz de ser alienado nos “tratos e contratos” do direito civil – criou uma situação em que o direito de propriedade é uma força oposta à da igualdade civil dos escravos e dos ingênuos, porque o direito de propriedade é o instrumento desses contratos em que o escravo é o bem aproveitado economicamente. Acomete aos escravos uma condição difícil para sua emancipação na medida em que o direito que lhos agrilhoa digladia com a igualdade civil original entre as pessoas; e foi a legitimação que o direito de propriedade se estenda a poder ser proprietário perpétuo de homens africanos e depois de seus filhos – os afro−brasileiros – que: 1º − Dilargou indefinidamente o prazo da abolição e de leis emancipatórias que a permitiriam muito antes do que foi; e 2º− Criou uma população negra brasileira marginal. O direito permitiu aqui durante muito tempo uma relação proveitosa entre os iguais pelo direito de propriedade sobre os desiguais, e o fez por meio de uma absurda descaracterização dos institutos do direito civil e internacional, em um abuso da lei do pavilhão para a pirataria de estrangeiros. Espera−se demonstrar a relação entre a propriedade e a resistência jurídica à emancipação, na constituinte de 1823, na Lei 2.040 de 1871 e na aplicação da Lei de 7 de novembro de 1831 pelo Executivo em cumprir as fiscalizações de polícia ali previstas e pelo Judiciário no julgamento das causas de liberdade. O abolicionismo emerge, assim, sem oportunidade institucional, como reação a uma injustiça juridicamente sustentada, cuja superação dependia de uma transformação no próprio direito – transformação que, incompleta, explica por que vemos as obras futuras da escravidão de 1880 em hoje.

BIBLIOGRAFIA: NABUCO, Joaquim, 1849−1910. O Abolicionismo / Joaquim Nabuco; introdução de Izabel A. Marson e Célio R. Tasinafo. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1a reimpressão, 2011. NABUCO, Joaquim, 1849−1910. O Abolicionismo / Joaquim Nabuco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. — (Grandes nomes do pensamento brasileiro). MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837−1898. O selvagem / Couto de Magalhães. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. 272 p. – (Edições do Senado Federal; v. 257)

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7267**

TITULO:FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES: UMA ANÁLISE DE DESEMPENHO DOS FUNDOS DE GESTÃO ATIVA

AUTOR(ES) : **DANIEL ISRAEL BENEDICTO OTTONI**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ CARLOS FEITOSA DE MOURA**

RESUMO: Nos últimos anos, o mercado de capitais brasileiro passou por constante evolução, atraindo novos investidores na bolsa de valores. Porém, a instabilidade macroeconômica ainda persistente, combinada pela atratividade dos títulos de renda fixa, dificulta os investimentos em renda variável. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo analisar o desempenho dos fundos de investimento em ações de gestão ativa no Brasil entre janeiro de 2015 e dezembro de 2025, avaliando sua capacidade de superar com consistência o principal benchmark do mercado acionário nacional: o índice Ibovespa. Foram investigados três objetivos específicos: a verificação da superação consistente do índice de referência; a análise da relação entre características estruturais dos fundos (taxa de administração, taxa de performance e público−alvo) e a geração de alfa; e a verificação da influência do tamanho do fundo sobre sua performance. A pesquisa caracteriza−se como descritiva e explicativa, com abordagem quantitativa, utilizando dados secundários de cento e quarenta e oito fundos de ações de gestão ativa classificados nas subcategorias Livre, Valor/Crescimento e Índice Ativo da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), com histórico contínuo no período analisado. Os procedimentos analíticos contemplaram estatísticas descritivas, distribuições por faixas, análises de correlação e segmentações por características estruturais. Os resultados evidenciaram que a maioria dos fundos analisados não conseguiu superar o índice de referência de forma consistente. Verificou−se também associação relevante entre nível de taxas, público alvo e geração de alfa, com fundos de menor custo e destinados ao Investidor Qualificado concentrando os melhores desempenhos. Observou−se ainda relação direta entre porte do fundo e performance entregue ao cotista. Os achados convergem com a expectativa teórica da Hipótese dos Mercados Eficientes em sua forma semiforte e oferecem evidência atualizada sobre o desempenho da gestão ativa em ações no contexto brasileiro recente. Palavras−chave: fundos de investimento em ações; gestão ativa; mercado acionário brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: BERK, J. B.; VAN BINSBERGEN, J. H. Measuring Skill in the Mutual Fund Industry. Journal of Financial Economics, v. 118, n. 1, p. 1−20, 2015. FAMA, E. F. Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work. Journal of Finance, v. 25, n. 2, p. 383−417, 1970. IBBOTSON, R. G.; KAPLAN, P. D. Does Asset Allocation Policy Explain 40, 90, or 100 Percent of Performance? Financial Analysts Journal, v. 56, n. 1, p. 26−33, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7276**

TITULO:As terminologias derivadas da tradução de information literacy e a teoria da terminologia : uma análise a partir de um levantamento bibliográfico na Brapci

AUTOR(ES) : **LIDIA DA COSTA OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **TAINA REGLY DE MOURA SOUZA,RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO: O presente trabalho mostra como surgiu o termo Information Literacy nos Estados Unidos, a sua aplicação no campo profissional da Biblioteconomia e como iniciaram−se as pesquisas brasileiras no tocante ao movimento da Information Literacy. A partir daí são apresentadas as diversas maneiras como o termo foi traduzido para o português brasileiro por pessoas que pesquisam o tema, e como isso acabou culminando numa disputa terminológica dentro deste domínio do conhecimento. Para tratar a questão da terminologia, o estudo apresenta a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) , a fim de identificar as "portas de acesso" para esse conceito à luz do modelo da Teoria das Portas, observando como as variações de tradução refletem diferentes contextos sociais e acadêmicos. Dessa forma, o estudo tem por objetivo analisar a terminologia predominantemente utilizada nas pesquisas brasileiras publicadas em periódicos científicos nos últimos 26 anos sobre o tema Information Literacy. A metodologia adotada define−se como uma pesquisa descritiva e bibliográfica, com coleta de dados realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) em maio de 2026. O levantamento utilizou o descritor "Information Literacy" com recortes temporais de 2000 a 2026, focando em coleções de revistas brasileiras. A análise quantitativa dos termos recuperados foi realizada com o suporte da ferramenta de Inteligência Artificial NotebookLM. Esta tecnologia foi empregada para o descarte de duplicatas, elaboração de rankings de autores e identificação da frequência cronológica e temática das publicações. Para fazer a análise de dados foram utilizados prompts específicos para a IA. O resultado do estudo apresentou quatro termos mais expressivos: competência em informação, letramento informacional, alfabetização informacional e competência informacional Os dados analisados demonstram que o termo competência em informação é o mais predominante no Brasil nos últimos 26 anos, visto que foram recuperados 420 artigos. Em seguida aparecem o termo competência informacional com 124 artigos, Letramento informacional com 74 resultados e com menor expressividade aparece Alfabetização informacional com 10 artigos. Em relação aos temas que aparecem ligados aos termos aqui apresentados percebe−se de forma muito generalizada e abrangente os conceitos de ensino, relacionado a fase escolar e universitária, e também das bibliotecas escolares e universitárias. Conclui−se que a Teoria Comunicativa da Terminologia é a que melhor representa o cenário brasileiro, pois valida a pluralidade e o contexto comunicativo das pesquisas. Com base no modelo da Teoria das Portas são apresentados os pontos de acesso cognitivo, linguístico e o comunicativo para acessar o termo Information Literacy nas pesquisas brasileiras. Sugere−se a continuidade do estudo para aprofundar a compreensão das escolhas terminológicas através da análise de currículos dos pesquisadores da área e dos resumos dos artigos analisados.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, M. S.; MACEDO, M. S. A. N.; LIMA, M. G. O debate terminológico−conceitual em torno do uso dos termos competência em informação, competência informacional e letramento informacional na primeira década dos anos 2000 no brasil. Liinc em revista, v. 19, n. 2, 2023. AZEVEDO, Diego Napoleão Viana. Teorias da terminologia: Descrição, prescrição e explicação. Cadernos de Tradução, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 507–558, 2019. Disponível em: CABRÉ CASTELLVÍ, Teresa; LORENTE CASAFONT, Mercè. Uma visão teórica da terminologia atual. Terminàlia, [S. l.], v. 2, n. 24, p. 57–63, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7279**

TITULO:Criptoativos e Contabilidade: Desafios na Classificação, Avaliação e Divulgação segundo as Normas Brasileiras e Internacionais

AUTOR(ES) : **JONATHAN FERNANDES AMORIM SILVA,FREDERICO OTAVIO SIROTHEAU CAVALCANTE**

ORIENTADOR(ES): **ZAINA SAID EL HAJJ**

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar os principais desafios da contabilidade na classificação e mensuração dos criptoativos, considerando as normas internacionais (IFRS) e os pronunciamentos brasileiros (CPC). Com o avanço tecnológico e a expansão das moedas digitais, como o Bitcoin e as stablecoins, surgiram novos questionamentos sobre a natureza e o tratamento contábil desses ativos. A pesquisa, de natureza exploratória e qualitativa, foi realizada por meio da revisão bibliográfica e documental, com base nas normas do IASB (IAS 2, IAS 38 e IFRS IC 2019), pronunciamentos do CPC (CPC 04, CPC 16 e CPC 46) e legislações nacionais, como a Lei nº 14. 478/2022 e a Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019. Os resultados indicam que, na ausência de norma específica, os criptoativos são, em geral, classificados como ativos intangíveis, exceto quando mantidos para venda no curso normal das operações, hipótese em que podem ser tratados como estoques. Observa−se, contudo, uma lacuna normativa que impacta na comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras, reforçando a importância do papel do contador na interpretação e aplicação das normas. Conclui−se que o tema permanece em evolução e requer atualização constante por parte dos profissionais e das entidades normatizadoras.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022. Estabelece diretrizes para a prestação de serviços com criptoativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2022. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Parecer de Orientação CVM nº 40, de 22 de julho de 2022. Dispõe sobre o tratamento de criptoativos em fundos de investimento. Brasília, DF, 2022. COMITÊ DE PRONUCIAMENTO CONTÁBEIS. CPC 04 (R1): Ativo Intangível. Brasília, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7292**

TITULO:O direito à negociação coletiva dos trabalhadores da Administração Pública brasileira: estudo jurídico sobre a Mesa Nacional de Negociação Permanente

AUTOR(ES) : **STELLA MENDES DE CASTRO REIS**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO COUTINHO**

RESUMO: A liberdade sindical, como todos os direitos humanos, possui raízes no longo processo de lutas, disputas e conflitos em que se afirmou o direito de resistência dos trabalhadores. Sua história está relacionada ao surgimento e à expansão do movimento operário e às lutas contra a exploração do trabalho no século XIX, na Europa. Como expõe Silva (2008, p. 117), a liberdade sindical nasce em um ambiente de conflito, de constituição das identidades coletivas dos trabalhadores. Carrega em seu bojo, por excelência, disposições como o acesso a condições justas e favoráveis de labor, a proteção contra o desemprego, entre outros. No âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), especificamente em relação aos trabalhadores da Administração Pública, a Convenção 151 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2010, trouxe previsões acerca da possibilidade de negociação coletiva pelos servidores públicos, objetivando fomentar um modelo de Administração dialógico e não mais calcado na unilateralidade. No que tange à sistemática jurídica brasileira em relação à liberdade sindical, os arts. 5°, XVII e 8° da CRFB/88 preveem a liberdade de associação para fins lícitos, de caráter profissional ou sindical. No que se refere diretamente aos servidores públicos, a Constituição foi pioneira ao prever o direito de sindicalização e o direito de greve, no art. 37, incisos VI e VII (Brasil, 1988). Entretanto, a falta de previsão específica em relação ao exercício da negociação coletiva pelos servidores, aliada à falta de regulamentação da Convenção 151 da OIT, gerou muitos debates jurídicos. Em que pesem posições distintas, contextos políticos adversos e, até mesmo, jurisprudências antagônicas à negociação coletiva no setor público, as experiências demonstram que os servidores acabam negociando com os gestores públicos sob diferentes formas e mecanismos. Um dos mecanismos negociais que surgiram na Administração Pública Federal foram as Mesas Nacionais de Negociação Permanente (MNNPs), calcadas no ideário de promoção de democratização, diálogo social e melhoria dos serviços públicos. Instauradas em 2003, no primeiro governo Lula, suprimidas nos Governos Temer e Bolsonaro e retomadas no terceiro governo de Lula, tais mesas se consolidaram como um espaço de reivindicação de diferentes pautas dos servidores, as quais não se restringem a melhorias remuneratórias. A presente pesquisa vem sendo realizada pelas autoras no âmbito do Grupo de Pesquisa da UFRJ Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT) e tem por objetivo analisar tais mesas de negociação sob a perspectiva sociojurídica crítica, com base nas relações coletivas de trabalho. O intuito é desenvolver um estudo empírico não exauriente do instituto da MNNP, com o objetivo de refletir acerca dos principais desafios que ainda permeiam a concretização do princípio democrático nesses espaços de negociação, sem deixar de enfatizar a sua importância enquanto espaço institucional de oitiva e diálogo.

BIBLIOGRAFIA: SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. Relações coletivas de trabalho: configurações institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: LTr, 2008. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7294**

TITULO:Marcas notoriamente conhecidas e o princípio da especialidade: tensão normativa entre a Lei de Propriedade Industrial e o Acordo TRIPS

AUTOR(ES) : **LEONARDO DE SOUZA ROCHA LIMA MEDINA,JOAO GABRIEL FERREIRA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CAMILA PAVI GARCIA ROSA**

RESUMO: O sistema de proteção marcária brasileiro é estruturado pelo princípio da especialidade, segundo o qual a exclusividade conferida pelo registro de uma marca se restringe à classe de produtos ou serviços à qual foi concedida. Contudo, o princípio admite mitigação ante o regime de proteção diferenciado aplicável às marcas notoriamente conhecidas, que se caracterizam pelo elevado grau de reconhecimento em seu específico nicho mercadológico, justificando a tutela legal independentemente de registro prévio no território nacional. A problemática central reside na averiguação da medida em que o uso, por terceiro, de signo associado a uma marca notoriamente conhecida, ainda que para classe distinta da que goza de reconhecimento, configura aproveitamento parasitário juridicamente censurável. Nesse sentido, o art. 16.3, do TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio), preconiza a extensão da proteção marcária a bens e serviços de classes distintas, desde que o uso do signo indique conexão com o titular da marca registrada e seja suscetível de prejudicar seus interesses, cumulativamente. Em contrapartida, o art. 126, da Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), confere proteção à marca notoriamente conhecida apenas dentro da mesma classe, operando como exceção ao princípio da especialidade em sentido estrito. A pesquisa parte da constatação, extraída da análise jurisprudencial do TRF2, de que há dissidência referente à extensão da proteção de marcas notoriamente conhecidas em classes diversas perante aproveitamento parasitário, revelando antinomia entre os dispositivos. Nesse contexto, o objetivo geral é examinar se a tensão normativa é real ou aparente, propondo parâmetros objetivos destinados à sua resolução em casos concretos, com ênfase em litígios envolvendo marcas de luxo, registradas ou não, no Brasil. Como metodologia, adota−se uma abordagem qualitativa e documental, compreendendo estudo comparado de legislação nacional e internacional, análise doutrinária e sistematização de jurisprudência do TRF2 e do STJ. Como resultados esperados, pretende−se verificar a validade de três hipóteses no curso da investigação: (i) a tese de que a tutela estabelecida pelo art. 16.3, do TRIPS, é incorporada ao ordenamento brasileiro com status supralegal, sendo aplicável independentemente da existência de registro marcário em território nacional; (ii) o aproveitamento parasitário de marcas de luxo notoriamente conhecidas em classes distintas encontra amparo normativo nas disposições do TRIPS, suprindo eventuais insuficiências protetivas do art. 126, da Lei de Propriedade Industrial; e (iii) a premissa de que a divergência jurisprudencial observada no âmbito do TRF2 evidencia uma lacuna hermenêutica, a qual demanda a implementação de parâmetros objetivos de julgamento, a exemplo de um teste bifásico que avalie, concomitantemente, a notoriedade do signo e o risco de associação indevida pelo consumidor.

BIBLIOGRAFIA: AQUINO, Leonardo Gomes de. Propriedade Industrial. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017. DANTAS, Wanderley Sanan; CASTRO, Raineri Ramos Ramalho de. A proteção das marcas notórias em segmento distinto: o artigo 16.3 do Acordo TRIPS. Revista da EMARF, Rio de Janeiro, p. 193−213, 2023. Disponível em: https://emarfrevista.trf2.jus.br/index.php/EMARF/issue/view/79. Acesso em: 2 jun. 2026. BRASIL. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Diário Oficial, Brasília, DF, 31 dez. 1994. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt−br/backup/legislacao−1/27−trips−portugues1.pdf.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7330**

TITULO:CORTES CONSTITUCIONAIS E EROSÃO DEMOCRÁTICA: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E BUNDESVERFASSUNGSGERICHT ENTRE A PROTEÇÃO DA ORDEM CONSTITUCIONAL E OS LIMITES DA LEGITIMIDADE JURISDICIONAL (2016–2026)

AUTOR(ES) : **JOAO GABRIEL SENA DE ASSIS GOMES**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: A presente pesquisa analisa comparativamente a atuação do Supremo Tribunal Federal e do Bundesverfassungsgericht diante de processos contemporâneos de erosão democrática, com recorte temporal entre 2016 e 2026. O marco inicial justifica−se por dois eventos convergentes: no Brasil, o impeachment de Dilma Rousseff e o consequente acirramento do discurso antidemocrático, com a reabilitação pública de defensores da ditadura militar; na Alemanha, a consolidação eleitoral do AfD como força parlamentar nacional, inaugurando novo ciclo de protagonismo da extrema direita. O recorte final em 2026 permite análise de ciclo completo, com desfechos institucionais já consolidados nos dois países.
A escolha comparativa entre Brasil e Alemanha não é arbitrária: a Constituição Federal de 1988 foi elaborada sob influência direta da Lei Fundamental alemã de 1949, compartilhando com ela a lógica de uma constituição valorativa, rígida e dotada de mecanismos de autodefesa democrática, ambas forjadas após experiências de ruptura autoritária. O problema central é: em que medida a expansão da atuação de cortes constitucionais fortalece ou compromete sua legitimidade e sua capacidade de contenção da erosão democrática? A hipótese sustenta que essa expansão tende a ser eficaz quando acompanhada de coalizões interinstitucionais de suporte; contudo, na ausência dessas coalizões, pode aprofundar a polarização e comprometer a legitimidade da corte. A metodologia é qualitativa, com revisão bibliográfica, análise documental e estudo comparado de decisões paradigmáticas por abordagem funcional−institucional. No caso brasileiro, serão analisadas a AP 1044, a ADPF 722, os julgamentos relativos aos atos de 8 de janeiro de 2023 e o Inq 4781. No caso alemão, serão analisadas as decisões BVerfGE 144, 20 (2017), 2 BvE 2/18 (2018) e BVerfGE 168, 193 (2024), além do recurso constitucional do AfD contra sua classificação como organização extremista. Espera−se identificar que, apesar da matriz constitucional comum, os dois sistemas operam a tensão entre proteção constitucional e deliberação política com configurações distintas: a Alemanha dispõe de enraizamento histórico da democracia militante construído sobre ruptura institucional real, conferindo ao BVerfG legitimidade dificilmente replicável no contexto brasileiro, cuja transição democrática não produziu equivalente reconstrução cultural. A pesquisa pretende contribuir para o debate sobre jurisdição constitucional em democracias contemporâneas, com ênfase na tensão entre proteção constitucional, separação de poderes e preservação da soberania deliberativa.

BIBLIOGRAFIA: GLATHE, Julia; VARGA, Mihai. Defending democracy in the light of growing radicalization: tensions within Germany's militant democracy. DPCE Online, v. 16, n. 2, p. 2039−2054, 2023. MEYER, Emilio Peluso Neder. Constitutional erosion in Brazil. Oxford: Hart Publishing, 2021. (Constitutionalism in Latin America and the Caribbean, v. 1). PONTES, João Gabriel Madeira. Democracia militante em tempos de crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7335**

TITULO:Quem fica de fora do mapa? Uma auditoria espacial, sob a perspectiva teórica crítica, dos dados abertos do Rio de Janeiro a partir do contramapeamento de conflitos fundiários urbanos

AUTOR(ES) : **CAROLINE OLIVAL ALVES**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO: Este trabalho investiga a dinâmica jurídica e espacial dos conflitos fundiários urbanos de demanda coletiva ativos na cidade do Rio de Janeiro, em confronto com a cartografia do portal de dados abertos municipal, Data.Rio, com foco em mapas diretamente relacionados a políticas de habitação de interesse social. A pesquisa em desenvolvimento, adota uma abordagem empírica e qualitativa, estruturando um contramapeamento de resistência via QGIS, contrapondo diretamente os mapas levantados do portal Data.Rio, utilizando os dados sistematizados pelo laboratório LABÁ−UFRJ junto ao Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/DPERJ). Sob o marco da Geografia Jurídica Crítica e dos Estudos Críticos de Dados, o estudo busca identificar lacunas na governança digital municipal e questionar a narrativa de neutralidade das smart cities. Assim, espera−se evidenciar como a opacidade de dados públicos pode invisibilizar territórios e consolidar políticas habitacionais baseadas em exclusões sistêmicas ao direito à moradia.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Julia Ávila. Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico−espacial. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2923–2967, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/2179−8966/2019/45692. THATCHER, Jim E.; DALTON, Craig M. Data Power: Radical Geographies of Control and Resistance. Londres: Pluto Press, 2022.1

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7406**

TITULO:FRANTZ FANON E A CRIMINOLOGIA CRÍTICA: POSSÍVEIS DIÁLOGOS

AUTOR(ES) : **CAIO BATISTA DE SANTANA**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA MARTINS**

RESUMO: Segundo Alessandro Baratta, a criminologia crítica direcionou sua atenção principalmente ao processo de criminalização, reconhecendo−o como um dos elementos centrais para a compreensão das relações de desigualdade características da sociedade capitalista. Seu propósito foi ampliar, de forma consistente, a crítica ao caráter desigual do direito, especialmente no âmbito do direito penal. Nesse contexto, buscou−se desenvolver uma teoria materialista − fundamentada em aspectos econômicos e políticos − capaz de explicar o desvio, os comportamentos socialmente considerados negativos e os processos de criminalização. Além disso, a criminologia crítica procura formular as bases de uma política criminal alternativa, voltada aos interesses das classes subalternas. Para os autores dessa corrente, somente uma análise profunda dos mecanismos e das funções efetivamente desempenhadas pelo sistema penal nas sociedades capitalistas contemporâneas pode viabilizar uma estratégia autônoma e transformadora de controle social. Contudo, embora essa vertente tradicional tenha avançado na reflexão sobre as classes sociais, historicamente atribuiu menor centralidade às dinâmicas do racismo e da colonialidade na reprodução do poder punitivo. Diante dessa lacuna, o problema central deste trabalho consiste em investigar de que modo o pensamento de Frantz Fanon pode fundamentar o desenvolvimento de uma criminologia crítica antirracista e anticolonial, tensionando e expandindo as bases teóricas do campo criminológico. Para tanto, a literatura fanoniana é mobilizada para articular o racismo, o colonialismo e a violência colonial como categorias analíticas indispensáveis para compreender a seletividade penal e o controle social aplicados às populações racializadas. A partir dessa aproximação, busca−se alcançar os objetivos específicos de mapear as convergências e pontos de tensão entre a criminologia materialista de Baratta e a crítica fanoniana, demonstrar como a obra de Fanon reconfigura o debate penal e analisar a recepção do autor no campo social e criminológico brasileiro. De forma metodológica, o estudo desdobra−se por meio de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. O recorte teórico estrutura−se no diálogo entre a criminologia crítica clássica, as obras e escritos psiquiátricos de Frantz Fanon. A pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Antonio Martins, visando contribuir ativamente para a consolidação de uma criminologia crítica, antirracista e anticolonial.

BIBLIOGRAFIA: ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Colonização punitiva e totalitarismo financeiro: a criminologia do ser−aqui. Tradução de Juarez Tavares. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2021. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de Regina Salgado Campos e Ligia Fonseca Ferreira. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7411**

TITULO:A alteração na NR−1 para inclusão dos fatores de riscos psicossociais no gerenciamento promovido pelas empresas: desafios e efetividade no mundo do trabalho contemporâneo

AUTOR(ES) : **ANDRE PARKINSON MOREIRA JUNIOR,ENZO CARVALHO AVILA,VICTORIA DE ALMEIDA LADEIRA,MATHEUS DE PAIVA AKINCI**

ORIENTADOR(ES): **STELLA MENDES DE CASTRO REIS,JULIANA BENICIO XAVIER,RAQUEL MIGUEL RODRIGUES,SILVIA RODRIGUES JARDIM,JACKELINE BENÍCIO XAVIER,MARISA PALACIOS DA CUNHA E MELO DE ALMEIDA REGO**

RESUMO: O presente trabalho resulta da experiência desenvolvida no âmbito do projeto de extensão Histórias do Trabalho: Saúde e Direitos , vinculado à UFRJ, que articula as áreas do Direito, da Saúde Coletiva e da clínica médica−psiquiátrica em Saúde do Trabalhador para o enfrentamento da invisibilização dos agravos relacionadas ao trabalho. Parte de uma perspectiva integrada com entidades do campo da Saúde e Segurança do Trabalhador, tais como sindicatos, Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, clínicas universitárias etc. As autoras integram equipe multidisciplinar, composta por profissionais e estudantes da área do Direito do Trabalho e da Saúde do Trabalhador, cuja atuação envolve o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e atendimento a trabalhadores que sofreram agravos laborais, disponibilizando orientação técnica e acolhimento individualizado. Adota−se a compreensão de que o acidente laboral, como as doenças ocupacionais, não podem ser interpretados de forma isolada, nem reduzidos ao evento em si, ao passo que a análise se desenvolve não apenas a partir do trabalho prescrito — tal como formalmente descrito —, mas, sobretudo, do trabalho real, tal como efetivamente realizado, e, mais além, do trabalho vivido, isto é, da experiência subjetiva do trabalhador diante das exigências concretas de sua atividade (Dejours, 2015). Há de se reconhecer as influências socioeconômicas no campo da saúde do trabalhador, as quais extrapolam a atuação individualizada seja do profissional do Direito ou da Saúde, ao passo que alcançam dimensões estruturantes de nossa sociedade, marcada por desigualdades profundas, sobretudo na seara do trabalho. Partindo de tais premissas, o presente resumo refere−se, particularmente, a um dos eixos de pesquisa do projeto, qual seja, o estudo da recente alteração na Norma Regulamentadora n° 1 promovida pela Portaria MTE n° 1.419/2024, que entrou em vigor em maio de 2026. Em um primeiro momento buscamos estudar a NR−1, suas principais características e objetivos e, posteriormente, a referida alteração, que, ao incluir expressamente os fatores de riscos psicossociais no inventário de riscos das empresas, integra a saúde mental como parte indissociável da gestão de riscos ocupacionais, faz com que a norma deixe de tratar a saúde mental como um tema subjetivo ou opcional para integrá−la formalmente ao sistema de gestão contínuo das empresas, exigindo documentação e ações concretas de prevenção. Analisaremos os impactos da alteração na NR−1 na organização do trabalho e na saúde dos trabalhadores, destacando desafios de implementação, como falta de fiscalização e resistências empresariais. Apontaremos a distância entre norma e realidade, evidenciando que a gestão de riscos muitas vezes é formal e não alcança as condições concretas de trabalho. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica documental, articulada às experiências acumuladas no âmbito das atividades de extensão.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Guia de informações sobre os Fatores de Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho: NR−1 Gerenciamento de riscos ocupacionais (GRO). Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2025. • BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Manual de Interpretação e Aplicação do Capítulo 1.5 da NR−1: Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2024. • BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 01 (NR−01): Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Brasília: MTE, 2025 (Atualizada pela Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7445**

TITULO:INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: A SINA DE OFÉLIA

AUTOR(ES) : **FERNANDA LAYSA MENESES NASCIMENTO,JULYA SANTOS GONCALVES,RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS,JOAO VITOR FREIRE DE AQUINO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: Inteligência Artificial Generativa (GenAI) tem sido uma tecnologia disruptiva na produção contemporânea, operando por meio da raspagem, processamento e recombinação de volumosas bases de dados digitais preexistentes. Como esses sistemas mimetizam produções humanas para gerar novos materiais, emergem complexos debates jurídicos e éticos sobre a autoria, a originalidade e o uso não autorizado de obras protegidas. Este estudo busca responder à seguinte pergunta: Como sistemas de Inteligência Artificial Generativa reutilizam repertórios culturais e quais desafios isso impõe à autoria? Esta pesquisa consiste em analisar os impactos da GenAI sobre os direitos autorais e as instâncias artísticas. A pesquisa é qualitativa de cunho exploratório, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental. Os estudantes atuaram diretamente no levantamento das fontes documentais, no fichamento do referencial teórico e na análise empírica de três manifestações culturais mediadas por modelos algorítmicos. Foram investigados os seguintes casos: a) a obra "The Fate Of Ophelia" , da cantora Taylor Swift, que teve grande repercussão por ser feita a tradução para “A Sina de Ofélia”, que se tornou um dos principais debates sobre o uso de GenAI na música. A canção viralizou nas redes sociais, mas foi alvo de controvérsias por ter sido inteiramente gerada por GenIA, sem autorização dos detentores dos direitos da obra original. Utilizando vozes clonadas de Luísa Sonza e Dilsinho, configurando possível violação de direitos de imagem e personalidade; b) a proliferação de imagens que emulam os traços clássicos do Studio Ghibli; c) e a criação de vídeos transmídia não autorizados simulando adaptações em live−action da animação Os Cavaleiros do Zodíaco. Este estudo está fundamentado em Lessig (2005) sobre a cultura digital e dos impactos das tecnologias sobre a produção cultural atualmente. O autor discute as tensões entre criatividade, circulação de conteúdos e propriedade intelectual em ambientes digitais, aborda a reutilização de obras e repertórios culturais que desafiam os modelos tradicionais de autoria e direitos autorais. Busca−se então compreender como sistemas de GenAI reutilizam conteúdos preexistentes e os desafios que essa prática impõe à proteção das obras artísticas e à valorização do trabalho criativo. Identifica−se que a GenAI impõe severas rupturas aos modelos tradicionais de propriedade intelectual, pois a legislação autoral vigente protege a expressão fixada, mas não o estilo estético de um criador. Conclui−se que a apropriação e a emulação sistemática de repertórios sem o devido consentimento ou licenciamento prévio fragilizam a soberania dos criadores sobre suas obras, gerando um ambiente de concorrência desleal que desvaloriza o trabalho humano. Torna−se imperativo ampliar os debates regulatórios para o desenvolvimento de ecossistemas jurídicos e de governança que equilibrem a inovação tecnológica e a proteção da integridade artística.

BIBLIOGRAFIA: BOMMASANI, Rishi et al. On the opportunities and risks of foundation models. Stanford: Stanford University, 2021. BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 abr. 2026. GOODFELLOW, Ian; BENGIO, Yoshua; COURVILLE, Aaron. Deep learning. Cambridge: MIT Press, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7465**

TITULO:Institucionalização do pagamento por serviços ambientais no Brasil como um reflexo da luta de classes

AUTOR(ES) : **HUGO CONTENTE PADILHA**

ORIENTADOR(ES): **IDY COLOMBINI**

RESUMO: No atual cenário de emergência climática, o consenso acerca da necessidade da proteção ambiental e da manutenção dos serviços ecossistêmicos se manifesta como ação prática geral através do Estado. Este agente, entre todos os atores que se mobilizam na defesa do meio ambiente, é o único com direito legal e capacidade orçamentária para tocar, por exemplo, políticas de comando e controle sobre extensas áreas de preservação no país. O Estado no pensamento político norte−americano é visto como um campo neutro de debate (Carnoy, 1988), e assim serviria como um instrumento de imposição da defesa da vida contra a destrutiva lógica da acumulação privada, propagando o bem comum. Contudo, ao substituirmos a visão do Estado como gestor do bem comum por uma concepção de que seu principal papel é a garantia da reprodução social posta, ou seja, a reprodução da lógica capitalista, temos que a relação deste com o meio ambiente também vem se alterando conforme a dinâmica da relação capital e natureza. No Brasil, conforme exposto por Monosowski (1989) a política de ocupação e formação de latifúndios realizada pelo Estado foi paulatinamente assumindo um equilíbrio com uma gestão estratégica dos recursos naturais através da formação de leis e instituições ambientais. Através desses esforços, o Brasil conseguiu em 2005 reverter a tendência de crescimento da taxa anual de desmatamento na Amazônia que ocorria desde o início da década de 90 (Fearnside, 2022). Contudo, em especial a partir de 2012, observa−se um movimento de franco retrocesso na institucionalidade da governança ambiental no Brasil, como pode ser visto pela aprovação da terceira versão do Código Florestal brasileiro instituída pela Lei nº 12.651/2012 que tinha como uma de suas mudanças a redução das Áreas de Preservação Permanente (APPs) (Naidhig, 2024). Após os desmontes ocorridos no governo Bolsonaro e sobre a nova regra fiscal herdada do governo Temer, a reestruturação da política ambiental enfrenta desafios em seu financiamento. Uma solução possível seria um modelo de proteção via instrumentos de mercado, que agiria concomitantemente às ações de comando e controle executadas pelos órgãos competentes. Ainda no governo Bolsonaro e após tramitar pelo congresso nacional por 14 anos (Naidhig, 2024), é instituída a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) em 2021, e com ela a possibilidade de formação legal desses mercados. Essa pesquisa pretende demonstrar que a forma como essa lei foi aprovada, mais do que uma ampliação da capacidade do Brasil de expandir e melhorar suas ações contra o desmatamento, significa um fortalecimento da frente agropecuarista do país e de que forma a lei da PNPSA é um reflexo deste momento da luta de classes nacional.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Constituição (2021). Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. . Brasília, 13 jan. 2021. FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. FLORESTA AMAZÔNICA, p. 7, 2022. NAIDHIG, Débora. Processo de institucionalização da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil: análise de coligações e narrativas. 2024. 1 recurso online (216 p.) Dissertação (mestrado) − Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/22880. Acesso em: 7 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7472**

TITULO:ESGOTAMENTO PROFISSIONAL: BURNOUT, RISCOS PSICOSSOCIAIS E A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO PROCESSO SAÚDE DOENÇA

AUTOR(ES) : **RENAN HENRIQUE DE SOUZA,JULIA VITORIA BARBOSA ALVES,RICARDO COSTA OLIVEIRA RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ,MARIA CAROLINA LAMEIRãO,FERNANDA FERREIRA RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA BENICIO XAVIER,STELLA MENDES DE CASTRO REIS,SILVIA RODRIGUES JARDIM,RAQUEL MIGUEL RODRIGUES,JACKELINE BENÍCIO XAVIER,MARISA PALACIOS DA CUNHA E MELO DE ALMEIDA REGO**

RESUMO: Este relato versa sobre os estudos preliminares desenvolvidos no projeto de pesquisa−extensão “Histórias do Trabalho: Saúde e Direitos”. O projeto reúne extensionistas de graduação em Direito, Medicina e Serviço Social da UFRJ sede e de Macaé−RJ. As atividades se iniciaram em maio de 2026 e, até o momento, foram realizados 4 encontros para a discussão de estudos sobre a interseção da Saúde do/a Trabalhador/a e o Direito do Trabalho. Em 26 de maio deste ano, entrou em vigor uma alteração na NR1, promovida pela Portaria MTE n° 1.419/2024, que reconheceu os riscos psicossociais relacionados ao trabalho, e este relato busca articular o contexto de surgimento da norma e a situação do esgotamento profissional no Brasil. A hipótese desta etapa é de que o reconhecimento do esgotamento profissional como restrito ao ambiente de labor preservaria sua força explicativa, poder analítico e capacidade de indenizar pelos danos causados. Ferramentas como a virtualização, a IA e aumento do empobrecimento do trabalhador exigem cada vez mais disponibilidade e dedicação, gerando mais cansaço, conforme se observa no último boletim epidemiológico sobre o monitoramento das doenças e agravos relacionados ao trabalho no Brasil (Brasil, 2025). O diagnóstico de Esgotamento profissional não é exclusivamente psiquiátrico, encontrando−se tanto na CID−10 (1992) quanto na CID−11 (2022) em capítulo especial que codifica condições de saúde que motivam a busca por serviços de saúde, sendo nesta última edição em vigor, o Burnout/Esgotamento profissional expressamente associado à exposição a estresse ocupacional crônico. Na legislação brasileira, o diagnóstico é acolhido na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho desde 1999 e reiterado em suas atualizações, como na de novembro de 2024 − Portaria GM/MS nº 5.674. O Esgotamento profissional é descrito em suas três dimensões, a saber: 1) exaustão, sensação de estar acabado por dentro; 2) despersonalização ou distanciamento do objeto de trabalho, que antes tão almejado passa a ser alvo até de repulsa; 3) falta de realização profissional (Jardim, 2026). Apesar do uso predominante do Maslach Burnout Inventory para o diagnóstico na saúde, a variabilidade da interpretação de seus resultados, poderia indicar o burnout em termos de “risco” (Vieira, 2017). Diante desse contexto, o presente relato busca reunir elementos que contribuam para tornar visível o trabalho enquanto determinante central do processo saúde−doença, articulando essa dimensão à compreensão do esgotamento profissional/burnout como intrinsecamente relacionado às condições laborais. Ao evidenciar essa vinculação, pretende−se qualificar a análise do adoecimento e também fortalecer o reconhecimento de direitos, assegurando à pessoa o acesso à saúde, à indenização e ao benefício previdenciário adequado. Metodologicamente, adota uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, articulada às reflexões acumuladas nas atividades de extensão.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n.º 1.999, de 27 de novembro de 2023. Atualiza a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). Diário Oficial da União, 29 nov. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 5.674, de 05 de novembro de 2024. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017. JARDIM, Sílvia Rodrigues. Laudo Médico−Psiquiátrico em Saúde Mental do Trabalhador. Rio de Janeiro: [S.n.], 2026. VIEIRA, Isabela Maria Magali Mello. Construção social do burnout no Brasil: medicalização da fadiga no trabalho e seus efeitos Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7483**

TITULO:A Governança Migratória por Grupos Criminosos Organizados em Regiões de Fronteira: Implicações para o Estado de Direito

AUTOR(ES) : **LARA SCHREIER**

ORIENTADOR(ES): **VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER**

RESUMO: A governança migratória constitui um dos principais desafios contemporâneos para os Estados, especialmente em regiões fronteiriças marcadas por fragilidade institucional, violência e intensa mobilidade humana. Na fronteira entre a Colômbia e a Venezuela, uma das principais rotas migratórias da América Latina, o aumento dos fluxos migratórios decorrente da crise venezuelana evidenciou limitações da capacidade estatal de regular e proteger os movimentos migratórios, criando espaços para a atuação de grupos criminosos organizados. Embora o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito dos Refugiados e os ordenamentos jurídicos nacionais garantam direitos fundamentais às pessoas migrantes, sua efetivação enfrenta obstáculos significativos em áreas de reduzida presença estatal. Nesses contextos, grupos armados e organizações criminosas passam a exercer funções tradicionalmente atribuídas ao Estado, controlando rotas migratórias informais, regulando a circulação de pessoas e impondo normas próprias de acesso e permanência. Diante desse cenário, a pesquisa investiga em que medida grupos criminosos organizados atuam como atores de governança migratória na fronteira colombo−venezuelana e quais são as implicações jurídicas desse fenômeno para a proteção dos direitos das pessoas migrantes. Busca−se compreender como esses grupos influenciam os processos de travessia, quais mecanismos de controle exercem sobre os fluxos migratórios e até que ponto assumem funções tipicamente estatais em contextos de limitada capacidade institucional. Um dos objetivos centrais consiste em analisar as práticas de governança desenvolvidas por organizações criminosas ao longo das rotas informais de passagem (trochas), identificando mecanismos de controle territorial, cobrança de taxas, facilitação da mobilidade e outras dinâmicas que afetam diretamente a experiência migratória. Além disso, pretende−se examinar as interações entre esses grupos, instituições estatais e organizações da sociedade civil, evidenciando a formação de arranjos híbridos de governança. Sob uma perspectiva jurídica, a pesquisa busca avaliar como a atuação desses atores não estatais desafia conceitos tradicionais de soberania, controle de fronteiras e monopólio estatal da autoridade, bem como refletir sobre os limites e possibilidades dos marcos normativos nacionais e internacionais para a proteção efetiva dos direitos humanos em áreas de limitada estatalidade. Metodologicamente, o estudo baseia−se em entrevistas semiestruturadas com especialistas e atores locais da região de fronteira, complementadas pela análise qualitativa de relatórios institucionais, documentos de organizações não governamentais, notícias e literatura acadêmica especializada. Os dados serão analisados por meio de análise de conteúdo qualitativa, permitindo identificar padrões de governança exercidos por grupos criminosos organizados.

BIBLIOGRAFIA: Abásolo Dupont, Ramón, and Jorge Serrano Torres. 2024. “Un Nuevo Sistema de Inteli− gencia Migratoria para el Combate de la Criminalidad Organizada Transfronteriza en América Latina”. Revista Peruana de Derecho Internacional, 176(1): 137–150. Campana, Paolo. 2020. “Human Smuggling: Structure and Mechanisms”. Crime and Jus− tice, 49(2): 471–519. Collrin, Bridget, and Harald Bauder. 2025. “Migration Governance between Sovereignty, Security and Rights: An Analysis of the Literature”. International Migration, 63(3): 1–17.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7498**

TITULO:CIDADE DE DEUS: A PRODUÇÃO, PELO PODER PÚBLICO, DE UM TERRITÓRIO MARGINALIZADO

AUTOR(ES) : **MARIANNE MARTINIANO FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **ALEX FERREIRA MAGALHAES**

RESUMO: Esta pesquisa pretende analisar o processo de criação do bairro Cidade de Deus enquanto política pública habitacional e sua posterior transformação em território favelizado, utilizando de pesquisa bibliográfica, análise documental de arquivos governamentais e registros de jornais e fotográficos da época para a reconstituição histórica do bairro. Para compreender os fatores que levaram à construção da Cidade de Deus, é preciso entender o contexto das políticas urbanísticas e habitacionais que marcaram o Rio de Janeiro durante o século XX. No início desse período, a cidade passou por reformas urbanas guiadas por ideais de modernização, higienismo e embelezamento. Essas reformas foram marcadas por um processo violento de remoção das populações que viviam em favelas nas áreas centrais e que eram consideradas pelo poder público como "indesejáveis". Mais tarde, na década de 1960, um novo elemento político se somou a esse cenário. Com a perda do status de distrito federal para a recém−construída Brasília, foi criado o Estado da Guanabara. Como mostra o trecho a seguir: "A criação da Guanabara reforçou a autonomia fiscal do administrador da cidade. As bases tributárias do estado e do município foram unificadas a seu nível de decisão. Desde o primeiro momento, foi explicitada como estratégia para o novo estado intensificar a industrialização, objetivo recorrente das três administrações do estado da Guanabara" (LESSA, 2000, p. 355). O primeiro governador, Carlos Lacerda (1960−1965), promoveu grandes transformações na cidade, especialmente na remoção de favelas. Esse processo foi mais intenso em sua gestão. Como resposta, surgiram as primeiras políticas habitacionais para realocar a população removida para conjuntos habitacionais. Financiada pelo BNH e pelo programa Aliança para o Progresso, a Cidade de Deus foi construída pela Companhia de Habitações Populares do Estado da Guanabara (COHAB−GB). O conjunto integrou uma política habitacional que visava construir casas populares na Zona Oeste do Rio de Janeiro, facilitando o acesso à casa própria. Entretanto, ainda durante as obras, em 1966, fortes chuvas causaram enchentes e deslizamentos em diversas favelas, deixando centenas de famílias desabrigadas. De forma emergencial, essas famílias foram inicialmente alojadas no Estádio do Maracanã e, posteriormente, realocadas para a Cidade de Deus − solução que, embora resolvesse a crise imediatamente, descaracterizou completamente os critérios originais de seleção dos moradores previstos. Neste ponto, o estudo pretende analisar como o controle insuficiente por parte do Estado sobre o processo de ocupação, somado às precárias condições da infraestrutura inacabada do conjunto, contribuíram para a formação de um território marginalizado.

BIBLIOGRAFIA: LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto−estima. Rio de Janeiro: Record, 2000. VALLADARES, Licia do Prado. Passa−se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7503**

TITULO:Caso da Comunidade do Contorno: processos de cocriação e novos caminhos para governança generativa

AUTOR(ES) : **FABIA EDUARDA DE OLIVEIRA FRANCO**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO COSTA DE SOUZA**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar conteúdos anteriormente construídos sobre a comunidade do Contorno, além de matérias jornalísticas, com base na metodologia de Bardin (2016), e relacioná−los ao conceito de "governança generativa", entendida como potencial gerador para a solução de problemas complexos por meio da construção de plataformas que permitam a formação de arenas para a cocriação (Ansell; Torfing, 2025). Esse estudo é realizado no âmbito da pesquisa "Redes de Ação Pública em Petrópolis−RJ" em que atuo como bolsista PIBIC. A história do Contorno é atravessada por diversos conflitos entre o movimento popular, o setor privado – principalmente na figura da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora−Rio (CONCER) – e o Estado, sobretudo no que diz respeito à garantia de direitos à terra e à moradia. Segundo Mafra (2024), há registros de que o Contorno surge por influência do Caminho do Ouro do Brasil colonial, ou seja, sua existência é anterior à construção da BR−040, estrada administrada pela CONCER que atravessa – física e simbolicamente − a comunidade. Segundo a dissertação de Mafra (2024) e os relatos de Angélica Domingas e Sr. Paulo, lideranças da comunidade, na década de 80, cerca de 12 famílias da Comunidade da Grota – adjacente ao Contorno – passam por um grave deslizamento de terra e ficam desabrigados. Paralelamente, havia uma alta na atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBES), debatendo a democracia participativa, o direito à terra e à moradia. Diante dessa situação, começou−se a estruturar uma ocupação na região atualmente denominada de Campinho. A sede dessa organização era o Centro Comunitário do Contorno, que permitiu a mobilização de diversos atores reunidos em torno de problemas, desafios ou ideias comuns permitindo o estabelecimento de arenas para a cocriação (Ansell; Torfing, 2025). O centro comunitário passou a ser Escola Municipal Leonardo Boff oficialmente a partir de 2002. Em 1996 a CONCER adquire a concessão para a administração da Rodovia BR−040, onde se localiza a Comunidade do Contorno. A partir disso, houve diversos conflitos relativos à remoção de famílias da região alegando que os mesmos ocupam a faixa de domínio da rodovia. Com isso, a comunidade permaneceu mobilizada para defender seus direitos e seus ideais. O problema se materializa ainda mais com o ocorrido de 2017, quando abriu−se uma cratera localizada exatamente na linha de projeção do túnel que estava em construção para oferecer um novo caminho de subida para a serra. Diante desse cenário, essa pesquisa propõe−se a analisar os materiais de registro desses eventos que envolvem a comunidade do Contorno, bem como as visitas de campo para compreender de que maneira essa organização comunitária estabelece os processos de cocriação e, principalmente, outra forma de governança, diferente da hegemônica, seguindo as ideias trazidas por Ansell e Torfing (2025).

BIBLIOGRAFIA: ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob. Cocriação: a novidade no campo da governança pública. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 35−69, jan./jun. 2025. BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 1. ed., 3. reimp. São Paulo: Almedina Brasil, 2016. MAFRA, Maria Alves. Quem vai garantir o direito da nossa sobrevivência? A resistência da Comunidade do Contorno diante dos impactos causados pelo megaempreendimento da Nova Subida da Serra, em Petrópolis. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós−Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7506**

TITULO:GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM PROJETOS DE JOGOS DIGITAIS: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECONOMIA NO CICLO DE PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO

AUTOR(ES) : **ANDERSON NERY DE AMORIM,LUIZ HENRIQUE AQUINO DE SALLES**

ORIENTADOR(ES): **MIGUEL ROMEU AMORIM NETO**

RESUMO: A indústria dos jogos digitais tem experimentado uma grande crescente nos últimos anos, isto é, mais investimentos, desenvolvimentos e juntamente, mais estudos a respeito de seus valores e natureza. A percepção geral sobre os jogos digitais foram mudando ao longo de cada década, de forma que, nos dias de hoje, passam a ter uma maior abrangência sociocultural. Decorrente da profissionalização e da alta complexidade no desenvolvimento de jogos digitais, maiores também são as necessidades no que se diz respeito ao gerenciamento de projetos, organização, preservação e recuperação da informação em suas etapas de produção e publicação. Nesse contexto, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação oferecem aportes teóricos e práticos que contribuem significativamente para a organização e mediação informacional ao longo do ciclo de desenvolvimento e publicação dos projetos de jogos digitais. O objetivo geral é analisar as contribuições da Biblioteconomia para a organização e mediação da informação em projetos de jogos digitais, considerando as etapas de produção e publicação. Como objetivos específicos: a) identificar as etapas do ciclo de produção e publicação de jogos digitais que envolvem fluxos informacionais; b) relacionar conceitos e apontar contribuições da Biblioteconomia e Ciência da Informação com as demandas informacionais da indústria de jogos digitais; c) descrever práticas de gestão da informação aplicadas no desenvolvimento de jogos digitais. Trata−se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório−descritivo, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura, com o objetivo de compreender as contribuições da Biblioteconomia ao longo do ciclo de produção e publicação de jogos digitais. A pesquisa foi feita entre os dias 22/04/26 e 25/04/26 no Google Acadêmico, através da busca “Gestão da informação AND jogos digitais AND Biblioteconomia” e “Project management AND videogames”, resultados da primeira página. Espera−se identificar como as práticas e ferramentas da Biblioteconomia podem ser aplicadas em projetos de jogos digitais durante todo seu processo de desenvolvimento e/ou publicação, evidenciando seu caráter interdisciplinar e contribuindo para maior eficiência nos fluxos informacionais e na tomada de decisão. Assim como as áreas de Design, Programação, Artes, Animação, Roteirização, Música e Produção e Qualidade, a Biblioteconomia se demonstra utilitária em processos de pesquisa pré−projeto, durante as fases de desenvolvimento e pós−produção com a gestão de bibliotecas de jogos; ressaltando que figura do bibliotecário como profissional da informação que agrega valor e apoia a inovação para a indústria de jogos digitais, destacando sua relevância e importância na mediação e gestão estratégica da informação em ambientes criativos e tecnológicos.

BIBLIOGRAFIA: CAVALCANTE, Kethleen Y. S. O bibliotecário no desenvolvimento de jogos eletrônicos: conhecimentos, habilidades e atitudes. 2024. 47 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal do Amazonas, Manuas, 2024. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/8129 Acesso em: 22 jul. 2026. DU HOMMET, Joanne; IHADJADENE, Madjid; GRIVEL, Luc. Information practices in coopetition context: the case of a large video game company. Berlin (DE): Humboldt−Universität zu Berlin, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.18452/25249 Acesso em: 22 jul. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7555**

TITULO:A MATERNIDADE QUEER FORA DO CONTRATO HETERONORMATIVO

AUTOR(ES) : **ALICE SOARES LIMA,JULIA LEANDRO DA ROCHA**

ORIENTADOR(ES): **PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA**

RESUMO: Em um contexto social dominado pelo capitalismo, o sistema reprodutor feminino é obrigado a se submeter ao sistema. De acordo com Federici (2019, p. 281), o interesse em controlar os corpos das mulheres é “promovida por uma classe política preocupada com a diminuição da população, e motivada pela convicção de que uma população numerosa constitui a riqueza de uma nação”. Entretanto, quando a maternidade é desejada por mulheres queer (lésbicas, bissexuais, panssexuais, transsexuais etc), a situação se altera: as políticas de criação de famílias se tornam menos interessantes para a formação de capital e mais voltadas para um debate moral. A presente pesquisa visa investigar os limites e as fraturas do contrato heteronormativo na realidade da parentalidade e da maternidade LGBTQIA + no cenário jurídico brasileiro. O objetivo central é analisar como o privilégio heterossexual opera como um vetor de exclusão institucionalizado, perpetuado pela persistente omissão legislativa atual em relação à Reprodução Humana Assistida, bem como aos novos arranjos familiares. Diante da ausência de uma lei propriamente dita, o ordenamento jurídico pátrio delega a regulamentação do acesso às tecnologias reprodutivas a resoluções administrativas do Conselho Federal de Medicina (CFM). Sob a ótica da sexopolítica e da biopolítica, a ausência de tutela legal formal evidencia uma tecnologia de poder voltada à administração dos corpos e à manutenção da heteronormatividade compulsória como padrão de legitimação familiar. A metodologia adota uma abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, pautando−se no método hipotético−dedutivo para examinar a jurisprudência dos Tribunais Superiores e os atos normativos infralegais, seguindo como marco teórico a Teoria Crítica Feminista. A partir desse panorama, busca−se compreender de que maneira a preterição legislativa impõe uma via compulsória de judicialização, gerando barreiras burocráticas e financeiras que restringem a autonomia privada e o direito constitucional ao planejamento familiar dos arranjos parentais queer. Busca−se investigar como a maternidade e a parentalidade LGBTQIA+ subvertem as estruturas tradicionais do Direito de Família e do Biodireito ao propor novas formas de parentesco baseadas na afetividade, no pluralismo familiar e em uma ética do cuidado dissidente que rompe com determinismos biológicos.

BIBLIOGRAFIA: BRAGANÇA, Bianca Lopes; WAY, Patrícia da Silva Von Der. Os desafios da maternidade para mulheres lésbicas por meio de técnicas de reprodução humana assistida no Brasil. In: SILVA, A. B.; OLIVEIRA, M. H. B.; WAY, P. V. D. (eds.). Direitos humanos e saúde: gênero e sexualidade em vozes insurgentes. Salvador: EDUFBA, 2024. p. 91−107. BUTLER, J. Bodies that Matter: on the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993 FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7582**

TITULO:OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

AUTOR(ES) : **THAYS FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A presente pesquisa se insere no contexto dos desafios jurídicos e institucionais decorrentes da crescente influência das plataformas digitais na sociedade contemporânea. O avanço das tecnologias de informação e comunicação ampliou o alcance das redes sociais e das grandes empresas de tecnologia, intensificando problemas relacionados à desinformação, aos discursos de ódio, à proteção de dados pessoais, à transparência algorítmica e à proteção de grupos vulneráveis. Nesse cenário, ganha relevância o debate sobre o papel do Estado na regulação dessas plataformas e os limites constitucionais de atuação do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF). O objeto de pesquisa consiste na análise dos limites de atuação do Poder Judiciário, com foco no STF, na regulação das plataformas digitais à luz da Constituição Federal de 1988. Buscar−se responder como a Suprema Corte pode atuar no controle, na fiscalização e na imposição de limites a essas plataformas sem ultrapassar as fronteiras constitucionais da jurisdição. Parte−se da premissa de que a regulação das plataformas digitais exige uma atuação jurisdicional pautada pelo equilíbrio, observando o princípio da separação dos poderes e o sistema de freios e contrapesos previsto no artigo 2º da Constituição. Sustenta−se que o protagonismo isolado do STF ou decisões desproporcionais podem gerar tanto a ineficiência diante da manifestação de direitos fundamentais quanto o risco de ativismo judicial excessivo. Assim, a proteção da liberdade de expressão, da democracia, da dignidade da pessoa humana e dos demais direitos fundamentais pelo Judiciário exige o respeito aos limites da atuação jurisdicional e um diálogo institucional permanente com os demais Poderes. O marco teórico fundamenta−se na teoria da separação dos poderes, no sistema de freios e contrapesos, no constitucionalismo digital e na teoria dos diálogos constitucionais, especialmente a partir das contribuições de Conrado Hübner Mendes sobre democracia deliberativa, diálogo institucional e jurisdição constitucional. Também serão utilizados estudos relacionados ao Direito Constitucional, ao Direito Digital e à governança das plataformas digitais. A metodologia será qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica e documental. Serão provas de obras doutrinárias, a legislação pertinente — especialmente o Marco Civil da Internet —, projetos legislativos relevantes e a revisão do Supremo Tribunal Federal relacionados à responsabilidade das plataformas, à remoção de conteúdos, à liberdade de expressão e à proteção dos direitos fundamentais. Como suporte crítico, o estudo dialogará ainda com o documentário O Dilema das Redes . Entre as principais referências destacam−se as Cortes Constitucionais e Democracia Deliberativa , de Conrado Hübner Mendes, o Marco Civil da Internet e produções acadêmicas sobre constitucionalismo digital, jurisdição constitucional, liberdade de expressão e regulação das plataformas digitais.

BIBLIOGRAFIA: MENDES, Conrado Hübner. Cortes constitucionais e democracia deliberativa. São Paulo: Saraiva, 2013. BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011−2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 8 jun. 2026. O DILEMA das redes. Direção: Jeff Orlowski. Produção: Larissa Rhodes. Estados Unidos: Netflix, 2020. 1 videodocumentário (94 min), son., color. Disponível em: https://www.netflix.com. Acesso em: 8 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7593**

TITULO:Rússia, a Grande: o Mar Negro e a construção da centralidade da Crimeia na longa duração

AUTOR(ES) : **MARIA LUISA PAES MARCIANO CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO: A compreensão das disputas contemporâneas envolvendo a Crimeia tende, frequentemente, a ser reduzida a eventos recentes ou a leituras conjunturais, obscurecendo a profundidade histórica e a materialidade geopolítica que estruturam esse espaço. Longe de se configurar como um fenômeno isolado, a centralidade da Crimeia está intrinsecamente ligada à posição estratégica do Mar Negro, cuja importância se manifesta ao longo da longa duração como eixo de articulação entre Europa, Ásia e Mediterrâneo. Desde o século XVIII, com a expansão do Império Russo sob o reinado de Catarina II e a atuação de Grigory Potemkin, observa−se a construção de uma lógica de controle territorial e de acesso marítimo que redefine o lugar da Rússia no tabuleiro do Báltico. Ante o exposto, a problemática central deste trabalho reside na investigação de como a configuração geopolítica do Mar Negro, a partir da incorporação da Crimeia, estruturou a projeção de poder russo ao longo do tempo e de que maneira essa estrutura se manifesta nas disputas contemporâneas. A pergunta norteadora, portanto, é: como a saída russa atravésdo Mar Negro está estruturada pelo domínio russo da Crimeia? Objetiva−se analisar a importância estratégica da Crimeia ao longo da história). Argumenta−se que a incorporação da Crimeia no final do século XVIII constitui um ponto de inflexão na geo−história russa baseado no acesso a mares quentes e na projeção naval, sendo posteriormente reorganizado, mas não interrompido, ao longo de eventos como a formação da União Soviética, a regulação dos estreitos pelo regime internacional e o colapso pós−1991. Nesse sentido, a anexação da Crimeia em 2014 e os desdobramentos do conflito a partir de 2022 não representam rupturas, mas sim manifestações contemporâneas de uma estrutura geopolítica persistente. Para tanto, a pesquisa edifica−se em uma abordagem histórico−estrutural, alicerçada na perspectiva da longa duração e suas permanências e na centralidade do território e das rotas como elementos constitutivos do poder, articulando contribuições da tradição clássica do pensamento político com análises contemporâneas sobre hierarquia e autonomia no sistema internacional. Metodologicamente, trata−se de uma investigação exploratória de caráter qualitativo, baseada em levantamento bibliográfico e análise cartográfica, utilizando uma sequência de atlas históricos como instrumento analítico para evidenciar as transformações no controle territorial russo naquela região ao longo do tempo. Espera−se mostrar que a Crimeia deve ser compreendida como um ponto nodal de uma estrutura histórica de poder, na qual o Mar Negro atua como condicionante fundamental, permitindo interpretar os conflitos atuais como expressão de continuidades geopolíticas de longa duração, e não como eventos isolados.

BIBLIOGRAFIA: KISSINGER, Henry. Diplomacy. New York: Simon & Schuster, 1994. . NÉRARD, François−Xavier; REY, Marie−Pierre. Atlas Histórico da Rússia: de Ivan III a Vladimir Putin. Lisboa: Guerra & Paz, 2024. PRIMAKOV, Yevgeny. Russian Crossroads: Toward the New Millennium. Tradução de Felix Rosenthal. New Haven: Yale University Press, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7608**

TITULO:Capital e colonialismo: o papel do financiamento holandês na estruturação do sistema escravista brasileiro (1580–1654)

AUTOR(ES) : **GABRIEL AUGUSTO ABREU VIEIRA ALVES**

ORIENTADOR(ES): **JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN**

RESUMO: A presença holandesa no Brasil é frequentemente reduzida ao episódio militar da ocupação de Pernambuco (1630–1654), o que termina por eclipsar a forma mais profunda e duradoura de sua atuação na colônia: a econômica. Muito antes da conquista armada, capitais flamengos já comandavam o transporte, a refinação e a distribuição do açúcar nos mercados europeus, a ponto de o negócio açucareiro pertencer, na prática, mais a eles do que aos próprios produtores portugueses. Este trabalho, parte dessa constatação para avançar uma tese mais ampla: seu objetivo é demonstrar que o capital mercantil neerlandês não se confinou à circulação, mas penetrou a própria base econômica e o suprimento de força de trabalho da colônia, financiando a montagem de engenhos e a importação de cativos africanos entre 1580 e 1654. O recorte delimita o arco do sistema cooperativo luso−holandês que a União Ibérica tornou viável e que a Restauração portuguesa, somada à expulsão da Companhia das Índias Ocidentais, viria a romper. Metodologicamente, a pesquisa articula análise documental e revisão bibliográfica crítica, confrontando registros administrativos e contábeis da Companhia com a tradição interpretativa brasileira, a fim de testar a hipótese de que o financiamento externo foi condição estruturante, e não acessória, do escravismo açucareiro. No âmbito de execução, compete o levantamento e o fichamento sistemático das fontes, a reconstituição do debate historiográfico sobre a inserção do Brasil no Atlântico mercantil e a elaboração do argumento que articula capital, escravidão e estrutura produtiva.
Os resultados parciais sustentam que, ao controlar simultaneamente o financiamento, a refinação e a comercialização, os grupos flamengos detinham, de fato, o núcleo do negócio açucareiro, e que o tráfico negreiro entre Angola e Pernambuco operou como monopólio estratégico indissociável dessa engrenagem de acumulação. A presença militar neerlandesa, longe de constituir o episódio decisivo, mostrou−se menos duradoura que suas consequências: ao assimilar a técnica e a organização do engenho, os holandeses transplantaram−nas para o Caribe, fraturando o monopólio que sustentará a aliança e reduzindo à metade os preços do produto nas décadas seguintes. Como consideração parcial, este trabalho sustenta que a escravidão colonial brasileira não pode ser compreendida como fenômeno endógeno ou meramente luso−brasileiro: ela foi, desde suas origens, o eixo sobre o qual o capitalismo atlântico se organizou, e o financiamento holandês constitui a evidência mais eloquente dessa integração estrutural entre capital, colonialismo e trabalho forçado.

BIBLIOGRAFIA: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. BOXER, Charles R. Os holandeses no Brasil: 1624–1654. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. EBERT, Christopher. Between empires: Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550–1630. Leiden; Boston: Brill, 2008. (Atlantic World, v. 16).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7611**

TITULO:Elementos para Uma Crítica Marxista ao Pensamento Pós−Colonial e Decolonial nas Relações Internacionais

AUTOR(ES) : **FABRICIO DE MARTINO MOTA FIGUEIREDO,LENIN CONRADO GOMES FERREIRA,VANDERLUCIO CABRAL BOTELHO**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES,EDUARDO GONçALVES SERRA**

RESUMO: O chamado pensamento decolonial consolidou−se como influente nas Relações Internacionais, propondo uma ruptura com o eurocentrismo e a "colonialidade do saber". Contudo, a perspectiva marxista pode identificar limites nesta abordagem, chegando a discutir se não faria parte de um "irracionalismo de esquerda" contemporâneo. A crítica central reside no fato de que o movimento decolonial operaria uma espécie de "virada idealista", substituindo a análise das contradições materiais e históricas do capital por disputas epistêmicas e linguísticas. Ao desvincular o colonialismo de sua base material de produção, o capitalismo mundial, autores decoloniais tenderiam a tratar a dominação como expressão de uma "matriz epistêmica" abstrata, esvaziando o referente histórico real e as mediações da teoria do valor. Essa operação resultaria em um tipo de “enclausuramento” da identidade em níveis supra−históricos, tratando processos sociais como separados da verdade objetiva. Um dos mais importantes problemas seria que, no limite, a crítica decolonial recuaria para um "conformismo prático", pois, ao focar na "desobediência epistêmica", ignora a lógica do monopólio e a subjetivação neoliberal que sustentam o imperialismo contemporâneo. Partindo−se do pressuposto marxista de que a superação da dominação exige a apreensão da totalidade das relações sociais e o resgate da razão dialética, sem a qual a crítica permanece presa à aparência fetichizada da realidade, o objetivo do presente trabalho é traçar reflexões sobre em que medida o abandono da categoria de totalidade e da crítica da economia política pelo pensamento decolonial nas Relações Internacionais compromete a apreensão das estruturas materiais de dominação e a formulação de estratégias de transformação social efetivas. A hipótese inicial é a de que o "giro decolonial", ao priorizar o conflito entre epistemes em detrimento da análise das relações sociais de produção capitalistas, pode acabar por ajudar a operar um “anticapitalismo romântico” e mesmo uma regressão irracionalista. Essa postura resulta em um isolacionismo defensivo e em um conformismo que, ao não oferecer uma teoria do Estado ou do monopólio como formas de capital, torna−se inoperante para desafiar a estrutura global de exploração, servindo apenas como uma forma de gestão da vida social no interior da universidade neoliberal.

BIBLIOGRAFIA: CHIBBER, V. Postcolonial Theory and the Spectre of Capital. LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003. TOLEDO, Aureo. Perspectivas Pós−coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais. Salvador: EDUFBA, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7613**

TITULO:VIOLÊNCIA URBANA E CONSTITUCIONALIDADE: LIMITES DA ATUAÇÃO ESTADUAL NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **THAYS FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A presente pesquisa insere−se no campo do Direito Constitucional e dos Direitos Humanos e tem como tema a violência urbana e os limites da atuação estatal nas favelas do Rio de Janeiro. O problema decorre das frequentes operações policiais realizadas nessas comunidades, que, embora justificadas pelo combate ao crime organizado, geram questionamentos sobre a compatibilidade de suas práticas com os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988. O objeto da pesquisa consiste em analisar os limites constitucionais da atuação estatal nas operações de segurança pública em favelas cariocas. A pesquisa busca responder à seguinte questão: como a atuação estatal no combate à criminalidade nas favelas do Rio de Janeiro pode conciliar a segurança pública com a proteção dos direitos fundamentais? Sustenta−se que políticas centradas na repressão armada apresentam limitações para a redução da violência e devem ser complementadas por ações voltadas à garantia de direitos e à redução das desigualdades sociais. O marco teórico baseia−se nos estudos sobre Direitos Humanos, segurança pública e constitucionalismo democrático, com destaque para as contribuições de Marielle Franco, além de pesquisas sobre militarização da segurança pública e seletividade da atuação estatal. A metodologia será qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com análise de obras doutrinárias, legislação, documentos oficiais e decisões judiciais. Como suporte empírico, será utilizado o documentário “Notícias de uma Guerra Particular”. Ao final, pretende−se demonstrar que o combate à criminalidade deve ocorrer em conformidade com a Constituição, respeitando os direitos fundamentais e promovendo políticas públicas capazes de enfrentar as causas estruturais da violência urbana.

BIBLIOGRAFIA: SALLES, João Moreira; LUND, Kátia (dir.). Notícias de uma guerra particular. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1999. Documentário. FRANCO, Marielle. UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: N−1 Edições, 2018

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7616**

TITULO:CEIPARM − O RIO DE JANEIRO NO FOCO DO FLUXO MIGRATÓRIO

AUTOR(ES) : **ANA LUIZA CANDIDO MANHAES**

ORIENTADOR(ES): **VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER**

RESUMO: O Rio de Janeiro sempre foi uma das principais portas de entrada para os imigrantes alcançarem o solo brasileiro. Historicamente, o Porto do Rio recebeu mais de 60% de todos os imigrantes que chegaram ao país, principalmente portugueses, africanos e imigrantes do Oriente Médio. Diante desse cenário, a cidade do Rio instituiu o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes através do decreto nº. 42.182, de 11 de dezembro de 2009. A composição do CEIPARM inclui órgãos governamentais de nível federal e estadual, organizações da sociedade civil e organizações internacionais, que possuem o objetivo comum de monitorar e executar o Plano Estadual de Políticas em Atenção a Refugiados. Nesse sentido, questiona−se a eficiência da atuação real do comitê na vida dos imigrantes que se estabeleceram na cidade, e qual tem sido a funcionalidade desses órgãos participantes diante das necessidades desses grupos. Assim, uma das metas dessa pesquisa é traçar um parâmetro entre o que foi proposto, o que foi necessário e o que foi feito pelo Comitê, por meio da análise dos dados divulgados em seus endereços oficiais, do contato com os imigrantes assistidos pela própria Instituição e do acesso aos seus órgãos de atuação. Dessa forma, o objetivo final é investigar a atuação do CEIPARM diante do fluxo contemporâneo de imigrantes, especialmente vindos da Angola e do Congo, bem como identificar as políticas públicas às quais esse grupo tem acesso, considerando os processos de inserção dessas famílias no cotidiano urbano. No que tange à metodologia, essa pesquisa será feita através da leitura e análise de notícias, relatos, casos julgados e bibliografia (livros, artigos, teses e periódicos) relacionados ao tema.

BIBLIOGRAFIA: BERNER, V. B. Imigração e Cidadania na Constituição Federal Brasileira de 1988 GOMES, Olga Heloísa Caminha. Papel das políticas estatais no acolhimento humanizado e participativo dos imigrantes: estudo do Programa Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PEAMRETP). 2024. 65 f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) − Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024 Rocha Raymundo, L. (2016). A construção da política pública estadual de promoção e defesa dos direitos de migrantes e refugiados no estado do Paraná − 2012−2015. Caderno IPARDES − Estudos E Pesquisas, 5(1), 17–36.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7633**

TITULO:CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA INTERVENÇÃO PENAL NOS CRIMES PATRIMONIAIS DE PEQUENA LESIVIDADE

AUTOR(ES) : **THAYS FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A presente pesquisa analisa a aplicação do princípio da insignificância nos crimes de furto de pequena lesividade praticados por pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. Parte−se da constatação de que o sistema penal brasileiro atua de forma seletiva, incidindo com maior frequência sobre grupos socialmente marginalizados e contribuindo para a criminalização da pobreza. A questão−problema é: como a aplicação do princípio da insignificância pode atuar como instrumento de contenção da criminalização da pobreza nos casos de furto de pequena lesividade? Sustenta−se que esse princípio, aliado aos postulados da intervenção mínima, da fragmentariedade e da proporcionalidade, limita a atuação do Direito Penal aos casos efetivamente relevantes, evitando o uso excessivo da punição estatal. O marco teórico fundamenta−se na criminologia crítica e no garantismo penal, especialmente nas contribuições de Nilo Batista, Vera Malaguti Batista, Eugenio Raúl Zaffaroni e Alessandro Baratta, que analisam a seletividade do sistema penal e seus impactos sobre populações vulneráveis. A pesquisa adotará método dedutivo, abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica e documental, incluindo a análise da jurisprudência do STF e do STJ sobre o princípio da insignificância. Ao final, pretende−se demonstrar que sua aplicação fortalece os princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da mínima intervenção penal, contribuindo para uma atuação mais compatível com o Estado Democrático de Direito.

BIBLIOGRAFIA: BATISTA, Vera Malaguti. Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 12. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7648**

TITULO:SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: ENTRE PROTEÇÃO E PUNIÇÃO

AUTOR(ES) : **MARIA LIVIA MENDES DE ARAUJO,NATALIA DA SILVA MENDES**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA SANNA LEAL DE MEIRELLES**

RESUMO: Quando se trata da responsabilização por condutas ilícitas, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece tratamentos distintos para adolescentes e adultos. Enquanto os adultos são submetidos ao sistema penal, os adolescentes em conflito com a lei são inseridos no sistema socioeducativo. Este, objeto da presente pesquisa, constitui uma política pública voltada à responsabilização, proteção e ressocialização de adolescentes infratores. A atuação do sistema socioeducativo deve observar, sobretudo, o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, o qual reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição particular de desenvolvimento, assegurando−lhes prioridade absoluta nas ações promovidas pelo Estado, família e sociedade, bem como a garantia plena de seus direitos fundamentais. Nesse contexto, a presente pesquisa busca analisar se o modelo institucional socioeducativo está efetivamente alinhado à finalidade para a qual foi concebido ou se, na prática, reproduz uma lógica predominantemente punitiva, em detrimento dos princípios que fundamentam sua existência. Questiona−se, ainda, a extensão das semelhanças entre cumprimento das medidas socioeducativas e a execução penal, apesar das diferenças formais entre ambos os sistemas. Além disso, o estudo propõe uma reflexão acerca da desigualdade racial presente no sistema de justiça juvenil, buscando investigar se adolescentes negros e brancos recebem tratamento equivalente ou se há um processo de seleção semelhante ao denominado “funil do sistema penal”, conceito desenvolvido por Eugênio Raúl Zaffaroni, segundo o qual a atuação do sistema de justiça tende a incidir com maior intensidade sobre indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa consiste em realizar uma análise crítica da atuação do sistema socioeducativo e de sua finalidade material, examinando o padrão de aplicação e execução das medidas socioeducativas no âmbito forense. Ainda, a pesquisa tem os seguintes objetivos específicos: verificar se tais medidas, na prática, atendem à finalidade de responsabilização e ressocialização previstas na lei; analisar se essas medidas atendem ao princípio da proteção integral e promovem a dignidade e a preservação dos direitos dos jovens. Para tal, será adotada uma metodologia de caráter qualitativo e empírico. A pesquisa qualitativa será desenvolvida por meio da análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial, com enfoque na interpretação de conceitos jurídicos e na comparação de diferentes entendimentos acerca do tema. Paralelamente, o enfoque empírico buscará compreender a realidade da prática socioeducativa a partir de relatos e experiências de profissionais do sistema de justiça que atuam diretamente na execução das medidas socioeducativas, bem como de jovens submetidos a esse sistema, permitindo uma aproximação entre a previsão normativa e sua efetiva aplicação.

BIBLIOGRAFIA: FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2019. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdida: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2001. BATISTA, Vera Malaguti. Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7661**

TITULO:Saúde sexual feminina, vulnerabilidade de gênero e imputação penal: uma análise crítica dos limites e potencialidades dos arts. 129, 130, 131 e 132 do Código Penal.

AUTOR(ES) : **FLAVIO FRANCELINO JORDAO SIMAS**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA MARTINS**

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo investigar criticamente se os critérios de imputação penal previstos nos arts. 129, 130, 131 e 132 do Código Penal oferecem respostas adequadas às situações de exposição da mulher a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em relações conjugais marcadas por vulnerabilidade de gênero e pela ampliação unilateral de riscos sexuais pelo parceiro. O estudo parte da constatação de que a proteção da saúde sexual feminina envolve questões que ultrapassam a ocorrência da contaminação efetiva, abrangendo também a análise da criação e da ampliação de riscos em contextos de confiança, intimidade e assimetria informacional. A pesquisa não pretende propor a criminalização da infidelidade nem estabelecer juízos morais acerca dos comportamentos sexuais, mas examinar os limites e as possibilidades dos atuais mecanismos de tutela penal da saúde à luz da teoria do delito. A metodologia adotada será qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, doutrinária, legislativa e jurisprudencial. O referencial teórico dialogará com a teoria do delito, especialmente os debates sobre imputação penal, crimes de perigo e crimes de dano, bem como com contribuições da criminologia feminista, da teoria feminista do direito, da bioética e do biodireito. Serão analisadas obras doutrinárias e decisões judiciais relacionadas à exposição a ISTs, à proteção da saúde sexual e à responsabilização penal em situações de criação ou ampliação de riscos. Como resultados esperados, busca−se identificar como a doutrina e a jurisprudência têm interpretado os arts. 129, 130, 131 e 132 do Código Penal diante dessas situações, verificando se os critérios atualmente empregados são suficientes para enfrentar os desafios apresentados por contextos marcados por vulnerabilidade de gênero. Espera−se ainda contribuir para o debate acadêmico acerca da proteção da saúde sexual feminina e dos limites da imputação penal em casos de exposição a riscos sexualmente transmissíveis. De forma preliminar, considera−se que a pesquisa poderá ampliar a compreensão sobre a relação entre teoria do delito, saúde sexual, bioética e direitos das mulheres, oferecendo subsídios para futuras reflexões jurídicas sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA: MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia feminista: novos paradigmas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. PETRA, Priscila Cardia; CAETANO, Karina de Cássia; BARBOSA, Samantha Vitena; CHAVES, Maria Clara Conrado de Niemeyer Soares Carneiro. (Re)pensar a bioética: análise interseccional dos direitos sexuais e reprodutivos. Revista Bioética, Brasília, v. 32, e3516, 2024. TAVARES, Juarez. Fundamentos de teoria do delito. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **7664**

TITULO:Trabalho análogo à escravidão: um estudo sobre a jurisprudência do estado de São Paulo

AUTOR(ES) : **ANTONIO HENRIQUE SOBRINHO DE SOUSA,MIRIAM DA SILVA MAGALHãES,NOEMI DA SILVA,THIAGO RODRIGUES SILVA**

ORIENTADOR(ES): **IVAN SIMõES GARCIA**

RESUMO: O trabalho, na perspectiva marxista, constitui uma prática social indispensável da pessoa humana, por meio da qual o indivíduo transforma a natureza e a si próprio. Para Antunes (2009), o trabalho ultrapassa sua dimensão econômica, assumindo função na construção das relações sociais, da identidade e da própria existência humana. No entanto, com a materialização das relações capitalistas de produção, o trabalho foi ganhando outros sentidos, persistindo formas de exploração laboral que violam direitos fundamentais, dentre elas o trabalho análogo à escravidão, caracterizado por condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, restrição da liberdade de ir e vir, e afronta à dignidade da pessoa humana. Nessa conjuntura, esta pesquisa teve como objetivo analisar e discutir a jurisprudência do Estado de São Paulo, referente às condenações pelo crime de redução à condição análoga à de escravo, buscando identificar os critérios adotados pelos magistrados para caracterizar essa prática. A pesquisa possui abordagem qualitativa, essência empírica, e método de caráter descritivo, além de considerar procedimentos técnicos bibliográficos. O estudo empírico fundamentou−se na coleta e análise de acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relacionados ao crime previsto no artigo 149 do Código Penal, pois conforme Vaz Ferreira e Froener Ferreira (2019), a pesquisa empírica é um procedimento de investigação que requer etapas delineadas para a construção metodológica do trabalho. Como integrantes desta pesquisa, atuamos na revisão bibliográfica, levantamento documental, análise das decisões judiciais e sistematização dos resultados. Foram analisadas decisões judiciais proferidas entre 2008 e 2022, envolvendo casos relacionados à agricultura, à indústria têxtil e à exploração sexual. Os resultados evidenciaram que as condenações foram fundamentadas em elementos como jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho, restrição da liberdade de locomoção e sistemas de endividamento impostos aos trabalhadores. Observou−se ainda que as decisões examinadas se basearam predominantemente em provas materiais e testemunhais, demonstrando a aplicação objetiva do artigo 149 do Código Penal. Infere−se, portanto, que o combate ao trabalho análogo à escravidão exige fiscalização constante, fortalecimento das políticas públicas e atuação efetiva das instituições responsáveis pela proteção dos direitos basilares dos trabalhadores, contribuindo para a promoção da justiça social e da dignidade humana.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Decreto−Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009. VAZ FERREIRA, Luciano; FROENER FERREIRA, Carla. (2020). A pesquisa empírica em direito e sua aplicação na análise de sites da internet. Revista Da Faculdade De Direito Da UERJ − RFD, (36), 1–22. Disponível em: . Acesso em 04 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **7674**

TITULO:DE RESÍDUO AO SUPLEMENTO ALIMENTAR: O IMPACTO DA REGULAMENTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SORO DO LEITE NO MERCADO FITNESS PARA A CONTABILIDADE DE CUSTOS

AUTOR(ES) : **VLADIMIR SILVA TEIXEIRA**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ HENRIQUE BAPTISTA MACHADO**

RESUMO: O trabalho tem por objetivo refletir sobre o processo de valorização do soro de leite e suas implicações contábeis. Antes tratado como resíduo poluente pela indústria de laticínios, nos últimos anos tornou−se insumo de valor para produtos destinados ao mercado fitness. A pesquisa tem abordagem exploratória busca investigar, sob a ótica da contabilidade de custos, de que modo as resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) atuaram como marco institucional nesse processo de ressignificação do soro do leite. A problemática central se encaixa em: quais fatores mercadológicos, regulatórios e tecnológicos foram determinantes para o processo de mudança quanto a percepção de valor do soro do leite? Além disso, outra questão que emerge é o tratamento contábil dos custos decorrentes de produção conjunta que diferem entre resíduo, subproduto e coproduto. Pretende−se compreender esse movimento não por meio de análises quantitativas, mas pela investigação das condições normativas e conceituais que viabilizaram a valorização do soro de leite no contexto pós−regulatório. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica e documental, com ênfase na leitura das resoluções da ANVISA e do MAPA publicadas a partir de 2018 enquanto documentos que marcam a formalização do mercado de suplementos, bem como no exame de autores que discutem o tratamento dos custos na produção conjunta, do reaproveitamento de resíduos e a formação do valor. Além disso, vale analisar também o papel da publicidade em fomentar a necessidade de suplementação de um macronutriente que, embora já presente na alimentação cotidiana, passou a ser consumido de forma isolada e concentrada. A indústria alimentícia tem sido cada vez mais cobrada a adotar os princípios da economia circular. Nesse contexto, o reaproveitamento do soro de leite surge como solução ao problema do descarte, dando acessibilidade ao suplemento proteico, em um momento de expansão do mercado fitness, associando o consumo de proteínas como prática ligadas à saúde e ao desempenho físico. Na perspectiva da contabilidade de custos, o soro do leite transitou da condição de resíduo, material sem valor de mercado, para subproduto, ou coproduto. Nesse contexto, Martins (2025) classifica resíduo como o que sobra sem aproveitamento, e com custo para descarte, enquanto subproduto representa um item secundário com venda estável mas pequena relevância financeira. Já os coprodutos dividem os custos com o produto principal, porque tem importância econômica substancial, próxima do produto principal. Por isso, o soro foi, por muito tempo, um "não valor". Com as novas regulamentações, o mesmo resíduo passou a ser contabilizado como subproduto ou coproduto. A contabilidade de custos reclassifica o soro de leite da condição de resíduo para a de subproduto, evidenciando que seu papel não se limita ao registro de dados, mas também participa da construção da realidade econômica.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa IN nº 28, de 26 de julho de 2018. Estabelece as listas de constituintes, limites de uso, alegações e rotulagem complementar dos suplementos alimentares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jul. 2018. Seção 1, p. 68. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 12ª. ed. São Paulo: GEN / Atlas, 2025. HORNGREN, Charles T. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7734**

TITULO:O potencial da cultura marginal no processo de ressocialização da pessoa privada de liberdade através da biblioteca prisional

AUTOR(ES) : **DRIELLE SOUZA DOS SANTOS,DIOGO XAVIER DA MATA**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON SANTOS COSTA**

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar a viabilidade da utilização da cultura marginal nas bibliotecas prisionais como ferramenta de mediação afetiva no auxílio ao processo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade. O estudo é desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentando−se principalmente no conceito de leitura de mundo de Paulo Freire (2018), de pedagogia engajada de bell hooks (2020) e em discussões acerca do papel social da biblioteca. Parte−se da compreensão de que a biblioteca prisional não deve funcionar apenas como um depósito de livros, mas como um espaço ativo e engajado, capaz de servir à comunidade a qual pertence. Considerando que de acordo com CNJ (2024), cerca de 70% da população carcerária brasileira é composta por pessoas negras, busca−se analisar o potencial da cultura marginal como força motriz para o desenvolvimento do empoderamento do ser, do pensamento crítico e para o auxílio ao processo de ressocialização. Entende−se que a cultura marginal não constitui um elemento externo à realidade das pessoas privadas de liberdade, mas integra suas memórias, vivências, emoções e contextos sociais, manifestando−se por meio de expressões como o rap, o funk, poesia, slam, a literatura periférica, a religião, as relações familiares, experiências de trabalho, entre outros. A partir da leitura de mundo freireana, propõe−se refletir sobre a possibilidade de desenvolver práticas de mediação da leitura que dialoguem com a cultura da própria comunidade atendida, aproximando a biblioteca das experiências e referências culturais dos sujeitos que dela fazem uso. Nessa perspectiva, a mediação fundamenta−se também na concepção de afetividade defendida por bell hooks, compreendida como prática de cuidado, escuta e reconhecimento das vivências dos indivíduos, fortalecendo vínculos e favorecendo processos de transformação pessoal e social. Nesse contexto, a biblioteca prisional é compreendida como espaço de acolhimento, resistência e reconstrução subjetiva, capaz de oferecer uma fuga simbólica da realidade e contribuir para a formação crítica dos indivíduos. Pretende−se, portanto, demonstrar que a utilização da cultura marginal como ferramenta de mediação afetiva pode fortalecer o sentimento de pertencimento, a autoestima e o empoderamento das pessoas privadas de liberdade. Espera−se, ainda, apresentar a biblioteca como espaço de acolhimento para que esses sujeitos se reconheçam em suas próprias histórias e percebam novas possibilidades para suas trajetórias, favorecendo seu processo de ressocialização.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 65. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018. 256 p. BARROSO, Luís Roberto. Lançamento do "Pena Justa": plano nacional para o enfrentamento do estado de coisas institucional nas prisões brasileiras. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp−content/uploads/2025/02/12−02−2025−pena−justa−fala−efetiva.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026. HOOKS, Bell. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. São Paulo: Editora Elefante, 2020. 294 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7741**

TITULO:AS VEIAS SELETIVAMENTE ABERTAS DA AMÉRICA LATINA: AS DIFICULDADES DE ACOLHER REFUGIADOS E IMIGRANTES LGBTQIA+

AUTOR(ES) : **ALICE TAUIL,PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS DA SILVA,GABRIEL LUIZ MARTINS DE SOUZA,SAULO DE TARSO NOVAIS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: Após a Segunda Guerra Mundial, o Sistema Internacional enfrentou um expressivo aumento no número de migrantes e refugiados na Europa e na América Latina, decorrente tanto da fuga de áreas de conflito quanto da perseguição a grupos étnicos e sociais vítimas do genocídio promovido pelo regime nazista. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Convenção de 1951, estabeleceu os critérios jurídicos para a definição da condição de refugiado. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) utiliza os termos "migrante" e "imigrante", compreendendo o primeiro como qualquer pessoa que atravessa fronteiras internacionais, independentemente do motivo ou da situação legal, e o segundo como aquele que ingressa em outro país com a finalidade de nele residir. Entre os critérios para o reconhecimento da condição de refugiado, destaca−se o pertencimento a um grupo social específico. Nesse sentido, pessoas LGBTQIA+ podem ser enquadradas nessa categoria, especialmente em contextos de violações sistemáticas de direitos, o que fundamenta a solicitação de refúgio por indivíduos expostos a tais perseguições. A metodologia deste trabalho consiste na revisão de literatura acadêmica selecionada, com uma abordagem qualitativa de caráter analítico−crítico de dados extraídos de documentos oficiais governamentais da República Federativa do Brasil e da República Argentina, com ênfase na forma em que categorias como refúgio, acolhimento, segurança e burocracia são discursivamente construídas e operacionalizadas. As leituras a serem revisadas no decorrer do trabalho estão especialmente ancoradas na Sociologia Política Internacional, principalmente a partir das contribuições de R. B. J Walker (1993), de Calogero Giametta (2017) e de Isadora França (2017). Têm−se como objetivos responder à pergunta sobre “quais dificuldades burocráticas e sociais refugiados e imigrantes LGBTQIA+ enfrentam ao solicitar refúgio em países latinos americanos?”, assim como explorar tais dificuldades, entender por que elas existem e principalmente analisar de maneira crítica como o acolhimento latino−americano é realizado para esta parte da população. Portanto, entende−se que, mesmo que a América Latina, principalmente países como Brasil e Argentina, possua boas políticas de acolhimento para refugiados e imigrantes, este campo ainda é marcado por assimetrias de poder, práticas burocráticas heterocisnormativas e critérios estatais que condicionam o reconhecimento de sujeitos de direitos, com especial atenção aos desafios enfrentados por solicitantes de refúgio LGBTQIA+.

BIBLIOGRAFIA: FRANÇA, Isadora Lins. “Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. Cadernos Pagu, São Paulo, n.50, dez. 2017. GIAMETTA, Calogero. The Sexual Politics of Asylum: Sexual Orientation and Gender Identity in the UK Asylum System. Nova Iorque: Routledge, 2017. WALKER, R. B. J. Inside/Outside: International Relations as Political Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7747**

TITULO:UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA COVID−19 NA TRAJETÓRIA DE EMPREGABILIDADE ENTRE BRANCOS E NEGROS NO BRASILEIRO DURANTE O PERÍODO DA COVID−19

AUTOR(ES) : **IGOR BIANCO**

ORIENTADOR(ES): **CRISTINA PIMENTA DE MELLO SPINETI LUZ**

RESUMO: A pandemia de COVID−19 foi uma crise sanitária de caráter multidimensional, provocando desdobramentos radicais em diferentes esferas da sociedade. Desde o seu reconhecimento, o vírus se espalhou de forma exponencial, e sua rápida disseminação e a necessidade de frear a sua propagação levaram a restrições de mobilidade, fechamento de negócios e interrupção de atividades econômicas, culminando em um impacto significativo nas taxas de desemprego em escala global. Indicadores do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que, em abril de 2020, o mercado de trabalho brasileiro sofreu a perda líquida de 860.503 postos formais, resultado do descompasso entre 598.596 contratações e 1.459.099 demissões. De acordo com o Ministério da Economia, esse tombo refletiu uma queda drástica de 56,5% nas admissões e um avanço de 17,2% nos desligamentos em comparação ao mesmo período de 2019. Mas, embora a pandemia tenha impactado a população de modo geral, os seus desdobramentos no mercado de trabalho não aconteceram necessariamente de forma uniforme. Afinal, a trajetória histórica brasileira é marcada por processos de exclusão, exploração e pobreza que afetaram de maneira desproporcional a população negra. Segundo Madeira e Gomes (2018), a abolição da escravidão no Brasil foi inacabada e as vulnerabilidades vivenciadas hoje pela população negra são reflexo da história da escravidão. Enquanto os imigrantes europeus chegaram ao país com políticas estatais de financiamento, terras e proteção contratual, os ex−escravizados foram lançados ao mercado sem capital, sem terra, sem qualificação formal e com o estigma racial que a própria ordem escravocrata havia naturalizado. Nesse contexto, e considerando as transformações provocadas pela pandemia a partir de 2020, este trabalho possui um duplo objetivo: analisar e apresentar a evolução das taxas de desemprego por raça ao longo do período pandêmico, bem como nos períodos imediatamente anterior e posterior à crise sanitária e, de maneira mais aprofundada, examinar se o impacto nas taxas de desemprego foi homogêneo entre pessoas negras e brancas. Trata−se de uma pesquisa quantitativa, elaborada a partir dos dados da PNAD Contínua e do método quase−experimental de diferença−em−diferenças. Os resultados obtidos confirmam um impacto diferencial negativo sobre a população negra durante a pandemia, consistente com a literatura. Contudo, observa−se uma reversão desse quadro entre os anos de 2022 e 2023, que, apesar de positiva, pode ser explicada por um mau motivo: a segregação racial preexistente do mercado de trabalho brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: GHIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho, reformas ultraliberais, desigualdades e pandemia no Brasil: os sentidos da crise. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, p. e00325158, 2021. MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. Serviço Social & Sociedade, n. 133, p. 463−479, 2018. DA COSTA SILVA, René Marc. História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial. Universitas Jus (encerrada), v. 24, n. 3, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7753**

TITULO:Dinâmicas de emprego e de salário na metrópole do Rio de Janeiro (2007−2024)

AUTOR(ES) : **JOÃO GABRIEL DA SILVA PIRES DE MÉLO**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: Este trabalho integra o projeto "Segregação residencial e desigualdades urbanas nas metrópoles brasileiras" do INCT Observatório das Metrópoles. O objetivo é analisar a relação entre crescimento do emprego formal e dinâmica salarial nas três sub−regiões da RMRJ, verificando se a redistribuição territorial dos vínculos de emprego foi acompanhada de redução na assimetria de rendimentos entre núcleo e periferia metropolitana. A metodologia baseia−se na construção de série histórica de microdados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A análise dos dados foi viabilizada por meio de linguagem R no ambiente RStudio. Os vínculos ativos foram agrupados, a partir da REGIC (Regiões de Influência das Cidades) de 2018, para a metrópole como um todo e por sub−região. As atividades econômicas foram reclassificadas segundo o nível de intensidade tecnológica e de conhecimento, de acordo com versão adaptada da classificação proposta por Araújo et al. (2018). Com os indicadores de vínculos ativos e massa salarial, construíram−se indicadores comparativos de remuneração média mensal e razões salariais inter−regionais. Entre 2007 e 2024, a Baixada Fluminense elevou sua participação nos vínculos formais da RMRJ de 13,6% para 16,8%, e o Leste Metropolitano de 10,3% para 11,3%, enquanto o município do Rio de Janeiro recuou de 75,4% para 70,9%. Na dimensão salarial, de acordo com o deflator calculado a partir do INPC para dez/2024 em valores constantes, o quadro se inverte, o salário médio mensal real da Baixada caiu de R$1.952 (2007) para R$1.888 (2024), enquanto no município do Rio de Janeiro subiu de R$3.193 para R$3.554. A razão salarial Baixada/Rio oscilou entre 0,53 e 0,64 sem tendência de convergência, atingindo seu menor valor histórico em 2024 (0,53). A análise dos ciclos aprofunda o diagnóstico. Na expansão (2007−2014), a periferia cresceu proporcionalmente mais em vínculos, Baixada e Leste cresceram 48,9% e 58,6%, respectivamente, contra 35,2% no Rio. Na crise política e econômica (2014−2019), o Leste sofreu a maior retração (−27,3%). Durante o choque inicial da pandemia (2019−2020), a periferia exibiu aparente resiliência (Baixada −1,7%; Leste −1,5% contra −6,1% no núcleo metropolitano). Já na pandemia (2020−2022), o crescimento foi relativamente uniforme entre as sub−regiões (Rio 19,3%; Leste 18,8%; Baixada 18,3%). No período pós−pandêmico (2022−2024), a Baixada voltou a liderar (13,6%), distanciando−se do Rio (5,3%) e do Leste (3,3%). Esses dados indicam que a distribuição territorial vigente dos vínculos formais na metrópole do Rio de Janeiro não constituiu um movimento de redução das desigualdades inter−regionais, pois o aumento de vínculos empregatícios na periferia metropolitana não significou acréscimo de renda. Este padrão reproduz uma divisão territorial do trabalho em que a periferia concentra empregos de menor intensidade tecnológica e, portanto, de menor remuneração, mesmo nas fases de expansão.

BIBLIOGRAFIA: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) − Microdados. Brasília: MTE, 2007−2024. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de Influência das Cidades − REGIC 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. ARAÚJO, J. B.; LIVRAMENTO, M.; FINATTI, R.; MAROTA, R. Economias metropolitanas e desenvolvimento regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. In: CONGRESSO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS, 2018, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2018. p. 773−789.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7764**

TITULO:MEDIAÇÃO FAMILIAR E O DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO

AUTOR(ES) : **VITORIA DENIZ**

ORIENTADOR(ES): **MARILSON SANTANA**

RESUMO: A forma como os conflitos são tratados passa por transformações ao longo do tempo, principalmente com o desenvolvimento do poder judiciário, que vem sofrendo com o aumento de sua demanda. Nesse sentido, no âmbito do estudo sobre métodos adequados de resolução de conflitos e da perspectiva de acesso a justiça, torna−se necessário uma reavaliação do sistema de gestão de conflitos existente na atualidade; para tal, a mediação surge como uma possibilidade de proceder com esse acesso de maneira mais efetiva, principalmente em lides que por vezes extrapolam os limites processuais. Assim, a mediação de família é uma opção prevista processualmente e que apresenta benefícios para um sistema de justiça mais democrático e cidadão, sendo uma opção processual com vantagens não somente para as partes, que podem lidar com seus conflitos de maneira mais autônoma e produtiva, mas também atuando como uma forma de efetivação de cidadania. O objeto de pesquisa do presente trabalho é o uso da mediação nos conflitos familiares no âmbito do poder judiciário brasileiro. Este trabalho tem como objetivo analisar o modo como a mediação familiar é vista e utilizada atualmente, assim como identificar pontos de fragilidade que podem ser utilizados para aprimorar a uso desse método no contexto do poder judiciário. Para tal, o trabalho busca articular conceitos da mediação, do direito de família e do estudo sobre mecanismos de acesso a justiça. Trata−se de um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizadas doutrinas de Direito de Família e Direito Processual, assim como livros específicos de mediação indicados pelo professor orientador. Não somente, ocorreu também revisão bibliográfica por meio de sites de busca, através das palavras−chave: mediação, mediação familiar, acesso a justiça e família. A pesquisa ainda se encontra em fase de produção, mas dentre os resultados parciais tem se encontrado diversos benefícios do uso da mediação, assim como obstáculos para sua efetivação no sistema de justiça atual. A análise do instituto sob a ótica do direto em diálogo com técnicas advindas da psicologia tem direcionado para um entendimento de que a mediação se apresenta como uma forma promissora de se lidar com os conflitos de família.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Tania. Caixa de ferramentas em mediação: aportes práticos e teóricos. São Paulo: Dash, 2014. MOORE, Christopher W. O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. URY, William; FISHER, Roger; PATTON, Bruce. Como chegar ao sim: como negociar acordo sem fazer concessões. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7770**

TITULO:A Evolução da Jurisdição Internacional no Ciberespaço: Responsabilidade Transnacional e Mecanismos de Cooperação Jurídica

AUTOR(ES) : **ANA CLARA FELIX DE LIMA BOLONHA,TOMáS BOTAFOGO DE AGUIAR**

ORIENTADOR(ES): **PAULO EMÍLIO VAUTHIER BORGES DE MACEDO**

RESUMO: Com o passar do tempo, a internet evoluiu ao ponto de interligar todos os polos do globo, criando o que chamamos de ciberespaço. Essa interconectividade transfronteiriça, além de beneficiar a troca de informações e cultura entre povos distintos, trouxe consigo desafios para a cibersegurança de nacionais. O emblemático caso do vírus ILOVEYOU (2000) expôs o vácuo normativo e a ausência de uma jurisdição internacional capaz de responder a ataques cibernéticos transfronteiriços. Nesse sentido, o avanço do cenário cibernético e da atuação de atores maliciosos evidenciam essa problemática no Direito Internacional Público: a responsabilidade dos Estados pela proteção de suas infraestruturas virtuais. Diante dessa questão, o trabalho analisará a seguinte questão: como o princípio da Diligência Devida (Due Diligence) e os mecanismos de jurisdição do Direito Internacional Público evoluíram para fundamentar a responsabilidade internacional do Estado frente à disseminação de malwares transfronteiriços? Partindo desta premissa, o artigo analisa a proteção ciberespacial com base no Tallinn Manual 2.0 que especifica que o ambiente virtual não é um espaço sem leis e que os Estados exercem sua soberania nesse ambiente. Utiliza−se, também, a Convenção de Budapeste para apontar o dever de cooperação jurídica transfronteiriça. Como estudo de caso, examinam−se o ataque NotPetya via M.E.Doc (2017) e a circulação recente de softwares maliciosos na plataforma Steam. Sob o prisma da Responsabilidade Internacional do Estado por atos ilícitos transfronteiriços, argumenta−se que a soberania digital moderna vincula−se à capacidade e ao dever do Estado de fiscalizar atores não estatais sob sua jurisdição territorial para evitar danos a terceiros Estados. Essa lógica pauta−se, também no princípio da Diligência Devida (Due Diligence, consolidado no âmbito internacional pelos casos Alabama (1872) e Canal de Corfu (1949), que consolidaram o dever dos Estados de não permitirem que seu território seja utilizado para a realização de atos contrários aos direitos de outros Estados. Dessa forma, pretende−se demonstrar que a efetividade da proteção do ciberespaço depende da reafirmação da responsabilidade estatal e do fortalecimento da cooperação jurídica e administrativa entre os Estados. A metodologia se pauta em uma pesquisa qualitativa e documental, feita por meio da análise bibliográfica e jurisprudencial.

BIBLIOGRAFIA: SCHMITT, Michael N. (ed.). Tallinn Manual 2.0 on the International Law Applicable to Cyber Operations. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. BRASIL. Decreto nº 11.491, de 12 de abril de 2023. Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023−2026/2023/decreto/d11491.htm. Acesso em: 1 jun. 2026 PELLET, Alain et al. Droit international public. 9. ed. Paris: LGDJ, Lextenso, 2022. Chapitre 2: La responsabilité internationale des États et des organisations internationales, p. 1077−1155.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7785**

TITULO:CAMINHOS DO DIREITO

AUTOR(ES) : **TAINA CHAVES DE MORAES**

ORIENTADOR(ES): **CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO: A atividade consiste em um jogo de tabuleiro, chamado Caminhos do Direito. A intenção é ser uma atividade lúdica e educativa voltada para jovens, com o objetivo de tornar acessíveis conhecimentos sobre seus direitos básicos e cotidianos, frequentemente desconhecidos. A dinâmica envolve dois grupos competindo entre si, percorrendo um tabuleiro físico com o auxílio de peões e dados, enquanto respondem a perguntas sobre direitos civis, crimes comuns e garantias previstas na legislação brasileira, com foco na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. As perguntas aparecem em formatos variados, como cartões de verdadeiro ou falso, questões de múltipla escolha, exemplos de casos, dentre outros, tornando a aprendizagem mais envolvente. Ao final da partida, o grupo que acumular mais acertos ou atingir primeiro o final do percurso será premiado. Entre os temas abordados estão direitos muitas vezes negligenciados, como a criminalização da violência psicológica, o direito ao arrependimento em compras online (em até sete dias), a proibição de difamação em aplicativos de mensagens, e o acesso gratuito à justiça por meio dos juizados especiais sem a necessidade de advogado etc. O jogo também destaca garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e direitos essenciais como o acesso à água potável e a banheiros em locais públicos e instituições como escolas. Dessa forma, a oficina Caminhos do Direito promove a conscientização sobre direitos fundamentais de maneira interativa e colaborativa, incentivando o debate, a cidadania e o protagonismo juvenil no entendimento e defesa de seus próprios direitos.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 06 jun. 2026. BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: . Acesso em: 06 jun. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7786**

TITULO:O parecer do CADE contra a fusão entre estácio e kroton: uma análise concorrencial à luz da contabilidade e do direito

AUTOR(ES) : **RODRIGO DE MELO BARBOSA ANDRADE,RAFAEL VANDYSTADT SIS CALVINO BELLON,RAPHAEL NOGUEIRA SIMOES,MARCOS GABRIEL DA SILVA BATISTA**

ORIENTADOR(ES): **ALBERTO LOPES DA ROSA,NIVEA CORCINO LOCATELLI BRAGA**

RESUMO: O presente trabalho é fruto de atividade de ensino na disciplina de Legislação Comercial no curso de Ciências Contábeis/UFRJ, na qual foi analisada a operação de fusão entre as gigantes do ensino superior privado Kroton e Estácio, operação vetada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2017, no Ato de Concentração nº 08700.005775/2016−47. O objetivo é analisar a operação sob as perspectivas contábil e jurídica, por meio da lente da gestão de riscos e da qualidade da informação financeira. A análise concentra−se em como a evidenciação contábil, especialmente no que se refere aos ativos intangíveis e ao goodwill, poderia atuar como instrumento de mitigação de riscos de mercado e de validação das projeções de sinergia apresentadas pelas requerentes, bem como nos possíveis entraves jurídicos decorrentes da operação. Trata−se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de estudo de caso, utilizando pesquisa bibliográfica e documental. A análise foi realizada com base em pareceres e decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), bem como em documentos financeiros e contábeis constantes do processo administrativo referente ao Ato de Concentração nº 08700.005775/2016−47. A operação consistia na aquisição do controle da Estácio pela Kroton mediante incorporação de ações. O mercado já apresentava grande concentração: a Kroton possuía cerca de 37% do segmento de ensino a distância (EAD), participação que se elevaria para aproximadamente 46% após a fusão. A empresa resultante se tornaria a maior do mundo em número de alunos, reunindo cerca de 1,5 milhão de estudantes. Tal concentração de mercado poderia intensificar a acumulação de ativos intangíveis de difícil mensuração e monitoramento, além de suscitar questionamentos quanto à observância do princípio da livre concorrência, previsto no art. 170 da Constituição Federal. Os remédios estruturais propostos foram analisados sob a ótica do risco de descontinuidade operacional e da possível ineficiência na alienação de unidades. Ademais, a chamada “defesa de eficiência” apresentada pelas empresas careceu de respaldo consistente nas demonstrações financeiras, uma vez que não foram evidenciados mecanismos claros pelos quais os alegados ganhos de escala seriam efetivamente convertidos em melhoria dos resultados operacionais sem comprometer a qualidade do ensino. Tal aspecto revela especial relevância em um mercado cuja demanda apresenta reduzida sensibilidade a preços, mas elevada sensibilidade à percepção de qualidade — elemento predominantemente intangível e de complexa gestão. Conclui−se que o veto do CADE foi uma decisão fundamentada, alinhada à livre concorrência e relevante como precedente no setor educacional. Sob a ótica contábil, a operação reforçou a importância da transparência na divulgação de ativos intangíveis, goodwill e projeções de sinergia para a avaliação dos riscos em combinações de negócios.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. CADE. Ato de Concentração nº 08700.005775/2016−47. Julgamento da fusão Kroton/Estácio. Brasília, 2017. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 15 (R1): Combinação de COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa. 24. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023. v. 1. Autores: Rafael Vandystadt Sis Calvino Belllon, Raphael Nogueira Simões, Rodrigo de Melo Barbosa Andrade, Marcos Gabriel Da Silva Batista Orientador: Alberto Lopes da Rosa, Nivea Corcino Locatelli Braga

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7795**

TITULO:EXCESSO DE LEGÍTIMA DEFESA: O DEVER SER TOLERANTE E COMPASSIVO DA MULHER NO BRASIL

AUTOR(ES) : **LIVIA ABRANTES GOMES,CARLA**

ORIENTADOR(ES): **ANA LUCIA SABADELL**

RESUMO: A violência doméstica contra as mulheres constitui uma das principais manifestações da violência de gênero em nossa sociedade. Desde a década de 1970, os estudos feministas passaram a analisar esse fenômeno como mecanismo de produção e reprodução da dominação patriarcal, especialmente no âmbito das relações privadas e domésticas. A recorrência desse tipo de violência e sua elevada incidência levaram organismos nacionais e internacionais a reconhecerem sua gravidade e a formularem instrumentos jurídicos voltados à proteção das mulheres. Apesar dos avanços promovidos pelos movimentos feministas e da consolidação de instrumentos legais de tutela, ainda persistem obstáculos relevantes no reconhecimento, pelo sistema de justiça, das especificidades das experiências femininas em contextos de violência. Nesse cenário, destaca−se o debate em torno do denominado excesso de legítima defesa, especialmente quando mulheres submetidas a ciclos prolongados de agressões são responsabilizadas criminalmente por reagirem à violência praticada por companheiros ou ex−companheiros. A presente pesquisa tem como objetivo analisar criticamente a forma pela qual o instituto do excesso de legítima defesa é aplicado nos casos de violência doméstica envolvendo mulheres. Busca−se compreender de que maneira os discursos jurídicos e as decisões judiciais interpretam as reações femininas em contextos marcados por violência continuada, ameaças recorrentes e insuficiência das medidas estatais de proteção. Parte−se da hipótese de que a avaliação jurídica dessas condutas ainda se fundamenta em parâmetros abstratos e universalizantes, desconsiderando as condições concretas em que a violência de gênero ocorre. Além disso, pretende−se investigar como os estereótipos de gênero influenciam a construção das narrativas processuais e a caracterização do excesso defensivo, contribuindo para a revitimização das mulheres no âmbito penal. Metodologicamente, a pesquisa será desenvolvida por meio de revisão bibliográfica interdisciplinar, articulando criminologia crítica, teoria feminista do direito e sociologia jurídica, bem como pela análise de caso específico. Por fim, espera−se demonstrar que a interpretação tradicional da legítima defesa tende a ignorar o caráter estrutural da violência doméstica e as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres, produzindo respostas jurídicas que frequentemente reforçam desigualdades já existentes.

BIBLIOGRAFIA: Sabadell, Ana Lucia. PERSPECTIVAS JUSSOCIOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EFETIVA TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E/OU REPRESSÃO PENAL Campos, Carmen Hein de. Criminologia Feminista: teoria feminista e crítica às criminologias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. ALMEIDA, Suely Souza de. Femicídio: algemas invisíveis do público−privado. Rio de Janeiro: Revinter: 1998.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7797**

TITULO:A Governança Global do Clima: Analisando a Retórica Institucional e as Assimetrias Estruturais do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

AUTOR(ES) : **MARIA CLARA GOMES EVANGELISTA,DANILO GOES PELAGGI,YAN MORCILLO,BEATRIZ PEREIRA DE ARAUJO,CAMILLE BRITO MEDINA MATTOS**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO GONçALVES SERRA**

RESUMO: O trabalho tem como objetivo central avaliar a experiência do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instrumento de operação do mercado de Créditos Carbono criado pelo Protocolo de Quioto (1997), e analisar a distribuição, ao redor do mundo, dos projetos aprovados. O MDL foi concebido para unir países desenvolvidos e em desenvolvimento em torno de uma agenda comum de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), promovendo o desenvolvimento sustentável em nações em desenvolvimento com financiamento de países industrializados para o cumprimento de suas metas de abatimento de GEE. Apesar de seu caráter multilateral, a distribuição geográfica dos projetos aprovados revela profundas desigualdades: a esmagadora maioria das iniciativas se concentra em poucos países do Sul Global, sobretudo China e Índia, evidenciando que o mecanismo, embora global em sua concepção, mostrou−se seletivo em sua aplicação. Compreender as razões para essa assimetria é fundamental para avaliar os alcances e limitações do MDL como ferramenta de desenvolvimento sustentável e de equidade climática internacional. A metodologia utilizada combina revisão bibliográfica e análise quantitativa de dados. Foi realizado um levantamento da literatura sobre o Protocolo de Quioto e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, para contextualizar historicamente o mecanismo e compreender seus fundamentos institucionais e políticos. Em seguida, procedeu−se à análise quantitativa de um banco de dados composto por 8.557 projetos MDL, organizados e categorizados segundo critérios de status de registro, escala, distribuição geográfica e temática. Para a classificação geopolítica dos projetos, foi adotada a designação oficial da UNFCCC, que distingue países Anexo I — nações industrializadas com metas obrigatórias de redução — e países Não−Anexo I — nações em desenvolvimento sem metas compulsórias. Foram identificados padrões de concentração geográfica e preferências temáticas, permitindo uma leitura crítica das assimetrias estruturais do mecanismo. A pesquisa busca fazer uma análise do panorama global do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo a fim de verificar se o impacto dos mercados de carbono sobre os Estados e populações favorece o desenvolvimento limpo das nações por ele afetadas, verificando possíveis lacunas entre a retórica institucional da UNFCCC e a realidade factual. Em uma análise preliminar, verificou−se que a maioria das iniciativas se concentrou em poucos países do Sul Global, sobretudo China e Índia. A pesquisa busca evidenciar se a UNFCCC seguiu critérios mercadológicos, evidenciando limitações estruturais em termos de equidade climática.

BIBLIOGRAFIA: KEOHANE, Robert O.; VICTOR, David G. The Regime Complex for Climate Change. Perspectives on Politics, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 7–23, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S1537592710004068. Acesso em: 11 mai. 2026. MICHAELOWA, Axel (ed.). Carbon markets or climate finance?: low carbon and adaptation investment choices for the developing world. Abingdon: Routledge, 2012. UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Clean Development Mechanism (CDM). Bonn: UNFCCC, [2026]. Disponível em: https://cdm.unfccc.int/. Acesso em: 11 mai. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7798**

TITULO:INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA, RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL E INTEGRIDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS E DOS MARCOS REGULATÓRIOS APLICÁVEIS À PRÁTICA JURÍDICA

AUTOR(ES) : **LUCAS HENRIQUE EIRAS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JOÃO MARCELO DE LIMA ASSAFIM**

RESUMO: A pesquisa analisa os limites éticos, processuais e profissionais do uso da inteligência artificial generativa na prática jurídica, com ênfase nos riscos decorrentes da produção automatizada de textos jurídicos aparentemente técnicos, mas nem sempre verificáveis ou fidedignos. O trabalho parte da delimitação técnica dos modelos de linguagem, destacando seu funcionamento probabilístico, a possibilidade de alucinações e a opacidade algorítmica. A investigação adota abordagem bibliográfica, documental e analítica, articulando doutrina processual, marcos regulatórios e análise de casos concretos recentes, selecionados por sua relevância institucional e repercussão no debate sobre o uso da inteligência artificial no sistema de Justiça, abrangendo episódios envolvendo a atuação da advocacia, da magistratura e dos tribunais. Entre os episódios examinados, destacam−se situações envolvendo jurisprudência inexistente, distorção de súmulas vinculantes, manipulação tecnológica de autos processuais por técnicas como prompt injection , prova produzida por IA e questionamentos sobre autoria decisória no âmbito da magistratura. O problema central consiste em verificar em que medida o uso acrítico dessas ferramentas pode comprometer a boa−fé processual, o dever de fundamentação, o contraditório, a integridade do processo e a responsabilidade profissional dos sujeitos que atuam no sistema de Justiça. Sustenta−se que a IA generativa pode funcionar como instrumento auxiliar relevante, mas não substitui a atividade humana de interpretação e decisão. Conclui−se que a incorporação da inteligência artificial à prática jurídica exige cautelas distintas por parte dos operadores do Direito. Na atuação profissional, impõem−se ao advogado o dever de verificar e assumir responsabilidade pelo conteúdo automatizado incorporado aos autos. No âmbito da magistratura, o uso dessas ferramentas não deve comprometer a autoria decisória, o dever de fundamentação e a valoração humana da prova e dos argumentos trazidos a juízo. No plano institucional dos sistemas de Justiça, exige−se governança adequada, com mecanismos de rastreabilidade, auditabilidade e transparência sobre as ferramentas adotadas nos tribunais.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. Inteligência artificial: promessas, riscos e regulação. Algo de novo debaixo do sol. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1−45, 2024. JI, Ziwei et al. Survey of hallucination in natural language generation. ACM Computing Surveys, [S.l.], v. 55, n. 12, art. 248, p. 1−38, 2023. TARUFFO, Michele. A motivação da sentença civil. Tradução de Daniel Mitidiero, Rafael Abreu e Vitor de Paula Ramos. 1. ed. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7806**

TITULO:PodCREST: os 135 anos do Supremo Tribunal Federal

AUTOR(ES) : **PEDRO LUIZ DA SILVA COSTA MESQUITA**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: O PodCREST, o Podcast do Grupo de Estudos Críticos do Estado da FND, é uma ação de extensão na modalidade projeto, cujo objetivo é divulgar para um público amplo a discussão de temas jurídicos e políticos de relevância social no âmbito da Teoria do Estado. Desde 2023 o Grupo participa das chamadas públicas para seleção e veiculação de conteúdos na Rádio UFRJ, na qual veicula desde então as temporadas do PodCREST: em 2023, “35 anos da Constituição”; em 2024, “60 anos do golpe”; em 2025, “80 anos da ONU”; e, em 2026, “os 135 anos do STF”. Os programas apresentam, por meio de uma linguagem acessível, acontecimentos da trajetória histórica do Estado e da Constituição no Brasil. Contam com a participação de estudantes que fazem parte do CREST, além de docentes convidados. A finalidade é aproximar o público em geral da discussão sobre temas relacionados à democracia, que em regra são afastadas da população por meio de argumentos e linguagem formal e técnica. O público−alvo é composto dos ouvintes da Rádio UFRJ, emissora educativa compromissada com uma comunicação pública de qualidade. O projeto surge, portanto, a partir da identificação do problema da ausência de debates e informações sobre temas ligados à política e constituição entre as pessoas em geral, e da compreensão que um programa de rádio, valorizando a rádio universitária, é o meio adequado para desenvolvê−lo. O projeto, em andamento, conta com a participação de 30 estudantes, incluindo o autor do resumo, que atua como bolsista extensionista do PROFAEX 2026 junto ao Programa “Construindo Um Rádio Dialógico: Por Uma Nova Comunicação em Mídia Sonora”. A atual temporada é dedicada aos 135 anos do STF, instituição de destaque no cenário político, jurídico e social nacional, envolvida nas principais decisões de interesse público dos últimos anos. Na construção do programa, as ações desenvolvidas pelos extensionistas são: pesquisa bibliográfica e documental para determinar os principais temas ligados ao STF; seleção das temáticas dos 5 episódios que compõem a temporada (a saber: criação do STF; política de gênero na composição e nas decisões do tribunal; o protagonismo político do STF; o uso de novas tecnologias no tribunal; e a defesa da democracia pelo STF); elaboração e revisão dos roteiros; narração em estúdio sob supervisão de equipe técnica; e criação de material de divulgação do programa nas redes sociais em colaboração com a Rádio. Para avaliar a aprendizagem ao longo das atividades, reuniões periódicas com a equipe são organizadas. Com isso, a ação contribui para uma formação crítica baseada na missão profissional e cidadã de aproximar a população das discussões constitucionais, permitindo aos estudantes que apliquem os conhecimentos adquiridos na graduação para elaborar conteúdos orais e escritos sobre assuntos técnicos e específicos, porém numa linguagem dinâmica e atrativa ao público geral.

BIBLIOGRAFIA: ARGUELHES, Diego Werneck. O Supremo: entre o direito e a política. Rio de Janeiro: História Real, 2023. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: concretizando direitos humanos, liberdade de expressão, democracia e novas tecnologias. STF; CNJ, 2024. RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. Os Onze: o STF, seus bastidores e suas crises. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7819**

TITULO:Capital, gênero e poder: a limitação da ascensão feminina na burocracia corporativa do mercado financeiro.

AUTOR(ES) : **LARISSA TOME**

ORIENTADOR(ES): **CAIO MARTINS**

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar como as estruturas burocráticas e as relações de poder presentes no mercado financeiro brasileiro limitam a ascensão de mulheres a cargos de liderança. Enquanto mulher, nascida na Baixada Fluminense, estando simultaneamente na faculdade de Administração, percebo, na sala de aula e nos estágios, que o mercado financeiro ainda é predominantemente ocupado por homens. Como apontam Checon, Gomes e Yoshinaga (2023, p.48) que: “[...] as mulheres deparam com um duplo telhado de vidro para avançar na carreira: o primeiro para alcançar posições gerenciais e o segundo para chegar aos cargos mais altos.”. Com isso, a justificativa dessa pesquisa fundamenta−se e possui ênfase na teoria da reprodução social e no feminismo marxista. O objetivo é compreender como a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo contribui para a (re)produção de desigualdades de gênero no ambiente corporativo. Embora as mulheres tenham ampliado sua participação no mercado de trabalho nas últimas décadas, ainda continuam sendo minoritárias em cargos decisórios, especialmente nos setores historicamente masculinizados, como o financeiro. A metodologia desta pesquisa se dá por uma revisão bibliográfica e documental, com abordagem descritiva e explicativa. Além disso, foram analisados dados secundários provenientes de fontes oficiais, como IBGE, PNAD Contínua, RAIS, ANBIMA e OMFIF e de relatórios institucionais, Formulários de Referência disponibilizados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), artigos científicos e literatura especializada. A pesquisa, portanto, oportuniza a compreensão de que a desigualdade de gênero no mercado financeiro constitui um fenômeno estrutural, sustentado por relações históricas de poder e pelas formas de organização do trabalho que dificultam o acesso das mulheres aos espaços decisórios. Torna−se, assim, fundamental a ampliação de oportunidades e condições do trabalho feminino para a construção de ambientes mais inclusivos e diversos. Referências bibliográfica: CHECON, B. Q.; GOMES, L. M. P. S.; YOSHINAGA, C. E. Desigualdade de gênero no mercado financeiro: uma verdade inconveniente. GV−executivo, v. 22, n. 2, 2023.

BIBLIOGRAFIA: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros−e−colecoes/marx−e−engels/o−capital−livro−1.pdf. CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2015. CHECON, Bianca Quirantes; GOMES, Laura Mendonça Penido Sampaio; YOSHINAGA, Claudia Emiko. Desigualdade de gênero no mercado financeiro: uma verdade inconveniente. GV−executivo, v. 22, n. 2, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7841**

TITULO:Modelagem de negócios como processo de estruturação e planejamento em startups de impacto

AUTOR(ES) : **ARTUR MEIRA DA LUZ,KELYANE SILVA,DANIELE AMORIM**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: Modelagem de negócios como processo de estruturação e planejamento em startups de impacto O presente resumo tem como objetivo analisar a modelagem de negócios como um processo estratégico de estruturação e planejamento aplicado à incubação de startups de impacto social e ambiental. A pesquisa concentra−se nas ferramentas Business Model Canvas e Lean Canvas, investigando como elas contribuem para a organização das propostas de valor, definição do público−alvo, identificação de fontes de receita, estabelecimento de parcerias estratégicas e construção de modelos sustentáveis capazes de conciliar desempenho econômico e geração de impacto positivo. A modelagem de negócios descreve a forma como uma organização cria, entrega e captura valor, sendo um instrumento essencial para o desenvolvimento de novos empreendimentos. Nesse contexto, o Business Model Canvas possibilita uma visão integrada dos principais componentes do modelo de negócio, enquanto o Lean Canvas, desenvolvido para startups em estágio inicial, prioriza a formulação e validação de hipóteses, a identificação de problemas e soluções, a experimentação contínua e a redução de riscos inerentes à inovação. A pesquisa possui caráter exploratório e abordagem qualitativa, fundamentando−se na análise de casos de empreendimentos incubados, em entrevistas com empreendedores e na observação do processo de modelagem realizado durante a incubação. Essa metodologia busca compreender de que maneira as ferramentas de modelagem auxiliam na tomada de decisão, na adaptação das estratégias empresariais e na validação de soluções alinhadas às demandas do mercado e aos objetivos de impacto social e ambiental. Espera−se demonstrar que a modelagem de negócios vai além de uma ferramenta administrativa, constituindo−se como um processo contínuo de aprendizagem, validação e planejamento estratégico. Ao integrar inovação, sustentabilidade e geração de valor, o Business Model Canvas e o Lean Canvas fortalecem a capacidade das startups incubadas de estruturar modelos de negócio resilientes, escaláveis e orientados para a solução de desafios sociais e ambientais, contribuindo para o desenvolvimento de empreendimentos de impacto mais sustentáveis e competitivos.

BIBLIOGRAFIA: MAURYA, Ash. Running Lean: iterate from plan A to a plan that works. 2. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2012. OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business Model Generation: inovação em modelos de negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011. BOSTON CONSULTING GROUP. Business model innovation. Disponível em: https://www.bcg.com/capabilities/innovation−strategy−delivery/business−model−innovation. Acesso em: 27 maio 2026. SEBRAE PARANÁ. Modelagem de negócios: o que é e por que é importante. Disponível em: https://sebraepr.com.br/comunidade/artigo/modelagem−de−negocios−o−que−e−e−por−que−e−importante. Acesso em: 27 maio 2026

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7853**

TITULO:TECNOLOGIA DIGITAL NO MUSEU DA MARÉ: A CATALOGAÇÃO DIGITAL DO ACERVO DOCUMENTAL DO ARQUIVO DONA OROZINA VIEIRA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA TERRITORIAL E DE FORTALECIMENTO DE DIREITOS DA FAVELA

AUTOR(ES) : **ANABELLA PEREIRA DE MACEDO**

ORIENTADOR(ES): **ALEX FERREIRA MAGALHAES**

RESUMO: O presente relatório apresenta a experiência da catalogação documental do Arquivo Dona Orosina Vieira, vinculado ao Museu da Maré, como uma iniciativa de preservação da memória territorial e de potencializar direitos da favela. O trabalho é resultado da parceria entre o projeto de pesquisa “O Direito das Favelas”, do Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro (IPPUR/UFRJ) e o Museu da Maré (CEASM), contando com assessoria técnica popular, com o objetivo de avaliar de que forma o uso de tecnologia digital contribui para o acesso à informação, à cultura e à história de territórios historicamente marginalizados. A metodologia adotada envolve a catalogação sistemática de documentos textuais do acervo, por meio da plataforma Tainacan, abrangendo atas de reuniões, ofícios e registros administrativos das associações de moradores do Morro do Timbau, da Nova Holanda e da Vila dos Pinheiros, produzidos ao longo das décadas de 1960 a 2000. Os resultados indicam a catalogação digital e organização de um acervo composto por 585 documentos e atividades que potencializam a construção democrática da memória territorial de comunidades do Complexo da Maré. Conclui−se que a iniciativa fortalece a preservação documental e a identidade cultural local, promovendo práticas de cidadania e participação social, com vistas ao acesso público à memória territorial das comunidades envolvidas.

BIBLIOGRAFIA: HARVEY, David. O direito à cidade. New Left Review, n. 53, p. 23−39, 2008. Acesso em: 5 maio 2026. MUSEU DA MARÉ. Acervo Digital do Museu da Maré. Arquivo Museu da Mare, 2023. Disponível em: . Acesso em: 05 out. 2025. OLIVEIRA, Thamires Ribeiro de. Arquivos comunitários, memória e favela: proposta de guia de acervo para o arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2023. 230f. Acesso em: 28 out. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7856**

TITULO:O PAPEL DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS NA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DE BAIXA RENDA NOS CURSOS INTEGRAIS DA UFRJ NO CAMPUS PRAIA VERMELHA.

AUTOR(ES) : **RAFAELA PEREIRA DA SILVA,ANNA BEATRIZ ALVARENGA DA SILVA,MAIKON ABREU,LUIZ HENRIQUE VICENTE,ESTER DE LIMA BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **MARIBEL CARVALHO SUAREZ**

RESUMO: Este estudo exploratório analisa os desafios de permanência de estudantes de baixa renda em cursos integrais da UFRJ, no Campus Praia Vermelha, contrastando a realidade de alunos que recebem assistência estudantil com a daqueles que não possuem o benefício. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas em profundidade (Duarte, 2005) com seis graduandos dos cursos de Administração e Psicologia, cujos relatos foram analisados via codificação temática (Catapan et al., 2021). Os resultados detalham que, no contexto dos não bolsistas, o acesso à permanência é barrado por ineficiências burocráticas e falhas institucionais no fluxo de documentos, induzindo à desistência do direito e antecipando a inserção precoce no mercado de trabalho formal. Para os bolsistas, os auxílios garantem a subsistência física imediata, mas mostram−se financeiramente insuficientes frente ao alto custo de vida regional. Evidenciou−se um severo conflito tempo−espaço na rotina discente: a rigidez curricular da grade integral impõe uma barreira temporal (Coulon, 2008) que inviabiliza atividades remuneradas complementares, colidindo com a necessidade de sobrevivência do aluno trabalhador. Essa dinâmica gera desgaste na saúde física e mental, desencadeando sofrimento psíquico marcado por ansiedade e culpa pelo desempenho acadêmico. Esse quadro é agravado pelo "custo invisível" da exclusão geográfica, em que longos deslocamentos intermunicipais de até quatro horas diárias drenam a energia cognitiva dos estudantes periféricos (Prado, 2021). Como as exigências institucionais pressupõem uma dedicação exclusiva típica das classes mais abastadas, os resultados confirmam a reprodução de desigualdades e assimetrias de capital propostas por Pierre Bourdieu. Pode−se concluir que o cenário evidencia um desafio estrutural e de financiamento macroeconômico que ultrapassa o âmbito universitário, em que as políticas de inclusão via cotas colidem com disparidades socioeconômicas profundas e limites materiais de mobilidade urbana

BIBLIOGRAFIA: CATAPAN, Soraia; BARATIERI, Tatiane; NICOLOTTI, Célia Adriana. Codificação: uma possibilidade para análise de dados qualitativos. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 2, p. 5399−5413, 2021. DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62−83, 2005. PRADO, Ruth Maria Moraes Oliveira. Permanência na educação superior: o caso das engenharias da Escola Politécnica da UFRJ. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://ppge.fe.ufrj.br/teses2021/tRuth%20Maria%20Moraes%20Oliveira%20Prado.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7864**

TITULO:A valoração da marca como ativo intangível na hipótese de dissolução parcial da sociedade limitada empresária

AUTOR(ES) : **LAURA DE AZEVEDO BARREIROS**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO: Com o aumento das novas tecnologias e a formação de uma sociedade cada vez mais conectada, as empresas redescobriram a utilização da marca em suas estratégias comerciais de marketing e o valor que uma marca bem construída agrega ao produto. Com o entendimento da marca como uma reserva futura de fluxo de caixa para a empresa, surgem as divergências na valoração da mesma na hipótese de resolução da sociedade em relação a um sócio. A pergunta problema é: Como prosseguir com a valoração do ativo intangível marca na dissolução parcial de uma sociedade limitada empresária tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1335619/SP (2015), fixou o balanço de determinação como critério prevalente na apuração de haveres, deixando a aplicação do FCD (fluxo de caixa descontado) à discricionariedade do magistrado? O que se propõe é a reflexão sobre a disputa entre a autonomia privada e o enriquecimento sem causa das partes (sócio retirante e sociedade), analisando em que medida o sistema judiciário tem intervindo na apuração de haveres e se a aplicação do FCD deveria ser tratada como necessária nesses casos, considerando possíveis divergências de acordo com o método utilizado na valoração. Quanto à metodologia, trata−se de pesquisa qualitativa, de natureza dedutiva, com abordagem documental e bibliográfica: análise de jurisprudência do TJRJ e do TJSP, cruzada com a interpretação doutrinária de Coelho (2011) e Vilela (2023). Espera−se concluir que: (i) a jurisprudência dos Tribunais tende a reproduzir o balanço de determinação como critério principal, relegando o FCD a hipótese excepcional; (ii) ao mesmo tempo, a doutrina defende a possibilidade de valoração autônoma da marca, caso prevista em contrato, por outros meios; (iii) e, por fim, que a tensão entre autonomia privada e enriquecimento sem causa será resolvida priorizando a segurança jurídica do balanço de determinação, salvo exceções contratuais.

BIBLIOGRAFIA: COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. LOPES, Ana Carolina de Morais. Avaliação Da Marca Para Fins De Apuração De Haveres Nas Sociedades Empresárias Limitadas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) − Universidade Federal Rural do Semi−Árido, Mossoró, 2023. VILELA, Renato. Avaliação para fins de apuração de haveres nas sociedades limitadas: apreciação de ativos intangíveis. Tese de Doutorado em Direito Comercial, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7866**

TITULO:A PROTEÇÃO JURÍDICA DE MIGRANTES E REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

AUTOR(ES) : **MARIA REGINA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER**

RESUMO: Os fluxos migratórios internacionais têm revelado desafios crescentes à proteção dos direitos humanos, sobretudo quando resultam de crises políticas, econômicas, sociais e humanitárias. Na América do Sul, a migração venezuelana tornou−se um dos fenômenos mais relevantes dos últimos anos, produzindo impactos diretos nos países vizinhos e exigindo respostas institucionais capazes de articular acolhimento, regularização documental, proteção humanitária e integração social. No Brasil, a entrada expressiva de venezuelanos pelo estado de Roraima levou à criação da Operação Acolhida, resposta humanitária do Governo Federal voltada ao atendimento de migrantes e refugiados venezuelanos em situação de vulnerabilidade. A operação estrutura−se em medidas como ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização, buscando reduzir a pressão sobre os serviços públicos locais e ampliar as possibilidades de integração social, econômica e cultural em outras regiões do país. A relevância jurídica do tema se intensifica diante do reconhecimento da situação venezuelana como contexto de grave e generalizada violação de direitos humanos, fundamento previsto pela legislação brasileira de refúgio. Nesse sentido, o reconhecimento prima facie pelo Comitê Nacional para os Refugiados permite uma análise mais célere dos pedidos de refúgio, deslocando o debate para a efetividade da proteção após o ingresso no território brasileiro. Diante disso, a presente pesquisa busca analisar em que medida a Operação Acolhida pode ser compreendida como instrumento de proteção e integração de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. O problema central consiste em investigar se a resposta brasileira se limita ao acolhimento emergencial ou se efetivamente contribui para a garantia de direitos e para a integração duradoura dessas pessoas. Quanto à abordagem metodológica, foi eleita a documentação indireta, com pesquisa documental, sobretudo da Lei n° 9.474/1997, da Lei n° 13.445/2017, de atos e informações do Governo Federal, documentos do CONARE, relatórios do ACNUR, da OIM e da Plataforma R4V, além de pesquisa bibliográfica em artigos e produções acadêmicas sobre migração venezuelana, refúgio e integração local.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Operação Acolhida. Brasília, DF: MDS, [s.d.]. COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE). Atas do Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, [s.d.]. ACNUR. Relatórios de interiorização da Operação Acolhida. Brasília, DF: ACNUR, [s.d.]. OIM. Informes sobre deslocamentos assistidos de venezuelanos no Brasil. Brasília, DF: OIM Brasil, [s.d.].

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **7877**

TITULO:USO DE CÉLULAS−TRONCO EMBRIONÁRIAS: O CONFLITO ENTRE O DIREITO À VIDA E O DIREITO À SAÚDE SOB A ÓTICA BIOÉTICA

AUTOR(ES) : **ALYSSA GIOVANA GONÇALVES DIAS**

ORIENTADOR(ES): **ANA LUCIA SABADELL**

RESUMO: O avanço das pesquisas com células−tronco embrionárias, ao mesmo tempo que viabilizou avanços significativos na possibilidade de tratamentos mais eficazes de diversas patologias, também trouxe à tona discussões no campo do biodireito, especialmente no que se refere aos limites éticos e jurídicos da utilização de embriões humanos. No Brasil, tal debate concentra−se na necessidade de conciliar o progresso científico com a proteção de direitos fundamentais, especialmente o direito à vida e o direito à saúde. Sendo assim, temos como problema de pesquisa: A aquiescência da utilização de células−tronco embrionárias em pesquisas científicas configura violação ao direito fundamental à vida ou representa opção legítima de promoção do direito à saúde, considerando os parâmetros bioéticos e jurídicos brasileiros? Dessa maneira, a pesquisa objetivou analisar o conflito entre o direito à vida e o direito à saúde no uso de células−tronco embrionárias, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, utilizando os princípios da bioética como instrumento de interpretação e ponderação. A pesquisa adotou o método qualitativo−dedutivo, fundamentando−se na análise da Constituição Federal, da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especialmente o julgamento da ADI 3510, ponderando sobre estas com bases teóricas da bioética. Como resultado, foi constatado que, atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro admite a utilização de células−tronco embrionárias em condições específicas, e assim, sob a perspectiva teórica bioética, verificou−se que a prática pode ser considerada legítima quando respeitados certos critérios, como os citados no artigo 5º da Lei número 11.105/2005 e nos argumentos da AGU em defesa da constitucionalidade da norma durante o julgamento da ADI 3510. Nesse sentido, segundo a bioética consequencialista, a utilização se justifica pela maximização dos benefícios coletivos e pela ausência de dano desproporcional, uma vez que não há prejuízo adicional relevante ao potencial direito à vida do embrião congelado. Do mesmo modo, pela bioética principialista, verifica−se o respeito ao princípio da autonomia, mediante o consentimento dos genitores e a aprovação por comitês de ética, bem como ao princípio da não maleficência, em relação aos embriões serem inviáveis ou não aproveitados para o fim reprodutivo. Portanto, é possível concluir que a utilização de tais células pode ser considerada legítima, dados os parâmetros citados.

BIBLIOGRAFIA: BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. Princípios de ética biomédica. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013. BRASIL. Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. Lei de Biossegurança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004−2006/2005/lei/l11105.htm. Acesso em: 25 abr. 2026. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3510/DF. Relator: Min. Carlos Ayres Britto. Julgamento em 29 maio 2008. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adi3510EG.pdf. Acesso em: 25 abr. 2026.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7889**

TITULO:Estreito de Darién: estudo de caso sobre as falhas da governança global na proteção de direitos de migrantes

AUTOR(ES) : **MELISSA MAYRA SOTO MERCADO,KAILA ANDRADE SANTANA**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL SILVA DA ROCHA COUTINHO ANTUNES,DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O presente trabalho se propõe a analisar as falhas da governança global na proteção dos direitos humanos no Estreito de Darién durante o cenário pós−pandemia (2021−2026). Diante disso, o conceito de Necropolítica oferece uma lente teórica fundamental para compreender a maneira pela qual o poder soberano dita quem pode sobreviver em espaços de exclusão jurídica e geográfica. O objetivo é explicar como a política de externalização de fronteiras dos Estados Unidos constrange a soberania da Colômbia e do Panamá, financiando a militarização para conter os fluxos migratórios. Essa pressão transfere o controle fronteiriço para o sul e agrava a vulnerabilidade de milhares de indivíduos na selva, um território inóspito já fragilizado por milícias armadas e por impactos socioambientais em terras indígenas. Metodologicamente, adota−se uma abordagem qualitativa e análise documental por meio de um estudo de caso. A pesquisa se estrutura a partir do cruzamento entre os relatórios da Organização Internacional para as Migrações (OIM), as estatísticas oficiais dos governos do Panamá e da Colômbia, e os artigos da Convenção da ONU de 1990. Para fundamentar a postura americana, serão analisados documentos institucionais de Washington, como a Estratégia de Causas Raízes da Migração (2021) e a Declaração de Los Angeles sobre Migração e Proteção (2022), instrumentos utilizados regionalmente para uma securitização sob a justificativa de uma gestão coordenada das fronteiras. Pretende−se concluir que as garantias humanitárias universais são neutralizadas na prática, pois a interferência mútua entre atores globais e locais cria uma zona cinzenta que institucionaliza o abandono estatal e a seletividade da vida humana a despeito do direito internacional.

BIBLIOGRAFIA: MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N−1 Edições, 2018. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias. Adotada pela Resolução 45/158 da Assembleia Geral de 18 de dezembro de 1990. HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). Negligenciados na selva: Forçados a migrar pelo Estreito de Darién. Relatório Mundial, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7892**

TITULO:DIVÓRCIO LIMINAR COMO INSTRUMENTO DE TUTELA JURISDICIONAL DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O EXERCÍCIO DO DIREITO POTESTATIVO E A PROTEÇÃO PROCESSUAL

AUTOR(ES) : **LETICIA MARINHO XAVIER,GABRIELA PEREIRA NERIS SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO: O divórcio liminar, instituto processual que consiste na dissolução antecipada do vínculo matrimonial, é um instrumento de tutela jurisdicional que permite a proteção de vítimas de violência doméstica. O objetivo do presente trabalho é analisar o divórcio liminar a partir deste contexto, observando o mecanismo jurídico que busca proteger a integridade física e psíquica da vítima, baseando−se na natureza do divórcio como um direito potestativo e na necessidade de tutela jurisdicional célere. A pesquisa parte da mudança promovida pela Emenda Constitucional nº 66/2010, a qual consolidou o divórcio como direito potestativo, investigando os reflexos dessa transformação no âmbito processual, assim como as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Outrossim, examina−se o tratamento conferido pelo Código de Processo Civil de 2015, com destaque para os seus requisitos e fundamentos jurídicos. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com pesquisa bibliográfica especializada, análise da legislação pertinente e pesquisa jurisprudencial, com os entendimentos consolidados dos tribunais superiores acerca da natureza potestativa do divórcio, buscando assim compreender a eficácia dessa medida processual. Logo, o trabalho tem por finalidade demonstrar que o divórcio liminar é um mecanismo de proteção das vítimas de violência doméstica, de forma a garantir o acesso imediato à justiça, e, assim, contribuindo para a concretização dos direitos fundamentais das mulheres envolvidas neste contexto.

BIBLIOGRAFIA: OLIVEIRA, B. F.; BUZOLIN, L. G. A possibilidade de decretação de divórcio como medida liminar em casos de violência doméstica e os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais no Brasil. Revista da Defensoria Pública da União, 2024. TARTUCE, Fernanda. Divórcio Liminar como tutela provisória de evidência: avanços e resistências. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, v. 95, mar./abr. 2020. HILL, Flávia Pereira; PEIXOTO, Renata Cortez Vieira. O regime processual de decretação do divórcio após a EC 66/10. CNB/SP, ago. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7901**

TITULO:Marcas gestuais e os limites do marketing de oportunidade frente às diretrizes da FIFA e à lei geral do esporte

AUTOR(ES) : **JEFFERSON LUIZ SILVA ROQUE ANTÔNIO,JOÃO PEDRO RIBEIRO COSTA DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO: O presente trabalho investiga a lacuna normativa e jurisprudencial que separa o marketing de emboscada do marketing de oportunidade no contexto da Copa do Mundo de 2026, identificando como problema central a tensão entre as diretrizes privadas da FIFA, que vedam não apenas o uso direto de seus ativos registrados perante o INPI, mas qualquer associação indireta ao evento. O objetivo é examinar em que medida essas diretrizes possuem autoaplicabilidade no território nacional e onde termina a proteção legítima dos ativos da FIFA e começa a compressão indevida da liberdade criativa de empresas brasileiras, com especial atenção ao uso de gestos icônicos vinculados ao futebol. Adotou−se a metodologia qualitativa, de natureza jurídico−dogmática e exploratória, ancorada em análise documental e revisão bibliográfica (CARVALHO, 2018), desenvolvendo a pesquisa em dois eixos. O primeiro analisa o conceito de marcas gestuais e contextuais à luz da doutrina de proteção das marcas visualmente perceptíveis, cotejando−o com o emblemático caso da Brahma na Copa de 1994, quando a marca, sem ser patrocinadora oficial, construiu associação ao torneio por meio do patrocínio individual de jogadores e do gesto do "Número 1" (RONDÓ, 2025) – e comparando essa conduta à sua posição atual como patrocinadora oficial da CBF para 2026, em linha com a discussão doutrinária sobre os limites do marketing por associação (GIACCHETTA; FREITAS, 2011). O segundo eixo realiza mapeamento jurisprudencial de decisões do TJSP, TJRJ e STJ proferidas após a vigência da Lei n.º 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte). A coleta ocorreu por meio de busca pelas palavras−chave “marketing de emboscada” e “marca gestual” nos repositórios oficiais dos referidos tribunais e na base do JusBrasil. Os precedentes coletados foram sopesados à luz da doutrina especializada, mediante método dedutivo, buscando identificar padrão decisório que distingue, com precisão, práticas lícitas de oportunismo predatório. Como resultado parcial, observa−se que o ordenamento brasileiro carece de critérios claros para aferir a ilicitude de campanhas que se valem de expressões e marcas gestuais, sem reproduzir qualquer ativo registrado da FIFA. Conclui−se que a fixação de tais limites, com ancoragem jurisprudencial atualizada, é condição necessária para conferir segurança jurídica aos empresários brasileiros que enxergam o evento esportivo como oportunidade legítima de empreendedorismo, sem incorrer em concorrência desleal.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023−2026/2023/lei/l14597.htm. Acesso em: 1 jun. 2026. GIACCHETTA, A. Z.; FREITAS, C. T. A Copa do Mundo e seus desdobramentos no campo da propriedade intelectual: livre iniciativa vs. ambush marketing. Rev. da ABPI, v.114, p.57−63, 2011. CARVALHO, I. L. de. Pontos jurídicos do ambush marketing: diálogos entre a publicidade de emboscada e o direito penal. Rev. Digital Constituição e Garantia de Direitos, v.11, n.2, p.117−135, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7939**

TITULO:Segurança Pública e o Pacto Federativo: Legitimidade da atuação da Divisão de Elite da Força Municipal no Município do Rio de Janeiro.

AUTOR(ES) : **CASSIO FABIANO MENDES SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A Divisão de Elite da Guarda Municipal (GM−Rio), conhecida como "Força Municipal", foi criada pelo art. 17−A da LC nº 282/2025, sendo um setor especializado com competência para o policiamento ostensivo, preventivo e comunitário, além da proteção de bens e instalações municipais. Sua existência não é juridicamente neutra — o art. 144 da CF/88 não contempla expressamente os municípios como responsáveis pelo policiamento ostensivo, reservado à Polícia Militar pelo §5º, limitando a atuação municipal à proteção patrimonial nos termos do §8º. Embora o STF, no RE 608.588 (Tema 656), tenha reconhecido o policiamento ostensivo comunitário pelas guardas municipais, a decisão condicionou essa atuação à cooperação com os demais órgãos e não encerrou as divergências doutrinárias e jurisprudenciais sobre os limites dessa competência. A pesquisa tem como objeto examinar os limites constitucionais da criação da Força Municipal, com enfoque no pacto federativo positivado na CF/88, respondendo ao seguinte questionamento: o modelo criado pela LC 282/2025 — com divisão de elite, agentes temporários e atuação territorial ampla — enquadra−se nos limites fixados pelo Tema 656, ou os ultrapassa? Essa tensão já se materializa no plano processual nas ADPFs 1238 e 1239, em trâmite no STF, que apontam inconstitucionalidades sob três eixos: violação dos critérios de acesso ao serviço público, desvio das competências das guardas municipais e ampliação irregular do porte de arma de fogo. O marco teórico adotado é o Federalismo Constitucional Brasileiro, trabalhado por José Afonso da Silva e Raul Machado Horta, e o Federalismo Cooperativo, reforçado pela existência do SUSP e da PNSPDS enquanto instrumentos positivados na Lei nº 13.675/2018. A metodologia combina análise documental de textos legais, doutrina e jurisprudência com dados empíricos do ISP−RJ e relatórios institucionais da GM−Rio. Argumenta−se a opacidade do art. 144, que cria um espaço cinzento preenchido de formas distintas pelo legislador e pelo STF; que o Tema 656, embora evolutivo, não autorizou atuação irrestrita; e que a crise de segurança atua como vetor de pressão sobre o pacto federativo, sendo a Força Municipal uma resposta institucional à falência do modelo estadual, reconhecida pelo STF na ADPF 635 . Conclui−se que a criação da Força Municipal evidencia os limites do arranjo federativo vigente, revelando um federalismo de segurança pública cronicamente mal resolvido que força os municípios a ocuparem zonas constitucionalmente opacas diante dos crescentes índices de insegurança.

BIBLIOGRAFIA: SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 44. ed. São Paulo: Malheiros, 2022. BONIZZATO, Luigi. Direito à Segurança e Estado de Segurança no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2026 HORTA, Raul Machado. Estudos de Direito Constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7943**

TITULO:Quem treina a máquina? Scraping jornalístico, direitos autorais e segurança informacional na era da inteligência artificial generativa

AUTOR(ES) : **JEFFERSON LUIZ SILVA ROQUE ANTÔNIO**

ORIENTADOR(ES): **LUCIANA SILVEIRA ARDENTE,CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A inteligência artificial generativa foi construída sobre um paradoxo silencioso: quanto mais sofisticada a resposta do modelo, mais profunda a extração não autorizada de conteúdo alheio que a sustenta. O presente trabalho parte desse paradoxo para investigar as implicações jurídicas do uso massivo de conteúdo jornalístico protegido no treinamento de grandes modelos de linguagem, com foco nos casos paradigmáticos do The New York Times e da Folha de S.Paulo contra a OpenAI – e no que eles revelam sobre a fragilidade estrutural dos sistemas de proteção à informação no ordenamento brasileiro. O objetivo central é examinar criticamente o conflito entre o modelo de negócios das big techs de IA, apoiado na tese do fair use , e o regime autoral brasileiro, que não prevê tal exceção genérica: no Brasil, obras derivadas exigem autorização prévia, e a ausência do instituto do uso justo torna a defesa da OpenAI sensivelmente mais vulnerável do que nos Estados Unidos. A pesquisa, desenvolvida por meio da atuação direta do autor no levantamento bibliográfico e na análise documental analítica de peças processuais, decisões judiciais e documentos regulatórios, busca ainda mapear a convergência entre violação autoral e risco informacional – já que a reprodução de conteúdo exclusivo para assinantes por meio de bots, como documentado pela Folha ao registrar mais de 45 mil acessos não autorizados de rastreadores da OpenAI em julho de 2025, configura não apenas uma infração à Lei n.º 9.610/1998, mas também uma ruptura dos mecanismos de segurança informacional que sustentam o jornalismo profissional. O argumento central do trabalho é que esses litígios não se limitam à disputa entre imprensa e tecnologia: eles expõem uma crise mais profunda de soberania sobre dados e informação. Quando a OpenAI compara a remuneração de autores a um "pedágio" que isolaria o Brasil da inovação global, revela uma lógica extrativista que trata o conhecimento produzido localmente como insumo gratuito de uma cadeia de valor concentrada no exterior. O PL 2.338/2024, aprovado no Senado e em tramitação na Câmara, representa a primeira tentativa legislativa de romper com essa lógica, mas ainda enfrenta pressão intensa do setor para supressão das disposições autorais. Conclui−se que o caso Folha x OpenAI inaugura, no Brasil, um campo de disputa que ultrapassa o direito autoral estrito e alcança questões de segurança da informação, soberania de dados e sustentabilidade do ecossistema informacional. A definição jurisprudencial e legislativa desse campo é urgente – e o silêncio regulatório não é neutro: beneficia sistematicamente quem extrai em detrimento de quem produz.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 fev. 1998. Lei de Direitos Autorais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. LOPES, F. F.; ALMADA, B. A. T. Proteção de Direitos Autorais na Era da IA: Desafios e Estratégias para o Brasil. Rev. Direito, Inovação, Prop. Intelectual e Concorrência, v.10, n.2, p.41−62, 2025. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/download/10837/7478/30710. POLIDO, F. B. P. Estado, soberania digital e tecnologias emergentes. Rev. de Ciências do Estado, v.9, n.1, p.1−30, 2024. DOI: 10.35699/2525−8036.2024.53066. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e53066.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7951**

TITULO:UM SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO EXCLUDENTE: O VIÉS DISCRIMINATÓRIO DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY

AUTOR(ES) : **ESTELA DA SILVA RIBEIRO,YASMIN CUNHA GUIMARAES,ISABELLA GOMES DA SILVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA DOS SANTOS COSTA**

RESUMO: A Classificação Decimal de Dewey (CDD) é um dos principais instrumentos que possibilitam a padronização dos sistemas informacionais, sendo um dos sistemas de classificação mais utilizados pelas bibliotecas e pelos bibliotecários como ferramenta de trabalho para que o conhecimento registrado se torne acessível. Apesar de ser um sistema atualizado frequentemente há anos, nota−se que temas prioritariamente pesquisados pelo público feminino são desvalorizados ou possuem sua representação temática branda em relação a outros tópicos. A partir dessa prerrogativa, o objetivo central dessa pesquisa é de investigar criticamente a exclusão de determinados tópicos baseado em características socioculturais do autor, utilizando por metodologia a revisão de bibliografia de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Durante a pesquisa, os resultados apontaram que temas como literatura romântica, um gênero predominantemente consumido pelo público feminino, foram reduzidos a um número específico e brando de classificação, de forma genérica, se comparado com outros tipos de literatura. Da mesma forma, nota−se a mesma característica genérica para classificar religiões não cristãs, como as religiões tradicionais de matrizes africanas. Dessa forma, a conclusão da pesquisa é de que fatores socioculturais influenciaram para que a CDD fosse desenvolvida sob um viés específico que abriu portas para a exclusão de parcelas da sociedade, representada na falta de especificidade de alguns temas, em comparação a outros. Os temas privilegiados refletem a visão patriarcal da época em que esse sistema foi construído, e nos traz a seguinte reflexão: por que, mesmo após anos de atualização, a CDD permanece excluindo minorias?

BIBLIOGRAFIA: NASCIMENTO, Maiara Elaidia do. Os estereótipos da mulher nas classificações bibliográficas CDD e CDU. 2022. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) − Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/7db5a0ce−c633−4485−905e−8880122731a7/content. Acesso em: 9 jun 2026. GUARIDO, Maura Duarte Moreira. Como usar e aplicar a CDD. 22. ed. Marília: Fundepe; São Paulo: Coordenadoria Geral de Bibliotecas da UNESP, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7960**

TITULO:Explorando modelos de repartição de poderes além da tripartição

AUTOR(ES) : **MATEUS DE PALOS CAMPOS E TEIXEIRA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: O objeto são os modelos de repartição de poderes que se diferem do modelo clássico de tripartição, na América Latina. A questão−problema é "Como funcionam modelos que utilizam outras formas de repartição, que não a tripartite?". A metodologia será análise jurídica e bibliográfica das constituições e doutrinas constituicionais desses países selecionados. O objetivo final é demonstrar e comparar esses modelos com o tripartite clássico. A tripartição dos poderes, formulada por Montesquieu, estabelece a divisão do Estado em Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, com o objetivo de evitar a concentração de poder e garantir o equilíbrio institucional. Na América Latina, esse modelo foi amplamente incorporado às constituições nacionais após os processos de independência, tornando−se a base da organização política da maioria dos países da região. Entretanto, além da separação clássica dos poderes, diversos países latino−americanos adotaram outras formas de repartição institucional. Exemplos incluem órgãos autônomos de controle, como tribunais eleitorais, defensorias públicas, ministérios públicos independentes e controladorias. Em países como Bolívia e Venezuela, reformas constitucionais ampliaram a estrutura estatal com poderes ou funções adicionais voltadas à participação cidadã e ao controle social. Essas experiências refletem a busca por maior representatividade, fiscalização e fortalecimento democrático na região.

BIBLIOGRAFIA: Constituição do Equador Constituição do Peru Constituição da Bolívia Constituição da República Federativa do Brasil

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7961**

TITULO:A crise humanitária do Afeganistão sob uma perspectiva de gênero

AUTOR(ES) : **JULIA LOPEZ CANCIO**

ORIENTADOR(ES): **VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER**

RESUMO: O presente trabalho procura entender a complexa crise humanitária do Afeganistão − que se estende há mais de duas décadas, mas que foi intensificada com o retorno do Talibã ao poder, em agosto de 2021 − sob um olhar de gênero. Utilizando−se de tal recorte temporal mencionado, para que seja possível realizar uma pesquisa sucinta, a proposta se debruça em uma metodologia de levantamento de dados fornecidos pelas agências da ONU, tais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), além da atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), do Afghanistan Humanitarian Hub (AHH), da organização Anistia Internacional e do Fundo Malala, visando observar a situação política e sócio−econômica. O fator do gênero, por sua vez, busca interagir com os dados levantados da região para serem observados a partir do impacto feminino, já com as diretrizes institucionais do governo do Talibã quanto ao tratamento das mulheres na sociedade, diante das recentes alterações normativas do país que, em questões de dias, fizeram retroagir os direitos das afegãs usufruídos por duas décadas. Para esse filtro, a pesquisa se debruça no trabalho da jurista costarriquenha Alda Facio Montejo e leituras correlatas sobre direito, violência gênero e sociologia. A relevância desse estudo se dá pela forma como esta crise é experienciada enquanto mulher ou homem, desconstruindo o olhar supostamente “neutro e imparcial” e problematizando o que muitos já se referem como apartheid de gênero. Busca−se, com a referida proposta, contribuir academicamente com os estudos de gênero e direito nas regiões instáveis e esquecidas do mundo.

BIBLIOGRAFIA: MONTEJO, Alda Facio. Cuando el género sueña cambios trae: una metodologia para el análisis de género del fenómeno legal. 1a ed. San José, Costa Rica: ILANUD, 1992. VERENICZ, Marina. Casamentos forçados, prisão e tortura: a ameaça do Taleban às mulheres no Afeganistão. 2021. The Humanitarian Crisis in Afghanistan. Women’s Refugee Commission; 2026. https://www.womensrefugeecommission.org/crisis−watch/afghanistan/

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7962**

TITULO:GOVERNANÇA DO BEM−ESTAR SOCIAL BASEADA EM DADOS E DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO: DECISÕES AUTOMATIZADAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA ROZA GUIMARãES**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Com a crescente digitalização da administração pública brasileira, as políticas sociais passaram a depender progressivamente do cruzamento automatizado de grandes bases de dados governamentais. Nesse contexto, o Cadastro Único, instrumento central para a implementação do Programa Bolsa Família, subsidia decisões administrativas relativas ao bloqueio, à suspensão e ao cancelamento de benefícios com base na verificação sistêmica de informações de renda e de dados cadastrais. Essa transformação reconfigura a atuação estatal, na medida em que decisões que afetam diretamente a subsistência de indivíduos em situação de vulnerabilidade são cada vez mais mediadas por procedimentos automatizados, suscitando preocupações quanto à transparência, à fundamentação e ao acesso à revisão. O objeto desta pesquisa consiste na análise das decisões administrativas de bloqueio, suspensão e cancelamento de benefícios do Programa Bolsa Família decorrentes do cruzamento automatizado de dados entre o Cadastro Único e outras bases governamentais utilizadas para verificar renda e vínculos formais de emprego, com foco no modo como tais decisões são produzidas, fundamentadas e comunicadas aos beneficiários. A pergunta orientadora da pesquisa é: de que modo o direito administrativo pode assegurar transparência e fundamentação adequadas em decisões de exclusão de beneficiários quando estas decorrem de processos automatizados de verificação? O marco teórico fundamenta−se nos debates contemporâneos sobre a transformação da atuação administrativa no contexto da digitalização do Estado, especialmente no que se refere ao dever de motivação dos atos administrativos, ao devido processo administrativo e à proteção dos direitos sociais. A metodologia adotada é jurídico−dogmática, baseada na análise normativa e institucional das regras que disciplinam a verificação de dados, os procedimentos de bloqueio e cancelamento de benefícios e os mecanismos disponíveis de contestação e revisão administrativa.

BIBLIOGRAFIA: EUBANKS, Virginia. Automating inequality: how high−tech tools profile, police, and punish the poor. New York: St. Martin’s Press, 2018. PASQUALE, Frank. The Black Box Society: the secret algorithms that control money and information. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015. TAVARES, André Afonso; BITENCOURT, Caroline Müller; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Explicabilidade e contraditório algorítmico nas decisões automatizadas no setor público: as decisões em processos apoiados em algoritmos e o problema da redução da realidade a dados. Diké − Revista Jurídica, Ilhéus, v. 23, n. 27, p. 2−32, 2024. DOI: 10.36113/dike.27.2024.4556.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **7965**

TITULO:CAUSAS PARA A SUBUTILIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONSULTA POPULAR PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

AUTOR(ES) : **BERNARDO RILEY DE CARVALHO,CASSIO FABIANO MENDES SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: RESUMO O parágrafo único do art. 1 da Constituição Federal de 1988 institui o princípio da soberania popular, estatuindo que todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos. Os instrumentos de exercício direto desse poder — o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular — estão previstos no art. 14 do texto constitucional e regulamentados pela Lei n. 9.709/1998. Não obstante a sua centralidade para o projeto democrático da Constituição Cidadã, esses mecanismos foram acionados em número ínfimo desde a promulgação do texto constitucional, configurando quadro persistente de subutilização. O presente trabalho toma como objeto o desenho normativo desses instrumentos de participação popular direta, com recorte temporal que compreende o período pós−1988. A pergunta que orienta a pesquisa é: quais causas intrínsecas ao desenho normativo desses mecanismos contribuem para a sua subutilização no arranjo político−institucional brasileiro? A hipótese central é a de que o ordenamento jurídico trata o exercício direto da soberania popular como modalidade excepcional de deliberação, estruturando esses mecanismos de forma a concentrar o poder decisório nas instâncias representativas, inclusive diante de impasse. O objetivo geral é analisar o desenho normativo dos instrumentos de participação direta à luz do princípio democrático consagrado no art. 1, parágrafo único, da Constituição Federal, identificando as suas causas estruturais de subutilização. Como objetivo específico, a pesquisa pretende indicar caminhos normativos e institucionais para ampliar a utilização desses mecanismos, com fundamento em experiências comparadas bem−sucedidas. A metodologia adotada é a análise normativa e dogmático−constitucional, articulada ao método comparativo, com ancoragem empírica nas experiências brasileiras de participação direta pós−1988 e em modelos estrangeiros selecionados segundo critério de pertinência democrática. A conclusão prevista confirma a hipótese de que os instrumentos de democracia direta no Brasil adquirem caráter excepcional não apenas em razão da cultura política institucional, mas em virtude de escolhas estruturantes do próprio desenho normativo — e de que o seu redesenho parcial, à luz destas experiências bem−sucedidas, poderia contribuir para reverter esse quadro.

BIBLIOGRAFIA: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência; por uma Nova Hermenêutica; por uma repolitização da legitimidade. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.POGREBINSCHI, Thamy. Judicialização ou Representação? Política, Direito e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.